

JAQUES MARIO BRAND

NÉVOAS CONTRA O SOL

Justificação & Revolta
na Historiografia de D. Francisco Manuel de Melo –
com uma Leitura analítica das “Alterações de Évora” (1649)

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História Social
da Universidade Federal Fluminense, como parte
dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Vainfas

Niterói, 2012

Às minhas netinhas Sofia e Tulasi, representantes cheias de graça da humanidade do século XXI, que há de ser mais sábia, mais livre, justa, valente, criativa.

Ao meu irmão Raul, que herdou do nosso pai, além do nome honrado, a inteligência bondosa, a bondade inteligente – nos 132 anos do desembarque de Karl Brand, para fazer a vida nova, em São Francisco do Sul.

À minha amiga Evelina, moradora do outro lado do mar, que comigo conspirou no deslinde dos enigmas de D. Francisco, trocando luzes, providenciando senhas, tão fascinada quanto, tão desconfiada quanto, em face dos ardilosos textos melianos.

Agradecimentos

O primeiro nome no extenso rol das minhas gratidões só pode ser o do Prof. Dr. Ronaldo Vainfas.

Desde os remotos dias de 2005, no inverno de Guarapuava, a partir de um mestrado inter-institucional UFF/Unicentro, o grande historiador me acompanhou com mão segura, orientando-me pelos mil meandros do tema Dom Francisco Manuel.

Não fosse o seu permanente exercício de lucidez, precisão técnica e também de infinita paciência, que nos permitiu uma leitura a montante e nos deixou à vontade para navegar na contracorrente do senso-comum já secular em que flui a fortuna crítica do Escarmentado, dificilmente chegaríamos às decifrações aqui alcançadas.

Em nenhum momento, por anos a fio de trabalhosa pesquisa, fui tratado burocraticamente ou tutelado. Com Ronaldo Vainfas, o frágil entusiasmo das descobertas, sujeito normalmente a tantas frustrações, é protegido por imenso respeito e, coisa rara, por inteira liberdade.

A propósito, em conversa com colegas, tentando definir o seu estilo de orientação, que invariavelmente situa o orientando no plano das inteligências adultas, sem lamúrias, sem direito a transigências qualitativas, mas prestigiando a dúvida radical, resumi assim: É o estilo “Vai e faz!” É o estilo do engajamento imediato e dinâmico na prática da pesquisa, que ele supervisiona com o olho de lince do sábio.

São as intervenções minimalistas, que se operam com bisturi exato, com bússola precisa, e traduzem aquele respeito, tanto para com os materiais como sobretudo para com o sujeito indagador que é afinal o simples estudante.

A uma vasta agenda de pesquisa pessoal, que vem resultando pontualmente, a cada lustro, em monumentos historiográficos que vão dividindo águas na historiografia brasileira, o autor de “Trópico dos Pecados” consegue combinar os compromissos da orientação e a

presença física, diária, assídua, na sala de aula, a estimular as jovens inteligências, na construção da nova escrita da História, a enviar naus, emissários e adelantados para o horizonte ainda não alcançado, como um Infante Henrique da historiografia. E tudo isso com humor, leveza, exatidão e graça!

No meu caso pessoal, a generosidade do Dr. Ronaldo Vainfas se extremou: tratava-se de um orientando já avançado na casa dos 50 e depois na dos 60, aprovado lá em 2005 nos exames de acesso a um Minter-Dinter, da UFF com a Unicentro, com base em precaríssimo projeto de investigação da obra meliana, na qual o Professor soube enxergar um vivo núcleo de possibilidades. Quase oito anos mais tarde, ao apresentar os resultados desta demorada investigação, sinto que deveria escrever, na rubrica do autor, ao lado do meu, o nome do extraordinário Orientador. Mas isto já seria querer para mim outro privilégio inestimável.

Meus agradecimentos se estendem a todo o corpo de professores-historiadores da UFF. Nos seminários, nos cursos, no diálogo informal, na simples e ligeira conversa de corredor e até de elevador, cultivava-se ali um amor a Clio, ao debate das teorias e dos procedimentos, e um respeito ao contraditório, que bem explicam o lugar de primeiríssimo plano que, na historiografia brasileira, ocupa a Plêiade do Gragoatá com seus discípulos.

Sempre ficarei devendo lições de ciência, de humildade metódica, de devotamento ao trabalho, de solidariedade afetiva e de desprendimento pessoal a Professores da estatura de Ismênia de Lima Martins, em cujo nome consigno, com carinho, por metonímia, os de toda a equipe.

Muito da grandeza do PPGH da UFF, muito da superlativa produção historiográfica que dele fazem um centro de excelência singular, na rara companhia dos mais avançados e produtivos centros nacionais ou estrangeiros, se deve, sem dúvida, à pertinácia e ao espírito de equipe de seus funcionários. A estes trabalhadores também quero agradecer, na pessoa de Silvana Damasceno, Secretária Geral do Programa, em quem se combinam a cativante gentileza com a decisão e a eficácia, alguém de quem saímos do curso já sentindo saudades, e que nos faz refletir sobre a importância dos corpos de auxiliares acadêmicos. Sem este esplêndido time de operadores de bastidor, as pesquisas mais geniais, os trabalhos de maior consequência científica, não viriam a cabo.

A ocasião de apresentar junto ao Congresso Internacional “D. Francisco Manuel de Melo – Mundo é Comédia”, realizado em março de 2009 junto à Universidade Nova de Lisboa, a breve comunicação que vai adiante reproduzida no Anexo II, devo-a, além de meu Orientador, às Professoras Maria do Rosário Monteiro e Maria do Rosário Pimentel, que facilitaram-me a permanência na capital portuguesa. Ao Professor Pedro Cardim, grande

nome da nova historiografia portuguesa, a cujos préstimos devo a extensão de uma licença para instalar-me na Residência do Paço do Lumiar por dois inteiros meses, minha dívida inclui preciosas senhas de pesquisa, em conversas rápidas mas produtivas, assim como a apresentação a insignes historiadores de sua geração, tais como Antonio Camões Gouvêa e Mafalda Soares da Cunha. A Professora Mafalda deu-me carona a Évora, ocasião para conhecer e ao menos suspeitar a riqueza de acervos da sua lendária Biblioteca Municipal, cujas ruelas antigas percorri um dia inteiro, a evocar os dias tumultuosos de 1637.

Em Coimbra, fui acolhido com todas as honras da casa pelos Professores Telmo e Evelina Verdelho, verdadeiros amigos, que me conquistaram para sempre com a sua amabilidade e me apresentaram, em sua residência à Rua da Quinta de São Miguel, endereço bem conhecido da inteligência lingüística e historiográfica dos dois lados do Atlântico, a edição mais autêntica da proverbial hospitalidade portuguesa.

Ali provei, na convivência com todo o belo e brioso clã dos Verdelho, com seus filhos e netos, e também com o velho pai de Evelina, que já avança para a glória do centenário, do vinho da perfeita amizade e de muitas horas de conversa sobre os escritos do Escarmentado, do Prisioneiro das Torres do Tejo.

Telmo Verdelho, um dos nomes que honram a ciência portuguesa, levou-me por toda Coimbra, explicando-me os seus desvãos, as suas histórias, os seus caminhos íngremes, tão marcados pela presença dos nossos estudantes nos tempos coloniais. Evoquei nessas andanças as sombras de José Bonifácio e de José Vieira Couto, a pensarem o Brasil independente, e imaginei as risadas que saíam pelas janelas da velha república universitária outrora habitada por Eça e Ramalho Ortigão.

Tudo isto nasceu de uma troca de mensagens pela Internet, já nos tempos do mestrado, quando cobrei com irritante insistência a atenção da Professora Evelina Verdelho para um 'email' anterior que ficara sem resposta. Desde então, dela tenho recebido, além de inestimáveis indicações de textos raros, senhas fundamentais para a compreensão da fascinante problemática meliana. Trata-se de uma das mais importantes pesquisadoras da obra de D. Francisco Manuel, a quem, ademais de edições estabelecidas com rigor beneditino, a comunidade de língua portuguesa tem a agradecer o pioneirismo no tratamento cibernético dos textos de DFM, através do CELGA, instituição de vanguarda ligada à Universidade de Coimbra.

Os agradecimentos não devem parar aí, mas cumpre-me resumi-los. Entre tantos amigos que, indiretamente, às vezes até à sua revelia, contribuíram para o esclarecimento de uma dúvida ou para a busca de um texto ou de uma pista, citarei apenas, por metonímia, os

nomes de meu bom amigo Luiz Henrique Bona Turra, uma das expressões de maior brilho da ciência jurídica brasileira atual, a quem fico devedor de bons conselhos procedimentais, e de Tatiane Martins, querida amiga, então comissária de vôo da TAM, que fez em meu favor um pequeno milagre cronogrâmico.

Tatiane concordou em aproveitar brevíssima escala em Buenos Aires, para aventurar-se numa vertiginosa corrida de táxi pelos bairros da capital argentina, até encontrar no velho sebo de curioso nome em Palermo ou na Recoleta – creio que Los Gatos – um exemplar da “Política Militar en Avisos de Generales”. O pequeno tratado contendo instruções para o comando da guerra naval e terrestre que Dom Francisco fez publicar em Madri, em 1638, estava escondido num dos corredores da livraria, na estante de Política Latino-Americana...

Curitiba, 19 de fevereiro de 2013

Névoas contra o Sol

Justificação & Revolta

na Historiografia de D. Francisco Manuel de Melo

– com uma leitura analítica das “Alterações de Évora” (1649)

“... o requereu para amigo, oferecendo-lhe sua valia, porque seguisse seus interesses: com promessa, ou pacto, de que seria em os próprios ajudado, para que reciprocamente se defendessem das cavilações, que como névoas contra o Sol, se levantam continuamente, contra os Validos, do mais ínfimo vapor da Terra.”

“Alterações de Évora”, Parágrafo 95

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

1.	Apresentação	10
2.	Considerações preliminares	24
3.	Recepção e fortuna crítica	31
3.1	Avaliação da fortuna crítica	42
3.2	Lugar que se espera para a tese no contexto da fortuna crítica	44
4.	Hipótese, objeto e recorte	45
5.	Considerações metodológicas	47
6.	Tratamento dos textos e convenções adotadas na tese	53

CAPÍTULO PRIMEIRO

A busca por uma visão unitária e a construção de uma hipótese totalizadora

1.1	A busca por uma visão unitária da obra meliana	56
-----	--	----

1.2	A construção de uma hipótese totalizadora	71
-----	---	----

CAPÍTULO SEGUNDO

	Os grandes abalos de 1637-40 e a perspectiva revoltada	100
2.1	1660: Publicação das “Epanáforas de Vária História Portuguesa	100
2.2	1637-1640: Os três abalos da Monarquia	108
2.3	A rápida ascensão e a abrupta queda	110
2.4	A revolta em ‘estado puro’ na “Guerra de Cataluña”	118
2.5	A “Cataluña” como projeto pessoal	124

CAPÍTULO TERCEIRO

A transição entre dois campos e a perspectiva da auto-justificação

3.1	A transição entre dois campos e a perspectiva da auto-justificação	126
3.2	Uma historiografia de revisão da experiência pessoal	129
3.3	O ‘Argumento do Correio’, núcleo do discurso de auto-justificação ...	134

ANEXO I

	Perspectiva e escritura nas “Alterações de Évora”	157
1.	As “Alterações de Évora” lidas ‘de perto’ (em ‘close reading’)	158
2.	Reconhecimento da estrutura e construção de um índice	171
3.	Um ‘aparelho de leitura’ para a análise de textos históricos	176
4.	Desmontagem e análise dos módulos	183

ANEXO II

	DFM: Vida e obra no contexto da Monarquia compósita	279
--	---	-----

	BIBLIOGRAFIA	294
--	--------------------	-----

	ILUSTRAÇÕES & DIAGRAMA DA “ALTERAÇÕES DE ÉVORA”	313
--	---	-----

INTRODUÇÃO

“Sair inteiro das batalhas, donde os melhores foram feridos, também parece desgraça.”

“Alterações de Évora”, Parágrafo 2

1. Apresentação
2. Considerações preliminares
3. Recepção e fortuna crítica
 - 3.1 Avaliação da fortuna crítica
 - 3.2 Lugar do projeto na fortuna crítica
4. Hipóteses, objeto, recorte
5. Considerações metodológicas
6. Convenções adotadas na tese

1. Apresentação

A Fortuna pregou uma peça no grande escritor seiscentista Francisco Manuel de Melo, ao repartir sua vida em duas metades, separadas pela notícia da Restauração portuguesa, que lhe chegou por um correio urgente de Madri quando andava guerreando na Catalunha, em dezembro de 1640.

Meses mais tarde, ao desembarcar em Lisboa à frente de uma frota que trazia mercenários, armas e alimentos da Holanda, para ajudar na defesa do novo regime português, ele daria um passo decisivo para completar a confusão de sua vida.

Veremos como ele acabou gastando boa parte da segunda metade tentando livrar-se da confusão em que se meteu, e como esse esforço para livrar-se dela implicou na tentativa de explicar a primeira metade.

Veremos também como as quedas que experimentou, numa carreira que por instantes chegou a parecer destinada ao primeiro plano da política e do poder, bem como os revezes que provou, amargando anos de cárcere e de desterro, acabaram por fazer, do jovem mestre de campo a serviço do rei de Castela e do elegante *discreto* da vida literária madrilenha, um adversário irreduzível da Monarquia espanhola, um penetrante analista dos jogos de poder e de suas personagens, um homem irônico e descrente dos homens, e um consumado mestre de prudência política prática.

A perspectiva e a escritura

A história pessoal de Dom Francisco Manuel, particularmente sua queda em desgraça em Castela, em dezembro de 1640, depois de toda uma formação e carreira sob o governo dos Filipes, e em seguida o trânsito que fez entre dois campos inicialmente reunidos sob a União Ibérica e depois antagônicos, deixariam marcas profundas nos seus escritos.

A complexa perspectiva que neles se inscreveu – uma combinação de duas perspectivas ou então uma única, mas com interfaces distintas, voltadas para a Monarquia e para o Reino – torna-os, na história da historiografia, material instigante para a análise das relações entre o lugar social do historiador e as distorções produzidas na representação do objeto histórico, e afinal dos limites da objetividade em todo conhecimento localizado.

O trabalho que se segue é essencialmente a tentativa de reconhecimento desta perspectiva, mediante a análise combinada dos dados da biografia, da história e das soluções textuais que encontrou, como historiador, testemunha e às vezes protagonista, para explicar seu tempo e a si mesmo.

É também o relatório dos resultados da investigação de sua escrita histórica, vista no contexto da “arte historiográfica” da época, marcada pelo Tacitismo,¹ tanto como estilo (que ele rejeita sem renunciar inteiramente aos seus recursos formais) como pela noção bastante literal da História como “magistra vitae” (que ele abraça sem reservas), mediante a reconstrução de exemplos que servissem de “escarmento”, isto é, de advertências para a ação presente e futura.

O ferramental de Certeau

¹ Sobre o Tacitismo como corrente do pensamento político e historiográfico, ver ‘Tácito e a tradição taciteana’, in Momigliano, Arnaldo, “As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna”, tradução Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004. Uma introdução ainda atual às relações entre o ‘renascimento’ de Tácito e a preeminência da ‘razão de estado’ é Schellhase, Kenneth C., “Tacitus in Renaissance Political Thought”, Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1976.

Ambas as linhas de pesquisa, relativas à perspectiva dominante dos escritos históricos de DFM e aos recursos e procedimentos por ele mobilizados em sua escritura, apóiam-se na grade conceitual elaborada por Michel de Certeau em “A operação historiográfica”.²

Embora ocupe-se, o mestre francês, neste famoso ensaio, com as condicionantes extra-historiográficas que incidem sobre as várias operações levadas a efeito pelo historiador do século XX, sejam as que decorrem de um lugar social (no contexto da academia, da corporação dos historiadores, etc), sejam aquelas que derivam da prática profissional e ainda da própria necessidade de chegar, ao final do processo, a um texto, também ele produtor de distorções, identificamos nessas categorias – lugar social, prática e escrita – uma utilidade talvez insuspeitada como ferramentas analíticas aplicáveis a um historiador que opera no contexto da “arte histórica” e, possivelmente, em outros contextos distintos e distantes da historiografia do século passado.

Na seção desta introdução dedicada às considerações metodológicas, ensaia-se uma definição de perspectiva (ausente daquele ensaio) como função do lugar social. A perspectiva é ali esboçada como a soma das distorções produzidas na representação do objeto histórico pelas condições necessariamente localizadas de sua produção.

Os pares conceituais lugar social & perspectiva, de um lado e, de outro, prática & escrita historiográficas, serão portanto as ferramentas empregadas no trabalho de análise e interpretação que adiante se desenvolve, adaptadas, a partir das categorias analíticas de Certeau, para o estudo de um historiador do século XVII.

A revisão dos dados e uma hipótese

No que se refere à perspectiva, pensamos ter encontrado uma hipótese com suficiente poder explicativo para dar conta de suas complexidades. Ao mesmo tempo que a declaramos formalmente, ainda nesta Introdução, tentamos mais adiante, no Capítulo Primeiro, fazer com que a mesma hipótese se construa, aos olhos do leitor, através de uma releitura dos dados biográficos, especialmente aqueles relativos a um período crucial, os anos que vão de 1637 a 1641.

Neste curto intervalo, mas remontando a toda a formação de Dom Francisco, e às circunstâncias pessoais que dele fazem uma espécie de criatura arquetípica da União Ibérica, a começar pelos laços familiares (mãe castelhana, pai português), bilingüismo, aspirações literárias, serviço militar, etc, vemos a carreira do jovem fidalgo, soldado e escritor traçar uma

² “L’opération historiographique” in “L’écriture de l’histoire”, pags. 77-141. Collection Folio/Histoire. Paris: Gallimard, 1975. Com tradução de Maria de Lourdes Menezes, “A Escrita da História”, Forense Universitária. Segunda edição, Rio e São Paulo: 2002.

rápida curva ascensional, seguida de abrupta queda, em dezembro de 1640. Vale assinalar que esta curva ascensional não tem sido percebida pelos estudiosos do binômio vida e obra. Reconhecê-la é um dos resultados da presente investigação.

A interrupção da carreira de armas no quadro da Monarquia, quando alcançava o mais alto posto – este é o ponto central da tese – vincará sua historiografia com a perspectiva do homem revoltado, enquanto sua formação no quadro da União ibérica emprestar-lhe-á os temas e os teores.

A adesão ao Portugal restaurado, em junho de 1641, um ato de sua livre escolha, independente, segundo pensamos, de sua deserção das armas de Castela, vai obrigá-lo a passar boa parte do resto da vida a se justificar – e aí ele vai reler os serviços a Castela que dizem com Portugal como serviços a Portugal em Castela; vai mudar a cor dos gestos, vai dizer que nos casos de sedição as aparências enganam, vai mostrar obliquamente que o próprio duque de Bragança ‘traiu’ as alterações de 37, vai mostrar que colaborar com o castelhano era tão normal que o desembargador Pedro Vieira da Silva participou no primeiro plano da repressão da revolta de 37 (e hoje é secretário de Estado)!³

Esta revisão está no cerne de sua historiografia, toda ela escrita depois de sua queda na Monarquia, e a necessidade de fazê-la pode ser que tenha sido determinante para a própria atividade historiográfica de DFM.

Nossa releitura – uma espécie de leitura à montante da ‘leitura’ do próprio autor e não mais do que uma nova maneira de tratar e relacionar informações bem sabidas – talvez seja o principal da modesta contribuição aqui oferecida para o melhor entendimento de DFM e de sua obra.

Desde logo, é bom anotar que estaremos na contramão de tradições historiográficas arraigadas, como a que vê, na adesão de Dom Francisco Manuel ao Portugal restaurado, simples e natural manifestação do sentimento patriótico; como a que cultiva uma espécie de ‘vitimalismo’ gratuito, em relação aos anos de seu padecimento nas torres do Tejo; e finalmente como aquela, mais recente, que aceita, pelo valor de face, as reivindicações de

³ “Alterações de Évora”, Parágrafo 155. In “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, pags. 137-138. Descrevendo a operação repressiva que pôs fim aos motins do Alentejo e Algarve, Dom Francisco não se furta à ironia: “Mandou logo entrar o Valparaíso, seis mil Infantes, em lugar das companhias que se lhe haviam consentido; & concorrendo nas resoluções o Governador, como hóspede, & os hóspedes, como Governadores, o assentado por todos, se consultava com o Duque [de Medina Sidonia], que desde Ayamonte, dispunha o que julgava mais conveniente; cujas resoluções, cá se executavam, pelos Ministros da Justiça Portuguesa; que a Princesa Margarida, juntamente havia despachado ao Algarve, quanto a Évora. Entre eles o principal, Pero Vieira da Silva, Doutor em leis, & Desembargador dos agravos, que nesta comissão, deu sinais da prudência & modéstia, com que havia de exercer o supremo lugar de Secretario de Estado, que agora exercita.” Todas as citações das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” são feitas a partir da edição facsimilar da Imprensa Oficial-Casa da Moeda, com introdução e apêndice documental por Joel Serrão. Lisboa: 1977.

coerência do escritor nos relatos que produz acerca de episódios decisivos daqueles anos de grandes encruzilhadas.⁴

São tradições ou, melhor, argumentos inscritos na tradição, que atestam o poder persuasivo de DFM, e que compõem as suas estratégias de auto-justificação e de reabilitação na nova ordem instaurada em Portugal com o Primeiro de Dezembro, quando todo o período da União Ibérica passa a ser visto com sinais trocados.

Ao longo do trabalho, tenta-se demonstrar como as ambivalências e os bifrontismos presentes em todos os elos políticos no quadro da monarquia compósita permitirão ao escritor empregar os seus consideráveis recursos retóricos e dialéticos para a defesa própria, contra as suspeições que longamente pairam sobre o seu nome no Portugal bragantino.

As lições da História

No plano das formas de sua escrita, veremos como ele recolhe as lições da História – muitas vezes amargas, resultando em escarmentos – na fórmula breve dos aforismos ou, ligeiramente menos breves, das sentenças e juízos. Interessa-nos aqui a sua particular modulação da prática historiográfica vigente na época.

Duas suspeitas ou premissas nos orientam nessa análise da escritura: primeiro, a de que o processo de síntese do que se poderia talvez chamar a ‘norma histórica’, a partir da experiência e da observação – isto é, da reiterada observação da reiterada experiência –, guarda analogias com o da produção das normas jurídicas, idéia encontrável nos tratadistas da época, a exemplo de Baltazar Álamos de Barrientos.⁵

E, segundo, a de que os aforismos, expressões sintéticas do que a História ensina, através de exemplos e escarmentos, formam afinal uma ponte para se passar da História à Ética (dos súditos) e à Política (dos príncipes)⁶, e o embrião da idéia já moderna de ‘leis históricas’.

⁴ Em estágio anterior de nossa pesquisa, era esta última a posição que expúnhamos e subscrevíamos, in “D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666): Vida e Obra no Contexto da Monarquia Compósita”, contribuição inserta às pags. 249-268 do volume “D. Francisco Manuel de Melo. O Mundo é Comédia”, que reúne as comunicações apresentadas no Congresso Internacional D. Francisco Manuel de Melo, realizado na Universidade Nova de Lisboa, em março de 2009. Orgs. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro. Lisboa: Edições Colibri, 2011. A percepção de que estes são ‘anos de grandes encruzilhadas’ está ausente, enquanto tal, de boa parte da fortuna crítica, mais voltada para os anos de cárcere em Portugal.

⁵ “Así se hicieron las leyes y nuestros derechos. De los particulares casos, y respuestas a ellos, se formaron las leyes por los príncipes y los demás, en quien está la suprema autoridad del Estado; y destes, las reglas comunes y nuestro derecho.” A frase consta do “Tácito español ilustrado com aforismos” (1613), in “Barroco esencial”, ed. de Jorge Checa. Esenciales Taurus. Madri: Taurus, 1992.

⁶ Não é nova a idéia de uma passagem da História à Política, a qual permeia aliás o pensamento político e a historiografia de matriz maquiavélica e tacitista dos séculos XVI e XVII, mas apenas a idéia de que o exato lugar desta passagem se dá através dos aforismos, que resumem as lições da História. Uma sugestão deste estatuto de passagem conferido aos aforismos está em Martínez, Beatriz A., “El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de ‘receptio’”, p. 75. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1991.

Ainda no plano formal, da construção do texto de História, os conceitos de caso & discurso, presentes como pares antinômicos nas passagens nas quais DFM reflete sobre o ofício do historiador,⁷ são levados a incidir sobre a análise dos recursos e procedimentos narrativos de que se vale.

O caso, para Dom Francisco Manuel, consiste no que chamaríamos a matéria factual, que se traduz como o “fio dos acontecimentos” e as “ações” (e, acrescentaríamos, as situações e os estados), enquanto o discurso é o espaço textual do comentário, da análise, compreendendo os aforismos, as sentenças, os juízos, as descrições, as intervenções e reflexões do historiador, em suma, na história que ele narra.

Os escritos consolidados

Desde logo, quanto ao objeto da pesquisa, cabe adiantar que, sendo o subconjunto dos escritos de História, no contexto da obra, desigualmente importante, procuramos determinar o que nele é terreno consolidado ou duvidoso, bem como situar as regiões que lhe são relacionadas ou subsidiárias, como as peças da polemística, mediante as quais participa da chamada “guerra de papéis” concomitante às que se travam em campo de batalha, vale dizer os papéis nos quais defende o Portugal restaurado das acusações castelhanas.

As mesmas peças de polémica, juntamente com referências na historiografia consolidada, diga-se de passagem, permitiriam compor uma espécie de História da Restauração nunca pretendida pelo autor e nunca ensaiada como tal, a partir dos relatos fragmentários, das menções feitas de passagem, que nesses textos se encontram.

O objeto de eleição da análise, com vistas à demonstração da tese, é formado por aqueles escritos que DFM fez publicar em vida, os quais se presume tenham sido compostos e impressos sob a sua supervisão mais ou menos direta, reunidos em dois volumes: a “História de los movimientos, separación y guerra de Catalunha” (Lisboa, 1645)⁸ e as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (Lisboa, 1660),⁹ que inclui cinco relações históricas, entre as quais as “Alterações de Évora”, texto sobre o qual a tese se concentra em sua segunda parte.

⁷ A antinomia caso x discurso, presente em muitos lugares da obra, é referida duas vezes com nitidez no diálogo do “Hospital das Letras”. Ver Brand, J. M., “Mapeando o ‘Hospital das Letras’ (1657): Um hipertexto do barroco ibérico e seus elos historiográficos”, pags. 144 e 146-147, dissertação defendida em 25 de março de 2008. Ver em “Teses e dissertações”, www.historia.uff.br

⁸ A edição com introdução e notas de Joan Estruch Tobella, de 1996, pela Clásicos Castalia, de Madri, é a mais equipada das edições atuais. Muito reeditada, a história da sublevação da Catalunha por DFM chamava-se por extenso, na edição ‘princeps’ de 1645, a única publicada em vida do autor, “Historia de los movimientos, y separación de Cataluña; y de la Guerra entre la Magestad Católica de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla, y de Aragon, y la Deputación General de aquel Principado”. Editores subseqüentes encurtaram o nome da obra. O próprio autor usava a fórmula “Guerra de Cataluña” e mesmo “a minha Cataluña”.

⁹ A Imprensa Nacional-Casa da Moeda de Portugal publicou em 1977, com introdução e apêndice documental de Joel Serrão, edição das “Epanáforas” que reproduz a ‘princeps’ de 1660.

Mas a hipótese que propõe DFM como um historiador das revoltas – e um historiador revoltado – da Monarquia espanhola é reivindicada como válida também para os demais itens do corpo de seus escritos históricos, ainda que interrompidos, como a biografia de d. Teodósio, pai do Restaurador (abandonada ao final do primeiro terço do caminho)¹⁰, e o “Tácito Português”, que chegou aos nossos dias em manuscritos de má qualidade.¹¹ Esta aparente contradição, em se tratando de temas portugueses, é esclarecida no Capítulo Primeiro (1.2, ‘A construção de uma hipótese totalizadora’).

Para além da historiografia e da polemística melianas, tentaremos demonstrar que a visão ibérica, dissidente e crítica (ou revoltada), combinada ao viés da auto-justificação, vai vincar outras regiões do vasto corpo de escritos de DFM, a exemplo dos “Apólogos Dialogais” (póstumos, Lisboa, 1721),¹² da poesia, do teatro, da correspondência, etc.

Momentos reflexivos no conjunto da obra

Para o reconhecimento dos vetores que informam o conjunto da obra de Dom Francisco, o estudioso conta com o autêntico privilégio de dispor – além das suas “Cartas Familiares”, primeira coleção epistolar impressa em língua portuguesa (Roma, 1664)¹³ – de dois textos nos quais o Polígrafo submete-se a si próprio ao julgamento dos coetâneos e dos pósteros.

Um desses preciosos momentos reflexivos é o diálogo imaginário que travam as personagens de Justo Lipsis, Traiano Boccalini, Francisco de Quevedo e o próprio Autor, reunidos numa biblioteca lisboeta convertida em “hospital das letras”. Por mandado de Apolo

¹⁰ A primeira edição, com base em códice da Biblioteca da Ajuda, apareceu no século XX. “D. Teodósio II Duque de Bragança”, com tradução do castelhano e prefácio de Augusto Casimiro. A julgar por alegoria desenhada por Francisco de Mello, primo do autor, para constar da obra, se fosse impressa, DFM pretendia nomeá-la “Theodosio del nombre Segundo”. Reproduzida entre as págs 47 e 48 da edição de A. Casimiro. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944.

¹¹ Também o “Tácito Português” esperou o século XX para sair a lume. A primeira edição, preparada com base em apógrafo inédito da Biblioteca Nacional, com introdução, informação e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon, é de 1940, pela Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. Uma segunda edição, preparada por Raul Rêgo, segundo cópia de frei Vicente Salgado, do acervo pessoal do preparador, saiu em Lisboa, pela Sá da Costa, em 1995.

¹² “Apólogos Dialogaes, compostos per D. Francisco Manoel de Mello, varão digno daquela estimação que o mundo, enquanto vivo, fez da sua pessoa, & depois de morto conserva ao seu nome. Obra póstuma, & a mais Política; Civil & Gallante, que fez seu Autor.” Lisboa Ocidental: Na oficina de Mathias Pereyra da Sylva & Joam Antunes Pedrozo, 1721.

¹³ Organizadas em cinco “centúrias”, as cartas de Dom Francisco Manuel conheceram uma primeira edição, impressa na oficina de Felipe Maria Mancini, 1664, durante missão diplomática do autor em Roma. A segunda edição saiu em 1752 em Lisboa, pela oficina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, que já participara do surto editorial de inéditos melianos empreendido por Mathias Pereyra da Sylva entre 1720 e 1724. M. Rodrigues Lapa editou, prefaciou e anotou para a Editora Sá da Costa em 1942 uma seleção de 115 cartas, dispondo-as em ordem cronológica. O mesmo fez Maria da Conceição Morais Sarmento para todo o conjunto, em edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1981.

e das Cortes do Parnaso, constituem-se em junta médica e tratam de diagnosticar males e prescrever curas aos livros e autores ali internados como doentes à espera de tratamento.

Atentos à importância do “Hospital das Letras”, cuja redação final data de 1657, a julgar pela dedicatória, realizamos no mestrado o minucioso mapeamento da animada conversação ‘crítico-clínica’ levada a efeito pelos quatro “interlocutores”, juntamente com o detalhado estudo das passagens voltadas às concepções relativas à escrita da História e ao exame da produção historiográfica da época, reunidas em sua maior parte na quinta ‘estante’.¹⁴

De interesse mais direto para o conhecimento dos escritos históricos do Polígrafo, das circunstâncias nas quais escreveu a “Guerra de Catalunha” e de seus projetos de novos trabalhos, bem como do lugar atribuído à historiografia no conjunto da obra, é a ‘estante’ central do diálogo, reservada ao julgamento das letras do próprio autor. Vale dizer que nesta seção do “Hospital das Letras”, DFM expõe-se a uma espécie de entrevista coletiva, inteiramente imaginária, produzindo explicações sobre cada escrito seu.

Dos nove livros que até aquela altura (1657) publicara, as mais extensas explicações são reservadas neste diálogo à história do levante catalão de 1640.

Teremos a ocasião de analisar com maior cuidado os argumentos e alegações que expõe, relacionando-as à hipótese aqui desenvolvida. Vale adiantar que a obra teve início meses antes de sua queda em desgraça, em dezembro daquele ano, e veio a ser publicada cinco anos mais tarde, com o pseudônimo de Clemente Libertino e dedicatória ao papa Inocêncio X.

Curiosamente, algumas das mais preciosas revelações do autor sobre as suas mudanças de lugar social e de perspectiva localizam-se no ‘drama da dedicatória’ da “Guerra de Catalunha”, tal como justificada no “Hospital das Letras”.

Ainda nesta seção auto-reflexiva do quarto ‘apólogo dialogal’, DFM produz longo rol dos seus inéditos, e menciona, entre as “relações históricas”, destinadas já então a compor “todas um livro”, justamente as que, em 1660, serão reunidas no volume das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”.

São elas as “Alterações de Évora”, o “Naufrágio da Armada”, a “Descoberta da Ilha da Madeira”, as “Batalhas do Canal” (título mudado na versão final para “Conflito do Canal de

¹⁴ Brand, Jaques M., “Mapeando o ‘Hospital das Letras’ (1657): Um hipertexto do barroco ibérico e seus elos historiográficos”, dissertação defendida em 25 de março de 2008. Ver no sítio www.historia.uff.br, “Teses e dissertações”.

Inglaterra”), e a “Recuperação de Pernambuco” (que tornar-se-á a “Restauração de Pernambuco” na versão final).¹⁵

O foco nas “Alterações de Évora”

O segundo grande momento reflexivo no conjunto da obra de DFM é formado pela relação histórica das “Alterações de Évora”, isto é, pelo relato que compõe por volta de 1649 (data da dedicatória “a um amigo”) da revolta popular que eclode em Évora em agosto de 1637, donde se alastra por todo o Alentejo e o Algarve, chegando às vizinhanças de Lisboa.

De início, simples motim fiscal contra o pagamento de novos tributos, logo assume as cores de movimento de resistência anti-castelhana e as proporções de uma sedição, sendo percebida como tal pelo governo de Olivares. Em Évora os populares “inquietos” chegam a se organizar como poder paralelo, a providenciar a defesa da cidade, a destituir e nomear funcionários, etc.

Boa parte da história das alterações de 37, no relato meliano (que atravessará os séculos como o mais importante documento historiográfico sobre a revolta), é dedicada à narrativa do abalo produzido na rede de poderes superpostos da União ibérica. Depois das primeiras tentativas de abafar a revolta mediante a negociação em âmbito doméstico, tanto na própria cidade como a partir de Lisboa, a administração da crise se transfere ao governo central em Madri, que organiza a repressão ao mesmo tempo que acena com o perdão aos “inquietos”.

Aos complexos arranjos da Monarquia, acrescenta-se como fator de complicação dos cálculos políticos, na crise de 1637-38, a posição da poderosa Casa de Bragança, cuja sede, em Vila Viçosa, nas vizinhanças mesmo de Évora, parece sugerir cumplicidade com o movimento sedicioso. Os títulos de Catarina de Bragança à sucessão do Reino, em 1580, voltam a assombrar Madri com a possibilidade de que seu neto, o duque d. João, ponha-se à frente da revolta.

João de Bragança decide assegurar Felipe IV e Olivares de sua perfeita lealdade, e vale-se para esta missão dos ofícios de d. Francisco Manuel de Melo, então residente em Madri. A escolha do escritor para a delicada comunicação ocorre na impossibilidade em que se achavam, nessa emergência, os agentes habituais de Bragança junto ao poder central, como o exímio diplomata Francisco de Sousa Coutinho.

¹⁵ “Hospital das Letras”, parágrafo 694, à pág. 100 da edição preparada por Jean Colomès, “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”, “Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes”. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1970. A mesma passagem se encontra à pág. 202 da edição de José Pereira Tavares, “Apólogos Dialogais”, vol II, “Escritório Aventureiro. Hospital das Letras”. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1959, mais acessível no mercado brasileiro.

DFM, até ali um obscuro fidalgo de segunda linha, engajado desde a adolescência nas armas de Castela, passa a se envolver diretamente nas negociações relativas à revolta, depois de uma primeira entrevista com Olivares, o Conde-Duque de San Lúcar, “valido” (ou primeiro ministro) de Felipe IV.

Curiosamente, em carta a um amigo,¹⁶ escrita nos instantes iniciais dos motins, d. Francisco Manuel o aconselhava a não aceitar missão parecida: “(...) o dano é infalível e a utilidade duvidosa (...)”; “(...) é impossível deixar de cair ou na desgraça do príncipe ou no ódio do povo (...)”.

A crise de Évora trará, para DFM, duas conseqüências de extrema importância para os acontecimentos subseqüentes em seu roteiro de vida.

Primeiro, nos termos da leitura aqui proposta, sua proximidade a Olivares, inaugurada de forma imprevista a partir da missão que lhe atribui o duque de Bragança em 37, dará ensejo a um decisivo impulso em sua carreira militar, levando-o a missões de maior responsabilidade que culminam, em 1640, por ocasião da operação de “castigo” dos rebeldes da Catalunha, a assistir diretamente o marquês de los Vélez no comando do exército da Monarquia.

Segundo, a mediação que faz entre Vila Viçosa e Madri, durante a crise de Évora, dará origem às suspeições que, em Castela, resultam na sua destituição daquele posto, assim que chegam a Madri as notícias da Restauração portuguesa, em dezembro de 1640; e dará origem às suspeições com que será recepcionado em Portugal, depois de desertar das forças da Monarquia, em maio de 1641!

A ruptura do terreno político representada pelo Primeiro de Dezembro levá-lo-á à queda; a queda levá-lo-á à profunda revolta pessoal; a revolta pessoal levá-lo-á à deserção; o desejo de vingar-se e a esperança de novo emprego de suas qualificações militares levá-lo-ão a aderir ao Portugal restaurado, em Londres, junho de 1641, talvez respondendo ao equivocado aceno de amigos diplomatas.

O reingresso em Portugal – aliás em péssimo momento, pouco mais de uma semana depois da execução, na praça do Rossio, dos envolvidos na conspiração contra o novo rei e o novo regime, entre os quais seu parente e amigo o historiador Agostinho Manuel, e

¹⁶ Carta 10, “A um grande amigo, aconselhando-o em certo negócio importante”. “Cartas Familiares”, edição organizada com prefácio e notas por Maria da Conceição Morais Sarmiento. Lisboa: Imprensa Oficial-Casa da Moeda, 1981. O destinatário é provavelmente o Conde de Linhares, a quem DFM acabaria acompanhando na arriscada missão a Évora. O ‘grande amigo’ tem o provável significado de o ‘aristocrata amigo’, sem diminuição da proximidade entre Melo e Linhares.

Vasconcelos¹⁷ – levá-lo-á a novo terreno de suspeições, a nova queda em 1644, à necessidade de explicar-se, de justificar-se, de provar lealdade, de responder a um processo político tácito do qual o processo criminal a que responde é apenas um pretexto; à necessidade enfim de rever os anos que levam à Restauração – o que faz como réu de um processo que oculta outro processo, e especialmente como historiador.

A relação das “Alterações de Évora”, mais do que qualquer outro de seus escritos, é um ajuste de contas com a Monarquia espanhola, com a União Ibérica, com Olivares e Felipe IV, com os anos de sua formação, com o próprio João de Bragança que tornar-se-ia dom João IV, ao mesmo tempo que a sua justificação e a sua reivindicação de lealdade a Portugal, meia verdade ou verdade inteira, nunca saberemos.

A lealdade a Portugal e à Casa de Bragança, ele tentará provar mediante a incessante e incansável listagem de seus serviços, nesse texto que – além de peça veemente de defesa pessoal e exímio exercício de dialética aplicada à análise dos dados históricos juntamente com a sua narrativa – é também a desmontagem dos mecanismos de poder da Monarquia, a denúncia da erosão dos foros do Reino e do projeto de unificação olivariano, além de notável documento da prudência política do século XVII.

As “Alterações de Évora” guardam o formato de gradual revelação, passo a passo, do andamento do projeto de revogação da “régia dignidade” de Portugal.

Talvez DFM quisesse mesmo demonstrar, nesta primeira “epanáfora”, que, à exceção da autenticidade da revolta popular, todas as verdades políticas no contexto da Monarquia espanhola são meias verdades, ou que todas as verdades, na política de seu tempo, têm uma outra face.

A tese, os anexos e um guia

Dadas as limitações de prazo, o presente trabalho opera um drástico recorte em projeto muito maior. Fomos obrigados a nos contentar com três dos capítulos previstos, os quais, porém, apresentam o essencial dos resultados de uma investigação sistemática que, somados os anos para a dissertação de mestrado, dura mais de sete.

A vastidão da obra, a escrita dissimulada com que este grande artista da língua defende, em momentos cruciais, as suas posições, em situação que bem se compreende lhe era inteiramente adversa, e a pouca ajuda que, para a compreensão de seus vieses, se encontra na fortuna crítica já secular de Dom Francisco, ressaltados os méritos de um Prestage, de um

¹⁷ Sobre Agostinho Manuel, e Vasconcelos e a conspiração de 1641 e de resto sobre a enigmática personalidade do Restaurador, ver “D. João IV” de Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, especialmente o cap. 5, “Rei por mais de um Inverno”. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Temas e Debates, 2008.

Colomès e de uma feliz proposição de Joel Serrão, a serem justificados adiante, servem-nos de álibi para o tardio com que chegamos aos nossos achados.

A própria apresentação do trabalho apresentou dilemas que somente foram esclarecidos quando compreendemos que seria necessário um método digamos ‘caranguejeiro’, vale dizer, o exame a montante deste mar de escritos, para decifrar e em seguida para tornar claros os seus enigmas. A leitura ‘a contrapelo’, noutras palavras, nos permitiria o desvendamento, no sentido de remoção dos “vidros dos afetos”¹⁸ mais exteriores, para chegar aos “afetos” originais, subjacentes.

No capítulo primeiro, depois de identificar, na lenta recepção da obra meliana, senão um vetor principal ao menos uma vocação virtual, a da busca por uma visão unificada do vastíssimo conjunto, trazemos o passo-a-passo da construção de uma hipótese totalizadora.

Embora o seu campo de aplicação limite-se à historiografia de DFM, pensamos, sem modéstia, mas sem orgulho, com a consciência do relativo, do cumulativo e do plural com que são feitas as descobertas da ciência, que possa trazer luzes novas também ao estudo das regiões mais afastadas da historiografia.

Um segundo capítulo vai buscar, nos grandes abalos do período balizado pelos anos de 1637 e 1641, cuja importância para a biografia do escritor não tem sido percebida na fortuna crítica, uma rápida ascensão profissional do mestre de campo Dom Francisco, tampouco notada até agora pelos comentadores, seguida de súbita e brusca interrupção e queda. É a gênese de um ressentimento que vai vincar a historiografia com a perspectiva da persistente oposição à Monarquia castelhana, traduzindo-se particularmente na escolha dos temas e na crítica dos poderes.

Também este vinco profundo tem escapado aos seus comentadores, particularmente em Portugal, onde a explicação pelo patriotismo tem medrado cômoda e docemente, juntamente com o cultivo de um ‘vitimalismo’ que os duros anos de cárcere suscitam, e que o próprio escritor quis afinal produzir.

O capítulo terceiro acompanha o fidalgo português em sua imprudente volta à pátria, espaço político inteiramente transtornado em relação ao Portugal da União Ibérica, juncado de

¹⁸ Encontramos a expressão duas vezes nos escritos de DFM: “O Conde Duque (& por ele elRei, que pelo **vidro dos afetos do Valido**, olhava todas as ações dos Vassalos, & estas se lhe representavam da cor da indignação do Conde Duque)...”, “Alterações de Évora”, op. cit., parágrafo 71, pág. 54; e “Epístola Declamatória”: referindo-se à sua recepção no desembarque em Lisboa, à frente da frota de socorro trazida da Holanda: “Pouco advertido[s] desta demonstração estavam agora aqueles, que ao próprio povo de Lisboa quiseram fazer que visse minhas ações pelos **vidros turvos de seus afetos**, muita razão fora, que lhe saísse em vão esta humana diligência: pois se o povo lhe[s] não pode pegar sua afeição, porque lhe pegariam eles o seu ódio?”, edição ‘on-line’, parágrafo 7, pág. 8, Corpus Electrónico do CELGA. Coimbra: Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007.

suspeições e atravessado de tramas que vão colher Dom Francisco nas malhas de um processo penal.

A necessidade de justificar-se perante o Portugal restaurado não apenas impõe ao escritor uma pauta de revisão dos anos da União Ibérica, que são também os da sua juventude e do ápice da carreira de armas, como vai imprimir-se em seus escritos como uma segunda perspectiva ou viés, combinada àquela do revoltado em relação a Castela.

Deduz-se das variáveis circunstâncias processuais que vão modulando esse esforço revisional uma periodização interna da historiografia, nunca tentada até o presente, com três fases, as quais o seguem do cárcere ao desterro, e do desterro à plena reabilitação.

A tese se conclui com o exame das **sete** versões (número extraordinário e fenomenal, sobre o qual faz silêncio a fortuna crítica) que DFM foi compondo do ‘Argumento do Correio’, vale dizer de sua queda na Catalunha nas suas relações com os acontecimentos de Évora, exame que põe a nu os recursos de sua escrita e os mecanismos de sua justificação.

O que se segue é portanto o coração teórico da tese.

O que fica faltando? Muito, nos termos do projeto que divisamos como capaz de desenvolver e demonstrar as hipóteses até essa altura construídas. Falta uma apresentação, obra a obra, das perspectivas propostas. Falta o maior desenvolvimento da periodização proposta. Falta na tese também a exposição do código historiográfico meliano, cujas linhas gerais estão esboçadas, é certo, em nossa dissertação de mestrado, e da sua efetiva escrita da História. Falta finalmente completar a prometida análise dos vieses da justificação e da revolta no texto que melhor os combina e contém, a saber, as “Alterações de Évora”.

Também fomos obrigados pelo imperativo dos prazos e pelo tardio dos achados a abrir mão de apresentar as nossas modestas descobertas de uma investigação para a qual o corpus meliano se afigura como excelente campo de estudos e que, afinal, forma a melhor razão para ler DFM em nossos dias, a saber, a escritura prudencial, isto é, o processo de síntese e garimpagem das lições da História, traduzido em seus muitos aforismos, sentenças e juízos de extraordinária prudência política prática.

Algo de tudo que vai faltando poderá ser encontrado, entretanto, nos Anexos, os quais vão formar uma extensa ‘coda’ ao trabalho ora submetido a exame. Começemos pelo segundo deles.

O Anexo II traz um estudo sobre a formação de DFM no quadro da Monarquia compósita dos Áustrias espanhóis, com base nas coordenadas propostas por John H. Elliott em seu famoso ensaio sobre essas complexas formações políticas da História Moderna, com vistas a suprir uma das premissas – a de que o escritor pode ser considerado uma espécie de

criatura arquetípica da União Ibérica – a partir das quais se deduz a gravidade moral de sua queda em 1640 e o surgimento de uma revolta pessoal que não se aplacará jamais, embora arrefeça e se atenua nos anos finais da vida.

Com algumas emendas e acréscimos importantes, é essencialmente o ensaio que apresentamos no Congresso Internacional D. Francisco Manuel de Melo – Mundo é Comédia, em março de 2009, na Universidade Nova de Lisboa.¹⁹

Entre o primeiro estado de nossas concepções, refletidas neste ensaio, contudo, e o estado atual, não mudaram os dados do problema, mas mudamos nós.

Já não conseguíamos acreditar, como antes, por seu valor de face, no alegado patriotismo como o motor primeiro de seus movimentos e como a causa maior de sua oposição à Monarquia.

O entendimento, aqui pela primeira vez registrado, de que sua carreira alçou um ‘alto vôo’ a partir dos primeiros contatos de DFM com Olivares, consistente com toda a sua formação e com a carreira militar que até ali fazia, e que a queda que lhe impôs o Conde Duque dessas alturas é que o leva àquela oposição, como o levou a romper com a Monarquia em 1641, alterou irremediavelmente nossa percepção. Neste sentido, o Anexo II reproduz os ‘pontos cegos’ da visão tradicional de DFM nesse transe e nesses trâmites.

Passamos a compreender desde então a necessidade, para Dom Francisco, de justificar-se perante o Portugal restaurado, como responsável pela operação de ocultação e de ‘mudança de cores’ desse ‘alto vôo’ na revisão que faz desses anos em seus escritos. Agradecemos, a propósito, à Professora Jacqueline Hermann, que participou da banca de Qualificação, o bom conselho, no sentido de emprestar um pouco menos de crédito às alegações da fascinante personagem.

O Anexo I traz os resultados obtidos até o momento no esforço de ‘desmontagem’ e análise das “Alterações de Évora”, precedidos de breve ensaio introdutório destinado a situar esse texto fundamental no conjunto dos escritos melianos. A introdução inclui o estudo comparativo entre a “Guerra de Cataluña” e aquela primeira ‘Epanáfora’, em busca das mudanças que se operam de uma para outra nas duas obras do corpus meliano expressamente voltadas para revoltas no quadro da Monarquia.

A ‘desmontagem’ das “Alterações” compreende, primeiro, o reconhecimento de sua estrutura narrativa e a construção de um índice. Identificados os três movimentos narrativos

¹⁹ Brand, Jaques M., “D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666): Vida e obra no contexto da Monarquia compósita”, in “D. Francisco Manuel de Melo: o Mundo é Comédia”, orgs. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro, págs. 249-268. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

maiores e os dez blocos temáticos que os compõem, bem como os 55 módulos que formam aqueles blocos e movimentos, passamos à análise, módulo a módulo, dos primeiros dezoito, vale dizer, aproximadamente a terça parte do conjunto.

A análise dos módulos se vale das categorias propostas por Michel de Certeau em “A operação historiográfica” e aqui adaptadas para as nossas finalidades. Como um ‘scanner’, digamos, este aparelho analítico nos serve para identificar as incidências relativas ao Lugar Social e à Perspectiva, assim como ao par conceitual formado por Prática e Escrita. Os dois binômios são precedidos de uma leitura do módulo que busca reconhecer o que, na passagem dada, seria o “Caso”, vale dizer, a diégese, ou “fio narrativo” ou matéria factual de um lado, e do outro lado o “Discurso”, isto é, as intervenções do narrador. Ambos os conceitos têm um lugar importante nas reflexões de DFM sobre a escrita da História, sendo justo que se empreguem como ferramentas adicionais, para aferir, em cada módulo, o partido narrativo adotado.

Conquanto nossa intenção fosse a de agregar a essas operações mais dois estudos, de modo a reunir e sintetizar as conclusões relativas à Perspectiva e a Escrita melianas, e ao cabo, além disso, mapear as incidências num Guia dos lugares historiográficos, capaz de servir de instrumento a ulteriores pesquisas sobre a obra de Dom Francisco Manuel, o essencial – ou pelo menos uma amostragem – de seus conteúdos será encontrado na análise módulo a módulo, que é, afinal, a sua ‘oficina’.

2. Considerações preliminares

Nossa primeira abordagem sistemática dos escritos melianos – objeto de afeição antiga e duradoura, remontando ao achado, no velho ‘sebo’ de Cláudio Reis, em Curitiba, nos anos 70, da edição Fernando Nery dos “Apólogos Dialogais”²⁰ –, consistiu no reconhecimento da estrutura e dos teores historiográficos do “Hospital das Letras”, um dos quatro diálogos reunidos nessa obra, o qual praticamente inaugura em Portugal a crítica literária. A começar pela data inscrita na dedicatória a um certo ‘Daniel Pinário’, os vários indícios são de que foi escrito ou pelo menos concluído no desterro de Dom Francisco Manuel na Bahia, em setembro de 1657.

A dissertação de mestrado resultante, “Mapeando o ‘Hospital das Letras’: Um hipertexto do barroco ibérico e seus elos historiográficos”, foi elaborada no quadro do

²⁰ “Apólogos Dialogaes”, reprodução fiel do texto da edição de 1721. Anotados e precedidos de um esboço bibliográfico do Autor por Fernando Nery. Biblioteca de Clássicos Escolhidos. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, A. J. de Castilho – Editor, 1920. A edição Nery representa notável esforço de esclarecimento das muitas referências a autores e livros encontradas nos quatro ‘apólogos’ e particularmente no “Hospital das Letras”, com um corpo de 464 páginas às quais se acrescentam mais 109 em numeração romana, dedicadas a notas, provérbios e sentenças, locuções, ‘assuntos’ e um índice remissivo que, para a época, é uma raridade.

Mestrado inter-institucional, realizado na cidade de Cascavel, a partir do segundo semestre de 2005, pelas Universidades Federal Fluminense e Estadual do Centro-Oeste do Paraná, a Unicentro, sob a segura, precisa e honrosa orientação de Ronaldo Vainfas, e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, em março de 2008.

O argumento do quarto ‘apólogo dialogal’ é uma derivação dos “Ragguagli di Parnaso”, do crítico e satírico italiano Trajano Boccalini. Reunidos por mandado de Apolo e das Cortes do Parnaso numa biblioteca (ou “livraria”) de Lisboa, convertida em hospital, uma “junta” ‘crítico-clínica’ ou ‘clínico-crítica’, reunindo o próprio Autor, juntamente com as personagens de Justo Lipsis, Francisco de Quevedo e o próprio Boccalini (“Bocalino”), passa em revista os livros e autores “enfermos”, diagnosticando os males de que padecem e prescrevendo curas e remédios adequados a cada um.

A tradição, ao mesmo tempo que valorizou os juízos críticos revelados por DFM no “Hospital das Letras”, viu também ali uma certa desordem e confusa organização.²¹ A pesquisa para a dissertação revelou, em contraste, uma cuidadosa estruturação dos materiais em ‘estantes’ (nosso termo), cada qual precedida por um epígono, como bustos ou estátuas à entrada de galerias barrocas (Camões encabeça a dos poetas, Tácito a dos ‘estadistas’, Tito Lívio a dos historiadores), com a ‘estante’ dedicada aos escritos do próprio Autor situada em posição central, e mesmo solar, camuflada porém por frases que, por assim dizer, ‘despistam’ o leitor, levando-o à primeira leitura a acreditar que se tratava de um poeta a mais, entre os poetas portugueses analisados.

Foi aquela a nossa primeira experiência mais atenta com a escrita por vezes artilosa e dissimulada de Dom Francisco Manuel.

A dissertação continha outro achado: uma curiosa homologia estrutural entre a organização interna de cada estante com a própria experiência de Dom Francisco.

Assim, em cada estante, com grande nitidez na dos poetas, mas ocorrendo também na dos “estadistas” (tratadistas políticos) e na dos historiadores, examinam-se primeiro os autores ibéricos indistintamente considerados (Camões, por exemplo, na estante dos poetas, é seguido de Garcilaso, Góngora e Lope de Vega; Antonio Ferreira acompanha Mendoza e Ercilla), e em seguida exclusivamente portugueses. Vale dizer que entre os ibéricos incluem-se tanto

²¹ “Vê-se bem que a arquitetura interna desse hospital está longe de ser um modelo e ela própria necessitaria de alguns reparos urgentes (...)”, diz Wilson Martins, com base no precaríssimo índice que acompanha a edição José Pereira Tavares, de 1959, in “História da Inteligência Brasileira”, vol. 1 (1550-1794), 4ª. edição, pág. 222. São Paulo: T. A. Queiroz, editor, 1992. O crítico Martins reproduz também do prefácio de Tavares o juízo surpreendentemente fora do alvo do excelente Fidelino de Figueiredo, para quem, “dos quatro ‘Apólogos’, o mais lento de movimento até a monotonia será o último, ‘Hospital das Letras’, trabalho didático a que a forma artística, sem aligeirar-lhe a índole, prejudicou a gravidade e a boa ordenação das matérias.” O “Hospital”, ao contrário, tem numerosas passagens cheias de graça, humor e sarcasmo.

castelhanos, valencianos, catalães, galegos e aragoneses como portugueses, prolongando-se depois em seções dedicadas somente a estes últimos.

Ora, também Dom Francisco experimentou primeiro a condição ibérica, como súdito da Monarquia dos Áustrias espanhóis e, em seguida, a partir de 1641, exclusivamente a de um português (digamos) restaurado (embora a sua ‘restauração pessoal’ lhe custasse quase vinte anos a chegar, com a reabilitação).

Outro enfoque inovador da dissertação consistiu em tratar o “Hospital das Letras” como a invenção de um espaço crítico, no Portugal que reconstruía, a partir da Restauração, as suas instituições.

Às páginas 137 a 139 do mesmo trabalho, tivemos a ocasião de propor uma solução para o problema nunca até ali deslindado da correta sequência dos interlocutores, na passagem que vai das entradas 727 a 732, durante o exame ‘clínico’ das obras de Tácito, problema que remonta à edição *princeps* de 1721 e que se mantém nas edições críticas de Colomès (1970)²² e de Pedro Serra (1998).²³ Nesta passagem, o Autor fala duas vezes seguidas.

Com apenas duas fundamentadas e justificadas mudanças de atribuição das falas (Autor/**Lípsio/Quevedo**/Autor/Quevedo em vez da versão *princeps* Autor/**Quevedo/Autor**/Autor/Quevedo, certamente originada de ‘pastel’ tipográfico), obtém-se solução harmoniosa com os papéis assumidos pelos interlocutores.

A segunda parte da dissertação contém um detalhado “Guia dos Elos Historiográficos do ‘Hospital das Letras’”, com o levantamento e comentário das posições críticas ali sustentadas em relação à produção dos historiadores contemporâneos e à tradição mais antiga, e também um inventário de pontos teóricos ou doutrinários relativos à própria operação historiográfica.

Referido às entradas ou ‘falas’ dos quatro interlocutores, numeradas pela primeira vez nesse trabalho (apurando-se no Exemplar Numerado e no Índice Analítico, em anexos, um total de 992 entradas), o Guia é um instrumento de consulta para o estudo da historiografia meliana e da época.

Entre as conclusões alcançadas na dissertação e elaboradas no Guia dos Elos está a de que Dom Francisco Manuel situa-se nas correntes historiográficas de seu tempo como uma espécie de ‘tacitista’ dissidente, vale dizer, não inteiramente conformado (e, na maturidade,

²² Colomès, Jean. Op. cit. A repetição se situa às págs. 106 e 107.

²³ “Apólogos Dialogais”, vols. I e II, com edição, fixação de texto e notas de Pedro Serra. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1998 e 1999. As atribuições repetidas acham-se à pág. 111 do vol. II. Este cochilo ou resignação com o ‘pastel’ tipográfico não tira o valor do excelente trabalho de edição do Professor Pedro Serra, preparado filólogo, que tem feito contribuições notáveis à fortuna crítica do Escarmentado.

francamente inconformado) com as prescrições de ordem formal, porém retendo, do modelo de Tácito, um conceito bastante literal da História como repositório de lições, vale dizer da História como “magistra vitae” (na formulação ciceroniana), o que implica em intervenções do autor para extraí-las.

Assim, a certa altura do “Hospital das Letras”, durante a apreciação das obras de Tácito (às entradas 717-737), colocado entre os tratadistas políticos, a personagem de Lípsio (734) é levada a concluir que, “neste autor, como nos mais historiadores, não serve o discurso ao caso; antes serve o caso ao discurso, sendo contado como acaso tudo que se conta”, vale dizer, subordinando a matéria factual (a ‘diégese’, isto é, a ‘fábula’ ou sucessão dos acontecimentos) às intervenções e comentários do narrador.²⁴

A eventual oposição ou contradição entre “discurso” e “caso” aparece uma segunda vez, quando os interlocutores visitam ‘cl clinicamente’ as obras do bolonhês Virgilio Malvezzi, extremado tacitista, biógrafo e protegido de Olivares. Novamente é Lípsio quem profere o juízo, em resposta a uma indagação de Quevedo (956-957). A ‘enfermidade’ de Malvezzi consiste em “estar sempre em sua História todo o caso suprimido do discurso, e abafado dele, de sorte que, havendo o discurso de servir ao caso, este serve àquele, lendo-se ou adivinhando-se o caso no discurso, o que notavelmente suspende o juízo dos leitores.”²⁵

De passagem, tem-se aqui, na afirmação de que um excesso de “discurso” merece reparo porque “notavelmente suspende o juízo dos leitores”, outro ponto importante, juntamente com o próprio binômio caso/discurso, das reflexões e aliás do projeto historiográfico meliano, o de guardar sempre o interesse dos leitores. A prescrição clássica do ‘ensinar deleitando’ é citada reiteradamente em vários lugares da obra.

É o que se depreende da citação completa daquela primeira observação de Lípsio.

Autor. Pois como se conta o Tácito entre os políticos, se ele foi histórico?

Lípsio. A pergunta é tão formal que requeria mais tempo para vos satisfazer, porém, para o ficardes por agora, bastará advertirdes que, neste autor, como nos mais historiadores, não serve o discurso ao caso, antes o caso serve ao discurso, sendo contado como acaso tudo o que se conta. É bem verdade que **a História se quer vestida e revestida de juízos, sentenças, secretos [segredos], malícias e discrições: porque, enfim, uma história nua,**

²⁴ Entrada 734, pág. 107 da edição Colomès do “Hospital das Letras”, op. cit., como as demais citações do mesmo ‘apólogo’.

²⁵ “**Lípsio.** (...) O ‘Romulo’, ‘Tarquinio’ e ‘David têm a sabida doença deste Marquês. **Quevedo.** E que tal? Porque eu, sempre que os vi, me pareceram de saúde perfeita. **Lípsio.** Estar sempre, em sua história, todo o caso suprimido do discurso e abafado dele, de sorte que, havendo o discurso de servir ao caso, este serve àquele, lendo-se ou adivinhando-se o caso no discurso, o que notavelmente suspende o juízo dos leitores”, pág. 146, “Le dialogue...”, ed. Colomès, cit.

sobre desonesta, é desaproveitada. Isto vos dirá Agostinho Mascardi que melhor o escreveu do que o observou, **mas contudo não por tal modo que se quebre o fio dos acontecimentos, sendo tirado fortemente para outra parte, pela força do discurso.**

Vale dizer que DFM situa-se no plano doutrinário a meio caminho entre uma historiografia mais presa à base factual e ao “fio dos acontecimentos” e aquela que “se quer vestida e revestida” de intervenções do narrador. É quase isto mesmo que ele vai declarar numa dessas intervenções, com valor meta-historiográfico, a certa altura da “Epanáfora Trágica”²⁶, mas agora valorizando o “discurso”:

Secas & infrutíferas se podem chamar aquelas Histórias, das quais se não tira outro fruto, que **a precisa narração do sucesso** delas; & ao contrário, utilíssimas, & deleitáveis **aquelas, que sem perder o fio dos acontecimentos propostos, nos levam por tal caminho, que juntamente chegamos ao fim da informação dos sucessos, & ao da compreensão de várias matérias,** que com a história deles fazem harmonia. **Por este modo de historiar (que é aquele que eu desejo ler), pretendo escrever sempre; instruindo brevemente aos leitores das ocorrências da ação, que lhes ofereço, conforme se verá nas Histórias, que tenho publicado:** & como esta regra, segundo minha opinião, favorecida da melhor parte dos Autores Historiógrafos, tenha lugar em todos os negócios, que se desejam perpetuar na lembrança das gentes, parece que muito mais propriamente se pode introduzir neste modo de compor Histórias, que agora seguimos em Relação; a qual não requer tão épicas observações, como a particular história, de um sujeito heróico: tendo mais proporção com o Poema misto, que com a Epopéia. Por esta causa, & a de aliviar aos que houverem lido, & se aparelham para ler as tormentas, trabalhos & tragédias, de que consta a narração deste Naufrágio; **me pareceu, não impróprio desvio, oferecer neste lugar uma sumária notícia do Reino de Galiza** (que já com Portugal fez um próprio Estado, quando possuído delRey Dom Garcia, que o foi seu & nosso) **por haver sido este Reino principal teatro das ações, que referimos,** conformando-me também neste costume, com os antigos & modernos Escritores.

Demoramo-nos na abordagem deste ponto, não apenas porque está em jogo um par de conceitos importante para o estudo analítico da historiografia de DFM, mas também para ilustrar as dificuldades específicas de um tal estudo, não obstante representarem um prazeroso desafio.

O estudioso da prosa meliana deve estar preparado para seguir as múltiplas conexões, apartes, ‘a propósitos’, ‘deixas’, ‘aliáses’, interpolações, de uma prosa que já foi chamada

²⁶ “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, ed. cit., com introdução e apêndice documental de Joel Serrão, pág. 215. As citações das “Epanáforas” no presente trabalho seguem sempre a mesma edição.

“toga de mil pregas” por Hernani Cidade²⁷. O problema torna-se mais complexo quando se trata de seguir essas conexões entre textos distintos, produzidos em diferentes épocas e circunstâncias. E decididamente se agrava quando o escritor, habilíssimo operador de jogos verbais, decide-se a dissimular por escrito.

Exemplo desta escrita dissimulada é o fragmento de outra passagem do mesmo “Hospital das Letras”, ‘o drama da dedicatória’, que nos importa ao estudo do que chamaremos a perspectiva da auto-justificação, na qual explica porque não dedicou a “Guerra de Cataluña” nem a Felipe IV, que a encomendou, nem a João IV, a quem ‘deveria’ tê-la dedicado, mas ao papa:

Autor. (...) Quando se começou, aquele livro era oferecido a El Rey de Castela; quando se acabou devia oferecer-se a El Rey de Portugal. **Partiu esta contenda o discurso,** acolhendo-me à Igreja e fazendo que o livro fosse posto aos benditos pés de [da] Santidade de Inocência X (...) ²⁸

Note-se que o dilema (a “contenda”) vai ser resolvido por ele mesmo, isto é, pelo “discurso” (aqui em sentido diferente daquele que encontramos acima), que só podemos interpretar como significando a sua própria deliberação, embora também possa ter o sentido de o ‘discurso dos acontecimentos’ e ainda então guardaria em última instância o mesmo significado. A expressão, posta na terceira pessoa, permite-lhe furtar-se de admitir que, afinal, a obra foi dedicada ao papa porque seu autor assim o decidira. Não se fica sabendo por que afinal não o foi a dom João IV, a quem inicialmente “devia oferecer-se”. Há aqui, além de tudo, um possível subentendido. As circunstâncias vividas pelo escritor no Portugal restaurado não lhe inspiravam maior gratidão ao Restaurador.

A própria riqueza e a densidade dos textos acabam por impor ao estudioso uma análise em leque, cada vez mais dispersiva. Já na citação sobre Tácito, mais acima, notamos que ele traz à baila o nome de Mascardi (“... isso vos dirá Agostinho Mascardi, que melhor o escreveu do que o observou...”). Ora, nesta breve cláusula, interpolada em meio a todo um discurso sobre a antinomia caso/discurso, temos a referência ao famoso tratadista da ‘arte histórica’ nos Seiscentos e aos seus ensinamentos, ao mesmo tempo que um reparo à discrepância entre

²⁷ Lições de Cultura e Literatura Portuguesas, 1º vol., 3ª ed., p. 416. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. O juízo ocorre em passagem na qual se compara o estilo de Vieira aos de João de Barros e DFM, nas “Epanáforas”. Dom Francisco Manuel praticou uma ampla gama de estilos em diferentes lugares de seus escritos, e reivindica estar “corriqueiro” no “Hospital das Letras”, diálogo que poderia acontecer em qualquer porta de livraria. Os estudos retóricos da obra meliana ainda têm muito chão pela frente.

²⁸ “Le ‘dialogue...’”, pág. 94, edição Colomès, cit., e pág. 194, vol. II, da já citada edição José Pereira Tavares. Trata-se do parágrafo, entrada ou fala 651.

o que ensinou e o que fez, que somente a pesquisa nos revela tratar-se da história, escrita por Mascardi, da conspiração do conde Fieschi na Gênova de 1547... até o momento em nos deparamos com outra passagem do “Hospital das Letras”, às entradas 902-904, que tudo esclarece, introduzindo porém novas dúvidas.

Quevedo. Maiores oposições se fizeram à sublimidade de sua história, condenada de seca e infrutuosa.

Bocalino. Os preceitos dela tocam a meu paisano autor, Agostinho Mascardi, em a sua ‘Arte Historiográfica’, livro de grande e bem logrado estudo.

Quevedo. Pois, sem embargo de ser o mestre dessa arte, também ele pecou, em Adão, no outro seu opúsculo da conjuração desse mental tirano de Gênova, o conde João Luís Fieschi.²⁹

O que significaria “esse mental tirano de Gênova”? Pensamos tratar-se de uma referência aos planos de Fieschi para tornar-se o tirano de Gênova, vale dizer, uma tirania realizada apenas em pensamento. O que significaria ‘pecar em Adão’? Talvez ‘pecar pela origem’, isto é, em matéria literária, faltar à originalidade, o que introduz um novo problema: se faltou à originalidade, o fez em relação a quem e ao quê?

Como se vê, analisar a prosa meliana é também ingressar num labirinto. As recompensas, contudo, são proporcionais ao árduo da leitura, com o encontro, a cada passo, de percepções iluminadoras, imagens surpreendentes, tiradas de profunda sabedoria, assim como eventualmente os trocadilhos irônicos e outros brinquedos verbais, numa linguagem saborosa, que guarda ainda hoje muitos pontos de contato – como na expressão ‘levar jeito’ – com a fala do povo brasileiro.

Quando menos espera, depara-se o leitor com uma paisagem à beira do caminho, à guisa de símile, como a seguinte, empregada nas “Alterações de Évora”³⁰ [par. 86] para ilustrar a suspeita e o receio de era objeto Vila Viçosa, sede da Casa de Bragança.

Era pequeno seu Povo, mas representava-lho o temor opulento de Nobreza, armas & desígnios, grandes em sua mesma dissimulação: como é mais temeroso o pego do rio, donde a água recolhida está em grande serenidade, que o lago donde se espraia, ou bate na pedra inquietamente.

²⁹ “Le dialogue...”, ed. Colomès, pág. 136, entradas 902-904. Na edição Tavares, vol. II, pág. 246.

³⁰ “Alterações de Évora”, pág. 68, parágrafo 86 em nossa contagem, in “Epanáforas...”, ed. Joel Serrão.

3. Recepção e fortuna crítica

A lenta e atribulada recepção de Dom Francisco Manuel ao longo de mais de três séculos, as circunstâncias que afligem sua fortuna crítica, o particular eclipse crítico de sua obra, agravados durante bom tempo pelo desfavor, despreço e abandono que para com o barroco resultam da hegemonia do racionalismo, do neoclassicismo e das Luzes francesas, não devem ser atribuídos ao simples descaso.

Vale rever aqui, resumidamente, os aspectos singulares dessa recepção.

O fato fundamental é a divisão da vida e da obra entre duas culturas e dois idiomas.³¹

Como se sabe, o autor nasce em Lisboa, em 1608, de mãe castelhana, em família da nobreza, os Melo Manuel, aparentada aos Bragança, sob o regime da União Ibérica. Na juventude, faz a carreira das armas e tem sua formação literária consolidada no valimento de Olivares, surpreendendo-o a Restauração em 1640 em plena campanha da Catalunha, quando atua como mestre de campo ao lado do marquês de los Vélez.

Acaba por aderir ao Portugal restaurado, torna-se em 1644, talvez injustamente, réu em processo de homicídio, permanece preso por cerca de dez anos, cumpre desterro no Brasil entre 1655 e 58, regressa a Portugal, e vem a ser reabilitado.

No consulado de Castelo Melhor é incumbido de altas missões diplomáticas, vindo a falecer em 1666. Uma vida entre as armas e as letras, cujas balizas situam-se inteiramente na fase que Maravall considera o auge do barroco na Península.³²

Embora adotasse, desde cedo, o castelhano como idioma de registro literário (já nos sonetos à morte de Inês de Castro, publicados em opúsculo em 1628), sem jamais, a rigor, abandoná-lo³³, a partir dos anos de cárcere d. Francisco Manuel passa a escrever em português.

A historiografia espanhola consagra a “Guerra de Cataluña” como um de seus momentos mais altos e, conquanto num segundo plano, sua poesia é posta entre os grandes nomes do Siglo de Oro. O conjunto de textos que deixa em vernáculo assegura-lhe, contudo, o lugar de grande clássico também da língua portuguesa.

³¹ Prestage, Edgar. “D. Francisco Manuel de Mello. Esboço Biográfico”, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914. Uma edição facsimilar foi lançada pela Fenda Edições, de Lisboa, em 1996. A biografia escrita pelo professor de Literatura Portuguesa da Universidade de Manchester mantém-se como a referência principal para os dados da vida de Dom Francisco.

³² “Barroco es, pues, para nosotros, un concepto histórico. Comprende, aproximadamente, los tres primeros cuartos del siglo XVII, centrandose con mayor intensidad, con más plena significación, de 1605 a 1650”. In Maravall, José Antonio. “La cultura del Barroco”, 7ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1998. Primeira ed., 1975.

³³ Veremos adiante que também foram escritas em castelhano as principais peças de sua polemística, a exemplo do “Ecco Político” (1645), na “guerra de papéis” que acompanha as guerras da Restauração.

Cinco monumentos literários avalizam essa posição. Além das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660), escreveu em linguagem os “Apólogos Dialogais” (que saíram póstumos, em 1721), a “Carta de Guia de Casados” (1651), a peça de teatro “O Fidalgo Aprendiz” (1665) e as “Cartas Familiares” (1664), além dos poemas reunidos nas “Segundas Três Musas” (1648 e 1665), para não citar exercícios especulativos como o “Tratado da Ciência Cabala” (póstumo, 1624), entre outros.

Entre os escritos que chegaram inéditos ao século XX, acham-se duas biografias, ambas interrompidas: a de d. Teodósio, duque de Bragança, e a de seu filho, d. João IV, o restaurador, ambas da fase em que esteve preso nas torres do Tejo.

Ora, além da dificuldade de abarcar esse mar de escritos, a fortuna crítica meliana sofreu por vários séculos com a mencionada divisão entre dois idiomas. Os estudos de sua obra feitos na Espanha centraram-se na vertente castelhana dos escritos, e o mesmo se deu simetricamente em Portugal, com a crítica lusitana especializando-se na sua porção em vernáculo. Apenas breves espiadelas no terreno do vizinho se verificam até bem avançado o século XX, sendo as exceções ao particularismo nacional apenas sumárias e feitas “en passant”.

É o caso aliás da observação de Menéndez y Pelayo a respeito do “Hospital das Letras”, que por seus teores predominantes chamava “obra espanhola”, como lembra Wilson Martins.³⁴ Reteve-se, a propósito, como autêntico lugar-comum na apreciação literária de Melo, o elogio que lhe faz o crítico castelhana na “História de las ideas estéticas en España” – “el hombre de más ingenio que produjo la Península en el siglo XVII, a excepción de Quevedo”, constantemente citado em abonamento do valor do escritor português.³⁵

Nas três décadas do século XVII que se sucedem à sua morte (em 1666), e ao longo de todo o século XVIII, a obra de Dom Francisco tem antes uma história editorial do que propriamente uma fortuna crítica. Cita-se a anotação de um verbete sobre o escritor na compilação bibliográfica de Diogo Barbosa; e pouca coisa mais.³⁶

³⁴ Martins, Wilson. “História da Inteligência Brasileira”, vol. 1 (1550-1794), p. 220, 4ª edição. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992. O breve desterro baiano de D. Francisco Manuel (entre 1655 e 58) e o ter provavelmente escrito ao menos parte dos “Apólogos Dialogais” em terras brasileiras servem ao crítico Martins para incorporá-lo aos primeiros intelectuais brasílicos.

³⁵ O elogio ocorre no tomo III da “Historia de las ideas estéticas en España”, em meio à aproximação que faz Marcelino Menéndez y Pelayo entre o “Hospital das Letras” e a “República Literária” de Diego de Saavedra Fajardo. Cf. Colomès, Jean. “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo, texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes”, p. XXXVII. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1970. Pelayo considera aquele “apólogo dialogal” “muy semejante a la ‘Republica’ en su objeto, traza y disposición, pero de crítica más viva, original y aguda.”

³⁶ Fontes para a fortuna crítica de D. Francisco Manuel são, até o início do XX, o citado “Esboço Biographico” de Edgar Prestage; até cerca de 1980, Saraiva, A. J. e Lopes, Óscar, na “História da Literatura Portuguesa”, que

No período, vale citar um breve surto de edições melianas pela oficina de Mathias Pereira da Silva, que entre 1719 e 24 publica, entre outros inéditos, o “Tratado da Ciência Cabala”, os “Apólogos Dialogais”, além de um relatório sobre as instituições castelhanas, a “Aula Política, Cúria Militar”.

O silêncio crítico não impede as reedições de itens localizados, como a “Carta de Guia de Casados”, um sucesso editorial de todos os tempos, que alcança versões nos vários idiomas da Europa, sendo traduzido, por exemplo, na Inglaterra, ainda ao final do século XVII, como “The Government of a Wife”. Sabe-se que várias obras circularam amplamente na forma de manuscritos, como atestam os censores da primeira edição dos “Apólogos Dialogais”.³⁷

Somente no século XIX se assiste a um redespertar esporádico da atenção crítica para a obra meliana, geralmente no formato de ensaios avulsos e de introduções e apresentações a novas edições deste ou daquele livro, caso, por exemplo, do estudo que lhe dedica o historiador Alexandre Herculano, em 1840, e do ensaio introdutório publicado por Inocêncio Francisco da Silva em 1875, ao apresentar um “quinto apólogo” até ali inédito, a curiosa “Feira dos Anexins”, inteiramente construída a partir do adagiário e das locuções costumeiras da língua portuguesa.

As circunstâncias da vida, cheia de peripécias, combinando armas e letras, amores e banimentos, atraem escritores românticos como Camillo Castello Branco, que faz circular, em prefácio à sua edição (1875)³⁸ da “Carta de Guia de Casados”, com base no registro de genealogistas, uma versão capa-e-espada dos motivos de seu longo encarceramento (segundo a fantasiosa explicação, um duelo entre o escritor e D. João IV, travado nas sombras, em que ambos disputavam as graças ilícitas da condessa de Vila Nova).

Na Espanha, no XIX, sucedem-se com relativa freqüência as reedições da “Guerra de Cataluña”, uma delas em 1808, no contexto das invasões napoleônicas da Península. O particularismo catalão, a propósito, sempre valorizou este livro, que mostra os inícios da prolongada insurreição regional (1640-1652) contra os excessos do exército castelhano e, em

dedicam ao autor todo o segundo capítulo (pp. 481-502) acompanhado de detalhada bibliografia. A edição crítica dos “Apólogos Dialogais” preparada pelo lingüista Pedro Serra para a editora Angelus Novus em 1998 e 99 informa de novas publicações até essa data. Dados mais recentes sobre novos itens da fortuna crítica podem ser encontrados nos anexos da recente edição crítica de “O Fidalgo Aprendiz”, com introdução, notas e índice de formas de Evelina Verdelho (La Coruña: Universidade da Coruña, 2007).

³⁷ É o caso dos “Apólogos Dialogais” que, no dizer do censor Lourenço Justiniano da Annuniação, do Santo Ofício, em licença de janeiro de 1720, “com grande universalidade justamente correm copiados”.

³⁸ “Carta de Guia de Casados. Para que pelo caminho da prudência se acerte com a casa do descanso. A um amigo por D. Francisco Manoel. Nova edição, com um prefácio biográfico enriquecido de documentos inéditos por Camillo Castello Branco.” Porto: Livraria Chardron, 1898. O prefácio de Camillo se estende das págs. 5 a 54, das quais o intervalo 11-41 contém o assim chamado Segundo Memorial a D. João IV. A versão ‘capa e espada’ é tecida porém com base em linhagistas.

última instância, a tentativa de centralização empreendida por Olivares. O retrato de um povo em armas contra o opressor estrangeiro deve ter servido de inspiração política nos dois casos.

A primeira visão unificada, digamos assim, da obra meliana, se dá pela via biográfica, o que não deixa de ser compreensível, sendo a vida, afinal, o critério unificador mais óbvio da obra dividida e dispersa. Será o inglês Edgar Prestage o mais consequente (a rigor o único³⁹) biógrafo de DFM. Seu “Esboço Biographico”, editado em Coimbra em 1914, ainda hoje se considera válido e insuperado. Trabalha com documentos originais e resulta de demorada pesquisa pessoal, tendo sido Prestage uma espécie de aficionado dos escritos e da personalidade de Dom Francisco.⁴⁰ O biógrafo inglês se recusa a preencher os muitos claros e lacunas da documentação, e avança cautelosamente na narração dos fatos.

Entre essas lacunas está um período de particular interesse para os estudiosos brasileiros, o de seu desterro na Bahia entre 1655 e 58, sobre o qual há quase completo silêncio historiográfico, a despeito das pesquisas tentadas por Jean Colomès nos anos 1960⁴¹, e a despeito da visibilidade que deve ter acompanhado a presença de um “discreto” do Siglo de Oro na Bahia escravista e açucareira, como observou, em banca de qualificação de mestrado a que nos submetemos, a historiadora Ismênia de Lima Martins.

Depois dos ensaios de abordagem vistos no XIX, aos poucos, no século XX, avoluma-se a fortuna crítica da vertente portuguesa da obra. O mesmo se dá com a face castelhana da mesma, sendo de se assinalar que na Espanha, remontando ainda ao XIX e inícios do XX, aspectos da historiografia são debatidos no âmbito acadêmico⁴² por eruditos como Cánovas del Castillo, Pujol y Camps, J. Narciso Roca e J. O. Picón.

Também os historiadores da literatura, tratadistas e autores de manuais didáticos das letras nacionais, de aquém e d'além-Guadiana, reservam passagens e às vezes inteiros capítulos aos escritos de d. Francisco Manuel. Será sob um prisma biográfico e literário que Teófilo Braga os aborda, por sinal longamente, no vol. III (Os Seiscentistas) da sua “História da Literatura Portuguesa” (1909-1918). Ocorre amiúde um curioso desmembramento da obra

³⁹ Antes de Prestage, ocorrem apenas os meros esboços biográficos, geralmente apensos, à guisa de introdução, a edições várias. Um ensaio biográfico acompanha, por exemplo, a edição de 1808, dita edição Pansa, da “Guerra de Cataluña”.

⁴⁰ Em artigo no “Bulletin” da John Rylands Library da Universidade de Manchester, John F. Laidlar descreve a trajetória de Edgar Prestage como pioneiro nos estudos portugueses na Inglaterra e refere-se ao amplo lugar de Melo entre as preocupações literárias do pesquisador.

⁴¹ Pessoalmente e por intermediários, Jean Colomès tentou em vão localizar na Bahia e no Rio de Janeiro um hipotético e desaparecido autógrafo do Hospital das Letras. Colomès, Jean. *Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo*, p. XLI. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1970.

⁴² J. Narciso Roca, “El historiador Melo y la España del siglo XVII”, *España Regional*, I, 1886, p. 587. Citado por J. E. Tobella a propósito da discussão acerca de basear-se ou não a “Guerra de Cataluña” na experiência e na memória pessoais de Melo, na introdução à edição que preparou da “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”. Madrid: Castalia, 1996.

nos manuais de intenções didáticas, com os seus diversos gêneros tratados em capítulos separados.

A abordagem estritamente literária dos escritos de Melo, ao lado do interesse pela movimentada biografia, pode-se dizer que desde o XIX nunca arrefeceu, e vem num crescendo, tratando-se de um dos monumentos do barroco em língua portuguesa. Neste contexto, e embora a historiografia ocupe a sua maior extensão, a face historiográfica da obra será objeto de menor atenção crítica e de menor exposição ao público leitor, sendo considerada apenas ou principalmente por seu valor estético-estilístico.

Vejamos alguns momentos de relevo na sua fortuna crítica mais recente.

Em 1920 vem a lume no Rio de Janeiro a edição “quase-facsimilar” dos “Apólogos Dialogais”, minuciosamente anotada por Fernando Nery⁴³, que se propõe a deslindar a floresta de autores e obras de segundo e terceiro planos inscritos nos quatro diálogos, entre eles e elas numerosos historiadores e obras históricas do período, numa primeira tentativa desse levantamento. O esforço de anotação teria prosseguimento na edição dos “Apólogos” por José Pereira Tavares (1959).⁴⁴

Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon elaboram em 1940, no Rio de Janeiro, o aparato crítico (introdução, informação e notas) para uma primeira edição do “Tácito Português. Vida e morte, ditos e feitos de el-rei Dom João IV”, pela Academia Brasileira, segundo apógrafo inédito, em português, da Biblioteca Nacional.⁴⁵ Quatro anos mais tarde, com prefácio de Antonio Casimiro, aparece no Porto a primeira edição da biografia de d. Teodósio, duque de Bragança e pai do restaurador.⁴⁶

Em 1948, Carminda Nogueira de Castro elabora, como tese de licenciamento em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra, “O conceito de História em D. Francisco Manuel de Melo e a questão da veracidade na Guerra da Catalunha”, em que se reporta à

⁴³ Op. cit.

⁴⁴ Apólogos Dialogais. Prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares. Em dois volumes. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1959.

⁴⁵ Vida, e Morte, Dittos e Feytos de El-Rei Dom João IV. Segundo apógrafo inédito da Biblioteca Nacional, com introdução, informação e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon. Rio de Janeiro: 1940, Centenário da Restauração. A introdução de Peixoto pouco mais faz do que empoladas homenagens à imorredoura amizade entre o Brasil e Portugal, dando Melo como “áureo traço de união entre Portugal e Brasil”, uma vez que aqui cumpriu três anos de desterro... Rodolfo Garcia escreve breve ensaio sobre “Dom Francisco Manuel e o Brasil”, compilando o quase nada que se sabe de sua permanência, e atribuindo-lhe proximidade com Bernardo Ravasco, irmão de Vieira, e descendência baiana, com base no linhagista Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão. Pedro Calmon limita-se a transcrever anotações de Prestage sobre os manuscritos.

⁴⁶ “D. Teodósio II.” Segundo o Códice 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda. Tradução e prefácio de Augusto Casimiro. Biblioteca Histórica – Série Régia. Porto: Livraria Civilização, s.d. O tradutor atém-se a resumir dados da biografia e transcrever também de Prestage aspectos do estilo. A edição traz reproduções de um retrato do biografado, além de desenho de Francisco de Melo, primo de DFM, à guisa de emblema, com alegoria sobre a escrita da História. A folha de rosto do códice traz a data de 1648.

polêmica inaugurada em 1886 por Celestino Pujol y Camps – de um ponto de vista positivista, da historiografia que se quer científica –, quanto à confiabilidade dos relatos melianos do levante catalão, escritos no contexto da “arte historiográfica”.

Além do biógrafo Prestage, o século XX assiste a uma crescente atenção e valorização dos escritos de DFM por estudiosos não-ibéricos. É o caso de Georges Le Gentil, “maître de conférences” da Sorbonne, investigador da sociedade e da literatura ibéricas, que em “La littérature portugaise” (1935), obra de síntese⁴⁷, dedica-lhe um capítulo, “Le goût espagnol”, no qual assinala a profunda influência que sobre os escritos de D. Francisco exerceu a literatura castelhana em seu período de maior esplendor. Le Gentil registra preferência pessoal pela “Carta de Guia de Casados” e pelas “Epanáforas”, destacando, pelo valor de testemunho “superiormente dotado”, as que se referem aos motins de Évora, ao naufrágio da Armada e à batalha naval das Dunas.

Exemplo da atenção pontual que em países não-ibéricos desperta a obra meliana aparece em “Boccalini in Spain”⁴⁸, estudo da influência do satírico italiano Traiano Boccalini (um dos interlocutores imaginários do “Hospital das Letras”), publicado em 1946, no estado norte-americano do Wisconsin. Seu autor, Robert H. Williams, professor de línguas latinas na Universidade do Texas, às páginas 81 e 82, comenta haver bom material sobre o italiano nos “Apólogos Dialogais” de DFM e destaca entre os diálogos o “Hospital das Letras”, que considera “one of the most interesting and comprehensive literary criticisms to be found anywhere”.

Acontecimento importante nas investigações melianas foi a descoberta, por Giacinto Manuppella, do autógrafo da “Visita das Fontes” (um dos quatro “Apólogos Dialogais”), que a Universidade de Coimbra vem a publicar numa edição facsimilar⁴⁹, com introdução e notas daquele erudito italiano, em 1962.

A segunda metade do século XX registra o gradual espessamento da fortuna crítica. Alguns raros estudos contemplam a historiografia, caso da introdução escrita em 1967 por Joel Serrão para a edição que preparou das “Alterações de Évora”, uma das cinco relações

⁴⁷ Le Gentil, Georges. “La Littérature Portugaise.” Paris: Armand Colin, 1935.

⁴⁸ Williams, Robert H. “Boccalini in Spain. A Study of his Influence on Prose Fiction of the Seventeenth Century.” Menasha, Wisconsin: George Banta Publishing Company, 1946.

⁴⁹ “A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro.” Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário por Giacinto Manuppella. Acta Universitatis Conimbricensis. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962.

históricas reunidas nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, com foco nas bases sociais daquela revolta fiscal.⁵⁰

Benjamin Nicolas Teensma, estudioso da língua e das letras castelhanas, publica no formato de tese em 1966 em Groningen, na Holanda, o estudo “Don Francisco Manuel de Melo. Inventario General de sus Ideas”⁵¹, obra em três capítulos que versam respectivamente sobre a personalidade e os dotes psicológicos, a posição como autor, filólogo e lingüista, e seu pensamento político e social, com destaque para as idéias jurídicas e econômicas. Por todo o estudo, o pesquisador holandês segue de muito perto a letra dos escritos, preocupado com resenhar os temas percorridos.

Jean Colomès, doutor em estudos ibéricos, discípulo de Le Gentil, adota procedimento semelhante, na sua tese de doutoramento pela Sorbonne, publicada em 1969 (Bordeaux), com a diferença de que realiza a leitura sob as categorias da sátira e da crítica, presentes já no título do estudo: “La Critique et la Satire de D. Francisco Manuel de Melo”.⁵² A historiografia meliana lhe merece extenso tratamento, com destaque para as “Epanáforas” e dentre elas a “Epanáfora Política”, mas também a “Guerra de Cataluña” e o “Tácito Português”. Busca em seguida a crítica social e a sátira na “Carta de Guia de Casados” e nos quatro “Apólogos Dialogais”, especialmente o “Hospital das Letras”. Os três últimos capítulos, dos quatorze que compõem a tese, versam, respectivamente, sobre os escritores italianos, espanhóis e portugueses “visitados” neste diálogo. Como ocorre com Teensma, Colomès não se desprende do texto, parafraseando-o continuamente, sem se atrever a maiores vãos teóricos, mas enriquecendo sua compreensão com o esclarecimento de numerosos pontos obscuros da história e da bibliografia.

Ainda melhor serviço ao conhecimento da obra meliana presta Jean Colomès na sua edição crítica do “Hospital das Letras”⁵³, publicada postumamente em 1970 pelo Centro Cultural Português, associado à Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris: “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”, cujo texto estabelece a partir da edição *princeps*, consultando os apógrafos, anotando as variantes, e cujas menções a

⁵⁰ Alterações de Évora (1637). Introdução, fixação do texto, apêndice documental e notas por Joel Serrão. Lisboa: Portugália Editora, 1967.

⁵¹ Teensma, Benjamin Nicolaas. Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666. Inventario general de sus ideas. A certidão académica de aprovação da tese data de 17 de junho de 1966.

⁵² Colomès, Jean. La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo. Thèse pour le Doctorat ès Lettres présentée a la Faculte de Lettres et Sciences Humaines de l’Université de Paris (Sorbonne), par Jean Colomès, Agrégé de l’Université, Docteu en Études Ibériques. Bordeaux: Biscaye Frères imprimeurs, 1969.

⁵³ Colomès, Jean. Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1970.

numerosos autores e obras elucidada, com base na pesquisa que realizou em bibliotecas dos dois continentes.

Em 1977 vem a lume a edição facsimilar das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”⁵⁴, com introdução de Joel Serrão. Trata-se do ensaio “Uma cultura, uma mentalidade: D. Francisco Manuel de Melo”.

Nele, entre outras apreciações sobre vida e obra de Dom Francisco, o erudito português anota, a propósito talvez da expressão “epanáfora”, derivada sem dúvida da figura retórica da “anáfora” ou repetição, inscrita no título, a hipótese de que as cinco relações nelas contidas podem ser consideradas “como que modulações anafóricas de um mesmo tema”, compreendendo-se “anafóricas” – pensamos nós – no sentido de ‘recorrentes’.

Noutras palavras, um mesmo tema de fundo percorreria as “Epanáforas”, que poderiam ser vistas como fragmentos de um painel dotado de unidade e referenciado à formação do império português, do início da colonização ultramarina (tema da “Epanáfora Terceira”, relação da descoberta da ilha da Madeira) à União Ibérica (as “Epanáforas” segunda e quarta versam sobre temas vinculados à União Ibérica, a saber, o naufrágio da armada portuguesa em 1627 e o conflito no Canal de Inglaterra, em 1639), e desta aos prenúncios da Restauração (com as “Alterações de Évora”, em 1637, tratadas na “Epanáfora Primeira”, do mesmo nome) e ao restabelecimento do Império (com a “Restauração de Pernambuco”, tema da quinta “Epanáfora”).

Como veremos adiante, a hipótese suscitada por Joel Serrão nos servirá como um dos pontos de partida para o presente trabalho.

A publicação do facsímile das “Epanáforas” pela Imprensa Oficial-Casa da Moeda (de Portugal) importou igualmente por ampliar o acesso a obra de relativa raridade. Além das edições de 1660 e 1676, esta com muitos erros, circulava no mercado apenas a de 1931, preparada por Edgar Prestage, também de difícil achamento.

Nos anos 1980, aparecem na fortuna crítica outros estudos da historiografia meliana. Em 1983, o pesquisador e professor catalão Joan Estruch Tobella, da Universidade de Barcelona, defende a tese doutoral “Vida y obra de F. M. de Melo”, a que não tivemos acesso. É dele também o aparato crítico da edição Castalia, de 1996, da “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”.⁵⁵ Na “Introducción biográfica y crítica”, passa em revista

⁵⁴ Epanáforas de Vária História Portuguesa. Introdução e apêndice documental por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

⁵⁵ Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña. Edición de Joan Estruch Tobella. Clasicos Castalia. Madrid: Editorial Castalia, 1996.

os dados biográficos, relacionando-os à obra, e demora-se na análise de seus aspectos historiográficos e estilísticos.

Estruch Tobella vê na historiografia de Dom Francisco Manuel, como de resto em toda a produção historiográfica do barroco, apenas a rotina retórica e a continuação dos cânones renascentistas, com duas importantes mudanças:

El barroco hereda del renacimiento la concepción humanística de la historia, basada en la recuperación del modelo clásico. La historiografía del seiscientos apenas se distingue de la del siglo anterior por un mayor interés por la erudición y la crítica textual. También se destaca una preferencia por el tratamiento de sucesos particulares, contemporáneos, motivada por la conflictividad político-social de la época.⁵⁶

Reconhece Estruch Tobella o interesse da época pela história como gênero literário, refletido em obras como a de Luís Cabrera de Córdoba (“De historia, para entenderla y escribirla”, Madri, 1611), com preceitos e esquemas que teriam sido seguidos por DFM. Anota que “Melo, en su ‘Hospital das Letras’, demuestra tener un profundo conocimiento de los historiadores clásicos y modernos”, registra a citação elogiosa feita por Melo, no mesmo diálogo, de outro tratadista da arte retórica, Agostino Mascardi (“Dell’arte istorica”, Roma, 1636), e acrescenta adiante que “(...) la historia era un género literario sometido a las normas de la retórica clásica, y la originalidad o mérito del historiador hay que buscarlos en el uso peculiar que haga de ellas”, para concluir que “Las ideas de Melo acerca de la historia no se apartan mucho de estos lugares comunes de la teoría y la práctica historiográficas del siglo XVII”.

Outro estudo da historiografia aparece em 1983, com a assinatura dos professores João Luís Lisboa e Maria Teresa Amado, a “Teoria da História em Francisco Manuel de Melo”⁵⁷, uma original abordagem dos graus e espécies de racionalidade presentes na escrita da História, com base na epistemologia genética de Jean Piaget, entre outros, e centrada em quatro itens do corpus meliano: a “Política Militar en Avisos de Generales”, a “Guerra de Catalunha” e as “Alterações de Évora”, além da “Epanáfora Bélica”.

⁵⁶ Idem, Introducción, p. 26.

⁵⁷ Amado, Maria Teresa e Lisboa, João Luís. Teoria da História em Francisco Manuel de Melo. Lisboa e Lousã: Plátano Editora, 1983.

Em 1987, Maria Teresa Amado apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a dissertação “A representação do poder em Francisco Manuel de Melo”⁵⁸, a que não tivemos acesso.

No campo hispânico, aparece em 1992, de Antonio Bernat Vistarini, um estudo dos textos melianos que segue de perto o contexto histórico-biográfico: “Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del Barroco Peninsular”.⁵⁹

A detida atenção que dirige aos anos da formação e de cárcere de DFM, os quais ocupam a maior parte do trabalho, assinala a contribuição do estudioso, professor da Universidade das Ilhas Baleares, ao corpo de estudos críticos. Vistarini se demora também numa sugestão do holandês Teensma, que por força quer fazer de DFM um cristão-novo, com base em indícios genealógicos muito rebuscados e a despeito das reiteradas manifestações de despreço meliano pela gente da Nação.

Anotar ainda, do espessamento da fortuna crítica ao final do século XX e início do XXI, duas importantes evoluções, que ampliam as bases para o estudo historiográfico.

Primeiro, os estudos e análises que partem da retórica, vista como arte do discurso posta em cânone, e que se valem da renovada atenção e autêntico renascimento dos estudos retóricos verificados nos âmbitos acadêmicos europeus e anglo-americanos na segunda metade do século passado, orientados, no caso, para a compreensão dos procedimentos de escrita em d. Francisco Manuel.

Tem-se em vista trabalhos como o de Pedro Serra, professor de filologia em Salamanca, que submete a extensa análise retórica os “Apólogos Dialogais”, cujo texto estabelece⁶⁰ com base em apógrafos distintos daqueles que serviram a Colomès; e de Maria Luísa Leal, da Universidade da Madeira, preocupada com as relações entre o relato historiográfico e a narrativa ficcional, no estudo que faz⁶¹ da “Epanáfora Terceira”, em que Melo narra o lendário descobrimento da Ilha da Madeira por um casal de ingleses, com base no relato deixado por Francisco Alcoforado, escudeiro de Henrique o Navegador.

⁵⁸ Amado, Maria Teresa. A representação do poder em Francisco Manuel de Melo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de História Cultural e Política Moderna. Universidade de Coimbra. 1987.

⁵⁹ Vistarini, Antonio Bernat. Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del Barroco Peninsular. Palma: Universitat de les Illes Balears, 1992.

⁶⁰ Apólogos Dialogais. Vols. I e II. Introdução, fixação de texto e notas de Pedro Serra. Braga, Coimbra: Angelus Novus, 1998 e 1999.

⁶¹ Leal, Maria Luisa. Le Fait et la Fiction dans un Récit Baroque de l’Histoire de la Découverte de Madère, in “Dedalus”, Revista Portuguesa de Literatura Comparada. Lisboa, número 2, dezembro de 1992, PP. 107-116.

Pedro Serra reuniu num volume de “Conversas Civis”⁶² os seus estudos sobre DFM, compreendendo os ensaios introdutórios às edições dos “Apólogos Dialogais” e também à da “Carta de Guia de Casados”, além de ensaios que igualmente se voltam para a prática conversacional e a sua representação literária.

Outra linha de investigação, de grande valia para os estudos historiográficos em tela, por estabelecerem em sólida base lingüística os textos de d. Francisco Manuel, compõe os esforços do Centro de Estudos de Lingüística Geral e Aplicada (CELGA), liderados por Evelina Verdelho, que vêm resultando em edições tratadas por curadoria eletrônica de vários itens da bibliografia meliana, de que fazem prova as “Concordâncias” e o “Índice directo de formas” das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”⁶³, ambos publicados no formato digital por aquele centro associado à Universidade de Coimbra; e ainda a admirável edição crítica com introdução, notas e índice de formas de “O Fidalgo Aprendiz”, empreendida pela mesma lingüista e publicada em 2007 pela Universidade da Corunha.

Também de 2007 é a tese “D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do “cortesão prudente e discreto” na cultura barroca peninsular”, de Paulo Silva Pereira, defendida perante a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Seus cinco capítulos versam sobre “O modelo do ‘cortesão prudente e discreto’ na tratadística áulico-política e suas práticas discursivas dos sécs. XVI e XVII”; “Os rostos da cortesania”; “A milícia”; “O saber”; e finalmente “Retórica e cortesania”.

Em 2008, ao ensejo do quarto centenário de nascimento do autor, as Universidades do Porto e de Coimbra organizam um colóquio internacional multidisciplinar em torno ao tema “D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular”, realizado nas duas cidades entre 23 e 25 de outubro, cujas atas ganham publicação em 2010.⁶⁴

Alguns dos nomes de maior relevo da academia portuguesa ali se debruçam sobre aspectos da vasta obra, divididos em três eixos temáticos: Formas e Imaginário(s) do Barroco, Poéticas do Barroco e Modalidades de Escrita do Barroco em D. Francisco Manuel de Melo.

De interesse imediato para o estudo da historiografia constam três ensaios, entre os quais o de António de Oliveira, da Universidade de Coimbra, “D. Francisco Manuel de Melo, Historiador”, de grande importância por sintetizar em cerca de 55 páginas as conclusões de

⁶² Serra, Pedro. *Conversas Civis. Estudos sobre D. Francisco Manuel de Melo*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones, 2003.

⁶³ Índice directo de formas das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” de D. Francisco Manuel de Melo. Corpus Electrónico do CELGA – Português do Período Clássico. Centro de Estudos de Lingüística Geral e Aplicada (CELGA), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007.

⁶⁴ D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular. Coordenação de Marta Teixeira Anacleto, Sara Augusto e Zulmira Santos. Coimbra: Imprensa da Universidade com Ediciones Univ. Salamanca, 2010.

toda uma vida dedicada à pesquisa do período filipino em Portugal e, notavelmente, às alterações de Évora, Alentejo e Algarve em 1637. Veremos a seu tempo, no desenvolvimento da tese, algumas das conclusões de Oliveira.

Também na parte do conclave dedicada às modalidades de escrita do Barroco, Vanda Anastácio, da Universidade de Lisboa, contribui com “Apontamento sobre D. Francisco Manuel de Melo, a História da Guerra da Catalunha e os Papéis da Restauração”, ocupando-se das fontes empregadas por Melo no relato da insurreição catalã e com sua participação na guerra de papéis coadjuvante das guerras da Restauração.

No eixo temático “Poéticas do Barroco”, Maria do Céu Fraga, da Universidade dos Açores, escreve “Um historiador ‘esquisito’: A ‘Epanáfora Amorosa’ de D. Francisco Manuel de Melo”, preocupada com “as fronteiras entre a relação histórica e a efabulação literária” nesta “epanáfora”, que tem sido considerada uma pioneira novela histórica e que dá o que pensar aos dois campos da teoria historiográfica e da teoria literária.

Um segundo colóquio internacional, promovido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e pelo Instituto de Estudos Portugueses da Universidade Nova de Lisboa, realizou-se em Abril de 2009, reunindo especialistas de diversos campos de estudo e diferentes nacionalidades em torno da obra do escritor : “D. Francisco Manuel de Melo – Mundo É Comédia”.

As atas dos trabalhos deste segundo conclave acham-se no prelo.⁶⁵

3.1 Avaliação da fortuna crítica

Um trabalho de séculos foi necessário para que se superassem os particularismos nacionais na apreciação da obra meliana e se começasse a percebê-la e a freqüentá-la na sua extraordinária amplitude, no seu amplíssimo espectro de gêneros.

Ao longo do tempo, certos livros foram abrindo caminhos em cada uma das vertentes da cultura ibérica e conquistando preferências, a exemplo da antiga afeição política dos catalães e da antiga admiração castelhana pelas realizações estilísticas da história do levante do Principado, ou do longo amor dos portugueses e brasileiros (como Fernando Nery, o paciente preparador da edição carioca de 1920) pelos “Apólogos Dialogais”, preferências às quais tem correspondido a formação e acúmulo de acervos críticos específicos.

Na história da recepção e da crítica, somente no século XX se assiste à redescoberta do universo dos escritos de Dom Francisco Manuel considerado como um todo, graças sobretudo

⁶⁵ Às vésperas da conclusão do presente trabalho, chegou-nos um exemplar, já citado, com as atas do encontro de Lisboa, reunidas no volume D. Francisco Manuel de Melo: O Mundo é Comédia, org. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

ao trabalho de “estrangeiros”, vale dizer, estudiosos não-ibéricos que, talvez pela equidistância daquelas afeições nacionais ou pelo simples olhar forasteiro despido de paixões particularistas, viram com maior clareza o vasto perímetro exterior desse continente literário.

Ainda assim, merece alguma reflexão o fato de que Prestage e Colomès partissem da cultura portuguesa para alcançar o conjunto, o inglês pela via da biografia, o francês aplicando à quase totalidade dos escritos as lentes da crítica e da sátira; e que o holandês (nascido na Sumatra) Teensma inventariasse ao menos uma parte do corpo de idéias partindo de estudos das letras castelhanas.

Começam a surgir, contudo, entre os filhos da própria Península, os pesquisadores do conjunto. Um pioneiro foi o catalão Joan Estruch Tobella, que já em 1983 abarcou vida e obra em tese acadêmica, sem deter-se, em vários outros estudos, nas fronteiras de idioma e cultura.⁶⁶ Outro representante dos esforços mais recentes, o professor português Paulo Silva Pereira, em tese de doutorado de 2007, percorre transversalmente todo o continente chamado Francisco Manuel de Melo, em busca dos traços de cortesia, discrição e prudência.⁶⁷

As duas condições para novas sínteses passaram a ganhar densidade nas últimas décadas: a disponibilização de facsímiles, como o de 1977 das “Epanáforas” pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda portuguesas, e de edições críticas, como a esmerada edição de 2007, já mencionada, de “O Fidalgo Aprendiz”; e, além disso, a multiplicação dos estudos monográficos. Os recursos eletrônicos começam a tornar acessíveis a estudiosos de qualquer lugar aqueles textos antes reservados às seções de obras raras das bibliotecas europeias. Instituições como o CELGA da Universidade de Coimbra, e a Biblioteca Nacional de Lisboa, lideram este esforço, que tem a contribuição de lugares imprevistos, como a Biblioteca Foral de Biscaia, responsável pela publicação em linha (“on line”) de uma raridade essencial à pesquisa da polemística meliana tal como o “Ecco Político” de 1645. Os particularismos ibéricos ainda hoje encontram argumentos válidos e operantes na acesa barragem crítica endereçada por Melo, em sua polemística, aos poderes de Madri.

Para que se tenha uma idéia da intensificação dos enfoques monográficos, vale registrar que o volume de contribuições do Colóquio Internacional “D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular” trouxe dezesseis ensaios em três diferentes eixos temáticos, e o Congresso Internacional “D. Francisco Manuel de Melo – Mundo É Comédia” reuniu 35 diferentes abordagens de aspectos da obra.

⁶⁶ Estruch, Joan. Vida y obra de F. M. de Melo, tesis doctoral, Universidad de Barcelona, 1985.

⁶⁷ Silva Pereira, Paulo. D. Francisco Manuel de Melo e o Modelo do ‘Cortesão Prudente e Discreto’ na Cultura Barroca Peninsular. Tese defendida junto à Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007.

Também no Brasil a obra de d. Francisco vem ingressando em tela crítica. De longa data, aliás, comparecem alguns intelectuais nacionais no rol dos seus leitores e aficionados. Não é difícil ouvir, nas páginas iniciais de “Caetés”, primeiro romance de Graciliano Ramos, ecos da abertura do “Hospital das Letras”. O falecido senador Severo Gomes costumava entremear discursos com citações de Melo. O cronista Rubem Braga dedica-lhe uma página cheia de graça. O poeta Paulo Leminski aproveitou a cena da aula de esgrima em “O Fidalgo Aprendiz” para descrever o manejo dos floretes na abertura do seu celebrado “Catatau”. O erudito Haroldo de Campos, em ensaio sobre este texto experimental, levanta a hipótese de uma direta inspiração nos jogos vocabulares da “Feira dos Anexins”.

A propósito das colaborações brasileiras para a fortuna crítica de Dom Francisco, merece citação e lembrança o pioneiro trabalho de Fernando Nery na decifração da verdadeira floresta de nomes e títulos contidos nos “Apólogos Dialogais”, na edição carioca de 1920, preparada para o livreiro Castilho. Com todas as dificuldades de acesso à bibliografia meliana e à documentação do XVII ibérico que se tem em nosso País, Fernando Nery antecipou e abriu caminho para muitas das explicações mais tarde desenvolvidas por José Pereira Tavares para a edição de 1959 e por Jean Colomès, no admirável aparato de notas da edição francesa do “Hospital das Letras”, de 1970.

Sem nos estendermos às dissertações e teses que começam a surgir nas universidades brasileiras, vale encerrar estas observações com o registro de uma contribuição de sólida erudição sobre a poesia do Melodino feita no Brasil. Trata-se da edição, pela Brasiliense/Edusp em 1988, de “A Tuba de Calíope”, a quarta das nove “musas” reunidas nas “Obras Poéticas”, com introdução, estabelecimento do texto, notas e glossário do Prof. Dr. SEGISMUNDO SPINA. Um trabalho que honra a inteligência brasileira e que inaugura a apropriação crítica rigorosa de um corpo de escritos que também nos pertence, deste lado do Atlântico, por herança de bem certa e natural legitimidade.

3.2 Lugar da tese na fortuna crítica

Se na recepção crítica da obra meliana os particularismos nacionais foram superados, no sentido de que pelo menos os dois lados já lêem o outro lado; se já se caminhou consideravelmente na direção de visões panorâmicas, seja pelo prisma biográfico (Prestage), seja pelo dos teores ideológicos (Teensma), seja pelas categorias da crítica e da sátira (Colomès), seja finalmente pelo recorte da cortesia e da discrição (Silva Pereira); ainda não se fez o ajuste que deveria devolver, aos estudos melianos, o enfoque ibérico. O reconhecimento de uma perspectiva dominante, bifrontal, ao mesmo tempo ibérica e dissidente (ou revoltada) e de auto-justificação, inscrita no conjunto da obra e, especialmente,

da historiografia de DFM, incidindo em particular sobre um texto-chave (as “Alterações de Évora”), é a contribuição que se visa com o presente trabalho à fortuna crítica do escritor.

4. Hipóteses, objeto e recorte.

Boa parte do Capítulo Primeiro é dedicada à construção de uma hipótese que, nascida do exame da historiografia nas suas relações com as circunstâncias históricas e com o roteiro biográfico de Francisco Manuel, e tendo por objeto imediato os seus escritos de História, se endereça à questão da busca por uma visão unitária da obra meliana. Vale dizer que, se estiver correta, traz algumas chaves para se alcançar a visão de conjunto dos escritos do Polígrafo.

Seu ponto de partida e ao mesmo tempo o seu objeto de aplicação imediata são os trabalhos historiográficos de Dom Francisco, mas também as peças de sua polemística e aquelas que, no curso do processo criminal a que foi submetido, destinavam-se a obter a clemência real, como os “Memoriais” dirigidos a dom João IV e a “Epístola Declamatória” que escreveu tendo como destinatário o infante dom Teodósio.

A hipótese que se constrói vai buscar subsídios em regiões da obra que, embora situadas fora deste campo alargado, apresentam fortes traços das perspectivas revoltada (ou dissidente e crítica) e de auto-justificação, como os quatro diálogos reunidos nos “Apólogos Dialogais”, para cuja compreensão, no caminho de volta, do geral para o particular, pensamos que apresenta poder explicativo.

É o caso por exemplo do singelo ‘apólogo dialogal’ primeiro, dos “Relógios Falantes”, conversação entre o relógio da Cidade e o da Aldeia, cujos ponteiros, atrasados ou adiantados conforme a peça que querem pregar ao conjunto da sociedade, acabam por apontar e ‘castigar’ injustiças e, no limite, por reordenar o mundo social, à guisa de uma inocente crítica dos costumes.

É o caso também de certas passagens de outro ‘apólogo’, o “Escritório Avarento”. Quatro moedas, encerradas na gaveta de um usurário, trocam idéias sobre a economia e o curso (e a força) do dinheiro e descrevem seus itinerários individuais, os quais resultam num retrato da sociedade da época. A certa altura, por exemplo, o discurso do “Cruzado moderno” sobre a desigualdade produzida pelo dinheiro acaba por atingir a ordem social:

(...) Falais-me no que val e no que descansa estar um cidadão em sua casa dormindo, regalado, seguro e quieto em noute tempestuosa de Dezembro, e a troco de uma pequena migalha de prata e ouro estar o miserável pescador lutando com a morte duas marés inteiras para lhe trazer de madrugada o guloso vesugo ou o pintado salmonete, que lhe vem como pintado para jantar a sua senhora! Dizei-me que cousa há no mundo como ter

um senhor muitos criados que por breve porção de dinheiro o sirvam e lhe adivinhem o pensamento e, o que é mais, que lhe sofram impertinências e sem-razões, e possa aquele curto interesse fazer maiores e menores homens aqueles que Deus e a natureza fez iguais! Que o mercador assista no porto, mole de mimoso, podre de rico, quando por seu dinheiro andem cem homens, às vezes melhores que ele, dobrando cabos não conhecidos, forcejando com ondas e com ares, por lhe adquirir mais tesouros! E, finalmente, que o príncipe não saiba mais que medir com vagaroso passeio a breve distância que há do trono ao leito, do leito à mesa, da mesa ao coche e do coche ao Paço, quando inumeráveis gentes, as mais de quem nunca foi ouvido ou visto, pelo preço de uma pobre paga e de um socorro incerto se exponham ao trabalho e se arrisquem à morte e se aventurem ao Inferno!⁶⁸

A rigor, contudo, como dissemos, a tese tem por objeto imediato a historiografia, cujos itens são descritos em outros lugares do trabalho, os quais incluem os dois volumes que DFM fez publicar (no sentido de mandar imprimir) em vida, a saber, a “Guerra de Cataluña” (Lisboa, 1645) e as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (Lisboa, 1660), além das biografias interrompidas de Teodósio, duque de Bragança, e de seu filho, o restaurador.

Em um último recorte, a tese se concentra sobre a “Epanáfora Política Primeira”, que tem por objeto as “Alterações de Évora” (títulos complementares do mesmo trabalho, usados alternativamente), e cuja ‘desmontagem’ e análise é remetida para o Anexo I. O recorte se justifica: trata-se da principal e mais desenvolvida peça de revisão dos acontecimentos responsáveis por suas quedas em desgraça tanto em Castela como em Portugal. Nas “Alterações de Évora”, a perspectiva ibérica, dissidente e crítica (ou revoltada) em relação à Monarquia combina-se indissociavelmente com a da auto-justificação de DFM no Portugal restaurado.

Nas linhas introdutórias a esse estudo (sempre no Anexo I), uma breve comparação é feita entre a “Guerra de Cataluña”, na qual, por assim dizer, encontramos a perspectiva revoltada em estado puro, (dado que talvez até 1645, ano de sua publicação, o imperativo de justificar-se politicamente não se impusesse ao escritor com a força que em seguida se verifica) e a “Epanáfora Política”, cuja redação é de 1649, de maneira a localizar as mudanças de viés e de estilo, além da virada lingüística que, a partir dos anos de cárcere, o leva a escrever preferencialmente em português.

⁶⁸ Apólogos Dialogais, ed. Pereira Tavares, vol.II, pp. 66-67; ed. Pedro Serra, vol. II, pp. 34-35. No mesmo pronunciamento do Cruzado moderno, DFM passa a defender a posição diametralmente oposta, o que não invalida o argumento da revolta.

5. Considerações metodológicas: a “caixa de ferramentas” de Certeau

Em seu clássico ensaio sobre “A operação historiográfica”, Michel de Certeau define três categorias – lugar, prática e escrita – a serem levadas em conta no estudo da produção do discurso historiográfico. Trata-se ali de explicitar as premissas silenciosas ou silenciadas que incidem sobre o estatuto epistemológico da historiografia, tal como praticada a partir do século XX, vale dizer, no contexto da academia e de seus sistemas de validação.

Segundo o mestre francês,

“(…) Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). Será admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (...)”⁶⁹

Sua preocupação de fundo, ao longo do ensaio, é inventariar – enriquecendo-os com o levantamento sistemático das condições impostas à operação historiográfica pelo quadro institucional, pelas relações internas das corporações de historiadores profissionais, por sua relação com a sociedade, etc – os frutos dos sucessivos questionamentos que, na esteira de Serge Moscovici, Michel Foucault, Paul Veyne e outros, resultaram na relativização da objetividade histórica pretendida pelo cientificismo do século XIX.

Muitas das conquistas epistemológicas da escola de Annales, da Nova História e de suas ramificações acham-se aqui sintetizadas, resumidas, ou sumariadas.

Admirável exercício de sinceridade por parte de um historiador, este ensaio de desconstrução, que se debruça sobre a intrusão das tantas incidências não historiográficas – ou estranhas à historiografia enquanto ciência – no resultado final da operação historiográfica, o texto de História. A própria redução dos achados da pesquisa a um texto linear, submetido em última instância a imperativos de ordem semiótica, impõe distorções que, sendo inevitáveis afinal, devem ser reconhecidas.

Para as nossas próprias finalidades – a compreensão de um historiador ibérico e português do século XVII, com o complexo perfil de Francisco Manuel de Melo – o aparato crítico desenvolvido ou sintetizado por Michel de Certeau vem a servir em direção

⁶⁹ Op. cit.. Na tradução de Maria de Lourdes Menezes, p. 66.

praticamente inversa àquela com que o mestre francês o produziu, ao final do terceiro quartel do século XX.

De fato, ao humilhar – por assim dizer, respeitosamente – a historiografia “científica” do século XIX e a “relativista” do XX, com a desmontagem de todo o longo rol de condicionamentos incidentes sobre os seus resultados, o autor de “L’Absent de l’Histoire” acaba produzindo uma grade de conceitos de grande utilidade para a apreciação e avaliação da historiografia antiga e moderna, nos séculos de vigência da “arte historiográfica”.

Seguindo a montante, vale dizer, na direção contrária, da operação de desconstrução ali ensaiada, com suas etapas descendentes que vão do lugar social para a prática e para a escrita, percebemos que poderíamos partir do resultado final – no caso, os textos históricos de Melo – para alcançar o lugar ou lugares sociais por ele ocupados, os quais, na hipótese aqui defendida, teriam condicionado decisivamente a sua historiografia, impondo-lhe a perspectiva (segundo pensamos) da Monarquia dos Áustria (uma perspectiva aliás de oposição).

Alguns ajustes e alterações se fazem, contudo, necessários, na aplicação das ferramentas analíticas do historiador francês aos escritos de Melo.

Trata-se aqui de compreender e explicar um escritor do século XVII e seus escritos de história; elaborados no contexto de uma prática então entendida como arte – a ‘arte historiográfica’; um historiador movido por motivações muito distintas das que fazem trabalhar o historiador do nosso tempo; que escreveu muitas vezes informado por uma intenção política e pessoal; para atender a um “público” bem distante do que hoje entendemos pelo termo; escritos aqueles que respondiam a expectativas retóricas ou protocolares de realização narrativa e estilística; e que apresentam perceptível evolução ou mudança de estilo entre diferentes momentos da obra.

Os conceitos ou as ferramentas conceituais produzidas ou reunidas – uma vez que preexistiam àquele ensaio – por Certeau mostram surpreendente utilidade no tratamento de um objeto tão distante daqueles para os quais foram produzidas. Também ao estudo da historiografia meliana se revela proveitosa e eficaz a proposição essencial de que “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita”, sendo de se cancelar apenas o adjetivo “científica”, com ou sem aspas, inadequado para qualificar as práticas historiográficas da época.

Se para Certeau o lugar social implica “um meio de elaboração (...) circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc”, podemos reter as mesmas implicações, com ajustes necessários ao seu emprego em outro contexto histórico e, simultaneamente, dilatar o seu alcance.

Precisamos, para tratar dos escritos de Melo, de um conceito de lugar social que dê conta das várias dimensões – a social, a política, a existencial, a profissional, a literária – associadas à posição do fidalgo-soldado-escritor; posição inscrita no espaço-tempo, nas circunstâncias históricas concretas da sociedade ibérica do século XVII, e submetida aos deslocamentos resultantes da mudança no quadro político geral em 1640.

Por outro lado, se, para Michel de Certeau, o “estudo histórico (...) é o produto de um lugar”, **não encontramos, senão por inferência ou dedução, a idéia** – que também nos parece implicada naquele ensaio – **de que determinado lugar social supõe ou projeta uma determinada perspectiva**. O historiador francês explicita apenas que “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões (...) se organizam”.

Ora, por que precisaríamos do conceito de perspectiva?

Nosso ponto de partida é intuitivo. Sabemos, pelo estudo dos dados biográficos, que o escritor literalmente mudou de lugar social, tanto ao cair em desgraça em 1640 em Castela (e antes disso) como ao desertar a carreira de armas nas forças da Monarquia e ao aderir ao novo regime português inaugurado com o Primeiro de Dezembro (e depois disso).

Percebemos, a olho nu, pela leitura dos seus textos, que a despeito de todos os seus protestos de isenção historiográfica, feitos com uma insistência que parece ir além da praxe, são textos postos em perspectiva, vale dizer, *enviesados*, seja no sentido da oposição e da crítica à Monarquia, seja no sentido de justificá-lo perante o Portugal restaurado.

Relacionar lugar social e perspectiva parece, portanto, o passo seguinte a ser dado. De que maneira a mudança de lugar social se traduziria por um diferente viés, uma nova perspectiva? Como definir perspectiva ou viés em historiografia?

Se nos julgamos amparados em Certeau para, ao menos, analisar ‘lugar social’, ‘prática’ e ‘escrita’, onde encontrar, em todo o aparato metodológico disponível aos historiadores de nosso tempo, o conceito de perspectiva?

Os tratadistas do assunto provêm em sua maioria da história da arte, remontando ao Renascimento, quando novas técnicas de representação visual mimetizam o ponto-de-vista do observador, a partir de um lugar definido no espaço. Seria então perspectiva o mesmo que ponto-de-vista? Também a teoria literária tem se ocupado do fenômeno de digamos, perspectivação, mediante o estudo do chamado ‘foco narrativo’. Seria o caso?

Num celebrado ensaio dos anos 1960, “On the Concept and Metaphor of Perspective”⁷⁰, Claudio Guillén vai buscar as mais remotas raízes do conceito (derivado de ‘perspectiva’ ou ‘ars perspectiva’, do latim ‘perspicere’, com o significado de ‘ver claramente’, ‘examinar’, ‘ver através de’ e também de ‘observar mentalmente’, ‘verificar’) e de seu emprego como metáfora cognitiva, a partir da identificação da luz e da percepção da luz com as verdades divinas ou superiores.

Seguindo este fio condutor, com raízes últimas em Platão (‘para quem o Deus supremo torna o mundo inteligível assim como o sol o torna visível’), Guillén acompanha as diferentes modulações que a fusão dos conceitos de luz e conhecimento assume na cultura ocidental em diferentes períodos históricos.

Num estudo que, entre outras fontes, parte de Guillén, “Distância e perspectiva: duas metáforas”⁷¹, o historiador Carlo Ginzburg, preocupado em última instância com as cargas culturais, remontando a Agostinho, que estariam na origem dessas ‘metáforas’ e de seu emprego, acaba por relacioná-las às críticas ao relativismo ‘pós-moderno’, segundo o qual todas as verdades são válidas de acordo com esta ou aquela perspectiva. E observa, a certa altura, percorrendo no mesmo parágrafo a Antiguidade, o Renascimento e os tempos atuais:

Poderia ser levantada a objeção de que o grego antigo não tinha palavra correspondente a ‘perspectiva’, e tampouco uma prática equivalente àquela que foi inventada e teorizada na Florença do século XV. Com certeza nada nos impede de aplicar o termo ‘perspectiva’ às passagens nas quais Tucídides sugere, implicitamente, seu envolvimento subjetivo naquilo que parece ser uma história objetiva. Entretanto, mesmo essas passagens têm pouco em comum com a idéia pós-moderna que Bogossian critica, segundo a qual este ou aquele relato das origens dos primeiros habitantes da América pode ser verdadeiro “porque ambos são verdadeiros em relação a esta ou àquela perspectiva”.⁷²

Como se vê, a discussão tange pontos de grande complexidade, a exigir monumental erudição e um ‘fio de Ariadne’ para nos conduzir por seus labirintos.

Sem desconhecer a necessidade desta profunda pesquisa, e sem desmerecer a sua relevância, nossa conclusão precária e provisória é a de que não existe um conceito claro,

⁷⁰ On the Concept and Metaphor of Perspective, in *Literature as System. Essays toward the Theory of Literary History*, pp. 283-371. Princeton, N. Jersey: Princeton University Press. 1971.

⁷¹ Ensaio inserto in *Occhiacci di legno: nove riflessioni sulla distanza*, Milano: Feltrinelli, 1998. Compulsamos a versão inglesa, *Distance and Perspective: Two Metaphors*, do conjunto *Wooden Eyes, Nine Reflections on Distance*, London: Verso, 2002. Traduzimos a passagem.

⁷² Carlo Ginzburg, op. cit. Na versão inglesa, p. 142.

operacional, de ‘perspectiva’, voltado para a análise do texto histórico, disponível até o momento.

Ora, na ausência de instrumentos altamente precisos, podemos fazer o possível com aqueles que nos estão ao alcance. A busca dos traços de enviesamento nos textos melianos – nada nos impede de tentá-la pelos meios empíricos os mais elementares. É o que faremos, pacientemente, na esperança de que seja possível alcançar, com o exame desses traços, alguma relação – de causalidade? determinação? condicionamento? – entre ‘lugar social’ e ‘perspectiva’.

Como tantas vezes no trabalho de pesquisa, o exame concreto dos materiais poderá suscitar a emergência de um conceito que, devolvido em seguida à prática da análise, venha a aperfeiçoá-la, e assim por diante.

O que se segue é portanto um mero ponto de partida precário e provisório, cuja pobreza se justifica: foi o mais próximo de nosso problema que conseguimos chegar.

Com base no ensaio de Certeau, desdobrando por assim dizer as suas premissas, pensamos que a **perspectiva** possa ser definida como **a soma das distorções produzidas no objeto historiográfico pelas condições necessariamente localizadas de seu estudo**. Trata-se, como dissemos, de uma definição precária, mero ponto de partida para a análise.

Lugar e perspectiva – um par conceitual de apreensão intuitiva, presente na geometria e no desenho e transportado para a análise narrativa pela teoria literária – poderiam completar o instrumental de Certeau, e se apresentariam como as ferramentas conceituais adequadas à investigação das relações entre o lugar social de um historiador e a perspectiva inscrita em sua produção historiográfica.

Um corolário seria:

Da soma das distorções reunidas no conceito de perspectiva do texto histórico seria possível **inferir o lugar** social, político, psicológico, etc, de sua produção.

Voltamos a Certeau, lido à montante: também do texto, resultado último da operação historiográfica, seria possível inferir o lugar social da mesma operação.

Vale reiterar que, considerados os textos e considerada a biografia do autor, a historiografia meliana parece formar **um campo privilegiado de observação da mudança de perspectiva na sua relação com a mudança de lugar social**.

Questões importantes para o trabalho de tese e verificação das hipóteses aqui desenvolvidas, como as reivindicações de imparcialidade, o emprego da terceira ou da primeira pessoa narrativas, o tratamento do detalhe e da amplificação, a importância relativa atribuída a personagens e acontecimentos, a seqüenciação dos eventos, etc, passam a

enquadrar-se numa grade conceitual estendida, por assim dizer, a partir daquela que foi proposta pelo mestre francês. Juntamente com os conceitos de lugar social, prática e escrita, devemos aqui trabalhar com o de perspectiva articulada ao de lugar social.

Curiosamente, uma passagem do “Hospital das Letras” – uma barragem de perguntas do Autor – parece ecoar essas cogitações. Acha-se às entradas 722-724 no contexto do Módulo 55 dedicado inteiramente ao historiador dos “Anais”:

Autor. Nunca em al me empeceis, que em me terdes por verdadeiro; porém, como não sei quando me acharei em outra tão sábia companhia, **não me direis de raiz quem foi este Tácito, que tanto aplauso tem no mundo?**

Bocalino. Quem havia de ser? Foi um chapado velhacão, lisonjeiro e adulator, como mil que andam por esses paços, mas com tal arte, que, vituperando aos príncipes que já lhe não podiam fazer pecado nem mercê, agradou e serviu aos que o podiam sublimar, até que seu dito, seu feito.

Autor. Ainda pergunto mais. **Que casta de engenho tinha? Que profissão? Que estudo?**⁷³

As perguntas do Autor neste fragmento do “Hospital das Letras” são tais que, traduzindo a organização do pensamento meliano e também o seu método, na abordagem dos escritores submetidos às visitas críticas-clínicas do HDL, poderiam ser, afinal, endereçadas ao próprio Melo: quem foi este escritor no mundo dos homens e mulheres? Que casta de engenho tinha? Que profissão? Que estudo?

Observar a propósito a surpreendente congruência que, respeitadas as distâncias de toda ordem, apresentam as perguntas do Autor com as interrogações contidas no roteiro proposto por Michel de Certeau em “A operação historiográfica”.

Com efeito, a definição de um lugar social a partir do qual “fala” o historiador (“Quem foi?”); a de uma prática historiográfica condicionada e validada pela corporação dos profissionais do mesmo ofício (“Que profissão? Que estudo?”); e a de uma escrita pessoal que traduz as particulares inflexões e modulações de um dado autor no quadro desses condicionamentos maiores (“Que casta de engenho tinha?”); acham-se de certo modo abrangidas e cobertas pelas interrogações melianas.

E, lida com cuidado, a ‘desbocada’ intervenção de Bocalino pode ser que contenha, na sua brutalidade, uma sutil sugestão de ‘perspectiva’.

⁷³ Hospital das Letras, ed. Colomès, pp. 105-106; ed. Pereira Tavares, p. 210; ed. Pedro Serra, p. 110.

6. Tratamento dos textos e convenções adotadas na tese

Quanto aos textos.

Com notáveis exceções, e com o reparo de que notáveis avanços vêm sendo feitos nos últimos anos, no âmbito dos estudos empreendidos pelo CELGA, da Universidade de Coimbra, publicados na Internet, a maior parte da obra de Dom Francisco ressent-se da falta de sólidas edições críticas.

Quatro edições, nas quais se procedeu à fixação do texto a partir da leitura dos manuscritos, contemplam os “Apólogos Dialogais”. São elas a da “Visita das Fontes”, por Giacinto Manuppella, com base em autógrafo, publicada em contra-página com o original pela Universidade de Coimbra, em 1962⁷⁴; dos “Relógios Falantes” e do “Escritório Avarento”, por Maria Judite Fernandes de Miranda, publicada em separata da Revista da Universidade de Coimbra, vols. XX-XXI, em 1968⁷⁵; do “Hospital das Letras”, por Jean Colomès, que aparentemente conseguiu comparar todos os autógrafos existentes em Portugal, para chegar à edição de 1970, publicada com precioso aparato de notas, pelo Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris; e a dos quatro “Apólogos Dialogais”, por Pedro Serra, em dois volumes, pela editora Angelus Novus, de Braga-Coimbra, respectivamente em 1998 e 1999, com introduções que se inscrevem na vertente da análise retórica. Todas elas situam-se entre os pólos da identidade original e da legibilidade atual dos textos.

De “O Fidalgo Aprendiz”, texto destinado à representação teatral, publicado pela primeira vez, em vida do autor, no volume das “Obras Métricas”, na oficina de Horace Boissat e George Remeus, em Lyon, 1665, rico em alusões satíricas à ‘nova’ nobreza do Portugal da Restauração, o estudioso dispõe da admirável edição preparada por Evelina Verdelho e impressa pela Universidade da Coruña, em 2007, com sólida base linguística.⁷⁶

Para a “Guerra de Cataluña”, muitas vezes publicada na Espanha desde o início do século XIX, seguimos as soluções da edição de Joan Estruch Tobella, de 1996⁷⁷, comparando-

⁷⁴ A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro. Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657). Introdução e comentário. Por Giacinto Manuppella. Acta Universitatis Conimbricensis. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1961.

⁷⁵ Os Relógios Falantes e Escritório Avarento. Apólogos Dialogais Primeiro e Segundo. Edição crítica de Maria Judite Fernandes de Miranda. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vols. XX-XXI. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1968.

⁷⁶ O Fidalgo Aprendiz. Edição crítica, introdução, notas e índice de formas de Evelina Verdelho. Biblioteca-Arquivo Teatral “Francisco Pillado Mayor”. Departamento de Galego-Português, Francês e Linguística. Faculdade de Filoxía. Universidade da Coruña: A Coruña, 2007.

⁷⁷ Historia de los Movimientos, Separación y Guerra de Cataluña. Edición, introducción y notas de Joan Estruch Tobella. Clásicos Castalia 224. Madrid: Editorial Castalia, 1996.

as com a de Jacinto Octavio Picón, de 1912, ao menos uma vez em favor desta, em passagem especialmente sensível.⁷⁸

Para as “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, utilizamos a edição *princeps*, de 1660, em Lisboa, e reeditada em facsímile em 1977, com apresentação e apêndice documental de Joel Serrão. Feita em vida do autor e sob a sua presumível supervisão, é a que mais deve se aproximar de suas convicções em matéria de pontuação, paragrafação e outros recursos compositivos, além de famílias e estilos tipográficos, sendo de se observar que apresenta passagens em itálico cujo valor como ênfase deve ser levado em conta. Da “Guerra de Cataluña” para as “Epanáforas” e particularmente para a das “Alterações de Évora”, o estilo meliano mudou, com suas longas frases fragmentando-se às vezes em pequenas cláusulas internas, o que talvez, consultada a pontuação, pode indicar uma respiração entrecortada, possibilidade a merecer consideração quando se levam em conta as prováveis condições de saúde de um prisioneiro das torres-penitenciárias do Tejo.

Em passagens obscuras ou mal reproduzidas no facsímile – que é porém de boa qualidade –, valemo-nos, para comparação, da edição das “Epanáforas” por Edgar Prestage, em 1931. As cinco ‘epanáforas’ mereceram na segunda metade do século passado várias edições individuais, que vão citadas na bibliografia, também utilizadas para cotejo de soluções localizadas.

Conservamos, nas citações das “Epanáforas”, as formas empregadas pelo autor, bem como a sua pontuação, seguindo porém a lição modernizadora de Prestage e outros editores modernos quanto à ortografia, com exceções pontuais, como a fórmula “despois” empregada por DFM e ainda encontrável em falares regionais do Brasil.

Convenção quanto às citações.

As citações dos textos melianos são feitas com aspas cheias, vale dizer, “aspas cheias”, sempre que reproduzidas com a mesma forma das palavras. Sempre que são alteradas, para concordância com a linguagem da tese, as flexões dos verbos, estes são postos em meias aspas, vale dizer, ‘meias aspas’. Em todas as expressões da própria tese para as quais se fizeram necessárias aspas, como ‘alto vô’, empregamos ‘meias aspas’. Citações de terceiros, naturalmente, são postas entre aspas cheias, quando insertas no próprio texto da tese ou nas notas de rodapé.

⁷⁸ Historia de los Movimientos, Separación y Guerra de Cataluña en Tiempo de Felipe IV que bajo el nombre de “Clemente Libertino” escribió Don Francisco Manuel de Melo. Nuevamente publicada por la Real Academia Española. Madrid: Librería de los Suc. de Hernando, impresores y libreros de la Real Academia Española, 1912. A passagem referida situa-se no Livro Quarto, parágrafo 131. Entre os portugueses presos ao chegarem as notícias da secessão portuguesa, destaca-se DFM como pessoa “de estimación y partes”. O editor Tobella sugere um plural, o que naturalmente elidiria a singularidade desta condição de Dom Francisco naquele momento.

Quanto às referências. Eventualmente, as obras mais citadas o são em acrônimos, como EVHP, para referir as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” ou ADEV, “Alterações de Évora”. A “Guerra de Cataluña”, título encurtado do bem extenso título da edição *princeps*, consta nesta versão curta de várias referências do próprio autor, que por vezes também refere-se à obra simplesmente como “a Catalunha”, a “nossa Catalunha”.

Capítulo primeiro

A busca por uma visão unitária da obra meliana
& a construção de uma hipótese totalizadora

Sumário. O estudo da historiografia meliana nos leva a formular uma hipótese para a questão da unidade da obra de Dom Francisco Manuel. O ponto de partida é o reconhecimento, por Joel Serrão, de um tema subjacente às “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, o da luta pela reconquista da autonomia de Portugal e seu império, referida à Restauração de 1640. Primeiro, amplia-se a hipótese Serrão para o conjunto da historiografia e da polémica, ainda referida à Restauração. Depois, a Restauração passa a ser considerada como interrupção, para DFM e sua geração, da experiência ibérica, reconhecendo-se nos seus escritos históricos uma perspectiva dissidente e crítica em relação à Monarquia castelhana, combinada à da sua justificação e da reconstrução de sua posição no Portugal restaurado. Finalmente, postula-se, como causa da perspectiva dissidente e crítica (ou revoltada) uma revolta pessoal, sem necessária relação com a Restauração portuguesa, e causada pela interrupção de carreira profissional em rápida ascensão nos anos finais da União Ibérica. As circunstâncias sob as quais passa a viver em Portugal levam DFM a ocultar ou a dissimular com as cores do patriotismo que tudo explica, em seus escritos, a verdadeira natureza de sua revolta em relação à Monarquia.

1.1 A busca por uma visão unificada da obra de DFM

A extensa obra de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), escrita nos dois principais idiomas ibéricos, dispersa por gêneros literários que vão da história à poesia, da epistolografia ao teatro, do diálogo “moralista” à biografia e à hagiografia, continua desafiando os seus intérpretes, como um persistente enigma, quatro séculos depois de seu nascimento, em Lisboa.

A própria dispersão por diferentes formas literárias, sem que se perceba a olho nu um gênero dominante ou um eixo temático principal, torna difícil qualificá-lo, e a posteridade contentou-se, para referi-lo, com o epíteto ao mesmo tempo vago e confortável de “Polígrafo”.

Em contraste com o Padre Antonio Vieira, o Orador, seu quase exato contemporâneo, também nascido em 1608 e na mesma cidade de Lisboa, a quem imediatamente se associam os magníficos “Sermões”, D. Francisco Manuel sofre pelos séculos afora dessa espécie de indefinição ou fragmentação referencial.

Ele mesmo reconhece este problema, ao menos quanto à vastidão da obra, numa passagem do “Hospital das Letras” em que seus escritos são examinados pela junta crítico-clínica ali reunida para ‘diagnosticar’ livros e autores enfermos e prescrever curas literárias.

Neste diálogo, logo depois de declamar para os examinadores Lípsio, Bocalino e Quevedo a enorme lista de seus trabalhos, entre inéditos e publicados, dá-se a seguinte troca de farpas e tiradas (parágrafos 695-702), que nos serve também para aferir o estado de sua produção ali por 1657, data da dedicatória do “Hospital das Letras”:

Quevedo. Valha-me Deus! Já não há quem possa com tanto! Tudo isto tendes feito?!

Autor. Em verdade, que me não demasio e ainda mal, por que, gastando tantas horas em escrever, não gastasse uma só em me arrepender de ter escrito tanto.

Bocalino. São, logo, conforme a essa conta quase sem conto vossos trabalhos.

Autor. Antes de tão pouco conto que, sendo somente nove os livros impressos por meus, e três que se encobrem à sombra de outros nomes, que eu dou por bem alheados, e três manifestos de molde, restam somente algumas obras muito em seus princípios, outras mal acabadas, nenhuma perfeita e infinitas medrosas de respectivas ao tempo e suas ocorrências.

Quevedo. Podeis logo pleitear, com Apeles, aquele dito de “nenhum dia sem linha”.

Autor. Não demando a ninguém por competir com seus trabalhos; mas bem sabem os que me conhecem que quantas horas vivo, como escrevo; pois, porventura, não se poderão contar muitas de minha vida ociosas.

Bocalino. Assim deve ser necessário, se é certo o que me dissestes, que, fazendo cômputo há mais de dez anos dos papéis familiares que nos cinco passados tínheis escrito, acháreis o número de vinte e dois mil papéis.

Lípsio. Logo bem podereis dizer, por vós e vossa fortuna, aquilo do poeta: que a cópia vos empobreceu.⁷⁹

As confusões sobre o nome

Razões externas à obra concorrem para tornar o escritor um objeto arisco e de difícil fixação. O próprio nome não facilita a boa recepção de DFM. Para os castelhanos, trata-se de “Melo”, com um “l” apenas, lembrado como o autor do clássico relato da insurreição da Catalunha e como poeta de suficiente qualidade para ser incluído, como estrela de segunda grandeza, entre os grandes poetas da língua de Góngora em seu período de máximo esplendor.

⁷⁹ Hospital das Letras. Ed. Colomès, pp. 102-103; ed. Pereira Tavares, pp. 205-206; ed. Pedro Serra, p. 108.

Em Portugal e nos países de tradição cultural portuguesa, toda uma coleção de variantes têm sido empregadas para dar conta deste primeiro problema: – como, afinal, chamá-lo?

Há os raros que preferem enfileirar os sobrenomes, e temos “Manuel de Melo”, também suscetível de confusão, entre tantos “Manoeis” e “Manueis”.

Os editores ou os tipógrafos do século XVIII acolheram “Manoel”, no breve surto editorial de DFM promovido por Mathias Pereira da Silva, entre 1720 e 1724, e ainda em 1898 a reedição da “Carta de Guia de Casados” que Camillo Castello Branco preparou e prefaciou com seu famoso “prefácio biográfico enriquecido de documentos inéditos” conserva a forma “D. Francisco Manoel”.

Sabe-se que Manuel é nome de família em Portugal, o que aumenta a confusão. Inadvertidamente, Francisco Manuel vem a ser compreendido às vezes como sujeito de um primeiro nome composto.

Há os que insistem no nome por extenso, com a ressalva democrática ou republicana da diminuição do “Dom”, reduzido a um “dom” em caixa baixa ou então o simples “d. Francisco Manuel de Melo”. Também aqui se encontram exemplos coevos do escritor: a cédula real de Felipe IV, produzida em seu desagravo, em 1641, depois de meses de prisão em Madri por ordem de Olivares, insiste na fórmula “don Francisco Manuel de Melo”.

O próprio escritor se assinava “Dom Francisco Manuel”, reiteradamente, e se reconhecia nesta designação, como se colhe, entre outros lugares, de sua assinatura na folha de rosto do autógrafo da “Visita das Fontes”, descoberto pelo erudito Giacinto Manuppella e publicado em 1962 pela Imprensa da Universidade de Coimbra: “Escreve Dom Francisco Manuel” (aliás abreviando o “Francisco”: “Fran.co”); e ainda temos, noutra passagem (parágrafos 533 a 537) do já citado “Hospital das Letras”, a opção “Dom Francisco”:

Quevedo. Bastava que os Portugais só tivessem em suas casas aquele ilustre Conde de Vimioso, o primeiro Dom Francisco de Portugal, que foi a mina da galantaria e do aviso, por que, ele só, adubasse de discrição toda a sua família.

Autor. O que vos eu posso afirmar é que essoutro D. Francisco de Portugal, de quem agora tratamos, de poeta em fora, foi um dos sujeitos de maior aplauso que houve em nosso tempo, assim neste Reino como no de Castela.

Bocalino. Gosto da distinção que fazeis, dizendo “de poeta em fora”, porque me lembro, a esse propósito, que, sendo gabado muito na minha aldeia, diante de um sandeu, certo engenho de fama, respondeu ele: “Ora, fulano, para poeta, não é parvo”.

Quevedo. Pelo Portugal se pode dizer à boca cheia, porque eu sei era ele estimadíssimo na nossa Corte, com ciúmes de nós todos.

Autor. Eu vos direi o me sucedeu com vosso galante Dom Antonio de Mendonça, e meu também, segundo o muito que foi meu amigo. Mostrei-lhe eu (antes que ele de todo me soubesse as manhas, de que já suspeitava) aquele soneto que anda nas minhas obras, escrito ao Príncipe de Espanha, e começa: *No te ofrece aquel triunfo hoy solamente*. Viu-o e olhou-me e, depois de mostrar que folgava de o ver, me disse: *Yo pensé hasta ahora que de presente no se hallaba outro poeta en su tierra sino Don Francisco de Portugal*. Ao que lhe respondi: *Yo también soy Don Francisco y soy de Portugal*. (...) ⁸⁰

O emprego, portanto, da fórmula “Dom Francisco Manuel” ou, com maior intimidade ou informalidade, “Dom Francisco”, pelo próprio, parece razão bastante para se pacificar ao menos este ponto, das tantas controvérsias que rondam o Polígrafo, ainda que para os ouvintes de agora leve jeito de nome de bispo ou arcebispo, ou senão cardeal, como já ouvimos dizer em mais de uma roda literária. Deve ser esta a forma preferencial de tratamento do escritor, sem prejuízo de todas as demais, empregadas por variação.

Assim faremos ao longo deste trabalho. Usaremos também da cômoda sigla DFM, aliás já empregada pelo escritor ou por seus impressores, como cabeçalho ou timbre das páginas pares, na edição de 1664 de suas hagiografias e do controvertido tratado “Victoria del Hombre”: “Obras Morales de D.F.M.”. Para todos os muitos nobres de Portugal, de Castella e alhures que aparecerão em tela, usaremos deste cômodo “dom” ou mesmo do conciso “d. Fulano”.

Do “Melo” ou “Mello”, pode-se conservar, por comodidade, e também pela falta de alternativas de melhor eufonia (uma vez que “franciscano” ou “manuelino” ensejariam outras confusões), o adjetivo “meliano”.

Ainda a propósito de sua nomeação, vale lembrar que o Polígrafo praticou a dissimulação da própria identidade em quatro diferentes situações. Na “História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”, assinou-se como Clemente Libertino, coisa de que mais tarde parece ter-se arrependido. Usou, nos poemas, do pseudônimo de Melodino, sem ocultar porém que lhe pertencia. Assinou os manifestos tardios, de 1663 e 1664, como Jerônimo de Santa Cruz. E viajou encoberto, em missão diplomática a Londres, Paris e à Sé Romana, sob a capa do Chevalier de St. Clement.

Outras dificuldades externas para explicá-lo. Não sabem quem é.

⁸⁰ Hospital das Letras. Ed. Colomès, pp. 77-78; ed. Pereira Tavares, pp. 172-173; ed. Pedro Serra, p. 92.

Uma segunda ordem de dificuldades externas à obra, a quem se aventure à complicada mas fascinante tarefa de interpretá-lo – e de interpretá-lo como historiador – reside no relativo desconhecimento ou obnubilação do lugar de DFM nas letras portuguesas tal como entendidas no senso comum, embora as últimas décadas e com boa vontade os últimos cem anos (a partir digamos de 1914, data da publicação da biografia de Dom Francisco pelo inglês Edgar Prestage) venham assistindo ao despertar crítico para a vida e a obra do grande escritor.

De bate-pronto, o estudante de nível médio ou o sujeito medianamente lido dirá que os grandes escritores e poetas de Portugal são Camões, Vieira, talvez Bernardes, Bocage, Camilo, Herculano, Antero, sem dúvida Eça, indiscutivelmente Pessoa, o mais informados o Vitorino Nemésio de “Mau tempo no Canal”, além dos romancistas do nosso tempo, de Saramago a Lobo Antunes e aos moderníssimos Agualusa e Gonçalo Tavares. DFM não entra neste cânone ou panteão do homem da rua.

No Brasil, com as exceções assinaladas acima, nas páginas da Introdução que tratam de sua fortuna crítica, e com o reparo de que Dom Francisco Manuel é muito citado como fonte por grandes historiadores recentes, a exemplo de Eduardo D’Oliveira França, Evaldo Cabral de Melo, Ronaldo Vainfas e Luiz Felipe de Alencastro, essa obscuridade é ainda mais grave. E torna-se dramática em termos de conhecimento pelo grande público, ausentes que estão muitas de suas obras do comércio e mesmo das maiores bibliotecas do país. Quantos escritores ingleses de segunda ou mesmo de terceira fila, do século XVII, não são mais conhecidos e estudados, além de reeditados, do nosso lado do Atlântico, do que este português de primeira?

Em Portugal, a exposição a este ou àquele ‘apólogo dialogal’, como os “Relógios Falantes” ou o “Escritório Avarento”, nos bancos escolares, faz com que o comum das gentes tenha ao menos uma certa noção de quem se trata.

Por outro lado, lá e cá, os poucos melianos de carteirinha, digamos assim, o são com fervor. Contribui para esse fervor, em algumas de suas obras, o sabor e a vivacidade da linguagem, enraizada na língua do povo, deste fidalgo que, no auge do barroco, foi se debruçar sobre os adágios das feiras e das lavadeiras, cunhando-os também por conta própria, como na tirada que reserva ao seu “Ecco Político” – “Pelejar com o eco é como dar couces na sombra”.

Ainda quando guarda o estilo elevado de sua classe e dos letrados, a cada passo se depara o leitor com uma surpresa estilística, um achado de sabedoria e prudência: “Sair inteiro das batalhas, donde os melhores foram feridos, também parece desgraça”.

No plano dos estudos sistemáticos, há razões para otimismo. Aos poucos, um cenário positivo vem tomando forma. De um lado, a fortuna crítica meliana ganha corpo e se adensa, tendo merecido o quarto centenário de nascimento (como vimos na Introdução) substantiva comemoração acadêmica, com dois grandes conclaves em Portugal e ao menos uma exposição alusiva pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.⁸¹ De outro lado, amplia-se o acesso aos seus escritos.

Nas últimas décadas, o tratamento monográfico se intensifica, a contagem das tentativas de síntese vai passando para os dedos da segunda mão, alguns pioneiros (como os pesquisadores do CELGA, da Universidade de Coimbra) inauguram e consolidam o tratamento cibernético dos textos, e o próprio corpo dos escritos ganha difusão pela Internet. Obras de grande raridade vão se tornando, assim, acessíveis a qualquer leitor.

O século XXI pode ser que venha a ser o da recepção plena e da publicação das obras completas de D. Francisco Manuel, em apuradas edições críticas – a exemplo da que recentemente contemplou “O Fidalgo Aprendiz”, da lingüista Evelina Verdelho –, como um inestimável tesouro da língua.

Os problemas no interior da obra

Descontadas as circunstâncias externas à obra, as quais concorrem para frustrar ainda hoje a sua plena recepção, e decidido o intérprete a se fixar no enigma meliano em estado puro, vale dizer, contemplando-o como um corpo de escritos deixado por um escritor tal como DFM, com a vida que viveu, nas circunstâncias históricas determinadas de sua vida, novos problemas se deparam. Não ainda, porém, os da obra em si, mas aqueles que dizem com a biografia do escritor, tendo esta muito a ver com aquela.

Com efeito, Francisco Manuel de Melo é um caso paradigmático de estreita imbricação de obra e experiência pessoal. “Do mundo em que não vivo, não posso, nem quero ser cronista”, escreve, incidentalmente, numa das “Cartas Familiares”.⁸²

Em numerosas outras passagens, reafirma este vínculo entre vida e obra. Até mesmo em textos que tudo teriam para serem inteiramente objetivos, como a “Aula Política, Cúria Militar”, tratado sobre as instituições da Monarquia espanhola, produzido por volta de 1653 à guisa de subsídio ao novo regime português que reconstruía seu aparato de governo, são

⁸¹ Organizada pela Seção de Obras Raras, a mostra D. Francisco Manuel de Melo – Uma Vida entre as Armas e as Letras expôs preciosos itens do acervo da Biblioteca Nacional no primeiro trimestre de 2009.

⁸² A Pedro da Cunha, queixando-se de sua fortuna, datada da Torre Velha, em 22 de agosto de 1648. Carta 43 na seleção prefaciada e anotada por M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1937. Na edição de Maria da Conceição Morais Sarmento, contendo o conjunto completo das Cartas Familiares, com prefácio e notas, recebe o número 173. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

freqüentes os depoimentos pessoais a propósito das praxes civis e militares e do funcionamento dos vários órgãos da alta burocracia de Madri.⁸³

Seus principais escritos de História trazem ostensiva e declaradamente essa marca testemunhal, fazendo-se indispensável para o conhecimento da obra o estudo da biografia. E não são poucos os enigmas neste campo.

O mais famoso e celebrado é o mistério das verdadeiras causas de sua longa prisão em Portugal, perdidos que estão os autos do processo. Pouco se sabe e pouco se tem de indícios de suas verdadeiras relações com dom João IV, e das razões últimas pelas quais o restaurador fez por tanto tempo, e até morrer, ouvidos perfeitamente mocos aos apelos do escritor aprisionado, sem atender sequer a um pedido expresso de perdão, endereçado ao “irmão e primo”, por Luiz XVI da França, certamente através da mediação de Mazarino e de Ana de Áustria.

Ele mesmo reiteradamente se recusa a indicar quem são os seus inimigos, reiteradamente referidos como os responsáveis por sua desdita, embora as oportunidades não lhe faltassem, como na “Epístola Declamatória”, veemente pedido de clemência que endereça ao jovem príncipe D. Teodósio, sendo já conhecida a sentença, irrecorrível a essa altura, de desterro perpétuo para o Brasil.

(...) veja V. Alteza neste papel delineado este edifício, que tanto procura derribar, não sei, que força: **sim sei, mas não ousa a dizer-lhe o nome**, para que com seu alto juízo faça V. Alteza conceito por cima das resoluções da minha sorte, cujas sentenças humanamente só poderá revogar um poder tão parente do Divino, como se exercita no ânimo de um Príncipe justo.⁸⁴

Quase nada se sabe de sua permanência de cerca de três anos na cidade do Salvador, entre 1655 e 58, período durante o qual teria escrito um “Diário do Brasil” do qual só se conhece o título, mas período também de excepcional fertilidade, pois são do desterro

⁸³ Aula Política, Cúria Militar. A primeira edição, póstuma, foi publicada em Lisboa, 1720, na oficina de Mathias Pereyra da Sylva e Joam Antunes Pedrozo, juntamente com a Epístola Declamatória ao Sereníssimo Príncipe D. Theodozio, também até ali inédita; além da Política Militar em Avisos de Generales, em reedição (sendo ‘princeps’ a edição madrilenha de 1638). Veja-se no cap. 93, às pags. 71-72, como exemplo dessas intrusões da experiência pessoal em tratado técnico o trecho em que anota, a propósito da questão da antiguidade como critério de designação para o comando de tropas: “No terço que tive em Flandes, sucedeu essa contenda; eu favoreci a justiça do Capitão Manoel Soares Pato, que pretendia o privilégio de mais antigo Capitão; [e] passou depois do meu Terço, reformado[,] ao de Dom Antonio Balaudia; opuseram-se-lhe Capitães bizarros & antigos, & foi a causa ao Infante Cardeal, & julgou por Manoel Soares, como eu o havia determinado. Ponho aqui este caso, ainda que impróprio, semelhantes pela utilidade, que pode dar sua determinação em semelhantes competências, que de contínuo sucedem.”

⁸⁴ Aula Política, Cúria Militar, p. 112.

soteropolitano seguramente dois e talvez três dos “Apólogos Dialogais” além da tempestuosa e dramática “Epanáfora Segunda”, do “Naufrágio da Armada”.⁸⁵

Menos ainda se sabe das circunstâncias que levaram-no – num gesto de surpreendente protagonismo – a interromper o desterro que era para ser perpétuo e regressar a Portugal, antes demorando-se nos Açores, talvez (como cogita Prestage) à espera de um sinal verde dos amigos e aliados na mudada situação política do Reino, durante a regência da rainha viúva dona Luísa.

Nenhum desses problemas tem obtido, na já extensa fortuna crítica, senão respostas aproximadas. Ao longo do trabalho, examinaremos essas respostas, à medida que venham ao caso, no correr da argumentação.

Aos pontos obscuros da biografia, relacionados à obra, acrescentaríamos outros mais.

Como explicar que DFM tenha servido de tão bom grado a um regime – o do Portugal restaurado de d. João IV – que o persegue e encarcera por cerca de dez anos, banindo-o em seguida, em caráter perpétuo, para o Brasil?

Como compreender, na historiografia e também na polemística melianas, a aberta e desenvolta hostilidade com que trata os poderes da Monarquia espanhola, hostilidade que permeia os seus escritos históricos, tendo sido, entretanto, Dom Francisco Manuel uma espécie de criatura arquetípica da União ibérica, pela formação, cultura literária, carreira militar e de “pretendente”, profundamente imbuído dos valores de Castela? Seria motivo suficiente, para o mal disfarçado ódio e a ironia tingida de ressentimento, o simples amor à pátria ameaçada?

Finalmente, como compreender o enigmático silêncio de seus contemporâneos tanto sobre o homem quanto sobre a obra, depois de 1640, sobretudo depois de 1644, e até sua reabilitação, por volta de 1660? Teria sido o escritor, nesta fase, no plano literário, um ‘intocável’, alguém que se podia visitar, em cujo favor se podia até mesmo endereçar recomendações a João IV, desde que disso não se fizesse disso grande praça nem se deixasse rastro por escrito?

⁸⁵ Dos Apólogos Dialogais, foi datado inequivocamente da Bahia, aos 13 de novembro de 1655, o Escritório Avarento. A referência que faz a si mesmo como “desterrado do mesmo desterro, me acho agora morador de umas praias desertas”, na dedicatória da Visita das Fontes, a qual carece de data junto à assinatura, igualmente aponta para o período baiano. A dedicatória do Hospital das Letras a um certo ‘Daniel Pinário’, “Professor de ciências divinas e humanas”, vem registrada “Em um leito” aos 10 de setembro de 1657, anterior à interrupção do desterro, que se presume ocorrida nos primeiros meses de 1658. O “virtuoso colégio”, que ‘Pinário’ parece dirigir, permite a conjectura de tratar-se do Colégio dos Jesuítas na Bahia. Das Epanáforas, a Trágica vem dedicada de “Monccrate Antartico”, aos 5 de fevereiro de 1657, sendo ali designada a fortaleza de Monserrat na cidade do Salvador.

Quando muito, de tão extenso período, como vestígios de reações escritas à obra meliana, tem-se as notas de seu editor, Paulo Craesbeeck, em prefácio à tradução de uma obra de Quevedo, beirando 1650. E dos amigos de DFM, como o diplomata e jurista Antonio de Sousa de Macedo, só se conhece a licença que escreveu para a publicação das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, ao mesmo tempo acolhendo e consolidando seu reingresso na sociedade portuguesa, em 1660. É muito pouco.

Verdade que a correspondência passiva anda perdida desde sempre. Presume-se que os arquivos portugueses, já muito esquadrihados, ainda possam guardar surpresas. Mas, em se tratando de um escritor contemporâneo, em plena e intensa atividade, conhecedor até mesmo das nuances dos escritos de seus coevos, como bem revela nessa autêntica ‘lista telefônica’ das letras do século XVII em Portugal e Castela que é o seu “Hospital das Letras”, vale insistir na pergunta.

É patética, a propósito, a ânsia de DFM por alguma resposta crítica aos seus escritos, especialmente àqueles que mais prezou, como a “Guerra de Cataluña”. De uma simples reação favorável, ainda assim feita sob o pseudônimo de Morelli, fez praça de autor de grande renome europeu junto ao príncipe D. Teodósio. E do silêncio do historiador veneziano Galeazzo Gualdo, a quem enviou exemplar da mesma “Catalunha”, guardou uma duradoura mágoa, que reverbera na dedicatória “A um amigo” da “Epanáfora Bélica”⁸⁶. Pode ser que esteja, nessa ânsia desatendida, a raiz da invenção de um espaço crítico através da ficção de fazer falarem com o Autor os interlocutores do quarto ‘apólogo dialogal’.

Ainda em atenção às conexões entre vida e obra melianas, cabe advertir ao leitor sobre a personalidade de quem se trata, tal como é possível construí-la.

Desde logo, é bom anotar que estamos em presença de um mestre de ambivalências e de ambigüidade a escrever sobre um tempo de dualismos estruturais, um consumado dialético e um perfeito engenheiro de camuflagens textuais, traços que aliás tornam o enigma DFM ainda mais fascinante, não bastassem as outras qualidades da vida e da obra.

⁸⁶ Quatorze anos separam a carta a Galeazzo Gualdo, de 11 de junho de 1645, em que lhe comunica envio de exemplar da Guerra de Cataluña, da dedicatória da Epanáfora Bélica, de 30 de setembro de 1659. Na primeira, elogia a coragem historiográfica do veneziano quando aborda temas contemporâneos (“ya que sois tan grande que no temiendo la pasion cercana (de que el Tácito se hubo por dichoso en haber escapado), escribís los vivos negocios de nuestros dias”); na segunda, reportando-se aos historiadores que trataram do duelo das armadas no Canal, refere Galeazzo Gualdo como “tão defeituoso na averiguação dos acontecimentos, como sempre costumam os que escrevem de longe, & sem autoridade de Príncipe, que lhe franqueie as portas dos segredos”, demorando-se em seguida na explicação de que, compadecido “da perda & risco em que se via o crédito deste Autor (digno, por certo, de aplausos) lhe escrevi a Veneza (...) advertindo-o de algumas circunstâncias competentes, com que bem podia ornar de proveitosas emendas a segunda edição de sua história” e também de que “até agora não tenho visto” uma resposta... Cartas Familiares, ed. M. C. de Morais Sarmento, p. 100, carta 55; Epanáforas de Vária História, ed. Joel Serrão, pp. 351-352.

Trata-se além disso de um sujeito que dom João IV parece ter julgado perigoso deixar à solta, no estreito e restrito ambiente do Portugal restaurado. Um homem hábil nas armas e nas letras, um estrategista e tratadista da arte militar que Olivares e Felipe IV parecem ter julgado apto a integrar o estado maior do exército da Catalunha. Um prisioneiro que Mazarino e Ana de Áustria julgaram merecer o pedido pessoal de clemência dirigido pelo rei menino, Luiz XIV, a d. João IV.

Não esquecer que tanto a matéria quanto a maneira de suas narrativas estão entre o melhor e o mais relevante da historiografia ibérica, e não somente portuguesa, de seu tempo. Como historiador, trata-se de um *insider* na Monarquia, que nos leva ao coração do poder ibérico. Uma testemunha de conflitos e batalhas decisivas de seu tempo. E tudo isso com uma das mais dúcteis prosas do barroco em língua portuguesa e – a considerar-se Bernardes, de outra geração – ao menos de boa parte do século XVII, posta em seu período de atividade ao lado e à altura dos sermões de Vieira.

A fugaz visão da totalidade

A história da lenta recepção do corpus meliano, acompanhada da gradual formação de uma fortuna crítica, esboçada acima, na Introdução, serviria como um capítulo à parte, dos mais interessantes e curiosos, por sua originalidade, e pelas particulares dificuldades que se precisou superar, para o estudo do barroco na Península.

Quando a contemplamos como um percurso evolutivo, tem-se o processo de gradual abordagem da obra, na sua vastidão e dispersão por gêneros, agravada pelo bilingüismo do autor, como preliminar de uma virtual busca da visão de conjunto.

Primeiro, assistimos à acumulação de acervos críticos em torno a este ou aquele texto, um processo que vem condicionado pelos particularismos nacionais e de idioma, sem falar da disponibilidade dos livros, alguns deles de grande raridade desde o século XVII.

É natural que a “Guerra de Cataluña” tenha sido, para os castelhanos e catalães, o primeiro objeto da atenção crítica, pois toca no cerne do poder da Monarquia. É natural que o mesmo tenha acontecido com os portugueses em relação aos “Apólogos Dialogais”, pois versa realidades imediatas com ironia e graça, entre as suas demais obras escritas em vernáculo. É natural também que se tenha caminhado do fácil e do acessível para o difícil e o de mais árduo acesso. Ainda hoje, objetos trabalhosos da produção meliana, como o seu ambicioso poema juvenil “El Pantheon”, reconhecido pelo próprio escritor como obscuro, carecem de uma fortuna crítica propriamente dita.

Somente aos poucos, ao longo de séculos, graças à acumulação de abordagens localizadas e do tratamento monográfico dos textos, foram amadurecendo as condições para

as tentativas de apreensão sintética e totalizadora do vasto continente dos escritos de Dom Francisco Manuel.

Como anotamos na seção da Introdução dedicada à sua fortuna crítica, a via biográfica, aprofundada por Edgar Prestage, foi a primeira dessas tentativas, sendo a vida, afinal, o mais óbvio ponto de mirada para a construção de uma visão do conjunto da obra.

A outros estudiosos estrangeiros, vale dizer, não-ibéricos, devem-se, já na segunda metade do século XX, as primeiras abordagens totalizadoras com maior desenvolvimento, e com base nos textos propriamente ditos, embora a questão de uma visão de conjunto já se anuncie, às vezes implicitamente, nos estudos introdutórios, como o que Jacinto Octavio Picón produziu em 1912 para a edição da “História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña en tiempo de Felipe IV”, promovida pela Real academia espanhola.

A primeira dessas abordagens, lembrando o que se disse na Introdução acima, é a de Benjamin Nicolas Teensma, estudioso da língua e das letras castelhanas, publicada em 1966 em Groningen, Holanda. Trata-se da tese “Don Francisco Manuel de Melo. Inventario general de sus Ideas”, obra em três capítulos que versam respectivamente sobre a personalidade e os dotes psicológicos, a sua posição como autor, filólogo e lingüista, e seu pensamento político e social, com foco nas idéias jurídicas e econômicas. Por todo o estudo, Teensma segue de perto a letra dos escritos, preocupado com resenhar aqueles temas conforme ocorrem na obra.

Em 1969, surge em Bordeaux a tese de doutoramento em estudos ibéricos, pela Sorbonne, de Jean Colomès, discípulo de Le Gentil, “La Critique et la Satire de D. Francisco Manuel de Melo”, extensa visitação dos escritos melianos com a atenção analítica voltada para as duas categorias da sátira e da crítica.

A historiografia de DFM lhe merece extenso tratamento, com destaque para as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” e dentre elas a “Epanáfora Política” das “Alterações de Évora”, mas igualmente a “Guerra de Cataluña” e o “Tácito Português”.

Colomès busca a crítica e a sátira melianas também na “Carta de Guia de Casados” e nos quatro “Apólogos Dialogais”, especialmente o quarto, a que dedicaria outro de seus trabalhos, uma cuidadosa e inestimável edição anotada, “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”, publicada postumamente, em Paris, 1970, pelo Centro Cultural Português, associado à Fundação Calouste Gulbenkian.

Ambos os estudos têm em comum a abordagem por assim dizer transversal do conjunto da obra. A partir de categorias definidas ‘a priori’, tanto Teensma quanto Colomès vão buscar nos escritos de DFM os conteúdos que se conformam àquelas categorias, resultando deste esforço uma espécie de visitação da totalidade, o que lhes confere um perfil

de grande resenha ou, nos termos que o holandês registra já no título da tese, o de “inventário”.

Ambas as teses devem ser vistas como operações de reconhecimento ainda preliminares a uma síntese geral. Ambas traçam coordenadas sobre o conjunto da obra, seguramente inspiradas nas qualidades mais visíveis dos escritos melianos, sem que se alcance a compreensão digamos orgânica do vasto conjunto. Seus resultados valem como mapeamentos das incidências das categorias escolhidas de antemão, e equivalem a repertórios fenomenológicos, sem que se supere ainda a dispersão e a vastidão da obra mediante uma visão integradora.

No caso de Jean Colomès, os dados biográficos formam um fio condutor da análise e as incidências categoriais são analisadas conforme ocorrem a cada etapa do binômio vida/obra, o que empresta maior coesão e consistência ao seu esforço de tese. Sem este fio condutor, a análise de Teensma inevitavelmente segue o leque das categorias pré-definidas, e se dispersa em achados soltos.

Três outros estudos, realizados no âmbito da Península, nos anos seguintes, vão ensaiar a visão geral do corpus meliano, os três no formato de teses doutorais.

Em 1985, o erudito catalão Joan Estruch Tobella defende na Universidade Autônoma de Barcelona a tese “Vida y obra de D.F.M. de Melo”, a que não tivemos acesso⁸⁷. Contudo, sendo Estruch o preparador e anotador de uma informada edição, publicada em 1996, do relato da insurreição catalã, com extensa “Introducción biográfica y crítica”, consideraremos como suas posições mais atualizadas as que ali expõe.

Neste estudo, além da análise dos aspectos propriamente historiográficos, tanto sob o prisma da veracidade como o das fórmulas estéticas, estilísticas e retóricas da “Guerra de Cataluña”, demora-se Joan Estruch na discussão dos episódios cruciais da vida de DFM, como as alterações de Évora em 1637 e aqueles relacionados à sua destituição da elevada posição junto o comando do exército castelhano, assim que chegam as notícias da secessão portuguesa, em dezembro de 1640. O professor Estruch Tobella traz contribuições importantes para uma indagação antiga (remontando aos debates castelhanos do século XIX),

⁸⁷ Antonio Bernat Vistarini, que teve acesso ao resumo da tese doutoral inédita de Joan Estruch, declara que “Se trata, sobre todo, de una edición crítica de la *Guerra de Cataluña* “que nos ha permitido restablecer el texto de la edición princeps que contiene numerosos lusitanismos, corregidos en las ediciones modernas”, y afirma haber demostrado la deuda de Melo con Gaspar Sala, en concreto su obra *Epítome de los principios y progresos de las guerras de Cataluña en los años 1640 y 1641* (Barcelona, 1641 y reedición en Lisboa en el mismo año).” A. B. Vistarini, Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del Barroco peninsular. Pag. 128, nota 300. Palma: Universitat de les Illes Balears, 1992.

na fortuna crítica meliana, a do verdadeiro partido tomado por DFM por ocasião da crise da Restauração. Voltaremos adiante à sua introdução para a “Catalunha”.

Uma segunda tese aparece no contexto recente dos estudos melianos em Espanha. Trata-se de “Francisco Manuel de Melo (1608-1666): Textos y contextos del Barroco peninsular”, de Antonio Bernat Vistarini, publicado em 1992 pela Universidade das Ilhas Baleares. O autor, modestamente, se propõe a “exponer ante los curiosos el periplo vital, más o menos completo, de un escritor sólo parcialmente atendido desde la investigación de Edgar Prestage” e a não fazer mais do que uma “relectura (...) de las palabras de D. Francisco Manuel siguiendo el hilo cronológico”. Contudo, “he entrado también en algunos rinconcillos oscuros”.

A partir do epistolário meliano, que com razão considera “una extraordinaria fuente de datos a tener en cuenta para iluminar tanto su persona como numerosos aspectos de un ambiente cultural y políticamente muy complejo”, passa a relacionar e a cotejar as cartas “con el resto de una obra que es en gran parte fiel reflejo – con la inevitable refracción que impone la elección de los distintos géneros – de un entorno y de una peculiar forma de instalarse en el: su uso de los componentes autobiográficos se nos muestra como una constante que a veces llega más allá del simple recuento de la experiencia para convertirse en justificación de la escritura misma (...)”.

O trabalho do professor Vistarini é estruturado em seis capítulos, relativos a fases da biografia de Dom Francisco, com os anos de sua minoridade cindidos nos eixos cronológicos 1608-1624 (“Nacimiento, formación y primeros años”) e 1625-1629 (“Las armas y las letras”, desde o ingresso na carreira de soldado até os primeiros escritos e publicações).

O conhecimento e vivência da Corte e da cultura literária madrilenha ocupam o período seguinte, de 1630-1637 (“El Cortesano y el Discreto”), desdobrando-se na experiência e testemunho dos grandes eventos políticos e militares relativos a 1637-1640 (“Evora, Flandes, Downes y Cataluña”). O regresso a Portugal e os longos anos de tropeços, suspeições e desgraças, 1641-1658 (“Portugal. Prisión y destierro”), merecem-lhe, com base nas cartas, maior espaço e desenvolvimento, fechando-se o ciclo com o tempo de sua reabilitação, 1659-1666 (“Reconocimiento y muerte”).

Bernat Vistarini realiza com sensibilidade e leveza a tarefa que também se propôs, de “*poner al día y aunar* [= unificar, reunir], con un humilde impulso divulgativo, las investigaciones realizadas hasta la fecha sobre Francisco Manuel de Melo”. Move-se com agilidade entre a densa floresta de nomes e citações, além de citações de citações, na qual comumente é fácil perder-se o comentador, e produz um texto agradável e legível, além de

bem informado, sem contudo questionar muito a fundo os saberes recebidos, coisa que, como se infere, não estava em seu escopo inicial. Seu levantamento dos anos de prisão, cujas fases tendem a se indiferenciar noutros lugares da fortuna crítica, é uma contribuição valiosa e original aos estudos melianos.

A terceira tese, a mais recente, “D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do ‘cortesão prudente e discreto’ na cultura barroca peninsular”, do professor português Paulo Silva Pereira, defendida perante a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2007, aguardava publicação quando rapidamente a pudemos compulsar, em 2009, e não estava ainda inteiramente disponível para o estudo e a reprodução, como aliás parece ser uma praxe europeia – em contraste com a franca e risonha abertura, para o leitor virtual, das teses e dissertações da universidade brasileira.

Nesse breve exame pudemos apreender que participa das qualidades que acabamos de assinalar para a de Vistarini, em termos de *aggionamento* dos dados, cuidadoso tratamento da matéria e leveza da apresentação, ao mesmo tempo que elege o método já praticado por Teensma e Colomès, da visitação do corpus meliano segundo categorias previamente determinadas, no caso as da descrição, no modelo do cortesão de Castiglione, e da prudência, na esteira do tacitismo de vertente lipsiana.

Uma última leitura compreensiva do conjunto das obras e da atividade historiográfica de DFM merece recensão. Trata-se do estudo “D. Francisco Manuel de Melo, historiador”, contribuição de António de Oliveira, da Universidade de Coimbra, grande especialista na história do período filipino em Portugal, ao Encontro Internacional “D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular”, realizado em Coimbra e Porto em 2008.⁸⁸

Com 56 páginas, o cuidadoso estudo aborda em onze seções as concepções historiográficas do escritor; sua atividade literária, incluindo os trabalhos históricos; seus temas dominantes, ligados aos tempos turbulentos que viveu, com a guerra como pano de fundo; a concepção da História como repositório de lições, e a corrente tacitista; aspectos da “Guerra de Cataluña”, identificada como ‘folleto político de acerbísima oposición’ à Monarquia por Pelayo; a questão da verdade e da veracidade histórica em Melo, com referências ao debate acadêmico travado em 1886 na Espanha em torno ao tema; as deformações causadas à historiografia pela proximidade do poder; o projeto meliano de uma história dos fundamentos da nova dinastia, que ficou apenas na biografia interrompida de d.

⁸⁸ D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular. Coord. Marta Teixeira Anacreto, Sara Augusto e Zulmira Santos. Págs. 209-264. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra e Ediciones Universidad Salamanca, 2010.

Teodósio; a história das alterações alentejanas de 1637-38, incluindo considerações sobre a sua participação nas tratativas entre as elites portuguesas e castelhanas, bem como a posição da Casa de Bragança e aspectos da operação repressiva que abafou a revolta; e finalmente, à guisa de conclusão, as velhas e novas concepções historiográficas da época do escritor.

O tratamento preciso dos dados e a erudição historiográfica são os aspectos mais notáveis do ensaio do Professor Oliveira, de cujos subsídios nos valem, neste e noutros trabalhos seus, para o nosso, em particular a anotação de Pelayo sobre a “Guerra da Cataluña”, um texto decididamente de oposição à Monarquia, a despeito dos protestos de isenção do escritor. Tem-se um excelente retrato das questões e dilemas de ordem técnica que incidiam sobre a historiografia do período e do próprio Melo. Mas, como nos demais ‘sintetizadores’ resenhados, a grande fratura de 1640 não é aferida nas suas decisivas conseqüências para DFM e sua obra, talvez porque, como todo bom especialista, Oliveira se deixasse levar por seu campo de predileção, os motins de 1637, que lhe absorvem a atenção e a reflexão, e também, talvez mais decisivamente, porque, como os demais estudiosos, o mestre português aceita pelo valor de face as explicações de DFM sobre 1637 e sobre os grandes abalos que se seguem.

A visão de conjunto a partir dos textos

O balanço da fortuna crítica dos escritos de Dom Francisco Manuel até agora (2012) mostra, em suma, juntamente com a acumulação de estudos monográficos em torno de obras determinadas, algumas tentativas pioneiras de descrição do corpus meliano considerado em seu conjunto, como se viu, orientadas no sentido de superar os obstáculos postos por sua vastidão, dispersão em gêneros e temáticas, além da divisão em dois idiomas e culturas.

Algumas constantes se identificam neste esforço de séculos, sendo talvez a mais notável a estreita conexão entre experiência e escrita na grande maioria das obras de DFM.

Dos trabalhos de Edgar Prestage retém-se o cuidadoso levantamento documental e a tentativa de reconstrução biográfica, e dos de Benjamin Teensma e de Jean Colomès, respectivamente o inventário ideológico e as vertentes crítica e satírica que perpassam boa parte dos escritos, assim como na tese de Vistarini uma atualização para o estado-da-arte das reflexões sobre o binômio vida e obra, e na de Silva Pereira a aproximação de Dom Francisco à figura do cortesão prudente e discreto.

Antes de prosseguirmos em nossa busca de uma visão totalizadora, vale assinalar, sobre a pioneira biografia do professor da Universidade de Manchester, que nela já transparece a perplexidade dos estudiosos diante do gráfico-em-sobressaltos ou zigzagueante da existência do escritor.

Notável investigador e colecionador de documentos relacionados a DFM, a Prestage se deve quase tudo que hoje se sabe, com base em documentos, dessa vida, fora dos textos melianos. De modo louvável – como assinalou-se na Introdução – o inglês se recusa a preencher as muitas lacunas e avança cautelosamente na construção de uma narrativa linear que dê conta de seu objeto. Quando parece que vai chegar a uma conclusão positiva sobre os momentos cruciais, os ‘turning points’ do itinerário de seu biografado, detém-se nos umbrais de uma sugestão, como quando menciona as suspeições com que DFM foi recebido em Lisboa, em 1641, depois de aderir em Londres à causa da Restauração.

A falta de ênfase desta admirável coleção de documentos que é o seu “Esboço Biographico” de Dom Francisco talvez deva ser atribuída à particular posição de *scholar* situado no interior da alta sociedade portuguesa das primeiras décadas do século XX, extremamente suscetível a toda opinião forasteira.

O fato é que Prestage opera um imenso serviço aos estudos melianos, ‘redescobrimo’ para Portugal a figura do grande escritor.

Ao cingir-se à crônica meramente factual, porém, ao mesmo tempo que passa a valer como fonte dos fatos e, como tal, ferramenta indispensável à investigação, deixa um déficit de interpretação. Noutras palavras, os altos e baixos do roteiro de vida de DFM perdem, na sua biografia, altitude e profundidade, tendendo a narrativa à declaração linear e horizontal. Prestage abstém-se de ponderar, isto é, de atribuir pesos e ênfases aos acontecimentos da vida, e não aprofunda a investigação de seus reflexos na obra.

Quanto às totalizações “transversais” operadas por Teensma, Colomès e, mais recentemente, Silva Pereira, com seu caráter de “inventários” das passagens da obra conforme as categorias pré-definidas – o ideário jurídico e econômico, a crítica, a sátira, a cortesia, a prudência, a discrição –, e a despeito de suas importantes contribuições para o avanço da fortuna crítica, tampouco resultam em sínteses integradoras seja do binômio vida e obra, seja dos textos tomados em sua autonomia.

1.2 A construção de uma hipótese totalizadora

A questão da unidade da obra, sugerida por sua vastidão e dispersão, e agravada pela aparente falta de um eixo temático principal, passados quase 350 anos do desaparecimento do autor, é forçoso reconhecer, permanece intacta em nossos dias.

O presente trabalho inscreve-se, modestamente, na busca desta unidade. A modéstia, no caso, não é falsa afetação de insuficiência, mas decorre do reconhecimento do árduo da tarefa, que tantas inteligências tem desafiado ao longo de séculos de consideração crítica dos

escritos de DFM, e que acreditamos agravar-se por um traço menos trabalhado desses escritos: a dissimulação, não já como objeto do registro meliano, tão freqüente em sua época, sendo mesmo um tópico da historiografia dos Seiscentos, bem estudado por Villari e outros, mas como qualidade eventual e pontual deste mesmo registro.

Reservando a elaboração deste ponto para mais adiante, no desenvolvimento do trabalho, registramos por ora que, nas situações de transição que enfrentou e nas quais se moveu, um tempo de mudanças de águas e frequentemente de águas turvas, DFM precisou e soube valer-se, digamos, de uma escrita ‘furtacor’.

De um modo geral, a posteridade acatou as versões historiográficas melianas por seu valor de face. Veremos, contudo, que as circunstâncias vividas pelo escritor a partir de sua adesão ao Portugal restaurado, e particularmente a partir de sua prisão em 1644, obrigaram-no a um esforço de revisão que necessariamente colocaria em perspectiva os seus temas e sua história.

Um mesmo tema nas “Epanáforas”

Um ponto de partida para a construção da visão totalizadora da obra de DFM, situado desta vez no interior dessa obra, vale dizer, nos próprios escritos, parece estar sugerido pelo próprio autor no mais ambicioso de seus projetos historiográficos em língua portuguesa.

Ao reunir num só volume, sob um só título, as cinco relações históricas que formam as suas “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (Lisboa, 1660), Dom Francisco Manuel implicitamente propõe que algum fator as unifica, sendo este, aparentemente, o tratarem todas as “epanáforas”, justamente, de “História Portuguesa”, ainda que tal história seja “vária”, isto é, alternativamente (para ficarmos com alguma de três das sete diferentes acepções do adjetivo “Vário” tal como as encontramos no dicionário Aurélio) 1. de diversas cores ou feitios, isto é, matizada; 2. diversa ou diferente de outras histórias; 3. mais ou menos numerosa.

Outros aspectos exteriores reforçam e confirmam a intenção ou sentido de unidade do volume (supondo-se quanto a este ponto a estreita supervisão de sua impressão pelo autor). Todas as cinco relações vêm precedidas de uma folha de rosto de análoga composição, com as mesmas cláusulas compostas nas mesmas famílias e corpos tipográficos (ver as ilustrações anexadas ao trabalho), distintas essas da folha de rosto geral que encabeça o volume. Além disso, todas as cinco relações são dedicadas, cada qual, “A um amigo”, de nome não declarado, e diferente para cada uma das relações, conforme o perfil que de cada qual delinea o autor. Uma dedicatória distinta de todas essas, ao jovem rei Afonso VI, abre o livro, com instantes súplicas endereçadas ao perdão real.

Antes de procurarmos o fator ou fatores que emprestariam unidade interna ao volume das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (neste trabalho referidas às vezes, para maior comodidade, pela sigla EVHP), merece atenção o fato de que somente nos volumes que fez imprimir nos anos 1660, durante suas missões diplomáticas, como parte de projeto de composição de suas obras completas, reuniu DFM em volume único mais do que um de seus livros, volumes que vêm a receber denominações genéricas. São eles as “Cartas Familiares”, as “Obras Morales” e as “Obras Métricas”, sem que seu título denote mais do que o aspecto, justamente, de pertencerem a um mesmo gênero literário.

O mesmo ocorre uma única vez, antes da publicação das EVHP, com sua coleção de poemas, “Las Tres Musas del Melodino”, de 1649, cujo principal fator unitário é afinal a simples autoria “del Melodino”. Vale dizer que as EVHP formam o caso único em que uma reunião de seus escritos ganha nome coletivo por assim dizer qualificado, e não meramente genérico.

O que poderia, então, conferir unidade interna às “Epanáforas de Vária História Portuguesa”?

A hipótese Serrão: *modulações anafóricas de um mesmo tema*

A hipótese de que o conjunto das cinco relações reunidas nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660) supõe uma idéia central, um “leit-motiv”, vem exposta pela primeira vez no ensaio introdutório de Joel Serrão à edição facsimilar (Lisboa, 1977) desse conjunto promovida pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, que tem como título “Uma cultura, uma mentalidade: D. Francisco Manuel de Melo”.⁸⁹

A partir da leitura e interpretação da expressão “epanáfora”, inencontrável antes dos escritos melianos, e derivada sem dúvida da bem conhecida “anáfora”, figura de retórica que consiste na reiteração dos mesmos termos em vários inícios ou partes de uma sucessão de frases, Serrão propunha que se lessem as “Epanáforas” como reiterações do tema imperial – vale dizer, como cinco momentos balizadores da história do império português.

Notemos, antes de mais, que o livro principia com sucessos de 1637 – as alterações de Évora, que a Restauração de 1640 veio a considerar como seu prenúncio – e termina com a história da derrota dos Holandeses, em Pernambuco, em 1654, facto de importância fundamental daquilo a que se poderá chamar o prolongamento dessa mesma Restauração, que, com maior ou menor consciência, intuía a sua própria sobrevivência na redefinição do império luso-brasileiro.

⁸⁹ Op. cit., IX-LX.

Entre esses dois marcos, como que **modulações anafóricas de um mesmo tema**, situam-se, como é sabido, o “Naufrágio da Armada Portuguesa em França” (1627), o “Descobrimento da Ilha da Madeira” (1420) e o “Conflito do Canal de Inglaterra entre as Armas Espanholas e Olandesas” (1637). O “Naufrágio” reporta-se não só à juventude do autor e à sua iniciação “política” mas também ao “statu quo” da monarquia dual hispânica; o “Descobrimento da Ilha da Madeira”, ao início da colonização ultramarina portuguesa; o “Conflito do Canal de Inglaterra”, à evidência de que começara a declinar o poderio espanhol”.

Apreadem-se, assim, três temas: o da Restauração aquém e além-mar; o do domínio marítimo pelas esquadras hispânicas; o dos inícios da colonização portuguesa, o qual, ao fim e ao cabo, geneticamente, se liga ao Brasil e ao que ele significava nos horizontes portugueses de 1660, data da publicação do livro. Três temas que, como se vai tornando inteligível, entre si se ligam, ou entre si são ligados pela convergência, na cultura do autor, da preocupação política e da “técnica” do retórico, habituado a “compor” um livro, embora com materiais mais ou menos dispersos, escritos ao sabor de interesses mais ou menos momentâneos.”⁹⁰

Como se vê, Joel Serrão avança por degraus no sentido de obter uma visão unitária das EVHP, reconhecendo identidades parciais no interior do conjunto, antes da sugestão de que integram um todo.

Curiosamente, o erudito Serrão não se detém neste feliz achado, e vai procurar, em seguida, o fator de unidade maior no fato de todas as cinco relações referirem-se a assuntos públicos, diluindo a sua descoberta nessa generalização, aliás já presente no subtítulo ou desdobramento do título: “Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa. A El Rey Nosso Senhor D. Afonso VI. Em Cinco Relações de Sucessos Pertencentes a Este Reyno. Que Contem negócios públicos, Políticos, Trágicos, Amorosos, Bélicos, Triunfantes. Por Dom Francisco Manuel.”

Inclinamo-nos também a pensar que para a estrutura das *Epanáforas*, convergentemente, concorreu, em termos psicológico-literários, aquilo que apreendemos já em D. Francisco Manuel, ou seja, o político *doublé* de poeta, o homem do mundo preocupado com harmonias que são da esfera da cultura e se prendem a modulações anafóricas de uma realidade maior, subjacente sempre – os “negócios públicos”. Negócios esses que, ora sendo propriamente *políticos*, ou *trágicos*, ou *amorosos*, ou *bélicos*, ou

⁹⁰ Idem, XL-XLI.

triunfantes, são relatados não só pelo político mas também pelo “poeta” enquanto tal. Pelo escritor que, como tal, se assume.⁹¹

Passamos a descrever o caminho que percorremos em busca de uma visão unitária da historiografia meliana, a partir da importante sugestão contida neste ensaio do mestre português.

Primeiro movimento: A Hipótese Serrão Ampliada (HSA)

Imaginamos, inicialmente, que a tese de Joel Serrão, assim interpretada, pudesse sofrer uma ampliação, de modo a abranger os demais itens da historiografia de DFM, e talvez também da polemística política, incorporando o grande peso da Restauração na vida e na obra de DFM; e nos propusemos um passo a mais nesta nova hipótese: a de que os diversos itens do corpo historiográfico deixado por Dom Francisco Manuel pudessem ser considerados como fragmentos de **um só painel histórico, dotados de unidade subjacente, um painel referido e condicionado pelo evento Restauração** e pela luta de Portugal para manter-se como nação independente e cabeça de império, tanto no contexto da União Ibérica (vale dizer, da monarquia composta) quanto na condição de reino restaurado.

O grande painel meliano incluiria, nesta visão unificada, além das EVHP (1660), para as quais ficariam valendo também os argumentos de Serrão, a “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña” (1645), que sinaliza o caminho da autonomia em relação à Monarquia dos Áustrias espanhóis; o “Teodósio II”, esboço de uma biografia do duque de Bragança (pai do restaurador), deixada sem conclusão mas que remonta aos primeiros tempos da dinastia de Avis; e o “Tácito Português”, outro esboço interrompido, planejado para ser uma biografia de D. João IV desde a sua condição de chefe da Casa de Bragança, que acaba por relatar os fatos de Portugal até pouco depois da Restauração, interrompendo-se em meio à trama que derruba e leva à execução o ministro Francisco de Lucena.

Assinalávamos ainda, naquela primeira hipótese, que a Restauração marca fortemente outras regiões dos escritos de DFM, desde, obviamente, o “Ecco Político”, que escreve e publica em 1645, em defesa do Portugal restaurado, organizado como réplica, parágrafo por parágrafo, a outro documento espanhol com as razões contrárias; até o “Apólogo Dialogal Terceiro”, da “Visita das Fontes”, diálogo que se passa entre a visitante Fonte Velha do Rocio e a visitada Fonte Nova do Terreiro do Paço, na presença de uma estátua de Apolo e de um soldado que guarda o lugar, e que representa, afinal, o diálogo entre a ordem antiga e a ordem restaurada, à luz das armas e das letras; passando pelo memorial “Aula Política,

⁹¹ Idem, XLI.

Cúria Militar”, relatório acerca das instituições espanholas, escrito à guisa de subsídio ao Portugal que reconstruía as suas instituições.

Era preciso, contudo, conciliar a nova hipótese, derivada da percepção original de Joel Serrão, com o entendimento – que fomos alcançando a partir dos estudos também da biografia, e do fato de que em DFM experiência e escrita andam em estreita conexão (conexão que tem consenso na fortuna crítica) – de que **o evento Restauração**, para a geração de Dom Francisco, poderia e deveria ser apreendido não apenas como nova fase de Portugal mas – o que é menos óbvio, embora pareça apenas o reverso da medalha – também, e talvez principalmente, **como ruptura** do terreno político, vale dizer, como interrupção da experiência da União Ibérica.

Segundo movimento: Hipótese Serrão Novamente Ampliada (HSNA):

Havia, neste último ponto, nesta última percepção, a possibilidade de uma expansão ulterior do movimento de hipóteses referido, a partir da sugestão do mestre português. **A formação de Dom Francisco Manuel no quadro da Monarquia Ibérica, combinada à ruptura de 1640**, bem poderia ser a chave para a visão totalizante e unificadora que buscávamos.

Ora, o impacto desta ruptura na vida do escritor tem passado despercebido pelos comentadores. Anota-se apenas, linearmente, que Melo é preso durante a campanha da Catalunha, assim que chegam as notícias da secessão portuguesa, e trazido a ferros para Madri; que uma vez inocentado, e já a caminho de nova missão em Flandres, desiste de seus vínculos com Castela e reaparece em Londres, aderindo à Restauração portuguesa.

Minimiza-se ou simplesmente se faz silêncio sobre o significado enorme daquela deserção, quando vista no contexto da sua formação e do lugar social que ocupava. Passa-se em branco pelo fato de que, em dezembro de 1640, foge-lhe dos pés o terreno político sobre o qual construía toda a carreira militar; desaparece o sistema de referências dentro do qual se movia desde a infância e a juventude; em circunstâncias que lhe são além de tudo particularmente desonrosas, sendo postas em questão a sua lealdade e fidelidade à Monarquia que até então serviu; justamente quando alcançava os mais altos postos do exército.

Tampouco a formação de DFM no quadro da Monarquia é considerada com o devido peso, na apreciação das conseqüências pessoais do terremoto político de 1640. Se toda uma geração de fidalgos portugueses formados no mesmo quadro igualmente as experimenta, em Dom Francisco Manuel de Melo elas incidem com particular nitidez e força.

Com efeito, **a notável congruência de biografia e história, que dele faz uma espécie de criatura arquetípica da União Ibérica** – congruência aliás percebida pelo próprio escritor, no plano dos grandes conflitos da Monarquia, quando anota, na “Epístola Declamatória” (1653) (Parágrafo 9) que “não houve hora, que passasse ocioso no serviço da Guerra, já em Armadas, já em Galés, já em Exércitos, achando-me nas maiores ocasiões deste tempo” – é a mesma que lhe traz, com a Restauração, a sua (digamos) Primeira Queda; a mesma notável congruência que **faz com que coincidam, no correio sigiloso de Olivares ao estado-maior castelhano em Tarragona, no dia 7 de dezembro de 1640, a notícia da emancipação de Portugal e a ordem secreta de sua prisão**, vale dizer, ao final das contas, da interrupção de sua experiência no contexto da União Ibérica, como súdito e soldado dos Áustrias espanhóis.

Em seus escritos, aliás esta última coincidência – que denominaremos o “**Argumento do Correio**” – vem reiterada à exaustão, relacionada aos seus papéis na crise de Évora, em 1637, e servindo-lhe no contexto do Portugal restaurado como prova de sua lealdade ao Reino e à Casa de Bragança.

A revisão e a reconsideração desses fatos sugeria, como dissemos, uma ulterior ampliação da hipótese Serrão já uma vez ampliada. O historiador da autonomia portuguesa, sobre o qual se concentravam as hipóteses anteriores, seria, além disso, algo mais.

Pareceu-nos merecer consideração, além da necessidade de ser **considerar a Restauração não apenas positivamente**, como processo de recuperação da autonomia do Reino mas, negativamente, como **um movimento continuado de oposição a Castela e à Monarquia**, o fato de que **os itens mais importantes da historiografia meliana versam sobre uma insurreição de grandes proporções (“Guerra de Catalunha) e uma revolta popular (“Alterações de Évora”)** que põem em xeque o governo de Olivares.

Com efeito, **os vários conflitos que servem de tema a Dom Francisco Manuel se apresentam como diminuições da Monarquia castelhana, movimentos a ela opostos.**

Também a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro poderia ser vista sob o mesmo prisma, tanto no seu aspecto de erosão do Império durante a União Ibérica como, em seus desdobramentos, no aspecto de uma guerra de resistência ao mesmo tempo brasílica e lusitana. Outros conflitos que afetam a Monarquia negativamente, e que aparecem como temas históricos para DFM, às vezes como pano de fundo de seus escritos, incluem o assédio de holandeses, franceses, ingleses e até dinamarqueses, tanto ao corpo continental do Império dos Áustrias espanhóis como às Conquistas coloniais.

Por ocasião da Qualificação dos trabalhos de tese, realizada no segundo semestre de 2011, apresentamos o que era então o último estado de nossas conjecturas, que denominamos a Hipótese Serrão Novamente Ampliada:

“A hipótese maior, que subsume as demais, parciais, de Serrão, e Serrão Ampliada, validando-as ao mesmo tempo que as transcende, poderia ser declarada formalmente nos termos seguintes:

A formação de Dom Francisco Manuel e a ruptura do terreno político em 1640 impõem à historiografia meliana uma perspectiva, a da Monarquia espanhola, mas sob o prisma da oposição, da crítica e da rebelião; e o corpo de seus escritos históricos constitui uma historiografia das revoltas – e uma historiografia revoltada – da Monarquia espanhola e da sua desagregação, da qual os seus estudos de história portuguesa constituem um capítulo local expandido e, aliás, para as letras de Portugal, especialmente grato.”

A aplicabilidade da hipótese assim formulada vinha defendida com os seguintes argumentos.

“Pensamos obter com este novo modelo explicativo a superação de várias dificuldades apresentadas pelas hipóteses de Joel Serrão (anotando-se em seu favor que o erudito português não pretendeu naquele texto específico explicar senão as “Epanáforas”) e Serrão Ampliada (que nos atrevemos, em outra ocasião, a estender ao conjunto da historiografia meliana).

“Primeiro, a Hipótese Serrão Novamente Ampliada, que vê em DFM um historiador das revoltas – e um historiador revoltado – da Monarquia ibérica, permite integrar plenamente na visão de conjunto da obra a extraordinária “Guerra de Cataluña”, antes considerada apenas como fixando um antecedente do Primeiro de Dezembro.

“Em seguida, permite explicar o paradoxo de que as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” – à exceção da “Amorosa” e parcialmente da “Triunfante”, que se encerra com a restauração portuguesa de Pernambuco, mas que começa como uma invasão holandesa de territórios da Monarquia dos Áustrias – tenham por objeto vários episódios que se referem principalmente à história do Império **Espanhol**.

“Apoiados na Hipótese Serrão Novamente Ampliada, conseguimos também compreender e deslindar uma das aporias mais irredutíveis da fortuna crítica meliana, a saber, as razões pelas quais DFM defende de tão bom grado o regime que o persegue e encarcera, na “Cataluña”, no “Ecco Político”, no “Manifiesto”, nas “Epanáforas”, etc.

“Conseguimos explicar a persistente nostalgia que experimenta em relação aos dias anteriores a 1640 e 41, nostalgia que emerge em muitos passos de várias obras, e que faz com que seus temas históricos situem-se invariavelmente em tempos anteriores à Restauração.

“Conseguimos explicar o fastio meliano dos Bragança, a amarga decepção política e pessoal que o leva afinal a interromper a história de Teodósio e a deixar no “Tácito”, inacabada, uma história de João IV que é movida antes pelo desdém, pelo diminuto da personagem, do que propriamente por um ódio irredutível.

“Sua hostilidade mais persistente, invariável e duradoura é a que volta-se para as figuras de Olivares e de Felipe IV. O tema de fundo, o verdadeiro objeto de suas preocupações, é a Monarquia em que se formou e que o descarta em 1640. A defesa da Restauração será para ele a melhor e mais proveitosa forma de criticar, combater e castigar a Monarquia.

“E criticar a Monarquia e os poderosos dela é também para ele uma forma de compreender o abalo de sua vida, exorcizar a *hubris* dos seus dias de juventude, buscar saber onde errou.”

Definida portanto como perspectiva maior, a vincar a historiografia de DFM, a da dissidência e da crítica (ecoando aqui as coordenadas lançadas por Jean Colomès em “La Critique et la Satire de D. Francisco Manuel de Melo”), agravadas porém como decidida oposição e revolta em relação à Monarquia (sugestão já presente em anotação de Menendez y Pelayo, num comentário sobre a “Cataluña”, considerada por ele um “folleto político de acerbíssima oposicion”), procurávamos dar conta em seguida dos novos condicionamentos impostos aos seus escritos históricos pela situação em que o Melodino se encontrou, prisioneiro do Estado português.

“A Segunda Queda de D. Francisco Manuel, em novembro de 1644, com a detenção, o longo encarceramento e depois o desterro, virá para confirmar e agravar a perspectiva crítica despertada em 1640, alargando o seu foco do poder monárquico de Castela para a crítica do poder em geral, excetuando porém, diretamente, mas não indiretamente, de seu gume, o novo regime de Portugal. Será em Portugal, mesmo preso, mas lutando com a pena e armando ampla rede de apoio epistolar – uma pioneira campanha internacional pela sua liberdade –, que ele empreenderá afinal a reconstrução da posição social duas vezes perdida.

E prosseguíamos: “Este movimento de reconstrução imprime ao conjunto historiográfico e, de resto, à maior parte da obra, incluindo por exemplo o “Hospital das Letras”, uma segunda vertente ou perspectiva, subsumida à da hipótese principal acima

exposta, e inclinada no sentido de abrir caminho para a sua reabilitação, vale dizer, no sentido de justificá-lo, de demonstrar sua coerência em situações marcadas pela ambivalência digamos estrutural da Monarquia, de atestar a sua pertinência à boa nobreza de Portugal e de assegurar a sua condição de leal súdito português até mesmo no pré-1640 (quando ninguém o era) e no pós-1640 (quando todos já o queriam ser).

“A valorização, pela Hipótese Serrão Novamente Ampliada, do período de sua formação no quadro da Monarquia ibérica oferece o fundamento para compreender-se finalmente o viés cosmopolita da obra meliana, que permite considerá-la como um capítulo luso do Siglo de Oro, dela fazendo o momento excepcional da prosa e da poesia portuguesa nos Seiscentos.

E concluíamos: “Das experiências contraditórias do favor e da desgraça política, em resumo, surgirá um homem revoltado; um feroz, conquanto velado, crítico do poder; um adversário implacável e inalterado da Monarquia, ao mesmo tempo que um nostálgico dos anos de sua juventude nela empenhados; um discreto enfim que flerta por escrito com a subversão da ordem, ao mesmo tempo em que prepara a sua reinserção na sociedade portuguesa, e que, no plano pessoal, depois de ter feito a sua secessão pessoal, fará, finalmente, quase por demais tardia, a sua própria restauração.

“Surgirá igualmente o Escarmentado, o decifrador de uma ética mundana, o mestre irônico e dialético da ciência política no contexto da Monarquia compósita e, juntamente com suas múltiplas facetas de polígrafo, o mais importante historiador ibérico da desagregação do Império dos Felipes no século XVII.”

Terceiro movimento: Hipótese da Revolta Pessoal (HRP)

Como vimos, a segunda revisão (ou derivação) da hipótese de Joel Serrão distingue-se da primeira por deslocar o foco de nossa busca, de uma perspectiva unitária da obra meliana referida à Restauração portuguesa considerada em si mesma, para a Restauração agora considerada como ruptura do terreno político da União Ibérica, até ali experimentado como um *continuum* – o que obedece mais fiel e completamente às circunstâncias históricas vividas pelo escritor e amplia o poder explicativo do jogo de hipóteses que vínhamos ensaiando.

Ora, sugeríamos na Hipótese Serrão Novamente Ampliada que aquela ruptura impõe à historiografia meliana a perspectiva da Monarquia, mas sob o prisma ou viés da oposição – a perspectiva em suma de um revoltoso, vale dizer, de um historiador revoltado, o que faria, aparentemente, que coincidissem a posição de DFM e a dos restauradores, coincidência aliás que o escritor buscou construir e levar a crer.

A questão que com mais cuidadoso exame agora se impõe é, contudo, conciliar aquela simples ruptura com a formação profundamente castelhanista ou ibérica de DFM, de um lado, e do outro lado a intensidade, que observávamos, de sua oposição e crítica da Monarquia, tal como revelada na historiografia.

Vale a pena, antes de prosseguirmos neste questionamento, considerar mais uma vez esses pressupostos.

Primeiro, conquanto pouco valorizada na fortuna crítica, ressalvada à percepção de Georges Le Gentil, parece-nos sustentável e válida a premissa de que a formação e a carreira de Dom Francisco dele fazem uma criatura arquetípica da União Ibérica, um português profundamente imbuído da cultura e dos valores de Castela, que construiu seu projeto sobre o terreno aparentemente estável da Monarquia.

Parece-nos válido igualmente – ainda que tal postulado exija demonstração – sustentar que a Monarquia é a referência maior e mais constante de seus escritos e particularmente de sua historiografia, mas a Monarquia vista pela perspectiva dissidente e crítica de alguém que se situa em decidida oposição a ela.

Ora – e aqui está um ponto crucial do reexame da HSNA – somente **um abalo pessoal profundo** poderia levar a criatura arquetípica da União Ibérica a colocar-se na posição do rebelde e do insurgente em relação àquela mesma Monarquia na qual construíra o seu projeto de vida.

Para deixar mais claro o raciocínio que estamos seguindo, podemos expressá-lo nos termos de um silogismo clássico, dotado de premissa maior, premissa menor e de conclusão.

Nestes termos, a formação e a carreira militar de DFM no quadro da União Ibérica constituiria **a premissa maior**, da qual partimos para alcançar **a conclusão** de que sua historiografia forma um corpo de escritos dissidente e crítico (ou revoltado, em suma) da Monarquia e de sua desagregação.

No meio do caminho, como premissa menor, colocávamos a ruptura do terreno, e aqui exatamente estaria o problema detectado na HSNA – o problema de que a simples ruptura do terreno político em 1640 não explicaria inteiramente uma revolta pessoal. Tampouco as reiteradas alegações de patriotismo do escritor nos parecem explicar o abalo pessoal que postulamos como necessário para a produção da perspectiva dissidente e crítica de seus escritos históricos. Deve haver algo mais. Este ‘algo mais’ pensamos que seja, nos termos das categorias analíticas adaptadas de Certeau, uma violenta alteração de seu lugar social.

No meio do caminho entre a formação ibérica e a historiografia dissidente em relação à Monarquia, como **premissa menor**, postulamos uma revolta *pessoal*.

1637-1641: das alterações de Évora à queda na Catalunha

Sabe-se – porque o escritor insiste muitas vezes nisto – que a destituição de DFM da alta posição exercida no comando do exército castelhano, durante a campanha da Catalunha, coincidiu com a chegada da notícia da secessão portuguesa. É o episódio que vai informar o já mencionado “Argumento do Correio”. Com o Primeiro de Dezembro, acenderam-se no Conde Duque de Olivares as suspeições quanto à verdadeira posição de DFM em relação à agora insurgente Casa de Bragança, remontando aos fatos de 1637.

Teria porém a revolta pessoal de DFM – aqui postulada, mas jamais admitida nesses termos pelo escritor – relação direta com aquela secessão?

É preciso abrir espaço para **uma análise mais detida tanto dos acontecimentos de 1640**, tal como incidem no roteiro pessoal do escritor, desdobrando-se por sua prisão e pelos fatos subseqüentes (sua deserção das forças da Monarquia e sua adesão à Restauração portuguesa, em 1641), **mas também de todo o seu itinerário nos anos que vão de 1637**, quando participa das negociações estabelecidas entre a Casa de Bragança e o governo de Madri, relativas às alterações de Évora, **até os marcos de 1640 e 1641**.

É preciso, ainda, levar em conta que o relato meliano dos acontecimentos de 1640, assim como dos de 1637-1640-1641, e aliás toda a sua historiografia, resulta de **um esforço de revisão** marcado não somente pela oposição à Monarquia mas também pela constante preocupação de se justificar perante o Portugal restaurado.

Repassemos, ainda que de forma superficial, deixando a sua análise e demonstração mais detidas para o desenvolvimento da tese, os múltiplos indícios que definem 1637-1641 como **um período absolutamente crucial para a compreensão dos escritos e dos vetores** que assume a biografia do escritor.

Com efeito, suas principais realizações historiográficas, assim como as várias peças que produziu em sua defesa e justificação, no contexto do Portugal restaurado, sugerem e autorizam a concentração da análise neste período.

Quanto à historiografia, duas das três epanáforas testemunhais, entre as cinco que compõem as EVHP, referem-se a 1637 (as “Alterações de Évora”, possivelmente o mais importante de seus trabalhos de história em língua portuguesa) e 1639 (o “Conflito do Canal de Inglaterra”, que tem por objeto o confronto entre as armadas da Monarquia e dos Estados Gerais holandeses).

Seu clássico relato da insurreição da Catalunha (a “História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña” ou na fórmula breve “Guerra de Cataluña”) também parcialmente testemunhal, vai buscar as origens do conflito em 1635, quando se declara a guerra franco-espanhola, e se desdobra até a investida sobre Barcelona, em 1641, fazendo foco porém nos primeiros meses do conflito armado, que são os últimos de 1640.

Quanto às peças de justificação e defesa, produzidas depois de 1644 para provar sua lealdade ao Reino e à Casa de Bragança, o escritor vai buscar nos anos de 1637-1638 (alterações de Évora) e 1640-1641 (sua caída em desgraça durante a campanha da Catalunha, sua prisão em Madri e posterior deserção das forças de Castela) os principais fatos de sua biografia que atestariam aquela lealdade.

Os primeiros são apresentados como notáveis serviços prestados à Casa bragantina. Os últimos o são como padecimentos que sofreu precisamente em razão daqueles serviços de 1637. (Trocando em miúdos, as informações que levou em 1637-1638 a Olivares sobre a fidelidade dos Bragança à Monarquia castelhana, no contexto das alterações alentejanas, seriam a causa de sua queda em 1640, quando se declara, com o Primeiro de Dezembro, a secessão portuguesa.)

É o que ocorre com grande nitidez, entre outros lugares da obra, na “Epístola Declamatória”, documento final de apelação à clemência, uma vez que escrito quando já se conhecia a sentença definitiva de desterro perpétuo para o Brasil. Neste documento endereçado ao príncipe d. Teodósio, DFM vai buscar exatamente em 1637, no contexto dos motins alentejanos que eclodem em Évora, o primeiro momento de seus alegados serviços à Casa de Bragança.

Por outro lado, e tratando de sua queda na Catalunha, em 1640, o “Argumento do Correio”, já mencionado, consistindo no fato de que a notícia da Restauração portuguesa chegou ao ‘front’ catalão no mesmo correio que trouxe a sua ordem de prisão, vem reiterado **nada menos do que sete vezes** no conjunto da obra – a saber, na “Guerra de Cataluña”, de 1645; nas páginas introdutórias do “Teodósio II”, de 1648; nas “Alterações de Évora” escritas em 1649; nos dois memoriais dirigidos a dom João IV em 1649 e 50; na “Epístola declamatória” dirigida ao príncipe d. Teodósio (homônimo do pai do restaurador) em 1653; e ainda no episódio que denominamos o “Julgamento do autor”, nas páginas do “Hospital das Letras”, que por sua dedicatória é datado de 1657.

Vale assinalar, porém, que neste esforço de justificação de sua conduta, DFM detém-se nas fases extremas (no começo e no final, vale dizer, em Évora e na sua queda na Catalunha) do nosso período de concentração (1637-1641), sem buscar argumentos auto-

justificadores nos anos intermediários, omissão e silêncio que, como adiante se verá, merecem a mais atenta anotação.

A importância das “Alterações de Évora”, para a análise aqui ensaiada, está entre outras coisas no fato de que nesta “relação” dos acontecimentos do período o escritor faz a conexão entre as duas “pontas” daquele período, ou seja, entre Évora e a Catalunha, com maior detalhe e desenvolvimento do que em qualquer outro de seus textos propriamente historiográficos ou de justificação pessoal (e com nitidez comparável talvez à “Epístola Declamatória”).

Nela, ao mesmo tempo reconstrói os eventos de 1637 e 1638 relacionados aos motins alentejanos e procura justificar-se nos papéis que então lhe couberam, primeiro como representante do duque de Bragança junto a Olivares, e em seguida como emissário e informante de Olivares junto ao duque de Bragança e aos “inquietos” de Évora.

No seu desempenho desses papéis, vai buscar a origem das suspeições que levam à sua queda na Catalunha em 1640. A “Epanáfora Primeira”, noutras palavras, reúne com excepcional nitidez as condições simultâneas de historiografia e de peça de justificação pessoal, presentes, de resto, em muitos outros lugares de seus escritos.

Uma “hechura” do Conde Duque? Dom Francisco em ‘alto vô’

Cabe insistir em duas observações resultantes da análise até agora feita, importantes para a reformulação de nossa hipótese.

Primeiro, o período 1637-1641 surge como aquele de maior concentração temática na historiografia meliana, compreendendo três dos seus trabalhos, dois dos quais (a “Guerra de Cataluña” e as “Alterações de Évora”) versam sobre revoltas da Monarquia, referindo-se o terceiro ao confronto entre as armadas castelhana e holandesa no Canal de Inglaterra em 1639, do qual também participou, como comandante de um “tercio” destinado a Flandres.

Segundo, estabelecida essa concentração nos anos 1637-1641, verificamos que em seu esforço de justificação pessoal perante o Portugal restaurado, a partir de novembro de 1644, DFM volta-se para o mesmo período de 1637-1641, **detendo-se agora nas suas fases extremas, sem elaborar os anos intermediários.**

Assinalar a propósito que na epanáfora dedicada à batalha naval no Canal de Inglaterra, ocorrida em 1639, o escritor aparece como um ‘expert’ em assuntos militares, e desta posição lança a mirada crítica sobre a ineficácia dos valores guerreiros tradicionais de Castela (a bravura pessoal, o individualismo, exemplificados nas bravatas do comandante Antonio de Oquendo) diante da racionalidade, capacidade de inovação técnica (como no lançamento de “brulotes”, precursores dos torpedos da guerra naval do século XX) e

disciplina coletiva do inimigo holandês. Alguns traços residuais, como veremos, permitem concluir, contudo, que participou do primeiro círculo de comando da armada.

Voltando à nossa interrogação inicial: o que teria produzido o “abalo pessoal profundo” que procuramos identificar na biografia meliana, como acontecimento necessário ao despertar de uma irreduzível oposição à Monarquia, tal como refletida em seus escritos históricos?

Com referência ao período definido como crucial – no sentido de conter as encruzilhadas essenciais – para a compreensão da obra e dos vetores que passa a assumir a biografia de nosso escritor, alguns dados colhidos na documentação e nos escritos de DFM dão o que pensar.

Reunidos, esses dados parecem desenhar **uma carreira em rápida ascensão** a partir, justamente, de 1637, quando a designação de DFM pelo duque de Bragança para levar a Olivares os documentos que o justificariam, no contexto da crise de Évora, põe o jovem oficial em **contato direto com o Valido**, isto é, com a mais alta instância do poder na Monarquia.

Ao desincumbir-se no segundo semestre de 1637 da missão que lhe fora assinalada pelo duque de Bragança, de justificar perante Olivares e Felipe IV as posições da Casa de Bragança no contexto das alterações de Évora, DFM é em seguida incumbido pelo Conde Duque da delicada missão de acompanhar a Évora o conde de Linhares e, na volta a Madri, como afirma na “Epístola Declamatória”, de “informar das forças dos Povos, do aparelho das Armas, e da observação dos ânimos”.

Já em 1638, seu breve tratado sobre as técnicas e protocolos de comando da guerra naval e terrestre, a “Política militar en avisos de generales”, refere no “Aviso primero” ao problema concreto da recuperação de Pernambuco, envolvendo o emprego combinado de forças de terra e mar.

(...) Y para comprender la milícia de la mar y de la campaña, imagino que el Príncipe manda un ejército embarcado en una Armada emprender la conquista de una provincia; caso que hoy nos le presenta la ocasión en la jornada de la restauración del estado del Brasil, donde es fuerza que navegue un ejército campal y outro naval, uno que se quede y outro que vuelva, uno que emprenda y outro que guarde.⁹²

⁹² Política Militar en Avisos de Generales, pp. 33-34. Clásicos Emecé. Buenos Aires: Emecé Editores, 1943. Como vimos, a primeira edição é de Madrid, 1638.

Ora, nada mais oportuno, num momento em que o conde de Linhares, cuja proximidade DFM então cultivava, estava cogitado para, justamente, comandar a operação de expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, ostentando já o título de “virrey y capitán general del Estado del Brasil, empresa y restauración de Pernambuco” além de “capitán general del mar océano”.

A dedicatória conjunta, isto é, as duas dedicatórias desse trabalho, aliás seu primeiro livro a sair dos prelos, significativamente em Madri, reforçam esta conjectura, contendo altos elogios ao Conde Duque e também a Linhares. A Olivares, DFM pede que emende tanto os “yerros de mis escritos” como “los de mi fortuna”, sugerindo que

(...) bien pudiera, Señor Excelentísimo, ya en virtud de esta esperanza, empeñarme a mayores promesas; pues es cierto que, entre las cenizas más despreciadas, duermen centellas de vivos resplandores.⁹³

Vale dizer que, se o Conde Duque atentasse para os seus talentos ocultos, DFM poderia, bem recompensado, prestar ainda melhores serviços “a las armas del más alto Imperio”.

Suas ocupações militares de 1638 a 1640 sugerem que o apelo ao Conde Duque foi ouvido e atendido. Alguns dos indícios de uma rápida ascensão na carreira militar ocorrem quase casualmente nos textos melianos, como a sua elevação a mestre de campo, oficial habilitado a comandar grandes formações.

Assim, já ao final de 1638, embora a operação de levantamento de terços, isto é, de recrutamento de soldados entre a população, fosse geralmente levada a efeito por oficiais de menor patente, tendo o próprio DFM se desincumbido desse tipo de tarefa em outras ocasiões, vêmo-lo com a responsabilidade de fazê-lo para todo Portugal, no esforço que então o governo de Olivares determinara, de reunião de um grande corpo de exército para reforçar em Flandres as forças do Cardeal Infante D. Fernando.⁹⁴

Em 1639, nas preliminares do confronto naval que opõe as armadas espanhola e holandesa no Canal de Inglaterra, matéria da “Epanáfora Bélica” escrita vinte anos anos mais

⁹³ Idem, pp. 11-12. Da dedicatória “Al Excmo. Señor Conde Duque de San Lúcar”, vale dizer, Olivares.

⁹⁴ Epanáforas, op. cit., Epanáfora Bélica, pp. 360-361, em que refere como, impedidos outros oficiais da tarefa, “houve eu de governar todas estas tropas de Portugal”.

tarde, DFM aparece, em meio a um conflito de precedências dos mestres de campo, como um deles, sem que sua elevação a esta alta patente conste em documentos anteriores.⁹⁵

Ademais, sua posição no conjunto da armada, a maior que se reunia nos últimos tempos, parece ter sido próxima do comando supremo. Assim, noutra ocasião, avizinhandose das forças da Monarquia o primeiro grupo de naus holandesas, os comandantes propõem a Antonio de Oquendo que se reúnam em conferência para decidir “o modo da peleja”, vale dizer, a ordem de combate. Ora, naquela epanáfora DFM inclui-se entre os “sete ou oito **oficiais maiores de Mar e Guerra** que concorreram juntos em sua Capitana”, uma vez que acrescenta em seguida: “Não me esqueceram jamais as palavras com que dele **fomos despedidos**”.⁹⁶

Em seguida, tendo conduzido a salvo até Flandres, em meio à batalha das Dunas, o “tercio” de infantaria cujo comando lhe coube, vemos DFM (promovido em algum momento, portanto, a mestre de campo) em contato com o Cardeal Infante d. Fernando, irmão de Felipe IV, governador geral daquela província, que aproveita seu relato da batalha recém travada para enviá-lo como informe ao monarca, e despacha DFM em missão de cunho militar à Alemanha (aparentemente não realizada por motivos de saúde).⁹⁷

Anos mais tarde, na “Epístola Declamatória”, quando não tinha mais nada a perder e se resignava ao desterro perpétuo no Brasil, ele já admite com clareza essa alta posição, em meio a um arrazoado que desenha para si mesmo o perfil de um técnico da guerra:

Tão pouco parecerá imodéstia, sendo certo, dizer a V. Alteza, que **não há neste Reino, se não eu, outro homem, que fosse Mestre de Campo em Flandes**, e que o fui lá primeiro, que aqui cingissem espada muitos Cabos, que gloriosamente a desembainham agora em serviço de Sua Majestade, e de V. Alteza.⁹⁸

⁹⁵ Epanáfora Bélica, p. 397. “Com tudo, os Mestres de Campo modernos, aconselhados ainda com os mesmos antigos, se defenderam daquela composição; por ser assentado que uma das maiores prerrogativas de seu posto era não poder receber ordem de pessoa, que não seja um dos Generais do exército. Dom Martim Afonso de Sarría & eu fomos os que mais pugnamos contra o exemplo; que depois nos agradeceram, & aplaudiram alguns dos próprios que se nos opunham.” Epanáfora Bélica, cit., p. 397.

⁹⁶ Idem, p. 407. Negritos nossos.

⁹⁷ Idem, p. 353. Nesta passagem da dedicatória da Epanáfora Bélica, datada de 1659, de sua quinta no Espinhel, vizinhanças de Coimbra, DFM declara que com a redação desse texto, “são três vezes, as que o tenho composto, sem que de uma aproveitasse para outra, um só termo, ou um papel somente”, e acrescenta: “Compus a primeira Relação, logo que cheguei a Flandres na mesma Armada, por especial ordem do Cardeal Infante Dom Fernando, que governava aqueles Estados. Então sua Alteza, por não dilatar o aviso o pouco tempo que se gastava em copiar o discurso que eu lhe apresentei, mandou o próprio, a elRey Dom Felipe, seu irmão. Depois para suprir esta falta, me pediu o original seu secretário de estado, Dom Miguel de Salamanca; o qual de minha mão recebeu, para nunca mais ser dele restituído.”

⁹⁸ Epístola Declamatória, cit., p. 125.

De volta de Flandres em Castela, vêmo-lo nomeado para compor a junta militar de Vitória, incumbida de coordenar o esforço de guerra contra a França.

Em 1640, quando eclode o levante catalão, Dom Francisco Manuel alcança a mais alta posição em sua carreira de soldado, ao ser escolhido por Felipe IV (leia-se Olivares) para “aconselhar e assistir” o jovem marquês de los Vélez no comando do exército reunido para ‘castigar’ a Catalunha.

Era uma praxe em vigor na Monarquia, verificável em outros casos, situar junto a um nobre ainda verde em matéria militar, como comandante nominal, veteranos em assuntos da guerra que exercessem o comando efetivo.

Treze anos mais tarde, ao expor na “Epístola Declamatória” endereçada ao infante d. Teodósio as “razões de suficiência” que poderiam justificar um ato de clemência e de perdão em seu favor, ele descreveria seus méritos na matéria e a importância dessa nomeação nos termos seguintes:

Prouvesse Deus, que o Reino de Portugal hoje estivesse tão cheio de Capitães vitoriosos, e práticos, que os que sabem muito mais, que eu, soubessem muito menos, que eles! Eu fora então prezado da minha ignorância, como hoje não é bem, que o seja da minha disciplina; mas falando ingenuamente, **se eu deixasse de ter da Guerra, as notícias, que nem escondo, nem ostento, muito grande culpa fora a minha:** porque saberá V. Alteza, que desde [até?] o ano de 1644, em que fui preso, não houve hora, que passasse ocioso no serviço da Guerra, já em Armadas, já em Galés, já em Exércitos, achando-me nas maiores ocasiões deste tempo, donde veio ter adquirido tão boa prática das matérias Militares, que as opiniões que tive, e escrevi acerca delas foram seguidas dos melhores, a cujo respeito em Portugal, e Castela fui muitas vezes escolhido para resolver dúvidas, dar pareceres, e arbitrar em estilos, e os casos intrincados, que a milícia traz consigo (...).⁹⁹

E prosseguia:

“(...) ao que havendo respeito El Rei Dom Felipe, e seus Ministros sendo sua Corte tão abundante de Soldados, quis-me escolher a mim com treze anos de idade menos do que hoje tenho **para aconselhar, e assistir à pessoa do Marquês de los Valles em a mais importante Guerra, que teve Espanha:** pode ser, que a Monarquia Espanhola, por sua valia, e conseqüências: vivas são ainda neste Reino muitas pessoas, das que nela se acharam, que poderão verificar a mão, e autoridade, que eu tinha em aquele Exército, igual ao dos maiores Cabos dele; **sem meu parecer [não] mandava um só passo, quem o governava:** tanto, que todavia guardo algumas cartas dos maiores Oficiais, em que me

⁹⁹ Idem, p. 123.

dizem (seja cortesia, ou experiência) como logo, que eu de lá faltara, tudo fora desconcerto, e perdição. (...) ¹⁰⁰

Ora, os indícios até aqui acumulados parecem confirmar o que acima anotamos: uma carreira em rápida ascensão a partir de 1637, quando se verifica o seu primeiro contato direto com o Conde Duque de Olivares, valido de Felipe IV.

A conclusão é que desse primeiro contato em diante, DFM passa a ser tratado como “hechura” do Conde Duque, isto é, como “feitura”, ou seja, como alguém que Olivares “fez”, tirando-o de sua prévia insignificância, e cooptando-o para o seu serviço. A expressão é corrente na época, e aparece atribuída a terceiros em várias passagens dos escritos melianos. ¹⁰¹

Outros dados corroboram a mesma conclusão. DFM acabou por deixar um rastro de papéis deste ‘alto vô’ percorrido a partir de 1637.

Os próprios conteúdos da “Política militar em avisos de generales”, publicada como vimos em 1638 com dedicatórias a Olivares e a Linhares, tendem a projetá-lo aos olhos do Conde Duque como um especialista em assuntos militares, merecedor portanto de altas incumbências.

Há também a “cédula real” descoberta e publicada por Joan Estruch Tobella na sua edição de 1996 da “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”. ¹⁰²

A história desta cédula é a seguinte. Em março de 1641, depois de sua destituição da posição alcançada no comando do exército da Catalunha, e depois de permanecer preso cerca de três meses em Madri, enquanto se realizavam averiguações sobre um possível envolvimento seu no Primeiro de Dezembro, DFM é conduzido a presença do Conde Duque, que lhe apresenta escusas pelo ocorrido, com a alegação de que “foi um erro, mas um erro com causa” ¹⁰³, sendo a causa de sua destituição e prisão as informações que, três anos antes, DFM lhe dera da lealdade do então duque de Bragança, e mais tarde, dom João IV.

¹⁰⁰ Idem, pp.123-124.

¹⁰¹ Em português, DFM emprega o termo “criatura”, como na passagem das “Alterações de Évora” em que descreve a ascensão de Diogo Soares ao posto de Secretário de Estado no Conselho de Portugal em Madri, “a cujo ofício subira de Escrivão da Fazenda, que era no Reino”. Soares, atento à “natureza do Conde Duque, que com vários exemplos deu a entender ser inconstante, ou pelo menos fácil, em a destruição de suas próprias criaturas, tratou de “fundar o edifício de sua valia”, promovendo a nomeação do sogro a Secretário de Estado em Portugal. A constatação da “notável velocidade com que voou a tão alto estado” denuncia a acesa consciência das circunstâncias políticas de quem fez ‘vô’ semelhante, num espelhismo, e se emprega, acreditamos, como argumento de auto-exoneração. Epanáforas, cit., Alterações de Évora, p. 19-20

¹⁰² Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña, ed. J. Estruch Tobella, cit., entre pp. 208-209.

¹⁰³ Epan., Alterações de Évora, cit., p. 131.

Nesta entrevista final com Olivares, um encontro que deve ter sido tempestuoso, DFM arranca-lhe, além de mercês e vantagens compensatórias, uma nota de desagravo, em nome de Felipe IV, em que o rei certifica a quem interessar possa da lealdade e relevantes serviços prestados por DFM à Monarquia. Analisaremos adiante essa nota, que DFM mandou imprimir (o que denota a intenção de distribuí-la amplamente), e que tanto reflete a carreira que vinha fazendo como a honra e os brios feridos com a vertiginosa queda que acabava de sofrer.

Tem-se, além destes, os registros digamos subjetivos de que fazia um ‘alto vôo’.

A percepção, pelo escritor, de que no exército da Catalunha ocupava uma alta posição, além das alegações já citadas de que “sem meu parecer [não] mandava um só passo, quem o governava”¹⁰⁴, vem na citada “Epístola Declamatória”, como item da longa lista de serviços prestados à Casa de Bragança e à causa da Restauração. Referindo-se à sua participação, já em Londres, em 1641, depois de desertar as armas castelhanas, nas negociações então entabuladas pelos diplomatas de dom João IV junto ao governo inglês, para o reconhecimento do novo regime de Portugal, declara:

(...) achei-me no congresso da paz celebrada entre Portugal, e a Corte de Inglaterra, assistindo a nossos Embaixadores com alguma utilidade da reputação deste Reino; porque vendo aqueles Ministros, que **pessoas de grandes postos** logo a princípio deixavam o serviço de El Rey de Castela, e se passavam ao de Sua Majestade, cresciam por instantes na estimação os negócios de Portugal.¹⁰⁵

Dois ou três argumentos adicionais reforçam a conjectura de um “alto vôo” alçado por DFM a partir de seus contatos com o Valido.

Primeiro, a formação e a carreira militar de Dom Francisco Manuel, juntamente com os vários indícios de que movia-se por não pequena ambição, “pretendendo” em causa própria sempre que possível, convergem para tornar não apenas plausível mas altamente provável que não perderia as oportunidades de “aumento” que se abriam com seu contato pessoal com Olivares. Seria mesmo estranho se deixasse passar este autêntico ‘cavalo encilhado’¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Epístola Declamatória, cit., p. 124.

¹⁰⁵ Idem, p. 117.

¹⁰⁶ O senso de oportunidade é valorizado por DFM em passagem da Epanáfora Bélica (p. 419): a armada holandesa manobra com agilidade para fora de uma zona de parciais no litoral francês, melhorando-se “em sítio, forças e vento”, com o que “respiravam os oprimidos holandeses, do grande perigo, em que pouco antes se haviam visto”. O narrador se permite um comentário, em que evoca o emblema 33 de Alciato, relativo à Oportunidade (ou Ocasião): “Por esta causa em fábulas & símbolos misteriosos, debuxaram os antigos aos olhos do corpo & espírito, algumas doutrinas de grande utilidade: donde aquela virgem, chamada *Ocasião*, pintaram com a reversa parte da cabeça despovoada da fermosa melena, que diante enriquece & adorna sua fronte:

Um desses indícios vem registrado quase casualmente nas linhas em que conclui a narração da sua segunda entrevista com o Conde Duque – verdadeiro interrogatório de DFM pelo Valido – em Madri, nas “Alterações de Évora”, já de regresso da missão a Évora e a Vila Viçosa.

Então recebendo de mim as cartas, que levava, & **prometendo-me os interesses de meu aumento**, fui despedido de sua presença, & da intervenção que tive em todo este negócio (...).¹⁰⁷

Por outro lado, se considerarmos que toda a defesa retrospectiva que faz, já no Portugal restaurado, e já prisioneiro respondendo a processo, vale dizer, depois de 1644, de suas posições durante a crise de Évora em 1637, se endereça, essa defesa, a rebater acusações não registradas, as quais devem ser deduzidas daquilo que ele nega, vale dizer, dos argumentos que as contrariam, encontramos indícios implícitos e explícitos de um ‘alto vôu’. Entre estes últimos, encontra-se na passagem da “Epístola Declamatória” em que dá conta da missão a Évora e da entrevista com Olivares, que acabamos de citar, o seguinte relato:

Fui (instruído do Conde Duque) despachado por ElRey a Vila-Viçosa, e Évora em companhia do Conde de Linhares, ele, que ficasse em Lisboa, eu, que voltasse à Corte, a informar das forças dos povos, do aparelho das Armas, e da observação dos ânimos.

Voltei com tal informação, que a tudo, e a todos deixei quietos; caso este para que **a ambição de crescer** (que a tantos fez tomar ruins caminhos) a mim me tentasse a por naqueles Ministros Castelhanos uma ruim suspeita; V. Alteza o julgue, porque eu sei de certo, que a ser julgado de outrem, ou perigarei na opinião de Político, ou na de verdadeiro. Incomparável é o prêmio daquele trabalho, tendo eu moral certeza de haver por esta causa sucedido nossa felicíssima liberdade; mas qual foi o outro prêmio? Escute-o V. Alteza: foi, que vendo o Conde Duque apartado este Reino da obediência Castelhana, à maneira de um touro bravo, se vingou na capa de quem o cegou com ela, para poder escapar-lhe, assim se quis logo vingar, e satisfazer de mim, como de Artífice e Conselheiro de seu descuido, ordenando a minha prisão em Catalunha.¹⁰⁸

mostrando sabiamente como sempre ficará escarnecido, aquele que topando-se com esta vária donzela, se descuida de a prender pelas primeiras tranças que ela oferece, esperando detê-la pelas últimas”.

¹⁰⁷ Epanáforas, cit., Alterações de Évora, pp. 131-132.

¹⁰⁸ Epístola Declamatória, cit., pp. 114-115.

Ora, deduz-se daí que sofria a suspeição de, movido pela “ambição de crescer”, ter servido como informante – que ele não nega – contra a Casa de Bragança, que ele nega com a veemência que acabamos de ver.

Entre os indícios implícitos de um alto vôo entre 1637 e 1640, está a ponta de orgulho que se percebe nas entrelinhas dos relatos que faz sobre esse tempo de convivência com as mais altas esferas da Monarquia. Nas “Alterações de Évora”, ao entregar em Madri as cartas de justificação do duque de Bragança, diz assim:

Devo dizer, como testemunha de vista, que na alegria com que foram recebidas do Rei, Valido, & Ministros, se mostrava bem qual fosse o cuidado, que antes delas pejava seus corações, não sendo poucos os que duvidassem desta demonstração. Sigo o progresso do sucedido, com o Conde Duque, por ser ele o primeiro móvel de aquela Monarquia; de cujo movimento, o recebiam todos os Ministros das esferas inferiores. (...) ¹⁰⁹

Na dedicatória da quarta epanáfora, dedicada ao “Conflito do Canal de Inglaterra entre as armas espanholas e holandesas”, declara:

Quanto mais, que fatalmente parece, que sou obrigado a referir ao mundo este sucesso; porque com esta são três vezes, as que o tenho composto, sem que de uma aproveitasse para outra, um só termo, ou um papel somente.

Compus a primeira Relação, logo que cheguei a Flandes na mesma Armada, por especial ordem, do Cardeal Infante Dom Fernando, que governava aqueles Estados. Então sua Alteza, por não dilatar o aviso, o pouco tempo que se gastava em copiar o discurso, que eu lhe apresentei; mandou o próprio, a el-Rei Dom Felipe, seu irmão. Depois para suprir esta falta, me pediu o original, seu secretário de estado, Dom Miguel de Salamanca; o qual de minha mão recebeu, para nunca mais ser dele restituído. ¹¹⁰

A formação de DFM no quadro da União ibérica, sua carreira de armas a serviço da Monarquia espanhola, assim conjecturamos, prolonga-se naturalmente na rápida ascensão profissional a partir de 1637, até alcançar o mais alto posto, em 1640, no exército destinado a reprimir a insurreição catalã.

Importa à justificação de nosso trabalho assinalar que em nenhum lugar da fortuna crítica se reconhece – ou melhor, em todos os lugares dela se ignora ou não serve de

¹⁰⁹ Epanáforas, cit., Alterações, p. 74.

¹¹⁰ Epanáforas, cit. Epanáfora Bélica, pp. 352-353.

argumento para nada – que DFM realiza, entre 1637 e 1640, uma rápida ascensão profissional.

Segue-se, porém, ao alto vôo, a vertiginosa queda.

A notícia da secessão portuguesa, em dezembro de 1640, faz o Conde Duque juntar os pontos entre 1637 (Évora) e 1640 (Restauração) e perceber como perigosas a presença e a influência de DFM junto ao comando do exército e aos muitos portugueses alistados nas forças castelhanas, em plena campanha da Catalunha. Segue-se a desgraça profissional e política.

Destituído de seu posto e preso, é sigilosamente conduzido a Madri. Durante meses (inverno de 1640-1641) realizam-se averiguações sobre o seu eventual comprometimento na conspiração que leva ao Primeiro de Dezembro. Exculpado, é levado à presença de Olivares, que lhe oferece junto com as escusas e com uma extensa nota de desagravo por escrito, em nome do rei, uma série de mercês e compensações, nem todas efetivadas pela burocracia real.

Em maio de 1641, põe-se a caminho de nova missão militar em Flandres (governador de Ostende). Em algum ponto do roteiro, desaparece, deixando para trás a longa folha de serviços militares à Monarquia e as atrações da Corte madrilenha, e vai reaparecer em junho em Londres, aderindo abertamente à Restauração junto aos diplomatas de dom João IV.

De sua queda na Catalunha, deduzimos um profundo ressentimento, uma revolta pessoal – aqui suposta e jamais admitida como tal por DFM – que vai marcá-lo para sempre com a perspectiva dissidente e crítica em relação a toda a máquina da Monarquia e particularmente à figura do Conde Duque de Olivares.

Assim como o ‘alto vôo’ de Dom Francisco Manuel parece ser a consequência natural de sua formação e de sua carreira, também a revolta pessoal que postulamos como necessária para a compreensão do viés dominante em sua historiografia parece ser a consequência natural da queda de DFM na Catalunha.

A estarem corretas as conclusões parciais até agora alcançadas (e reservando a demonstração das premissas para o desenvolvimento da tese), tem-se, nos termos do silogismo acima construído, a seqüência seguinte.

Premissa maior: formação e carreira militar de DFM no quadro histórico da Monarquia (e da União Ibérica), culminando em ‘alto vôo’, vale dizer, em rápida ascensão profissional a partir de seus primeiros contatos pessoais com Olivares, no contexto das alterações alentejanas de 1637.

Premissa menor: profundo abalo pessoal resultante da destituição do alto posto que exercia no exército da Catalunha (destituição acionada, como um gatilho, pela notícia da

Restauração, mas sem relação direta com ela), seguida da detenção sigilosa e da prisão por três meses em Madri, seguida da última entrevista com Olivares, seguida de nova missão a Flandres e da deserção a meio caminho, vale dizer, rompimento pessoal de DFM com a Monarquia, vale dizer, a revolta pessoal.

Conclusão: persistente oposição pessoal à Monarquia e Castela, traduzida pela perspectiva dissidente e crítica, que vincará toda a obra mas, particularmente, a sua historiografia, voltada para as revoltas (Évora, 1637; Catalunha, 1640) e para a desagregação do Império espanhol (Naufrágio da Armada, 1627; Pernambuco, 1630-1654; desastre naval das Dunas, 1639).

Portugal, o espaço das suspeições

Aparentemente, chegamos à formulação definitiva da hipótese de trabalho. Resta-nos ainda, porém, incorporar as condicionantes que resultam da situação (ou perigoso lugar social) em que DFM vai se colocar, ao aderir ao Portugal restaurado.

A hipótese deve agora assimilar o fato de que, no contexto da Restauração portuguesa, os valores antes vigentes durante a União Ibérica passam a ser vistos com o sinal trocado, e as antigas formas de lealdade (a Felipe IV e à Monarquia) tendem a ser consideradas como formas de deslealdade potencial ao novo regime português, que se encontra em situação de permanente emergência militar e em delicada posição diplomática.

No caso particular de DFM, seu papel ambivalente no contexto das negociações levadas a efeito por ocasião das alterações de 1637 (momento em que as próprias bases da União Ibérica são postas em questão pelos motins populares), sua proximidade ao Conde Duque, a percepção pública em Portugal de que tornara-se um instrumento do Valido, e de que gozava até a véspera da confiança do círculo mais alto do poder da Monarquia, traduzida pelo posto de comando no exército da Catalunha, dele faziam um particular objeto de suspeição, aliás atestada em documento da época (“dupla face”, segundo o depoimento de um prisioneiro, citado por Prestage).¹¹¹

¹¹¹ Trata-se de frei Antonio Seyner, partidário de Castela, autor de uma “História del Levantamiento de Portugal”, e prisioneiro em Portugal nos primeiros anos da Restauração, que Edgar Prestage cita em abonamento das suspeitas que então incidiam sobre DFM. É o seguinte o trecho transcrito de Seyner: “En este mês o en el siguiente de Abril [de 1642, erro de data que Prestage atribui ao “ter ele ouvido na prisão o que refere”] llegaron a Lisboa huidos del servicio del Rey nuestro Señor los Cavalleros que aqui referiré. Alvaro de Sosa, a quien su Magestad (pocos días antes) avia hecho merced de darle título de Conde, Don Manuel de Castro, a quien su Magestad avia honrado con hazerle de la llave del Sereníssimo Infante Cardenal y Maesse de Campo en Flandes, D. Francisco Manuel, a quien su Magestad embiava a Flandes con plaça de Maesse de Campo, con dos mil escudos cada año sobre todo sueldo. **No recibieron con gusto en Lisboa algunos de los referidos, en especial a los dos Maesses de Campo, porque les parecia hazer a dos visos; y assi nunca les fieron frontera, ni vaso de pelear.**” Edgar Prestage, *Esboço Biográfico*, cit., p. 163.

A partir de 1641, quando ingressa no espaço político da Restauração, passa à condição de ter de se explicar continuamente. Às suspeições, responde com serviços prestados à nova ordem portuguesa. São serviços de grande importância, como colaborar nos aprestos da armada de socorro organizada na Holanda e por ele conduzida até seu desembarque em Lisboa, no início de setembro; como contribuir com seus conhecimentos da arte da guerra para a organização das fortificações no Alentejo e para a organização do primeiro exército da Restauração.

Mesmo no plano militar, prevalecem os indícios de desconfiança do novo governo em relação a DFM. Ao mesmo tempo que se servem de seus préstimos de estrategista, não lhe dão comando direto de tropa, excetuados 1.700 mercenários prisioneiros que dom João IV o incumbe de conduzir do Alentejo a Santarém, cooptando boa parte deles para a defesa de Portugal.

A frágil situação política de DFM, as persistentes suspeições, talvez agravadas pela recente participação de D. Agostinho Manuel e Vasconcelos, seu parente e amigo, na conspiração de 1641 (constando entre os que foram executados na Praça do Rossio alguns dias antes do desembarque de DFM em Lisboa), o próprio cosmopolitismo do escritor no ambiente estreito e restrito do Portugal restaurado, talvez seu sotaque ainda marcado de sonoridades castelhanas, o incômodo que deve ter representado para dom João IV a presença de uma testemunha tão informada de seus protestos de lealdade à Monarquia na crise de Évora, são fatores instrumentalizados por seus desafetos e inimigos, situados em posição junto ao poder bragantino, para produzir a trama que o incrimina e o mantém encarcerado, respondendo a processo crime, durante quase dez anos, castigo que se prolonga no desterro para o Brasil em caráter perpétuo.

Em novembro de 1644, como se sabe, sofre esta nova queda em desgraça. As acusações agora são de participação, como mandante, em crime de homicídio, relacionado a um reles caso de adultério envolvendo ex-criado seu e o mordomo do conde de Vila Nova.

Perdidos que estão os autos do processo, especula-se na fortuna crítica sobre os motivos reais de sua prisão. É bem possível que nada tivesse a ver com o crime cometido por terceiros. É possível que o processo penal recobrisse um processo político. A própria organização e teores de sua defesa, nos memoriais que endereçou à clemência de dom João IV e mais tarde ao príncipe dom Teodósio, parecem indicá-lo, uma vez que se defende da acusação penal com argumentos políticos: os muitos serviços que demonstram sua lealdade ao Reino e à Casa de Bragança, o que é indício de que as acusações implícitas ou tácitas corriam no sentido contrário.

Para a formulação de nossa hipótese, importa reconhecer neste ponto que **a verdadeira causa e natureza de sua revolta pessoal contra a Monarquia**, isto é, a decepção e o ressentimento resultantes da abrupta e desonrosa interrupção de uma carreira militar que alçava um ‘alto vôo’, **torna-se no contexto do Portugal restaurado inconfessável**.

Como as evidências do ‘alto vôo’, a essa altura, em Portugal, são inocultáveis, sendo do conhecimento público, DFM se vale das ambivalências, bifrontismos e ambigüidades estruturais (digamos) da União Ibérica para inverter a cor de muitos gestos, e de representar a sua coerência, lealdade e patriotismo num tempo de dualidades.

De sua prisão e de seu desterro, o escritor faz a revisão historiográfica dos eventos anteriores à Restauração, como as alterações de Évora, ou parcialmente congruentes no tempo, como a campanha da Catalunha, sendo de se conjecturar se o próprio fato de ter-se tornado DFM historiador, e ter dado tal desenvolvimento à historiografia no contexto de sua obra, não está geneticamente ligado, primeiro, à revolta pessoal contra a Monarquia espanhola e, em seguida, à necessidade de se justificar, no Portugal restaurado.

Nesta revisão, que é o grande fato *literário* da biografia do escritor, e que tem na historiografia a sua parte principal, mas que se realiza também noutros lugares da obra, repercutindo nas regiões mais distantes e afastadas da política, DFM (relendo os acontecimentos de 1637-1641) passa, noutras palavras, a valorizar algumas coisas e a omitir outras, porque – insistimos – a verdadeira índole de sua revolta pessoal (embora essa revolta seja de utilidade e proveito à defesa da Restauração) é inconfessável (a profunda decepção ao ser derrubado em meio a um alto vôo, que representava a culminância de toda a sua formação e carreira).

E passa a mudar as cores de tudo: foi vítima de seu patriotismo, como provam as suspeições de Olivares, a melhor prova que se pode encontrar de sua lealdade ao Reino e a Bragança.

Nos termos da hipótese a ser finalmente formulada, a perspectiva dissidente e crítica em relação à Monarquia é combinada ou, por assim dizer, “corrigida”, pela perspectiva da auto-justificação e da reconstrução do seu lugar social.

Em vários lugares da obra meliana, encontramos a expressão “vidro dos afetos”, no sentido de lentes que condicionam a percepção e o sentimento dos fenômenos. Aproveitando a mesma imagem, diríamos que dois “vidros” se combinam na historiografia de Dom Francisco Manuel, o da revolta em relação à Monarquia, traduzida como dissidência e crítica,

e o da reconstrução de seu lugar social no Portugal restaurado, traduzida como auto-justificação e auto-explicação.

O seqüestro da premissa menor

Voltando ao nosso silogismo, teríamos agora o seguinte formato:

Como num silogismo que estivesse privado de sua premissa menor, o presente trabalho parte da premissa maior de que DFM deve ser considerado uma criatura arquetípica da União Ibérica, e da conclusão de que a sua é uma historiografia dissidente e crítica, ou revoltada, da Monarquia espanhola, para tentar, num segundo momento, **reconstruir, com os dados conhecidos, a premissa desaparecida.**

Nossa investigação nos conduz à convicção de que em seus escritos DFM destruiu e substituiu essa premissa por razões de sobrevivência política e pessoal, no contexto, em que ingressou a partir de 1641, do Portugal restaurado. As dificuldades do trabalho sobem de grau quando se considera que nem a premissa maior nem a conclusão acham-se estabelecidas na fortuna crítica meliana.

A Hipótese Serrão Novamente Ampliada, assim atualizada (Hipótese da Revolta Pessoal), ganha a seguinte extensa formulação:

A formação de Dom Francisco Manuel no quadro da União Ibérica impõe à historiografia meliana uma perspectiva, a da Monarquia espanhola; a interrupção de sua carreira com o advento da Restauração e com a simultânea ruptura do terreno político em 1640 vai vincá-la com o prisma dissidente e crítico da oposição.

As circunstâncias que passou a viver no Portugal restaurado, ao mesmo tempo que levaram-no a produzir uma historiografia de revisão dos acontecimentos recentes, levaram-no a representar com as cores do patriotismo e a dissimular as causas reais de sua revolta – a humilhante (porque sob suspeição de deslealdade) queda da posição que detinha no exército da Catalunha, ponto mais alto do ‘alto vôo’ que experimentou nos anos finais da União Ibérica – e a vincar sua historiografia e, de resto, a maior parte da obra produzida depois de 1644, com uma segunda perspectiva ou viés, a de sua justificação perante o Portugal restaurado, concomitante ao esforço de reconstrução do lugar social duas vezes perdido.

O corpo de seus escritos históricos constitui uma historiografia das revoltas – e uma historiografia revoltada – da Monarquia e da sua

desagregação, da qual os seus estudos de história portuguesa constituem um capítulo local expandido.

A busca por uma resposta à questão da unidade da obra, que acima reconhecemos como a direção principal em que se move a fortuna crítica de Dom Francisco Manuel, resolve-se, nesses termos, mediante a identificação de fatos geradores fundamentais – a formação e a carreira no quadro da União Ibérica seguida das duas grandes Quedas de 1640 e (já feito o trânsito para o campo da Restauração) de 1644; e mediante o reconhecimento de duas perspectivas e vertentes principais na sua historiografia e, de resto, no conjunto dos seus escritos, as quais se apresentam como interfaces deste mesmo corpo de escritos: a da revolta em relação à Monarquia castelhana e a da justificação perante o Portugal restaurado, voltada para a absolvição e a reconstrução de uma posição social.

Com esta resposta ou modelo explicativo, marcado pelos dualismos e ambivalências da época e da personalidade, devolve-se ao escritor e sua obra a dimensão ibérica, superando as visões marcadas pelos particularismos nacionais; dá-se conta das transições de lugar social experimentadas pelo escritor, assim como da transição que fez entre dois campos inicialmente reunidos e depois antagônicos; e integra-se em uma visão unitária, ainda que cindida pelos dualismos referidos, o conjunto dos escritos, marcado pelas perspectivas complementares ou, dito de outro modo, pela perspectiva de dupla face ou bifrontal.

Emerge desta visão um *insider* que também é *outsider* nos dois campos da Monarquia e do Reino; o protagonista de uma secessão *pessoal* que se resolve, finalmente, como restauração *pessoal*.

A biografia reescrita

Uma vez aceitas e incorporadas as releituras aqui propostas, vida e obra poderiam ser reescritas resumidamente nos seguintes termos:

DFM, fidalgo, soldado e escritor português, tem sua formação e faz sua carreira militar nos quadros da União Ibérica e da Monarquia compósita dos Áustrias espanhóis. A partir de 1637 e de seus primeiros contatos com o Conde Duque de Olivares, ocasionados pelos motins de Évora e pela necessidade de justificar o duque de Bragança em Madri, ganha a confiança do Conde Duque e passa a receber missões importantes, culminando com sua designação para assistir o marquês de los Vélez na campanha da Catalunha.

Com a chegada das notícias da secessão portuguesa, o Conde Duque, temeroso da influência de um oficial português no alto comando do exército, e recordando-se dos informes de DFM por ocasião de 1637 e 38 que lhe asseguravam a fidelidade do duque de

Bragança, destitui o oficial daquela alta posição, ordenando sua prisão durante meses para averiguações, em Madri.

Nasce daí um profundo ressentimento que vai levá-lo a desertar as forças da Monarquia, a despeito das desculpas oficiais e do oferecimento de novas missões militares, agora em Flandres. Essa revolta marcará para sempre o escritor com a perspectiva dissidente e crítica em relação ao Conde Duque e a toda a máquina política da Monarquia.

Ao aderir à Restauração portuguesa, depois de desertar as armas castelhanas, em 1641, DFM ingressa em novo contexto, no qual o período da União Ibérica passa a ser visto com os sinais contrários. As suspeições que enfrenta logo em seu regresso a Portugal (“dupla face”, segundo o testemunho de um prisioneiro citado por Prestage) são instrumentalizadas por seus inimigos e desafetos, situados em posição junto ao poder bragantino, e vão resultar na trama que o incrimina e mantém encarcerado, respondendo a processo-crime, durante quase dez anos e depois vai desterrá-lo para o Brasil em caráter perpétuo.

Sua defesa no processo criminal se reveste de argumentos políticos, traduzidos por muitos serviços a Bragança e a Portugal, o que demonstra que aquele processo encobre outras acusações, consistindo essencialmente na de deslealdade para com o Reino e a Casa de Bragança no período 1637-1640.

De sua prisão e de seu desterro, o escritor faz a revisão historiográfica dos eventos anteriores à Restauração, e produz na história das alterações de Évora uma peça de auto-justificação e de auto-explicação, na qual a ótica da revolta pessoal contra a Monarquia é sobreposta a – ou confunde-se com – a ótica da justificação pessoal, vale dizer, a reivindicação de coerência e patriotismo num tempo de dualidades estruturais, em busca de sua absolvição e da reconstrução da posição social perdida.

Noutras palavras, nesta revisão, que tem na historiografia a sua peça principal, mas que se realiza também noutros lugares da obra, DFM (relendo os acontecimentos de 1637-1641) passa a valorizar algumas coisas e a omitir outras, porque a verdadeira índole de sua revolta (embora essa revolta em si municie a sua defesa do Portugal restaurado) é inconfessável – a profunda decepção ao ser derrubado em meio a um ‘alto vôo’, que representava a culminância de toda a sua formação castelhanista e ibérica. E passa a mudar as cores de tudo: foi vítima de seu alto patriotismo, como provam as suspeições de Olivares em 1640, demonstrativas de sua lealdade a Bragança e ao Reino, que se comprovam além disso com longa lista de serviços.

Com a ascensão de amigos e aliados ao poder, no consulado de Castelo Melhor, o escritor obtém o perdão real e importantes missões diplomáticas e, por assim dizer, consuma a sua restauração pessoal.

Capítulo 2

Os grandes abalos de 1637-1640 e a produção da perspectiva revoltada

2.1 1660: Publicação das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”

I. Resumo. A publicação das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” em 1660 ocorre às vésperas da reabilitação plena de DFM, em momento difícil no plano externo para Portugal. As EVHP trazem uma contribuição ao esforço diplomático de afirmação do novo regime português. No conjunto das EVHP as “Alterações de Évora” se singularizam por sua posição de destaque, proximidade aos fatos da Restauração e por dizerem respeito pessoalmente ao escritor. Sugere-se que elas constituem a sua defesa num processo político nunca declarado, e trazem dos fatos de 1637-38 e de 1640-41 uma versão que demonstra e atesta a sua lealdade a Portugal e aos Bragança.

Ao publicar em 1660 as “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, Dom Francisco Manuel achava-se às vésperas da reabilitação, mediante o perdão real, que viria em 1662, e já freqüentava as sessões da Academia dos Generosos de Lisboa.

Com o novo reinado de Afonso VI, a quem dedicou a coleção de cinco relações históricas, sua situação finalmente começava a mudar para melhor. Amigos poderosos advogavam por ele junto ao jovem rei, que não tardariam a assumir as principais posições no governo. A partir de 62, o consulado de Castelo Melhor traria para Dom Francisco, além do perdão ansiado e longamente construído, missões diplomáticas de alta responsabilidade, que o levariam a Londres, Paris, Parma e Roma.

O Reino vivia um momento delicado, de uma série contínua de momentos delicados. O estabelecimento das pazes entre a França e a Espanha, em 1659, deixara a Monarquia dos Áustrias espanhóis de mãos livres para novamente tentar a recuperação de Portugal pela via

das armas, e as guerras da Restauração voltariam a abrasar com redobrada fúria, pelos quase dez anos seguintes, os campos de batalha do Alentejo.

Nessa situação de constante emergência, o veterano soldado e consumado escritor poderia ser útil ao novo governo português. Fazer-se de alguma utilidade tinha sido para ele uma arte da sobrevivência nos tempos difíceis de dom João IV.

Em 1660, portanto, os longos anos de cárcere nas fortalezas do Tejo, o abreviado desterro no Brasil, isto sabemos hoje, ficavam definitivamente para trás.

Embora procurasse guardar presença discreta no Reino, mantendo-se fora de Lisboa e das vistas públicas o mais possível, já estava então praticamente reintegrado em círculos da nobreza e dos letrados. Neste sentido, a licença que o jurista, tratadista da política e homem de estado Antonio de Sousa de Macedo escreveu para as “Epanáforas”, além de breve aula sobre a melhor escrita da História, vale por uma certidão também pessoal.

Para aprovação destas Relações, parece que bastava serem escritas por D. Francisco Manuel. Com tudo eu as li por gosto, & digo o que achei nelas, porque V. Mag. mo manda. Achei Verdade, Clareza, Juízo; que são as leis essenciais da história. Verdade, no material que se relata, & no sincero da tenção. Clareza, na facilidade da narrativa & na propriedade das palavras. Juízo, na disposição dos sucessos, & na avaliação das ações; unindo, como naturalmente, em harmonia histórica, & oratória, o estilo demonstrativo, o deliberativo & o judicial. E assi me parecem muito dignas de se comunicarem a todos pela Impressão: porque de sua leitura resultará o que desejava Políbio lib. 3. que do conhecimento do universal, se tirem notícias para os casos particulares, & da perícia dos particulares, se faça ciência para os universais. Lisboa, 7 de Abril de 1660.¹¹²

Verdade que seus inimigos ainda tramavam, e na própria dedicatória geral a Afonso VI ele os refere, obliquamente.

Eu reconheço a imensa distância que há entre minha inferioridade, & a soberania de tão grande Rey: & Rey tão grande, como aquele que nos foi dado, para suprir & consolar as faltas que nos fizeram o grande Irmão, o grande Pai, & os grandes Antecessores de V. Mag. Porém a ciência nos certifica que o sumamente grande não tem proporção senão com o

¹¹² As Licenças constam, como era de praxe, do caderno inicial do volume, anteposto ao corpo da publicação depois desta já inteiramente composta, de modo a se conferir a conformidade do impresso com os originais. As nove licenças das “Epanaphoras de Varia Historia Portugueza” foram produzidas num intervalo de oito meses, entre 13 de fevereiro e 20 de setembro de 1660. Quatro dias depois da licença e das loas de Antonio de Sousa de Macedo, DFM datou a dedicatória geral da obra a Afonso VI, aos 11 de abril do mesmo ano. Cada uma das cinco relações históricas ali reunidas vem precedida por dedicatórias próprias, todas endereçadas “A um amigo”, depreendendo-se que são cinco ‘amigos’ diferentes. Continuamos a citar do facsímile da edição princeps produzida em 1977 com introdução e apêndice documental por Joel Serrão.

sumamente pequeno. Se esta regra é, como é, verdadeira, **eu só parece que sou aquele, entre os mais Vassalos de V. Mag. em que pode & compete campear sua Real clemência, para que brilhem melhor os efeitos dela:** como vemos que o ouro sobre o negro (por lhe ser a cor mais oposta) reluz com mais lustrosos reflexos. **Mas desta sorte, antes deverei louvor, que queixume, à minha Fortuna, pelo cuidado que há tantos anos tem posto em diminuir-me, ou (como se ela se descuidasse desta obra) pelo estudo, com que alguns homens a vão prosseguindo: porque não acaso eles & ela se têm conjurado contra mim, há muito tempo.** Todo Portugal espera de V. Mag. uma redenção (que o conservá-lo em a que lhe deu seu gloriosíssimo Pai de V. Mag. nova redenção seria); **eu só espero duas: aquela como Vassalo, esta como afligido.** Tanto está para acabar pelo braço invencível de V. Mag., como fausto princípio de seu Império!

Sua posição pessoal, como se vê, ainda não era perfeitamente segura. Mas também se vê que andava cheio de esperanças e expectativas.

Por que então, num momento favorável, em vez de virar a página e olhar para frente, buscava, ao contrário, com o prestígio de seu nome de escritor, voltar a atenção de seus eventuais leitores para o passado recente e seus problemas, com nada menos do que cinco relações históricas de uma só vez?

O que esperava Dom Francisco, pessoalmente, da publicação das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, três das quais testemunhais, e uma delas – as “Alterações de Évora”, a epanáfora primeira – com importantes registros de sua participação pessoal em situações delicadíssimas?

Qual o papel da História nesse instante para os portugueses em geral?

O contexto parece conter a resposta ao menos para a última pergunta.

Também a situação de Portugal não estava segura no concerto europeu que emergiu dos acordos de Westphalia, depois de anos de paciente negociação, em 1648. No arranjo de precários equilíbrios arquitetados pelo menos desde 1644 pela nova diplomacia européia para pôr fim ao mosaico de conflitos hoje conhecidos como a Guerra dos Trinta Anos, o prometido apoio francês revelou-se pouco mais que uma quimera e, como demonstrou Pedro Cardim, os portugueses foram mantidos do lado de fora das reuniões e tratados como moeda de troca.

A única boa notícia era que o contencioso com a Holanda acerca de Pernambuco se resolvera, em negociações bilaterais, mediante compensações a serem pagas à WIC pela coroa portuguesa, – depois da rendição dos batavos no Recife em 1654, derrotados sobretudo pelo empenho das armas, fazendas e vidas dos súditos brasílicos.

Em 1660, ano da publicação das “Epanáforas”, o reconhecimento de um Portugal independente permanecia, portanto, nas cortes europeias, uma questão em aberto.

Nas frentes militar e diplomática, era preciso por todos os modos consolidar a soberania da Casa de Bragança e a autonomia de Portugal e seu império.

O desdentado leão de Castela ainda rugia ameaçador. A França, da qual a diplomacia portuguesa tanto havia esperado, acabava de fazer as pazes com o inimigo castelhano. A Igreja de Roma, pressionada pelo rei católico, ainda vacilava no reconhecimento dos Bragança, e se recusava a nomear bispos em Portugal. Toda uma ‘guerra de papéis’ se travava havia anos entre Portugal e Castela, com mútuas acusações. Dois decênios depois do Primeiro de Dezembro, os lusos ainda eram tratados por Madri como súditos rebelados e o regime português como uma sedição.

Neste contexto, a afirmação da legitimidade dos Bragança era, no plano dos argumentos, decisiva para a afirmação e consolidação do novo regime, e a denúncia dos sessenta anos de reinado dos três Felipes, entre 1580 e 1640, como usurpação e tirania, o seu corolário.

Como demonstrá-lo? Essencialmente, pela intensificação do emprego de três meios: a diplomacia, a polemística e a historiografia.

Sabe-se bem que um dos melhores recursos de convencimento, nas sociedades de antigo regime, era a invocação da tradição e dos precedentes, e para tal a historiografia trazia argumentos e provas. Não é casual que a crise da sucessão portuguesa em 1580 volte, no Portugal restaurado, ao primeiro plano da revisão histórica, e que se passe a conferir prioridade, na pauta dos cronistas, à denúncia da usurpação do trono pelo Prudente, em detrimento dos títulos legítimos de Catarina de Bragança. Outro recurso de denúncia pela via historiográfica era a demonstração do período filipino como um tempo de erosão dos foros do Reino e de desrespeito às cláusulas que asseguravam a autonomia lusa no acordo de Tomar.

A publicação das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” pode ser vista como um episódio dessa guerra de escritos e argumentos, paralela à guerra das armas.

A despeito do título, quatro das cinco relações ali reunidas – as Epanáforas Política, Trágica, Bélica e Triunfante – tratam de temas que dizem diretamente com o período da União Ibérica, e tácita ou expressamente denunciam os anos de enlace do Reino a Castela como um mau negócio – uma fase de desgraça política para a nobreza, de opressão e exação fiscal para o povo, e de ruína do império colonial lusitano.

Como se sabe, seus temas são – pela ordem interna do volume – a revolta popular de Évora, além de todo o Alentejo e do Algarve, em 1637; o naufrágio da armada portuguesa de

Manoel de Meneses, em 1627; a descoberta da Madeira no século XV; o conflito entre as armadas espanhola e holandesa no canal da Inglaterra, em 1639; e a restauração de Pernambuco, em 1654.

A exceção, a “Epanáfora Amorosa”, sobre o descobrimento da Ilha da Madeira, em 1420, ao registrar o lançamento das primeiras balizas do império lusitano no Atlântico, pode ser vista como afirmação histórica dos foros portugueses no contexto da consolidação de sua autonomia perante a Monarquia dos Áustria.

Também a “Epanáfora Triunfante” poderia, a rigor, ser tida como excepcional, uma vez que Pernambuco se restaurara, mediante o concurso das forças brasílicas de terra e portuguesas de mar, já em 1654, no período do Portugal restaurado.

Contudo, as origens da ocupação holandesa, em plena União das Coroas ibéricas, historiadas naquela relação, bem ilustram a erosão do império colonial português sob a jurisdição última de Castela, e aliás pela simples associação de Portugal a Castela, pois com a União os seus inimigos passavam a atacar as conquistas portuguesas.

A nota vibrante da vitória sobre os holandeses, e da recuperação de Pernambuco e do nordeste açucareiro, consumada pelo novo regime português, encerra com propriedade o volume das “Epanáforas”.

À distância em que nos encontramos, na segunda década do século XXI, bem se vê que as cinco relações saíram dos prelos de Henrique Valente de Oliveira em muito boa hora, para Portugal.

Para seu autor, a publicação deve ter servido como espécie de decisiva carta de reingresso na condição de súdito livre, com plenos direitos, na sociedade portuguesa. Com as “Epanáforas”, Dom Francisco Manuel trazia enorme contribuição à luta pela legitimação do Portugal restaurado, e não apenas no plano diplomático.

Também no âmbito interno, a leitura das cinco relações poderia aperfeiçoar a motivação dos que lutassem pelo regime bragantino. Uma nova geração de portugueses nascidos nos últimos vinte anos, desde o Primeiro de Dezembro, poderia ali certificar-se da boa causa da Restauração.

Para a conexão inglesa, que se buscava, e que logo ganharia os foros de aliança permanente, com o casamento da princesa Catarina de Bragança e Carlos II Stuart, acompanhado do dote nada desprezível da cessão de Tânger e Bombaim à Inglaterra, as EVHP, ao reafirmarem por muitos modos a legitimidade dos Bragança no trono português, conferiam estabilidade para o futuro e credibilidade presente ao negociador representante de Portugal.

Singularidade das “Alterações de Évora” no conjunto das EVHP

Com as ressalvas já feitas à excepcionalidade temática – e aliás também historiográfica, pois combina uma parte lendária com outra, documental – da “Amorosa”, as demais relações servem em maior ou menor grau à denúncia da Monarquia.

Vários aspectos, porém, singularizam, a este e outros respeito, a “Epanáfora Política Primeira”, das “Alterações de Évora”.

Trata-se nela de acontecimentos que dizem mais de perto com a Restauração.

Os motins alentejanos de 1637, embora se desatassem a partir das pressões fiscais do valimento de Olivares, que se intensificam nos anos 30, assumiram proporções de insurreição geral e tomaram as cores da resistência política.

Depois de tentativas malogradas de pacificação pelos governos de Portugal e da Monarquia, foram tratados como uma sedição, e reprimidos com violência no Alentejo e Algarve por expedições punitivas das forças castelhanas, que pela primeira vez depois de 1580 penetraram de armas desembainhadas no território de Portugal.

As alterações de 37 foram vistas como precursoras da secessão de 1640 pela própria Restauração, embora nelas a nobreza de Portugal e particularmente a Casa de Bragança se esquivassem de participar, guardando todas as aparências em contrário e atuando, na fase final, em colaboração com Olivares e a Monarquia.

DFM subscreve esta visão, e talvez tenha sido mesmo o primeiro historiador a fazer a conexão entre os dois acontecimentos, segundo Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha.¹¹³ Já na proposição da epanáfora compara a revolta a “um Cometa, que sendo produzido da baixa exalação da Terra, subiu & se acendeu no Ar; donde fatalmente pronosticou importantíssimas revoluções à República Portuguesa, & Castelhana”¹¹⁴ e, ao final da relação, saúda o movimento como “fausto & elegante prelúdio da redenção Lusitana”¹¹⁵.

No conjunto das cinco “Epanáforas”, das quais as “Alterações de Évora” formam a mais longa relação (ocupando 151 páginas das 537 da edição *princeps*, vale dizer, mais do

¹¹³ As duas historiadoras sugerem implicitamente esta primazia, ao tratarem na biografia do Restaurador dos acontecimentos de Évora: “Em todo caso, a conexão directa entre os levantamentos populares e a futura revolta de Dezembro de 1640 só saiu da pena de Francisco Manuel de Melo na sua *Epanaphora Política* em época já bem mais tardia (1649 e só publicada em 1660). Se alguns autores atribuem essa associação a desígnios pessoais, o certo é que tal assunção se impôs, fazendo até hoje caminho na literatura da e sobre a Restauração. (...)” Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha. D. João IV. Coleção Reis de Portugal. Lisboa: Temas e Debates, 2008. Quem atribui desígnios pessoais à conexão, segundo anotam as historiadoras, é Rafael Valladares, em obra de 1998: “La rebellion de Portugal 1640-1680. Guerra, conflicto y poderes en la monarquia hispánica, s. I., Junta de Castilla y León.

¹¹⁴ Alterações de Évora, p. 6.

¹¹⁵ Idem, p. 151.

que a quarta parte), também a sua posição traduz a importância que Dom Francisco lhe atribuía, vindo em primeiro lugar, como peça de ataque, por assim dizer, do volume.

Com efeito, a primazia cronológica deveria assegurar à “Descoberta da Madeira” o lugar inaugural, de abertura do livro. Na seqüência de datas que assinalam, como balizas (inscritas já no título extenso de cada relação), a posição histórica dos temas, o primeiro e o terceiro lugar estão trocados.

A seqüência adotada é, assim, 1637, 1627, 1420, 1639 e 1654. Ou, por tema, Évora (37), Naufrágio (27), Madeira (séc. XV), Canal (39), Pernambuco (54).

Finalmente, outro aspecto que singulariza as “Alterações de Évora” é a identificação inequívoca do autor como protagonista dos acontecimentos narrados, e mais que isso, a afirmação positiva, ao mesmo tempo intrigante, de que ela lhe diz respeito, pessoalmente.

No parágrafo que encerra a proposição da obra, ele o declara nos seguintes termos.

Agora havendo apontado alguma cousa do valor de meu assunto, será justo que o refira desde sua origem, para que assim fique mais claro, & melhor entendidas as circunstâncias que o fizeram misterioso. A mim me custará pouca, ou nenhuma pena, sua averiguação, tanto pela **notícia, & memória que de tudo tenho**, como pelo tempo que me sobeja, assaz habilitado para cuidar em trabalhos alheios, pelo exercício dos meus próprios. Nem eu a estes que escrevo porei falso nome, quando também disser, que **são meus, pois neles tive tanta parte**, como esta Relação mostrará adiante.¹¹⁶

Como compreender a posição de absoluto relevo, no conjunto das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, desta revisão de acontecimentos que, mesmo com o valor de ‘prognóstico’ da Restauração, ele próprio admite serem, para o historiador, “menores empregos”, um assunto “maior em suas partes, do que em si mesmo”¹¹⁷, tema além do mais doméstico, envolvendo a “pior gente da República”¹¹⁸, “casos (...) que por sucedidos entre nós, deixem de nos parecer grandes”¹¹⁹?

A primeira coisa a notar, na publicação de 1660, tendo em vista os dados da biografia e o lugar de destaque ocupado em suas páginas pelas “Alterações de Évora”, é **o que DFM não faz** nessas páginas.

¹¹⁶ Alterações, p. 6.

¹¹⁷ Idem, p. 6.

¹¹⁸ Idem, 31. A expressão ocorre com nota de admiração na narrativa da eclosão tumultuosa do levante de Évora: “Afirma-se por cousa rara, que toda a prata, ouro & dinheiro que despojavam, queimaram na Praça sem algum respeito, como cousa pestífera, não havendo entre tanta multidão (que constava da pior gente da República) uma só pessoa, que se movesse a salvar por seu proveito qualquer jóia, das que outros entregavam às chamas tão liberalmente.”

¹¹⁹ Idem, p. 5.

Não faz, senão indiretamente, qualquer referência ao processo criminal a que respondeu em Portugal, a partir de novembro de 44, mencionando muito de passagem, no modo oblíquo, “a Pátria” e os cuidados que ela toma “por acrescentar minhas fadigas” ou então, aludindo ao ócio forçado do prisioneiro, incluindo-o entre os conselheiros que o persuadem à tarefa de escrever, e também ao “tempo que me sobeja.”¹²⁰ Com maior ênfase do que nas relações, as menções às suas desventuras pessoais estão postas no formato da súplica ao rei, na dedicatória a Afonso VI. Ali, em vez da Pátria, é a Fortuna que cuida na sua ‘diminuição’¹²¹.

Do crime que lhe imputaram em 1644, não devem ter restado em 60 maiores lembranças e menos ainda certezas ou suspeitas. Ou talvez já se formasse a convicção de que, se crime houve, DFM o havia pago sobejamente com os sofridos anos de pena.

De todo modo, a verdadeira campanha por sua libertação, alastrada pela Europa, a partir do dilúvio de cartas que remete das fortalezas do Tejo; os reiterados memoriais, como a veemente “Epístola declamatória”, endereçada ao infante (já falecido a essa altura) d. Teodósio; devem ter convencido os mais céticos de sua inocência no reles crime de sangue que lhe atribuíram naquele ano, na condição de mandante. Até mesmo Louis XIV investira um minuto de sua agenda para escrever em favor de Francisco Manuel de Melo ao “irmão e primo” d. João IV.

Os mais de dez anos de prisão (relaxada eventualmente, e ainda mais nos últimos, quando lhe permitiam pequenos deslocamentos “sob menagem”, como anota Prestage, como o que deve ter feito à vila de Belas, em 1654, donde vem datada a epanáfora dita “Amorosa” e também o ‘apólogo dialogal’ dos “Relógios Falantes”, ambos de setembro), os três de desterro no Brasil (excetuadas passageiras menções na dedicatória da “Trágica”, endereçada como as demais “a um Amigo”), passam, nas EVHP, em silêncio.

Interessava, portanto, pessoalmente, a DFM, em 1660, antes de qualquer outra coisa, esclarecer os fatos de 37.

Era, talvez, o que faltava para o perdão do jovem rei e a sua completa reabilitação social e política em Portugal.

Com efeito, a “Epanáfora Política Primeira” parece responder a um núcleo de tácitas e implícitas acusações.

¹²⁰ Alterações, pp. 4-6.

¹²¹ “Mas desta sorte, antes deverei louvor, que queixume, à minha Fortuna, pelo cuidado, que há tantos anos tem posto em diminuir-me, ou (como se ela se descuidasse desta obra) pelo estudo, com que alguns homens a vão prosseguindo: porque não acaso eles & ela se têm conjurado contra mim há muito tempo.” Epanáforas, A ElRey Nosso Senhor, op. cit..

Quando ele insiste em produzir dados que permitem a fácil inferência de sua lealdade, não devemos presumir que se defende da acusação de deslealdade?

Quando propõe que portou armas castelhanas sem nunca perder o coração português, não cabe pensar que alguém disse o contrário? Por que, depois de tanto defender-se no processo criminal, ele precisava, em 1660, defender-se num, digamos, processo político?

Resumindo todas essas perguntas em uma única: por que Évora, em 1637, tanto importava à posição de DFM em 1660?

2.2 1637-1640: Os três abalos da Monarquia

Vistos em retrospecto, os acontecimentos que vão de 1637 a 1641 – desde sempre muito estudados em Portugal no que se refere à Restauração de 40 e cujas lacunas vão sendo nos últimos anos velozmente recobertas pela nova historiografia portuguesa e peninsular – colhem Dom Francisco num emaranhado somente compreensível no quadro dos complexos arranjos políticos da Monarquia compósita.

Neste emaranhado, o jovem fidalgo, militar e escritor vai se enredar, com extraordinárias conseqüências para a sua vida, a sua historiografia e, em última instância, para as letras de Portugal e Castela.

As “Alterações de Évora”, escritas por volta de 1649 e publicadas como a primeira das relações históricas reunidas nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, em 1660, entre outras coisas constituem uma tentativa de desenredar-se dele, isto é, de esclarecer como seu autor foi apanhado na teia – ou maranha – dos acontecimentos e, **a despeito de seus bons ofícios e de suas melhores intenções, viu-se, ao final das contas, em péssima posição.**

Três grandes abalos políticos se sucedem neste curto período (1637-1640) no contexto da Monarquia dos Áustrias espanhóis, cujo poder de fato repousava nas mãos do valido ou primeiro ministro (expressão já empregada pelo escritor¹²² e a ser lida literalmente, sem as conotações parlamentaristas de nossos dias) de Felipe IV, o Conde Duque de San Lúcar, também dito de Olivares, don Gaspar de Guzmán.

Em agosto de 37, eclode a revolta de Évora. Em maio-junho de 40, o levante da Catalunha. Em dezembro de 40, o golpe-de-estado que entroniza o duque de Bragança em Portugal.

¹²² “(...) Não disputo da causa, mas o efeito era já lamentável a toda a Monarquia; porque desde elRey Dom Felipe segundo, a quem nós contamos o primeiro, os dous sucessores filho & neto demitiram de tal sorte o real exercício, que bem podemos afirmar, não tinham de Reis mais da vazia dignidade; & só por aquela vez o poder, que foi bastante para entregarem a seus validos o regimento da República. Destes dependia a comum direção dos negócios, com nome de primeiros Ministros; os quais réus do mesmo engano, que seus senhores, renunciavam também em outros a pesada parte de sua valia, ficando-se com a útil.” Alterações, cit., p. 7. Em nenhum momento das Epanáforas DFM emprega o nome ‘Olivares’, referindo-se ao valido como o Conde Duque de San Lúcar, ou simplesmente o Conde Duque.

As causas dos dois episódios portugueses, assim como as do catalão, são complexas e, tomados em si mesmos, no caso de Évora e da Restauração, os movimentos guardam estreita conexão, com o de Évora, ademais, servindo talvez de modelo e inspiração ao catalão, e com este condicionando favoravelmente o Primeiro de Dezembro português.

Com certa unanimidade, as causas imediatas dos três acontecimentos são atribuídas às tensões que resultam do projeto de unificação militar, tributária, lingüística, além de administrativa e jurídica, sem falar na unidade religiosa, dos reinos da Monarquia, acalentado pelo conde-duque de Olivares.

Essa unificação significaria a revogação dos foros e privilégios tradicionais daqueles reinos e, esboçada, despertou resistências por toda parte. Na França, na mesma época, Richelieu levaria às últimas conseqüências um projeto análogo, p. ex. extirpando já em 1628 o enclave huguenote de La Rochelle.

Existe certo consenso historiográfico quanto a este ponto. A centralização, decorrente do novo estilo de guerra e traduzida como crescente pressão fiscal, além de (para a escola economicista) uma exigência da expansão dos mercados, seria (para a escola institucionalista) uma pauta comum aos estados modernos, embora na Espanha se diferencie e em última instância se frustre por fatores regressivos, como a re-feudalização da defesa.

Évora vai eclodir sob a pressão fiscal. A Catalunha, a partir de um incidente entre os “segadors” que descem a Barcelona sazonalmente para as colheitas e as guarnições castelhanas na cidade. O Primeiro de Dezembro resulta de uma conspiração de fidalgos, prelados e letrados, amadurecida a partir do momento em que Olivares determina a mobilização da nobreza portuguesa para a campanha de repressão ao levante catalão.

2.3 A rápida ascensão e a abrupta queda

Resumo. Seguem-se os passos do escritor desde seu papel nos eventos de Évora em 1637 até a sua prisão no exército da Catalunha, concomitante à chegada da notícia da Restauração, em 40, e depois até sua soltura e sua última entrevista com Olivares. Verifica-se que, apesar das promessas de compensações oferecidas pelo “erro, mas erro com causa”, de sua prisão, e da nota de desagravo que o atesta, o escritor, depois de tentar obter o prometido, parte para a nova missão, mas acaba por romper com a Monarquia, interromper a carreira a meio caminho de Flandres e aderir já em Londres ao novo regime português. Adianta-se a hipótese de que esta Primeira Queda de DFM vincará sua historiografia com a perspectiva do homem revoltado, enquanto sua formação no quadro da Monarquia emprestar-lhe-á os temas e teores.

Em apertado resumo, vejamos o itinerário percorrido por DFM de 1637 até sofrer o que chamaremos a sua Primeira Queda.

Em 1637, com os motins populares de Évora se alastrando por todo o Alentejo e Algarve, a partir dos primeiros incidentes de agosto, o duque d. João de Bragança, em quem se viam (e se temiam) os títulos para suceder no governo de Portugal, no caso de uma crise que levasse à separação do Reino, decide assegurar Olivares e Felipe IV de sua perfeita lealdade, e se vale dos ofícios de DFM, então residente em Madri, como um representante de última hora (impedidos que estavam na ocasião os seus agentes regulares em Madri, Francisco de Mello e Francisco de Sousa Coutinho) para a comunicação de cartas e mensagens. Segue-se uma primeira entrevista de DFM com Olivares. Aparentemente o escritor mais ouviu que falou.¹²³

Nos últimos dias do ano, DFM recebe de Olivares a missão de acompanhar o conde de Linhares a Évora. Era a última missão negociadora junto aos revoltosos, antes da repressão armada.

Linhares fracassa e segue para Lisboa, regressando DFM a Madri, já em 38, para dar conta a Olivares dos trâmites daquela negociação. Tanto na ida a Évora como na volta à Corte, DFM detém-se em Vila Viçosa para trazer e levar mensagens e instruções entre o duque de Bragança e Olivares ou seus representantes.

A caminho de Madri, DFM faz escala em Badajoz, nomeada como praça de armas da operação repressiva, para consultas com o duque de Béjar, incumbido de coordenar as ações militares. Em Madri, a segunda entrevista com Olivares converte-se em minucioso interrogatório de DFM sobre a lealdade das forças e personalidades do Reino, a começar pelo duque de Bragança; e sobre as forças e disposição com que se achava o exército castelhano na fronteira portuguesa.

Neste ponto, DFM deixa de ter qualquer outra participação nos eventos relacionados a Évora, e segue a vida de militar em disponibilidade e de escritor imerso na vida cultural madrilenha.

Em 38, faz imprimir um breve tratado da arte do comando em terra e mar, a “Política militar en avisos de generales”, escrito em castelhano, com duas dedicatórias, a primeira ao Conde-Duque e a segunda ao conde de Linhares, Miguel de Noronha, seu amigo. Essas

¹²³ Dom Francisco demora-se na explicação das circunstâncias que levaram o Duque de Bragança a atribuir-lhe a missão de mensageiro e justificador perante Olivares, excusando-se aliás desta prolixidade: “Refiro, pode ser que com demasia, todos os accidentes deste negócio, para mostrar quais foram as causas de minha intervenção nele.” Alterações, cit., pp. 70-73. Segue-se o relato da missão a Madri, que compreendia, além da entrega das missivas, a sustentação oral – a instrução – da posição da Casa de Bragança no contexto da crise. Tem-se aqui o primeiro dos três encontros pessoais de DFM com o Conde Duque registrados na Epanáfora Política.

páginas trazem elogios superlativos a Olivares e à Monarquia, e a sugestão de que teria muito a oferecer em talento e serviços, pois “es cierto que, entre las cenizas más despreciadas, duermen centellas de vivos resplandores”.

Em 39, acha-se embarcado na armada de Antonio de Oquendo, destinada a transportar tropas e materiais para a Flandres, onde o cardeal-infante d. Fernando, governador daqueles estados, dava prosseguimento à arrastada guerra aos rebeldes heréticos das províncias ‘desobedientes’ dos Países Baixos.

A armada espanhola acaba interceptada pelas forças holandesas de van Tromp e vem a sofrer devastadora derrota no Canal da Inglaterra.

DFM alcança salvamento e escreve em Flandres uma primeira versão narrativa da grande batalha naval, enviada, antes mesmo de se fazerem cópias, como relatório a Felipe IV pelo cardeal-infante seu irmão. Sua matéria vai compor, anos mais tarde, a “Epanáfora Bélica”, do “Conflito do Canal de Inglaterra”.

O ano de 1640 o encontra de volta a Castela e depois em Aragão, onde se concentram as tropas que, a partir de novembro, marcham à Catalunha para castigar os insurretos. Desde o Corpus Christi de junho desse ano, o Principado catalão achava-se em aberta revolta contra o governo de Felipe IV e de seu valido.

O comandante nominal do exército castelhano reunido para a missão é o jovem marquês de los Vélez. A essa altura um experientado veterano e mestre de campo, versado nas artes da guerra em terra e mar, DFM recebe de Felipe IV a incumbência de assistir e aconselhar o jovem marquês, espécie de assessor imediato e braço direito, entre outros cabos (comandantes).

Era uma tradição militar da Monarquia, justapor ao jovem fidalgo de primeira linha, a quem caberiam os lauréis da vitória, o técnico da guerra.

Para Dom Francisco, era a mais alta posição alcançada em uma carreira que remontava à sua adolescência. A designação para tanto, é lícito conjeturar, permitia-lhe divisar elevados e ainda mais honrosos empregos, se a operação corresse a contento do Conde Duque e de seu senhor.

DFM aproveita os lazeres da campanha para reunir informes e dados sobre o que se passava, com os quais pretendia escrever uma história dos progressos daquela guerra, a ser dedicada a Felipe IV.

Veremos adiante, em rápido panorama de sua historiografia, alguns aspectos da escrita desse trabalho, que viria a tornar-se um clássico das letras castelhanas do século XVII, a “Historia de los Movimientos y Separación de Cataluña; y de la Guerra entre la Magestad

Católica de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla, y de Aragón, y la Deputación General de aquel Principado”.

A partir de Saragoça, definida como praça de guerra para a reunião das forças, o exército se desloca até a foz do Ebro, demora-se em Tortosa algum tempo, e se movimenta na direção de Barcelona por caminhos paralelos ao mar, ocupando lugares leais ao rei e forçando a entrada nas localidades inquietas.

Em Cambrils, uma dessas vilas, ocorre o massacre dos habitantes do lugar, depois de terem negociado a rendição com o próprio DFM, num desses incidentes de histeria coletiva, provocados por alguma fagulha pontual, que DFM lamentará longamente naquela obra. Serão cerca de 900 mortos!

Mais adiante, conquistada Tarragona, achando-se ali estacionado dia 7 de dezembro de 1640 o comando das forças reais, chega um correio de Madri com urgente mensagem ao marquês de los Vélez. A informação que trazia era espantosa. “Avisaba el rey católico al Vélez como el reino de Portugal se había declarado en su desobediência, separándose de su monarquía y entregándose a nuevo rey.”

Juntamente com a notícia da Restauração, as cartas continham instruções definidas para guardar a reserva possível, de modo a não incentivar os rebeldes catalães e a não inquietar os muitos portugueses que serviam no exército. E traziam também a ordem para prender sigilosamente e conduzir a Madri o mestre de campo Dom Francisco Manuel de Melo.

Na “Guerra de Cataluña” (título encurtado da sua história do levante catalão de 1640, publicada em Lisboa, 1645, sob o pseudônimo de Clemente Libertino), a causa alegada de sua prisão resume-se à influência que poderia ter Dom Francisco sobre os demais comandantes. Ele toca discretamente no assunto, sem nomear-se: eram os “sinais exteriores” de que algo de estranho acontecera (a emancipação de Portugal) e que a notícia se espalhava.

Con estrañeza y admiración fue recibido en el ejército este gran suceso de Portugal, y aunque pareció más grande en la variedad y recato con que se trataba, poco después se conoció en señales exteriores, **habiéndose preso por ordenes secretas algunas personas de aquella nación y alguna de estimación y partes, que se hallaba en el ejército, cuya gracia cerca de los que mandaban la pudo hacer más peligrosa.**¹²⁴

¹²⁴ Na edição Tobella, omite-se a decisiva partícula “de” em “alguna de estimación y partes”, uma auto-referência a DFM. Reproduzimos a passagem de acordo o “Esboço Biográfico” de Prestage e com duas outras

O episódio vai repercutir em outros lugares da obra meliana, como na “Epístola Declamatória”, endereçada em 53 ao infante d. Teodósio; no “Hospital das Letras”, o quarto dos seus “Apólogos Dialogais”, de 57; e antes disso no prólogo da biografia do duque d. Teodósio, pai de d. João IV, interrompida à terça parte do caminho, em 1648, nas “Alterações de Évora”, a relação dos motins alentejanos de 37, cuja redação é provavelmente de 49; e nos dois memoriais dirigidos a dom João IV em 1649 e 50.

Nas “Alterações”, a propósito de sua segunda entrevista com Olivares, inícios de 1638, logo depois de acompanhar a missão de Linhares a Évora, ele afirma que das respostas evasivas ou tranqüilizadoras que ofereceu na ocasião ao conde-duque, este “me formou culpa” três anos mais tarde.

Em Madri, trazido sigilosamente da Catalunha, DFM ficará preso uns três meses, no inverno de 40 para 41, enquanto se realizavam averiguações de natureza política, talvez na busca de indícios que o comprometessem com a conspiração que resultou no golpe-de-estado português, ao cabo dos quais é trazido à presença de Olivares. Esta terceira e última entrevista do escritor com o valido será evocada nas “Alterações” nos seguintes termos (os itálicos são do original).

Fui o primeiro Português, que em Castela padeceu pela fé do Reino; & vindo preso à Corte, desde Catalunha (em cujo exército me achava servindo, não inutilmente), já depois de qualificado meu procedimento, por ocultas diligências, & quatro meses de prisão áspera, fui solto, & reduzido à presença do Conde Duque, o qual vendo-me, se antecipou a falar-me estas próprias palavras: *Ea Cavallero, ello ha sido un error, pero error con causa. Bien se acordará lo que me dixo en el Pardo; pues para que pudo ser bueno, acreditar tanto acciones contingentes? No se vé quales se nos bolvieron su N. y su N. y su N.[?]*¹²⁵

Deste pronunciamento do Conde Duque de Olivares, deduz-se a claríssima conexão entre sua desgraça política, a partir da prisão na Catalunha, e os eventos relacionados com a crise de Évora. As suspeitas de Olivares teriam origem nos informes que DFM lhe apresentara sobre N. e N. e N. em 1637-38, vale dizer, sobre a lealdade do duque de Bragança, que agora se declarava em ‘desobediencia’, juntamente com outros nobres portugueses.

edições, a de Picón, 1912, e a da Biblioteca de Autores Españoles, no volume dedicado aos “Historiadores de Sucesos Particulares”, também do início do século XX e reeditada em Madri, 1946.

¹²⁵ Alterações, cit., pp. 130-131.

Como se vê, o escritor constrói uma versão de sua ‘queda’ em 1640 que, em resumo, atribui a desgraça política que o atinge, no alto de sua posição no exército da Catalunha, à sua invariável lealdade aos Bragança e a Portugal, demonstrada nos acontecimentos de 1637 e 38.

Se Olivares manda prendê-lo assim que fica sabendo da Restauração portuguesa, é porque formou suspeitas que remontam ao comportamento de DFM na crise de Évora. Nada provaria melhor, portanto, a sua fidelidade à causa lusa do que essas suspeitas, formadas no mais alto círculo do poder da Monarquia.

O próprio correio que leva ao marquês de los Vélez, em Tarragona, em plena campanha, as novas do Primeiro de Dezembro, leva **também** as ordens para sua prisão, vale dizer que, para o governo de Felipe IV, **se Portugal se rebelou e declarou por novo rei o duque d. João de Bragança, então é preciso mandar prender DFM.**

Difícil encontrar prova mais conclusiva de seu amor à Casa bragantina e de sua, digamos, entranhada lusitanidade. O ‘Argumento do Correio’ seria esgrimido por ele, em defesa própria, como vimos, em vários outros lugares do conjunto de seus escritos.

Consultados os fatos, tal como narrados por DFM, vê-se que Olivares se convenceu de ter sido um erro, ainda que “um erro com causa”, a prisão de d. Francisco Manuel na Catalunha, e que, em gesto que assinala certa franqueza e até humildade, vindo do homem mais poderoso da Monarquia, se desculpou perante o escritor, e, admitindo tacitamente o dano pessoal e profissional que a prisão lhe trouxera, procurou em seguida desagrává-lo e recompensá-lo pelos meios ao seu alcance.

De imediato, o Conde Duque mandou redigir em nome do rei uma nota de desagravo, requerida por DFM e talvez ditada por ele ao escrivão de plantão. Esta cédula real nos importa, nas suas espirais de reiteraões e termos recorrentes (“fidelidad” duas vezes, “reputación” duas vezes, e mais duas vezes a possibilidade de ser usado o incidente por terceiras pessoas para desonrá-lo), como medida do dano já consumado, assim como do dano que se previa e se queria de antemão precaver, mas também como sinal de que pretendia continuar no serviço da Monarquia.

“**EL REY.** Por Quanto por parte del Maestro de Campo don Francisco Manuel de Melo, se me ha representado, que **estandome serviendo en el exercito de Catalunia, fue traído de orden mia a esta Corte, sin que contra el aya resultado culpa alguna**, antes le he mandado hazer diferentes mercedes, y respecto de averle mandado traer preso em ocasion del levantamiento del reino de Portugal, y que **personas de dañada intencion podran adelante intentar poner dolo en su reputación**, me ha suplicado le haga merced de mandar declarar la satisfacion con que estoy de **la fidelidad con que siempre ha**

servido, y procedido en todo. Y aviendome consultado sobre ello, he resuelto despachar la presente, en virtud de la qual declaro que el dicho Maestro de Campo don Francisco Manuel de Melo me ha servido en diferentes partes, y ocasiones **con mucha aprovacion y valor**, procediendo en quanto de mi servicio se ha ofrecido, **con la lealtad, y fidelidad** que se devia esperar de Cavallero de sus obligaciones, **sin que en esta, ni otra ocasion aya resultado contra el cosa que no corresponda a su calidad, y buenas partes**: y en esta consideracion he mandado hacerle merced, y despachar la presente, porque en todo tiempo conste de lo referido, y **que ninguna persona le pueda poner dolo en su reputacion**. Dada en Madrid a ocho de Março de mil y seiscientos y quarenta y um años. YO EL REY. Por mandado del Rey nuestro señor, Don Fernando Ruiz de Contreras.”¹²⁶

O mal contudo já estava feito, a confiança quebrada de parte a parte, a reputação abalada. Do momento da entrevista com Olivares em diante, assistimos a uma espécie de operação de rescaldo e salvamento da desgraça política e do desastre profissional.

Vários memoriais encontrados por Edgar Prestage, o principal biógrafo de DFM, atestam os esforços de Melo para fazer valer, nos meses seguintes, as mercês compensatórias que Olivares deve ter-lhe prometido: a definição de um novo posto, não mais na Catalunha mas agora em Flandres; recursos para custear a viagem; soldos atrasados, em haver e futuros; a troca do hábito da portuguesa Ordem de Cristo pela castelhana Ordem de Santiago; compensação pelas perdas de fazenda e bens a serem previsivelmente confiscados em Portugal.

Aparentemente, poucos desses acenos e promessas sobreviveram intactos ao parecer das juntas que assistiam o conde-duque. Os despachos lhe concedem muito menos do que pede. Edgar Prestage reflete que a importância e a influência de Dom Francisco se reduziram a bem pouco em Castela depois da rebelião do Reino. Embora as pesquisas recentes de Fernando Bouzas sobre as vantagens conferidas por Felipe IV aos portugueses que se mantiveram leais à Monarquia pareçam dizer o contrário, pode ser que o caso de DFM tenha sido singular também sob este aspecto.

Os documentos silenciam sobre a decisiva hora da verdade em que, a caminho de nova missão em Flandres, seguindo em maio de 1641 para a fronteira com a França, rompeu com a Monarquia, desertou o exército e foi refazer a vida em outro lugar.

Em junho, está em Londres, junto aos diplomatas da nova ordem portuguesa.

¹²⁶ Reproduzido em facsímile entre as páginas 208 e 209 da edição Castalia, Madrid, 1996, preparada, introduzida e anotada por Joan Estruch Tobella. Ver cópia do documento nas Ilustrações. Negritos nossos.

Ruptura do terreno político e nascimento de uma perspectiva

A grande crise de 1640-41 é um adequado ponto de mirada para se contemplar o panorama da vida e para se tentar decifrar a natureza da obra de Dom Francisco Manuel. Ela vai alcançá-lo ao mesmo tempo como imprevista e súbita ruptura do terreno político e como desgraça política e desventura pessoal. Ela vai vincar profundamente a sua historiografia.

De imediato, ela lhe traz um leque de escolhas a fazer, de caminhos a seguir.

Algumas verificações e reflexões se impõem, quanto a essa encruzilhada.

Vimos como o rompimento de DFM com a Monarquia, a deserção a meio caminho de nova missão militar, com todas as implicações dessa decisão, a começar pelo abandono dos seus muitos anos de serviço prestado às armas de Castela, não foi a rigor um ato inevitável, no sentido de que, apresentadas as desculpas formais do governo de Olivares, e ainda que não lhe dessem todas as compensações que pedia, Dom Francisco poderia ter completado o caminho de Flandres, e tentado um recomeço.

A deserção em 1641, eis a conclusão necessária, ainda que pareça óbvia, foi um ato individual, marcado por protagonismo, por vontade própria, e foi um ato de revolta.

É bom frisar este ponto porque os comentadores da vida e da obra nunca o fazem, e apresentam sempre a transição de lados e a transferência de lealdades operadas em 41 como algo normal, linear, praticamente natural, ditadas por natural amor à pátria. A ‘versão natural’ (digamos assim) também não separa as duas coisas: a revolta pessoal, primeiro e, segundo, a escolha pelo Portugal restaurado. Tudo é um, para os comentadores. **Exatamente, aliás, como DFM sempre quis que se acreditasse.**

Se é lícito argumentar que, em 41, DFM se revoltou, numa espécie de versão personalizada do Primeiro de Dezembro, cabe indagar por quê.

Edgar Prestage se detém em minúcias das compensações oferecidas a DFM em reparo do “erro” de sua prisão, cuja frustração seria, para o biógrafo inglês, o prosaico fator responsável por sua ruptura com a Monarquia. É possível que essa tenha sido a gota d’água.

Cogita-se também de que DFM estaria convencido da inevitável decadência da Espanha dos Áustria. Essa convicção, formada na experiência da revolta de Évora em 1637-38, da derrota da armada de Oquendo em 39, e da insurreição catalã em 1640, pode ser que tenha condicionado a dramática e silenciosa decisão pessoal de abandonar o serviço de Castela.

Outra resposta possível, mais ancorada na biografia e na história, tendo em vista sua formação, seus valores, sua trajetória, seu projeto, suas expectativas, é que a situação de D. Francisco na Monarquia tornara-se para ele intolerável.

Em se tratando de um fidalgo português, de um mestre-de-campo formado nos valores militares de Castela, e de um escritor cioso de seu nome, alguma coisa deve ter pesado, afinal, na decisão de romper com a Monarquia, **o sentimento da honra ferida e da perda da reputação**. Basta reler a nota de desagravo que arrancou de Olivares.

Ficamos com esta última possibilidade. Dois fatores de enorme peso favorecem esta explicação, ambos a indicar **um profundo abalo pessoal**, ambos a apontar para um **ressentimento que não se aplacaria** nem mesmo com as excusas pessoais do primeiro homem do regime.

Os dois fatores mencionados são, em síntese, olhando-se para trás, a sua formação e carreira no quadro da União das coroas ibéricas, que dele faz uma espécie de criatura arquetípica do período; e, olhando-se para frente, o corpo de seus escritos de História e a perspectiva que os assinala e vinca.

O primeiro fator o levaria a perceber como desonra e injúria irreparáveis a sua prisão, a suspeita de traição que ela trazia consigo, e a desgraça que significou, no momento mais alto de sua carreira; ao mesmo tempo que emprestará aos seus escritos um enfoque ibérico, mais do que apenas português – ‘iberismo’ que se denuncia já pela escolha dos temas, sempre localizados ou referidos à Monarquia, já pela nostalgia inegável que o remete reiteradamente ao tempo dos Felipes.

Quanto à sua historiografia, em particular, será vincada a fundo por sua Queda em 1640 com a perspectiva do crítico, do dissidente e do homem revoltado.

Não é casual que seus escritos históricos de maior destaque sejam ambos – a “Catalunha” e as “Alterações” – histórias de revoltas no contexto da Monarquia, assinaladas pela crítica do poder, pela denúncia da corrupção digamos estrutural que rói aquele gigantesco edifício político (ver, entre muitos exemplos, a descrição do regime do valimento no parágrafo 9 das “Alterações”¹²⁷), e por uma mal escondida simpatia pelos que assumem o risco da oposição (ainda quando perfeitamente conservadora, como no caso dos condes Diogo da Silva, parágrafos 13-14, e Diogo de Castro, 22-24, em distintas situações¹²⁸) e da sedição, que recebe no caso dos populares de Évora o nome de “resistência”. E que no dos segadores em Barcelona grita: “Muera el mal gobierno de Felipe!”¹²⁹

¹²⁷ Alterações, cit., pp. 7-8.

¹²⁸ Alterações, cit., pp. 10-11; e 14-15.

¹²⁹ Historia de los movimientos (...) y guerra de Cataluña, ed. Estruch Tobella, cit., p. 118. O incidente que desata a revolta ocorre no contexto da descida sazonal dos segadores a Barcelona, em busca de emprego nas colheitas. A tentativa de prisão de um malfeitor entre os segadores, por oficial de justiça, acaba por envolver a guarnição castelhana, que atira na multidão. Dá-se, como em Évora em 1637, a explosão da fúria popular: “A este tiempo rompían furiosamente en gritos: unos pedían venganza, otros más ambiciosos apellidaban la libertad

Não é casual que ele se declare “alegre” ao empreender a verdadeira desconstrução do regime de Olivares que representam as “Alterações de Évora”¹³⁰. Trata-se, além do mais, de um livro vingador.

A sua opção pelo Portugal restaurado vai complicar tudo isso, sem nada revogar disso tudo.

2.4 A revolta em ‘estado puro’ na “Guerra de Cataluña”

Em 1645, achando-se o escritor preso na Torre de São Vicente de Belém, à margem direita do Tejo, sai dos prelos de Paulo Craesbeeck, em Lisboa, a primeira edição de um livro que se tornaria clássico na história das letras castelhanas.

A “Historia de los Movimientos y Separación de Cataluña; y de la Guerra entre la Magestad Católica de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla, y de Aragon, y la Deputación General de aquel Principado” trazia dedicatória ao papa Inocêncio X, e teria apenas esta edição, em vida do autor, oculto sob o ‘nome suposto’ de ‘Clemente Libertino’.

Uma segunda edição vem a acontecer ainda no século XVII, também impressa em Lisboa, (1696), por Bernardo da Costa Carvalho. E a terceira tardaria até 1808, em pleno período das invasões napoleônicas, para aparecer em Madri, na oficina de Sancha, incluindo uma biografia, “a primeira que se publicou, digna do nome”, segundo Edgar Prestage, composta a partir “das informações ministradas por suas obras e pela ‘Biblioteca Lusitana’”.

Desde então, a “História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”, como tem sido encurtado o extenso título pelos editores modernos, ou simplesmente “Cataluña”, ou “Guerra de Cataluña”, como gostava de referir-se ao seu trabalho o próprio autor, mereceu muitas outras edições. A bibliografia de Prestage, que acompanha o seu aclamado “Esboço Biográfico”, de 1914, enumera 17 diferentes impressões, das quais quatro parisienses.

A história da recepção da “Guerra de Cataluña” no espaço literário e historiográfico espanhol poderia formar um capítulo à parte, na fortuna crítica de Dom Francisco.

Desde cedo, o relato de um povo em armas contra o governo de Madri inspirou os vários particularismos regionais de Espanha, a começar naturalmente pelos catalães, nunca inteiramente conformados com o centralismo castelhano. Também não parece casual que esta história de resistência popular tenha sido ‘redescoberta’ em 1808, com a Península ocupada pelos generais de Bonaparte.

de la patria. Aquí se oía: “Viva Cataluña y los catalanes!”; allí otros exclamaban: “Muera el mal gobierno de Felipe!” Formidables resonaron la primera vez estas cláusulas en los recatados oídos de los prudentes. (...)”

¹³⁰ Alterações, cit., p. 4. “Assi foi: mas eu direi agora, que não só sem alguma esperança de justa recompensa, senão quase certificado do inconveniente, me ponho alegre a este longo trabalho, de recolher nossas memórias, como se tão fatalmente fosse arrebatado à satisfação, como me vejo ir ao desagradecimento.”

A questão da isenção historiográfica da “Cataluña” e da sua veracidade – atravessada pelas tensões políticas entre o centro e as periferias regionais – foi objeto de uma polémica no âmbito da academia espanhola, a partir de um estudo do historiador catalão Pujol y Camps, em 1886, como anota em sua introdução à edição de 1996 o erudito Joan Estruch Tobella, e ainda não se acha inteiramente pacificada em nossos dias.¹³¹

Embora o professor Estruch se incline pela afirmativa, reconhecendo a história meliana da insurreição, “en términos generales, un libro ajustado a la realidad de los hechos, salvo pequeños errores”, ajustado aos cânones da historiografia da época¹³², parece compreensível que, de um ponto de vista ‘centralista’, a “Guerra de Cataluña” represente um livro incômodo.

Como tivemos a ocasião de assinalar, Menéndez y Pelayo não se iludiu quanto ao viés de clara oposição à Monarquia que percorre o conjunto dessa obra, que considerou “un folleto político de acerbísima oposición, habilmente disimulada con apariencias de histórica mansedumbre” e, como lembra o professor António Oliveira, para Pelayo, “em vez de censor, Melo apresenta-se como um ‘enemigo oculto’, onde a ‘indulgencia tiene trazas de lúgubre ironia’.¹³³

Ironicamente, a “Guerra de Cataluña” teve início como uma encomenda oficial. Na seção do “Hospital das Letras” dedicada ao ‘Julgamento do Autor’, ele mesmo o declara (Parágrafo 651):

Autor. Ora, tinha elRei de Espanha ordenado ao general daquela guerra fizesse, pela pessoa mais hábil que no exército se achasse, por em memória os progressos dela. Não sei por que causa fui eu o escolhido para este efeito, não sendo o mais ocioso da companhia; mas foi sem falta porque nasci em signo de tabalião. Recolhi logo a este fim com grande pureza subministradas, as relações de tudo, passando-me tudo o que se obrava, ou pelas mãos ou pelos olhos. Porém, quando eu já me dispunha a dar princípio á minha história, eis que me mandou prender elRei, por português, sem mais delito que o nascimento. Andaram

¹³¹ Historia de los movimientos..., ed. J. Estruch Tobella, cit., Introducción, pp. 30-32. Segundo o Prof. Estruch Tobella, “Desde su publicación, la obra gozó de un crédito indiscutido, considerándose la modelo de veracidad e imparcialidad. Sin embargo, en 1886 el historiador catalán Celestino Pujol y Campos [in Melo y la revolución de Cataluña en 1640, Madrid, 1886] la sometió a una crítica feroz que, a pesar de sus exageraciones e inexactitudes, ha sido aceptada sin resistencia por los historiadores. El juicio negativo del historiador catalán sobre la obra de Melo es expresión de la reacción positivista contra la historiografía clásica. Pujol y Camps juzga desde una perspectiva científica que no resulta apropiada para el análisis de un libro de historia escrito desde una perspectiva completamente distinta. (...)”

¹³² Idem, 32.

¹³³ António de Oliveira, D. Francisco Manuel de Melo, Historiador, in D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular, cit., pp. 239-240. O juízo de Menéndez y Pelayo, citado por Oliveira, inscreve-se no discurso de ingresso na Real Academia de la Historia, intitulado ‘La historia considerada como obra artística’, no vol. VII de suas Obras Completas, Santander: Aldus, 1941, pp. 21-22.

os tempos, cheguei à pátria donde, depois de muito bem pisado e acalanhado, à imitação do nosso Ovídio em Ponto (e tanto que fui em o ponto mais cruel da minha vida), continuei a escritura começada desse livro. **E porque a este tempo vagavam, pelo mundo, muitas falsas opiniões de um tão grave negócio, entendi fazer serviço à república, manifestando-o assim como ele fora e não como o ódio ou o amor, que são dous grandes pintores, o haviam pintado no lenço da eternidade, com mão diferente. (...)**¹³⁴

Como se deduz da passagem, o próprio escritor se declara distante tanto do ódio como do amor, esses “dous grandes pintores”, ecoando o preceito clássico – “sine ira nec studio” – do autor dos “Anais”.

Onde estaria a ‘acerbísima oposición’ identificada por Marcelino Menéndez y Pelayo? Sem a pretensão ou o projeto de expor todas as passagens nas quais se põe a nu a arbitrariedade, a prepotência e, em última análise, a irracionalidade das decisões tomadas pelo Conde Duque em relação à revolta dos catalães, vejamos ao menos um resumo da obra, e uma anotação ao final dela que nos parece extremamente reveladora.

Antes, porém, anote-se que, embora a revolta catalã tenha eclodido no dia de Corpus Christi, em junho de 1640, somente ao final do ano põe-se em marcha o exército real destinado a conter e castigar os revoltosos. Sabemos em retrospecto que doze anos transcorreriam antes que o Principado catalão voltasse ao aprisco da Monarquia.

Ao publicar a história do conflito em 1645, dom Francisco Manuel tem consciência de que sua obra abrangia apenas os “primeiros casos”, e o diz ao final: “No pararon aquí los sucesos y ruinas de las armas del Rey Don Felipe en Cataluña, reservadas quizá a mayor escritor, así como ellas fueron mayores.”¹³⁵

Dividida em cinco partes ou *libros*, a “Guerra de Cataluña” resume, no livro primeiro, os acontecimentos que vão da abertura de hostilidades entre a Espanha e a França em 35, passando pela crescente irritação dos povos do Principado, obrigados a arcar com o alojamento das forças e a contribuir materialmente para uma guerra que a rigor não é sua, até a explosão da revolta, no Corpus Christi de 40, com a famosa cena da descida dos *segadores* a Barcelona – com seu grito de morte ao governo – e a seqüência de incidentes que resultam no assassinato do vice-rei Santa Coloma.

No livro segundo, a revolta se alastra a outras regiões do Principado, ganha a adesão e logo a coordenação das elites locais, representadas na Deputación, enquanto o poder central busca os meios para reafirmar sua autoridade. As negociações entre Madri e Barcelona se

¹³⁴ Hospital das Letras, ed. Colomès, p. 94; ed. Pereira Tavares, pp. 194-195; ed. Pedro Serra, p. 103.

¹³⁵ Historia de los movimientos..., ed. J. Estruch Tobella, cit., Libro IV, parágrafo 160, p. 391.

estabelecem com o envio de embaixadas afinal mal sucedidas; o Conde Duque ouve os pareceres opostos de seus conselheiros e decide-se pela intervenção armada.

O livro terceiro compreende a descrição da organização política dos catalães, a aproximação e aliança destes com os franceses, os preparativos militares e as últimas tentativas diplomáticas de Madri, a fixação da praça de armas castelhana em Saragoça, e os primeiros movimentos do exército até Tortosa, cidade leal ao rei, próxima à foz do Ebro.

No quarto livro da “Guerra de Catalunha” – que importa particularmente ao estudo sobre Melo e sua exata situação na campanha, a última de que participou como soldado da Monarquia –, os enfrentamentos se intensificam à medida que o exército castelhano evolui de Tortosa na direção de Barcelona, acompanhando o litoral. Operações em localidades como Xerta e Tivens, a expugnação do Coll de Balaguer, a tomada de Tarragona, a rendição de Cambrils (negociada por Melo) e o massacre dos seus defensores (com a perda de controle da situação pelos mestres de campo, a partir de provocações anônimas), vão pontuando a marcha.

A partida do exército, desde Tortosa, na sexta-feira, 7 de dezembro de 1640, debaixo de chuva, dá ensejo à demonstração de conhecimento de comando, com a minuciosa descrição de sua formação e disposição no terreno, a força relativa dos corpos, as armas e equipamentos do “trein”, a declinação um a um dos nomes de mais de vinte comandantes e lugares tenentes. Tem-se aqui, no detalhe e no conjunto, o retrato de um (digamos) exército barroco a caminho do combate. Veja-se a descrição da retaguarda e da artilharia, incluindo dois “tercios” de soldados portugueses.

[35] Seguía la retaguardia a la batalla en la propia distancia que ésta seguía a la vanguardia; en primero lugar marchaba el tercio de los presidios de Portugal, su maestro de campo Don Tomás Mesía de Acevedo; seguía el de Don Fernando de Tejada; luego empezaba la artillería en este orden; de vanguardia los mansfelts y algunas otras piezas pequeñas de campaña; a éstos seguían los cuartos, a los cuartos los medios cañones, en medio los morteros; desta suerte se deshacía hacia la retaguardia, acabándose otra vez en mansfelts. Traz la artillería los carromatos, y traz ellos las municiones, según el uso dellas. Lo último era el hospital y bagajes de particulares. Las compañías sueltas de italianos guarnecían los costados del trein; luego el tercio de valones, su maestro de campo el de Isinguien, y de retaguardia el de portugueses, su maestro de campo Don Simon Mascareñas.¹³⁶

¹³⁶ Historia de los movimientos..., cit., p. 269.

Com a “salida” de Tortosa, a sorte estava lançada, pois tratava-se da decisiva arremetida contra o coração da Catalunha, e Melo reflete que este era um dia para ficar na História, porque na mesma semana, sem travar uma só batalha, Felipe IV perdia dois reinos:

(...) el sábado primero de diciembre perdió la corona de Espanha el reino de Portugal, como diremos adelante; el viernes siete de diciembre perdió el Principado de Cataluña. (...) Perdió Don Felipe el Cuarto antes de guerra o batalla dos reinos en una semana.¹³⁷

A notícia da emancipação de Portugal, que de certo modo selou a sorte e encerrou a carreira militar de dom Francisco Manuel nas forças da Monarquia, é posta no plano do quotidiano do estado maior, já em Tarragona, quase ao final da quarta parte da obra, com a chegada de um correio da Corte, em meio às discussões entre o Vélez e o marquês de Villafranca sobre providências e despachos relativos ao desembarque de peças de artilharia e provisões de grãos, vindos numa frotilha de dezessete galeras do Rossilhão: “(...) llegó un correo de Madrid que dio principio a otras novedades”¹³⁸.

Endereçadas pelo rei ao marquês de Los Vélez, as cartas traziam, juntamente com a novidade maior, de que “el reino de Portugal se había declarado en su desobediencia”, várias instruções sobre “este caso”, e a recomendação de que “se detuviese todo lo posible su noticia por no dar con ella más aliento a los catalanes y causar alguna inquietud en los muchos portugueses que se hallaban sirviendo en aquel ejército”.¹³⁹

O longo parágrafo 130 do livro quarto da Guerra de Catalunha resume os antecedentes da Restauração portuguesa, definindo como “del todo insufrible” o reinado de Felipe IV e assinalando de passagem que a conspiração vitoriosa em Portugal incluiu apenas “algunos caballeros y prelados del reino, en corto número”.¹⁴⁰

No parágrafo seguinte, refere-se à sua prisão, feita em segredo, sem contudo nomear-se a si mesmo. Veremos adiante em maior detalhe a passagem, que contém os primeiros elementos com os quais construirá o núcleo de seu discurso de auto-justificação em Portugal: o que denominamos o ‘Argumento do Correio’.

O livro quinto da “Cataluña” é inteiramente dedicado ao relato do avanço do exército castelhano e das marchas e contramarchas das forças do Principado, até o assédio e confronto

¹³⁷ Historia de los movimientos..., cit., pp. 266-267.

¹³⁸ Idem, p. 314.

¹³⁹ Idem, p. 315.

¹⁴⁰ Idem, p. 317.

de ambos os lados na sangrenta investida da fortaleza de Montjuic, nas cercanias de Barcelona, que resulta em grande fiasco para a Monarquia. Os catalães se entrincheiram e se reforçam, enquanto o exército retira-se às pressas para Tarragona.

O último parágrafo (160) do livro quinto e, afinal, de toda a “Guerra de Cataluña” traz uma advertência aos poderosos e reitera a reivindicação de veracidade de praxe. O mais interessante à nossa hipótese, contudo, vem depois de encerrado o livro, num pós-escrito em latim.

No pararon aqui los sucesos y ruínas de las armas del rey Don Felipe en Cataluña[,] reservadas quizá a mayor escritor, así como ellas fueron mayores. A mi me basta haber referido con verdad y llaneza, como testigo de vista, estos primeros casos, donde los príncipes pueden aprender a moderar sus afetos y todo el mundo enseñanza para sus acontecimientos.

FIN

LAPIDEM QUEM REPROBAVERUNT
AEDIFICANTES

A frase completa, encontrada nos Salmos (117,22) e reiterada em Lucas (20,17), é por extenso “Lapidem quem reprobaverunt aedificantes, hic factus est in caput anguli”.

A tradução, na versão bíblica de João Ferreira de Almeida, seria: “A pedra que os construtores rejeitaram, essa veio a ser a principal pedra, angular.”

Em castelhano, segundo o editor Joan Estruch Tobella, “La piedra que desecharon los constructores se ha convertido en la piedra angular”.

Para Estruch Tobella, “es probable que Melo aludiera crípticamente a su encarcelamiento y a sus esperanzas de libertad”.¹⁴¹

Ora, consultados os dados da biografia e as datas de redação da “Guerra de Cataluña”, quer-nos parecer que a “pedra” assim descartada, rejeitada, ou desprezada, não poderia ser senão o próprio autor, descartado na Catalunha em 1640 e rejeitado em Portugal, a partir de 1641.

Ao escrever o relato que por muitos anos se tornaria a pedra angular da historiografia da insurreição catalã, Dom Francisco Manuel dava uma resposta aos seus antigos senhores e a todos os príncipes de ‘afetos imoderados’.

¹⁴¹ Historia de los movimientos, cit., p. 391, nota 87.

2.5 A “Cataluña’ como projeto pessoal

À investigação e ao reconhecimento do Lugar e da Perspectiva na historiografia meliana, importa que, tendo abandonado a carreira no quadro da Monarquia dos Áustria espanhóis, Dom Francisco Manuel perseverasse na realização da crônica da insurreição catalã, convertendo em projeto pessoal o que, antes, teria sido um serviço a mais a Felipe IV.

Encomendada a redação da “Guerra de Catalunha” pouco antes da operação militar, antes também da Restauração portuguesa, e publicada cinco anos mais tarde, os acontecimentos que afetam Melo nos planos pessoal e político, nesse entremeio, acabam por resultar em violenta e diametral mudança de perspectiva, correspondente à mudança também diametral de lugar político e social.

De presumível justificação da intervenção militar da Monarquia no Principado rebelde, torna-se, ao inverso, um estudo sobre a tirania, a imoderação dos afetos, a irracionalidade e o abuso do poder.

De uma historiografia da revolta tem-se o trânsito para uma historiografia revoltada.

Capítulo 3

A transição entre dois campos e a perspectiva da auto-justificação

Podemos imaginar alternativas à escolha feita por DFM, no caminho de Flandres, em 1641.

Várias qualificações davam-lhe a condição de oferecer a espada a algum outro príncipe da Europa, ou mesmo para seguir a carreira irregular e perigosa, mas sempre emocionante, de soldado da fortuna. E não eram poucas.

O conhecimento da doutrina e do ofício militar. A experiência acumulada. As provas de valor em combate. As conexões profissionais. A facilidade com idiomas. Sua relativa juventude. Sua desenvoltura no ambiente das cortes. A memória de duas grandes revoltas no contexto da Monarquia. As informações que detinha das reais forças em armas da mais temida potência europeia.

Poderia continuar servindo à Monarquia à distância, junto ao cardeal-infante d. Fernando, na Flandres, agarrando-se ao oferecimento do Conde-Duque, à espera de melhores dias e de novas oportunidades para se fazer notar e distinguir, e, neste caso, bastava-lhe seguir o caminho em frente.

Em Portugal, já não contava com o núcleo familiar – o pai lhe faltara na infância, a mãe e a única irmã, Maria e Isabel, mortas com pequeno intervalo, em 1636.

Em Portugal, estaria distante da grande vida literária e das brilhantes atrações culturais a que se acostumara em Madri. Seu patrimônio, em Portugal, não seria tal que o obrigasse a retornar. Com todo o sangue de reis que lhe corria nas veias, não chegava a ser um fidalgo da primeira nobreza do Reino.

O que teria levado Dom Francisco Manuel a decidir-se, entre as alternativas possíveis ou disponíveis, pela volta a Portugal?

Terá sido, a decisão tomada a caminho da missão em Flandres, friamente calculada, ou movida pela paixão? Ou as duas coisas ao mesmo tempo? Algum nome de mulher teria passado pelos seus pensamentos – ele que parece ter sido sempre sensível às graças femininas?¹⁴²

Cabe a conjectura de que, no plano do cálculo, e consultados os dados conjunturais deve ter avaliado que seus préstimos de soldado seriam de alguma valia e de algum apreço, na previsível emergência que se avizinhava para o novo reinado português. Tanto mais que ele sabia ou, razoavelmente, presumia que sabiam em Portugal de seu íntimo conhecimento das forças de Castela.

Cabe também conjecturar que, no plano da paixão, pode ter imaginado a oportunidade da desforra, pois, combatendo pelo Bragança, o sentimento da honra profundamente ferida teria ocasiões de vingar-se da intolerável insolência castelhana, representada sobretudo na figura do conde-duque de San Lúcar, d. Gaspar de Guzmán, também dito de Olivares.

É possível que se julgasse credor de serviços prestados à Casa de Bragança, e que sejam mesmo verdadeiras as suas alegações de anos mais tarde – e que efetivamente tenha protegido os principais nomes portugueses nas entrevistas com o Conde Duque.

Vista em retrospecto, porém, sua decisão de regressar a Portugal parece, no plano pessoal, um vastíssimo erro de cálculo.

Toda a história de vida de DFM a partir de 1641 será a biografia de um erro, e de como, desse erro da maior gravidade, ele sairá, ao final, vinte anos mais tarde, um homem quebrado e alquebrado, mas ainda assim vitorioso. E como, desse erro, as letras portuguesas vão obter algumas de suas mais consumadas realizações.

3.1 A transição entre dois campos e a perspectiva da auto-justificação

Tentamos demonstrar até agora que a prisão e concomitante destituição de Dom Francisco Manuel do alto posto que alcançara no exército castelhano na Catalunha, em dezembro de 1640, resultam em grande abalo pessoal, responsável por uma revolta também pessoal (vale dizer, distinta da revolta e separação portuguesa deste ano), ao interromper a

¹⁴² Ver a propósito a carta 40, De ociosidade e galantaria, A um amigo retirado da corte, edição Morais Sarmiento das Cartas Familiares, cit., pp. 88-92, na qual brinca com os contrastes entre a cidade e a aldeia, e acaba por pedir ao amigo sugestão de noiva... “Se eu assi achasse uma criatura do meu tamanho, o que lhe bastasse de jeitosa, e o que lhe sobejasse de entendida (como agora, digamos, alguma que vós conheceis), então vos digo eu que faria meu emprego. Porque enfim, não posso negar que sou um de aqueles que quando o demo os toma uma vez, sempre lhes fica um jeito. Por vida tua, N., que lances lá tuas inculcas pelos teus arredores e me avises do achádego, que eu te darei achado; e tal pode ser o cômodo que te valha um tostão de cruz, taixa da cidade a quem dá casas honradas. Mas também pode ser tal, que te rogue muita infinda praga: percalços de todo fiel e infiel casamenteiro.”

carreira militar em plena ascensão e ao frustrar, em última análise, o projeto de vida construído no quadro da Monarquia espanhola. Uma revolta (ou pelo menos um profundo e persistente ressentimento) que vai se traduzir por uma historiografia de viés dissidente e crítico, referida sobretudo à Monarquia, vale dizer, ao marco ibérico, mais do que simplesmente português.

Neste sentido, a ordem de prisão que vem de Madri põe um ponto final nesta carreira, ainda quando se considera que Olivares manda libertá-lo, meses depois. Nem as desculpas do Conde Duque, nem a ‘cédula real’ de desagravo, atestando a lealdade do oficial português, nem as mercês e compensações que lhe são oferecidas, vão impedir o rompimento com a Monarquia e a deserção de Dom Francisco Manuel, a caminho da nova missão militar em Flandres.

Nesta postulação de uma revolta pessoal que se desata a partir do incidente em Tarragona (isto é, a chegada do correio com a notícia da secessão de Portugal e a ordem de sua prisão), a Restauração funciona como o ‘disparador’ da queda de Dom Francisco. As suspeitas do Conde Duque em relação ao oficial português se acendem com o Primeiro de Dezembro.

Ela também condiciona o seu rompimento. É lícito perguntar se DFM teria desertado das forças de Castela se não contasse com a possibilidade de se empregar no Portugal restaurado e, mais que isso, de refazer o seu lugar social em Portugal.

Mas, a rigor, a conclusão necessária a que somos levados, caso a hipótese de uma revolta pessoal se mantenha (e não haveria outra, senão o alegado patriotismo do escritor, para explicar o viés dissidente de seus escritos em relação à Monarquia), é que a Restauração não guarda relação causal direta e orgânica com essa revolta. Noutras palavras, não foi por patriotismo que Dom Francisco Manuel rompeu com Castela, mas porque fazia brilhante carreira de armas sob o estandarte de Castela e (por ironia da História), suspeito de lealdade a Bragança, teve a carreira injustamente interrompida.

O território das explicações

A transição que DFM faz entre dois campos inicialmente reunidos (na União Ibérica) e agora antagônicos (com a separação de Portugal) vai levá-lo, em razão dos dados de sua biografia recente, à necessidade de se justificar no campo de chegada – o do Portugal restaurado.

Com licença da obviedade, os valores até ali vigentes no Reino, a começar pela lealdade a Felipe IV, passam a ser vistos, no espaço da Restauração, com o sinal trocado.

A proximidade de DFM com Olivares, a partir das tratativas vinculadas à crise de Évora, em 37; sua exposição talvez excessiva, nas circunstâncias ingratas daquela crise, em estreita associação com a máquina repressiva castelhana¹⁴³; seu ‘alto vôo’ até o episódio catalão, no período 1637-40; e, ademais, o rastro de papéis que foi deixando pelo caminho e que denunciavam a estreita colaboração com o mais alto círculo da Monarquia, como a dedicatória da “Política militar” ao Conde Duque, e essa autêntica ‘certidão de lealdade’ a Felipe IV que é a ‘cédula real’ de desagravo, já em 41; não formavam, para dizer o mínimo, o perfil ideal de um súdito do novo regime português.

Tem-se o depoimento escrito de um partidário de Castela, o padre Antonio Seyner, coligido por Edgar Prestage, de que DFM, ao aparecer em Portugal, não foi visto ‘com gosto’ porque se julgava que fazia ‘dupla face’ e que, por esta razão, não lhe confiaram nunca ‘ni frontera ni vaso de pelear’.

Ele mesmo, na “Epístola declamatória” (1653), ao descrever sua chegada a Lisboa, à frente da Armada de socorro aprestada na Holanda, em 1641, registra, deste momento inicial de sua presença no espaço renovado da Restauração, a “mágoa da pouca mercê” que lhe fizeram, em contraste com os notáveis serviços já prestados antes mesmo do desembarque.¹⁴⁴ E embora tente persuadir o príncipe d. Teodósio, a quem endereça a “Epístola”, que foi recebido com demonstração de reconhecimento do povo de Lisboa, não consegue nomear senão meia dúzia de pessoas nesta recepção.¹⁴⁵

DFM vinha refazer em Portugal a posição social perdida em Castela – mas parece que ninguém o convidou para a nova fase do Reino, nem a sua vinda atendia a qualquer chamamento oficial – vale dizer, que para os restauradores era um aderente inesperado, talvez incômodo e indesejado, a ser mantido sob vigilância.

¹⁴³ Nas Alterações de Évora, cit., p. 129, ele se endereça a este ponto – associação com a máquina repressiva castelhana – com o claro sentido de se eximir. Fracassada a missão Linhares a Évora, DFM é incumbido de levar um relato da situação a Olivares, em Madri: “Fiz caminho à Corte, pela de Vila-Viçosa, como me era ordenado, & recebendo também novas ordens & cartas, entrei brevemente em Badajós; donde já o Duque de Béjar, & Dom Diogo de Cárdenas, esperavam o aviso que trazia, para que segundo as notícias, que de mi alcançassem, se dirigissem. **Mas eu logo lhes fiz certo, que a negociação, a que havia sido encaminhado, era muito diversa, da que lhes podia competir: & como para seu manejo, não levava ordem, nem cousa para algum movimento.(...)**” Béjar e Cárdenas eram os comandantes das forças que se preparavam para ingressar em Portugal e reprimir a revolta. Negritos nossos.

¹⁴⁴ Epístola Declamatória, cit., p. 118: “Chegando a Lisboa sem que me embaraçasse a mágoa da pouca mercê, que a minha fortuna consentiu se me fizesse, ou o pejo de haver tratado haverem-se sem efeito prometido; fui logo me ocupando nos pequenos empregos, que de mim se confiaram, mas sempre aspirando, que do bom procedimento que nelas tivesse faria escada para chegar aos mais altos.”

¹⁴⁵ Depois de referir a sua participação nos aprestos e condução da armada de socorro trazida da Holanda, anota: “(...) & com boa despesa conduzia este Reino, a quem foi tão grata a minha vinda, & principalmente ao povo de Lisboa, que o Juiz dela Antonio Monteyro com alguns da Casa dos Vinte e Quatro me foi ver & dar os emboras da vinda em nome desta Cidade, , cuja autoridade então representava.” Epístola Declamatória, cit., p. 118.

A listagem dos serviços que foi prestando entre 1641, momento de seu desembarque em Portugal, e o momento de sua prisão, em 1644, bem denuncia que o novo regime aproveitava ao máximo os seus préstimos e conhecimentos da arte militar (graças aos quais talvez se tolerasse a sua presença), sem contudo confiar-lhe – confirmando o depoimento de Seyner – “nem fronteira nem vaso de guerra”, nem comando direto de tropa.

A Segunda Queda

Entre setembro de 1641 e novembro de 44, quando tem início o longo encarceramento nas torres do Tejo, portanto, DFM pisava terreno movediço. Era talvez questão de tempo, uma nova queda, um novo desastre pessoal.

A fragilidade de sua situação política; o provável exaurimento e desatualização das boas informações que trouxera em 1641 da situação das Armas da Monarquia, passados três anos; a situação mais consolidada do Reino no campo militar, que tornava menos urgente o emprego de seus talentos; e talvez a simples oportunidade de ter ocorrido, no contexto de um adultério, um crime de sangue envolvendo ex-criado seu, despedido por mau comportamento, disposto a vingar-se; podem ter sido aproveitados pelos adversários e desafetos do escritor para apanhá-lo na trama do processo penal em que, segundo as acusações, seria o mandante.

Os serviços como argumentos

Embora o desaparecimento dos autos limite o estudo do processo às alegações que o escritor faz em defesa própria, conhecidas pelos memoriais que dirigiu a dom João IV e ao infante Teodósio, os argumentos de que se vale parecem indicar que um processo político tácito e nunca declarado estaria por trás daquelas acusações.

Com insistência e reiteradamente, essas peças de defesa trazem listas às vezes longas de serviços prestados à Casa de Bragança e ao Reino, encaminhados sempre a demonstrar e a comprovar a sua condição de “bom patrício e fidelíssimo vassalo”¹⁴⁶, serviços que remontam aos acontecimentos de Évora em 1637 e se estendem aos anos de prisão em Portugal.

3.2 Uma historiografia de revisão da experiência

O esforço de justificação de Dom Francisco no Portugal restaurado permeia também a sua historiografia, quase toda ela voltada para o período da União Ibérica, vale dizer, para os anos de sua formação e da carreira militar no quadro da Monarquia, e, nas suas realizações mais consumadas, para o crucial intervalo entre 1637, quando eclodem os motins alentejanos centrados em Évora, e 1640, que assinala o início do levante catalão e da campanha militar destinada à sua repressão.

¹⁴⁶ Epístola Declamatória, cit., p. 122.

Vale dizer que é uma historiografia voltada para a revisão de fatos mais ou menos recentes, intimamente vinculada nas suas temáticas e nos seus teores à experiência pessoal do escritor, na qual – nos termos da hipótese com que estamos trabalhando – combinam-se, com diferentes ênfases de obra para obra, as perspectivas ou vieses da oposição à Monarquia espanhola e da sua justificação pessoal perante os portugueses.

Assim, por exemplo, na “Guerra de Catalunha”, concluída e impressa ainda no primeiro ano de cárcere, em 1645, tendo por objeto acontecimentos de 1640 e 41, predomina o viés dissidente e crítico da Monarquia, com incidências apenas pontuais e acessórias de sua justificação.

Já nas “Alterações de Évora”, escritas em 1649, voltada para os motins alentejanos de 1637 e 38, ambas as perspectivas se verificam com pleno desenvolvimento e de forma combinada, para não dizer que se apresentam como interfaces do mesmo enviesamento. A oposição pessoal à Monarquia, por mais que não tenha sido motivada pela Restauração, serve-lhe afinal de munição para o discurso da justificação pessoal ou mesmo integra este discurso, como sua interface necessária.

Períodos da historiografia

Ora, como veremos adiante com maior detalhe, na breve recensão de suas principais obras de história, algumas fases internas podem ser observadas neste esforço de revisão, fases que parecem refletir as circunstâncias de sua situação pessoal.

Assim como as perspectivas mencionadas se combinam em cada obra com diferentes ênfases, também nessas fases de seus escritos verificamos a mesma combinação de perspectivas, conjugada às variações de ênfase.

Tais fases internas parecem refletir a maior ou menor necessidade sentida pelo escritor de justificar-se, de acordo talvez com o maior ou menor perigo a que estava exposto e com a maior ou menor esperança de que seus poderes persuasivos pudessem atenuar as asperezas do processo ou mover a clemência real. Vale dizer que é uma periodização marcada pelas diferentes ênfases com que se aplica ao seus escritos, digamos assim, o viés da auto-justificação.

Duas e talvez três fases acreditamos podem ser identificadas, segundo este critério, no corpo dos escritos históricos de Dom Francisco Manuel.

Revisão da história recente

Uma primeira fase compreenderia a revisão da história recente, empreendida pelo prisioneiro das torres do Tejo, incluindo a “Guerra de Catalunha”, o “D. Teodósio”, as

“Alterações de Évora”, o “Tácito Português” e ainda, na fase final deste período, a ‘problemática’ “Epanáfora Amorosa”, relativa à “Descoberta da Ilha da Madeira”.

Teríamos uma ‘curva de justificação’ inicialmente baixa, na “Catalunha” (1645); em seguida muita alta, incluindo peças da polemística como o “Ecco Político” (1645-46), o “Manifesto de Portugal” (1647), o “D. Teodósio” (1648) e as “Alterações de Évora” (1649); e finalmente atenuada, quase nula, com a perda de qualquer esperança de melhoramento do processo e com a pena de desterro já decida em caráter definitivo, correspondendo à “Epanáfora Amorosa” da “Descoberta da Ilha da Madeira” (1654), escrita por puro entretenimento ou desfastio, como declara na dedicatória.

Esta última é a sub-fase em que Dom Francisco volta-se para a obra estritamente pessoal (aliás nunca inteiramente abandonada, de que fazem prova os seus exercícios poéticos e de dramaturgia) e, por assim dizer, sonega os serviços de redação ao soberano indiferente à sua sorte, objeto aliás de passagens pouco lisonjeiras no “Tácito Português” (cerca de 1650). A rigor, as “Alterações de Évora” – destinadas a justificá-lo sobretudo mediante a demonstração de que toda a classe dirigente portuguesa, incluindo em primeiro plano o Duque de Bragança, ‘colaborava’ com o atual adversário castelhano – poderiam já pertencer a esta sub-fase, que incluiria também um “divertissement” como a “Carta de Guia de Casados” (1650), espécie de ensaio de auto-ajuda ‘avant la lettre’ que também é, em algumas passagens, crônica de costumes e micro-história.

Revisão dos anos de formação

A segunda fase da historiografia meliana corresponderia à atividade do desterrado na Bahia, voltada para a revisão dos anos de sua formação, e embora inclua uma única obra de história, a do “Naufrágio da Armada”, relativa à tragédia naval de 1627, pode ser que tenha assistido aos primeiros esboços da “Epanáfora Triunfante”, que tem por tema as guerras de resistência ao holandês no Nordeste brasileiro.

Na “Epanáfora Trágica”, vale dizer, no relato daquele naufrágio, o escritor se volta para os tempos de sua adolescência, quando recém iniciava a carreira de armas, relato que também é uma “relação de tempestades”, e que traçando o retrato de Manuel de Meneses, comandante da armada, espécie de figura paterna para o adolescente órfão de pai desde os dez, não poupa a iniquidade dos poderes de Madri de duras críticas.

Os anos de permanência no Brasil, conquanto breves, foram muito férteis do ponto-de-vista literário. Deste período é datado, sem margem de dúvida, um dos quatro “Apólogos Dialogais”, o “Escritório Avarento” – a dedicatória é assinada na “Bahia, em 13 de novembro de 1655”. Dois outros ‘apólogos’ apresentam datação provável destes mesmos anos: a “Visita

das Fontes” traz dedicatória sem data, na qual porém o escritor refere-se a si mesmo como “desterrado do mesmo desterro, me acho agora morador de umas praias desertas”; e o “Hospital das Letras”, endereçado ao superior de um colégio de religiosos que parece ser o dos Jesuítas soteropolitanos, “de um leito, 10 de setembro de 1657”, quando o escritor ainda se encontrava em terras brasílicas, embora sobre este ponto não se tenha absoluta certeza.

Dadas as muitas referências históricas e historiográficas dos três “Apólogos” mencionados, e dado ainda que neles se inscrevem, com nitidez, as perspectivas ibérica, dissidente e crítica, de um lado, e de justificação pessoal, do outro, pensamos que devam ser incluídos na periodização que estamos ensaiando para a historiografia.

A consolidação dos escritos

Uma terceira fase poderia ser identificada a partir da interrupção unilateral do desterro brasílico, outra faceta do protagonismo de Francisco Manuel de Melo, em data incerta, que Edgar Prestage conjectura ter sido em março de 1658, com base em carta datada da ilha de São Miguel, nos Açores, em 14 de junho do mesmo ano, na qual menciona que para lá chegar do Brasil fez “84 dias de molestíssima viagem”.¹⁴⁷

Em seu regresso a Portugal, onde já se encontra em 1659, vai rever, no plano historiográfico, com a redação da “Epanáfora Bélica”, a grande batalha naval das Dunas, ocorrida em 1639, da qual participara como comandante de um “tercio”, revisão que põe a nu a irracionalidade dos processos de decisão da Monarquia.

À véspera do Natal de 1659, quando preparava para o prelo o conjunto das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, conclui a “Epanáfora Triunfante”, relativa à “Restauração de Pernambuco”, que é a história da resistência dos súditos brasílicos e portugueses à ocupação holandesa do Nordeste, iniciada na vigência da União Ibérica. A erosão do império lusitano sob a Monarquia é aqui revertida pelos portugueses restaurados e pelos súditos brasílicos, terminando pela nota vitoriosa que significa também a vitória da Restauração.

Dois perspectivas, duas vertentes

Sugerimos acima que à medida que se prolonga o seu cativeiro nas torres do Tejo, o viés da justificação vai ganhando força, para depois arrefecer, e que diferentes fases podem ser observadas no interior de seu esforço de revisão historiográfica.

¹⁴⁷ A carta 534 (edição Morais Sarmiento), A Cristóvão Soares de Abreu, diz, na abertura: “Dias há, Senhor meu, que recebi uma carta de V. M. cuja resposta eu antes quisera dar que escrever, mas, quando mais perto de o fazer entendi que estava, ventos inimigos e inimigos como os ventos nos fizeram arribar nesta Ilha de São Miguel depois de 84 dias de molestíssima viagem. Eu a passei com pouca saúde, porque vim do Brasil sem ela, mas o agasalho do Governador desta terra, Luís Velho, fará ressuscitar os mortos quanto mais convalescer os doentes. (...)”.

Ora, a partir dos anos do desterro, mas remontando à redação das “Alterações de Évora” (1649) – um texto escrito em vida de dom João IV mas obviamente pensado para circular em algum momento do futuro (uma vez que representa e de certa forma denuncia o duque de Bragança na posição de leal súdito de Felipe IV, a inibir manifestações populares e de certa forma a negociar a repressão das alterações de Évora com as forças da Monarquia); um texto em causa própria, cuja redação implicou em abandonar a encomenda real da biografia de “D. Teodósio” (como se deduz da ‘Proposição’ da obra) – o esforço de justificação pessoal de Dom Francisco passa por uma mudança de qualidade.

Gradualmente, à medida em que se altera o quadro político no Reino, o escritor sai da mera posição defensiva, vale dizer, da posição desesperada e súplice de um réu que se deveria inocentar e reabilitar, para a posição afirmativa, de alguém que já visa à reconquista de um lugar social, como súdito de pleno direito, junto à sua classe, a boa nobreza lusitana, e do reconhecimento de sua condição de “bom patrício e fidelíssimo vassalo”.

Trata-se a rigor da retomada do movimento que o levou a buscar uma vida nova no Portugal restaurado, em 1641. Uma retomada cujas bases vão sendo lançadas cuidadosa e pacientemente, com a montagem de ampla rede epistolar, de que dão testemunho as “Cartas Familiares”, além das milhares de outras que alega ter escrito.

Este esforço ganha, a partir de seu desengano quanto às possibilidades de perdão real, os ares de uma aposta de tudo-ou-nada, marcada pela audácia, à qual não é estranha a interrupção do desterro, ou como ele mesmo diz, na carta endereçada dos Açores a Cristóvão Soares de Abreu, na linguagem dos naipes, “a mão é de perder ou ganhar o jogo”.

Embora também (com as “Alterações”) a “Epístola declamatória” (1653) integre, em nosso ensaio de periodização, uma primeira fase, correspondente ao esforço de revisão histórico-biográfica pelo prisioneiro das torres, o verdadeiro atrevimento de se dirigir ao infante e não mais ao soberano faz com que este derradeiro apelo à clemência possa ser inscrito nessa perspectiva, já construtiva e assertiva, de reconquista de uma posição. Contar a sua história ao infante, afinal, significava entre outras coisas investir no futuro. Ao partir para o exílio perpétuo no Brasil, talvez já fizesse cálculos para a volta.

Com essas considerações que por assim dizer re-qualificam o viés da auto-justificação, pensamos que as perspectivas da revolta e da justificação pessoal não apenas incidem combinadamente no interior das obras, oferecendo um critério de periodização ‘interna’ de sua historiografia, mas também organizam o conjunto dos escritos melianos em duas grandes vertentes, num sentido sincrônico e não mais diacrônico. Vale dizer que seria possível agrupá-los em duas categorias, conforme a perspectiva dominante.

Assim, o “Hospital das Letras”, concluído em seu desterro na Bahia, ao mesmo tempo uma revisão da produção literária de seu tempo, acerto de contas e explicação pessoal no plano das letras, e invenção de um espaço crítico no Portugal que recriava as suas instituições, poderia ser inscrito na vertente da justificação, já agora entendida como reconstrução da posição social, tanto por representar um notável serviço literário ao Reino como por tocar, uma a uma, as principais figuras da inteligência portuguesa coetâneas, ainda que sem maior lisonja ou vitupério, com precisas apreciações críticas.

Assim, os “Relógios Falantes”, outro dos “Apólogos Dialogais”, ao reinventar as rotinas sociais, mediante a ingênua brincadeira de adiantar ou atrasar os ponteiros, ‘corrigindo costumes’, ‘castigando poderosos’, pode ser visto como um exercício de subversão da ordem, e como tal inscrever-se na vertente da revolta e da crítica do poder. (E pensar que foi tratado como livro-texto escolar durante a ditadura salazarista).

Assim, finalmente, teremos híbridos indecisos entre as duas vertentes, como o conjunto das cinco relações reunidas em 1660 nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, as quais combinam em suas texturas as duas perspectivas ou vieses, e vão servir à causa da legitimidade de Bragança e da Restauração – vale dizer, como novo serviço que presta, justificando-o e preparando a reabilitação – e ao mesmo tempo como decisiva carta de reingresso de Dom Francisco na sociedade portuguesa, sem perder a qualidade de denúncia da opressão, da prepotência e da irracionalidade da Monarquia dos Áustrias espanhóis.

3.3 O “Argumento do Correio”, núcleo do discurso de justificação

A chegada de um correio de Madri em Tarragona com mensagens de Olivares ao marquês de los Vélez, simples incidente no dia-a-dia da campanha do exército castelhano na Catalunha, em dezembro de 1640, teria conseqüências extraordinárias para a vida e a obra de Dom Francisco Manuel. As cartas continham a notícia de que Portugal se declarava desobediente em relação a Felipe IV, e entre outras instruções traziam ordens para prender e despachar o oficial português de volta à Corte.

Se está correta a hipótese com que trabalhamos, o incidente de Tarragona, interrompendo bruscamente a carreira de armas do escritor, causará um abalo e uma revolta pessoal que vão levá-lo a romper com os poderes de Castela e a enviar os seus futuros escritos históricos com a perspectiva dissidente e crítica em relação à Monarquia.

Ora, este ponto final na carreira militar de DFM em Castela vai servir ao escritor como o ponto de partida para construir o mais importante argumento de sua justificação em Portugal, um raciocínio orientado no sentido de provar a sua lealdade ao Reino e à Casa de Bragança, que denominamos o ‘Argumento do Correio’.

Em sua versão essencial, o ‘Argumento’ combina os seguintes fatos ou alegações:

1. O correio que traz ao exército castelhano em campanha na Catalunha (com seu QG em Tarragona) a notícia da secessão portuguesa, em dezembro de 1640, esse mesmo correio traz as ordens de Olivares para prender e enviar a ferros a Madri o mestre de campo Dom Francisco Manuel. Trata-se, este primeiro elemento factual, do que se poderia chamar o ‘Incidente de Tarragona’.

2. As suspeitas de Olivares quando a um possível comprometimento de DFM com o Primeiro de Dezembro têm por base as informações tranquilizadoras que o oficial português lhe trouxe em 1637-38, por ocasião da crise de Évora, sobre o duque de Bragança e outras figuras da primeira nobreza de Portugal.

3. Quando o duque de Bragança aparece à frente do novo regime português, o Conde Duque junta os pontos, conclui que foi enganado por DFM em 1637 e ordena a sua prisão ou, o que é a mesma coisa, o seu imediato afastamento do alto comando das forças enviadas para reprimir o levante catalão.

Trata-se de um raciocínio que o representa como vítima da própria lealdade. Se caiu em Castela em 1640 foi porque foi leal a Bragança em 37. Ao ser leal a Bragança em 1637 sujeitou-se ao risco de parecer desleal em Castela, o que efetivamente acontece em 40. Ao derrubá-lo de seu alto posto no exército da Catalunha, o próprio Olivares conferiu-lhe uma certidão, isto sim, de lealdade ao Reino.

Nem uma palavra, naturalmente, sobre o repentino impulso que tomou sua carreira a partir da primeira entrevista, em 37, com o Conde Duque. Nenhuma palavra sobre o fato de que as próprias circunstâncias de sua queda, para não dizer a própria queda, além do pedido de excusas de Olivares depois dela, além da ‘cédula real’ emitida em seu desagravo, indicavam a sua importância para Olivares até aquele momento. Como poderia ter alcançado essa altura, senão por um rápido ascenso, um ‘alto vôo’?

Ora, no esforço de revisão deste período histórico decisivo, o escritor produziu nada menos do que sete versões de sua queda, variações sobre o mesmo tema às quais podemos acrescentar uma oitava, a que se depreende da ‘cédula real’ produzida em março de 1641, na verdade a primeira de todas, feita no calor da hora, possivelmente ditada pelo escritor, cujos traços essenciais já assinalamos, entre eles a admissão feita em nome de Felipe IV de que:

(...) estandome **sirviendo en el ejercito de Catalunia, fue traído de orden mia a esta Corte, sin que contra el aya resultado culpa alguna**, antes le he mandado hazer diferentes mercedes, y **respecto de averle mandado traer preso en ocasion del**

levantamiento del Reino de Portugal, y que personas de dañada intencion podran adelante intentar poner dolo en su reputacion, me ha suplicado le haga merced de mandar declarar la satisfacion con que estoy de la fidelidad con que siempre ha servido, y procedido em todo. (...) ¹⁴⁸

A conexão causal entre a “ocasião do levantamento do Reino de Portugal” e o fato de ter sido ‘trazido por minha ordem a esta Corte’, pode-se considerar portanto como estabelecida, uma vez que certificada por quem ordenou a prisão.

A construção do Argumento

Gradualmente, nas versões do próprio escritor, assistimos à construção do “Argumento do Correio”, com nitidez e ênfase maiores ou menores, seguindo aproximadamente a ‘curva de justificação’ proposta acima.

A primeira referência a um de seus elementos, o ‘incidente de Tarragona’, aparece no contexto do ‘Libro cuarto’ da “Guerra de Cataluña” (Lisboa, 1645). Ali, Dom Francisco refere-se à sua prisão em terceira pessoa, e sem sequer nomear-se.

[131] Con estrañeza y admiración fue recibido en el ejército este gran suceso de Portugal, y aunque pareció más grande en la variedad y recato con que se trataba, poco después se conoció en señales exteriores, **habiéndose preso por órdenes secretas** algunas personas de aquella nación y **alguna de estimación y partes que se hallaba en el ejército, cuya gracia cerca de los que mandaban la pudo hacer más peligrosa.** ¹⁴⁹

O motivo de sua prisão seria portanto o de que a “gracia” de que gozava sua pessoa, vale dizer, o prestígio ou então a influência junto aos que mandavam no exército, “poderia torná-la mais perigosa”. Essa observação deve ser relacionada a uma passagem anterior, dois parágrafos antes, na qual, abertas as cartas trazidas pelo correio de Madri, se recomendava ao marquês de los Vélez guardasse reserva sobre a notícia da emancipação de Portugal, de modo a não “causar alguna inquietud en los muchos portugueses que se hallaban sirviendo en aquel ejército” ¹⁵⁰.

O que é ainda mais notável: o próprio ‘incidente de Tarragona’ é construído de forma incompleta. Não se tem ainda a simultaneidade da chegada da notícia da secessão de Portugal e da ordem para prendê-lo. A própria narrativa distancia os dois eventos mais tarde expressamente construídos como concomitantes. O correio chega no parágrafo 127. A prisão

¹⁴⁸ História de los movimientos... y guerra de Cataluña, cit., entre as pp. 208 e 209.

¹⁴⁹ Idem, p. 319.

¹⁵⁰ Idem, 315.

ocorre no 131, depois de uma bem longa digressão no 130 sobre a União Ibérica e o movimento que resulta no Primeiro de Dezembro. É verdade que no 129, além de recomendar reserva a los Vélez, o rei ‘ordenábale muchas cosas sobre este caso’, entre as quais poderia constar também a ordem de prisão, mas o escritor ainda não reúne no mesmo ato ou fato da chegada do correio os dois conteúdos.

O argumento no “Teodósio”

A segunda versão do “Argumento do Correio”, ainda incompleta, aparece no “Prólogo” da biografia de D. Teodósio, duque de Bragança, pai do Restaurador, datada de 1648 no manuscrito. Nestas linhas iniciais, DFM dirige-se a dom João IV.

Senhor:

(...) Ergueu Deus a Vossa Majestade em seu estado, e o assentou ainda mais alto no trono dos seus predecessores; e logo, dos próprios ecos que soaram pelas províncias estranhas em confirmação desta maravilha, respondeu algum em meus sucessos com não pequeno efeito. **Na mesma carta em que el-rei D. Felipe deu parte a seu exército da subida de Vossa Majestade ao trono, ordenou ele ao seu general fosse eu preso e remetido à corte castelhana, como o fui, com notório risco e vitupério.** Ora quem fez se arrecesse aquele poderoso elefante deste pequeno e desprezado animal? Salvo se **foi o espírito que nas palavras e obras reverberava** e vivo permanece no zelo da Pátria e estabelecimento de seu Príncipe verdadeiro. Porém, depois de conseguida a liberdade, qual seria o primeiro fruto dela? Vir entregá-la espontaneamente a Vossa Majestade e neste curto dom oferecer-lhe, com a vida, os poucos talentos de que é dotada. (...) ¹⁵¹

Já se tem aqui configurado com nitidez o ‘incidente de Tarragona’, até com certo exagero, pois os conteúdos – Restauração de Portugal e ordem de prisão de Dom Francisco – aparecem “na mesma carta”, vale dizer, ainda mais proximamente reunidos do que se trazidos pelo mesmo correio. Por outro lado, a causa da prisão, dada com certa objetividade na “Guerra de Cataluña” (o receio de que, com o advento da ‘desobediência’ portuguesa, a influência de DFM sobre o comando do exército pudesse tornar-se danosa), dissolve-se agora em ‘revérberos’ patrióticos. Note-se também que isto significa ocultar a preeminência e o alto posto que ocupava junto àquele comando.

O argumento no “Primeiro Memorial”

¹⁵¹ D. Teodósio II, segundo o códice 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda. Tradução e prefácio de Augusto Casimiro. Pág. 30. Porto: Livraria Civilização Editora, s.d. [1944]

Em dois dos três escritos seguintes, já aparece o ‘Argumento’ inteiramente delineado. São eles a “Epanáfora Política” das “Alterações de Évora”, de 1649, e os dois “Memoriais” endereçados ao rei, o primeiro dos quais presumivelmente do mesmo ano de 49 (pois se declara preso havia cinco anos) e o segundo, de acordo com Edgar Prestage, a partir de indicações contidas no próprio texto, de inícios de 1650.¹⁵²

Não se conhece a exata seqüência em que foram escritos as “Alterações e o “Primeiro Memorial”. Quanto a este, Prestage, que o descobriu e publicou como documento de abertura dos anexos de seu “Esboço Biographico” (Coimbra, 1914), anota não ter certeza se foi efetivamente entregue a d. João IV.¹⁵³

Neste “Primeiro Memorial a D. João IV”¹⁵⁴, depois de expor longamente os fatos e argumentos do processo criminal a que respondia, Dom Francisco traz ao rei e aos “Senadores, por sua Majestade consultados”, as razões de merecimento pelas quais faria jus a um perdão. Entre essas, de passagem, menciona os serviços passados e os que ainda poderia prestar, caso se agravasse a situação militar de Portugal. Entre aqueles, estão, como ‘padecimentos’, os fatos de 1640:

(...) Pode advertir-se em como tenho ocupado o tempo destes meus trabalhos, defendendo, da maneira que me é possível, a honra do Rei e Reino, publicando livros em serviço do Príncipe e da Pátria, não inúteis ao crédito de ambos.

É digno de memória **o que padeci pela pública confidência que sempre observei ao serviço de V. Majestade, sendo preso em Castela, e sendo o primeiro Português que pela Fé de Portugal padeci vitupério e risco do último perigo.**

¹⁵² Segundo Prestage, *Esboço Biographico*, cit., pp. 185-186: “O processo de D. Francisco Manuel deve existir no Arquivo do Tribunal da Relação de Lisboa, mas até agora os esforços por nós empregados para encontrá-los têm saído baldados. Não há sinal dele, infelizmente, fazendo portanto muita falta. Na sua ausência o biógrafo tem de socorrer-se, no que diz respeito à prisão do eminente escritor, às informações dadas por ele, isto é, principalmente aos dois *Memoriais* dirigidos a El-Rei D. João IV e à *Epístola Declamatória*. Mas num litígio é de justiça elementar ouvir ambas as partes, e aqui temos só a defesa; precisamos de lembrar isto ao julgarmos dos méritos do caso. Não é nossa tenção advogar a causa de D. Francisco, mas só expor a verdade dos fatos, porque ambicionamos esboçar uma vida e não tecer um panegírico. Todavia é digno de registro que onde tem sido possível conferir as informações dadas por ele com os documentos oficiais, estes quase sempre confirmam aqueles, e estamos inclinados a aceitar a relação dos fatos por ele mencionados como merecedora de fé. Feitas estas considerações, só temos a dizer que o *Memorial* a El-Rei D. João IV, aqui pela primeira vez publicado, foi escrito quando D. Francisco tinha cinco anos de prisão, isto é, em 1649; que o Memorial publicado por Camillo Castello Branco é dos princípios de 1650, como se vê pelo conteúdo; e que a *Epístola Declamatória*, redigida no Castelo, deve datar de 1653, pois o autor diz nela haver sido preso há nove anos.”

¹⁵³ Afirmção contida na primeira nota de rodapé da mesma p. 186: “Não se sabe se chegou a ser entregue ao Rei”. Argumentamos adiante que a *Epístola Declamatória*, a despeito da declaração de DFM de haver sido preso havia nove anos, deve ter sido escrita em 1652: a *Epístola* foi escrita depois de um 19 de novembro, aniversário da prisão, e o príncipe vem a falecer em maio de 1653.

¹⁵⁴ Prestage, *Esboço Biographico*, cit., p. 423.

Fui depois solto pelo favor de Deus, e com mercês daquele Rei despachado: **tudo deixei e deixarei mais por servir a V. Majestade e ajudar com os meus pobres talentos a defesa da terra em que nasci**, e em que me não deixam viver.

Inaudito rigor será por certo que ao tempo que me era lícita a esperança de repousar dignamente em minha Pátria dos trabalhos por ela padecidos, sejam agora poderosos contra os afetos da razão, alguns da sem-razão, para me fazerem ir acabar a vida miseravelmente entre bárbaros, e peregrinar por terras estranhas.

Pode sobre o mais vir à lembrança que estamos em tempo em que tal ocorrência podia acontecer em que este próprio homem, agora perseguido, e lançado dentro os mais, fosse muito desejado, ainda dos mesmos que o perseguem. (...) ¹⁵⁵

O que há de novo em relação aos escritos anteriores, quanto ao ‘Argumento do Correio’, é a apresentação de sua queda em Castela em 1640 como um dos tantos serviços prestados ao então duque de Bragança e agora rei, e o nexos causal mais claro entre a “pública confiança que sempre observei ao serviço de V. Majestade” e o ter sido “preso em Castela”. Também aparece pela primeira vez (se o “Memorial” foi escrito antes das “Alterações de Évora”) a reivindicação de ter sido “o primeiro Português que pela fé de Portugal padeci etc”.

O argumento nas “Alterações de Évora”

Nas “Alterações de Évora”, a mais importante e desenvolvida peça de auto-justificação, ao mesmo tempo que de acusação da Monarquia castelhana nos marcos de um exercício historiográfico, objeto de nossa detida análise em outra parte do trabalho (Anexo I), os acontecimentos de 1637 (que se prolongam pelos primeiros meses de 1638) são expressamente relacionados à queda na Catalunha em 1640 em dois momentos narrativos vizinhos, a saber, ao final da missão Linhares a Évora (parágrafo 146) e, de volta à Corte, na segunda entrevista com o Conde Duque (147) e na digressão que se lhe segue (148).

Vejamos o primeiro momento. Fracassada a missão Linhares a Évora, o conde de Linhares, por quem DFM tinha sido escolhido – nesta versão – para acompanhá-lo ao foco dos motins populares, decide sair rapidamente de cena e retirar-se para Lisboa, de modo a comprometer-se o mínimo possível, e deixa para Dom Francisco a missão ingrata de, voltando a Madri, informar o Conde Duque do fracasso das negociações.

[146] (...) Desta maneira resoluto, escreveu a elRey, e ao Valido com singular moderação, & não pouca destreza: *Escusando-se de ser autor de qualquer notícia: por que depois se lhe não pedisse conta, do que dissera, ou deixara de dizer.* Como a mim (anos depois) me foi pedida; & com prisão, desterrros, & trabalhos, castigado o silêncio que

¹⁵⁵ Prestage, Esboço Biographico, cit., Documentos, Doc. número 1, p. 427.

guardei, sendo voltado à Corte; adonde o Linhares me despachou, remetendo tudo, por meu mal, à informação que eu desse a elRey, & Conde Duque. (...) ¹⁵⁶

Note-se que DFM adianta que “anos depois” ele pagará “com prisão, desterros, & trabalhos (...) o silêncio que guardei, sendo voltado à Corte”.

A caminho da Corte, faz escalas em Vila Viçosa, onde recebe “novas ordens & cartas” do duque de Bragança, e em Badajoz, onde passa em revista as forças ali reunidas para a operação punitiva em território português. Ambas as escalas são importantes para o seu esforço de justificação, de modo a livrá-lo da suspeita de ter levado informações contra o duque e contra o Reino, num momento extremamente delicado. Trata-se da véspera da primeira entrada de um exército castelhano, de armas desembainhadas, em Portugal, desde a expedição do duque de Alba em 1580.

[147] Fiz caminho à Corte, pela de Vila-viçosa, como me era ordenado; donde informei do mesmo, que já ali se entendia, & recebendo também novas ordens, & cartas, entrei brevemente em Badajós; donde já o Duque de Béjar, & Dom Diego de Cárdenas, esperavam o aviso que trazia, para que segundo as notícias, que de mi alcançassem, se dirigissem. Mas eu logo lhes fiz certo, que a negociação, a que havia sido encaminhado, era muito diversa, da que lhes podia competir: & como para seu manejo, não levava ordem, nem cousa para algum movimento. Ordenaram-me, contudo, visse o exército; só em nomes, & cabos copioso: o mais, pouca gente bisonha, & violentada. (...) ¹⁵⁷

O mesmo parágrafo se prolonga para dar conta da segunda entrevista de DFM com o Valido, verdadeiro interrogatório sobre ‘as forças dos povos, o aparelho das Armas, e a observação dos ânimos’ (como vai dizer na “Epístola declamatória”). Vale transcrevê-la na íntegra, compreendendo também o parágrafo seguinte (148), tanto pelo retrato que produz do Conde Duque como para reconhecer o auto-retrato do escritor, em situação decisiva para a sua justificação perante o Portugal restaurado.

[147] (...) **Arribando porém a Madrid, em poucos dias, cheguei à presença do Valido, que com assaz destreza, procurava animar-me a informá-lo, sem algum receio. Foram sutis, & intrincadas as perguntas.** O Conde tinha alto engenho, & eloquência: pedia tudo a ocasião todas (sic) encaminhadas à observação do ânimo dos Grandes do Reino, & agora com respeitos da autoridade, agora com força de argumentos, alguma vez

¹⁵⁶ Alterações de Évora, cit., p. 128.

¹⁵⁷ Idem, p. 129.

com promessas, & alguma com severas demonstrações, armou laços a minhas palavras: referi o sucesso, despedido de todo o discurso, por não fazer ofensa, com minha ignorância, ou malícia, a alguma verdade. Porém, quanto o Conde Duque via em mi maior cautela (que eu sempre lancei à parte da insuficiência) com maior eficácia me inquiria; como acontece ao Confessor sábio, quando o Penitente é ignorante. **Não ficou sujeito em Portugal, de aqueles que podiam ter parte na direção pública, sobre quem me não fizesse particular exame, mas donde mais se lhe conhecia desejo, de investigar suas ações, era quanto à Casa de Bragança, ao Marquês de Ferreira, & Conde de Vimioso.** Do primeiro falava sempre com cautelosa veneração, & dos dous com palavras, que bem mostravam as ruins suspeitas, que havia no ânimo donde saíam. **Da resposta que então lhe dei, me formou (como já disse) culpa, três anos depois: tão fiel depósito era seu peito, das importantes palavras!** Seja-me lícito este breve desvio, pois me toca de tão perto.

[148] **Fui o primeiro Português, que em Castela padeceu pela fé do Reino; & vindo preso à Corte, desde Catalunha (em cujo exército me achava servindo, não inutilmente)** já depois de qualificado meu procedimento, por ocultas diligências, & quatro meses de prisão áspera, fui solto, & conduzido à presença do Conde Duque; o qual vendome, se antecipou a falar-me estas próprias palavras: *Ea Cavallero, ello ha sido un error, pero error con causa. Bien se acordará lo que me dixo en el Pardo; pues para que pudo ser bueno, acreditar tanto acciones contingentes? No se ve quales se nos bolvieron su N. y su N. y su N.[?]* A austeridade histórica, bem perdoará descer a cousas tão particulares. Como vemos ser lícito, aos que navegam por largas viagens, quando chegam à Pátria, gozar sem repreensão em suas casas do ócio, ou descanso, que seu trabalho lhes faz justo: da mesma sorte é decente aos Autores, poderem sem agravo da narração, fazer memória de suas cousas particulares, quando com elas encontram em seu próprio assunto.

Agora atando o fio da história. Prosseguia o Conde Duque suas interrogações, & quando chegou a perguntar a causa da escusa dos Procuradores Populares, contra todo o artifício, mostrou grande indignação; como aquele que se havia empenhado sobejamente em prometer, ou desejar sua vinda. Logo como a natureza faz, que sigam as palavras, o passo dos pensamentos, assi como em seu ânimo ia passando da ira, ao propósito da vingança, assi **passou a perguntar pelas forças, & disposição, com que se achava o exército da Estremadura.** Informei-o, segundo o que sentia: dizendo-lhe: *Que o exército era pequeno; mas que para a moderação, & descuido, em que os Portugueses se achavam, muito inferiores forças, seriam excessivas.* Então recebendo de mi as cartas, que levava, & prometendo-me os interesses de meu aumento, fui despedido de sua presença, & da intervenção, que tive em todo este negócio, sendo o que manifesto; em o qual, suposto que até seu fim não tornei a ser ocupado, nem por esse desvio me escusei à sua observação: tanto pelo julgar importantíssimo à Nação Portuguesa, quanto porque tinha eu nele, mais que a parte comum, os passos, perigos, & dispêndios, que já me havia custado.¹⁵⁸

¹⁵⁸ Alterações de Évora, cit., pp. 129-132. Itálicos no original. Negritos nossos.

Todos os elementos do “Argumento do Correio” acham-se reunidos nas passagens transcritas: 1. A queda na Catalunha em 1640 (aqui referida sem menção ao Incidente de Tarragona – a chegada do correio – mas já aos seus desdobramentos, o ter sido trazido preso à Corte, os meses de prisão em Madri e a terceira e última entrevista com Olivares); 2. Os informes enganosos que, sobre a verdadeira posição do duque de Bragança e outros nomes da alta nobreza, deu a Olivares em 1637 (na verdade, já em 38); e 3. As suspeitas formadas pelo Conde Duque, as quais, agora admitidas pelo próprio Valido como nascidas daqueles informes enganosos, resultam na decisão de mandar prendê-lo.

Vale assinalar o esforço de justificação que, presente em toda a “Epanáfora Política” e por assim dizer ditando a sua elaboração, incide fortemente sobre os episódios em tela, decisivos para a comprovação de sua lealdade ao mesmo tempo que de seu envolvimento nos liames de uma situação comprometedora.

Trata-se para ele de demonstrar aos leitores portugueses restaurados que comportou-se como ‘bom patricio e fidelissimo vassalo’¹⁵⁹ de Bragança ainda quando todas as aparências conspirassem para retratá-lo como um delator a serviço do Conde Duque.

Primeiro, não escolheu levar a Olivares as informações sobre o fracasso das negociações em Évora (dado sem maior relevância, mas que ele aproveita para reafirmar-se inocente). Depois, ao passar por Vila Viçosa, nada disse de novo que lá não se soubesse sobre as mesmas negociações (outro dado a rigor irrelevante, mas que lhe serve para desviar o foco de uma provável ‘observação dos ânimos’ a ser informada posteriormente ao Conde Duque). Em seguida, junto ao comando das forças reunidas em Badajoz, nada disse que pudesse facilitar o ingresso das armas castelhanas em Portugal ou comprometê-lo e aos portugueses na operação repressiva então preparada.

Finalmente na entrevista com o Conde Duque, já na Corte, por mais que o Valido ‘armasse laços a minhas palavras’, repassou tais informações sobre a Casa de Bragança, o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso, que “da resposta que então lhe dei, me formou (...) culpa, três anos depois”. E quando Olivares “passou a perguntar pelas forças, & disposição, com que se achava o exército da Estremadura”, sua resposta é igualmente a de um bom e leal português: “Informei-o, segundo o que sentia: dizendo-lhe: *Que o exército era pequeno; mas que para a moderação, & descuido, em que os Portugueses se achavam, muito inferiores forças, seriam excessivas.*”

Voltamos a encontrar a fórmula inaugurada no ‘Primeiro Memorial’.

¹⁵⁹ Expressão colhida na Epístola Declamatória.

Lá, como vimos acima, ele dizia: “É digno de memória o que padeci pela pública confiança que sempre observei ao serviço de V. Majestade, sendo preso em Castela, e sendo o primeiro Português que pela Fé de Portugal padeci vitupério e risco do último perigo.”¹⁶⁰

Agora, nas “Alterações de Évora”, ele diz: “Fui o primeiro Português, que em Castela padeceu pela fé do Reino; & vindo preso à Corte, desde Catalunha (em cujo exército me achava servindo, não inutilmente) já depois de qualificado meu procedimento, por ocultas diligências, & quatro meses de prisão áspera, fui solto, & reduzido à presença do Conde Duque etc”.

Note-se também, nesta passagem decisiva das “Alterações”, que DFM minimiza a importância de seu posto no exército castelhano em operação na Catalunha (“em cujo exército me achava servindo, não inutilmente”); e, ainda, que no esforço de auto-justificação, primeiro refere (146), sobre os informes levados a Olivares na crise de Évora, “o silêncio que guardei”, para, no relato da entrevista admitir (147) que alguma coisa precisou dizer, pois, “Da resposta que então lhe dei, me formou (como disse) culpa, três anos depois etc”. Devemos entender, claro, que a primeira referência diz com as omissões e silêncios do que então disse ou deixou de dizer ao Conde Duque. Mas esta ligeira contradição compõe o viés da justificação que estamos tentando capturar.

O argumento no “Segundo Memorial”

O chamado ‘Segundo Memorial a d. João IV’ seria datável, segundo Prestage, “dos princípios de 1650, como se vê pelo conteúdo”; ele é “segundo” em relação ao que talvez seja o seu rascunho, muito mais curto, aliás descoberto e publicado pelo mesmo Prestage nos anexos de seu “Esboço Biográfico”, e que examinamos acima, em busca da versão do “Argumento do Correio”.

O texto de que se dispõe do ‘Segundo Memorial’ é o que o escritor Camillo Castello Branco transcreveu, de manuscrito que diz ter possuído, nas linhas introdutórias – o “Prefácio Biográfico” – com que apresenta a edição de 1873 da “Carta de Guia de Casados”, uma das numerosas edições que este autêntico ‘best-seller’ de Dom Francisco Manuel tem merecido desde o século XVII.¹⁶¹

É bem possível que Camillo tenha feito retoques no original, de maneira a facilitar a leitura, multiplicando parágrafos nos grandes blocos de texto que assinalam em geral o estilo

¹⁶⁰ Prestage, *Esboço Biographico*, cit., Documentos, Doc. número 1, p. 427.

¹⁶¹ Compulsamos a edição Camillo em tiragem ou versão de 1898: *Carta de Guia de Casados (...)* Nova edição, com um prefácio biographico enriquecido de documentos ineditos por Camillo Castello branco. Porto: Livraria Chardron, 1898. O ‘prefácio biographico’ estende-se entre as pp. 5 e 54. O ‘Memorial a El-Rei D. João IV N.S.’ trasladado por Camillo ocupa as pp. 10-41.

de Dom Francisco. Outra possibilidade é que DFM estivesse experimentando uma paragrafação mais leve e freqüente a essa altura, a exemplo do que faz na “Carta de Guia de Casados”, aliás escrita no mesmo início de ano.

O historiador Alexandre Herculano, que publicou excertos do mesmo documento na revista “Panorama” em 1640, considerou o Segundo Memorial “o mais eloqüente arrazoado, escrito na língua portuguesa”, além de “um modelo de veemência, sentimento e estilo”. Trata-se de um texto extenso, que ocupa, na edição de 1898 que examinamos, de pequeno formato, 30 páginas e meia.

A essa altura, já estava decidido o desterro de DFM no Brasil. Mas vê-se que o escritor, diante das dilações na execução desta sentença, ainda acalentava a esperança de alguma decisão superveniente por parte do soberano.

Um ano inteiro estive preparado para haver de ir ao Brazil (como se entendia): não foi V. Majestade servido que assim fosse. E com me ver ficar incertamente, haver gastado, e ter perdido o pouco que tinha de meu, nem por isso fiz a V.M. alguma lembrança, nem outra diligência; não se ouviu que eu neste caso me queixasse mais da minha fortuna.

Era obrigado a crer e sem dúvida cria, que no real peito de V. Majestade, se havia tomado comigo resolução justa, e conveniente.¹⁶²

A razão imediata para a redação de mais este apelo à clemência é, aparentemente, o agravamento de suas condições de prisioneiro. Teriam dito ao rei “que eu pretendia usar mal da confiança que de mim se fazia nesta prisão, e eu não desmereci, enquanto se passaram quatro anos que a gozei (...)”¹⁶³. Pode ser que este rumor tenha servido de pretexto para a nova tentativa de comover o insondável d. João IV.

Depois de se reportar ao seu processo e ao crime de que o acusavam, e depois de referir “as obrigações em que nasci, e em que vivi com a sereníssima Casa de Bragança”, compreendendo as linhas de parentesco que o vinculavam à Casa, DFM se propõe a representar ao rei “minhas ações, por ver se d’alguma d’elas fui contra aquilo que devia” e dedica em seguida toda uma terça parte do documento – o terço central, aproximadamente – à listagem dos serviços que comprovavam sua lealdade à Casa e ao Reino, remontando à crise das alterações alentejanas de 1637.

Os serviços prestados ao então duque de Bragança formam o primeiro elo de mais uma reiteração do ‘Argumento do Correio’.

¹⁶² Carta de Guia de Casados, cit., Prefácio Biográfico, Memorial, p. 36.

¹⁶³ Idem, p. 37.

Senhor:

(...)

Não deixará V. Majestade de se lembrar que no mesmo tempo em que outros lhe faltaram, faltando as grandes mercês e benefícios, eu próprio, este mesmo caluniado, e perseguido D. Francisco, só pela mercê de se lembrar V. Majestade para se servir de mim, me dispus de todo o ânimo a fazê-lo na maior, e mais importante ocasião, e negócio, que à Real causa de V. Majestade havia acontecido.

Vive Antonio Pereira que era então agente de V. Majestade na corte de Madrid, por cujas mãos V. Majestade foi servido dirigir-me as ordens, como me devia empregar naquela ação, quando no anos de 1637 sucederam neste Reino as alterações de Évora. Creio também é vivo um Matheus Álvares que a V. Majestade servia nestas jornadas, e as fez várias vezes à corte, e a minha pousada, levando, e trazendo segredos, e confianças.

Não tinha V. Majestade a esse tempo outro criado em Madrid, que Antonio Pereira, e tinha – como é de crer – muitos êmulos, muitos fiscais, e muitos olheiros para as suas ações.

Satisfiz eu segundo meu pouco cabedal, a grande honra que V. Majestade me havia feito, dando cartas, e informações ao Rei, valido, e ministros; avisando a V. Majestade dos secretos, e expedientes, que se tomavam nas juntas e conselhos, acerca daquele negócio, conforme o observava, e por minha indústria podia alcançar dos ministros com quem tinha suficiente entrada; serviu-se V. Majestade agradecer-m'o por carta de 20 de ___ 1637.

Nada tomou do instrumento o bom sucesso. E nem por eu ser inferior a tamanha causa, deixa de ser presente a V. Majestade e ao mundo, como se acertou em tudo o que convinha.

Sei que se deve à prudência com que V. Majestade o dispôs, não à diligência com que eu o solicitei. Mas nem por isto deixa de conhecer-se qual foi meu ânimo, e a minha diligência.

Pois, Senhor, que prêmios? que vantagens? que interesses me obrigaram a padecer tanto, como devia então: E agora quando incomparáveis os podia esperar das Reais mãos de V. Majestade – quem fez que me desobrigasse de os merecer? ou como depois os desmereci?

Foi mandado o conde de Linhares a Évora, e eu em sua companhia a Vila Viçosa, com aquele fim que se podia esperar pudesse ter então em seus desígnios a corte castelhana dirigida por um ministro industrioso, e político, qual era o conde duque.

E que era eu então, senão um requerente, que em tudo dependia do bom semblante de ministro tão poderoso?

Tão pouco a idade me favorecia. A honra supria por tudo.

Por ventura **o galardão que podia esperar de comprazer àquele ministro, os sinais de que ele não dissimulava, de desejar lhe revelasse alguns segredos dos que**

passavam neste reino, foram bastantes para me meter nos beijos outras razões, que aqueles que me ditava a obrigação, e o amor que tinha, e guardei sempre à real pessoa de V. Majestade e a seu estado.

Se eu o finjo, se agora vã-mente o alego a V. Majestade por serviço, fale por mim o efeito.

Haverá, Senhor, quem pese em justa balança este serviço e este procedimento com os dos que mais na feliz aclamação de V. Majestade se adiantaram, que deixe de ter estas provas por muito iguais à daquela fidelidade?

Não se sabe que o ser católico em Inglaterra, é maior fineza, que o ser cristão em Roma? **Ser português entre os castelhanos**, há quem diga que é menos do que ser português entre os portugueses?

Viu-se bem o efeito; porque apenas chegou a Castela a nova da aclamação felicíssima de V. Majestade quando por primeira diligência me mandou prender el-rei D. Felipe à Catalunha onde estava servindo com bom lugar e aplauso.

Nenhum outro motivo teve aquela desconfiança, que as informações que poucos tempos antes eu havia dado na corte acerca dos ânimos de Portugal, pois principalmente daqueles que nas ocasiões da passada suspeita me foram mandados observar.

V. Majestade sabe quais eram, e Deus sabe se m'ò pagaram. Quis-me Deus salvar a vida para empregar melhor os riscos dela no serviço de V.M. a quem não tardei em oferecê-la; mais que o que se tardou em me darem liberdade.

Quão alheios são, Senhor, estes passos, de poder esperar por eles o cativo, a injúria, e a miséria daquela mesma vida?

Soltaram-me, e não sem prêmio, e honra, como constou a V. Majestade, pelos despachos que pus – quando vim – nas mãos reais de V. Majestade.

Acaso cuidei, ou duvidei, se havia de vir logo entregar essa liberdade que gozava no império de V. Majestade? Não, por certo. O primeiro fui, que rompendo dificuldades, e deixando cômodos, vim a este reino.

Antes de chegar a ele comecei a servir a V. Majestade, pois, entrando nos estados de Holanda, fui ali encarregado em nome de V. Majestade pelo embaixador Tristão de Mendonça do governo daquela armada que ele lá prevenira para socorro deste reino.

Governei-a, e a conduzi a Lisboa etc etc (...).¹⁶⁴

À exceção das “Alterações de Évora”, o ‘Segundo Memorial’ apresenta a mais extensa elaboração, até agora, da missão de justificação do duque de Bragança em Madri, por ocasião da crise de Évora. À diferença das “Alterações”, DFM dirige-se aqui ao soberano, e dá-se ao imprudente atrevimento de lembrar a dom João IV que o assistiu numa hora de fraqueza:

¹⁶⁴ Idem, pp. 19-23. Negritos nossos.

Não deixará V. Majestade de se lembrar que no mesmo tempo em que outros lhe faltaram, faltando as grandes mercês e benefícios, eu próprio, este mesmo caluniado, e perseguido D. Francisco, só pela mercê de se lembrar V. Majestade para se servir de mim, me dispus de todo o ânimo a fazê-lo na maior, e mais importante ocasião, e negócio, que à Real causa de V. Majestade havia acontecido.

A mesma nota se repete poucas linhas adiante:

Não tinha V. Majestade a esse tempo outro criado em Madrid, que Antonio Pereira, e tinha – como é de crer – muitos êmulos, muitos fiscais, e muitos olheiros para as suas ações.

Novidade também é o retrato que DFM faz de si mesmo, assinalando, num raro traço de auto-referência ‘física’, a sua juventude ao tempo das alterações (contava então 29 anos incompletos). Veja-se também que ele se deixa surpreender na condição de “um requerente”, inteiramente à mercê “do bom semblante” do Valido. Mas a obstinada lealdade a Bragança o leva a resistir a “comprazer àquele ministro” e a se furtar de colher “o galardão que podia esperar” se o atendessem, revelando segredos da Casa. Tem-se aqui a situação psicológica na qual DFM terá sido cooptado: havia um “galardão” a se esperar. Mas nada nos impede de acreditar em que de fato não entregou segredos.

Foi mandado o conde de Linhares a Évora, e eu em sua companhia a Vila Viçosa, com aquele fim que se podia esperar pudesse ter então em seus desígnios a corte castelhana dirigida por um ministro industrioso, e político, qual era o conde duque.

E que era eu então, senão um requerente, que em tudo dependia do bom semblante de ministro tão poderoso?

Tão pouco a idade me favorecia. A honra supria por tudo.

Por ventura o galardão que podia esperar de comprazer àquele ministro, os sinais de que ele não dissimulava, de desejar lhe revelasse alguns segredos dos que passavam neste reino, foram bastantes para me meter nos beijos outras razões, que aqueles que me ditava a obrigação, e o amor que tinha, e guardei sempre à real pessoa de V. Majestade e a seu estado [?].

Quanto à razão oferecida na “Guerra de Cataluña” para a prisão de DFM em 1640 – a de que ‘a graça de que gozava junto aos que mandavam no exército poderia torná-lo perigoso’ –, temos agora uma espécie de remonte do efeito à causa, na declaração de que “nenhum outro motivo teve aquela desconfiança, que as informações que poucos tempos antes eu havia dado na corte acerca dos ânimos de Portugal”.

Desaparecem na atual versão do “Argumento do Correio” o próprio correio e suas cartas; em seu lugar, temos a meia-verdade, que também é nova, entre as versões do “Argumento”, dessa “primeira diligência”, quando diz que “apenas chegou a Castela a nova da aclamação felicíssima de V. Majestade quando por primeira diligência me mandou prender el-rei à Catalunha etc”. Ora, dizer que foi “o primeiro Português, que em Castela padeceu pela fé do Reino” não é a mesma coisa que dizer que prendê-lo foi a primeira providência de Felipe IV.

Estes pequenos deslocamentos semânticos, nos quais é um consumado mestre, compõem os recursos expressivos sem dúvida extraordinários com que Dom Francisco vai elaborando o discurso de auto-justificação. Uma arte de que ele tem plena consciência, como declara em certa passagem da correspondência reunida nas “Cartas Familiares” : (... colocar as palavras às vezes em seu lugar, às vezes perto dele...).

Ainda como novidade, vale assinalar que pela primeira vez DFM deixa ao menos traços reveladores do que lhe custou a decisão de desertar o estandarte da Monarquia, quando diz: “O primeiro fui, que rompendo dificuldades, e deixando cômodos, vim a este reino.” Assim como na anotação, já presente com outras palavras em versões anteriores, de que “Soltaram-me, e não sem prêmio, e honra (...)”, os anos de padecimento em Portugal devem ter servido ao escritor para uma reflexão sobre os custos pessoais altíssimos do que nos permitimos considerar a desastrosa decisão de aderir ao Portugal restaurado.

Finalmente, encontramos no trecho uma afirmação (que talvez Camillo tenha convertido em interrogação) que indica e resume, rebatendo-as, as prováveis e tácitas acusações de colaboracionismo com a Monarquia:

Não se sabe que o ser católico em Inglaterra, é maior fineza, que o ser cristão em Roma? Ser português entre os castelhanos, há quem diga que é menos do que ser português entre os portugueses?

“Ser português entre os castelhanos” ou, vice-versa, ‘ser castelhano entre os portugueses’, seria uma boa síntese das situações ambivalentes vividas por nosso escritor. Esta ‘solidão transnacional’, o ser e o estar forasteiro dos dois lados da raia, em cada lado representando o outro lado ou sendo visto como representante do outro lado, parece ter sido um dos traços mais assinalados da experiência de DFM como criatura arquetípica da União Ibérica, experiência vale dizer de toda uma geração de nobres que construíram projetos e

roteiros de vida no espaço aparentemente contínuo daquela União; um traço, além disso, e de certo modo, também da escrita meliana.

O argumento na “Epístola Declamatória”

Vimos como o ‘Argumento do Correio’, sobre o qual o escritor vai alicerçar o seu discurso de auto-justificação perante os portugueses restaurados, constrói-se gradativamente ao longo dos anos de encarceramento nas torres do Tejo, vale dizer depois de 1644, e vimos também como os primeiros elementos factuais desse argumento já se achavam inscritos na ‘cédula real’ produzida em seu desagravo, em 1641, a pedido do escritor, e negociada com o Conde Duque, na tentativa de prevenir ou minimizar os danos à reputação que lhe adviriam da sua prisão por ocasião do levantamento do Reino de Portugal.

Além da referida ‘cédula’, e das cinco versões examinadas acima – constantes da “Guerra de Cataluña” (1645), da biografia interrompida de Teodósio (1648), das “Alterações de Évora” (1649) e dos dois ‘Memoriais’ endereçados a d. João IV (1649 e 1650), – o ‘Argumento do Correio’ aparece uma sexta vez, com grande nitidez e desenvolvimento, na “Epístola Declamatória”, destinada à leitura do infante d. Teodósio, em 1652-53, e ainda, como subtexto, vale dizer, subentendido, e por referências fragmentárias, uma sétima vez, em passagem do “Hospital das Letras”, datado de 1657.

A importância da “Epístola Declamatória”¹⁶⁵ para o esforço de auto-justificação de Francisco Manuel de Melo, no conjunto das diversas versões mencionadas, decorre também do momento em que a escreveu, quando já se haviam exaurido todas as possibilidades de revisão da sentença de desterro perpétuo para o Brasil e já se conhecia a ordem real para que não mais se lhe admitissem novos recursos.¹⁶⁶

Vale dizer que este supremo e derradeiro apelo à clemência real ocorre quando outros apelos já se haviam revelado inúteis e quando, teoricamente, nada mais havia a fazer no plano da lei. Isto é, a mais acabada peça de auto-justificação (se excetuarmos as “Alterações de

¹⁶⁵ Continuaremos a citar passagens da Epístola Declamatória na edição princeps, de 1720, apensa à primeira edição da Aula Política, Cúria Militar, impressa, como vimos, na oficina de Mathias Pereyra da Sylva, em Lisboa, formando as suas páginas 109 a 132.

¹⁶⁶ “Eu El Rej, como governador, e perpétuo administrador que sou do mestrado, cavalaria, e ordem de nosso senhor Jesu Christo, faço saber aos que este Alvará virem, que vendo-se ultimamente em terceira instância a matéria dos embargos com que na causa da morte do filho de Domingos Cardoso, **depois de Dom Francisco Manoel de Mello ser sentenciado em degredo perpétuo para o Brazil, e nas mais penas pecuniárias**, vejo ao Alvará de vinte e dous de março do presente ano, pelo qual fora excluído dos primeiros embargos que pusera a outro Alvará de vinte e quatro de fevereiro antecedente, **fui servido resolver que sem embargo dos embargos, a sentença dada contra ele se executasse, e não fosse mais ouvido de alegação alguma que na causa fizesse, e este se cumpra e guarde como se nele contém**, sendo passado pela chancelaria da ordem. Nicolao de Carvalho o fez em Lixboa aos quatro de dezembro de seis centos sincoenta e dous. Francisco Pereira de Castro o fez escrever – Rey.” Trata-se do documento 76 dos anexos do “Esboço Biographico” de Edgar Prestage (Coimbra, 1914), extraído do livro 41, fl. 184 da Chancelaria da Ordem de Cristo.

Évora”, que é uma obra de história dentro da qual DFM se justifica) é produzida quando o próprio discurso de auto-justificação, no sentido estrito, de defesa no marco do processo penal ou com vistas ao melhoramento de sua situação jurídica, deixava de fazer sentido.

O aviso de que um oficial da Mesa da Consciência e Ordens o buscava para nova transferência de torre, numa mudança para pior, depois de oito anos preso (ele diz nove), vai desatar a “Epístola”, que tem o formato de um longo desabafo e acaba por traçar a sua autobiografia ou pelo menos o seu currículo a partir, justamente, das alterações de Évora.

Trata-se, a redação desta carta (que, a certa altura, pede licença para se converter em “epístola”), de um gesto audacioso, que foge ao habitual comedimento temperado de pungência e melancolia de seus outros apelos. Lá estão a cerrada argumentação, o jogo de conceitos contraditórios, e o vetor que informa o texto de outros apelos por sua absolvição ou senão perdão, e de qualquer maneira a liberdade. Mas, juntamente com a forma canônica, digamos, do discurso de auto-justificação, há um dado novo: a audácia de se dirigir a um membro da família real que não ao seu chefe.

A essa altura, já não tinha mais nada a perder. A aproximação de DFM ao infante tanto diz de seu desespero processual quanto de um investimento no futuro. Ganhar para a sua causa o futuro sucessor de d. João IV equivalia a um movimento de resultados a prazo. A mocidade de Teodósio permitia ao escritor remontar a fatos bem conhecidos dos mais velhos, vale dizer, contar a sua história inteira – e essa história vai partir das alterações de Évora.

Indiretamente, DFM se faria ouvir mais uma vez pelo próprio rei.

O resultado pode ter sido exatamente o oposto do que buscava Dom Francisco.

A julgar pela data do incidente que lhe serve de partida para a redação da “Epístola”, o fatal 19 de novembro em que se completavam oito anos de prisão (ainda que alegue serem ‘nove anos’), o documento foi escrito em novembro de 1652, uma vez que o infante vem a falecer aos 15 de maio do ano seguinte. Ora, sendo o alvará real, que proibia quaisquer novos recursos e o despachava logo para o desterro perpétuo no Brasil, datado de 4 de dezembro de 1652, é possível que o apelo a d. Teodósio tenha sido a gota d’água para fazer o rei perder a paciência com o prisioneiro. A proximidade das datas sugere uma relação causal. É possível que o próprio agravamento da prisão tenha relação com esta sua aproximação ao príncipe.

Também é novo o tratamento linear, coerente e integrado que faz de todo o período que remonta das alterações alentejanas ao momento da redação. Assim, por exemplo, o ‘Argumento do Correio’ ou, em sentido estrito, o ‘Incidente de Tarragona’ (1640), além de reiterado nas suas conexões com os motins de Évora (1637), ganha agora também uma dimensão subjetiva, e passa a contar como ponto de partida para os acontecimentos que

demarcam a biografia nos anos seguintes, até quase a véspera (1652) da partida para o desterro (1655).

A rigor, toda a “Epístola Declamatória”, que ocupa na edição ‘princeps’ de 1720 as páginas 109 a 132, vem marcada pelo viés da auto-justificação. No resumo que dela se faz em seguida, assinalam-se as passagens mais notáveis dessa perspectiva.

Antes, vale notar que a situação que emoldura a redação da “Epístola”, condicionando-a, como se deduz do próprio texto, seria uma das emergências militares pelas quais passou o Reino durante as guerras da Restauração, um dos rebates que mantêm os portugueses em estado de permanente alerta nos reinados de João IV e Afonso VI, prolongando-se pelo início da regência de Pedro V.

1. Visita do Corregedor. Ao voltar ao Castelo de S. Jorge, onde se achava preso, e de onde tinha saído para prestar serviço ao príncipe, DFM tem a notícia de que um Corregedor da Corte o procurava para levá-lo a uma prisão mais áspera.

Vinha Senhor para minha prisão (que dura há nove anos) terça-feira, dezenove de Novembro; e certo que vinha de fazer (como pude) serviço a V. Alteza; quando fui avisado, que **um Corregedor de Corte me buscava para me levar deste Castelo a uma Torre; a mais áspera**, disse então a ignorância, pode ser que conjurada com a malícia. Perturbei-me como homem; e homem a quem os trabalhos têm cortado boa parte do Coração, que contudo ainda ficou de peso. Não direi a V. Alteza que me tomou a mudança de sobressalto: mudança de prisão esperava, Senhor, mas aquela que eu em tal tempo esperava (e comigo todos) era que S. Majestade me mandasse defender-lhe uma Praça; não que a Mesa da Consciência ordenasse enterrar-me em uma Torre.¹⁶⁷

Assinalamos acima a audácia que representou o endereçamento da “Epístola” ao infante, e não ao soberano. Vemos agora que a aproximação de DFM a d. Teodósio já se estendia aos serviços, e fora da prisão. Cabe a conjectura de que essa mesma aproximação pode ter levado o rei a ordenar a transferência para pior.

Os endereços penitenciários de Dom Francisco em seu longo período de prisão incluíram a Torre de Belém, dita de S. Vicente; a Torre Velha, na Outra Banda, na Caparica e o Castelo de São Jorge. Literalmente alicerçada no leito do Tejo, a Torre de Belém deve ter sido a prisão mais dura, com seus corredores estreitos, toda em pedra, e exposta aos ventos e à umidade. Na Torre Velha, dita de S. Sebastião, que exigia dos visitantes verdadeira viagem ao

¹⁶⁷ Epístola Declamatória, cit., pp. 109-110. Continuamos a citar da edição princeps, de Lisboa, 1720, apenas à primeira edição da Aula Política, Cúria Militar.

outro lado do rio, viveria mais espaçosamente mas estava distante das agitações e rumores de Lisboa, o que deve tê-lo obrigado à mobilização de muitos mensageiros para fazer chegar aos destinatários a constante correspondência que manteve no período. No Castelo de São Jorge, dito simplesmente o Castelo, no alto da mais alta colina da cidade, a cavaleiro sobre a região central, com suas encostas urbanizadas, estava mais próximo de todas as notícias e se fazia sobretudo mais visitável.

2. **Digressão sobre os inimigos.** O agravamento da prisão é atribuído aos seus inimigos, cuja capacidade de mover-se nos bastidores fica implícita e, mais adiante, relacionado ao momento emergencial vivido pelo Reino.

Viver sem inimigos, já disse alguém, que era desgraça; só essa não padeço; e na verdade, não sei aonde sou mais ditoso com eles, se no número, ou na obra? (...) São grandes, são poderosos meus êmulos, e em mim mais poderosos, porque quis Deus achasse as ondas furiosas no próprio porto, que escolhi para me salvar do mar embravecido.¹⁶⁸

A referência às “ondas furiosas” encontradas “no próprio porto, que escolhi para me salvar do mar embravecido” abrange, como se vê, todo o período que tem início com o seu reingresso ao Reino, em 1641. Vale notar que ele não data o início de suas desgraças da segunda queda, em novembro de 1644, quando têm início o processo penal e sua prisão nas fortalezas do Tejo. O processo político implícito tem início desde o primeiro instante de seu desembarque.

A digressão sobre os inimigos, e sobre a luta surda e travada à distância com esses adversários desprovidos de rosto ou nome, lhe ocupa todo o longo parágrafo segundo, dos dezessete que compõem o documento. São freqüentes aqui os paradoxos e os giros dialéticos.

Quem viu indignar com a paciência? Queixavam-se de que me não queixasse. (...) Fiz manjar da peçonha, como outro Metridates; eles têm a culpa de me prover de tantos males, que de não poder livrar-me deles me dei com eles: foram meus inimigos menos obstinados, estivera eu menos advertido; claro está que foi de propósito este seu súbito movimento. Viram perigosa a ocasião presente, e quiseram cegar com ela o povo simples, que vendo-me recolher a prisão dura em suspeito tempo, oh Senhor, que gritaria a voz pública!¹⁶⁹

¹⁶⁸ Epístola Declamatória, cit., pp. 110-111.

¹⁶⁹ Idem, p. 111.

Querem jogar a opinião popular, portanto, “em suspeito tempo”, contra ele. Por outro lado, o ‘povo simples’ contrapõe-se à maldade e à malícia de seus perseguidores. DFM voltará adiante a referir-se ao povo de Lisboa, cuja voz seria expressão da divindade, como grato à sua pessoa e aos seus serviços, e como o juiz isento que o inocentaria, se consultado.

Propõe-se então a ‘delinear’ para o príncipe ‘este edifício que tanto procura derrubar não sei que força; sei sim, mas não ousa dizer-lhe o nome’. O príncipe saberá tirar suas conclusões. Tem início a história deste ‘edifício’, vale dizer, dele mesmo.

3. O ‘incidente de Tarragona’. O roteiro auto-biográfico que se segue – composto de a) um longo relatório de serviços, acrescido de b) uma descrição de suas capacidades como militar bem como dos d) elos de sangue que o vinculam à Casa de Bragança, para terminar com d) o exame das acusações de ordem penal a que responde e com d) a declaração de sua perfeita resignação à pena de desterro e de perdas pecuniárias a que foi condenado – abre-se justamente com o ‘Argumento do Correio’, nos seus vários elementos, desde o ‘incidente de Tarragona’, que ganha agora nítidos contornos e por assim dizer a sua formulação clássica.

E estando costumado, Senhor, a ser logo preso nas mudanças de Reinos, e de Estados, porque **o próprio Correio, que levou a nova ao exército de Catalunha, em que me achava, de que este Reino se havia isentado do jugo Castelhana, este próprio Correio (como se a vingança muito conviesse) trouxe ordem para que eu fosse preso, e levado em ferros a Madrid;** eu pudera pretender a primazia do merecimento de padecer pela Pátria, porque fui lá o primeiro que lá padeci, se julgara a merecimento o pouco que padeci por ela; **pois qual foi a causa de tão grande demonstração?** Porque se só fossem meus erros, e desserviços, pouco tinha, que ver este meu castigo com as resoluções dos Impérios? Outra foi, Senhor, esta causa: **a pública confiança, de mim sempre professada à Real Casa de Bragança.**¹⁷⁰

A vara do Mercador. Os acontecimentos da Catalunha (sua prisão e destituição) servem-lhe de medidas ‘gravadas no Coração’ para aferir a desproporção entre o que então lhe sucedeu e a sua prisão atual:

Combine pois V. Alteza que igualdade há em ser eu preso em Portugal, quando se perde Barcelona; e daí inferirá V. Alteza qual seria a minha dor, e espanto, tendo no Coração tão gravadas estas medidas para regular de continuo por elas meu sentimento, como a vara do Mercador está sempre aberta em seu tabuleiro; porém como aqueles primeiros negócios, que aqui de longe toco, passaram muito na tenra mocidade de V.

¹⁷⁰ Idem, p. 112-113.

Alteza, darei razão deles, que também pode servir para maior efeito, que a informação de minha causa.¹⁷¹

Uma leitura alternativa e mais literal diria que as ‘medidas’ que traz ‘tão gravadas no Coração’ consistem na **desproporção** entre os acontecimentos da Catalunha e a situação que vive em Portugal. De todo modo, a passagem interessa à comprovação de que a queda na Catalunha foi equivalente a verdadeiro trauma, decorrente segundo pensamos da interrupção do ‘alto vôo’ de DFM nos anos finais da União Ibérica. A “dor, e espanto” aqui referidos tanto podem estar na proporção como nos seus termos.

A passagem interessa igualmente como exemplo das freqüentes incidências, na prosa meliana, de correlações quantitativas. Ele está sempre a medir os acontecimentos, as personagens e as coisas uns pelos outros, como no parágrafo segundo: “foram meus inimigos menos obstinados, estivera eu menos advertido”, “minha demasia medida com a grandeza de seu Real espírito, não fazem (sic) alguma proporção, porque em mim [,] que sou um nada [,] tudo é nadas”

Em seguida, atento à juventude do príncipe, o escritor aprisionado propõe-se a dar razão daqueles acontecimentos já remotos, o “que também pode servir para maior efeito, que a informação de minha causa”¹⁷². Teremos então o segundo elemento do ‘Argumento do Correio’, com as missões desempenhadas por DFM no contexto da crise de 1637-38. Antes, note-se mais um forte indício de que o próprio escritor considerava sua causa como de fundo político, uma vez que sua biografia *política*, contendo os argumentos que o reivindicavam *politicamente*, e que ocupam quase todo o resto da “Epístola”, ‘serviria para maior efeito que a informação de minha causa’¹⁷³, vale dizer, que os do processo penal propriamente dito.

4. **Missão de justificação de Bragança em Madri.** A narrativa desloca-se portanto para os acontecimentos de 1637¹⁷⁴, que põem à prova os arranjos políticos da União Ibérica e despertam em Madri o temor de que os motins alentejanos possam ser instrumentalizados pelo duque de Bragança, em quem se viam (e se temiam) os títulos para suceder no trono de Portugal, na hipótese de uma separação (que vai acontecer em 1640). D. João trata de tranquilizar Felipe IV e Olivares.

¹⁷¹ Idem, p. 113.

¹⁷² Idem, p. 113.

¹⁷³ Idem, p. 113.

¹⁷⁴ É digno de nota, e serve à cabal demonstração de que a defesa desenvolvida por DFM se endereça a acusações implícitas de ordem política, que a transição para o relato de “aqueles primeiros negócios, que aqui de longe toco” se faça abruptamente para os eventos de 1637. Vale dizer, mais uma vez, que tudo tem início em 1637, no perigoso contexto dos motins de Évora!

Na ausência de seus representantes regulares em Madri, o duque escolhe DFM para a delicadíssima tarefa de justificá-lo perante a Monarquia. Dom Francisco Manuel atribui ao seu bom desempenho “o bem que hoje possuímos, tendo Rey nosso Português, cujos somos”.

Sucederam no ano de 1637, os movimentos de Évora, que foram comum ensaio da liberdade deste Reino; não se acharam na Corte de Madrid Dom Francisco de Mello, ou Dom Francisco de Souza Coutinho, que costumavam acudir, e assistir aos mais negócios da Casa de Bragança; e porque ao juízo dos mais amantes dela era **aquele o maior negócio, em que se vira depois da alienação deste Reino, porque justificar-se El Rey N. Senhor com El Rey Dom Felipe vinha a ser naquele tempo (e para este) a cousa mais importante.** Resolveu Sua Majestade descarregar sobre meus braços, e ombros todo o peso desta importante confiança. Vivo é Antonio Pereyra da Cunha Secretário agora de Guerra, e então Agente da Casa. Vivo é Matheus Álvares criado antigo dela, por cujas mãos me foram entregues todos os despachos, que El Rey N. Senhor foi servido cometer-me; **o modo com que procedi nesta ocorrência disse-o o sucesso: fruto foi daquele valor, o bem que hoje possuímos, tendo Rey nosso Português, cujos somos.** A consideração de V. Alteza, e o discurso universal examine (entrem também os desafeiçoados) o valor do caso, o mérito do instrumento.¹⁷⁵

Note-se que a delicada situação em que se achava o duque de Bragança perante o governo da Monarquia, no contexto das alterações de Évora, é cotejada com os acontecimentos de 1580, relativos à “alienação deste Reino”. DFM propõe também que se leve em consideração “o valor do caso, o mérito do instrumento”, vale dizer, “o modo com que procedi nesta ocorrência”, o qual é atestado pelo bom sucesso de sua intervenção.

O parágrafo 4 se conclui com a apresentação de sua segunda missão em 1637, desta vez a serviço de Olivares.

(...) Passa adiante. Fui (instruído do Conde Duque) despachado por El Rey a Vila Viçosa, e Évora em companhia do Conde de Linhares, ele, que ficasse em Lisboa, eu, que voltasse à Corte, a informar das forças dos povos, do aparelho das Armas, e da observação dos ânimos.¹⁷⁶

Assinalar que, em contraste com o seu relato da mesma missão nas “Alterações de Évora”, a tarefa de acompanhar o conde de Linhares a Vila Viçosa e a Évora e principalmente

¹⁷⁵ Idem, pp. 113-114. Negritos nossos.

¹⁷⁶ Idem, ibidem.

a de trazer informações a Madri sobre as ‘forças dos povos’, o ‘aparelho das Armas’ e a ‘observação dos ânimos’ agora lhe é atribuída diretamente por Olivares.

O trabalho de informante do Conde Duque, em momento extremamente sensível para o Reino, provavelmente foi o mais decisivo fator, entre todos os que se encontram no ‘alto vôo’ traçado por DFM entre 1637 e 40, para suscitar em Portugal as suspeições com que será recebido ao aderir em 1641 ao novo regime.

Há uma espécie de simetria entre as duas missões em 1637 e suas conseqüências pessoais a partir de 40 e 41. A missão de justificação do duque de Bragança em 37 despertará as suspeitas em Castela em 40. A missão de (digamos) espionagem em favor de Olivares em 37 despertará as suspeitas em Portugal a partir de 41.

Enquanto a primeira será apresentada por seu valor de face nos vários relatos, uma vez que sua queda em Castela, causada em 40 pela justificação do duque de Bragança em 37, lhe serve como forte argumento de lealdade em Portugal, DFM tratará de mudar as cores da segunda, revestindo-a sempre com as da lealdade à Casa e ao Reino, num momento em que, afinal, sua lealdade, consistente de resto com a sua formação e carreira militar, se orientava, isto sim, para a Monarquia.

F I M

Névoas contra o Sol

Justificação & Revolta na Historiografia de D. Francisco Manuel de Melo

– com uma leitura analítica das “Alterações de Évora” (1649)

Anexos & Bibliografia

Anexo I

Perspectiva e Escritura nas “Alterações de Évora”

1. As “Alterações de Évora” em ‘close reading’
2. Reconhecimento da estrutura e construção de um índice
3. Um ‘aparelho de leitura’ para a análise de textos históricos
4. Leitura analítica das “Alterações de Évora” (Desmontagem e análise)

Anexo II

D. Francisco Manuel de Melo: Vida e obra no contexto da Monarquia compósita

Bibliografia

Ilustrações

Diagrama estrutural das “Alterações de Évora”

Anexo I

Perspectiva e Escritura nas “Alterações de Évora”

1. As “Alterações de Évora” em ‘close reading’
2. Reconhecimento da estrutura e construção de um índice
3. Um ‘aparelho de leitura’ para a análise de textos históricos
4. Leitura analítica das “Alterações de Évora” (Desmontagem e análise)

1. As “Alterações de Évora” lidas de perto (em ‘close reading’)

À maneira de anexo ao trabalho de tese, apresentam-se aqui os resultados da operação de reconhecimento da estrutura narrativa das “Alterações de Évora” e da análise e interpretação de suas unidades componentes.

Trata-se, por assim dizer, da oficina em que se desmontaram, peça por peça, as partes e os teores da “Epanáfora Política”, na busca dos traços e indícios que pudessem revelar a perspectiva dominante, de dupla face, da historiografia de DFM, sustentada em nossa hipótese principal. Uma perspectiva ao mesmo tempo dissidente e crítica em relação à Monarquia castelhana, e de auto-justificação de Dom Francisco perante o Portugal restaurado.

Uma ou duas perspectivas?

Ambos os vieses de um mesmo texto poderiam, na prática, ser tratados como perspectivas distintas e, de fato, o são, ao menos para o primeiro grande momento historiográfico da obra meliana, a “Guerra de Cataluña”, toda ela muito vincada pelo ressentimento e revolta resultantes de sua ‘primeira queda’ em 1640, com apenas traços exteriores ou acessórios da auto-justificação voltada aos portugueses.

Vale dizer que neste grande clássico da historiografia ibérica do século XVII, surpreendemos a perspectiva dissidente e crítica (ou revoltada) praticamente em ‘estado puro’. A Restauração é registrada como um incidente, ao final do capítulo IV e, embora

acompanhada de uma digressão sobre as suas origens (estendendo-se a todo o período da União Ibérica), trata-se de um acréscimo à obra.

Ao publicar a “Cataluña”, em 1645 (Lisboa), era ainda recente para o escritor a condição de prisioneiro e réu no processo criminal em que se viu envolvido em Portugal, preso que foi em novembro de 1644, assim como era relativamente recente a sua queda em desgraça na Monarquia, a deserção e a ‘transferência de lealdade’ para o novo regime português, entre 1640 e 41. Talvez o escritor imaginasse que a nova experiência carcerária fosse durar menos. Talvez nem estivesse em seus planos, quando fosse solto, permanecer em Portugal. São conjecturas e interpretações que o emprego de um pseudônimo para assinar a “Cataluña”, o de “Clemente Libertino”, e a dedicatória ‘neutra’ dessa obra, ao papa Inocêncio X, parecem autorizar.

Já ao final de 1645, contudo, DFM estará publicando em nome próprio, no formato livro, o “Ecco Político”¹⁷⁷, violenta denúncia da tirania espanhola e veemente sustentação da legitimidade dos novos governantes portugueses, um libelo concebido como resposta, parágrafo por parágrafo, de documento castelhano com as razões contrárias, elaborado por algum conselheiro anônimo de Felipe IV que se põe a descrever os meios e motivos pelos quais deveria recuperar o Reino ‘desobediente’.

O fato de DFM aparecer publicamente, com o “Ecco”, agora com o próprio nome, na linha de frente da ‘guerra de papéis’ coadjuvante das guerras da Restauração, a tão pouca distância da ‘isenta’ (em relação ao novo Portugal) “Guerra de Cataluña” se explicaria pela consciência que passou a fazer da gravidade de sua situação de prisioneiro – e da necessidade de justificar-se – de provar lealdade, mediante serviços – diante do novo regime.

Trata-se, claro, no vazio documental, de uma simples interpretação, encontrável aliás na fortuna crítica, para essa diametral mudança de atitude.

O que teria se alterado ou acrescentado, em relação à redação da “Cataluña”?

As suspeições e a justificação

Ora, são vários os indícios de que as acusações de ordem criminal que passou a sofrer a partir de 1644 revestiam com as cores mais indignas – as de mandante de um homicídio, em reles caso de adultério, envolvendo ex-criado seu, despedido por mau comportamento, disposto a vingar-se, um certo João Vicente, que mata a mulher e manda matar o amante,

¹⁷⁷ Ecco Polytico, responde en Portugal a la voz de Castilla: y satisface a un papel anonymo, ofrecido al Rey Don Felipe el Quarto. Sobre los intereces de la Corona Lusitana, y del Oceanico, Indico, Brasílico, Ethyopico, Arábico, Pérsico, y Africano Imperio. Proponese-se al Ilustre, Venerable, Prudente y Esclarecido Consejo de Estado del muy alto, y muy poderoso Rey de Portugal Don Iuan el Quarto, nuestro Señor. Publicalo D. Francisco Manuel. Com todas las licencias. Em Lisboa. Por Paulo Craesbeck, Impressor de las Ordenes Militares. Año 1645.

Francisco Cardoso, mordomo do conde de Vila Nova, atribuindo a autoria última a Dom Francisco Manuel – um processo de fundo político.

As verdadeiras acusações contra o escritor seriam da ordem da duplicidade e da ambivalência em relação ao novo regime e, embora tácitas e nunca declaradas, os indícios são de que remontavam aos fatos do período 1637-1640, aos anos de um ‘alto vôo’ de Dom Francisco a serviço da Monarquia e, particularmente, de Olivares, o poderoso Conde Duque, Valido de Felipe IV.

Tais indícios podem ser colhidos, pelo avesso, nas peças de sua defesa extrajudicial (os autos do processo nunca foram encontrados). Com efeito, nos memoriais que endereçou a dom João IV, em 1649 e 50, e com particular nitidez na “Epístola Declamatória” dirigida ao infante dom Teodósio, ao final de 1652, nos quais sustenta a própria inocência, os seus principais argumentos são essencialmente políticos, traduzindo-se como serviços prestados à Casa de Bragança e ao Reino ainda durante a União Ibérica e por todos os anos seguintes, mas remontando, com toda clareza, às alterações alentejanas de 1637.

Nestas circunstâncias, um segundo viés vem a vincar os escritos e também a historiografia do Escarmentado – a perspectiva de sua auto-justificação, vale dizer, a demonstração de sua invariável lealdade, de sua condição de bom patrício português e fidelíssimo vassalo de Bragança desde os tempos da plena vigência da União Ibérica.

Os vieses no conjunto da obra

Ambas as perspectivas, a da revolta e a da justificação, as quais ainda podem ser reconhecidas em separado, como dissemos, na história do levante da Catalunha, estarão presentes em maior ou menor grau, com maiores ou menores repercussões, por todo o conjunto da obra (com a exclusão, claro, dos escassos escritos anteriores à Restauração), mas têm nas “Alterações de Évora” o seu momento de perfeita fusão ou coexistência. O que faz, desta primeira ‘epanáfora’, o campo de demonstração por excelência da hipótese aqui proposta.

Antes de voltarmos à apresentação do exercício analítico que aqui se ensaia, vejamos um exemplo de como o viés da justificação vai ecoar em escritos aparentemente distantes da historiografia, como a “Visita das Fontes”, o terceiro dos “Apólogos Dialogais”, provavelmente escrita na Bahia, depois de 1655.

A certa altura da “visita” da Fonte Velha do Rossio à Fonte Nova do Terreiro do Paço, que forma o argumento deste diálogo, do qual participam um Soldado e a estátua de Apolo que está junto à Fonte Nova (os quais representam afinal as armas e as letras), discute-se a

moda dos coches, que veio substituir o uso da cavalaria pelos jovens fidalgos, moda lamentada por alguns como ‘afeminada’ e ‘entorpecedora dos ânimos’.

Em favor do uso dos coches, a Fonte Velha evoca a retomada de Salvador aos holandeses, em 1625, por uma força conjunta de portugueses e castelhanos, na chamada “Jornada dos Vassalos”, acontecimento que reverberou em Portugal e toda a Monarquia, inspirando a Dom Francisco um entusiasmo que, trinta anos mais tarde, não se mitigara, e que pode ter sido responsável, em 1625, por seu primeiro passo na carreira das armas (assim como pode ter inspirado o projeto unitário da “União das Armas” a Olivares).

Fonte Velha. Desde a perda de el-Rei d. Sebastião até a da cidade da Baía, cabeça do Brasil, não fizeram os fidalgos portugueses senão passear nos coches; porque em todo esse tempo não teve Portugal ocasião grande donde lhe fosse necessário tornar por sua honra e crédito de sua nação. Trouxe a desgraça o descuido.

Fonte Nova. E quem te disse a ti que nas matérias públicas havia desgraça maior que o descuido dos que a têm a seu cargo?

Fonte Velha. Trouxe, como digo, naquela ocasião a sorte da perda da nossa cidade, e ainda bem a nova não foi certa, quando já a maior e melhor nobreza se lançava como a nado em cata da vingança de seu inimigo. Perguntai agora se tantos mares, tantos climas em meio, tantos perigos interpostos foram parte para que os fidalgos e nobres portugueses deixassem de os atropelar, ou se lhe fizeram algum embargo esses deliciosos exercícios para que não executassem a sentença que contra seu regalo haviam dado o brio e esforço de nossos mancebos. **Foram, viram e venceram: não fez mais César, nem tão longe chegou depois a liberdade prometida à pátria! Uns, que a inventaram, outros que a prosseguiram, todos lhe têm contribuído gloriosamente.** Perguntai se anda por aí algum nesses coches, que não haja oferecido a vida e perdido o regalo por sua defesa. Se o perguntáreis, ouvireis que nos coches se aconselharam e nos coches vieram a executar uma das mais célebres e felizes ações que o mundo tem ouvido e visto!¹⁷⁸

Eis aí uma inegável vibração de adolescente e também de militar, com a memória da proeza que ainda o comovia tantos anos depois. Mas a referência à Restauração (“a liberdade prometida à pátria”) é clara, assim como a ‘deixa’ de que, se ‘uns a inventaram’, ‘outros a prosseguiram’ e “todos lhe têm contribuído gloriosamente”. Vale dizer que não apenas os restauradores da primeira hora – já identificados na “Guerra de Cataluña” como uma minoria, “algunos caballeros y prelados del Reino, en corto número”¹⁷⁹ – deveriam se cobrir de glória, mas também “todos que lhe têm contribuído”, como, devemos entender, o próprio escritor.

¹⁷⁸ Visita das Fontes, in Apólogos Dialogais, ed. P. Tavares, vol. 1, pp. 132-133; ed. P. Serra, vol. 1, p. 72.

¹⁷⁹ Historia de los movimientos... y guerra de Cataluña, ed. cit., p. 317.

Note-se também que neste relato os então companheiros de armas castelhanos são suprimidos da famosa Jornada.

As marcas do tempo e o viés deliberado

Se estes traços das perspectivas ou vieses formam, nesta breve passagem, um acréscimo, uma agregação, ao diálogo das fontes (cujo argumento entretanto diz de muito perto com a problemática da Restauração, e com a relação entre a velha ordem da União Ibérica e a nova ordem restaurada), e se podem ser encontrados nos mais variados textos do corpus meliano em razão de sua historicidade, vale dizer, como marcas da época, na historiografia de DFM vamos surpreendê-los – às perspectivas ou vieses – como estratégias deliberadas do autor, a começar pela escolha dos temas e estendendo-se aos recursos de linguagem, a despeito de todos os protestos de isenção historiográfica que, embora fossem de praxe, são sempre feitos nos escritos melianos com ostentação de sinceridade.

Em particular, a ocultação dos reais motivos de sua revolta *pessoal* contra a Monarquia (a interrupção brusca e violenta de uma carreira em ascensão no exército castelhano nos últimos anos da União Ibérica) resultará no que poderíamos chamar uma ‘escrita dissimulada’ ou mesmo ‘furta-cor’ (quando se vale da criação de contextos que emprestam ‘cores’ favoráveis ao seu caso pessoal, de modo a permitir que se deduza a sua isenção, patriotismo, lealdade). Também aqui as “Alterações de Évora” formam o caso paradigmático e podem ser vistas, pelo desenvolvimento com que nela surpreendemos o discurso da auto-justificação, como a principal peça de defesa política, situada por assim dizer fora dos autos.

No trabalho que se segue, juntamente com a busca desses indícios e traços da perspectiva – ou da combinação de perspectivas – que assinala os escritos de d. Francisco, os quais como dissemos comparecem com rara nitidez no corpo do texto das “Alterações”, e que tanto levaram à formulação daquela hipótese quanto lhe servem de plena demonstração, trazem-se aqui os achados no campo da ‘arte historiográfica’, com a tentativa de compreender, ademais, nos procedimentos e recursos de escritura mobilizados pelo autor, o que seria a sua particular modulação de práticas historiográficas mais gerais, vigentes à época, assimiláveis, com reparos e nuances, ao Tacitismo dos Seiscentos.

A ‘caixa de ferramentas’ de Certeau

As categorias analíticas empregadas nessa extensa ‘desmontagem’ das “Alterações de Évora” são emprestadas e adaptadas da ‘caixa de ferramentas’ contida no ensaio de Michel de

Certeau acerca da operação historiográfica¹⁸⁰, categorias que incluem a escrita, a prática e o lugar social, às quais acrescentamos, por derivação, a de perspectiva.

Algo já foi dito acima, nas considerações metodológicas da tese, sobre o esforço de adaptação desse instrumental, pensado por Certeau para dar conta da historiografia de nosso tempo, e aqui empregado com alguma licença para o estudo de um corpo de escritos do século XVII.

Veremos adiante o que se compreende e como se espera que funcionem, na prática da análise, as mesmas categorias, reunidas aos pares, com o par conceitual escrita & prática, de um lado, e lugar social & perspectiva, de outro, endereçados respectivamente aos fenômenos da escritura e da perspectiva inscrita no texto historiográfico.

A tese e o anexo

A rigor, o presente anexo poderia ser descartado, como apenas anotações de trabalho à margem da tese, uma vez que o essencial de suas conclusões lhe está incorporado, e tal descarte permitiria formar um volume bem mais leve e manobrável.

Por outro lado, o próprio anexo torna possível a elaboração de uma tese reduzida ao essencial, menos pesada e volumosa.

Ambos, tese e anexo, podem ser lidos como peças separadas, independentes, e dotadas de autonomia; ou como textos preparatórios e introdutórios para a leitura um do outro.

Bom motivo para, além da tese, trazer o anexo como uma segunda contribuição – um segundo grão de areia – à construção da fortuna crítica meliana, é a esperança de que sirva como ferramenta para ulteriores estudos da obra de DFM e, particularmente, deste documento extraordinário da prudência política do século XVII que são as “Alterações de Évora”.

A defesa em um processo político

No desenvolvimento da tese, tentou-se demonstrar que a constante referência *ibérica* da obra meliana e especialmente de sua historiografia deve ser atribuída à própria formação do escritor no quadro da Monarquia e, ainda, que o viés dissidente e crítico (ou revoltado) que a vinca tem origem nas circunstâncias particularmente dramáticas de sua queda em desgraça em Castela, em dezembro de 1640.

Nas “Alterações de Évora”, além da confirmação desses elementos – vale dizer, além da perspectiva ibérica e dissidente –, um outro componente se acrescenta, presente na epanáfora primeira com inteira nitidez, mas também encontrável nos seus outros estudos de história relativos a Portugal.

¹⁸⁰ A operação historiográfica, in *A escrita da História*, trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio: Forense Universitária, 2002.

Trata-se do elemento de auto-explicação e de auto-justificação, que parece responder a um processo político implícito e nunca declarado, cuja acusação principal seria a de deslealdade para com Portugal e a Casa de Bragança, no complexo quadro político formado a partir dos motins populares nos anos 1637-38.

Neste sentido, se reivindicamos a validade da hipótese proposta para o conjunto dos escritos melianos, as “Alterações de Évora” são o texto para o qual aquela validade é reivindicada completamente e com perfeita congruência.

De tal maneira que, dito de outra forma, a hipótese aqui proposta para a decifração do corpo de escritos historiográficos somente faz pleno e completo sentido em face da “Epanáfora Política”, sem deixar de fazê-lo para os seus outros textos históricos e, gostaríamos de acreditar, para o conjunto dos seus escritos. .

Acerto de contas (como a “Catalunha”) e momento reflexivo (como o HDL)

As “Alterações de Évora” partilham de qualidades e posições singulares com dois outros textos centrais do corpus meliano, a “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña” (ou “Guerra de Catalunha”), e o “Hospital das Letras”, o quarto dos “Apólogos Dialogaes”, publicados postumamente em 1721.

Assim como a “Guerra de Cataluña” (1645), a “Epanáfora Política Primeira” (escrita em 49) é um duríssimo ajuste de contas com a Monarquia, um exercício de desconstrução dos mecanismos de governo no sistema imperial castelhano, com destaque para o espaço da intriga, ao mesmo tempo que um libelo contra a tirania e a opressão política, com a diferença de que agora DFM se endereça diretamente aos seus compatriotas portugueses e, juntamente com a denúncia da erosão dos foros do Reino durante o período da União ibérica, mobiliza todos os recursos expressivos ao alcance de sua prosa para justificar-se nos papéis que desempenhou em Portugal e Castela ao tempo de Olivares.

Assim como no “Hospital das Letras” (1657), diálogo crítico no qual o autor, numa espécie de balanço e acerto de contas com seu tempo, declara suas posições em matéria literária e submete-se a si mesmo, como escritor, ao julgamento de seus interlocutores e leitores, nas “Alterações de Évora” encontramos a súpula de sua visão e a defesa de suas posições pessoais, agora no plano político.

Depoimento testemunhal sobre os motins populares de 1637-38 e sobre a crise que então se propaga pelos vários níveis de governo, a “Epanáfora Política” é também uma denúncia das tentativas de reduzir Portugal à condição de mera província de um regime unitário, projeto que aos poucos se desdobra e se desvenda, até surgir claro e sem disfarces nos instantes conclusivos da narração.

Ambos os textos – “Hospital das Letras” e “Alterações de Évora” – formam os dois grandes momentos reflexivos da obra de Dom Francisco Manuel.

Assim como no “Hospital das Letras”, nas “Alterações de Évora” o autor põe-se a si mesmo em julgamento, e faz-se o advogado de si próprio.

Também sobre este ponto, vão incidir na “Epanáfora Política Primeira” as interrogações que informam a investigação aqui ensaiada sobre a perspectiva historiográfica, vista como função do lugar social do historiador.

Da “Guerra de Cataluña” às “Alterações de Évora”

Dos escritos históricos de Melo, dois em particular versam sobre revoltas no contexto da Monarquia Ibérica: a “Guerra de Cataluña” e as “Alterações de Évora”.

A “Catalunha”, como se sabe, trata das origens e dos primeiros movimentos da grande insurreição do principado catalão, que eclode em 1640, tendo sido publicada já em 1645, em Lisboa, no idioma castelhano.

As “Alterações de Évora” têm como tema os motins populares de 1637 na mais importante cidade do Alentejo, os quais surgem como uma revolta fiscal e se espraiam por todo o Sul de Portugal, alcançando as vizinhanças de Lisboa, sendo reprimidos e abafados no ano de 38. Sua redação data do final dos anos 1640, a julgar pela dedicatória, escrita em 1649. Reunida a quatro outras relações históricas, veio a lume em 1660, pela oficina de Henrique Valente de Oliveira, “impressor delRey Nosso Senhor”, no volume das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”.

Como se vê, “Catalunha” e “Alterações” foram escritas na ordem inversa da sucessão dos fatos – primeiro os mais recentes e mais tarde os anteriores. A “Catalunha” sai dos prelos de Paulo Craesbeeck, “impresor de las Ordenes Militares”, no primeiro ano do longo período de prisão; as “Alterações”, já depois desse período e do desterro brasileiro de Melo, às vésperas da reabilitação e reingresso do escritor na vida civil portuguesa.

A considerar a data de publicação, 1645 e 1660 respectivamente, são como parênteses que abrem e fecham a fase de cárcere e desterro (1644-1658). A considerar as prováveis datas ou fases de redação, era Melo um homem livre a maior parte da primeira, e quase um velho hóspede das torres penitenciárias do Tejo quando da segunda.

As duas obras contêm elementos de testemunho pessoal. Das duas séries de acontecimentos que formam seus temas, Dom Francisco participou em grau maior ou menor como agente da Monarquia Ibérica. Nas duas, com grande ênfase na segunda, reivindica – ou deixa entrever, ou leva o leitor a inferir – a sua condição de leal português.

Embora a “Catalunha” constitua um alentado volume com cinco “libros” ou partes, num total de 588 parágrafos, as “Alterações”, que têm por tema acontecimentos bem mais modestos, embora de grande significado como prenúncio dos abalos de 1640 – o que o autor não deixa de anotar, disso até fazendo praça –, ainda assim formam a mais extensa das cinco “Epanáforas”, com seus 168 parágrafos, que se desdobram por 152 páginas na edição *princeps*.

Viradas de idioma e de estilo

De uma para a outra, o homem mudou, e com ele o estilo. Na crônica da insurreição catalã, nem por um instante se aparta do fraseado terso e tenso, do emprego da expressão mais elegante e grave, no castelhano das altas esferas madrilenhas; sente-se ao fundo o jovem fidalgo e militar orgulhoso e altivo, até arrogante, que se dirige aos príncipes com lições históricas “donde (...) pueden aprender a moderar sus afetos”¹⁸¹.

O Professor Joan Estruch Tobella, que preparou a informada edição Castalia, de 1996, chama a atenção, entre outros aspectos do estilo, para o modo latinizante, sintético e lacônico, inspirado em Tácito e nos tacitistas então em voga, e para o apreço pelas fórmulas bimembres, “para dar sensación de equilibrio y armonía”. Um exemplo entre muitos é o juízo ou sentença reservado aos adutores, ao final do livro segundo:

[175] (...) Lllaman traición a aquel delito que se encamina al daño particular del príncipe o del estado, y no llaman traidor aquel hombre que por sus respetos descamina el príncipe y pone el estado en peligro.¹⁸²

Nas “Alterações de Évora”, sem abrir mão do estilo grave, adequado à escrita da História e de suas lições, conformado aos preceitos da “arte historiográfica”, há porém uma declarada busca de maior simplicidade: “Posso sem vaidade dizer que (...); procuro escrever sem artifício a Relação de aqueles sucessos que (...); ... não julgo indigna de que se leia a Relação destes casos (...); Não avogo pela grandeza da matéria (...)”; a frase é mais solta e irregular, as simetrias mais espontâneas, e acentuam-se as notas de ironia, como neste passo, em que retrata um *alvitrista* português:

Havia sem obrigação este sujeito (& pode ser, que sem perfeita notícia) discursado consigo próprio, acerca das causas do empenho, em que se via a fazenda real; & averiguando-as

¹⁸¹ Historia de los movimientos... y guerra de Cataluña, ed. cit., p. 391.

¹⁸² Idem, p. 175.

também consigo mesmo, se persuadiu que ele só, depois de tantos, lhe achara justo, & fácil remédio.¹⁸³

As mudanças de estilo e de idioma que se verificam no percurso da “Catalunha” às “Alterações de Évora” refletem-se no plano das hipóteses acima expostas.

Ao assumir a língua portuguesa como principal idioma de registro, seja na redação das relações contidas nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, seja em “O Fidalgo Aprendiz”, na “Carta de Guia de Casados”, e ainda nos quatro “Apólogos Dialogais”, Dom Francisco Manuel, por assim dizer, se entrincheira na condição de cidadão português restaurado – um movimento que representa simultaneamente afirmação de lusitanidade e negação da condição ibérica (ou de súdito da Monarquia).

Poderia parecer um truísmo se não tivéssemos em conta a formação prévia do escritor no quadro da Monarquia, a sua profunda imersão na cultura espanhola, que o leva, por exemplo, nos anos da juventude, a dedicar ao mais português dos temas, o sacrifício de Inês de Castro, versos vazados em castiço castelhano, com as marcas estilísticas da grande poesia do Siglo de Oro.

A renúncia ao emprego preferencial da língua da Monarquia, da “linguagem castelhana, que (...) sabemos inteiramente, como em tantos escritos já mostramos”¹⁸⁴, é tanto mais de se considerar quanto assinala um afastamento do idioma de mais amplo curso europeu à época, vale dizer, um agravamento no sentido do particularismo lusitano.

Quanto mais se afirma como português, mais acentua Dom Francisco Manuel seu rompimento com a Monarquia. E, ao escolher a língua portuguesa, dá mais um passo no sentido da reconstrução da posição social no quadro do Portugal restaurado.

A virada estilística acompanha, como se vê, essa transição de idioma, ambas datadas dos últimos anos do decênio dos 1640, quando a condição de prisioneiro vai se tornando habitual. Neste período, juntamente com outros livros escritos em espanhol, produz em português o texto de teatro “O Fidalgo Aprendiz”, sátira talvez obliquamente referida à corte restaurada e ao novo soberano, também ele um provinciano aprendiz, senão de fidalguia então de realeza; as “Alterações de Évora”; e entre muitas cartas em vernáculo o documento literário que assinala com maior nitidez aquela “virada”: a “Carta de Guia de Casados”.

¹⁸³ Epanáforas, Alterações de Évora, ed. cit., p. 9.

¹⁸⁴ Alterações, ed. cit., p. 62.

A passagem para novo modo de escrever é declarada justamente a propósito desse tratado de costumes, em trecho do “Hospital das Letras”, logo após o exame ‘clínico’ do “Panteão”, poema de Melo assinalado pela extrema obscuridade:

Quevedo. (...) Contanto que, por agora, ninguém se chegue a esse poema, porque entretanto definimos sua escuridão por contagiosa.

Bocalino. Por isso, essoutro é tão claro, que de claro teve nota.

Lípsio. Qual é essoutro?

Bocalino. A Guia de Casados.

Lípsio. Nunca vi esse livro dos olhos e nunca outro tanto me ocupou os ouvidos. A homens sábios ouvi falar nele com esquisita variedade.

Autor. Sucedeu-me, fazei conta, como ao Grego, pintor famoso que celebraram todos os poetas deste século. Era o seu modo de pintar tão severo e tão escuro, que aos mais desagradava; nunca se lhe gastou painel em pessoa do vulgo; vivia a este respeito muito pobre, como soberbo da grandeza de seu espírito; finalmente, persuadido da fome e dos amigos, se foi a Sevilha, em tempo de frota, e tantos ricos feitos pintou, até que ficou rico. Conhecendo que o estava, tornou-se à solene pintura, a que o chamava seu natural, dizendo: – *Antes quero viver mísero, que rudo*. A metade desta história me serve, porque **eu me acho agora com estilo corriqueiro, que protesto de não tornar ao majestoso, por mais que o espírito lá pretenda conduzir-me, como o fiz enquanto dele deixei levar-me.** (...).¹⁸⁵

Ainda quanto ao percurso que vai da “Guerra de Cataluña” às “Alterações de Évora”, cabe anotar que, na primeira, o lugar social do escritor muda entre, digamos, a encomenda e o produto; enquanto nas “Alterações”, o lugar de onde escreve já está mudado e consolidado, mas desse lugar ele passa em revista os lugares que ocupou em 1637, em 1640-41, e no momento em que escreve; e ainda aponta para um lugar no futuro, o de sua futura reabilitação.

O foco nas “Alterações de Évora”

Os argumentos até agora expostos, no tratamento do eixo temático da revolta, que tem na “Catalunha” e nas “Alterações” por assim dizer seus pontos de partida e de chegada, de certo modo já foram justificando a concentração do estudo nesse último texto.

Nas “Alterações de Évora”, com efeito, estão subsumidas, além de revistas, as posições que assume na “Catalunha”, e enriquecidas com diferentes níveis cronológicos. Nelas, aprofundam-se as perspectivas simultâneas da crítica da Monarquia e da reconstrução

¹⁸⁵ Hospital das Letras, ed. Colomès, pp. 98-99; ed. Pereira Tavares, vol. 2, p. 200; ed. Pedro Serra, vol. 2, p. 106. Negritos nossos.

da posição social no Portugal restaurado. Nelas, afirmam-se plenamente as viradas de estilo e idioma. A experiência prolongada da prisão, a longa meditação entre quatro paredes, acentuam a visão amarga do poder e a nota de ironia na consideração do desconcerto do mundo.

Nos acontecimentos de Évora, que precedem e sinalizam as grandes revoltas de 1640, e na sua participação nas negociações que dizem com Évora, seja como emissário de Bragança junto a Olivares, seja como o reverso disso, informante do Conde Duque junto a Évora e Vila Viçosa, localizam-se afinal as origens das suspeições responsáveis em última instância por suas duas Quedas: a de deslealdade em Castela por sua fidelidade a Bragança e a Portugal; a de deslealdade em Portugal por sua atuação em favor da Monarquia de Felipe e Olivares.¹⁸⁶

Neste sentido, as “Alterações de Évora” formam uma peça de defesa pessoal, de reivindicação de coerência e lealdade, a resposta afinal a um processo de fundo político.

Trata-se do texto central para a compreensão da experiência ibérica de Dom Francisco Manuel de Melo e das perspectivas que informam sua historiografia.

Um texto a partir de vários lugares e perspectivas

Na relação histórica das “Alterações de Évora”, tem-se, com diferentes profundidades cronológicas, a visão dos vários lugares sociais assumidos por DFM em sua trajetória.

Primeiro, escrevendo a história dos motins de 1637-38 com um hiato retrospectivo de doze anos, acha-se o autor prisioneiro há quase cinco anos nas torres do Tejo (neste momento, a de São Sebastião, na Caparica, à outra margem), sendo a dedicatória “a um amigo” datada dessa torre, aos 4 de setembro de 1649. Trata-se do réu em processo de homicídio no qual figura como o mandante, mas esta acusação tudo indica acobertar razões de estado e mesmo de rejeição pelos restauradores de 1640.

Entre suas obras publicadas, contava já, como vimos, com a “História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”, o relato da insurreição catalã, também conhecido simplesmente, no uso do próprio autor, como a “Guerra de Catalunha” ou apenas a “Catalunha”, esboçado desde 1640 e publicado em Lisboa em 1645.

Também de 45, mas impresso em janeiro de 1646, é o “Ecco Político”, extensa réplica a documento produzido em Castela, em que responde parágrafo por parágrafo aos argumentos

¹⁸⁶ Como assinalamos em outro lugar do trabalho, há uma espécie de simetria cruzada entre as duas missões de que se incumbem o escritor em 1637-38 e suas conseqüências pessoais a partir de 1640 e 41. A missão de justificação do duque de Bragança em 37 despertará as suspeitas em Castela em 40. A missão de (digamos) informação em Évora e Vila Viçosa, em 1637-38, as suspeitas em Portugal a partir de 41.

contrários à Restauração. “Pelejar com o eco é como dar couces na sombra”, diria sobre este volume, brincando com assonâncias e aliterações, no “Hospital das Letras”.

Mesmo encarcerado, havia escrito, a pedido de dom João IV, o “Manifiesto de Portugal”, endereçado às cortes européias, documento que denuncia o atentado de 1647 contra o soberano português, fazendo remontarem as ordens geradoras do cometimento ao círculo de Felipe IV.

É provável que estivesse a escrever, também por encomenda real, uma biografia do duque d. Teodósio de Bragança, pai do rei, interrompida no primeiro terço do caminho para dar lugar à redação das “Alterações”, como se depreende de sua correspondência e como ele mesmo parece sugerir, na proposição da epanáfora:

Não a[d]vogo pela grandeza da matéria, porque de meu próprio movimento elegi menores empregos do que outros, para que por alheia, mas poderosa eleição, estava destinado.¹⁸⁷

Nas “Alterações de Évora”, de seu ponto de mirada em 1649, ele faz o retrato de si mesmo nos meados dos anos 1630, jovem *pretendente* colhido na complexa rede de poderes da Monarquia composta, caracterizada estruturalmente pelo bifrontismo e pela duplicidade em todos os elos.

Nelas, como bom patriota, saúda a revolta dos povos de Évora, de todo o Alentejo e Algarve, como o “fausto, & elegante prelúdio da redenção Lusitana”¹⁸⁸, projetando no horizonte (como o futuro do pretérito) a Restauração de 40.

Ao publicar as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” em 1660, conjunto de relações históricas oferecido a el-Rei d. Afonso VI de Portugal, no qual aquela relação se insere como o texto de abertura, é o retornado do desterro no Brasil e o aspirante à plena reabilitação civil e política quem o faz.

Neste sentido, as “Alterações”, texto histórico, voltado para diferentes momentos do passado não remoto, também apontam para o futuro próximo, quando DFM seria finalmente reconhecido como um leal súdito dos Bragança, depois de vinte longos anos, restaurando-se, por assim dizer, a si mesmo.

¹⁸⁷ Alterações, cit., pp. 5-6.

¹⁸⁸ Idem, p. 151.

2. Reconhecimento da estrutura e construção de um índice das “Alterações de Évora”

Um sistema de coordenadas que permita a precisa localização dos lugares e a operação de revelação da estrutura subjacente afigura-se como preliminar indispensável ao reconhecimento do peso e do sentido atribuído pelo autor aos acontecimentos que narra, seu entendimento das causas, seu sentido do tempo e, em última instância, os recursos de composição que emprega na narração.

Ora, nenhuma das edições conhecidas das “Alterações de Évora” traz qualquer índice ou tábua de conteúdos da matéria ali versada.

Verdade que, na revisão que faz das diferentes obras do corpus meliano, em sua tese de doutoramento, Jean Colomès, estudioso a quem tanto devem os estudos melianos, aproximou-se de produzir um índice desta e de outras obras de DFM.

Nos capítulos segundo e terceiro daquela tese, Colomès avança passo a passo na leitura da primeira epanáfora, parafraseando-a em linguagem atual. Como já realizara em benefício da leitura do “Hospital das Letras”, o erudito francês deslinda referências obscuras e estabelece nexos entre diferentes lugares do *corpus*. As transições de tema e episódio por ele identificadas, e assinaladas por entre-títulos, constituem um índice virtual e nos servem como termo de comparação para nossos próprios achados.

Construção de um índice

Na ausência de um índice original, elaborado pelo próprio autor, seria possível criticar a neutralidade dessa operação. Diferentes concepções do texto poderiam talvez resultar em diferentes índices do mesmo texto. De qualquer forma, sujeito embora a essa controvérsia, é necessário elaborar um índice de trabalho, ainda que provisório; o que nos propomos a realizar a seguir.

A primeira decisão, na construção do índice almejado, será a de fixá-lo com base em uma das edições existentes, relacionando as matérias com as páginas da publicação, ou então adotar a numeração por parágrafos, de maneira a produzir um recurso válido para qualquer edição passada ou futura.

Em nome da maior utilidade, optamos por esta segunda via, a da numeração dos parágrafos, guardando referência às páginas da primeira edição, de 1660, que se pode deduzir a mais autorizada, posto que feita em vida do autor.

Excluída a dedicatória “a um Amigo” e considerado apenas o corpo da “Epanáfora Política”, alcançamos a cifra de 168 parágrafos.

A segunda etapa consiste na elaboração do índice propriamente dito, com o reconhecimento de sua organização interna, dos seus grandes movimentos narrativos; a identificação de blocos temáticos e, em seguida, de módulos e submódulos temáticos; e igualmente a das transições respectivas entre os movimentos, blocos, módulos e submódulos.

A operação de reconhecimento parte, na prática, das unidades menores para as maiores. A paragrafação sendo dada pelo próprio autor (na edição *princeps*, feita em vida), e portanto irreduzível a frações menores ou, inversamente, a parágrafos maiores que agregassem os parágrafos dados, os Módulos (MDs) e Submódulos (SMs), agrupando parágrafos ou mesmo compreendendo (uma única vez) parágrafos singulares, são os primeiros componentes a ser reconhecidos. Como encontrá-los? As continuidades e as transições temáticas permitem a sua identificação. O mesmo critério – das continuidades e das transições – aplica-se à identificação dos blocos temáticos e, abrangendo-os em unidades maiores, dos grandes movimentos narrativos.

Três movimentos, dez blocos, 55 módulos

A leitura atenta às transições e mudanças de objeto permite identificar três grandes movimentos narrativos e dez blocos temáticos, os quais compreendem, numa contagem possível, 55 módulos temáticos. Aos três movimentos, acrescentam-se a proposição da obra (001-007) e o que denominamos um pós-escrito (156-168)

Movimentos e blocos estão representados graficamente, ao final da tese, no Diagrama das “Alterações de Évora”.

Vejamos em primeiro lugar os três grandes movimentos encontrados, com a anotação dos parágrafos correspondentes:

Primeiro movimento	008-057	Produção e eclosão da revolta
Segundo movimento	058-098	Administração doméstica e central da crise
Terceiro movimento	099-155	A espada suspensa, a última palavra, a repressão

São os seguintes os blocos temáticos encontrados:

001-007	O projeto de uma relação dos sucessos
008-039	A produção da revolta
040-057	A eclosão da revolta

058-066	A administração doméstica da crise
067-098	A administração central da crise
099-120	A espada suspensa
121-148	A última missão negociadora
149-155	A repressão se desata
156-167	A revelação do desenho (ou desígnio)
168-168	O “elegante prelúdio da redenção portuguesa”

O fracionamento dos blocos em 55 módulos temáticos resulta (por assim dizer, pois as unidades maiores são reconhecidas “a posteriori”) na seguinte distribuição e oferece-nos, desde logo, um primeiro índice possível:

001-007	O PROJETO DE UMA RELAÇÃO DOS SUCESSOS
008-039	A PRODUÇÃO DA REVOLTA
008-009	Meio século de União Ibérica
010-012	Decreto fiscal de Felipe IV
013-017	Reações à imposição do tributo
018-024	Governos de Portugal até Diogo de Castro
025-030	Instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos
036-039	A fiscalidade segundo Madri e segundo os Povos
040-057	A ECLOSÃO DA REVOLTA
040-044	Sublevação em Évora
045-048	A nobreza local se organiza na Junta de Santo Antão
049-052	Origens jesuíticas do Sebastianismo
053-057	Organização, recepção e alastramento da revolta a Vila Viçosa
058-066	ADMINISTRAÇÃO DOMÉSTICA DA CRISE
058-059	A crise nas articulações de governo
060-062	Três missões malogradas
063-063	Madri e Lisboa cogitam de “castigo”
064-065	Balanço das forças e impasses da solução armada
066-066	A princesa entrega ao rei “o perigo e o remédio”

- 067-098 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA CRISE
- 067-070 A crise vista de Madri
- 071-073 Prontidão do exército da Cantábria
- 074-083 A missão de frei João de Vasconcelos
- 084-085 O movimento no Alentejo e “desta parte” do rio
- 086-089 Suspeitas de Madri e manobras de Bragança
- 090-093 A missão Melo junto à Corte e a Olivares
- 094-097 As “parcialidades” Soares *versus* Linhares em Madri
- 098-098 Os inquietos analisam cenários
-
- 099-120 A ESPADA SUSPENSA
- 099-101 Marcha do exército até Badajoz, mobilização de Sidonia
- 102-106 Hesitações em Évora, Junta recebe carta de Olivares
- 107-116 Olivares reúne a nobreza de Portugal em Madri
- 117-120 Propostas de quietação e pagamento partem de Évora
-
- 121-148 A ÚLTIMA MISSÃO NEGOCIADORA
- 121-129 Origens, condições e preparativos da missão Linhares
- 130-133 A operação repressiva por dentro, diplomática por fora
- 134-136 Marcha da missão Linhares, interlúdio em Vila Viçosa
- 136-146 Linhares em Évora; exigida a Jornada dos Procuradores
- 138-138 A Jornada e as leituras extemporâneas de Olivares
- 147-148 Missão Melo a Madri, segunda entrevista com Olivares
-
- 149-155 A REPRESSÃO SE DESATA
- 149-149 Exércitos se põem em marcha, os Populares esperam
- 150-150 Olheiro colhe informações em Portugal para Béjar
- 151-151 Recriminações a Olivares em Madri pela clique Soares
- 152-153 Ajuste de contas em Évora
- 152-154 Aparato judicial apura as culpas em Évora
- 155-155 Valparaíso reprime no Algarve
-
- 156-167 O DESENHO (OU DESÍGNIO) REVELADO

156-156	Junta de Badajoz delibera em matéria política
157-163	Chamamento dos Grandes a Madri
164-164	Requisição de tropas e galeões em Portugal e Ilhas
166-166	Interrogatório e comunicação de nova forma de governo
167-167	Mal que vem para bem: destruição da armada de Oquendo
168-168	O “ELEGANTE PRELÚDIO DA REDENÇÃO LUSITANA”

Reconhecimento da estrutura

Três grandes movimentos narrativos, precedidos por um bloco temático e sucedidos por dois outros blocos, formam o corpo da “Epanáfora Política”.

No primeiro movimento (008-057) tem-se a sucessão de acontecimentos que vão resultar na eclosão dos motins populares de Évora, Alentejo e Algarve, alcançando as vizinhanças de Lisboa.

O segundo movimento (058-098) compreende a recepção, impacto e reação aos motins por parte do governo da Princesa Margarida, em Portugal e, na insuficiência deste, do governo central da Monarquia. Trata-se aqui de resolver a crise por meios políticos.

No terceiro movimento (099-155), prepara-se o dispositivo militar da repressão ao mesmo tempo que se ensaia uma última tentativa de negociação por meios políticos, com o envio da missão Linhares a Évora, e finalmente, com o fracasso desta, desata-se a repressão via aparelho judicial e pelas armas.

No bloco temático que precede os três movimentos do corpo principal, o autor declara sua intenção de escrever uma relação dos acontecimentos de Évora, seus motivos e as circunstâncias em que o faz. É a Proposição da obra.

Dos dois blocos finais, acrescentados ao corpo principal como uma espécie de pós-escrito, o penúltimo (“O desenho revelado”) versa sobre os acontecimentos sucessivos à crise de Évora, tornando-se claros os desígnios do governo central da Monarquia no sentido da revogação dos foros do Reino. O último bloco, constituindo o seu Epílogo, formado por um único parágrafo (168), saúda a revolta do povo de Évora como o “elegante prelúdio” que antecipa e sinaliza o advento da Restauração.

3. Um ‘aparelho de leitura’ para a análise de textos históricos

Reconhecida a estrutura e construído um índice das “Alterações de Évora”, o trabalho de ‘desmontagem e análise’ da “Epanáfora Política” desce em seguida ao pormenor de cada módulo.

Com apoio nas categorias adaptadas de “A operação historiográfica” de Michel de Certeau – os pares formados por lugar social & perspectiva e prática & escrita, espécie de ‘scanner’ ou ‘aparelho de leitura’ para a análise de textos de História –, procuramos agora no corpo do texto as incidências correspondentes. É por assim dizer o teste prático dessas categorias.

De antemão, faz-se necessário estabelecer o caráter ensaístico, experimental, desse ‘teste’, especialmente quanto ao primeiro binômio, formado pelos conceitos de lugar social & perspectiva. Veremos como o seu uso empírico, no esforço de análise módulo a módulo, vai mostrando limites e possibilidades, sofrendo ajustes, demonstrando adequações e inadequações, e também a eventual interpenetração ou sobreposição parcial dos conceitos ou categorias.

Vale dizer que o trabalho que se apresenta não deve ser considerado um produto definitivo, mas um processo de busca e pesquisa, com tropeços, correções de rumo e, queremos acreditar, achados felizes.

Embora essa análise tenha avançado, até o presente momento, apenas uma terça parte do caminho, alcançando os primeiros dezoito módulos (até 071-073, ‘Prontidão do exército da Cantábria’) e, parcialmente, o quinto bloco temático, relativo à ‘Administração central da crise’ (parágrafos 067-098), acreditamos que o trecho percorrido serve à demonstração da hipótese (a rigor, um ou dois módulos bastariam) e também da aplicabilidade das categorias.

As incidências que dizem com a participação pessoal de DFM nas tratativas ligadas às alterações de Évora vão assinaladas na abertura da análise, com a lembrança de que o núcleo principal do discurso de auto-justificação – o “Argumento do Correio” – foi estudado no Capítulo Terceiro.

Caso, Instrução e Parecer

Vejam as etapas dessa operação para cada módulo e a maneira como são manejadas, no miúdo da análise, as nossas categorias analíticas.

Antes mesmo da ‘varredura’ crítica propriamente dita, uma fase preliminar, de primeira abordagem do módulo em tela, é feita mediante a identificação do que nele é ‘caso’ e do que é ‘discurso’ (ou ‘instrução’).

Ambos os conceitos estão presentes como um binômio nos escritos do próprio autor, que os considera fenômenos narrativos distintos, às vezes em contradição (nos escritos dos ‘tacitistas’ extremados) ou em perfeita complementação (nos escritos que ele admira e que procura imitar).

O “caso” compõe o “fio dos acontecimentos”, vale dizer, a matéria factual, relativa a ações, estados e situações objetivas.

O “discurso” consiste das intervenções do autor na matéria narrada, e tem a função última de instruir o leitor. Para evitar confusão com o sentido de ‘linguagem’, emprega-se o termo ‘instrução’, também encontrável com este significado em passagens dos escritos, no lugar de “discurso”.

A ‘instrução’ (ou ‘discurso’) inclui os comentários, as sentenças, os segredos, os juízos, os marcadores meta-narrativos e, o que é fundamental na historiografia meliana, como na de seu tempo, as lições da História, às vezes na fórmula quintessencial dos aforismos.

Esta primeira abordagem dos módulos mediante a identificação de “caso” e “discurso” ou “instrução” se completa com uma terceira rubrica, o ‘parecer’, seção da análise que se preocupa a) com o lugar do módulo no bloco temático que integra e no conjunto da narrativa, registrando as transições inter-modulares e as referências cruzadas com outros lugares da “Epanáfora” e de outras obras do corpus meliano, e neste caso a seção funciona como um ‘navegador de leitura’; b) com a construção de uma espécie de índice interno do módulo; assim como c) com a avaliação, digamos, do desempenho narrativo, levando em consideração os achados de todas as categorias analíticas.

Tenta-se aqui identificar o que o autor quis realizar naquela passagem, vale dizer, os problemas e soluções que encontrou. Eventualmente, constam do “parecer” as apreciações de ordem qualitativa, feitas por um leitor atual, sobre essa realização.

Uma vez realizado o reconhecimento inicial do módulo em tela nas seções CASO, INSTRUÇÃO e PARECER, ingressamos na análise propriamente dita, segundo os pares categoriais PRÁTICA & ESCRITA, de um lado, e LUGAR SOCIAL & PERSPECTIVA, do outro.

Prática & escrita

Entre as categorias propostas por Michel de Certeau, com intenções bem outras, como se viu nas ‘Considerações metodológicas’, a ‘prática’ compreende os saberes, procedimentos,

protocolos e convenções que ao mesmo tempo constituem e condicionam a profissão do historiador, os quais lhe conferem legitimidade e aceitação na comunidade de seus pares, e acabam por refletir-se em seu produto final, o texto.

No caso de um historiador do século XVII, entende-se por ‘prática’ o código historiográfico da época, vale dizer, o conjunto de procedimentos e convenções (os dois sentidos afinal de ‘praxe’) que definem o que é historiografia e como se escreve História, incluindo toda a tradição retórica (tensionada no século XVII pelas demandas da conflitiva temática contemporânea, que vão resultar também na criação do jornalismo) e a questão de método, bem como o conjunto de expectativas políticas, sociais, escriturárias, etc, incidentes sobre o ofício do historiador ou cronista, numa época em que este ofício nunca se distanciava demasiado dos tronos.

(Também neste sentido é notável a “Epanáfora Política”, na medida em que DFM a escreve como um serviço que presta a si mesmo, na direção de sua justificação, deixando a meio caminho, para fazê-lo, uma encomenda real, a da biografia do pai do soberano. Deixar o rei a esperar foi talvez o maior luxo do prisioneiro.)

A rigor, o conhecimento da ‘prática’ em vigor ao tempo de Dom Francisco Manuel significaria conhecer as principais correntes historiográficas, os tratadistas da ‘arte histórica’, as realizações paradigmáticas e também as escolhas feitas pelo autor, entre essas correntes, tratadistas e obras.

A pesquisa avançou um pouco nessas várias direções, mas, a rigor, além das observações meta-historiográficas do escritor, contamos apenas com o próprio texto como ponto de partida para reconstruir a ‘prática’ à qual se dispunha a obedecer.

DFM não seria a rigor um heterodoxo em matéria de escrita da História, conforme as suas reiteradas declarações de que segue sempre “a melhor parte dos Autores historiógrafos”¹⁸⁹. Mas pode ser considerado, como vimos em outro lugar da tese, um ‘tacitista dissidente’, na medida em que se distancia do laconismo sincopado à Malvezzi, ao mesmo tempo que abraça sem restrições o conceito de História como um corpo de experiências e de ensinamentos e modelos a extrair.

Suas admirações em matéria de obras e autores são declaradas com nitidez nas interlocuções do “Hospital das Letras”, que incluem, na ‘estante dos historiadores’, todo um discurso sobre as duas maneiras de ‘escrever a História’: as monografias devem ser densamente comentadas, as histórias gerais, menos; sempre em nome do interesse do leitor.

¹⁸⁹ Epanáforas, ed. cit., Epanáfora Trágica, p. 214.

Sem prejuízo da veracidade, DFM considera imperativo deleitar e prender a atenção do leitor. O historiador, além de veraz, deve ser interessante.

Sendo a ‘prática’ o terreno por excelência do exercício das técnicas historiográficas, tratamos de registrar sob esta rubrica as soluções de método, os registros de tratamento de fontes, a cronologia e a administração do tempo narrativo, os procedimentos de composição (como a dos ‘fios dos acontecimentos’ que se entrelaçam como num exercício de tecelagem), as mudanças de foco e de cenário, etc.

Quanto à escrita, compreendida na lição de Certeau como a particular modulação pessoal de uma ‘prática’, trata-se aqui de localizar, juntamente com as escolhas no plano do estilo, nunca inteiramente ingênuas ou desprovidas de cálculo, escolhas que traduzem no limite uma personalidade autoral, com suas idiossincrasias, o seu particular manejo das técnicas de representação de caracteres, o registro de vozes narrativas, e os pequenos acidentes de linguagem reveladores de realidades psicológicas ou sociológicas maiores.

É neste campo que situam-se os recursos, importantes para a tese, da escrita ‘dissimulada’ e ‘furtacor’, aquela operando às vezes por deslizamentos semânticos, esta com o emprego de contextos aptos a justificar a própria causa em situações que guardam analogias com as suas. Todas as passagens que dizem com a participação pessoal de DFM nas tratativas da crise de Évora, e muitas das que não dizem (para a ‘escrita furtacor’), são ricas em exemplos desse tipo de escrita.

Veremos, no exame concreto dos módulos, pelo menos quatro aspectos da escrita meliana a sobressaírem entre outras características.

Um desses aspectos é formado pela escrita que chamamos *quantitativa*, abrangendo a constante aferição de situações, personagens e ocorrências, tanto consideradas em si mesmas como medidas e estimadas umas pelas outras. Traço que parece confirmar a alegada inclinação de Dom Francisco pela ciência dos números, que o teriam levado, adolescente, a escrever um desaparecido tratado de “Concordâncias matemáticas”. Um exemplo entre inúmeros consta do módulo (049-052) relativo às ‘Origens jesuíticas do Sebastianismo’:

Quanto foi no Reino maior a lástima & queixume de sua perda, & mais constante a opinião da origem dela, tanto mais na Companhia se arraigava o sentimento da tragédia de aquele Príncipe.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Alterações de Évora, cit., p. 37.

Outros aspectos muito assíduos da escrita meliana incluem as anotações de ordem psicológica ou psico-social, como nos seguintes exemplos do módulo (053-057) relativo à ‘Recepção e alastramento da revolta até Vila Viçosa’: “Os de Évora, não contentes do passado, começaram a gloriar-se de suas ações, em vez de temê-las”¹⁹¹; “Como em todos era comum a queixa, estava igual a disposição para os efeitos do sentimento”. Trata-se da *escrita psicológica*, que traduz uma visão do processo histórico marcada pelo protagonismo.

Numerosos binômios incidem por toda parte no texto meliano, tanto como pares de conceitos, objetos e personagens, como de cláusulas referentes às ações, às vezes como simples reunião e às vezes como oposição entre os termos. É a *escrita binomial ou dialética*, característica de um modo de pensar.

Veja-se o seguinte exemplo, tirado do módulo (041-044) relativo à “Sublevação em Évora: a explosão da fúria popular”: no parágrafo 041, os ‘vereadores da Câmara, “à custa da vontade delRey & do clamor do Povo, igualmente mostravam desejo de obedecer & resistir; porque de uma parte, a obrigação de bons Vassalos & da outra, a de bons Patrícios, os dividiam & equivocavam, em tão contrários efeitos”¹⁹².

Entre muitíssimos binômios, o escritor eventualmente emprega trinômios, talvez para efeito de variação: no mesmo parágrafo 041, o Povo “consta de número incapaz de castigo, suborno, ou conselho”; no 044, “Toda a prata, ouro & dinheiro que despojavam, queimaram na Praça”.

Outras incidências freqüentes incluem o que chamamos a *escrita apartada ou digressiva*, constituída de muitas pequenas digressões ou anotações marginais ao curso principal da ação, como no exemplo (também 044): O corregedor Sarmiento escapou com vida e depois “passou à Corte, & nela experimentou a fortuna dos que se perdem entre ruins sucessos, cuja direção etc”¹⁹³.

Uma *escrita apertada ou comprimida*, que procede por sínteses de grande densidade, conclui, embora sem a pretensão de exaurir os aspectos da linguagem meliana, este breve inventário das incidências mais freqüentes.

Bom exemplo deste modo de escrita é encontrado no módulo (045-048) “A nobreza local se organiza na Junta de Santo Antão”:

Sucedeu então, que sobrevindo as trevas da noite, se esforçaram tanto os inquietos, que juntos foram apedrejar o Paço Arcebispal, injuriando com atrevidas palavras ao Prelado

¹⁹¹ Idem, p. 39.

¹⁹² Alterações de Évora, cit., p. 28.

¹⁹³ Idem, p. 31.

& sua família. Outro semelhante, ou maior tropel, entrou pelas portas do Conde Dom Diogo de Castro, a quem aborreciam, posto que veneravam, sem outra causa, que haver sido grande Ministro.¹⁹⁴

Note-se que em apenas duas curtas frases são desenhadas duas cenas completas.

Uma sexta modalidade poderia ser incluída nesse levantamento. Como denominá-la? De um modo geral, a escrita de Dom Francisco tende ao concreto e à metaforização, ainda quando generaliza, o que se traduz pelos muitos símiles, como quando aponta exceções aos efeitos corrosivos do regime do valimento sobre os valores políticos individuais:

Não era contudo a idade de todo estéril de Varões graves, que à imitação dos primeiros, se satisfaziam com a glória do merecimento: porque **dos grandes edifícios, ainda depois de arruinados, sempre se vão descobrindo alguns vestígios, que nos informam de sua primitiva grandeza.**¹⁹⁵

Sob a rubrica das FIGURAS, reúnem-se no trabalho de análise do texto das “Alterações” aquelas incidências não compreendidas nos quatro tipos de linguagem mais freqüentes. Aspectos da prática e da escrita a merecerem anotação à parte, como os símiles, os exemplos, os aforismos, as figuras de pensamento e de linguagem, as questões semânticas, etc, são remetidos a esta seção complementar, que funciona como uma área de ampliação de PRÁTICA e ESCRITA.

Ainda quanto aos modos de escrita, importa anotar que os exemplos de ‘escrita dissimulada’ e ‘furtacor’, registráveis sob a rubrica de ‘ESCRITA’ ou ainda entre as ‘FIGURAS’, o são também em ‘PERSPECTIVA’, uma vez que dizem diretamente com os enviesamentos propostos na hipótese.

Lugar Social & Perspectiva

A categoria ‘lugar social’ compreende a série de posições assumidas pelo escritor face aos acontecimentos, assim como as posições de terceiros tal como ele as percebe, o que inclui inteiras classes sociais, como no caso dos ‘inquietos’ de Évora, ou segmentos de classe, como a Junta de Santo Antão constituída pela nobreza local eborense para administrar pontualmente a crise, e indivíduos considerados singularmente, a exemplo do ‘carreirista’ Diogo Soares e da “notável velocidade com que voou a tão alto estado”, isto é, para as primeiras posições do governo do Reino, no Conselho de Portugal em Madri e junto ao Valido.

¹⁹⁴ Idem, pp. 34-35.

¹⁹⁵ Alterações de Évora, cit., p. 8. Negritos nossos.

Toda a galeria de personagens e grupos sociais retratados nas “Alterações de Évora” vai projetar a visão pessoal e a visão de classe do escritor, nem sempre inteiramente congruentes.

Assim as contradições experimentadas pelo historiador Melo se revelam com clareza diante da revolta, que lhe inspira evidente simpatia, ao mesmo tempo que o levam a distanciar-se o mais possível de ostentar essa identificação, como quando a revolta alcança Vila Viçosa, sede da Casa de Bragança. Mas face à preeminência dos letrados na administração pública, fenômeno que é feito remontar na narrativa aos tempos de D. João II, como bom membro da aristocracia ele vai manifestar a rejeição de classe a esses ‘intrusos’, situados, como os corregedores de seu tempo, em posições que deveriam pertencer à nobreza.

Em suma, a partir das anotações de ‘lugar social’, deduz-se um panorama político e social do Reino e da Monarquia ao tempo da União Ibérica e um auto-retrato do escritor em 1637-1638 (com referências à sua situação em 1640-1641), construídos por ele mesmo doze anos depois dos acontecimentos de Évora e cerca de nove e de cinco anos de suas quedas em desgraça na Monarquia e em Portugal.

Sob a categoria ‘perspectiva’, anotam-se naturalmente os traços reveladores dos vieses postulados na hipótese: dissidência e crítica da Monarquia, justificação perante o Reino.

Aos poucos, como para as demais categorias, vai-se formando uma ‘rotina da análise’. Uma rubrica fundamental é a que reúne os registros do conflito maior entre Monarquia e Reino, que se desenvolve em ondas e círculos, por eixos e polaridades, mediante interpostas pessoas ou sujeitos sociais, desdobrando-se por ‘sub-categorias’ como as que dizem com o estatuto do Reino no contexto da Monarquia, as ambivalências e bifrontismos que assinalam a vida política, os pólos de articulação política e administrativa e a relação entre o centro e as províncias, a crítica do poder castelhano, a afirmação nacional portuguesa pelas menções ao passado histórico do Reino, os passos da gradual revelação do desígnio olivariano (a formação de um estado unitário), as alusões à Restauração no horizonte próximo, etc.

Quanto à auto-justificação de DFM, são anotadas as alegações diretas e mais frequentemente indiretas que faz em causa própria (casos de ‘escrita furtacor’) mediante a observação de casos alheios, a apresentação de juízos alternativos para várias situações com a opção pelo mais prudente, a denúncia de comportamentos políticos reprováveis (análogos aos que talvez lhe censurassem no Portugal restaurado) e, de modo geral, o tratamento de objetos históricos que deliberada ou inadvertidamente revela valores pessoais tendentes a justificá-lo (perspectiva deduzida ou deliberada).

Figuras e Historiografia

Além da rubrica relativa às FIGURAS, sobre a qual já se disse algo, destinada a recolher as figuras de linguagem e de pensamento mais notáveis de cada módulo, abriu-se uma rubrica especial para HISTORIOGRAFIA. São reunidas aqui as observações analíticas sobre reflexões do autor sobre a escrita da História, testemunhos pessoais, outras intervenções em primeira pessoa, além de recursos narrativos como digressões, marcadores meta-narrativos, pausas narrativas explícitas. E ainda registros de incerteza ou estado cambiante e instável do objeto, cenários analíticos alternativos, registros da antiguidade, citações de historiadores, raridade de um evento, etc. Assim como em ‘Figuras’, amplia-se em ‘Historiografia’ a análise de traços interessantes às demais categorias e rubricas e, em última instância, à verificação da hipótese.

A operação analítica, em resumo, compreende a abordagem preliminar do módulo, com as rubricas CASO, INSTRUÇÃO e PARECER; e o esforço analítico propriamente dito, com as categorias PRÁTICA & ESCRITA e LUGAR SOCIAL & PERSPECTIVA. Duas categorias adicionais, as de FIGURAS e HISTORIOGRAFIA, recolhem anotações suplementares.

4. Desmontagem e análise

À guisa de orientação de leitura, assinalam-se em negrito, no índice agora construído das “Alterações de Évora”, os módulos que dizem direta ou indiretamente com a participação pessoal de Dom Francisco nas tratativas ligadas à crise de 1637-38, com a lembrança de que o núcleo principal do discurso de auto-justificação – o ‘Argumento do Correio’, inscrito no módulo (147-148), relativo à ‘Missão Melo a Madri & segunda entrevista com Olivares’ – foi estudado no Capítulo Terceiro (3.3).

INDICE DAS “ALTERAÇÕES DE ÉVORA”

	Proposição
001-007	O PROJETO DE UMA RELAÇÃO DOS SUCESSOS
	Primeiro Movimento
008-039	A PRODUÇÃO DA REVOLTA
008-009	Meio século de União Ibérica
010-012	Decreto fiscal de Felipe IV

- 013-017 Reações à imposição do tributo
 018-024 Governos de Portugal até Diogo de Castro
 025-030 Instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos
 036-039 A fiscalidade segundo Madri e segundo os Povos
 040-057 A ECLOSÃO DA REVOLTA
 040-044 Sublevação em Évora
 045-048 A nobreza local se organiza na Junta de Santo Antão
 049-052 Origens jesuíticas do Sebastianismo
 053-057 Organização, recepção e alastramento da revolta a Vila Viçosa

Segundo Movimento

- 058-066 ADMINISTRAÇÃO DOMÉSTICA DA CRISE
 058-059 A crise nas articulações de governo
 060-062 Três missões malogradas
 063-063 Madri e Lisboa cogitam de “castigo”
 064-065 Balanço das forças e impasses da solução armada
 066-066 A princesa entrega ao rei “o perigo e o remédio”
 067-098 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA CRISE
 067-070 A crise vista de Madri
 071-073 Prontidão do exército da Cantábria
 074-083 A missão de frei João de Vasconcelos
 084-085 O movimento no Alentejo e “desta parte” do rio
086-089 Suspeitas de Madri e manobras de Bragança
090-093 A missão Melo junto à Corte e a Olivares
094-097 As “parcialidades” Soares versus Linhares em Madri
 098-098 Os inquietos analisam cenários

Terceiro Movimento

- 099-120 A ESPADA SUSPENSA
 099-101 Marcha do exército até Badajoz, mobilização de Sidonia
 102-106 Hesitações em Évora, Junta recebe carta de Olivares
107-116 Olivares reúne a nobreza de Portugal em Madri
 117-120 Propostas de quietação e pagamento partem de Évora
 121-148 A ÚLTIMA MISSÃO NEGOCIADORA
121-129 Origens, condições e preparativos da missão Linhares
 130-133 A operação repressiva por dentro, diplomática por fora
134-136 Marcha da missão Linhares, interlúdio em Vila Viçosa
136-146 Linhares em Évora; exigida a Jornada dos Procuradores
138-138 [SM] A Jornada e as leituras extemporâneas de Olivares
147-148 Missão Melo a Madri, segunda entrevista com Olivares

149-155	A REPRESSÃO SE DESATA
149-149	Exércitos se põem em marcha, os Populares esperam
150-150	Olheiro colhe informações em Portugal para Béjar
151-151	Recriminações a Olivares em Madri pela clique Soares
152-153	Ajuste de contas em Évora
152-154	Aparato judicial apura as culpas em Évora
155-155	Valparaiso reprime no Algarve
	Pós-escrito
156-167	O DESENHO (OU DESÍGNIO) REVELADO
156-156	Junta de Badajoz delibera em matéria política
157-163	Chamamento dos Grandes a Madri
164-164	Requisição de tropas e galeões em Portugal e Ilhas
166-166	Interrogatório e comunicação de nova forma de governo
167-167	Mal que vem para bem: destruição da armada de Oquendo
	Epílogo
168-168	O “ELEGANTE PRELÚDIO DA REDENÇÃO LUSITANA”

As “Alterações de Évora”: Desmontagem e análise dos módulos

001-007 O projeto de uma relação dos sucessos

008-009 Meio século de União Ibérica

010-012 Decreto fiscal de Felipe IV

CASO. (010) Certo fidalgo português mais especulativo que prático nos negócios públicos entretinha grandes ambições políticas e, deliberando de si para consigo sobre o empenho em que se via a fazenda real, formulou documento com vários alvitres para remediá-lo. (011) Confiando suas conclusões a outro fidalgo muito mais destro nas matérias de estado, este segundo fidalgo aperfeiçoou as idéias do primeiro em novo documento, que rapidamente apresentou ao rei e ao valido castelhanos, vendo-as aprovadas. O inventor original dos alvitres queixou-se então a muitos da simulação e falsidade do confidente. (012) Tal foi a origem de um áspero decreto de Felipe IV, determinando aos portugueses o servissem com 500.000 cruzados fixos anuais. Os antigos foros do Reino, porém, proibiam aos Príncipes a imposição de novo tributo sem que fosse comunicado, pedido e concedido em Cortes, objeção que sem o emprego de artifício pareceu incontornável.

INSTRUÇÃO. (010) 1. A expressão “fidalgo” é empregada entre os portugueses com mais digna recordação que as outras nações de Espanha. 2. O autor justifica com razões historiográficas a omissão dos nomes nesta parte do relato. 3. O fidalgo de quem se trata, embora nunca houvesse manejado os negócios públicos, julgava-se em condições de assumir os mais altos postos. 4. O autor bem o conheceu e tratou como amigo por muitos anos. E reflete hoje que o mesmo já andava impaciente com a falta do Consulado. 5. Aos homens inexperientes parece fácil a emenda dos erros, principalmente os da administração pública, marcados pela ambigüidade, e que somente se revelam aos mais excelentes juízos, depois de muita prática. (011) O autor não chegou a ouvir do primeiro fidalgo as queixas que fez abertamente contra a simulação do segundo; mas ouviu-as de muitos outros, como devem ter ouvido talvez muitos dos seus leitores. (012) A proibição de novo tributo antes da concessão em Cortes pareceu incontornável se feita sem o emprego de artifício.

PARECER. 1. Ao localizar a origem (012) do decreto fiscal de Felipe IV nos escritos especulativos de um fidalgo amalucado (010), cujas idéias são em seguida (011) furtadas por outro, não menos nobre e muito mais esperto, e prontamente admitidas e implementadas pelo rei e valido, DFM lança o ridículo tanto sobre os alvitristas quanto sobre aquelas duas figuras máximas e, implicitamente, sobre o processo decisório praticado nas altas esferas da Monarquia. 2. Os protestos de isenção histórica com que se esquiva de nomear a “este tal fidalgo” não o impedem, por exemplo, mais adiante (155), no auge da repressão no Algarve, de oferecer o nome do desembargador Pero Vieira da Silva, como um dos executores das medidas de punição decididas pelos castelhanos em Ayamonte, acrescentando cinicamente (mas com valor exemplar, em causa própria) que “nesta comissão, deu sinais da prudência, & modéstia, com que havia de exercer o supremo lugar de Secretário de Estado, que agora exercita.”

ESCRITA. (010) 1. Caráter/Caracteres: O primeiro caráter desenhado por DFM nas “Alterações” seria o deste “fidalgo mais especulativo que prático”, se desconsiderarmos o retrato (moral) de si mesmo que começou a construir desde as linhas iniciais; e também o dos “relaxados” reis castelhanos, diríamos apatetados (desatentos, “como estranhos”) em meio às mais importantes ocorrências públicas (009). 2. Ironia: O parágrafo abre-se com uma paráfrase da abertura do “Quixote”: “En un lugar de la Mancha de cuyo nombre no quiero acordarme, no hace mucho tiempo que vivía un hidalgo, de los de lanza en astillero (...)”. 3. A evocação do “Quixote” vem reforçada na terceira frase: “Era este tal Fidalgo mais especulativo, que prático em os negócios públicos, que nunca havia manejado (...)”. 4. O escritor é testemunha: “Eu, que bem o conheci, & por muitos anos tratei com mais de

ordinária amizade (...).” 5. O ridículo sobe de grau na descrição do processo diríamos íntimo de averiguação por “este tal fidalgo” “das causas do empenho em que se via a fazenda real”. (011) Acentua-se o tom de farsa com o rapto das idéias do Primeiro pelo Segundo Fidalgo, que “fundando melhores conclusões nas premissas do primeiro”, vem a formar “outro aventajado papel” e a subitamente oferecer-se ao rei e ao valido, “de quem não só foi admitido, mas satisfeito.” (012) Secamente, em uma só frase, o autor declara a lide que informará toda a relação dos motins de Évora: “Tal foi o princípio de um áspero decreto que elRey D. Felipe, dos seus chamado o Quarto, fez publicar aos Portuguezes: em que lhes mandava o servissem com quinhentos mil cruzados fixos cada um ano, repartidos por vários efeitos.”

PRÁTICA. Fontes: 1. A principal fonte é o testemunho do escritor (010, 011), corroborado pela consulta à voz coletiva, seja o rumor (“Foi então fama”), seja o testemunho (que invoca) de terceiros (“& muitos dos que me lêem sei o ouviriam”) (011), seja ainda o parecer da opinião anônima e geral (“Pareceu que esta dificuldade era grande, & sem artifício, invencível”).”

LUGAR SOCIAL. 1. O autor apresenta-se como testemunha privilegiada, com acesso a emoções de ordem pessoal e a operações reservadas de personalidades da alta nobreza do Reino. Do Primeiro Fidalgo (“bem o conheci & por muitos anos tratei com mais de ordinária amizade”), revela que, nunca tendo ele manejado os negócios públicos, disto “muito se sentia”; e que, “julgando-se com anos, autoridade & talento conveniente às maiores ocupações, que os Príncipes encarregam a seus vassalos”, “creio agora, que ainda então lhe não tardava o Consulado, cuja falta ele já reputava intolerável injúria”. Mostra-se também próximo do Segundo Fidalgo, a quem conhece suficientemente para avaliá-lo como “muito mais destro em as matérias de estado”, além de saber que “fundando melhores conclusões nas premissas do primeiro, formou outro aventajado papel, com o qual subitamente se ofereceu a elRey & Valido Castelhana; de quem não só foi admitido mas satisfeito.” 2. Na condição de escritor, supõe o autor que conta com muitos leitores (“muitos dos que me lêem”) e, na simples condição de ouvinte, revela que se comunicava com muitas pessoas (“Assi o entendi eu de outros muitos, mas dos dous, nunca”).

PERSPECTIVA. (010-012) 1. A narrativa volta ao pólo ou extremo português do eixo Lisboa-Madri. 2. Acusa-se (011) o “empenho, em que se via a fazenda real” e a busca, por alvitristas portugueses, de “remédio”, mediante a redação de “papéis” com “vários alvitres”. 3. A perspectiva ibérica e, amplamente, monárquica, é reduzida (011) ao extremo de Castela: Felipe IV e o Conde Duque são qualificados, sem mais, como “elRey, & Valido Castelhana”.

4. O rei é referido como “D. Felipe, dos seus chamados o Quarto”. É mais uma vez o escritor a distanciar-se ostensivamente da condição ibérica e a reafirmar a portuguesa.

FIGURAS. 1. Aforismo (010): “Por tão enganoso compasso se medem os homens a si mesmos, & tão terrível conseqüência trazem as parciais eleições, voando para uns os prêmios, quando para outros tarda, ou não chega nunca”. 2. Aforismo (010): “Entre os homens sem experiência, não parece dificultosa a emenda dos erros por que não têm passado; principalmente em os da administração pública, cuja ambigua natureza apenas se descobre aos mais excelentes juízos, depois que são nela muito práticos.” 3. Retórica (010): “Após de seu pensamento formou logo um papel de vários alvitres, ordenado de boas palavras & fermosos pretextos, que todos os fins de seu discurso faziam mais agradáveis.”

HISTORIOGRAFIA. 1. “Fizera história ao escândalo, como desejo de a fazer à doutrina, se aqui nomeasse todos aqueles de que hei de falar: basta que não dissimule as ações que dão claridade, & sustância ao que vou escrevendo.” 2. Definem-se (012) as duas grandes linhas temáticas que vão formar o conflito principal das “Alterações de Évora”: a tentativa de impor a renda fixa aos portugueses, por parte do poder central, e a resistência portuguesa, com fundamento nos “antigos foros” do Reino, e com a exigência de que todo “novo tributo” seja “em Cortes (...) comunicado, pedido, & concedido”.

(013-017) Reações à imposição do tributo [e crise dos governadores]

CASO. (013) 1. A primeira frase do módulo o resume: “Observavam-se muitos sinais de custosas novidades”. 2. Havia pouco, o conde de Portalegre se escusara ao governo do Reino desconfiado de que o governo central não lhe entregasse o comando das forças castelhanas que ocupavam nossos presídios. Ao mesmo passo que perdia a graça real, se pôs a solicitar a do Povo, com argumentos patrióticos e anti-castelhanos. (014) Em Madri se avaliava que a vontade de Diogo da Silva levava consigo tantas, que todas juntas formavam “um muro incontrastável”, a ser rompido como condição para que se pudesse introduzir “a forma dos Decretos reais & sua obediência”. (015) Neste ambiente de medo e cautela, os mais importantes expedientes perigavam: receando o mal que se lhes ordenava, os ministros duvidavam até das medidas justificadas. Outros buscavam um meio de introduzir o novo pedido sem violência contra o Povo nem descrédito do Rei, isto é, procuravam acomodar o serviço do Príncipe com a liberdade do Reino; donde procedeu que se enviassem cartas assinadas da mão real a algumas das principais pessoas com voto em Cortes para que em junta particular se pudesse aceitar o novo tributo “sem quebranto dos foros do Reino nem

experimental a contrariedade que da multidão se temia”. (016) As cartas só continham o mandado & rogo del Rei para que se reunissem a ouvir uma matéria de grande importância e conveniência do Reino. Composta apenas daqueles representantes da Nobreza, Povo e Eclesiásticos de quem se esperava obediência, a Junta houve efeito na igreja de S. Antonio de Lisboa. Ouvida porém a proposição do negócio e advertido o artifício com que se procurou facilitar, o primeiro a se pronunciar, D. Francisco de Castel-Branco, conde de Sabugal e meirinho-mor do Reino, disse: *Que ele, e todos os circunstantes, com os vogais que faltavam, haviam jurado guardar os costumes de Portugal; pelo que não lhes era lícito admitir, nem votar fora de Cortes, em matérias semelhantes.* Levantou-se e seguiram-no os Nobres & Ministros que se achavam presentes. (017) Governavam Portugal nessa época os condes de Castro Daire e de Vale de Reis, dos quais, havendo na Corte inteira satisfação, se esperava assistissem ao novo serviço com os cuidados necessários. O descontentamento (na Corte) foi tanto maior, e nem as escusas nem as sugestões de solução contidas no aviso dos governadores foram admitidas. Com o que perderam autoridade e crédito, vale dizer, tornaram-se dispensáveis.

INSTRUÇÃO. (013) 1. Diogo da Silva se escusara do governo do Reino “com generosa, mas desigual resolução” porque não lhe confiavam o mando das Armas Castelhanas como o haviam confiado a seu pai, o conde Dom João. 2. Ao Povo, D. Diogo declarava que “se por muito Português o não achavam seguro para mandar Castelhanos, ele desejava antes os cômodos dos primeiros que dos segundos; & que por se escusar de ser instrumento da vexação da Pátria, fora com aquele desprezo castigado.” (014) 1. Estado de espírito dos ministros da Corte: “Ou já invejosos do crédito deste Conde, ou escandalizados dos meios porque o adquiria”. 2. “A Nobreza & Povo tinham por suspeitosas aquelas resoluções que não rubricava o aplauso do Conde D. Diogo da Silva.” (015) 1. Ambiente de insegurança e incerteza: “Os expedientes mais importantes perigavam no princípio ou meio da execução”. 2. O estratagema do simulacro de Cortes não tem autor conhecido e decorre de operação secreta: “Donde procedeu arbitrar-se ocultamente que de Castela viessem cartas assinadas da mão real, a algumas das principais pessoas que em Cortes tinham voto.” (016) “Interessal obediência”: “De Nobreza, Povo & Eclesiásticos estavam chamados somente aqueles de quem mais se esperava a muda, ou interessal obediência.” (017) 1. O descontentamento que se segue em Madri à frustração do simulacro de Cortes é inversamente proporcional à expectativa de que fosse bem sucedido, donde segue-se a lição, expressa em aforismo: “Nunca a desesperação é tão custosa como quando nela se troca a esperança mais certa.” 2. A tentativa dos governadores de remediar aquela frustração igualmente se frustra: “Nem as

escusas, nem as esperanças se lhe(s) admitiram, ou agradeceram”, o que apenas agrava a situação: “Foi dar outro mais cego nó à dificuldade.” 3. A substância do poder provincial no contexto da Monarquia é descrita com três termos: “Força da autoridade, crédito & indústria.”

PARECER. 1. Dois episódios ilustram o aparecimento ou a intensificação de uma forte oposição interna ao “domínio” castelhano, a saber, (013) a “escusa” do conde de Portalegre, Diogo da Silva, inconformado com não lhe entregarem “o mando das Armas Castelhanas que ocupavam nossos presídios”; e (016) a recusa de membros da elite portuguesa a participar de um simulacro de Cortes destinado a aprovar o novo imposto, manobra artilosa que se desmascara em plena reunião da junta. 2. A dificuldade de impor o novo tributo se traduz como crise de governo na “ponta” portuguesa do eixo Madri-Lisboa: os dois governadores “não provaram mais a força da autoridade, crédito & indústria, que por ambos se repartia.”

ESCRITA. 1. Transição: Entra-se de chofre (013) no quadro de “custosas novidades” envolvendo o governo de Portugal. 2. Voz: O narrador onisciente comparece apenas na terceira pessoa. 3. Caracteres: a) Dom Diogo da Silva, “Conde que fora de Portalegre”, filho de outro governador de Portugal, D. João de Silva ou “da Silva”, vem retratado (013) como figura briosa, capaz de se “escusar” do mais alto posto, motivado pela diminuição de suas prerrogativas, e de promover-se como patriota junto ao Povo, em desafio do poder central, sendo aliás visto pelos ministros da Corte como alguém cuja vontade “era em Portugal sempre oposta à delRey”. b) Outro brioso português brevemente retratado (016) é D. Francisco de Castel-Branco, capaz de contrariar a expectativa castelhana de que fosse um daqueles “de quem mais se esperava a muda, ou interessal obediência”, e que laconicamente se pronuncia na reunião da junta de Santo Antonio de Lisboa contra o voto “fora de Cortes”, liderando a retirada dos “Nobres & Ministros” presentes. c) O estado de ânimo do coletivo dos representantes reunidos na igreja, ao retirarem-se em protesto, é igualmente registrado (016): “Uns com inveja, outros com satisfação, mas todos com temor do mesmo que estavam executando”. 3. Reiteraões: O problema insolúvel dos governantes é definido três vezes como: (015) “acomodar o serviço do Príncipe & liberdade do Reino”, vale dizer, “introduzir o novo pedido sem violência contra o Povo nem desautoridade contra elRey” ou ainda “aceitar o novo tributo sem quebranto dos foros do Reino nem experimentar a contrariedade que da multidão se temia”. 4. A linguagem meliana tende à concretude mais do que à abstração. Assim, a rejeição ao aviso dos governadores por parte de Madri “foi dar outro mais cego nó à dificuldade.”

PRÁTICA. 1. Fontes: O narrador sábio e informado, onisciente e onipresente, é a fonte quase única dos teores do módulo, exceção apenas da voz coletiva – “dizem que” – que testemunha, a respeito de Diogo da Silva: “Dizem que ao mesmo passo que se via ir perdendo a graça delRey, se pôs a solicitar a do Povo.” 2. O breve discurso de Francisco de Castel-Branco na Igreja de Santo Antonio de Lisboa é registrado no modo indireto: “Que ele, & todos os circunstantes, com os vogais que faltavam, haviam jurado guardar os costumes de Portugal.”

LUGAR SOCIAL. 1. Os episódios de anti-castelhanismo objetivo são narrados desde um ponto-de-vista claramente parcial e português (pois até os presídios mantidos pela Monarquia em Portugal são “nossos presídios”), sem contudo calar o lado castelhano. Em Castela, sentem inveja ou se escandalizam (014) com a popularidade do dissidente conde de Portalegre. De Castela vem (015) a ardilosa urdidura de uma saída que, acomodando “o serviço do Príncipe”, não quebrantasse os foros do Reino, nem provocasse “a contrariedade que da multidão se temia.” 2. A difícil articulação política entre Madri e Lisboa reflete-se (017) negativamente, com a frustração do arremedo de Cortes, no âmbito subjetivo dos governadores: ambos acharam-se “desobrigados pela repreensão, ou obrigados pela consciência”. 3. Os protagonistas do módulo são fidalgos da mais alta nobreza: os condes de Portalegre, do Sabugal, de Castro Daire e de Val de Reis; ou indicados genericamente como “Ministros da Corte”, “os Ministros”, “Nobres & Ministros”.

PERSPECTIVA. 1. As relações entre Lisboa e Madri são postas num plano inclinado. A resistência que se esboça em torno de Diogo da Silva é percebida pelos castelhanos (015) como “um muro incontrastável” cujo rompimento seria a condição de introdução e obediência aos decretos reais. Em Portugal, o clima de medo e cautela paralisa ou frustra no interior do governo “todos os expedientes mais importantes”. O medo ou temor volta a comparecer (016) na retirada da junta da igreja de Santo Antonio: “Seguiram-no quantos Nobres & Ministros se achavam presentes; uns com inveja, outros com satisfação, mas todos com temor do mesmo que estavam executando.” 2. A comunicação entre Lisboa e Madri, e com ela a busca de cenários alternativos, torna-se mais difícil (017), com a rejeição das “excusas” e das “esperanças” contidas no aviso dos condes governadores.

FIGURAS. 1. “Custosas novidades” (013). Estudiosos como Rosario Villari acusam o valor negativo atribuído nas sociedades de regime antigo à “novidade”, percebida como desvio ou perturbação da ordem tradicional. A expressão “custosas novidades” reaparece adiante, nas “Alterações de Évora”. 2. As “memórias do mando” acompanham (013) “o exercício de suas virtudes” por parte do conde de Portalegre. 3. Os estamentos da sociedade

portuguesa são declarados (016) em sequência que pode ter significado: “Nobreza, Povo & Eclesiásticos.” 4. A reunião de vontades políticas é representada formando “um muro incontrastável”. A imagem clássica mais celebrada da união que faz a força é a do feixe de varas romano. 5. Conflito de imagens (014): “A Nobreza & Povo tinham por suspeitosas aquelas resoluções que não *rubricava o aplauso* do conde D. Diogo da Silva.” 6. Nó cego: “Dar outro mais cego nó à dificuldade” (017).

HISTORIOGRAFIA. 1. Com o módulo em tela, o primeiro a seguir-se ao estabelecimento do quadro geral (coordenadas de espaço e tempo, regime do valimento, origem e teor do decreto fiscal de Felipe IV) em que vão se dar os motins alentejanos, ingressamos na ação propriamente dita. 2. Desde a abertura (012), contudo, com o episódio da “escusa” de Diogo da Silva, DFM faz a análise dos motivos e reflexos psicológicos: o conde acha-se “desconfiado”; ainda se acompanha das “memórias do mando”; foi castigado com o “desprezo” de Castela. Os ministros da Cortes estão (014) “invejosos” ou “escandalizados”; um muro incontrastável é formado pelas “vontades” reunidas dos seguidores do conde; as resoluções que ele não aprova são tidas por “suspeitosas”. Os negócios, neste ambiente, se passam (015) “com medo, ou com cautela”; os ministros “receando” o mal que se lhes ordenava, até do justificado “duidavam”. Os participantes da junta, uma vez ouvidas (016) as palavras do conde do Sabugal, retiram-se da igreja de Santo Antonio “com inveja” ou “com satisfação”, mas “todos com temor do mesmo que estavam executando”. Inicialmente, em relação aos condes governadores (017), havia na Corte “inteira satisfação”, à qual sucede “o descontentamento”, ainda maior porque “nunca a desesperação é tão custosa, como quando nela se troca a esperança mais certa”. Os remédios alternativos ao impasse são traduzidos como “as esperanças”. Rejeitado o seu aviso em Madri, acham-se “desobrigados pela repreensão, ou obrigados pela consciência”.

(018-024) Governos de Portugal até Diogo de Castro

CASO. (018) Para o governo de Portugal, com o título de vice-rei, foi nomeado o novo arcebispo de Lisboa, D. João Manoel. Na ocasião, achava-se em Madri, tratando de assuntos de religião, na condição de secretário que havia sido, como bispo de Coimbra, da junta de prelados do Reino, reunidos por mais de dois anos em Tomar. (020) Saiu de Madri e chegou a Lisboa, mas não assumiu nenhuma das duas cadeiras, falecendo de uma crônica hidropisia. (021) Por trinta e dois dias, coisa nunca vista, ficou vago o governo de Portugal, com as ordens e cartas do rei sendo atendidas pelo secretário de Estado, ouvido o parecer do

Conselho de Estado. (022) Chamou-se então para o governo D. Diogo de Castro, conde de Basto, igualmente como vice-rei, que sem esse título já havia governado o Reino por duas vezes. (023) Sua preocupação maior era a restauração de Pernambuco e para tal buscou reunir todos os meios. Índia, Brasil e as demais conquistas, infestadas pelo poder inimigo, não acudiam com recursos suficientes ao seu socorro e, com essa mesma falta, o tornavam ainda mais necessário. O que servia de desculpa aos ministros (castelhanos) para prosseguirem no esforço de introdução de novos tributos. (024) Suprindo à custa de imenso trabalho as necessidades mais urgentes, D. Diogo se interpunha entre a execução (fiscal) e o remédio (de Pernambuco, Índia e conquistas). Assim durou o governo, sem escandalosa novidade, até o fim de 1634, quando voltou a se perturbar pelos acidentes que diremos.

INSTRUÇÃO. 1. Passividade do nomeado na motivação (018) e no ato (019) de nomeação: As razões da boa opinião de D. João Manoel entre os ministros castelhanos e os “modernos portugueses” (mas não entre os “mais antigos”) foram exteriores ou formais, e não incluíam exatamente o seu talento (“não de todo estéril”). Sua escolha para vice-rei deveu-se mais ao seu “crédito” do que à sua “diligência”, ao contrário do que diziam os seus próximos. 2. (020) De sua vinda a Portugal nada resultou além do deslocamento (“discômodo”) do conde da Castanheira, que ocupara a presidência do Tribunal das Ordens “contra o juízo comum”. 3. (021) Conquanto fosse o Conselho de Estado “imediate à dignidade real”, isto é, posto na ordem de sucessão no governo do Reino, as decisões durante o período de vacância de trinta e dois dias couberam de fato ao secretário de Estado, reduzido o Conselho a produzir pareceres sobre as mesmas. 4. (022) Diogo de Castro, nos postos que anteriormente ocupou, sem contar as duas vezes em que foi governador, “se fez mais digno do governo que nele mesmo”. 5. (022) A indicação para o “mais alto lugar de sua Pátria” foi considerada pelos antigos “por suma felicidade”: “Ignoravam (parece) os exemplos passados, & não alcançaram a ver os futuros escarmentos.” 6. (023) “Pelas causas que a ninguém esquecem”, estava o vice-rei Diogo de Castro “publica e particularmente interessado na restauração de Pernambuco”. O autor escreve durante o período das guerras holandesas no Nordeste brasileiro. “Particularmente” pensamos significa “pessoalmente”, ou “intimamente” ou “de veras”, e não apenas em decorrência do posto. 7. (023) A falta de “cabedal ou indústria” para fazer frente à infestação “do poder inimigo” atingia além da “utilidade”, a própria “opinião” do Reino, vale dizer, a sua reputação. 8. Elogio: (024) “Com temperança louvável”, D. Diogo “se interpunha entre a execução & o remédio”.

PARECER. 1. Com a crise de governo que se instaura a partir do fracasso do simulacro de Cortes, e a resultante demissão dos dois condes governadores (módulo anterior),

Madri busca outros nomes para ocupar a direção dos negócios em Portugal. Uma primeira tentativa é feita com a escolha do novo arcebispo de Lisboa, que morre antes de assumir o cargo de vice-rei. A segunda escolha recai sobre o ex-governador (duas vezes) Diogo de Castro, conde de Basto, que mantém postura protelatória em relação à imposição de novos tributos ao mesmo tempo que tenta remediar “à custa de imenso trabalho” a situação de carência de meios, especialmente os destinados à restauração de Pernambuco. 2. Pela primeira vez na relação, desenha-se o quadro da crise do império colonial português, com a Índia, o Brasil e demais conquistas “infestadas do poder inimigo”. 3. Pela primeira vez na relação o autor fixa uma baliza cronológica definida (“fim do ano de 1634”), a demarcar o termo deste breve período de rotina administrativa (“sem escandalosa novidade”), qualificando a transição para o governo de Margarida de Mântua como turbação. 2. Prosseguem no tenso eixo Madri-Lisboa as tentativas de imposição fiscal, que mantêm-se ao fundo como o fio condutor da narração.

ESCRITA. 1. Caracteres: Dois vice-reis são retratados no módulo, o bispo de Coimbra e depois arcebispo de Lisboa, D. João Manoel, que morre antes de assumir o governo; e D. Diogo de Castro, conde de Basto, que faz governo rotineiro e tenta suprir com os meios disponíveis e imenso trabalho a pauta mais urgente, interpondo-se às tentativas de introdução de novos impostos. Os retratos – ou as passagens que os contêm – ocupam extensões de texto equivalentes, com três parágrafos cada (018-020 e 022-024). Ambos se desenharam contra um contexto. No caso do bispo e depois arcebispo, tem-se o contexto eclesiástico (no admirável parágrafo 018), de “graves negócios” e lentos ritos, que se arrastam sem frutos, aos quais correspondem as suas “compassadas ações”, a “subida matéria”, “o zelo da causa”, anotando-se também razões de linhagem na “boa opinião” que dele fazem os ministros castelhanos e que será determinante na “eleição de sua pessoa”. No caso do conde de Basto, o contexto é o do quadro de problemas que atingem o império colonial (023), com Índia, Brasil e conquistas “infestadas do poder inimigo”, em meio à dramática escassez de recursos. Diogo de Castro aparece como um administrador experiente que mobiliza “todos os meios” para a restauração de Pernambuco, e que (024) “supre à custa de imenso trabalho as necessidades mais urgentes” enquanto obstrui as tentativas de imposição fiscal. Temos (022) as linhas principais de seu curriculum anterior, sem dúvida reveladoras das circunstâncias da sua nomeação, pois já havia governado duas vezes o Reino, depois de exercer outros postos públicos, “donde se fez mais digno do governo que nele mesmo.” 2. Exemplos e escarmentos. O autor anota, no caso do conde de Basto, que o título de vice-rei, “que antes não conseguira”, era “cousa que os antigos tiveram por suma felicidade”, concluindo com a reflexão de valor historiográfico:

“ignoravam (parece) os exemplos passados, & não alcançaram a ver os futuros escarmentos.”

3. Estilo. O parágrafo 018 dedicado ao perfil do arcebispo D. João Manoel traduz com admirável economia de traços o tom piedoso e o clima grave das coisas eclesiásticas. 4. O autor não se furta a temperar os termos encomiásticos com adversativas. Assim, a despeito da “boa opinião” que do arcebispo formaram “os ministros castelhanos & modernos portugueses”, “entre os mais antigos não corria tão favorecido”. Nos diversos postos que ocupara Diogo de Castro, anteriormente à sua nomeação para vice-rei, “se fez mais digno do governo que nele mesmo.” 5. Modo quantitativo: (018) “Tão subida era a matéria; cujo trabalho foi igualmente infrutuoso.”

PRÁTICA. 1. Fontes. Novamente é o narrador sábio e informado a fonte exclusiva dos teores do módulo, capaz de enumerar as razões responsáveis pela “boa opinião” de D. João Manoel entre os ministros castelhanos, ou de registrar as nuances do “juízo comum”, como o que se opunha à aceitação da “proprietária presidência do Tribunal das Ordens” pelo conde da Castanheira, em observação inteiramente acessória. 2. Simetria. Os caracteres e os contextos que acompanham a sucessiva nomeação do arcebispo e do conde (com o não-exercício do poder pelo primeiro e com o quadro administrativo em que o exerce o segundo) formam um par e guardam relativa simetria de partes.

LUGAR SOCIAL. 1. O escritor está situado em posição de acesso às mais recônditas informações do poder central e igualmente informado do “juízo comum”.

PERSPECTIVA. 1. Persiste o quadro de “custosas novidades”. O governo central da Monarquia promove à condição de vice-rei os novos governantes de Portugal. Com a morte por enfermidade do arcebispo João Manuel, abre-se uma situação inédita, “sem exemplo”, ficando “vago de todo o governo do Reino”, por 32 dias. O chamamento de Diogo de Castro não representa solução para a tentativa de imposição de novos tributos, dado que “se interpunha entre a execução & o remédio”. 2. O assédio ao império colonial português pelo “poder inimigo” preocupa, sobretudo, o vice-rei conde de Basto, mas não exatamente “os Ministros”, isto é, o governo da Monarquia, que o toma apenas como “desculpa”, mais do que “desejo”, para prosseguir “a diligência de introduzir novas imposições”. 3. A voz do leal português emerge a propósito da falta de cabedal ou indústria para fazer frente à infestação do poder inimigo: “nós de tudo faltos, por instantes nos víamos diminuir na opinião & utilidade”. 4. As razões oferecidas para a nomeação do arcebispo no cargo de vice-rei, todas externas à personalidade do nomeado, equivalem a uma nova censura à Monarquia e seus ministros. 5. A própria indicação do conde de Basto para o governo de Portugal, que já havia exercido por duas vezes, com as insuficiências que o escritor não deixa de registrar, denuncia a dificuldade

experimentada por Madri para encontrar alguém com o perfil desejado, que adiante (026) se declara.

HISTORIOGRAFIA. 1. DFM vai buscar os **antecedentes pessoais** dos dois vice-reis sucessivamente indicados por Madri. No caso do arcebispo, demora-se em **digressão** sobre “aquela máxima junta dos prelados do Reino por mais de dous anos congregados no Convento de Tomar”, que João Manoel secretariou. 2. O **quadro espacial** se amplia à escala planetária com a referência ao assédio militar sofrido pelo império colonial português. Os problemas da defesa da Índia, Brasil e conquistas configuram um círculo vicioso, pois “por uma parte não acudiam com réditos suficientes a seu socorro, & por outra, com essa própria falta faziam cada vez maior & mais precisa a necessidade dele.” 3. “Assim durou o governo, sem escandalosa novidade, até o fim do ano de 1634, que se tornou a **turbar**, pelos acidentes que diremos.” A “turbação” refere-se apenas à nomeação de Margarida de Mântua para o governo de Portugal, em substituição ao conde de Basto. O termo assinala a perspectiva portuguesa dessa nomeação. 4. **Exemplos e escarmentos.** Depois de anotar que Diogo de Castro “foi terceira vez chamado & com o próprio título de Visorrey, que antes não conseguira, posto no mais alto lugar de sua Pátria, cousa que os antigos tiveram por suma felicidade”, o autor comenta: “Ignoravam (parece) os exemplos passados & não alcançaram a ver os futuros escarmentos.” A historiografia fundada na concepção da História como “magistra vitae” e no conceito da “similitudo temporum” busca na experiência histórica os exemplos dos quais se extraem lições de aplicabilidade atual e futura, seja para imitação (e neste caso os exemplos são positivos) seja para “escarmento” (e então são negativos, vale dizer, exemplos a evitar). Os ensinamentos tirados dos exemplos podem ser resumidos em fórmulas de valor geral e de fácil memorização, os aforismos.

FIGURAS. 1. “Escandalosa novidade” (024). Novamente se emprega o termo “novidade” com valor negativo, já registrado acima (013), a propósito de “custosas novidades”. 2. Binômios ou tópicos binomiais ou apenas pares conceituais: (019) Crédito ou diligência, a propósito das circunstâncias da nomeação do arcebispo de Lisboa para o governo de Portugal, com duas versões atribuindo diferentes pesos a cada termo. (023) Cabedal ou indústria, exigidos, alternativamente, para a defesa das conquistas coloniais assediadas pelo “poder inimigo”. (023) Opinião e utilidade. Os termos andam juntos no balanço das perdas de Portugal. (023) Desejo x desculpa, empregados para significar a dissimulação com que “os Ministros prosseguiam a diligência de introduzir novas imposições”. (022) Exemplos e escarmentos. Par conceitual com extraordinário valor na historiografia meliana e, de resto, na de seu tempo. Ver acima o item Historiografia.

(025-030) Processo de indicação de Margarida

CASO. (025) Excurso genealógico para explicar a crise sucessória no ducado de Mântua e Monferrato, com foco em Margarida, neta de Felipe II. Guerras que resultam entre espanhóis, franceses e alemães. Reveses da duquesa obrigam-na a sair de Mântua no espaço de duas horas. De Pavia, que governa por algum tempo, graças ao favor do primo Felipe IV, pede com insistência que a acolha na Espanha como “pessoa particular.” (026) Cartas de Margarida alcançam a Corte na época em que os Ministros discutem a dificuldade de impor o novo tributo em Portugal. Chega-se ao parecer de que Portugal deveria ser governado por “pessoa de todo independente do Reino.” (027) Francisco de Borja, príncipe de Esquilache, surge como o nome adequado: apresentava as condições para ser aceito pelos portugueses e para “dirigir todas as suas ações segundo os fins” da Monarquia. (028) Objeções ao nome de Borja por parte de “alguns de nossos ministros” próximos do Conde Duque: era irmão do duque de Villahermosa, presidente do Conselho de Portugal em Madri, e se nomeado reduziria a influência dos mesmos ministros em Portugal. (029) Enfraquecida a opção Borja, no momento em que chegam as cartas de Margarida pedindo trânsito para a Espanha, disse-se então que o próprio Villahermosa sugeriu fosse ela acomodada no governo do Reino: sem maior custo para a coroa castelhana, ainda lhe faria serviço; seria obediente às resoluções reais e satisfaria, como neta de Felipe II, à “esquecida pretensão de nossos privilégios.” Além disso, já demonstrara nas guerras de Mântua e no governo de Pavia “um espírito constante” e “um juízo prudente”. (030) “Tal foi o princípio da inesperada eleição, que se fez em Margarida, para o governo de Portugal; donde havendo chegado pelos últimos dias de 1634, começou quando o novo ano seguinte, o novo Regimento.”

INSTRUÇÃO. (025) 1. Carlos Gonzaga, duque de Nevers, “se opôs logo à sucessão da casa” por ser o mais próximo varão na linha sucessória. 2. A Lombardia foi por muitos anos o teatro das “memoráveis guerras” que resultam da crise de Mântua. 3. Os reveses de Margarida são atribuídos à “fortuna”; “as cousas se dispuseram de tal sorte” que “esta fatal Princesa” foi levada a sair às pressas de seus antigos domínios. (026) 4. “As queixas dos ministros confidentes”, em Madri, “eram fundadas na impossibilidade do Reino; a qual, como dissemos, dias havia que se adjudicava ao respeito com que os mesmos Portugueses procediam no ajustamento do novo tributo”. (027) 5. O príncipe de Esquilache governou as Índias Ocidentais “mais aprazível que prudente”. 6. Suas qualificações para ser aceito pelos portugueses são consideradas “exterioridades”. (028) 7. “Alguns de nossos ministros”

próximos ao Conde-Duque desejavam mudar o governo, mas “de modo que lhes ficasse por essa mudança mais entregue, o que não podiam esperar do governo do Príncipe”. Com sua ambição, “solicitavam a revolta das cousas públicas”. 8. A lembrança do nome de Margarida de Mântua pelo duque de Villahermosa foi manobra de “grande destreza”.

PARECER. 1. A narrativa dos acontecimentos que resultam na nomeação de Margarida de Mântua para o governo de Portugal dá ensejo a uma primeira incursão do autor ao universo das intrigas da Corte em Madri e também aos conflitos europeus da Monarquia.

ESCRITA. Caracteres. MARGARIDA DE MÂNTUA emerge como personalidade forte, assim reputada pelo parecer (rumorejado) do poderoso duque de Villahermosa, que nela vê “um espírito constante, para as expedições militares & um juízo prudente, para os negócios civis.” As circunstâncias de sua queda em Mântua, atribuída à má fortuna; a urgência com que precisou deixar o lugar; bem como o seu trânsito para Cremona (“cercada de perigos”) e depois Milão e Pavia; os seus sentimentos de desconfiança e de temor, que a levam a querer passar a Espanha como simples “pessoa particular” e, finalmente, o curioso destino que dela faz vice-rainha de Portugal; desenham o perfil convincente de uma protagonista da história. FRANCISCO DE BORJA, príncipe de Esquilache, e seu irmão, o duque de Villahermosa, presidente do Conselho de Portugal em Madri, são retratados em meio às intrigas da Corte, o primeiro, “homem sábio & grande”, como um possível candidato ao governo do Reino, mas logo descartado, entre outros motivos, exatamente por ser “homem sábio e grande”, e o segundo, uma vez inviabilizado o nome de Borja, como o provável autor da indicação de Margarida, em manobra de “grande destreza”, pois atenderia a várias metas simultâneas sem qualquer dispêndio para a coroa castelhana. FELIPE IV aparece indiretamente como o “primo irmão” da duquesa de Mântua que a ampara prontamente na desgraça política, acolhendo-a no governo de Pavia e, depois, magnificamente, no de Portugal. CONDE DUQUE, referido pela primeira vez na relação (se descontadas as menções genéricas feitas anteriormente aos validos), surge na sombra, mais por seus efeitos do que por si mesmo, como aquele que “favorece” a “alguns de nossos ministros”, a despeito de serem estes uns ambiciosos que apenas querem mudar o governo de Portugal para “que lhes ficasse por essa mudança mais entregue”. **MINISTROS.** Permanecem igualmente na sombra as figuras dos “ministros confidentes” e de “alguns de nossos ministros”, que produzem diagnósticos da situação no Reino, desenham o perfil desejado de um novo governante, avançam candidaturas, adivinham conseqüências, obstruem ou aprovam nomes.

Modos de escrita. Escrita apertada ou comprimida: A. Todo o drama da sucessão de Mântua e de sua duquesa, com razões de linhagem e contestação, potências envolvidas,

guerras, teatro dos combates, trabalho da fortuna, ultimato, fuga, governo em Pavia, sentimento do perigo e súplica para passar a Espanha vem resumido num único parágrafo (025). **Escrita binomial ou dialética:** A. “Recebendo leis, donde quase toda a vida as havia dado.” B. “Viveria & morreria mais satisfeita como pessoa particular, que em aquela Província despojada Princesa.” C. “Acomodava em Portugal uma tal Princesa, donde nunca as resoluções reais achassem contradição, nem favor os interesses particulares do Reino & nacionais”. **Escrita quantitativa e cronológica:** A. Simultaneidade: (026) “A um mesmo tempo se recebiam na Corte Castelhana as cartas de Margarida, vinda da Itália & as queixas dos Ministros confidentes, fundadas na impossibilidade do Reino” B. Por reiteração: (029 com 026) “Achava-se (...) enfraquecido o discurso que aprovava a eleição do Príncipe de Esquilache, quando foram recebidas as mais urgentes cartas de Pavia, pelas quais Margarida pedia o trânsito a Espanha.” **Escrita digressiva ou apartada:** 1. Digressão: Todo o módulo, à exceção do seu último parágrafo, configura-se como longa digressão, necessária à compreensão das circunstâncias que levam Margarida à condição de vice-rainha de Portugal. 2. Aparte: “A viúva Duquesa Margarida, tutora & conselheira da filha, & netos (que já tinha).” **Escrita psicológica:** 1. São raras, neste módulo, as anotações de ordem psicológica explícita, e todas referidas à duquesa Margarida de Mântua. Em frase do parágrafo 025 temos : “Desconfiada & temerosa em Itália, pedia instantemente a D. Felipe a mandasse passar a Espanha, donde viveria & morreria mais satisfeita como pessoa particular, que em aquela Província despojada Princesa”. 2. Contudo, os diversos trâmites que experimenta a duquesa – contestação da herança da filha, demoradas guerras em torno da sucessão, sua expulsão de Mântua com ultimato para sair em duas horas dos domínios que havia regido a vida inteira; trânsito perigoso a Cremona; breve exercício do governo de Pavia; desconfiança e temor que sente e que a levam a pedir passagem a Espanha, talvez em pânico, mediante “urgentes cartas” – conferem dimensão psicológica inegável a este perfil, que se completa com o juízo (029) de Villahermosa (de mulher capaz de administrar a guerra e os negócios civis) e com o epíteto (025) com que a contempla o próprio escritor (“esta fatal Princesa”), espécie de registro do notável e caprichoso destino de Margarida.

PRÁTICA. Fontes: 1. A posição do escritor é mais a do analista de dados presentes, de domínio público, do que a do investigador de fatos novos. 2. Há fontes implícitas e não declaradas para as informações genealógicas, políticas, militares, psicológicas, contidas no apertado e denso parágrafo 025 que resume a situação de Margarida de Mântua. 3. O autor dá conta do teor das cartas “urgentes” de Margarida a Felipe IV, pedindo a mandasse passar a Espanha etc. 4. Informantes não declarados serviriam de fonte (“Havia-se a este fim

discorrido”, “Disse-se então”) a propósito das “queixas dos Ministros confidentes” e da cogitação do nome de Esquilache como adequado ao governo de Portugal, bem como dos cálculos políticos que obstruem a sua nomeação e ainda da sugestão feita por Villahermosa do nome de Margarida, com os argumentos que a seguem. 5. O autor cita-se a si mesmo: a “impossibilidade do Reino” (objeto daquelas queixas), “a qual, como dissemos, dias havia que se adjudicava ao respeito com que os mesmos Portugueses procediam no ajustamento do novo tributo”. Nos módulos anteriores, esse “respeito” é apenas sugerido, seja no fracassado simulacro de Cortes, que resulta no afastamento dos condes de Val de Reis e Castro Daire do governo de Portugal (015-017), seja na atitude procrastinatória de Diogo de Castro (024).

LUGAR SOCIAL. [Ver anotações sobre o encontro literário na residência do príncipe de Esquilache, registrado no “Hospital das Letras”, 400].

PERSPECTIVA. 1. Para dar conta da nomeação da duquesa Margarida ao posto de vice-rainha de Portugal, a narrativa desloca-se do cenário português e das tensões no eixo Madri-Lisboa para o confronto das potências em torno da sucessão de Mântua e Monferrato, as armas desatadas nos campos do Noroeste de Itália, e em seguida para o âmbito dos cálculos políticos na Corte castelhana. A perspectiva é claramente a do centro da Monarquia. 2. Tanto no retrato de Esquilache quanto no de Margarida, destacam-se ao mesmo tempo as qualidades exteriores – as “exterioridades” – que os fariam toleráveis aos portugueses e aquelas – “sangue, nascimentos, criação & benefícios” –, mais essenciais para as finalidades da política monárquica, que neles teria um instrumento obediente a Madri. 3. A afirmação do ponto-de-vista português revela-se em alguns pronomes: “As quais exterioridades bastavam para *nos* satisfazer”; e (ainda que orientado para figuras contrárias aos interesses virtuais de Portugal): “Alguns de *nossos* Ministros, favorecidos do Conde Duque, sobre que desejavam mudar o governo, era de modo que lhes ficasse por essa mudança mais entregue”. O destino político de Portugal, neste módulo, em suma, é o de simples objeto de uma discussão travada alhures. 4. Mais do que um novo governo, o autor sugere que tem início então algo maior, pois, com Margarida, “começou, quando o novo ano seguinte, o novo Regimento”. A confirmar-se a leitura de que “o novo Regimento” significaria, não um novo governo para Margarida (depois de Mântua e de Pavia), mas um novo modo de governar o Reino, tem-se aqui o primeiro traço ou registro dos desígnios últimos de Madri em relação a Portugal, – “nova forma de governo e leis” (166) – a serem gradualmente revelados como anverso das medidas práticas de Olivares e no curso da relação.

FIGURAS DO DISCURSO.

HISTORIOGRAFIA. 1. Toda a digressão que forma o módulo, à exceção do parágrafo 030, tem valor explicativo; trata-se aqui de desenhar o pano-de-fundo da sucessão do governo em Portugal. A abertura de ângulo abrange desde o cenário italiano em que se trava a disputa em torno do controle de Mântua e do Monferrato, vale dizer a demorada guerra em que as potências se confrontam em campos de batalha situados em terra alheia, a Lombardia, até o vislumbre de cenários do Novo Mundo, na breve referência ao exercício, pelo príncipe de Esquilache, do posto de vice-rei “de todas as Índias Ocidentais, por espaço de doze anos, que governara mais aprazível que prudente”. 2. Invocação da fortuna e menção à ordem das coisas: “Foram vários os sucessos, até que ultimamente, convertida a fortuna contra a viúva Duquesa Margarida, tutora & conselheira da filha & netos (que já tinha), as cousas se dispuseram de tal sorte, que esta fatal Princesa houve de sair em espaço de duas horas, desterrada dos termos de Mântua & Monferrato, por ordem de seus opressores, recebendo leis donde quase toda a vida as havia dado”.

(030-035) Instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos

CASO.1. Diogo Soares, mediante a graça do Conde Duque, subiu de Escrivão da Fazenda no Reino a Secretário de Estado do Conselho de Portugal, em Madri. 2. Seu rápido ascenso “desbaratou a opinião & lugares dos maiores Ministros”, e trouxe-lhe inimizades e desconfianças, obrigando-o a criar uma rede própria de confidentes. 3. Soares tratou de consolidar sua posição, articulando o afastamento do Secretário de Estado no Reino, Felipe de Mesquita, e sua substituição por Miguel de Vasconcelos. 4. Ambos passaram a promover com “prontidão” os interesses da fazenda real, coincidentes, no regimento do valimento, com o seu próprio interesse.

INSTRUÇÃO. 1. Dois juízos são formulados sobre a “notável velocidade com que [Soares] subiu a tão alto estado”. O primeiro é o dos “desafeiçoados ou queixosos”, que entendiam “não eram todos naturais os meios por que alcançou a valia & depois se fortificou nela”. 2. O segundo, “mais prudente juízo”, abrange o Conde Duque e Soares juntamente, e compreende o modo como este se fez notar por aquele, e como aquele se persuadiu de que Soares lhe seria indispensável. 3. Reflexões sobre a carreira extraordinária de Soares, com projeção do que se passaria anos depois: Soares só veio a cair quando também Olivares. Símile da hera arrimada à coluna. 4. Da “observação da natureza do Conde Duque”, compreendeu Diogo Soares que para consolidar-se em Madri deveria contar com um poder correspondente em Lisboa. 5. A operação se desenvolveu em duas etapas: antes mesmo de

Margarida tomar posse no governo de Portugal, produziu-se a remoção de Felipe de Mesquita do posto de Secretário de Estado no Reino, sob pretexto fútil, que também o Conde Duque teria fingido acreditar. Dissimulação e fingimento foram empregados igualmente no “desvio” de Mesquita para cargo na Mesa da Consciência. Aforismo da malícia sob a capa da virtude. 6. A “segunda & principal parte do intento” consistiu em acomodar no posto de Secretário de Estado a Miguel de Vasconcelos, sogro e cunhado de Diogo Soares, e “seu mais conjunto no espírito que na afinidade”. Repetidas alianças entre ambos. Vínculo da obrigação ainda maior que o do parentesco. 7. Vasconcelos era “herdeiro do aborrecimento que o Reino teve a seu pai”. Retrato deste. 8. O Conde Duque persuadido dos merecimentos de Miguel de Vasconcelos. 9. Imprecação do escritor.

PARECER. 1. A instrução predomina claramente sobre a matéria factual (o caso), demorando-se o autor na análise dos fatos e cálculos políticos. Por vezes, os fatos se revelam no curso da própria instrução, como a venda de ofícios públicos, particular exemplo de como Soares “afetava por todos os modos o adiantamento da fazenda delRey”. 2. A articulação dos níveis de governo central e provincial, com a complexidade que se observa em toda parte no quadro da Monarquia composta, leva a interfaces e dualidades como a exigência de candidaturas ao governo de Portugal (ver módulo anterior) que sejam satisfatórias (ainda que exterior e formalmente) a portugueses, ciosos além disso das cláusulas do Pacto de Tomar, e (efetiva e funcionalmente) a castelhanos. A coalizão dos dois homens (Soares e Vasconcelos) em Madri e Lisboa, ao constituir o governo de fato, à revelia daquelas cláusulas, já configura um primeiro passo no sentido da efetivação de “novo Regimento” para o Reino.

ESCRITA. Transição. Os módulos se sucedem como blocos justapostos. Apenas duas breves passagens acusam a conexão – ou simples relação cronológica – entre o processo de indicação da Duquesa ao governo de Portugal e a instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos em Lisboa e Madri. A primeira, no início do módulo, em 031 (“Tinha por este tempo, em grande altura, a graça do Conde Duque (...), Diogo Soares”); a segunda, ao encerrar-se a operação de destituição de Felipe de Mesquita (033), “como houve efeito antes que Margarida tomasse posse do governo”. **Voz.** Perdura por todo o módulo a voz narrativa em terceira pessoa, com exceção de duas breves passagens: a primeira pessoa incide na anotação de alternativa posta no modo dubitativo (032): “a sede daquele tempo era insaciável, não sei se à paixão ou ao apetite”; a primeira pessoa do plural vem na imprecção (034): “Quando vimos os sucessos, que desta eleição se originaram, então entendemos a providência, com que o Céu permitiu os indesculpáveis desconcertos, que caíram sobre nossa República”.

Caracteres. OLIVARES. Citado nominalmente, de modo oblíquo, pela primeira vez, no módulo anterior, (“alguns de nossos Ministros, favorecidos do Conde Duque”, 028), don Gaspar de Guzmán, valido de Felipe IV entre 1621 e 1643, é agora formalmente apresentado como “primeiro, & memorável Ministro da Monarquia”. Seu retrato se faz por associação ao maligno Diogo Soares, favorecendo-o com a rápida ascensão a Secretário do Conselho de Portugal em Madri; e constando como aquele a quem Soares arrimou-se, “como costuma a hera com a coluna”. Soares chama a atenção de Olivares – jamais assim chamado por dom Francisco Manuel, que insiste ao longo de toda a relação no título de Conde Duque – por afetar “por todos os modos o adiantamento da fazenda real”, ainda que “por aquele tão danoso ao Estado, de vender os ofícios públicos”. Soares torna-se o seu indispensável instrumento para “conseguir os efeitos que desejava para a conservação do Reino”, reservado também para “aqueles negócios, que por indignos não quereria já comunicar a outro Ministro”. Melo atribui ao secretário Diogo Soares a “observação da natureza do Conde Duque, que com vários exemplos”, entre os quais talvez se possa incluir o escritor, “deu a entender ser inconstante, ou pelo menos fácil, em a destruição de suas próprias criaturas”, com o que Soares trata de precaver-se e de “fundar o edifício de sua valia”, manobrando para obter a nomeação do sogro Vasconcelos como secretário do Conselho de Estado em Lisboa. Olivares aparece autorizando tácita ou passivamente os vários trâmites da operação, cuja primeira etapa, a remoção ou “desvio” do então titular Felipe de Mesquita, homem de “boas partes”, vem marcada pela dissimulação, seja na invocação do fútil pretexto de que seu estado sacerdotal seria incompatível com o posto de Secretário, “que segundo o uso de Portugal exerce de joelhos diante dos Príncipes, todos os atos de seu ofício”, seja na fingida amizade e nos elogios com que o “desviam” para o posto anódino, incomparavelmente menor, de Deputado Eclesiástico na Mesa da Consciência. A “razão aparente” invocada para tornar vaga a Secretaria de Estado em Portugal é contrastada com as “razões contrárias, que o Conde não podia ignorar”, ilustradas pelos precedentes de outros dois sacerdotes-secretários. Donde a acusação de que “a ficção deste pretexto foi tanto de quem o representou, como de quem o teve por verdadeiro”. Nestas primeiras pinceladas do retrato do Valido se fazem notar as tintas da dissimulação e da malícia, qualidades próprias de Tibério, o tirano arquetípico dos “Anais”, talvez o modelo utilizado pelo escritor. DIOGO SOARES. Personagem que terá destaque no curso da relação, Soares, que de escrivão da Fazenda no Reino “subiu” ao posto de secretário de Estado do Conselho de Portugal em Madri, é introduzido já na condição de favorecido do Conde Duque. A “pouca suficiência” até ali demonstrada, e a “notável velocidade com que voou a tão alto estado”, intrigam os contemporâneos, que tentam explicar de duas maneiras a carreira

vertiginosa. Para os “desafeiçoados ou queixosos” (entre os quais o escritor não se inclui, como historiador isento, “sine ira et studio”), “não eram todos naturais os meios por que alcançou a valia & depois se fortificou nela”. Em favor desta explicação, o escritor admite, com sarcasmo, que “fora do costume destas maravilhas, elas foram do tamanho de sua vida”, resistindo aos “combates de uma fortuna adversa, que ainda declarada em seu ódio, não pode destruí-lo, antes de acabar aquele a cuja grandeza se arrimou”. Um segundo e “mais prudente juízo” (que portanto o escritor subscreve) produz outra explicação (e doravante o retrato de ambos se desenha em conjunto): Soares tornou-se indispensável ao Conde Duque também nos negócios inconfessáveis. Em sua estréia no posto madrileno, “logo desbaratou a opinião & lugares dos maiores Ministros”, o que lhe granjeou inimizades e desconfianças, e o levou a formar uma rede própria de confidentes e aliados. O secretário vale-se do Valido para consolidar sua posição também no Reino. Ambos participam como cúmplices da manobra de remoção do titular da Secretaria do Conselho de Estado em Lisboa, lugar-chave para o controle dos negócios do Reino em conjunto com o cargo que exerce em Madri. O poder, na Monarquia composta, em regime de valimento, se exerce aos pares. Um novo par se forma, com a instalação de seu sogro e cunhado na Secretaria lisboeta. Tem-se agora, com Miguel de Vasconcelos, o valido do valido do Valido. MIGUEL DE VASCONCELOS. Assassinado às primeiras horas do golpe de estado de Primeiro de Dezembro de 1640, Miguel de Vasconcelos aparece como coadjuvante de Diogo Soares, sendo nomeado Secretário de Estado junto ao Conselho de Estado em Portugal, em “correspondência” com aquele. Juntos, a serviço do Conde Duque, sobrepõem-se ao poder formal da vice-rainha Margarida. Os poucos traços do retrato de Vasconcelos são os de sua estreita associação a Soares e os relativos a seu pai, “homem togado de agudo, mas inquieto engenho, a que se seguiu vida escandalosa & morte violenta”, de quem Miguel herdou o “aborrecimento” que lhe tinha o Reino. FELIPE DE MESQUITA e CRISTÓVÃO SOARES. Outro par de retratos, rapidamente esboçado, compreende as figuras de Felipe de Mesquita e Cristóvão Soares. O primeiro ocupava “dignamente” o ofício de Secretário de Estado no Reino “havia quatro anos”, em nome do segundo, “seu tio: Ministro antigo & estimado da nobreza sem ódio do vulgo: cujas boas partes no sobrinho se congratulavam”. Mesquita é removido do posto para dar lugar a Miguel de Vasconcelos. Com “fingida amizade” e o encarecimento de suas “boas partes”, recebe do Conde Duque um lugar de Deputado Eclesiástico na Mesa da Consciência, “antes que Margarida tomasse posse do governo”. BARTOLOMEU LEONARDO, “aquele grão Poeta de Espanha, Sacerdote & Secretário da Imperatriz D. Maria”; e (“mais próximo”) PEDRO FERNANDES DE NAVARRETE, “também insigne Político Secretário & Capelão do

Cardeal Infante”; são citados à guisa de precedentes que contrariam a “razão aparente” alegada para afastar Felipe de Mesquita da Secretaria do Conselho de Estado, em Portugal.

Modos de Escrita. *Escrita binomial:* 1. O escritor propõe dois juízos, de autoria anônima, sobre a vertiginosa escalada funcional de Diogo Soares, o daqueles “em demasia desafeiçoados ou queixosos”, e em seguida “o mais prudente juízo”. O recurso lhe permite desferir as mais severas críticas sem assumi-las como suas, inscrevendo em contrapartida o juízo mais racional e sensato. 2. Outro exemplo de binômios: “”A pessoa de Felipe de Mesquita, que o exercitava havia quatro anos, por Cristóvão Soares, seu tio; Ministro antigo & estimado da nobreza sem ódio do vulgo: cujas boas partes no sobrinho se congratulavam”. 3. E ainda: “Era Miguel de Vasconcelos herdeiro do aborrecimento que o Reino teve a seu pai, Pedro Barbosa; homem de agudo mas inquieto engenho, a que se seguiu vida escandalosa & morte violenta”. *Escrita apertada:* “A ficção deste pretexto tanto foi de quem o representou, como de quem o teve por verdadeiro”. *Escrita digressiva.* (032) “Ou se (cuidando melhor) não era recato artificioso fiar deste aqueles negócios que por indignos não quereria já comunicar a outro Ministro”. (032) “Acrescentava Diogo Soares lisonjas públicas & secretas, que nunca faltam ao mais ignorante, junto aos Príncipes”. (033)

PRÁTICA. Fontes. O escritor é a própria fonte das informações apresentadas no módulo. As opiniões e juízos coletivos e anônimos, assim como os cálculos políticos dos protagonistas, são reportados com base no que ele mesmo ouviu e coligiu, ou ainda deduziu. O testemunho geral é invocado na imprecisão (034): “Quando vimos os sucessos, que desta eleição se originaram, então entendemos a providência com que o Céu permitiu os indesculpáveis desconcertos, que caíram sobre nossa República.” **Cronologia.** O módulo relativo ao processo de instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos parte do estado em que se achava Diogo Soares, que designamos como a linha do presente, para um retrospecto de sua carreira acompanhado de reflexão sobre o tempo futuro, de sua queda, simultânea à de Olivares: o Secretário de Estado no Conselho de Portugal, em Madri, arrima-se ao Conde Duque como a hera com a coluna, “da qual se não desabraça até que [enquanto] o tempo não derruba o edifício”. Os diversos acontecimentos que se seguem ao seu vôo “a tão alto estado” – como a armação de artifícios para criar a própria rede de apoios, a remoção do Secretário de Estado no Reino para dar lugar ao sogro Miguel de Vasconcelos, bem como a nomeação deste para com Soares exercer conjuntamente o poder de fato em Portugal – são postos no pretérito contínuo em relação ao estado presente. Este se prolonga no “continuo & ardiloso trabalho” de ambos em “todas as matérias donde fosse interessada a utilidade real”.

LUGAR SOCIAL. A figura do arrivista Diogo Soares, assim como dos letrados que Olivares mobiliza para equipar as juntas e assim contornar o poder obstrucionista dos Conselhos e da estrutura “sinodal”, forma objeto de particular rejeição de aristocratas como o escritor, que no entanto, por razão de ofício (a isenção do historiador), evita incluir-se entre aqueles “em demasia desafeiçoados ou queixosos” da carreira veloz do antigo Escrivão da Fazenda e agora Secretário de Estado.

PERSPECTIVA. A narrativa ingressa em cheio no universo das intrigas da Corte em Madri, que Melo começou a descrever no módulo anterior, tendo o Conde Duque como a referência central, com Diogo Soares sendo levado a criar seus próprios confidentes e a assegurar-se de apoios contra os “maiores ministros”. A carreira de Diogo Soares se faz em detrimento dos interesses portugueses, seja vendendo cargos públicos, seja afastando de posição-chave no Reino um sujeito de “boas partes” como Felipe de Mesquita. Olivares prestigia figuras repudiadas no Reino, como Miguel de Vasconcelos, filho de Pedro Barbosa, que o Reino “aborrece”, e age em detrimento de personagens estimados pela nobreza, como Cristóvão Soares. A “prontidão” com que Soares e Vasconcelos “procuram” o interesse real se explica nos termos do regime de valimento, “aquela continua torrente do interesse, que por ambos corria desde os Vassallos ao Príncipe”, brotando em sua fortuna “novas & contínuas mercês”.

FIGURAS. Símile. “A notável velocidade com que voou a tão alto estado”. “Como costuma a hera, com a coluna, da qual se não desabroça, até que o tempo não derruba o edifício”. “A maneira que costuma o Piloto na costa braba não fiar só de um cabo a segurança do navio”. **Aforismo.** “Sempre a malícia se val da capa da virtude, para acreditar suas obras”. **Expressões.** (033) “Com esta consideração solicitou o entendimento do Valido, de tal sorte, que se inclinasse a entender não estava o ofício de Secretário de Estado ocupado dignamente em a pessoa de Felipe de Mesquita”. (033) “Com zelo digno de varão piadoso”. (033) “A ficção deste pretexto tanto foi de quem o representou, como de quem o teve por verdadeiro”. (033) “Ambos com seus Príncipes usavam da própria veneração que em o de Portugal somente se quis fazer indigna”.

HISTORIOGRAFIA.

(036-039) Fiscalidade segundo Madri e segundo os Povos

CASO. 1. Com a instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos em Madri e Lisboa, intensifica-se a pressão fiscal e multiplicam-se os tributos. **2.** Até então os portugueses

contribuíam na medida das necessidades. A percepção de que os “apertos presentes” decorriam mais do descontrolo ou “desordem” do que dos problemas alegados, e de que estes “serviam de pretexto & não de causa” à introdução de “novo serviço”, desacreditava contudo o esforço fiscal de Madri. 3. O governo monárquico tirava dos pobres de toda a Espanha para gastar em “desproporcionadas mercês & fábricas impertinentes”. 4. Da descrença, passava-se à decisão de não contribuir. Antes pagariam com conselhos extraídos da experiência anterior do que com os cabedais “de prata & ouro” que lhes pediam e “de que já estavam despojados”. 5. O impasse crescente dá origem ao embaraço talvez simulado dos ministros do Reino, e à indignação dos ministros da Corte. As ordens se renovam para novamente se descumprirem. Reconhecidas as dificuldades de cobrar, reduzem-se “por segundo acordo” os novos tributos a um só serviço anual de 500 mil cruzados. 6. Instala-se a Junta do Desempenho junto ao Conselho de Madri, à qual seria difícil recorrer, pois as despesas para fazê-lo seriam maiores do que o valor eventual das causas. 7. “Os erros se multiplicaram na direção deste negócio”. Irados com o novo impasse, “os Ministros mandaram por decreto executivo se prosseguisse o repartimento do dinheiro, & se executasse sua cobrança” pela via judicial, através das Correições das cidades e vilas.

INSTRUÇÃO. 1. Os tributos passados eram numerosos, diversificados e alguns até secretos. Nem os “mais diligentes observadores dos segredos de Estado” conseguiam saber ao certo quais eram. Muitos foram descumpridos. Reflexão do autor sobre os tributos “ocultos”. 2. O autor atribui aos “mais zelosos” e aos “atrevidos” duas espécies de juízo sobre a pressão fiscal. Símile: as águas descem dos rios para o mar como os tributos para a fazenda delrei. 3. Toda a Espanha se queixava de que a “sustância tirada dos pobres” era dissipada em “desproporcionadas mercês e fábricas impertinentes”. Aforismo do autor sobre os “Príncipes descuidados”. 4. Argumentos dos “queixosos” para não pagar mais “das antigas contribuições”. Comparação dos atuais governantes aos “Príncipes antigos” que “sem alguma moléstia de seus Povos, ajuntaram tesouros”. 5. A distância ou proximidade dos ministros em relação ao rei e ao valido resultavam em diferentes atitudes: os do Reino “antes queriam comprazer ao Povo” e os de Castela, “sem nenhum respeito ao público descontentamento, procuravam agradar o Valido, convertendo a lisonja em cega obediência”. 6. A repartição do tributo anual de 500 mil cruzados, “além das antigas imposições”, é deixada “à satisfação dos Povos”, “vendendo-se-lhe(s) por grande mercê deixar em sua eleição o instrumento da ruína”. 7. Metade do longo parágrafo 039 consiste em reflexão do autor sobre “os meios que de ordinário buscam os Príncipes para atrair a si a vontade dos Vassalos”, os quais “poucas vezes se regulam pelos exemplos; porque agora vemos ser a propósito os brandos, agora os fortes”.

“Vendo ao [príncipe] liberal empobrecido, ao interessado dificultoso”, o autor se diz em dúvida sobre “qual seja o melhor caminho, para fazer um Império feliz”. 8. “O Povo sentiu mais, ver que se perdia a qualidade de serviço voluntário, trocando-se em dívida peremptória.”

PARECER. 1. A novidade maior do módulo é o aparecimento da “multidão”, ora referida como o “Povo” e os “Povos”, nos âmbitos ibérico e português, até agora referida à distância, e cuja “contrariedade” se temia e se procurava obstar, como no recurso (015) a um simulacro de Cortes para a aprovação de novo tributo. A referência ainda é indireta, feita através das vozes anônimas dos “queixosos”, em contraponto à crítica formulada pelos “mais diligentes observadores dos segredos do Estado”. 2. Instaurado o impasse na matéria fiscal, alcançamos finalmente o momento em que o alvitre dos fidalgos portugueses, mencionado no início da relação (010-012), traduz-se no decreto de Felipe IV, aqui proposto como alternativa, isto é, como “um segundo acordo”, consistindo em que, “reduzidos os novos tributos a um só serviço, o Reino contribuisse com quinhentos mil cruzados fixos cada ano, além das antigas imposições”. 3. O novo regimento fiscal se completa com a criação da Junta do Desempenho, na qual “se ajustassem todas as dependências de tão grande negócio”, cujas decisões não seriam apeláveis ao “governo do Reino”. Os queixosos teriam de se encaminhar a Madri para recorrer. Anotamos aqui um exemplo de como a distância em relação ao centro do poder é deliberadamente instrumentalizada para a melhor execução de suas decisões. 4. Com as novas “contradições” encontradas, e com a raivosa decisão de prosseguir no “repartimento do dinheiro” e de executar a cobrança “por mãos das justiças que assistem nas Cidades & Vilas, cabeças das Correições do Reino”, arma-se o estopim da revolta popular, que eclodirá no próximo módulo.

ESCRITA. Transição. Os acontecimentos narrados no módulo apresentam-se como a consequência da instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos: “Começaram então a renovar-se as práticas dos tributos passados: tais & tantos que (...)” **Narração e Vozes.** 1. Para representar a resistência coletiva ao empenho fiscal de Madri, o escritor vale-se do recurso a sujeitos genéricos, pontuando a reportagem de suas opiniões com anotações em primeira pessoa: a averiguação dos muitos impostos torna-se impossível até mesmo “aos mais diligentes observadores dos segredos do Estado”. As opiniões sobre os tributos atuais dividem-se entre o parecer dos “mais zelosos” e o dos “atrevidos”. Menciona-se o “universal queixume dos Vassallos” quanto ao mau emprego dos recursos. Aparece a “voz do vulgo” ampliando “a dúvida da gente”. 2. Discurso indireto: em duas ocasiões (037 e 039) o escritor aparenta transcrever as palavras, primeiro, dos “atrevidos” (037) e depois a de um parecer

sem sujeito determinado: “Disse-se naquele tempo”. Nas duas ocasiões, a edição *princeps* de 1660 diferencia os pronunciamentos com tipos itálicos. 3. O escritor se demora em reflexão pessoal sobre o paradoxo dos meios (039). Com exceção do longo pronunciamento feito em primeira pessoa na proposição da obra (001-007), eis até agora a mais longa intervenção pessoal do autor.

Modos de Escrita. *Escrita binomial ou dialética:* 1. (036) “Não serei temerário, se disser eram exorbitantes os ocultos, vendo que os julgados por lícitos, juntamente se souberam, & repulsaram.” (037) “Com tão perene curso de dinheiro, qual se contribuía a elRey, jamais em sua Fazenda se enxergava um breve melhoramento.” (038) “Vendendo-se-lhe(s) por grande mercê deixar em sua eleição o instrumento da ruína.” 2. São muitas as expressões binomiais em todo o módulo, seja mediante pares conceituais, seja pela composição equilibrada de frases inteiras. Exemplos: (037) “Eram até aquele tempo vários os efeitos, com que os Povos serviam a elRey; porque eram também várias, & grandes as necessidades, que os Portugueses não negavam, nem des-socorriam.” (038) “Crescia com a dúvida da gente, já repartida pela voz do vulgo, o embaraço em todos os Ministros do Reino; & pode ser, que o artifício em alguns; & nos da Corte se aumentava a indinação, por se não verem obedecidos: com o que de novo mandavam a estoutros, prosseguissem o começado; porém nada se obrava, segundo se pretendia; porque os do Reino como não eram de imediato merecimento à vontade do Rey, vendo entre seus olhos, & o serviço de cada um, a intercessão dos Ministros de Castela; antes queriam comprazer ao Povo, que ocasionar nova graça, & grandeza, aos que tinham por superiores: & os de Castela, sendo próximos ao prêmio, & repreensão, & apartados dos clamores populares, sem nenhum respeito ao público descontentamento, procuravam agradar o Valido, convertendo a lisonja em cega obediência.” *Escrita digressiva:* (036) “Não serei temerário, se disser eram exorbitantes os [tributos] ocultos, vendo que os julgados por lícitos, juntamente se souberam, & repulsaram.” *Escrita apertada:* (038) “A fim de que seus decretos [da Junta do Desempenho] não fossem revogáveis, se constituiu imediata ao Conselho de Madri, donde as partes queixosas não poderiam recorrer, sem maior dispêndio, que o próprio valor da sem-razão, que padecessem.”

PRÁTICA. Método. 1. Um objeto complicado (036): os tributos passados eram “tais & tantos” que “nunca foi possível aos mais diligentes observadores dos segredos do Estado, sua averiguação”. O autor se apóia no rumor (“Soube-se que muitos como monstruosos se não lograram”) e na dedução: “Não serei temerário se disser eram exorbitantes os ocultos, vendo que os julgados por lícitos, juntamente se souberam & se repulsaram.” **Fontes.** O autor, como um dos “observadores dos segredos do Estado” e como intérprete da “opinião”, testemunha o

que averiguou, viu e ouviu. **Exemplos.** 1. (037) “Se assi como lhes pediam cabedal de prata, & ouro (de que já estavam despojados) lho pedissem de conselhos, eles fariam a elRey maior serviço; porque a experiência dos excessos passados, os deixara riquíssimos de advertências.” 2. (39) “Os meios, que de ordinário buscam os Príncipes para atrair a si a vontade dos Vassalos, poucas vezes se regulam pelos exemplos; porque agora vemos, ser a propósito os brandos, agora os fortes (...).” 3. (039) Consideradas as “contradições” passadas, a contradição (ou contrariedade) “deste negócio”, se representou intolerável aos olhos dos Ministros (...).” **Cronologia.** 1. Em relação à linha do presente (“Começaram então a renovar-se as práticas dos tributos passados”), o autor recua para buscar precedentes (“Eram então até aquele tempo vários os efeitos”) de como os portugueses “não negavam, nem des-socorriam” as necessidades fiscais. Volta à linha do presente para registrar o descrédito das atuais iniciativas de imposição. Novo regresso ao passado, ilustrado com o símile das águas que dos rios fluem para o mar sem nunca transbordá-lo, para traduzir a experiência popular e a impaciência dos “queixosos”. Os demais acontecimentos se desenvolvem na linha do presente.

LUGAR SOCIAL. 1. Dom Francisco sugere a própria inclusão entre os “mais diligentes observadores dos segredos do Estado”, ao exercitar, logo em seguida à menção a aqueles, a “averiguação” dada como impossível, dos “tais & tantos” tributos: “Não serei temerário se disser eram exorbitantes os ocultos, vendo que os julgados por lícitos, juntamente se souberam, & repulsaram.” 2. Sua posição no módulo é também a do intérprete do “universal queixume dos Vassalos”, no inteiro âmbito ibérico (“por toda Espanha”) e, especialmente, no relato das tensões instauradas com a exigência de contribuição imposta por Madri, a de advogado da parte e dos interesses portugueses. 3. Seu lugar é também o do conselheiro dos príncipes, que reflete sobre o dilema, de derivação maquiavélica, entre ser amado ou temido, implícito no paradoxo dos meios. 4. Ao levar o leitor a participar da própria dúvida (“não acabo de determinar-me, em qual seja o melhor caminho, para fazer um Império feliz”) e ao tomar invariavelmente o partido da “temperança” e da moderação, DFM por assim dizer marca dois pontos importantes em causa própria (supondo-se que a Epanáfora Primeira seja também uma peça de auto-justificação): persuade que, até mesmo do tirânico ponto-de-vista da Monarquia, as coisas nunca eram tão claras, sendo difícil também a ele, Melo, discernir nitidamente entre o melhor caminho para fazer um império feliz; e convence que entre dois juízos quaisquer, sempre opta pelo mais “temperado”.

PERSPECTIVA. 1. O âmbito da narrativa se fixa inicialmente no eixo Madri-Lisboa, com a justificação da mudança de atitude dos portugueses, que “até aquele tempo” “não

negavam nem des-socorriam” as necessidades da Monarquia, reconhecidas como “várias & grandes”. O âmbito se amplia momentaneamente a “toda Espanha” para voltar ao eixo de tensões formado entre Castela e Portugal. 2. A distância em relação à Corte de Madri resulta em duas atitudes distintas por parte dos respectivos ministros. Os do Reino “antes queriam comprazer ao Povo” e os de Castela, “sendo próximos ao prêmio & repreensão, & apartados dos clamores populares, procuravam agradar ao Valido, convertendo a lisonja em cega obediência”. 3. A distância entre as capitais é instrumentalizada, com a constituição da Junta do Desempenho “imediate ao Conselho de Madri, donde as partes queixosas não poderiam recorrer, sem maior dispêndio, que o próprio valor da sem-razão, que padecessem.” 4. Com a introdução da “voz do vulgo”, do “Povo”, do “universal queixume dos Vassalos”, dos “atrevidos” ao lado dos “mais zelosos”, dos “que nenhuma razão os obrigaria, a pagarem mais das antigas contribuições”, ao mesmo tempo se desenha um pano-de-fundo de ressentimento e inconformismo, e anuncia-se a revolta já próxima.

FIGURAS. Símile. (037) “E se provava, com que sendo cada dia mais crescidas as contribuições, o cabedal não se aumentava afirmando, que se a água dos rios não saíra do mar, assim como entra nele, já o mundo estivera coberto das águas que o mar recebe cada instante; & que da própria maneira sucedia ao cabedal do Reino; visto que com tão perene curso de dinheiro, qual se contribuía a elRey, jamais em sua Fazenda se enxergava um breve melhoramento.” **Aforismo.** (037) “Como se não fosse vicio antigo em Príncipes descuidados, pedir com justificação, & gastar sem ela.” **Metáfora.** 1. Fábricas impertinentes: provável referência à construção do palácio del Buen Retiro, em Madri, promovida por Felipe IV e Olivares. 2. Cálice amargoso: “Que se este serviço se começara com mais temperança, não se dando tão violentamente a beber ao vulgo o vaso amargoso, que se lhe ministrava, os Povos já de cansados, quando não de obedientes, houveram de recebê-lo.”

HISTORIOGRAFIA. 1. A reflexão sobre o paradoxo dos meios serve de pórtico ao relato da revolta de Évora, que está prestes a acontecer, e incide sobre conjectura anônima, feita a posterior, amostra de historiografia feita no condicional, na clave do “se”, vale dizer, dos cenários alternativos: “Disse-se naquele tempo: *Que se este serviço se começara com mais temperança, não se dando tão violentamente a beber ao vulgo o vaso amargoso, que se lhe ministrava, os Povos já de si cansados, quando não de obedientes, houveram de recebê-lo.*” A via executiva adotada pelos irados ministros vai incendiar os ânimos.

(040) Digressão sobre os corregedores

PARECER. 1. O longo parágrafo 040 versa sobre o antigo e o moderno regimento dos corregedores e serve de prólogo à narração da revolta de Évora, que terá início a partir da atuação inflexível do corregedor daquela cidade. 2. O tom narrativo até agora sustentado ao longo da relação – como se feita em confidência a um leitor compreensivo e cúmplice, a quem dom Francisco Manuel se endereça como o relator e o explicador das complexidades da política ibérica, sempre de um ponto-de-vista português e, ainda, patriótico – mantêm-se neste módulo de transição, com possessivos que o incluem – “nossa nação”

CASO. O sistema de recrutamento dos corregedores mudou durante o reinado de João II. Antigamente, por “uso imemorial”, eram escolhidos entre os nobres e leigos, muitos dos quais veteranos com serviço prestado na defesa da Pátria que, prudentes na velhice, se incumbiam de zelar pela paz, justiça e bons costumes. Preocupado com diminuir o poder da nobreza, D. João II introduziu nas correições os letrados, “gente que por meã entre os grandes & pequenos pudesse moderar a autoridade dos senhores & castigar a insolência do vulgo”. Este novo “modo de regimento” foi mantido por todos os sucessores, apesar “dos grandes inconvenientes” que sobrevieram da atuação desses “professores de letras civis”, levados “às vezes” a estender a própria jurisdição e a cometer excessos em nome da autoridade real.

INSTRUÇÃO. 1. No regimento antigo, eram corregedores os “homens leigos, prudentes & nobres”. 2. D. João II vem qualificado como “Príncipe excessivamente zeloso da Justiça, & duramente oposto à grandeza dos Vassalos.” 3. O novo “modo de regimento” seria “mais em favor da Monarquia que o passado.” 4. Nenhum dos sucessores “se lembrou de restituir à nobreza estas dignidades”. 5. “Os reis (dizem os que não aprovam esta mudança) amam o serviço dos letrados, persuadidos deles mesmos, por lhes fazerem certo, que o ser da sua faculdade, é ciência do justo, & injusto.” 6. Todo o arrazoado contra o recrutamento dos letrados (isto é, “o governo dos Jurisconsultos”) é atribuído a terceiros, sendo esta “queixa” “de alguma sorte favorecida, com o exemplo que escrevemos.”

ESCRITA. Transição. A passagem do módulo anterior se faz abruptamente. A passagem para o módulo seguinte é suavizada com o ingresso na atuação dos corregedores no caso atual. **Vozes.** Há além da voz narrativa a sugestão de vozes de terceiros, contrários ao “governo dos Jurisconsultos”. **Caracteres.** D. JOÃO II aparece como “Príncipe excessivamente zeloso da Justiça, & duramente oposto à grandeza dos Vassalos”, que “alheou” à nobreza a dignidade (“estas dignidades”) de serem nela recrutados os corregedores. **CORREGEDORES À ANTIGA E À MODERNA** são contrastados como tipos. Aqueles, além de nobres e leigos, eram “prudentes”. Estes, “professores de letras civis”, cometem excessos em nome e em detrimento da autoridade real, e a todos os sucessores de

João II “puseram perto da última ruína”. **Modos de escrita.** *Escrita binomial ou dialética:* 1. Aos corregedores à maneira antiga opõem-se os do novo regimento. 2. Em relação à Pátria, aqueles eram ‘mais obrigados a ela, & ela mais dependente deles’. 3. D. João II é caracterizado com duas qualificações. 4. Os letrados situam-se entre “a autoridade dos senhores” e “a insolência dos vulgos”. 5. Com os letrados, sobrevêm inconvenientes “ao Rey & República”. 6. A faculdade dos letrados seria “ciência do justo & injusto”. 7. Os corregedores letrados “dilatam seu poder à vontade da paixão ou cobiça, que talvez oprime o ânimo de muitos, por ambição ou miséria”. *Escrita digressiva ou apartada:* 1. O estilo antigo de recrutamento dos corregedores “todavia se conserva em o resto de Espanha.” 2. “Os Reys (dizem os que não aprovam esta mudança) amam o serviço dos letrados.” 3. “Com cuja ofensa (se assim é) dilatam seu poder.”

PRÁTICA. Método. O autor reflete sobre dados inscritos na historiografia antiga de Portugal. **Fontes.** O autor oferece o resultado de suas leituras e seu testemunho (pois ouviu a crítica de terceiros). **Exemplos.** A queixa “dos que julgaram inconveniente o governo dos Jurisconsultos” é “de alguma sorte favorecida, com o exemplo que escrevemos.” **Cronologia.** Todo o módulo é uma digressão necessária à análise da natureza do posto de corregedor. A cronologia do módulo é portanto interna, vale dizer, não se refere à ação da relação: temos o regimento anterior a D. João II e as mudanças por ele operadas no recrutamento dos corregedores, bem como a manutenção dos letrados por todos os reis sucessivos.

LUGAR SOCIAL. 1. A posição de dom Francisco Manuel em relação aos letrados é característica da nobreza, deslocada das posições que guardava no aparelho administrativo antigo. 2. DFM desfere críticas aos “Jurisconsultos” em diversos lugares da obra, a exemplo das entradas finais do “Hospital das Letras”. 3. As críticas aos letrados, no sentido de “legistas”, “professores de letras civis”, constantes desta passagem das “Alterações de Évora”, não obstaram a Antonio de Sousa de Macedo, destacado jurista ele mesmo, de tecer altos elogios ao escritor na licença que assina para as “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, aos 7 de abril de 1660.

PERSPECTIVA. 1. O retrospecto histórico dos sucessivos regimentos dos corregedores, remontando ao “uso imemorial de nossa nação”, acompanhado da evocação de um rei português assertivo como João II, além de todos os seus sucessores, tem forte valor simbólico de afirmação nacional, ao acenar para o longo passado de Portugal, justamente à véspera (digamos também à véspera narrativa) de uma revolta popular contra o poder da Monarquia castelhana. 2. A perspectiva aristocrática do escritor reitera-se com a expressão de

sua aversão aos letrados, cujo saber “de letras civis” contrasta com a antiga “prudência” dos nobres que exercitavam no velho regimento o posto de corregedor.

FIGURAS. 1. A expressão “cabeças de Comarcas”, dada como equivalente a “Corregedores”, é uma extensão semântica. Já no parágrafo anterior (039), DFM definiu as “Cidades & Vilas, cabeças das Correições do Reino”. 2. **Ironia.** “Este modo de regimento, por ser mais em favor da Monarquia, que o passado, foi tão aprazível a todos os Reis sucessores de D. João, que nenhum se lembrou de restituir à nobreza estas dignidades, que D. João lhes alheara.” 3. **Ironia.** Os letrados persuadiram aos reis que “o ser de sua faculdade, é ciência do justo & injusto.”

HISTORIOGRAFIA. 1. “Até aqui pertence a queixa, dos que julgaram inconveniente o governo dos Jurisconsultos, de alguma sorte favorecida, com o exemplo que escrevemos.” Anotar a dilatação do sentido de “exemplo”, que pode ser entendido como equivalente ao trecho em tela ou, alternativamente, a toda a relação das “Alterações de Évora”.

(041-044) Sublevação em Évora: a explosão da fúria popular

PARECER. 1. O sub-módulo 041-044 contém os primeiros atos da revolta. O “desregrado zelo” com que André Moraes Sarmiento, corregedor de Évora, procura executar as ordens de repartição e cobrança dos impostos, intimando, prendendo e ameaçando enforcar os representantes populares, é dado como o desencadeador da explosão de fúria popular. 2. Nos sub-módulos seguintes, veremos a nobreza de Évora organizar-se em junta e buscar o diálogo com os populares, que o rejeitam (045-048); o aparecimento dos jesuítas como os insufladores da revolta, movidos pela convicção sebastianista, cujas origens são rastreadas (049-052); a recepção das notícias da revolta de Évora em Lisboa, inicialmente minimizada pela governadora do Reino, a princesa Margarida (053); a comunicação da revolta aos lugares vizinhos e distantes, e o aparecimento em Évora de um poder popular organizado, sobrepondo-se aos da Câmara (aristocrático) e dos nobres (monárquico), cujos atos são assinados em nome do Manuelinho, um louco do lugar (054-055); o alastramento da revolta a todo o Alentejo e especialmente a Vila Viçosa, sede da Casa de Bragança que, temerosa de uma aclamação do duque dom João, busca aquietar os ânimos (056-057); e, mais adiante (066), a ampliação dos motins a “alguns Povos destroutra banda do Tejo”, depois da passagem do foco narrativo às comunicações de Lisboa e dos nobres de Évora com Madri (058-059) e das três missões enviadas por Margarida a Évora, inutilmente (060-062). Madri e Lisboa começam a cogitar da repressão armada (063); constata-se não haver em Portugal

força para tanto (064); e fazem-se cálculos sobre os elevados custos políticos de uma solução pelas armas (065). A partir de 067, a administração da crise desloca-se inteiramente de Lisboa para Madri. A revolta de Évora passa a ser tratada como um objeto à distância, porém voltando intermitentemente ao primeiro plano narrativo, no contexto das negociações agora comandadas pelo Conde Duque.

CASO. (041) O corregedor de Évora, André Moraes Sarmiento, trata de fazer cumprir em sua Comarca, “com desregrado zelo”, as ordens de cobrança executiva expedidas para todo o Reino. Primeiro, leva o problema do “assentamento do novo serviço & repartição dos efeitos” à Câmara da cidade, cujos vereadores hesitam entre atender à vontade do Rei ou ao clamor popular. Constatado que a “maior impossibilidade consistia na vontade do povo”, Sarmiento faz chamar o juiz e o escrivão do Povo, Sesinando Rodrigues e João Barradas, “ambos da ordem mecânica”, os quais, pelos cargos que ocupavam e “pelo crédito de amadores da liberdade, se estimavam entre as pessoas de maior poder, entre a multidão de aquele Povo numeroso & soberbo”. (042) Os representantes populares são seguidos por “grande quantidade de gente” que se aglomera na praça, diante da casa do corregedor. Prendendo-os “em seu próprio aposento”, o jurista procura arrancar dos dois um compromisso, à força de promessas e ameaças. Barradas pede para “comunicar o negócio a seus companheiros”, pois “ainda que ele (...) concedesse no que se lhe propunha, claro estava, que sem participar do consentimento do Povo, nada ficava firme”. A comunicação lhes é negada, “com [o] que de novo endurecidos os Populares, se resolveram a não conceder coisa alguma, que gravasse ao Povo, sem sua licença.” Indignado, o corregedor Moraes Sarmiento “soltou palavras de grave injúria contra todo o Povo de Évora” e “fez “demonstrações de que queria enforcar” aos dois presentes, achando-se já em sua casa “o algóz & outros oficiais de justiça, pertencentes à execução do suplício.” (043) Ameaçados, os dois, movidos pelo medo e pelo furor, se desesperam. Então Sesinando, “que era homem mais deliberado”, grita por socorro pela janela que dava para a praça. (044) Era o “aceno” que todos esperavam. “Com súbito estrondo” a multidão furiosa clama pela morte do corregedor e pela libertação “dos Populares” e “quase sem espaço de tempo” entra e incendeia a casa “daquele Ministro”. O corregedor, “alterado, confuso & medroso”, trata de salvar-se. Ajudado por alguns “nobres & religiosos”, consegue escapar para o Convento de São Francisco e, disfarçado com “hábito diverso”, sai de Évora e de lá para a Corte, onde “experimentou a fortuna dos que se perdem entre ruínas sucessos”. Em Évora, a desordem se amplia “com maiores delitos”. A multidão (“que constava da pior gente da República”) queima na praça “toda a prata, ouro & dinheiro que despojavam”, sem que “uma só pessoa (...) se movesse a salvar por seu próprio proveito

qualquer jóia, das que outros entregavam às chamas tão liberalmente”. “Passou adiante o dano & foram trazidos ao fogo todos os livros reais, que serviam de registro aos direitos públicos; romperam as balanças donde se cobrava o novo imposto da carne; devassaram a cadeia, dando liberdade aos presos de quem esperavam ser ajudados, saquearam os Cartórios, desbaratando papéis & livros judiciais”.

INSTRUÇÃO. Os vereadores da Câmara, postos entre a vontade do Rey e o clamor do Povo, “igualmente mostravam desejo de obedecer & de resistir; porque de uma parte, a obrigação de bons Vassallos, & da outra, a de bons Patrícios, os dividiam & equivocavam, em tão contrários efeitos.” 2. O Povo “consta de número incapaz de castigo, suborno, ou conselho”, sendo “de ordinário, oposto a todos os respeitos políticos.” 3. “Entre nós”, os postos de “Juiz & Escrivão do Povo” gozam “de alguma maneira” da “autoridade de aquele ofício, que os Romanos chamaram: *Tribuno da Plebe*.” 4. O povo de Évora é “numeroso & soberbo: segundo os testemunhos & tradições das antigas resistências do seu Sertório, soldado Romano, & que com seus antepassados atropelou os decretos & as hostes do Império.” 5. O povo de Évora, percebendo “a novidade de aquela diligência, que o Corregedor intentara contra os dous Populares”, segue os seus representantes até a casa de Moraes Sarmiento, “ou fosse por segurança, ou (o que é mais certo) para atemorizar com seu número, o executor da violência, que temiam.” 6. O corregedor encerra os representantes do povo “em seu próprio aposento, já com promessas, já com ameaças, antes que convertidos à multidão, tornassem a participar do espírito de sua variedade.” 7. “A esta desordenada resolução”, isto é, à ameaça feita pelo corregedor de enforcar Rodrigues e Barradas, “se seguiu nos Populares [entenda-se os representantes populares] um novo movimento, qual ela pedia & desculpava”. 8. A janela da casa do corregedor “olhava para a praça da Cidade”, “como preparada ao movimento”. 8. A multidão percebeu mais o gesto de Sesinando Rodrigues do que o seu grito. 9. A multidão entra e incendeia a casa do corregedor: “Duvida-se se a fúria do fogo, ou da gente, andou mais pronta em sua ruína.” 10. Na Corte, para onde fugiu, Moraes Sarmiento “experimentou a fortuna dos que se perdem em ruins sucessos, cuja direção, nem por boa, se salva no Tribunal dos Juízos humanos, que só olham os fins & não os meios de nossas ações.” 11. “Em todas suas ações” – da multidão, que atea fogo aos bens de valor – se mostrou sempre maior a indignação, que o interesse.”

ESCRITA. Transição. 1. Ao surpreender os corregedores já em atividade, o presente sub-módulo é mais uma continuação do módulo penúltimo (036-039), dedicado à descrição da Fiscalidade segundo Madri e segundo os Povos, do que do último (040), que faz excursão histórico sobre os diferentes regimentos desta função pública. 2. A passagem ao sub-módulo

seguinte (045-048) será um tanto abrupta, com o ingresso em novo excuro, sobre Évora, sua antiguidade e lustre, e – já então retomando o fio dos acontecimentos – sobre o papel dos nobres no dia da revolta, bem como sobre sua organização na Junta de Santo Antão. **Vozes.** Um tumulto de vozes, reportadas ou declaradas indiretamente na sua maior parte, se ouve, juntamente com a voz narrativa e explicadora do autor. Há vozes implícitas na sessão da Câmara, que se esquiva de tomar posição. Há a do corregedor, que faz chamar diante de si os representantes populares. Há a murmuração entre o povo, com a disseminação da notícia de que estavam sendo presos Rodrigues e Barradas, “a que também se ajuntava a prática comua, que já corria pelo Povo, das novas imposições que lhe repartiam”. Há as novas promessas e “ameaças” do corregedor aos dois intimados. Há uma violenta altercação entre as duas partes, com Barradas pedindo “instantemente lhes fosse lícito comunicar o negócio a seus companheiros, seguido da negativa de Moraes Sarmento, seguida do endurecimento da posição dos Populares, seguido da indignação do corregedor que, “a vista de tanta dureza, soltou palavras de grave injúria contra todo o Povo de Évora”, e “fez demonstrações de que queria enforcar, como o havia jurado (nova voz) aos dous que tinha presentes”. Há o rumor já rememorativo que serve de fonte ao escritor (“afirmam que metera em sua casa o algoz & outros oficiais de justiça”). Há finalmente, nas cenas dramáticas que antecedem a fúria popular, o grito por socorro de Sisenando, em discurso indireto, da janela da casa de Sarmento, para o povo que está na praça: “*Que morriam pelo livrar do trabalho que lhe queriam dar os Ministros delRey.*”

E mais: há também “a voz do Juiz do Povo”, a qual “de nenhum se pode afirmar, ouviu inteiramente”, pois “estavam todos dependentes de seu aceno”, vale dizer que não precisaram entender sua voz para compreender seu gesto. Depois, “com súbito estrondo, ardendo todos em ira, clamaram a morte do Corregedor, & liberdade & vida dos Populares.” Em seguida, na invasão da casa de Sarmento, “a um mesmo tempo se levantou a voz & a força”.

Caracteres. SARMENTO. A personalidade do corregedor de Évora, André Moraes Sarmento, emerge mais pelos atos do que pelos traços, além do seu “desregrado zelo” na execução das ordens fiscais. Anotar que era “de profissão Legista”, o que combina com aquele “zelo”, e nos termos do módulo anterior, confirma os “excessos” e conforma “o exemplo que escrevemos” (039). SESINANDO RODRIGUES e JOÃO BARRADAS, Juiz e Escrivão do Povo, “ambos da ordem mecânica”, chamados à presença do corregedor, não se deixam seduzir pelas promessas nem se intimidam com as ameaças de Sarmento. O escrivão Barradas vem descrito como “homem de juízo maior que sua fortuna” e mostra sensatez e

sangue-frio ao pedir “instantemente” pudesse “comunicar o negócio a seus companheiros” e em seguida ao argumentar, lógica e persuasivamente, “que sem participar do consentimento do Povo, nada ficava firme.” Ambos fazem jus ao “crédito de amadores da liberdade” quando, no diálogo crispado e ríspido com Sarmiento, endurecem a posição face à intransigência do corregedor. O juiz Sesinando Rodrigues, “que era homem mais deliberado”, atea fogo aos ânimos, ao pedir em altas vozes, da janela da casa que “olhava para a praça da Cidade”, socorro ao povo. POVO DE ÉVORA. 1. A caracterização do coletivo dos populares eborenses oferece contradições ou, pelo menos, ambigüidades. O mesmo “Povo” que é “oposto a todos os respeitos políticos”, uma vez que “consta de número incapaz de castigo, suborno, ou conselho”, é no mesmo parágrafo (040) apresentado como “numeroso & soberbo”, na tradição do “seu Sertório”, que “atropelou os decretos & as hostes do Império” romano. O próprio autor, intrigado, anota a contradição mais adiante (044): “Afirma-se por coisa rara, que toda a prata, ouro & dinheiro que despojavam, queimaram na Praça sem algum respeito, como coisa pestífera, não havendo entre tanta multidão (que constava da pior gente da República) uma só pessoa, que se movesse a salvar por seu proveito qualquer jóia, das que outros entregavam às chamas tão liberalmente.” 2. Os movimentos e mesmo a variação de qualidade da massa popular são registrados nas suas nuances. Primeiro, como “grande quantidade de gente” que se abala “em seguimento dos dous chamados” junto ao corregedor, seja para protegê-los, seja para “atemorizar com seu número o executor da violência que temiam.” Depois, na praça, diante da casa em que se achavam detidos os seus representantes, ao grito de Sesinando da janela, aquela “grande quantidade de gente” converte-se em “multidão”, matéria combustível, prestes a se inflamar, “segundo estavam todos dependentes de seu aceno”, mais atenta ao gesto do que às palavras, “ardendo em ira”, “com súbito estrondo”, explode. 3. Psicologia da multidão: os fenômenos psíquicos coletivos são percebidos como contagiosos. Assim, o corregedor trata de isolar “em seu próprio aposento” os representantes populares, “antes que convertidos à multidão, tornassem a participar do espírito de sua variedade.” A unanimidade é um traço adicional, implícito na narrativa dos movimentos físicos da massa, por ação e por abstenção, como no episódio da queima de dinheiro e valores metálicos, “não havendo entre tanta multidão (que constava da pior gente da República) uma só pessoa, que se movesse a salvar por seu proveito qualquer jóia.”

Modos de escrita. *Escrita psicológica.* Juntamente com traços psicológicos dos protagonistas, os estados d’alma coletivos são objeto de descrição e análise em bom número de passagens: 1. Além de mostrar “desregrado zelo” na execução das ordens, Moraes

Sarmento desconhece ou ignora a perigosa situação formada, com a aglomeração de grande quantidade de gente na praça contígua à sua casa, enquanto com promessas e ameaças tenta “encaminhar a obediência das cabeças populares”, encerradas “em seu próprio aposento”. Depois de exibir tanto orgulho, vai ao extremo oposto: “alterado, confuso & medroso”, empreende fuga em condições humilhantes, disfarçado “em hábito diverso”. O escrivão Barradas, “homem de juízo”, comporta-se com sensatez e oferece um bom argumento para que o deixem comunicar-se com os seus companheiros. O juiz Sesinando é “homem mais deliberado”: faz a comunicação proibida, ao berrar por socorro da janela, e seu grito desencadeia a fúria da multidão. 2.

Ver “Psicologia da multidão” no item anterior. *Escrita binomial ou dialética*. 1. São numerosos os binômios na passagem. Exemplos: (041) Os vereadores da Câmara, “à custa da vontade delRey & do clamor do Povo, igualmente mostravam desejo de obedecer & resistir; porque de uma parte, a obrigação de bons Vassallos & da outra, a de bons Patrícios, os dividiam & equivocavam, em tão contrários efeitos.” Sesinando, o juiz do Povo, e Barradas, o escrivão, “assim pelos lugares que tinham da República, como pelo crédito de amadores da liberdade, se estimavam as pessoas de maior poder, entre a multidão de aquele Povo numeroso & soberbo: segundo os testemunhos & tradições das antigas resistências do seu Sertório, soldado Romano, & que com seus passados atropelou os decretos & hostes do Império.” (042) “Desconheceu, ou desprezou o Ministro real”, “Já com promessas, já com ameaças”, “Ainda que ele, por temor, ou razão”. (043) “Qual ela pedia & desculpava”, “O medo & o furor”. (044) “Clamaram a morte do Corregedor & liberdade & vida dos Populares”, “A voz & a força”, “Era entrada & acesa a casa de aquele Ministro”, “Duvida-se se a fúria do fogo, ou da gente”, “Saiu da Cidade & passou à Corte”, “Só olham os fins & não os meios de nossas ações”, “Papéis & livros judiciais”, “Sempre maior a indignação que o interesse”. 2. O escritor eventualmente emprega trinômios, talvez para efeito de variação: (041) O Povo “consta de número incapaz de castigo, suborno, ou conselho”. (044) “Toda a prata, ouro & dinheiro que despojavam, queimarão na Praça.” *Escrita apartada ou digressiva*. (041) Referência a “seu Sertório, soldado Romano, etc”, a propósito de ser o povo de Évora “numeroso & soberbo”. (044) O corregedor Sarmento escapou com vida e depois “passou à Corte; & nela experimentou a fortuna dos que se perdem entre ruins sucessos, cuja direção etc”; “Porém em todas suas ações [do povo que destrói os símbolos do poder real], se mostrou sempre maior a indignação que o interesse.” *Escrita apertada ou sintética*. “A um mesmo tempo se levantou a voz & a força; & quase sem espaço de tempo, era entrada & acesa a casa de aquele Ministro.”

PRÁTICA. Método. O problema que o autor deve resolver é o da reconstrução historiográfica dos primeiros atos da revolta de Évora. O “fio dos acontecimentos” é exposto em sequência linear, sem que DFM deixe de pontuá-lo com observações de ordem política e psicológica ou (referindo-se ao coletivo) psico-social. Note-se que mesmo com a predominância da ação (ou caso) sobre a instrução, sendo este afinal o episódio inaugural da ruptura da ordem, e em sentido estrito a origem das alterações no Alentejo, os comentários se adensam no esforço para compreender o que se passa. De início os fatos são narrados com foco no corregedor Sarmiento, que procura executar as ordens de repartição e cobrança dos impostos, primeiro propondo uma solução à Câmara dos Vereadores de Évora, em seguida intimando os procuradores do povo. O processo foge ao seu controle com o ingresso da multidão no cenário e o desencadear da fúria popular. **Fontes.** O autor não declara fontes, mas deixa entrever que colheu testemunhos de terceiros, como em 042: “Dizem, que então indignado o Corregedor”, e ainda em 044: “Duvida-se se a fúria do povo, ou da gente, andou mais pronta em sua ruína”, “Afirma-se por cousa rara etc”. Somente na breve digressão que vai buscar na antiguidade os precedentes dos brios do povo de Évora, referem-se genericamente as fontes: “Segundo os testemunhos & tradições das antigas resistências do seu Sertório, soldado Romano, & que com seus passados atropelou os decretos & hostes do Império.”

Exemplos. Ainda que não sejam invocados exemplos pretéritos nem se proponham (por enquanto) lições do caso atual, duas reflexões comparecem com o valor de lições da História, a primeira na menção à natureza do Povo (041): “Como consta de número incapaz de castigo, suborno ou conselho, é de ordinário oposto a todos os respeitos políticos” e, a segunda, na referência ao “Tribunal dos Juízos humanos, que só olham os fins & não os meios de nossas ações.” **Cronologia.** Aparentemente, os fatos – da consulta à Câmara em 041 ao saque aos Cartórios em 044 – se dão em um único dia. No sub-módulo seguinte, “sobrevindo as trevas da noite”, os revoltosos – já então denominados “os inquietos” – vão apedrejar o Paço Arcebispal e ameaçar em sua residência ao conde de Basto, sem que se possa determinar com certeza se na noite do mesmo dia. Não descartar a possibilidade de ter o autor deliberadamente construído essa impressão, obediente à unidade de tempo prescrita para maior efeito dramático.

LUGAR SOCIAL. 1. Embora temperada por reparos desabonadores (e talvez excusatórios dele mesmo), a admiração de dom Francisco Manuel de Melo pelo povo de Évora – na sensatez combinada com a audácia de seus representantes, na proteção que o “grande número de gente” oferece àqueles em situação de perigo, no desprendimento dos

bens materiais que mostra durante o incêndio das jóias e dinheiro, na generosidade com que liberta os presos da cadeia, na radicalidade com que desbarata os “papeis & livros judiciais” – aparece ainda mais nítida quando contrastada com o registro que faz do triste papel dos outros estamentos ou categorias sociais nos acontecimentos descritos: prepotência e depois pusilanimidade do corregedor, ambivalência escorregadia dos vereadores da Câmara, cumplicidade de “alguns nobres & Religiosos” ao auxiliarem a fuga de Sarmento. Se quisermos deduzir para o próprio escritor, desses juízos, uma posição ou lugar social, o lugar ou a posição que se projeta é a do fidalgo que – ao mesmo tempo que guarda a distância que o separa “da ordem mecânica” e que não perde de vista que os saqueadores são a “pior gente da República” – se identifica com os revoltosos. 2. O escritor acha-se preso há anos, e respondendo a tortuoso processo judicial, quando registra que “devassaram a cadeia, dando liberdade aos presos de quem esperavam ser ajudados, saquearam os Cartórios, desbaratando papéis & livros judiciais.” 3. “Nossas ações”: Sarmento foge de Évora “em traje diverso” e passa à Corte: “& nela experimentou a fortuna dos que se perdem entre ruins sucessos, cuja direção, nem por boa, se salva no Tribunal dos Juízos humanos, que só olham os fins & não os meios de nossas ações.”

PERSPECTIVA. 1. Entre o corregedor de Évora e os representantes populares Rodrigues e Barradas, trava-se por interpostas pessoas o conflito maior que opõe a Monarquia Ibérica e o Reino de Portugal submetido ao “domínio” castelhano. Note-se que ao gritar da janela, pedindo socorro, o juiz popular Sesinando refere-se ao corregedor e seus auxiliares como “*os Ministros delRey*”. Qual pedra atirada nas águas lisas de um lago, se nos permitem a imagem, o confronto de Évora ampliar-se-á em “ondas” e “círculos” cada vez mais amplos, reproduzindo-se em outras oposições, até alcançar a contradição mais dilatada que opõe, em última instância, Madri e a Casa de Bragança. 2. Ao investir suas simpatias no povo eborense, dom Francisco Manuel toma partido pelos únicos “inocentes” dessa história. Todos os outros segmentos sociais, representados pelo corregedor, vereadores da Câmara, nobres e religiosos, são afinal “cúmplices” da União Ibérica, no sentido de que todos estão envolvidos e comprometidos no cumprimento das injustas ordens executivas. 3. A vertente de auto-justificação do próprio Melo que percorre o conjunto da relação das “Alterações de Évora” vem agora registrada explícita mas discretamente na menção ao “Tribunal dos Juízos humanos, que só olham os fins & não os meios de nossas ações.” Também o escritor terá cumprido – não somente nos futuros desdobramentos da revolta mas em toda sua carreira de armas sob Olivares – um papel análogo ao do corregedor, como instrumento de transmissão

das ordens da Monarquia. Também ele experimentaria “a fortuna dos que se perdem entre ruins sucessos, cuja direção, nem por boa, se salva no Tribunal dos Juízos humanos.”

FIGURAS. Aforismos. 1. “Como consta de número incapaz de castigo, suborno, ou conselho, [o Povo] é de ordinário, oposto a todos os respeitos políticos.” 2. “O medo & o furor, sendo de qualidade diferente, produzem na desesperação, o próprio efeito.” 3. “No Tribunal dos Juízos humanos (...) só olham os fins, & não os meios de nossas ações.” 4. “Tal era o ódio, que pode mais que a cobiça, mais poderosa que tudo.” **Outras incidências. Novidades.** “A novidade de aquela diligência, que o Corregedor intentara com os dous Populares (...) abalou grande quantidade de gente em seguimento dos dous chamados”; “todos estes accidentes ameaçadores à República de custosa novidade, desconheceu, ou desprezou o Ministro real.” *Expressões.* “Ambos da ordem mecânica”. “Amadores da liberdade.”. “Passou adiante o dano & foram trazidos ao fogo todos os livros reais, que serviam de registro aos direitos públicos.” *Trabalho.* “Que morriam pelo livrarem [ao povo] do trabalho, que lhe queriam dar os Ministros delRey.”

HISTORIOGRAFIA. 1. Não incidem reflexões sobre a escrita da História. 2. A raridade de um evento é assinalada. “Afirma-se por cousa rara, que toda a prata, ouro & dinheiro que despojavam, queimarão na Praça sem algum respeito, como cousa pestífera, não havendo entre tanta multidão (que constava da pior gente da República) uma só pessoa, que se movesse a salvar por seu proveito qualquer jóia, das que outros entregavam às chamas tão liberalmente.” 3. Duas menções a registros da antiguidade: os postos de Juiz e Escrivão do Povo são assimilados à “autoridade de aquele ofício, que os Romanos chamarão: *Tribuno da Plebe*”; a propósito do povo de Évora, evoca-se “os testemunhos & tradições das antigas resistências do seu Sertório, soldado Romano, & que com seus passados atropelou os decretos & hostes do Império.”

(045-048) A nobreza local se organiza na Junta de Santo Antão

PARECER. 1. A reunião (informal e depois gradualmente formalizada e reconhecida) da alta nobreza de Évora segue-se ao conjunto de eventos que assinalam o início da revolta: o fracasso da Câmara de vereadores no encaminhamento da execução fiscal, o fiasco do corregedor na tentativa de forçar um compromisso com os representantes populares e finalmente o colapso da ordem, com a invasão e incêndio da casa de Sarmento, a queima de seus pertences, a dos livros fiscais, a quebra das balanças e o saque aos cartórios. A mais alta instância ou hierarquia da sociedade e do poder local (depois do poder monárquico, posto em

fuga simbolicamente com o sumiço do corregedor) ingressa no espaço narrativo, e estabelece com os revoltosos uma primeira polaridade, inicialmente através da tentativa de diálogo, bruscamente rejeitada por esses. 2. As duas peças dessa troca de comunicados (sem que se saiba ao certo dos meios utilizados e dos destinatários) são documentos importantes para a análise (da representação historiográfica) das relações sociais, da imagem que cada parte forma de seu respectivo papel e ainda, pelo lado dos revoltosos, da lista de agravos e dos ressentimentos que nutrem em relação aos fidalgos. 3. Ao novo impasse que se forma, agora no plano da comunicação, seguem-se – com o apedrejamento do paço arcebispal e com o assédio à casa do conde de Basto, o ex-vice-rei Diogo de Castro – novos atos de quebra da ordem, este último frustrando-se, graças à autoridade pessoal exercida pelo ex-vice-rei. 4. A transição para o sub-módulo seguinte (049-052, relativo ao papel dos jesuítas no insuflamento da revolta, juntamente com as origens do Sebastianismo) dá-se, a rigor, já adentrado o parágrafo 049, depois da segunda frase: “Contra os mais da Junta não intentaram cousa alguma, & deste comedimento nascerão suspeitas, de que muitos dos maiores dela, se entendiam secretamente com as Cabeças do Povo. Uns & outros vacilavam entre a temperança & discórdia, sem saber qual parte lhes seria mais propícia.”

CASO. (045) Um breve excuro sobre a grandeza, esplendor e antiguidade de Évora, como sede de grandes e ilustres famílias, dá ensejo à constatação de que “nem os senhores dela, nem os muitos nobres de que também é opulenta, puderam ajudar este dia ao dano, ou ao remédio.” (046) Alarmados com o agravamento da revolta, pois “às vozes haviam sucedido as armas”, sete representantes da alta nobreza local reúnem-se na igreja de S. Antão, e tratam do “remédio do sucedido”: buscam “vários meios dirigidos à presente moderação, “& para o que podia suceder, se despacharam os avisos necessários.” À multidão, “que cada hora se achava mais atrevida & resoluta”, propõem que deixem a “causa pública” aos cuidados da Câmara, e se oferecem “para interceder com Sua Magestade, até alcançar sobre o perdão algum bom recurso com que todos ficassem satisfeitos.” (047) Em resposta, os revoltosos denunciam a insensibilidade dos “senhores & poderosos de Évora”, seus privilégios e isenções, suas ambigüidades e duplicidade, e terminam por intimá-los a se juntarem aos Populares, ou a se dispersarem; ou “procederiam contra eles, como contra inimigos do bem público.” (048) Com “esta tão dura resposta”, além de ameaçar a nobreza, “o Povo dava mostras de querer passar adiante a mais custosas novidades.” Assim que anoitece, os “inquietaos” apedrejam o Paço Arcebispal e lançam injúrias ao prelado e sua família. Outros vão à casa de Diogo de Castro, conde do Basto, que “com luzes & sem armas, desceu a recebê-lo [ao Povo].” Segue-se breve discurso do conde aos “tumultuários”, em que oferece a própria vida, “se para vossa quietação

serve a minha morte”, e faz apelo à lealdade portuguesa dos manifestantes, que se retiram, “confusos”.

INSTRUÇÃO. 1. Lugar de Évora em Portugal, na grandeza, e em Espanha, no esplendor e antiguidade. 2. De Évora escreveu o antiquário André de Rezende um livro “sábio ainda que breve”. 3. A cidade foi sede nos tempos modernos de muitos dos reis portugueses, e “por esta causa & sua abundância”, “assento de grandes & ilustres famílias, das quais promete o autor “por esta Relação se fará memória”. 4. “Nem os senhores dela, nem os muitos nobres, de que também é opulenta”, puderam “este dia” impedir a situação criada, contrariando “a esperança de todos”: “Os Ministros reais entendiam ser da nobreza defendidos, & os Cabeças do Povo, tinham por certo lhes não faltaria sua ajuda.” 5. Duas hipóteses sobre o comportamento da “gente principal”: a explicação de que “à gente principal não desprazia aquela demonstração” guarda conexão, no início (049) do sub-módulo seguinte, com as suspeitas de que “muitos dos maiores dela se entendiam secretamente com as Cabeças do Povo”. 6. A junta de fidalgos reunida na igreja de S. Antão compunha-se do arcebispo, dois condes, um marquês e seu irmão, além do comendador mor da ordem de Avis e dom Jorge de Mello. 7. A primeira diligência da junta “convinha ser o sossego de aquela multidão, que cada hora se achava mais atrevida & resoluta”; para “tratar a redução do Povo”, “se começou com brandas práticas”. 8. Explicação da reação popular à proposta da junta, no formato de aforismo.

ESCRITA. Transição. A digressão sobre a grandeza e antiguidade de Évora, que abre o sub-módulo, interrompe bruscamente o “fio dos acontecimentos” do sub-módulo anterior. **Vozes.** Comparecem as vozes anônimas de observadores não-declarados. Há uma troca de comunicados entre a Junta e os Inquietos sem que se saiba se escritos ou pronunciados, nem por quem. À noite, em Évora, ouvem-se muitos insultos, tanto ao apedrejarem os inquietos o Paço Arcebispal (“injuriando com atrevidas palavras ao Prelado & sua família”) como no “tropol” que “entrou pelas portas do Conde Dom Diogo de Castro” (“ouvindo-se já dos tumultuários tantas afrontas contra sua pessoa, como palavras.” O breve discurso do ex-vice-rei é reportado diretamente: “*Povo de Évora, que me quereis? etc.*”

Caracteres. GRANDES DE ÉVORA. Os principais fidalgos de Évora, citados por seus nomes, incluindo o arcebispo dom João Coutinho, deliberam e agem corporativamente, como um só sujeito, examinando os meios de fazer sossegar a multidão, despachando avisos, e, diante da ríspida resposta popular, temendo pela própria segurança. DIOGO DE CASTRO. Já retratado com boas cores, em Lisboa, no exercício do cargo de vice-rei de Portugal (022-024), em que mostrou “temperança louvável”, ao interpor-se à introdução de novos impostos

e ao suprir “à custa de imenso trabalho as necessidades mais urgentes”, num governo “sem escandalosa novidade”, o conde de Basto ganha novos traços abonadores, em situação-limite, que o alcança no âmbito doméstico, agora em Évora, em meio às “trevas da noite”. Ao mesmo tempo aborrecido e venerado, “sem outra causa que haver sido grande Ministro”, o velho conde também se transforma diante da fúria popular e chega a mostrar, além de “valerosa constância”, “nova cortesia (de que antes fora falto).” POVO DE ÉVORA. 1. Referidos pela primeira vez como “os Inquietos” em 047 e “os inquietos” com minúscula em 048 (sendo os seus dois representantes Rodrigues e Barradas chamados “cabeças populares” a partir de 041 e “os Populares” a partir de 042) , o “Povo” vai recebendo diferentes denominações, desde “grande quantidade de gente” (042), “tanta multidão” (044), “vulgo” (045), “aquela multidão” (046) e ainda os “tumultuários” com a variante dos “mais desatinados” (048). 2. Desde a explosão de fúria ocorrida no sub-módulo anterior, com seus dois tempos (invasão e incêndio da casa de Sarmento com queima de seus pertences na praça seguidos da queima dos livros fiscais, quebra das balanças, abertura da cadeia e saque aos cartórios), há um agravamento das manifestações, já percebido pelos grandes e nobres de Évora (046), pois “aquela multidão (...) cada hora se achava mais atrevida & resoluta” e a “inquietação passava já de vingança & (...) às vozes haviam sucedido as armas.” Adiante (048), a “dura resposta” à proposta de quietação feita pela junta “não só prometia o risco da nobreza, mas em o Povo dava mostras de querer passar adiante a mais custosas novidades.” Os dois episódios sucessivos – apedrejamento do paço arcebispal e tentativa de “buscar” a pessoa do ex-vice-rei Diogo de Castro em sua própria residência, que chega a ser adentrada pelo “tropol” – traduzem a escalada da contestação popular, com o ingresso ainda bordejante no espaço institucional (o paço não é penetrado) , mas já invasivo de um domicílio privado (a casa do conde de Basto).

LIDERANÇAS OCULTAS. Assim como os mensageiros do “partido” popular – aqueles que devolvem à Junta de Santo Antão a resposta às suas ofertas de quietação –, ignora-se (ou se mantém o silêncio acerca de) os que lideram os revoltosos. Rodrigues e Barradas não mais aparecem no plano narrativo, senão como perseguidos da justiça real, já bem adiantada a relação (154). No próximo sub-módulo, ao tratar do possível insuflamento dos motins pelos padres da Companhia, sugerem-se alguns nomes, com fundamento na “fama” e com a ressalva de que “parece que foram” da mesma “opinião”, ainda assim sem referência direta à direção digamos revolucionária. Quem são os que “não souberam ouvir nem responder” à proposta de quietação feita pela Junta? Quem promoveu o apedrejamento do paço arcebispal? Quem sugeriu a invasão da casa de Diogo de Castro? O escritor não sabe, não pode ou não quer declarar. A emergência de um poder popular organizado (055) não deixará dúvidas

quanto à existência de cabeças pensantes e de lideranças ativas, ocultas por trás do nome do “Manuelinho” de Évora.

Modos de escrita. *Escrita binomial/dialética.* 1. Évora: sua posição em Portugal e em Espanha. 2. Esplendor & antiguidade. 3. Filho & Cronista. 4. Sábio ainda que breve. 5. Por esta causa & sua abundância. 6. Grandes & ilustres famílias. 7. Nem os senhores dela, nem os muitos nobres. 8. Ajudar (...) ao dano ou ao remédio. 9. Os Ministros reais entendiam ser da nobreza defendidos & os Cabeças do Povo tinham por certo não lhes faltaria sua ajuda. 10. Sendo nela o perigo só do vulgo, que intentava a resistência, vinha a ser comum o fruto de aquele movimento, se por ele se conseguisse a emenda dos males, que contaminavam a República. 11. Às vozes haviam sucedido as armas. 12. Antiga & principal freguesia. 13. Atrevida & resoluta. 14. A ela & não a eles. 15. Com mais justificação & autoridade. 16. Alcançar sobre o perdão algum bom recurso. 17. Não souberam os Inquietos ouvir, nem responder, antes convertendo a ira para aquela parte, começaram a temer-se da Congregação da nobreza. 18. Queixavam-se & diziam: Que os senhores & poderosos. 19. Ou não queriam dever, usando de sua franqueza, ou não pagar, abusando de sua autoridade. 20. Agora se congraçavam com o Povo, para se justificarem depois com elRey. 21. O inocente & simples vulgo. 22. Havendo-se justificado com elRey, seriam os mais cruéis algozes para o Povo. 23. Que se juntassem com os Populares, ou entre si se dividissem. 24. Não só prometia o risco da nobreza, mas em o Povo dava mostras de querer passar adiante. 25. Ao Prelado & sua família. 26. Outro semelhante, ou maior tropel. 27. A quem aborreciam, posto que veneravam. 28. Mas o velho, seguro tanto na autoridade como na inocência, sendo advertido de que o Povo o buscava, com luzes & sem armas. 29. Tantas afrontas contra sua pessoa, como palavras. 30. Com valorosa constância, acompanhada de nova cortesia. 31. Pararam os mais desatinados às primeiras palavras de Dom Diogo & ouvidas as últimas, se voltaram confusos da deliberação & gravidade com que os esperara & lhes havia falado. 32. (049) Uns & outros vacilavam entre a temperança & a discórdia. *Escrita digressiva/aparteada.* 1. Antiguidade de Évora: “Da qual seu filho & Cronista o Mestre André de Rezende, que o foi também das antiguidades da Lusitânia, compôs um só volume, sábio ainda que breve. 2. Grandes & ilustres famílias: “Das quais por esta Relação se fará memória.” 3. “Outros entendiam (não pior) que a nobreza só fora quem detivera a fúria do Povo.” 4. “Acompanhada de nova cortesia (de que antes fora falto) lhes disse.” *Escrita psicológica.* 1. “A primeira diligência convinha ser o sossego de aquela multidão, que cada hora se achava mais atrevida & resoluta.” 2. “Convertendo a ira para aquela parte, começaram a temer-se da Congregação da nobreza.” 3. “Esta tão dura resposta turbou de novo os ânimos dos Congregados.” 4. “Pararam

os mais desatinados às primeiras palavras de Dom Diogo, & ouvidas as últimas, se voltaram confusos da deliberação & gravidade com que os esperara & lhes havia falado.” *Escrita quantitativa*. 1. “Évora é segundo Povo de Portugal, em grandeza, & não inferior a nenhum de Espanha, no esplendor & antiguidade.” 2. “Nem os senhores dela, nem os muitos nobres de que também é opulenta.” 3. “A primeira diligência convinha ser o sossego de aquela multidão.” 4. “Para que o negócio aparecesse diante delRey com mais justificação & autoridade.” 5. “Sobrevindo as trevas da noite, se esforçaram tanto os inquietos, que juntos foram apedrejar o Paço Arcebispal.” 6. “Ouvindo-se já dos tumultuários tantas afrontas contra sua pessoa, como palavras.” 7. “Os mais desatinados.” *Escrita apertada/comprimida*. 1. “Os Ministros reais entendiam ser da nobreza defendidos & os Cabeças do Povo tinham por certo lhes não faltaria sua ajuda.” 2. “À gente principal não desprazia aquela demonstração, porque sendo nela o perigo só do vulgo, que intentava a resistência, vinha a ser comum o fruto de aquele movimento, se por ele se conseguisse a emenda dos males, que contaminavam a República.” 3. “Sucedeu então, que sobrevindo as trevas da noite, se esforçaram tanto os inquietos, que juntos foram apedrejar o Paço Arcebispal, injuriando com atrevidas palavras ao Prelado & sua família. Outro semelhante, ou maior tropel, entrou pelas portas do Conde Dom Diogo de Castro, a quem aborreciam, posto que veneravam, sem outra causa, que haver sido grande Ministro.”

PRÁTICA. Método. 1. Ao demorar-se num excursão sobre a cidade de Évora, sua antiguidade e nobreza, o escritor ao mesmo tempo descreve (já depois de iniciada a ação) o cenário dos acontecimentos de 1637 e introduz a nobreza local como um dos atores sociais do jogo político que se instaura a partir da eclosão da revolta popular. **Fontes.** 1. O mestre André de Rezende é expressamente citado como fonte para o estudo das antiguidades de Évora e, amplamente, da Lusitânia. 2. DFM não se achava em Évora nos dias da eclosão da revolta. Observadores ocultos podem ou devem ter servido como testemunhas acerca dos fatos narrados. As explicações de sentido oposto sobre o comportamento da nobreza “naquele transe” são aqui implicitamente atribuídas a essas testemunhas. Outra possibilidade, sem prejuízo desta, é que o autor esteja a atribuir a terceiros uma análise pessoal da posição (dissimulada ou mesmo dividida) dos nobres diante da revolta. O problema historiográfico quanto a este ponto é o de dar conta de cálculos políticos feitos em segredo ou reserva (“sendo o perigo só do vulgo, que intentava a resistência, vinha a ser comum o fruto de aquele movimento, se por ele se conseguisse a emenda dos males que contaminavam a República”) e de um não-fazer, isto é, de um refrear da intensidade de uma dada ação (“Outros entendiam que a nobreza só fora quem detivera a fúria do Povo”). **Exemplos.** Implicitamente, os nobres

de Évora reunidos na Junta de S. Antão, recorrem a exemplos do passado, na tentativa de obter o “sossego da multidão” no caso presente, e tendo em vista futuros desdobramentos: (046) “Tratando-se o remédio do sucedido, se intentaram vários meios dirigidos à presente moderação; e para o que podia suceder, se despacharam os avisos necessários.” **Cronologia.**

1. A narrativa percorre um arco que vai da longa duração, com a evocação da antiguidade de Évora, ao plano dos eventos imediatíssimos, com “os mais desatinados” da multidão que adentra a residência do conde de Basto sendo surpreendidos na sua “confusão”. 2. A sequência de tempos e objetos compreende: um retrospecto ao passado distante para situar Évora como sede ancestral da nobreza (tendo sido Corte de “muitos Reys portugueses”) e as conjecturas e os cálculos presentes (“este dia”) sobre a posição dos nobres face à revolta popular; depois, a reunião dos “grandes & nobres” na igreja de Santo Antão, suas deliberações e a mensagem que fazem chegar ao “Povo”; resposta perturbadora que recebem, projetando ameaças e riscos; e “sobrevindo as trevas da noite” as duas cenas de “tropel” junto ao paço arcebispal e a residência do conde de Basto, resumidas e comprimidas, sendo o apedrejamento do paço registrado em metade de uma curta frase e o drama do assédio à casa de Diogo de Castro admiravelmente descrito com todas as suas nuances psicológicas em menos de um parágrafo relativamente curto (048).

LUGAR SOCIAL. 1. Ao introduzir os nobres de Évora na relação da revolta popular, o escritor parte da constatação de que “nem os senhores dela nem os muitos nobres de que também é opulenta puderam ajudar este dia ao dano ou ao remédio”, frustrando tanto os ministros reais como os cabeças do povo, que esperavam ser, aqueles, defendidos e estes, ajudados. A aparente isenção ou equidistância (ou “igualdade”) da nobreza é contestada por observadores ocultos que, de um lado, nela vêem interessada ambivalência ou ambigüidade em relação à revolta e, de outro lado, nela enxergam um papel moderador da cega fúria popular. A junta de Santo Antão se oferece em seguida para fazer a mediação entre o Povo e a Monarquia, ao mesmo tempo que recomenda sejam seguidos os trâmites normais, através da Câmara, “pois a ela & não a eles [os revoltosos] pertencia a conservação de sua Cidade.” A “dura resposta” popular é uma denúncia veemente dos privilégios e da ambivalência dos nobres, que apenas se congraçavam com o Povo para se justificar e merecer com elRey, ao mesmo tempo que uma intimação e uma cobrança de posição clara em favor dos populares – o que vale pela acusação de que a nobreza não estava cumprindo com suas obrigações tradicionais. 2. Ao rejeitar o papel mediador oferecido pela junta de nobres, os populares de Évora dão mais um passo na quebra das praxes institucionais – que normalmente significariam “deixar tudo ao cuidado da Câmara” e aceitar que a nobreza intercedesse com

Sua Magestade até alcançar, sobre o perdão, algum recurso” – e no aprofundamento da revolta, agravados logo a seguir, com as “trevas da noite”, nos primeiros esboços de violência direta contra personagens da nobreza, como é o caso do ex-vice-rei Diogo de Castro, “a quem aborreciam, posto que veneravam, sem outra causa que haver sido grande Ministro”. O corajoso enfrentamento pessoal deste com os inquietos homenageia valores virtuais da nobreza antiga, classe de origem do escritor, que no início da relação (009) anotou: “Não era contudo a idade de todo estéril de Varões grandes, que à imitação dos primeiros, se satisfaziam com a glória do merecimento.” 3. A possibilidade de manipulação da revolta popular por frações da nobreza, um risco sempre presente nas sociedades de regime antigo, segundo Villari, é entrevista na hipótese de que “à gente principal não desprazia aquela demonstração, porque sendo nela o perigo do vulgo, que intentava a resistência, vinha a ser comum o fruto de aquele movimento etc.” 4. Pela primeira vez na relação, os populares são denominados “os Inquietos” (047) e, a própria revolta, “resistência” (045).

PERSPECTIVA. 1. Reafirma-se a perspectiva ibérica, na referência a Évora como “segundo Povo de Portugal, em grandeza, & não inferior a nenhum de Espanha, no esplendor & antiguidade”. 2. A menção aos “muitos Reys portugueses” que “tiveram naquela Cidade sua Corte” vale também como reivindicação das raízes históricas do Reino no contexto – que de certo modo as revoga – da União Ibérica, em que se dá a revolta de populares portugueses contra a opressão fiscal da Monarquia.

FIGURAS. Sentenças. 1. “Por ser causa ordinária entre os que desordenadamente seguem um parecer, julgarem por inimigos a quantos lho não aprovam.” 2. “Para os Grandes, nunca havia novas leis, que não fossem interpretadas em seu cômodo.” **Outras incidências.** *Relativas a Povo.* Os Cabeças do Povo. O perigo só do vulgo. A fúria do Povo. Aquela multidão. Os Inquietos. Povo de sua Pátria. Se congraçavam com o Povo. Os mais cruéis algozes para o Povo. Os inquietos. Os tumultuários. Os mais desatinados. *Relativas à revolta.* Resistência. Sua inquietação passava já de vingança. Às vezes haviam sucedido as armas. O sucedido. O sossego de aquela multidão. A ira. Custosas novidades. Tropel. Vossa quietação. *Novidade.* “O Povo dava mostras de querer passar adiante a mais custosas novidades.” *Retórica.* “Brandas práticas.”

HISTORIOGRAFIA. Recursos narrativos. 1. Discurso reconstruído no modo indireto, nas notas da nobreza ao povo e do povo à nobreza. 2. Discurso de Diogo de Castro, reconstruído em primeira pessoa: “*Povo de Évora, que me quereis? etc.*” 2. Emprego de itálicas nos discursos recompostos. 3. Citado mestre André de Rezende, nas antiguidades de Évora e da Lusitânia. 4. Emprego de (dois) cenários analíticos ou “juízos” quanto à posição da

nobreza. 5. A ver: fonte para a lista e as deliberações dos integrantes da Junta de Santo Antão. 6. Mensageiros ocultos, destinatários não-declarados. 7. A ver: fonte para a cena do assédio da residência do ex-vice-rei dom Diogo de Castro.

(049-052) Os jesuítas na revolta de Évora e as origens do Sebastianismo

CASO. Suspende-se o “fio dos acontecimentos” de 1637 para dar lugar ao relato das suspeitas de secreto entendimento entre alguns dos membros da junta da nobreza com os cabeças do povo; da influência dos padres da Companhia sobre “uns & outros”; da posição favorável dos jesuítas diante da revolta, citados quatro nomes. Buscam-se as origens do Sebastianismo, em digressão que remonta ao reinado de João III e à introdução da Companhia de Jesus em Portugal, e às regências de dona Catherina e do cardeal dom Henrique, durante as quais a educação de dom Sebastião é entregue aos cuidados dos jesuítas. A “causa exterior de seu lastimoso fim” sendo “de alguma sorte adjudicada à severa disciplina em que os Padres haviam criado o Mancebo”, arraiga-se na Companhia “o sentimento da tragédia de aquele Príncipe”. Como outros “muitos Varões doutíssimos”, os jesuítas passam a acolher “a dúvida de sua morte” e “a esperar com sua vinda a restituição de seu Império”. Esta “opinião” se robustece com “sentenças de Santos, Oráculos de Profetas & Juízo de Astrólogos”, ao ponto de alguns intérpretes acharem preditas nas sagradas Escrituras “não só a transmigração, mas recuperação do Reino Português”. Neste “parecer” estaria “a razão de se inclinarem aqueles Padres, já nomeados, a desculpar, quando não favorecer, a novidade [isto é, a revolta de Évora]”, uma vez que, “segundo a observação dos Professores desta esperança, eram por aquele tempo chegados muitos dos sinais que haviam de anteceder a liberdade dos Portugueses”. As demais religiões de Évora, à exceção dos dominicanos, que tinham “descobertamente o sentimento contrário”, “seguiram a igualdade, aborrecendo ao tumulto, não tanto pela causa, como pelos efeitos; que lhes resultava em dano temporal, de que se desejavam livres”, posição compartilhada pela “maior parte dos poderosos”. No Cabido (“Corporação de cônegos de alguma sé”, segundo Moraes), dividido em facções, nenhuma prevalecia, se “bem que as pessoas dele, como particulares, mais criam do que obravam pelas opiniões, & cada qual segundo seu parecer”. Embora o escritor declare que “tal era a meu juízo o estado de aquela República”, ele mesmo anota que “suas resoluções se alteravam muitas vezes, pelas grandes desconfianças que entre os grandes se praticavam”, o que explicaria que “quase sempre se achassem entre si diversos”.

INSTRUÇÃO. 1. Boa parte da “instrução” confunde-se ou coincide com o “caso”, uma vez que se trata aqui de passagens nas quais o relato (relativo ao caso, isto é, às ações, ao fio dos acontecimentos) vem unido à análise, ao comentário e à explicação (que pertencem à instrução); passagens nas quais se trata de matéria ideal ou intangível, tal como as suspeitas em relação aos nobres, a influência dos padres da Companhia, a posição favorável destes à “novidade” popular, a origem e modificação do Sebastianismo, a divisão dos diversos corpos sociais em facções (como o Cabido, ou o grupo dos “grandes” e “poderosos”). 2. Os Padres da Companhia: seu prestígio em Évora. 3. Motivos para que “tacitamente” contribuíssem “às esperanças de alguma novidade”. 3. A digressão do autor às origens do Sebastianismo é justificada. 4. João III comparado a Numa Pompílio pela “grande piedade” e porque “adornou de Religião” o seu reinado. 5. Os jesuítas Câmara e Henriques, educadores de dom Sebastião, recomendados por suas virtudes para “tais ministérios”. 6. “É fácil de persuadir ao coração a aquelas cousas que deseja”. 7. Nos “sinais que haviam de anteceder à liberdade dos Portugueses” (a julgar “pelos sucessos que logo vimos”) “não deixava de haver oculto, ainda que mal interpretado mistério.”

PARECER. Começam a surgir as indicações de que um poder organizado achava-se por trás do movimento popular, ou pelo menos de que assim presumiam o escritor e os observadores ocultos que aparentemente lhe servem de fonte. O fato de que cinco dos integrantes da junta da nobreza não foram hostilizados leva às suspeitas de que “muitos dos maiores dela se entendiam secretamente com as Cabeças do Povo”, o que supõe uma direção dos atos hostis, como aqueles que atingem a sede episcopal e a casa do vice-rei no submódulo anterior.

A introdução dos padres da Companhia como atores no cenário da revolta é feita com grande cautela e com a preocupação de eximi-los ou desculpá-los de terem apoiado um movimento afinal sedicioso. Desde logo, os jesuítas aparecem passivamente, como sendo seguidos, no seu “parecer”, pelos “melhores” entre os nobres ou – se preferirmos entender que “uns & outros” seriam tanto os membros da junta como as Cabeças do Povo – pelos “melhores” de ambos os grupos. Antes mesmo de se registrar o rumor (“dizem que”) de que “tacitamente contribuía às esperanças de alguma novidade”, são duplamente justificados ou excusados. Os padres citados o são com imediatos elogios às suas letras, prudência, virtudes, além de ancestrais de nobre cepa lusitana, caso de Álvaro Pires Pacheco. A demorada digressão sobre a origem do Sebastianismo entre os padres da Companhia (mas não apenas entre eles) é feita à guisa de defesa da “boa opinião” daquelas suas “letras & virtudes”. Também não estavam sós nisso de participar “do mesmo parecer”, aliás essa própria

participação constando como matéria de rumor (“é fama”): o “abuso” sebastianista “quase se espalhou como seita política por todo o mundo” e “compreendeu não pequena parte das Religiões”.

Note-se que o primeiro “parecer” refere-se à revolta, o segundo ao Sebastianismo e, depois, um terceiro vem a referir-se à divisão de posições no contexto do Cabido e seu fracionamento em pareceres das “pessoas dele como particulares”.

“A maior parte dos poderosos” é dada como “aborrecendo ao tumulto”, o que não obsta que “quase sempre se achassem entre si diversos”.

O escritor faz uma pausa com o valor de conclusão dessa parte da narrativa: “Tal era a meu juízo o estado de aquela República”, com o pós-escrito: “ainda que suas resoluções se alteravam muitas vezes etc.”

O módulo seguinte registra as primeiras reações de Lisboa à “nova do sucesso de Évora”, bem como a sua “comunicação” aos “Povos vizinhos & distantes” incluindo a estratégica Vila Viçosa, depois de uma descrição da plena emergência de um poder organizado.

ESCRITA. Transição. Ver acima, o item “Parecer”. **Vozes.** O escritor ingressa na primeira pessoa para anunciar a digressão sobre “parte da causa que pôde mover a estes Religiosos” a não contrariar o movimento popular, isto é, sobre as origens e desdobramentos do Sebastianismo; para pontuar com observações localizadas essa digressão (“não digo que em termos ilícitos”), “(julgando pelos sucessos, que logo vimos)” e, ao final, para observar, à guisa de pausa narrativa: “Tal era a meu juízo o estado de aquela República, ainda que suas resoluções se alteravam muitas vezes, etc.” **Caracteres.** **JESUÍTAS.** Os padres da Companhia de Jesus, coletiva ou individualmente considerados, formam uma galeria de retratos. Sua percepção do que está em jogo na revolta de Évora traduz-se no “parecer” que é seguido pelos “melhores” (donde, seria para o autor o melhor parecer), autorizado pela “concorrência de sujeitos grandes” na Universidade que mantêm em Évora. Trazidos a Portugal durante o reinado de João III, sua vinda assinala a religiosidade oficial do período. Destacam-se logo pelo “número de virtudes”, conquistam a “devoção” dos regentes dona Catarina e dom Henrique e se fazem merecedores de que lhe entreguem a educação do “neto & sobrinho Dom Sebastião”. A perda do “Mancebo” em África faz com que se arraigue na Companhia “o sentimento da tragédia”, predispondo-os a seguir “a vulgar dúvida de sua morte” e “a esperar com sua vinda a restituição de seu Império”. **SEBASTIÃO DO COUTO.** Vem retratado com dois ou três sumários traços: “Doutor Teólogo dos mais célebres do seu tempo & em cujo sujeito as letras & prudência guardavam excelente harmonia”. Na versão

atenuada que DFM busca produzir da participação dos jesuítas na preparação da revolta, eufemisticamente referida como as “esperanças de alguma novidade”, consta como “quem mais instigava os ânimos a não desprezá-la”. Reaparecerá quase ao final da relação (159), como um dos “três grandes sujeitos da Companhia” intimados a comparecer diante das autoridades ibéricas, no módulo que denominamos “Chamamento dos Grandes a Madri” (157-163). Lá, será mencionado como “o Doutíssimo Padre Sebastião do Couto, que por sua larga idade & doença, que o escusou da jornada, antes de ser excuso dela, deixou de a pôr em efeito.” ALVARO PIRES PACHECO. Dado como outro padre seguidor daquela “mesma opinião”, é lembrado como “descendente do grande Duarte Pacheco” e “pessoa de qualidade & virtudes agradáveis”. São nomeados também os jesuítas GASPAS CORREA e DIOGO LOPES, “todos sábios Varões sobre Religiosos”. Pacheco e Correa estão entre os intimados a fazer a viagem a Madri (159): “O Padre Álvaro Pires Pacheco, que partindo de Lisboa, a executá-la, foi divertido no caminho, com suspeitosa violência; a qual o deteve oculto até a liberdade do Reino. O Padre Gaspar Correa, que passou à Corte, para dar razão de si & dos mais convocados; & que depois de trabalhos indignos à sua Religião, juízo & pessoa, foi reduzido à Pátria.” DOM JOÃO III aparece como aquele rei que por sua “grande piedade” “resplandeceu sobre todos os Príncipes de seu tempo” e que “à maneira do antigo Numa Pompílio entre os Romanos, adornou de Religião todo o período de aquele pacífico Reinado”. DONA CATARINA e o Cardeal DOM HENRIQUE se assinalam como “Príncipes de singular devoção à Companhia”, em razão da qual “entregaram facilmente a educação do neto & sobrinho Dom Sebastião, a alguns dos Varões dos que então florescia naquela nova Ordem.” LUIS GONÇALVES DA CÂMARA e LEÃO HENRIQUES, “Confessor & Mestre” do futuro rei, são definidos como “homens quais entre muitos virtuosos & sábios se deviam escolher para tais ministérios”. DOM SEBASTIÃO. Tem-se alguns poucos elementos para um retrato de Sebastião: foi criado sob a “severa disciplina” dos padres da Companhia; “sucedeu à puerícia delRey, sua fervorosa adolescência”; e sabemos obliquamente de seu “lastimoso fim”, “sendo tais seus sucessos, quais havemos ouvido às lágrimas de nossos passados”. Com o desaparecimento, passa a assumir proporções coletivas a esperança da “restituição de seu Império” juntamente “com sua vinda”. Mais adiante, no mesmo parágrafo (050), a expressão “transmigração”, no sentido de metempsicose, pode estar a assinalar a mudança de qualidade daquela “esperança”, com Sebastião *voltando* na pessoa de João de Bragança: “Interpretadas, segundo alguns, as sagradas Escrituras, nelas achavam predita não só a transmigração, mas recuperação do Reino Português”; posição que viria a ser sustentada

pelo Padre Antonio Vieira e que dom Francisco Manuel logo a seguir (051) considera como “este abuso”.

Modos de escrita. *Escrita quantitativa.* 1. “Quanto foi no Reino maior a lástima & queixume de sua perda, & mais constante a opinião da origem dela, tanto mais na Companhia se arraigava o sentimento da tragédia de aquele Príncipe.” “Assim igualado este efeito entre inorantes & sábios”. “A foram cada vez aumentando”. Anotar o emprego de “quase” por duas vezes: (051) “Este abuso, que quase se espalhou como seita política por todo o mundo” e (052) “Donde vinha que quase sempre se achassem entre si diversas.” *Escrita ambivalente ou com duplo sentido.* 1. “Quem mais instigava os ânimos a não desprezá-la, era (segundo fama) Sebastião do Couto etc.” *Escrita binomial ou dialética.* Exemplos: 1. “Deste comedimento nasceram suspeitas.” 2. “Uns & outros vacilavam entre a temperança & discórdia”. 3. “Ou fosse pelo antigo amor aos Reis Portugueses, ou porque se não atrevessem a contradizer ainda a fúria do Povo”. 4. “Quem mais instigava os ânimos a não desprezá-la, era etc.” 5. “Qualidade & virtudes agradáveis.” 6. “Todos sábios Varões sobre Religiosos.” 7. “Posso expor, mas não justificar”. *Escrita psicológica.* “Deste comedimento nasceram suspeitas”. “Quem mais instigava os ânimos”. “Notória é ao mundo a grande piedade”. “Sucedeu à puerícia delRey sua fervorosa adolescência”. “A lástima & queixume de sua perda”. “O sentimento da tragédia”. “É fácil de persuadir ao coração a aquelas cousas que deseja”. “Aborrecendo ao tumulto, não tanto pela causa como pelos efeitos”. “Tinha descobertamente o sentimento contrário”. “Mais criam do que obravam pelas opiniões”. “Grandes desconfianças que entre os grandes se praticavam”.

Re-fraseado. (049) “Mas porque – consentindo em aquela voz que então se derramou (e eu agora na pureza histórica posso expor, mas não justificar) – de alguma maneira se faria duvidosa a boa opinião de suas letras & virtudes, mostrarei (ainda que com digressão) parte da causa, que pode mover a estes Religiosos, a não encontrarem por então a queixa popular.”

PRÁTICA. Método. O problema historiográfico a ser resolvido pelo autor é reportar a participação dos jesuítas na revolta de Évora sem contudo acusá-los ou condená-los, mas, ao contrário, eximindo-os de uma direta responsabilidade no movimento sedicioso (que se inclinam “a desculpar, quando não favorecer”) e afinal justificando-os. Os contorcionismos expressivos (“Quem mais instigava os ânimos a não desprezá-la era (segundo fama) Sebastião do Couto”) ilustram e traduzem a dificuldade de alcançar esses objetivos contraditórios.

Fontes. Testemunhas ou observadores ocultos são implicitamente invocados pelo escritor: “Dizem que”, “Parece que”, “Segundo alguns”, “Porque se afirma que”. O rumor também serve de fonte a algumas informações ou pareceres: “Segundo fama”, “É fama que”, “Aquela

voz comum, que então se derramou”. Para as informações que se referem a um período histórico menos imediato o autor se reclama do senso comum: “É notória ao mundo a grande piedade, com que resplandeceu sobre todos os Príncipes de seu tempo elRey Dom João o Terceiro de Portugal etc.” **Exemplos.** 1. Um aforismo (“É fácil de persuadir ao coração a aquelas cousas que deseja”) ao mesmo tempo serve de conclusão para fatos previamente declarados (“Este amor tão recíproco entre os Apóstolos & elRey fez que muitos Varões doutíssimos seguissem, não só a vulgar dúvida de sua morte, mas que passassem a esperar com sua vinda a restituição de seu Império.”) e de elo ou ligação lógica para fatos que se seguem (“Assi igualado este efeito entre inorantes & sábios, aqueles só criam segundo a vontade, mas estes para que fizessem mais decente sua opinião a foram cada vez aumentando com sentenças de Santos, Oráculos de Profetas etc”). 2. Há uma lição da História implícita no comportamento das “outras Religiões de Évora”, as quais “seguiam a igualdade, aborrecendo ao tumulto, não tanto pelas causas, como pelos efeitos; que lhes resultavam em dano temporal, de que se desejavam livres”, vale dizer que escarmentadas por exemplos anteriores. **Cronologia.** Da linha do presente, com o relato das suspeitas de secreto entendimento de uma parte da junta dos nobres com as “cabeças do povo”, e da influência dos jesuítas sobre os “melhores” desses, remonta-se a um período de preparação da revolta, com o rumor de que os padres da Companhia “tacitamente contribuíam às esperanças de alguma novidade”. Citados os quatro nomes mais relevantes entre os mesmos, o escritor, para justificá-los, vai buscar as origens do Sebastianismo desde a entrada da Companhia em Portugal, no reinado de João III. O período de mais três reinados (regências de Catarina e de Henrique, e o do próprio Sebastião) é abrangido no mesmo longo parágrafo 050, que compreende igualmente a geração do mito do regresso do rei perdido e da “restituição do Império”. De volta à linha do presente, encontramos os padres a “desculpar, quando não favorecer, a novidade” (isto é, o movimento popular de Évora), e as demais religiões a se posicionarem face a ela, com pausa narrativa – “Tal era a meu juízo o estado de aquela República” – acompanhada da ressalva de que se tratava de um quadro em permanente modificação.

LUGAR SOCIAL. Posição declarada (quanto ao objeto). O autor se esquivava de subscrever ele mesmo a participação nos padres da Companhia no insuflamento da revolta, atribuindo-a a rumores (“aquela voz, que então se derramou”). Em primeira pessoa, propõe-se a fazer uma digressão (em que dá conta das origens do mito sebastianista) para mostrar “parte da causa” que os levou a não contrariar “por então a queixa popular”. Expõe o caso pontuando-o com observações destinadas a tornar aceitável a posição dos jesuítas (“não digo que em termos ilícitos”). Qualifica negativamente – como “este abuso” – o Sebastianismo ou,

pelo menos, as interpretações que nas “sagradas Escrituras” “achavam preditas não só a transmigração, mas recuperação do Reino Português”, embora conceda que nos “sinais que haviam de anteceder à liberdade dos Portugueses” (“julgando pelos sucessos que logo vimos”) “não deixava de haver oculto, ainda que mal interpretado mistério”. **Posição refletida.** A admiração do autor pela Companhia de Jesus percorre todo o trecho e vem contrastada, ao final, com o rasteiro pragmatismo das “outras Religiões de Évora”, as quais sustentavam o status quo (“seguiram a igualdade”) pelo receio de “dano temporal, de que se desejavam livres”, exceção apenas dos padres dominicanos, os quais tinham “descobertamente o sentimento contrário” (sem que se esclareça se “contrário” à revolta ou à defesa da ordem). A posição unificada dos jesuítas contrasta igualmente com a vacilação e divisão dos nobres e poderosos “entre a temperança & a discórdia, sem saber qual parte lhes seria propícia”.

PERSPECTIVA. 1. Com a introdução dos jesuítas no espaço narrativo da revolta, passamos a compreender que o povo de Évora não está sozinho; que o bloco dos nobres não guarda unanimidade; e principalmente que pode ou deve haver alguma direção oculta dos atos de quebra da ordem, com os padres da Companhia no papel de seus mentores. 2. As várias menções aos reis de Portugal – sendo o “antigo amor aos Reis Portugueses” um dos móveis da atividade ou da posição dos padres da Companhia, ao contribuírem tacitamente “às esperanças de alguma novidade – reafirma a identidade lusa, contruída ao longo de uma longa história, no contexto de uma revolta contra os mandamentos (fiscais, no caso concreto) de Castela. Também a referência ao “descendente do grande Duarte Pacheco” trabalha neste sentido. 3. O desaparecimento de dom Sebastião e o mito que tem origem, primeiro, na “vulgar dúvida de sua morte” e, segundo, na esperança de “com sua vinda” obter-se “a restituição de seu Império” – tocam na questão de fundo da perda da autonomia de Portugal, com a incorporação à Monarquia Ibérica, e do projeto de sua recuperação. O mito contém esse projeto e, ao subscrevê-lo, os padres o fazem por inegável amor à Pátria ou aos seus representantes, os reis, objeto como vimos de seu “antigo amor”. 4. A Restauração se desenha no horizonte em três diferentes referências: “a restituição de seu Império”, “a recuperação do Reino Português”, e “a liberdade dos Portugueses”.

FIGURAS. Aforismo. “É fácil de persuadir ao coração a aquelas cousas que deseja.” **Juízos.** “Não digo que em termos ilícitos.” **Outras incidências.** *Prudência e letras.* Várias passagens associam, ao mesmo tempo que distinguem, erudição (ou letras) e prudência: “Em cujo sujeito as letras & prudência guardavam excelente harmonia”; “A boa opinião de seus (sic) letras & virtudes”; “Entre muitos virtuosos & sábios”; “Assi igualado este efeito entre

inorantes & sábios, aqueles só criam segundo a vontade, mas estes para que fizessem mais decente sua opinião, a foram cada vez aumentando com sentenças de Santos etc”. *Metaforização*. “A grande piedade, com que resplandeceu.” “Alguns Varões dos que então floresciam naquela nova Ordem.” “Professores desta esperança.” *Ouvir às lágrimas*. “Sendo tais seus sucessos, quais havemos ouvido às lágrimas de nossos passados.” *Relativas a Povo*. “Se entendiam secretamente com as Cabeças do Povo.” “A fúria do Povo.” *Relativas à Revolta*. “Entre a temperança & discórdia.” “As esperanças de alguma novidade.” “A queixa popular.” “Desculpar, quando não favorecer, a novidade”. “Aborrecendo ao tumulto.” *Novidade*. “As esperanças de alguma novidade.” “Desculpar, quando não favorecer, a novidade.”

HISTORIOGRAFIA. Reflexões sobre a escrita da História. O autor anuncia que fará uma digressão: (049) “Mas porque de alguma maneira se faria duvidosa a boa opinião de suas letras & virtudes, consentindo em aquela voz, que então se derramou; & eu agora na pureza histórica posso expor, mas não justificar, ainda que com digressão mostrarei parte da causa, que pode mover a estes Religiosos, a não encontrarem por então a queixa popular.” **Testemunho pessoal indireto.** (050) “Sucedeu à puerícia delRey, sua fervorosa adolescência; sendo tais seus sucessos, quais havemos ouvido às lágrimas de nossos passados.” **Outras intervenções em primeira pessoa. Juízo:** (051) “É fama que a Companhia (não digo que em termos ilícitos) participou do mesmo parecer.” *Pausa narrativa:* (052) “Tal era a meu juízo o estado de aquela República.” **Registro de incerteza ou estado cambiante ou instável do objeto.** (049) “Mas em meio desta confusão, seguiam os melhores o parecer dos Padres da Companhia.” (051) “Tal era a meu juízo o estado de aquela República, ainda que suas resoluções se alteravam muitas vezes, pelas grandes desconfianças que entre os grandes se praticavam; donde vinha que quase sempre se achassem entre si diversos.” **Digressão.** Recuo de cerca de um século ao reinado de dom João III. As menções à intensa religiosidade promovida por esse rei servem de pórtico à “entrada que em Portugal fizeram os Padres da Companhia”. A “causa exterior do lastimoso fim” de Sebastião é “adjudicada à severa disciplina em que os Padres haviam criado o Mancebo”, opinião que o autor registra como consensual à época: “Quanto foi no Reino maior a lástima & queixume de sua perda, & mais constante a opinião da origem dela etc.”

(053-057) Recepção e alastramento da revolta até Vila Viçosa

CASO. (053) Recebida em Lisboa, pela governadora, a notícia do sucesso de Évora. Incompreensão de sua verdadeira natureza. Encaminhamento da informação aos tribunais de justiça “para que fizessem castigar os culpados como em crime ordinário”. (054) Os de Évora perdem o medo, vangloriam-se de suas ações. Comunicam-se por cartas com os povos vizinhos e distantes. O autor propõe-se a dizer alguma coisa sobre seu modo de organização e de convocação. (055) Retrato de Manoelinho, um louco do lugar. Sua popularidade. Como “sinal público” do movimento, os inquietos decidem assinar o nome de Manoelinho de Évora nas suas “convocações, cartas, editos & ordens”. Duas funções desta convenção: manter oculta a autoria dos atos e autenticar a comunicação entre os revoltosos. Com esta assinatura, fixavam durante a noite nas “praças & portas da Cidade” as “Provisões, Bandos & Decretos” relativos à sua defesa. Sob esta forma, escreviam cartas às câmaras do Reino. “Um simples provimento assinado por Manoelinho de Évora” bastava para despedir Ministros de seus ofícios e nomear outros em seu lugar. “Autoridade de seus mandados”. Bastava a “incerta voz de Manoel” “para que um Cidadão, Fidalgo ou Ministro deixasse a cidade, casa & ofício, ou entregasse sua fazenda”. Sabia-se que era a vontade do povo. “Muitos suspeitosos” receberam prazos para sair da cidade, “inviolavelmente obedecidos”. As penas por desobediência incluíam a morte e o incêndio dos bens. “Usavam deste artifício nas cousas que tratavam tumultuosamente,” mas “aquelas que julgavam conforme a seu poder ordinário, em publico as resolviam, & com autoridade da Câmara”, coagida a obedecê-los. “De sorte que dentro da própria Cidade (cousa jamais vista) concorriam todos os três modos de governo”: o modo monárquico, exercido em nome do rei pelos nobres, que continuavam “com suas conferências”; o aristocrático, através da Câmara, que não desistira “de seu exercício competente”; e o democrático, do povo, “que em benefício da liberdade proclamada exercia um Regimento comum”, “donde qualquer do vulgo tinha igual autoridade que o mais sábio ou poderoso.” (056) “A fama” e “o aplauso” do sucedido em Évora chegaram aos povos “circunvizinhos” e “pouco depois aos mais apartados da Província do Alentejo, donde tão depressa foi tudo ouvido como imitado”. “Em todos era comum a queixa” e com ela “a disposição para os efeitos do sentimento”. (057) Todos os lugares “comovidos” preocupavam o governo de Portugal, mas sobretudo Vila Viçosa, sede da Casa de Bragança, “pelas conseqüências que cada hora se temiam de outro maior movimento”. Receosos, os ministros reais, “por via de discurso”, e os próprios príncipes de Bragança, “por experiência”, percebiam que a gente do lugar se achava disposta “a qualquer cousa grande”. Já à “noite da primeira revolução de Vila Viçosa, entraram nela muitos forasteiros, dentre os quais se levantaram vozes, que clamavam não só [pela] a liberdade do Reino, mas a transferência dele a seu

senhor.” Para reprimir “aquela intempestiva voz”, antes que tomasse força, e “a fim de serenar com sua presença os ânimos populares”, o duque de Bragança, dom João, adoentado, manda o filho ainda pequeno (três anos), dom Teodósio, duque de Barcelos, “sair de noite pelas ruas.”

INSTRUÇÃO. 1. A “nova do sucesso de Évora” é “ouvida com todo o desprezo”. 2. “O que parecia & foi mais perigoso contra a paz pública era a comunicação, que por cartas introduziam com os Povos vizinhos & distantes”. 3. O autor anuncia que fará exposição sobre as formas de organização e comunicação dos inquietos, “para que se veja até onde alcança a indústria de oprimidos etc.” 4. “De sorte que dentro da própria Cidade (cousa jamais vista) concorriam todos os três modos do governo que assinam os Políticos.” 5. “Chegou, não se sabe qual primeiro, se a fama, ou aplauso, do sucedido em Évora, aos Povos circunvizinhos.” 6. “Assim era cada dia maior & e mais irreparável o dano da dissimulação.” 7. Observa o autor que Deus – querendo “que por mais justificado modo & mais decente à Coroa deste Reino, se passasse a cujo era” – “ordenou como [que] aquela intempestiva voz se reprimisse, antes de tomar força”. Esta “diligência” custou “tão poderosas demonstrações como sair de noite pelas ruas”, por ordem de seus pais, o pequeno duque de Barcelos dom Teodósio, de três anos de idade, “a fim de serenar com sua presença” os ânimos populares, “& substituir a de seu pai” o duque dom João, que se encontrava impedido “por causa de uma grave enfermidade.”

PARECER. **Índice interno.** Quatro importantes atos narrativos se operam na passagem em tela. Primeiro, dá-se conta da recepção inicial da “nova do sucesso de Évora” em Lisboa, sendo mal compreendida a sua gravidade pela princesa-governadora, que a minimiza, tratando-a como um “crime ordinário” de alguns indivíduos. Em seguida, a notícia da revolta é comunicada pelos de Évora aos “Povos vizinhos & distantes”. Terceiro, à guisa de dizer “alguma cousa do modo de suas Juntas & da maneira que chamavam para sua Congregação”, o autor descreve a emergência, na cidade, de um poder popular, que se exerce ora clandestinamente, mediante documentos e avisos fixados durante a noite nas praças e portas, com a assinatura do Manoelinho de Évora, ora publicamente, em assembléias abertas a “qualquer do vulgo” e com suas decisões sendo operadas pela Câmara, mediante coação. Finalmente, com o alastramento da revolta “aos Povos circunvizinhos & pouco depois aos mais apartados da Província de Alentejo”, temos os primeiros reflexos da inquietação em Vila Viçosa, sede da Casa de Bragança. À entrada de forasteiros no lugar seguem-se os primeiros gritos de aclamação do duque dom João como o verdadeiro “senhor” do Reino, logo reprimidos; juntamente com os primeiros sinais de preocupação com essas manifestações e com a possibilidade “de outro maior movimento”, por parte de Madri (ou dos “Ministros delRey”) e do próprio titular da Casa.

Inventário até agora. A essa altura da narrativa, estão declarados os principais agentes locais e regionais – isto é, no âmbito português – do drama de Évora. Também no âmbito ibérico, com a descrição do regime do valimento (009), a narrativa da indicação de Margarida ao governo de Portugal (029-030) e da instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos no eixo Madri-Lisboa (030-035), tem-se o quadro mais amplo dentro do qual vão repercutir os acontecimentos de Évora.

Os próximos passos. A partir do módulo seguinte tem início a seção que denominamos a administração doméstica da crise, isto é, as tentativas de debelar a revolta a partir de Lisboa, até que (066) a princesa Margarida, governadora do Reino, reconhecendo a insuficiência de meios em Portugal, põe “em mãos delRey o perigo & o remédio”, isto é, o tratamento da revolta passa a ser feito diretamente por Madri.

Realização.

ESCRITA. Transição. Depois da pausa narrativa (“Tal era a meu juízo o estado de aquela República”) verificada ao final do módulo anterior (052), o escritor ingressa no relato das primeiras repercussões políticas, do agravamento e da organização interna da revolta, bem como de seu alastramento e da questão especial que representava Vila Viçosa, sede do poder bragantino. O início do módulo – (053) “Recebida em Lisboa a nova do sucesso de Évora (...) não se fez dela o verdadeiro juízo” – será referido no início do módulo seguinte (058), quando a princesa Margarida “já com grande afeto não cessava de o representar urgentíssimo a elRey D. Felipe, em repetidos avisos.”

Vozes. Autoral. Em primeira pessoa (“Direi alguma cousa”), o escritor se propõe a expor o modo de organização e convocação dos inquietos, “para que se veja até donde alcança a indústria dos oprimidos & para que a todos os Príncipes sirva de aviso etc.”

Outras vozes. A comunicação – no sentido de transmissão da informação – ocupa lugar destacado entre os acontecimentos desta unidade narrativa. A “nova do sucesso de Évora” chega a Lisboa, sendo subestimada. A “informação do sucedido” é cometida “aos Tribunais de Justiça, para que fizessem castigar os culpados, como em crime ordinário”. “Os de Évora” passam a se comunicar, por cartas, com “os Povos vizinhos e distantes.” O escritor se propõe a dizer “da maneira que chamavam para sua Congregação”. A pessoa de Manoelinho é “um homem doudo & dizedor”, que “usava fazer práticas pelas ruas ao vulgo; a quem com vozes desordenadas & histórias ridículas excitava sempre a alegria”. Os inquietos decidem despachar “todas as convocações, cartas, editos e ordens” “debaixo do sinal de Manoelinho de Évora”, “para que se pudessem entender sem confusão, em seus chamamentos.” Os atos extraordinários do poder popular são na sua maioria atos de comunicação, através de

“Provisões, Bandos & Decretos.” Os seus atos descobertos supõem a realização de alguma espécie de assembléia (ou “Congregação”) “donde qualquer do vulgo tinha igual autoridade que o mais sábio ou poderoso”, o que supõe a deliberação e possivelmente a tomada de decisão por muitas vozes. O modo de governo dos nobres “sempre continuava com suas conferências”, enquanto a Câmara, ainda que “violentada” (o que supõe comunicação entre os inquietos e os vereadores), não desistira “de seu exercício competente.” A “fama” e o “aplausos” dos acontecimentos eborenses alcança “os Povos circunvizinhos” e logo “os mais apartados da Província do Alentejo, donde tão depressa foi tudo ouvido, como imitado”. O “cuidado” especial de Lisboa para com Vila Viçosa se traduz no receio “de outro maior movimento”, dado que se achava “o lugar & gente dele, tão disposto a qualquer cousa grande, que não só a receavam os Ministros delRey, por via de discurso [o que supõe a transmissão de informes, relatórios, etc], mas até os mesmos Príncipes de Bragança (sic), por experiência”. A experiência refere-se ao fato de que “a noite da primeira revolução de Vila Viçosa, entraram nela muitos forasteiros, dentro os quais se levantaram vozes, que clamavam não só a liberdade do Reino, mas a transferência dele, a seu senhor.” A própria divindade “ordenou como aquela intempestiva voz se reprimisse, antes de tomar força.” O desfile do pequeno dom Teodósio “de noite pelas ruas” de Évora é ordenado por dom João de Bragança “a fim de serenar com sua presença (...) os ânimos populares”, o que supõe o arrefecimento do vozerio.

Caracteres. PRINCESA MARGARIDA. O retrato de Margarida, já esboçado no contexto da crise de Mântua e Monferrato até sua escolha para governar Portugal (025 e 030), ganha agora, no exercício do posto, novos traços, ao ouvir “com todo o desprezo” a notícia da revolta de Évora e ao avaliar erroneamente a sua verdadeira natureza. **MANOELINHO DE ÉVORA.** A figura deste “homem doudo & dizedor, & por isso aceitíssimo ao Povo” é um dos mais admiráveis retratos da galeria meliana de personalidades, sendo desenhada com extrema economia de meios. **COORDENADORES DA REVOLTA.** Sem jamais mostrar a face, os chefes do motim eborense – supondo-se que houve um mínimo de hierarquia e que houve chefes ou coordenadores entre os revoltosos, e levando em conta que se “exercia um Regimento comum, por modo Democrático; donde qualquer do vulgo tinha igual autoridade que o mais sábio ou poderoso” – são referidos obliquamente como “os de Évora”, “aqueles inquietos”, e conhecidos apenas por suas medidas, que configuram a existência e o exercício de um articulado poder popular, capaz tomar providências “pertencentes ao estabelecimento de sua defesa”, de nomear e demitir funcionários, desterrar suspeitos, ordenar o incêndio de bens e a morte dos desobedientes. Note-se que Rodrigues e Barradas, juiz e escrivão do Povo, não mais são mencionados. O anonimato e o ocultamento dos nomes persiste ainda quando se

considera que, em matéria rotineira, isto é, naquelas coisas “que julgavam conforme a seu poder ordinário, em público as resolviam, & com autoridade da Câmara, que violentada lhe obedecia, eram dispostas”. Como conciliar o fato de que “em público as resolviam” com o segredo a respeito de suas identidades? Uma possibilidade é que as instruções fossem encaminhadas à Câmara sem revelação de sua autoria. Tampouco se tem detalhes do modo de “Congregação” praticado em Évora. Onde, quando e como se reunia a presumível multidão para deliberar e decidir? TEODÓSIO, DUQUE DE BARCELOS. O menino de três anos de idade é conduzido “de noite, pelas ruas” para “serenar com sua presença (já digna de alto respeito) os ânimos populares.” Teodósio viria a tornar-se “Príncipe depois de Portugal”, vale dizer que depois de 1640, com a Restauração que entroniza a Casa de Bragança, e já havia morrido ao tempo da redação das “Alterações de Évora” (cerca de 1649). JOÃO, DUQUE DE BRAGANÇA. Primeira referência ao futuro João IV de Portugal. Ingressa no espaço narrativo muito enfermo e já afastando a hipótese de secessão da União Ibérica, traduzida na “voz intempestiva” dos muitos forasteiros que entram em Vila Viçosa nesta “noite da primeira revolução” e também na “disposição” manifestada pela gente do lugar “a qualquer cousa grande”. É evidente a intenção do autor de proteger a imagem e reverenciar a pessoa do futuro restaurador, levada ao extremo de atribuir à intervenção divina – segundo uma das leituras possíveis do parágrafo 057 (ver outra leitura no item “Re-fraseado” abaixo) – a ordem para que se reprimisse “aquela intempestiva voz” da multidão. Ao longo da relação, o duque de Bragança tomará providências para assegurar ao Conde Duque de sua lealdade à Monarquia. Ver por exemplo a primeira entrevista do autor com o Conde Duque de Olivares (090-093).

Modos de escrita. *Escrita binária, binomial ou dialética.* Vários exemplos: “O que parecia & foi mais perigoso.” “Direi alguma cousa do modo de suas Juntas & da maneira que chamavam para sua Congregação, para que se veja até donde alcança a indústria dos oprimidos & para que a todos os Príncipes sirva de aviso etc.” “Um homem doudo & dizedor.” “Com vozes desordenadas & histórias ridículas.” “Na Cidade & seus contornos.” “Pelas praças & portas.” “Se escreviam & despachavam cartas.” *Ocorrem também trinômios.* “Provisões, Bandos & Decretos.” “Deixasse a cidade, casa & ofício.” “Todos os três modos do governo”. “O Duque então de Barcelos, Príncipe depois de Portugal, D. Theodósio de saudosa lembrança.” *Exemplo de escrita dialética.* “Usavam deste artifício nas cousas que tratavam tumultuosamente; mas aquelas que julgavam conforme a seu poder ordinário, em público as resolviam & com autoridade da Câmara, que violentada lhe(s) obedecia, eram dispostas.” *Escrita psicológica.* “Ouvida com todo o desprezo.” “Os de Évora, não contentes

do passado, começaram a gloriar-se de suas ações, em vez de temê-las.” “Excitava sempre a alegria.” “Como em todos era comum a queixa, estava igual a disposição para os efeitos do sentimento.” “Conseqüências que cada hora se temiam de outro maior movimento.” “Achando-se o lugar & gente dele tão disposto a qualquer cousa grande.” *Escrita sintética ou apertada*. Exemplo excelente é o retrato de Manoelinho de Évora. Outra proeza de síntese: (057): “Mas sobre que todos os lugares comovidos davam grande cuidado ao governo de Portugal, foi Vila Viçosa (...) quem lho acrescentou, pelas conseqüências que cada hora se temiam de outro maior movimento etc.” *Escrita quantitativa ou proporcional*. “Tão depressa foi tudo ouvido, como imitado; porque como em todos era comum a queixa, estava igual a disposição para os efeitos do sentimento, assi era cada dia maior & mais irreparável o dano da dissimulação.” *Escrita apartada ou digressiva*. “De sorte que dentro da própria Cidade (cousa jamais vista) concorriam todos os três modos do governo que assinam os Políticos.”

Re-fraseado. Uma segunda leitura da passagem na qual se atribui à vontade divina a intervenção nos acontecimentos (057) seria: “Porém como Deus queria que por mais justificado modo & mais decente à Coroa deste Reino, se passasse a cujo era, [o duque de Bragança] ordenou como aquela intempestiva voz se reprimisse, antes de tomar força: havendo custado esta diligência tão poderosas demonstrações, como sair de noite pelas ruas, de ordem de seus Pais sereníssimos, o Duque então de Barcelos etc.” Em favor desta leitura, a referência anterior ao fato de que “os Príncipes de Bragança, por experiência”, receavam a disposição do povo de Vila Viçosa a qualquer cousa grande, sendo esta experiência a da “noite da primeira revolução”. Vale dizer que estaria o autor a falar dos mesmos príncipes, antes e depois de citar a vontade de Deus em relação à futura Restauração de 1640.

PRÁTICA. Método. O problema historiográfico maior com que se depara o autor será, a partir de agora, o de dar conta dos diferentes cenários físicos simultâneos em que se passa, expandida, a ação, seja como atos de quebra e reordenamento da ordem pública, seja como repercussão cada vez mais ampla nos círculos da política e da administração da Monarquia. O que o leva a deslocar o foco narrativo primeiro de Évora a Lisboa, em seguida de volta a Évora mas com a revolta sendo comunicada por cartas aos povos vizinhos e distantes; depois no interior de Évora, com a descrição dos atos do poder popular; em seguida a toda a Província do Alentejo, que imita a revolta; e finalmente apenas em Vila Viçosa, como caso especial. **Fontes.** O autor não revela suas fontes para a narração dos importantes eventos registrados em Lisboa, Évora, povos vizinhos e distantes, Província do Alentejo e Vila Viçosa. É possível que, escrevendo cerca de doze anos após os fatos, tenha reunido as informações aqui sintetizadas. Sua participação em várias missões relacionadas à revolta, em

Madri, Vila Viçosa e também em Évora, deve ter significado uma imersão nos dados e uma pesquisa pessoal de seus antecedentes. Ao final de sua segunda entrevista com o Conde Duque (148), deixa claro que o tema continuou a interessá-lo vivamente, mesmo depois de “despedido de sua presença & da intervenção que tive em todo este negócio (...); nem por esse desvio me escusei à sua observação: tanto pelo julgar importantíssimo à Nação Portuguesa, quanto porque tinha eu nele, mais que a parte comum, os passos, perigos & dispêndios, que já me havia custado.” Os materiais escritos e talvez impressos aos quais se refere no presente módulo narrativo são abundantes e podem ter sido consultados, a exemplo das cartas enviadas pelos de Évora aos povos vizinhos e distantes; convocações, cartas, editos e ordens, além de provisões, bandos e decretos, e ainda provimentos, produzidos pelo poder popular; documentos da Câmara de Évora, etc. Os “Ministros delRey” são citados como receando, “por via de discurso”, a disposição da gente de Vila Viçosa “a qualquer cousa grande”; tal “discurso” poderia traduzir-se como documentos aos quais Melo teria tido acesso. **Exemplos.** (054) “Direi alguma cousa do modo de suas Juntas, & da maneira que chamavam para sua Congregação, para que se veja até donde alcança a indústria de oprimidos: & para a todos os Príncipes sirva de aviso, a fim de que cuidem de remediar a opressão dos Vassallos, antes que eles se disponham ao remédio dela.” **Cronologia.** 1. A linha (ou plano) do presente é estabelecida com a chegada da nova do sucesso de Évora a Lisboa. Na mesma linha, os de Évora se correspondem por cartas com os povos vizinhos e distantes. O autor se propõe a descrever a organização interna dos inquietos e vai buscar, poucos antes, a figura do Manoelinho, que se torna popular entre os eborenses. Volta ao presente da revolta para explicar que a assinatura desse homem louco & dizedor é convencionada como senha entre os revoltosos, nos seus atos de comunicação interna e externa. Descritas no plano do presente – um presente espesso, aorístico – as manifestações do poder popular e a vigência simultânea em Évora dos três modos de governo, o autor agora desloca o foco narrativo para narrar no mesmo plano o alastramento da revolta aos povos circunvizinhos e aos mais apartados do Alentejo. E finalmente, numa ligeira antecipação de um tempo situado pouco à frente da linha do presente, vale dizer, em desvio diacrônico (para a frente), declara que: “sobre que todos os lugares comovidos davam grande cuidado ao governo de Portugal [quando antes dissera que a princesa Margarida minimizara a revolta], foi Vila Viçosa (...) quem lho acrescentou, pelas consequências que cada hora se temiam de outro maior movimento etc”, passando a narrar os eventos da sede do poder bragançino. Também no interior do parágrafo 057 ocorre uma pré-posição das preocupações dos ministros delRey e dos príncipes de Bragança ao evento da primeira noite da revolução em Vila Viçosa, motivo daquelas preocupações. 2. **A técnica**

empregada pelo autor para dar conta de diferentes focos narrativos simultâneos, isto é, para tratar de diversos eventos simultâneos ou sucessivos, que se passam em cenários diferentes, é a da “composição em trança”, exposta na “Epanáfora”. Concebida a narrativa como uma trança de vários “fios de acontecimentos”, faz avançar um desses fios para em seguida deter-se e retomar outro fio, de um ponto mais recuado no tempo; trazendo-o em seguida até o mesmo plano cronológico do primeiro. Assim, no exemplo da passagem relativa a Vila Viçosa, o autor adianta-se em relação à passagem referente a Lisboa, que, por sua vez, já no início do próximo módulo (e do parágrafo seguinte, 058), será atualizada, isto é, trazida ao mesmo plano cronológico de Vila Viçosa, quando a situação neste lugar já inspira uma espécie de pânico ao governo de Portugal. 3. O senso de urgência ou velocidade dos acontecimentos é registrado com expressões como “assi era **cada dia** maior & mais irreparável o dano da dissimulação” e “pelas conseqüências que **cada hora** se temiam de outro maior movimento”, postas em sequência (056 e 057).

LUGAR SOCIAL. Não ocorrem declarações explícitas de lugar social do autor. **Posição declarada quanto ao objeto.** 1. O autor pretende que a história sirva de exemplo. A descrição dos atos do poder popular em Évora vem anunciada com a intenção de servir “de aviso” aos príncipes, “a fim de que cuidem de remediar a opressão dos Vassalos, antes que eles se disponham ao remédio dela.” 2. A despeito de sua evidente simpatia e até mesmo identificação com os revoltosos, DFM participa do ponto-de-vista de sua classe: a revolta popular não seria o “mais justificado modo & mais decente à Coroa deste Reino” de devolvê-la “a seu senhor”. **Posição refletida.** 3. As referências à Casa de Bragança, às pessoas dos duques, e à própria Restauração de 1640, cumuladas de expressões do máximo respeito, tangendo até a divindade, e contendo a implícita defesa da cautelosa posição do duque dom João, reafirmam, no momento e circunstâncias da escrita (cerca de 1649, achando-se prisioneiro do regime bragantino!), sua condição de leal súdito dessa Casa e português. 4. A justaposição das passagens relativas ao poder popular em Évora e à “noite da primeira revolução de Vila Viçosa” não parece ser casual, embora fosse possível enxergar aqui apenas a sucessão “natural” dos acontecimentos. Ao mesmo tempo que identifica os grandes atores do regime a ser instaurado em 1640 – este povo capaz de revoltar-se contra a tirania, este (futuro) rei capaz de manobrar com prudência em meio a uma situação de instabilidade –, a vizinhança narrativa dos acontecimentos pode ter sido ditada também pela cautela com que o autor trata da matéria sediciosa, já vista no módulo anterior, quando menciona a posição dos jesuítas, e sugere sua posição última face à revolta: a “vontade do Povo, a que nenhum poder

resistia”, está na base da soberania, mas o poder não deve – ainda que possa – ser exercido diretamente pelo povo.

PERSPECTIVA. Desunião ibérica. 1. O povo de Évora responde à pressão fiscal ilegítima com a quebra da ordem, descrita no sub-módulo anterior, seguida no presente sub-módulo da organização de um modo democrático de governo. 2. Ao receber as primeiras notícias da revolta a representante do poder monárquico em Portugal revela o quanto subestimava a gravidade da situação. 3. A revolta se alastra por comunicação e depois por imitação aos povos vizinhos e distantes, e logo a toda a província do Alentejo. Amplia-se o espaço narrativo com novos cenários e polarizações. 4. Um ponto de extrema sensibilidade é tocado quando a inquietação alcança Vila Viçosa, sede da Casa de Bragança. O medo de “outro maior movimento”, confirmado pela “disposição” do povo do lugar “a qualquer cousa grande”, tem dois lados, o dos “Ministros delRey, por via do discurso” e o dos titulares da Casa, “por experiência”. 5. A Restauração surge no horizonte narrativo. Deus quer reservá-la para outra ocasião, “por mais justificado modo & mais decente”. 6. O duque de Bragança, dom João, ingressa no espaço narrativo. Vila Viçosa está preparada (narrativamente) para formar um eixo e uma polarização com Madri.

Indústria dos oprimidos. 1. Perigo para a paz pública: os de Évora deixam de temer e passam a “gloriar-se de suas ações”. Perigo maior: “a comunicação que por cartas introduziam com os Povos vizinhos & distantes; a quem (...) faziam participantes de seus propósitos. 2. Ao recorrerem, “alguns daqueles inquietos”, à figura do Manoelinho de Évora, para chancelar com seu nome todos os atos de comunicação, interna e externa, os coordenadores da revolta popular se valem do fato de ser aquele “homem doudo & dizedor”, além de “aceitíssimo ao Povo” por excitar sempre a alegria, com “vozes desordenadas & histórias ridículas”, “a pessoa mais conhecida” “na Cidade & seus contornos”. O nome de Manoelinho, o louco, empregado como “sinal público”, guarda as qualidades semióticas perfeitas para simbolizar a contra-racionalidade do movimento popular. À solene, formalista, repressiva e opressora razão da Monarquia, opõe-se irônica e alegremente, como desafio e contestação, a da “liberdade proclamada” pelos populares inquietos. Manoelinho, conhecido por todos, torna-se um símbolo, com tons evidentes de irreverência e deboche, do “louco” ato de revoltar-se e instaurar o modo democrático de governo. 3. A “indústria dos oprimidos” se traduz também pelo bifrontismo: o “sinal público” – “este artifício” – é usado “nas cousas que tratavam tumultuosamente”; nas demais, que “julgavam conforme a seu poder ordinário, em público as resolviam & com autoridade da Câmara etc”. 4. A manipulação da revolta por frações da nobreza pode estar sugerida na presença dos “muitos forasteiros” que entram em Vila Viçosa na “noite da primeira

revolução”, os quais lançam o grito, considerado prematuro por DFM, da “liberdade do Reino” e “transferência dele a seu senhor”. 5. Também na narrativa do levante da Catalunha, é a entrada dos “cegadors” em Barcelona que vai resultar no grito inaugural – “Muera el mal gobierno de Felipe!” –, com a diferença de que em Vila Viçosa o clamor pela revogação do domínio castelhano pode ser feito, positivamente, pela “transferência” do Reino ao Bragança. Os catalães não tinham aquela condição que singulariza Portugal no contexto da Monarquia: um soberano virtual (quase) pronto para assumir no lugar do Habsburgo. **Distorções do objeto historiográfico.** A revolta é inicialmente subestimada pelo governo de Margarida: “Ouvida com todo o desprezo, só se julgou por particular dissolução de algumas pessoas inquietas etc”.

FIGURAS. Representações da revolta. 1. “Sucesso de Évora”. 2. “Particular dissolução de algumas pessoas inquietas”. 3. “Indústria dos oprimidos”. 4. “Remédio” da “opressão dos Vassalos”. 5. “A vontade do Povo, a que nenhum poder resistia”. 6. “Cousas que tratavam tumultuosamente”. 7. “Um Regimento comum, por modo Democrático; donde qualquer do vulgo tinha igual autoridade, que o mais sábio ou poderoso”. 8. “A disposição para os efeitos do sentimento”. 9. “Os lugares comovidos”. 10. “Outro maior movimento”. 11. “Achando-se o lugar & gente dele tão disposto a qualquer cousa grande”. 12. “Revolução”: “A noite da primeira revolução de Vila Viçosa”. **Povo.** 1. “Algumas pessoas inquietas”. 2. “Os culpados”. 3. “Os de Évora”. 4. “Oprimidos”. 5. “Aqueles inquietos”. 6. “Qualquer do vulgo”. 7. “Em todos era comum a queixa”. 8. “Muitos forasteiros”. 9. “Os ânimos populares”. **Outras incidências. Modos e suportes de comunicação.** 1. “A nova do sucesso de Évora”. 2. “Cometendo-se a informação do sucedido aos Tribunais de Justiça”. 3. “A comunicação, que por cartas introduziam com os Povos vizinhos etc”. 4. “Usava fazer práticas pelas ruas ao vulgo”. 5. “Que todas as convocações, cartas, editos & ordens se despachassem debaixo do sinal de Manoelinho de Évora”. 6. “Seus chamamentos”. 7. “Amanheciam cada dia fixados pelas praças & portas da Cidade, Provisões, Bandos & Decretos”. 8. “Se escreviam & despachavam cartas etc”. 9. “Em virtude de um simples provimento, assinado por Manoelinho de Évora”. 10. “Chegou, não se sabe qual primeiro, se a fama ou aplauso do sucedido em Évora, aos Povos circunvizinhos & pouco depois aos mais apartados da Província do Alentejo”. 11. “Não só a receavam os Ministros delRey, por via de discurso etc”. 12. “Entraram nela muitos forasteiros, dentro os quais se levantavam vozes que clamavam etc”. 13. “Ordenou como aquela intempestiva voz se reprimissem”.

HISTORIOGRAFIA. Meta-narração. (054) “Direi alguma cousa do modo de suas Juntas & da maneira que chamavam para sua Congregação, para que se veja até donde

alcança a indústria dos oprimidos: & para que a todos os Príncipes sirva de aviso, a fim de que cuidem de remediar a opressão dos Vassallos, antes que eles se disponham ao remédio dela.” **Registro de raridade.** (055) “De sorte que dentro da própria Cidade (cousa já mais vista) concorriam todos os três modos do governo que assinam os Políticos”. **Registro de incerteza.** (055) “Mandado pela incerta voz de Manoel”. (056) “Chegou, não se sabe qual primeiro, se a fama, ou aplauso do sucedido em Évora, aos Povos circunvizinhos etc”. **Ultra-escritura** (o escritor escreve em excesso). (057) “O Duque D. João, (...) por causa de uma grave enfermidade, estava impedido, para por si mesmo, *como desejava*, se empregar em benefício da quietação pública.” It. nosso.

(058-059) A crise nas articulações de governo

CASO. (058) A princesa Margarida, que subestimara de início a gravidade da revolta, agora enviava repetidos avisos a Madri representando o “negócio” como “urgentíssimo”. (059) A junta de fidalgos em Évora também, por seu lado, dava conta a elRey “de seus progressos.”

INSTRUÇÃO. (058) Aconselhada pelo ardiloso secretário Miguel de Vasconcelos, seu favorecido, e temendo ser responsabilizada, se agisse em excesso ou se demorasse a agir, a princesa “referia a elRey” “ou mais, ou menos, ou diferentes cousas de aquelas que verdadeiramente se passavam.” (059) “A junta dos senhores de Évora”, “sem mais autoridade que a do zelo do que obrava & deixava de obrar”, também enviava informes ditados pelo medo de “uma avessa interpretação”, que “nestes casos” costuma distorcer “as mais justificadas ações”. As duas fontes, em suma, não deixavam de informar a elRey, mas não lhe diziam a verdade.

PARECER. Completado com o módulo anterior o quadro inaugural da revolta e das personalidades e instituições que, em Portugal, tentam contê-la ou de alguma forma são por ela afetadas (como a Casa de Bragança), ingressamos nas tentativas de administração doméstica da crise. Os representantes reais em Lisboa e Évora (e vimos em 055 que DFM considera os fidalgos eborenses como representantes do modo monárquico de governo na cidade) passam a informar Madri dos “progressos” da revolta. No módulo seguinte, a princesa Margarida, agora em pânico, depois de inicialmente subestimar as dimensões dos motins, enviará três emissários a Évora na tentativa de pacificá-la.

ESCRITA. Transição. Vozes. **Caracteres.** MARGARIDA. A ex-duquesa de Mântua, indicada (029) por Villahermosa a Felipe IV como apta a governar Portugal, “por haver nela

um espírito constante para as expedições militares & um juízo prudente para os negócios civis”, revela-se, diante de uma revolta das dimensões presentes, insegura nas suas avaliações. Primeiro, (053) desprezara “a notícia do sucesso de Évora” como “particular dissolução de algumas pessoas inquietas”. Agora, “temerosa de que se lhe imputasse alguma culpa no excesso da execução, ou na dilação do remédio”, passa a representar como “urgentíssimo” o “negócio”, “em repetidos avisos”, como se estivesse em pânico, sem oferecer a Felipe um relato objetivo da situação. Mal aconselhada pelo secretário Miguel de Vasconcelos, “seu favorecido”, informava “ou mais, ou menos, ou diferentes cousas de aquelas que verdadeiramente se passavam.” FIDALGOS DE ÉVORA. Os fidalgos eborenses, reunidos desde o primeiro dia dos motins (046) na junta de Santo Antão, mantêm-se como uma comissão permanente, “sem mais autoridade que a do zelo do que obrava & deixava de obrar”. Reduzidos à impotência, atuam na prática como observadores da revolta, “dando conta a elRey de seus progressos”. Arreceiam-se dos dois lados, e seus informes tampouco transmitem a Felipe a melhor informação. **Modos de escrita.** *Escrita binomial ou dialética.* Em apenas dois parágrafos, são numerosos os casos. Exemplos: “Quanto tinham de muitos, padeciam de incertos”, “No excesso da execução, ou na dilação do remédio”, “Por conselho & indústria”, “Ou mais, ou menos, ou diferentes cousas”, “Obrava & deixava de obrar”, “Estraga & transforma”. *Dialética.* “Ao princípio (...) havia desentendido a qualidade do negócio; já com grande afeto não cessava de o representar urgentíssimo”, “De maneira, que nem a elRey, nem aos Ministros superiores faltou a notícia, senão a verdade do sucesso”. *Escrita psicológica.* “Com grande afeto não cessava de o representar urgentíssimo”, “Temerosa de que se lhe imputasse alguma culpa”, “A junta dos senhores de Évora (...) se temia igualmente”. *Escrita quantitativa.* “Quanto tinham de muitos, padeciam de incertos”. “Mais, ou menos, ou diferentes cousas”. “Sem mais autoridade, que a do zelo”.

PRÁTICA. Método. Trata-se para o autor de dar mais detalhada forma, no contexto da revolta já desatada, ao eixo-polarização entre Lisboa e Madri, de um lado, e Évora-Madri, de outro. Por enquanto, a crise é administrada no âmbito doméstico, isto é, do Reino. Mais adiante, no longo trecho que denominamos “Administração central da crise”, Madri (leia-se o Conde-Duque) vai lidar diretamente com Évora (e também Vila Viçosa), assumindo Lisboa um lugar inteiramente subsidiário. A dimensão psicológica (o medo) joga papel importante nos comunicados que se fazem dos dois lugares com elRey, ao ponto de interferir na qualidade das informações transmitidas. **Fontes.** Nenhuma fonte é citada nem facilmente deduzida dos enunciados do narrador onisciente. **Exemplos.** Exemplos históricos estão implícitos no temor com que a junta dos senhores de Évora dá conta ao rei dos progressos da

revolta, expressos em aforismo: “As mais justificadas ações estraga & transforma uma avessa interpretação, como nestes casos são contínuas.” **Cronologia.** Há o registro de um antes e um depois na mudança de atitude da princesa Margarida: antes, subestimara a revolta; agora, não cessava de representá-la urgentíssima a elRey D. Felipe; na da junta dos fidalgos eborenses, que “até então” procedia sem mais autoridade que a do zelo do que obrava & deixava de obrar; e finalmente na sequência implícita no aforismo: “As mais justificadas ações (...) uma avessa interpretação.”

LUGAR SOCIAL. Posições percebidas ou atribuídas. O historiador reconhece a difícil posição de Margarida, em Lisboa, e da junta de fidalgos em Évora. A princesa, como governadora do Reino, deve responder a Madri sobre o que se passa em sua jurisdição. A sua é a instância imediata a lidar com a revolta. Ela teme ser responsabilizada por excesso ou falta de medidas. Seus “repetidos avisos” dando o “negócio” como “urgentíssimo” denunciam sua perplexidade. Os conselhos de Miguel de Vasconcelos, “seu favorito”, são assinalados pela “indústria”, vale dizer, pelo cálculo interessado, o que resulta em informes imprecisos. A junta acha-se em situação institucional indefinida, uma vez que “até então procedia sem mais autoridade que a do zelo”, e teme igualmente a “avessa interpretação” de suas ações. **Dom Francisco.** O escritor produz, a propósito do risco de “as mais justificadas ações” serem mal interpretadas, “nestes casos”, isto é, nas sedições, uma reflexão que bem se aplica ao seu próprio caso.

PERSPECTIVA. 1. Por enquanto Madri é apenas a destinatária dos informes imprecisos que sobre a revolta partem de Lisboa e de Évora. Os arranjos da União Ibérica complicam a avaliação da verdadeira qualidade e dimensão da revolta. Uma personalidade como a princesa Margarida, que em Mântua revelara “espírito constante” e “um juízo prudente” (ver 029), acha-se confusa e perdida no posto de governadora de Portugal, à mercê de conselheiros como Miguel de Vasconcelos. O medo de “uma avessa interpretação” das “mais justificadas ações” atravessa a hierarquia de poderes e distorce as mais importantes informações. 2. Com essa última reflexão, Dom Francisco Manuel acrescenta mais um ponto nas alegações indiretas que faz em causa própria. A vertente de auto-justificação que percorre as “Alterações de Évora” se reforça também pela observação dos casos alheios.

FIGURAS. Aforismo. “As mais justificadas ações estraga & transforma uma avessa interpretação.” **Outras incidências.** *Figuras da política.* Excesso da execução/ dilação do remédio. Autoridade/zelo. Notícia/verdade. *Hierarquia.* Ministros superiores. *Relativas à revolta.* “Havia desentendido a qualidade do negócio.” “Aquelas [cousas] que verdadeiramente se passavam”. “Nestes casos”.

HISTORIOGRAFIA. Meta-narração. Registro de raridade. **Registro de incerteza.** 1. Indiretamente, ao tratar da falta de veracidade dos informes transmitidos a d. Felipe por Margarida e pelos senhores de Évora, DFM oferece preciosos aportes à questão da verdade em historiografia e, de resto, em qualquer relato. Os “repetidos avisos” referem-lhe “ou mais, ou menos, ou diferentes cousas de aquelas que verdadeiramente se passavam”. A narrativa pode *mentir* os fatos por exagero, por diminuição ou pelo errôneo reconhecimento da sua qualidade ou natureza. 2. “As mais justificadas ações estraga & transforma uma avessa interpretação”. A interpretação tem o poder de ‘estragar’ (mudar negativamente a qualidade) e de ‘transformar’ (dar outra forma) as “mais justificadas ações”. A reflexão interessa também ao item Perspectiva: “uma avessa interpretação” pode distorcer completamente o objeto representado.

(060-062) Três missões malogradas.

CASO. (060) A princesa Margarida envia novo corregedor a Évora. Jeronymo Ribeiro já havia ocupado o cargo anteriormente, “com grande aprovação do Povo”. Admitido uma segunda vez, ocupa apenas a “dignidade, sem exercício”, pois os populares “se tinham apoderado da jurisdição ordinária”. O corregedor pede “remédios de maior força” à princesa, que toma medidas contraditórias e sem continuidade, com o que “se confiava & desconfiava juntamente”. Os conselheiros de Estado no Reino abstêm-se de intervir. (061) Um segundo emissário a Évora, o dominicano Manoel de Macedo, orador aplaudido em todo o Reino, prega inutilmente aos “Cabeças” do povo. Volta a Lisboa “queixoso do desprezo com que fora tratado”, sem outro resultado “que haver mais uma testemunha de crédito, na informação do perigo.” (062) O terceiro emissário da princesa para “dispor a concórdia” é um fidalgo natural de Évora e “bem quisto & poderoso entre o Povo”. Fernão Martins Freire, senhor da Casa de Bobadela, teria condições de “fazer companhia aos Congregados na Junta de Santo Antão”, mas dela é excluído por seus integrantes, com pretexto formal. A verdadeira razão de sua exclusão seria exatamente a sua popularidade: incluí-lo seria entregar ao povo segredos perigosos. De sua parte, Fernão Martins também “não desejava misturar suas ações com as da Junta” para não precisar repartir as vantagens pessoais que obteria, “se os meios da concórdia se ajustassem por sua via”. Assim divididos os nobres, instaura-se o impasse, “porque o poder, que nem a Junta, nem Fernão Martins, tinham para obrar por si somente a redução, tinham pelo menos para estorvar reciprocamente, o que de parte a parte se ia obrando; de sorte, que sumindo-se entre as queixas os efeitos, só as queixas de uns & outros apareciam,

insinuando cada qual por suspeitosa a intenção da voz que não seguia.” Ao final, o autor reflete longamente sobre o “grande perigo” a que se expõe aquele que intervém “nos casos de sedição”, nos quais “é a melhor cura aquela que se faz pela semelhança, [do] que pela contrariedade dos humores”, sendo seus atos julgados pelas aparências.

INSTRUÇÃO. (060) *Condição feminina*. “Assombrada & confusa Margarida, procedendo com feminil resolução, ora abraçava os [remédios] violentos, ora deixava estes, por seguir os moderados; que foi causa de parecerem cada dia diversos os sembrantes de aquele negócio”. *Abstenção motivada*. Os conselheiros de estado do Reino “deixavam que a Princesa & os Ministros que nele [no “negócio”, isto é, no assunto da revolta] intervieram, lidassem só por só com os inconvenientes; entendendo que a Princesa como estrangeira, & seus favorecidos, como interessados, haviam dirigido esta máquina, até o perigoso estado em que se achava.” (061) *Testemunha de crédito*. Frei Manoel de Macedo “voltou brevemente a Lisboa (...) sem que de sua jornada se tirasse outro interesse, que haver mais uma testemunha de crédito, na informação do perigo.” (062) *Segredos perigosos*. Os membros da Junta de Santo Antão recusam admissão a Fernão Martins por “razões interiores”, bem diferentes das alegadas; “porque pela própria causa, que este Fidalgo pareceu em Lisboa, que por muito popular seria do Povo bem aceito, por esta mesma razão lhe não queriam entregar seus segredos os Congregados da Junta; sendo eles tais, que se deles resultasse a menor notícia ao Povo, era manifesto o risco de suas vidas & fazendas.” *Negociador independente*. Fernão Martins, “havendo observado o pouco que a Junta obrava na redução do pretendido, & o crédito que ele ia conseguindo entre suas Cabeças, não desejava misturar suas ações com a da Junta”, e trata de negociar em separado. *Interior emulação*. “Mas esta interior emulação, que à primeira vista, parece, assegurava se esforçariam os desígnios de um & outros, de nenhuma outra cousa serviu, que de impedi-los etc”.

PARECER. Os três emissários (pois o novo corregedor de Évora, sem função operativa, pode ser visto nesta condição) enviados pelo governo de Lisboa para “atalhar a sedição”, “reduzir à quietação” ou “dispor a concórdia”, representam três diferentes categorias sociais. O primeiro é um letrado, o segundo um orador sacro e, finalmente, Fernão Martins, um fidalgo de prestígio. Nem as letras civis, nem a eloquência e tampouco a posição hierárquica e o prestígio pessoal obtêm qualquer resultado junto aos “Cabeças” do povo. As três missões representam as últimas tentativas de conciliação empreendidas no âmbito do governo português. A alternativa será a repressão, que começa a ser cogitada a partir do próximo módulo. A digressão do autor sobre a “melhor cura” para os “casos de sedição” tem importância fundamental para a nossa tese, como demonstrativa da vertente de auto-

justificação das “Alterações”, e comprobatória de que DFM parece responder a um núcleo de implícitas e tácitas acusações (de deslealdade para com Portugal, de colaboração com o dominador castelhano), responsáveis talvez em última instância por seu encarceramento.

ESCRITA. Transição. **Vozes.** *Autoral.* Embora não incidam empregos da primeira pessoa, o autor produz longa reflexão pessoal, com valor de argumentação em causa própria, na última quarta parte do comprido parágrafo 062, a partir de “As ações, cuja qualidade muda o ânimo (...)” e até: “o verdadeiro juízo dos corações humanos, é reservado só a Deus.” *Outras vozes.* 1. A junta dos senhores de Évora ou de Santo Antão recusa-se a incluir o fidalgo Fernão Martins em seu círculo, com razões expostas em pronunciamento indireto (062), “dizendo: *Que aquele congresso estava já com ordem real constituído em pessoas certas, pelo que em sua mão não havia poder para aumentá-lo com novos sujeitos; que se Fernão Martins ali se achara ao princípio, fora ele o primeiro que chamassem, como reconheciam era o mais capaz de aquele ajuntamento.*” 2. Os membros da junta de nobres temem que, admitido Fernão Martins e ‘entregando’-lhe ela os “seus segredos”, os mesmos sejam comunicados ao povo. 3. As “queixas” recíprocas de Fernão Martins e da Junta de Santo Antão aparecem com valor de elemento de intriga (063): “Sumindo-se entre as queixas os efeitos, só as queixas de uns & outros apareciam, insinuando cada qual por suspeitosa a intenção da voz que não seguia.” *Voz retórica.* Por mais que ‘empregue’, à tentativa de ‘reduzi-los à quietação’, “graça, eloquência & liberalidade”, o dominicano Manoel de Macedo ‘pratica’ inutilmente com os “Cabeças” do povo, Ele volta a Lisboa “queixoso do desprezo com que fora tratado.” *Voz faltante.* “Os Conselheiros de Estado do Reino”, porque se lhe(s) não comunicara a causa, de que procedeu este efeito, deixavam que a Princesa, & os Ministros que nele intervieram, lidassem só por só com os inconvenientes.” **Caracteres.** MARGARIDA. Mostra diligência, ao ‘procurar’ “todo o possível, achar meios com que atalhar a sedição.” Contudo, “assombrada e confusa” diante dos muitos avisos do novo corregedor, que lhe pedia “acudisse com remédios de maior força”, procede “com feminil resolução”, tomando medidas descontínuas e contraditórias. A princesa é abandonada, na prática, pelos “Conselheiros de Estado do Reino”, que a responsabilizam e aos seus “favorecidos” por haver “dirigido esta máquina, até o perigoso estado em que se achava.” Depois do fiasco do novo corregedor, Margarida fará mais duas tentativas de conciliação, com o envio de Manoel de Macedo e de Fernão Martins a Évora. JERONYMO RIBEIRO é descrito (060) como “homem de bom natural, & que já com grande aprovação do Povo, havia servido àquele próprio ofício [de corregedor].” Passou pela experiência de ver o cargo esvaziado da jurisdição ordinária. Seu parecer à princesa é que “acudisse com remédios de

maior força”. Quando anota (060) que “o Corregedor, que cada hora conhecia mais quão inútil era sua assistência, não cessava de avisar à Princesa”, Melo faz eco à anotação de poucas linhas atrás (058), onde informava que a princesa, dando-se conta do “negócio”, “não cessava de o representar urgentíssimo a elRey D. Felipe, em repetidos avisos”.

Modos de escrita.

PRÁTICA.

LUGAR SOCIAL. 1. As missões enviadas a Évora para reduzir à quietação traduzem os três modos de controle social não-violento: a via das leis, a via da persuasão, e a via da liderança. Esta última fracassa como consequência da divisão e “interior emulação” dos nobres, a despeito de Fernão Martins, senhor de Bobadella, reunir em sua pessoa as condições de bem-querença e de poder entre o povo. Restará, como alternativa ao governo de Portugal, para restabelecer a ordem, o caminho do “castigo”, isto é, da repressão armada.

PERSPECTIVA. [Passagem importantíssima: “As ações, cuja qualidade muda o ânimo com que se obram...]

FIGURAS.

HISTORIOGRAFIA.

(063-065) Madri e Lisboa cogitam de “castigo”.

Balanco das forças e impasses da solução armada.

CASO. (063-064) Frustradas as tentativas de negociação, Madri e Lisboa passam a cogitar da solução pelas armas. As disponíveis no Reino, resumindo-se a 800 infantas do Terço da Armada Portuguesa, achavam-se desmobilizadas por licença de inverno. A certeza dessa fragilidade contribuía enquanto isso para o alastramento e radicalização da revolta. Portugal não contava a esse tempo com cavalaria, sendo todas as suas guerras travadas no distante ultramar. (065) Os ministros mais prudentes temiam que, adotada a saída violenta, a situação fugisse à razão e se tornasse incontrolável. Duvidavam aliás de sua possibilidade: primeiro, porque “o vigor de nossa gente de guerra se conhecia muito inferior ao da inquieta” e, segundo, porque, para aumentar a infantaria, fazendo novas levas, seria necessário recrutá-las justamente entre os inquietos ou aqueles que desejavam imitá-los. ‘Pedir a elRey instrumentos para introduzir o castigo’, isto é, apelar para forças da Monarquia, “era aventurar não só a Cidade mas o Reino todo à fúria & à cobiça de um exército estrangeiro”, e levaria Portugal a um impasse, igualmente obrigado à obediência e à defesa “por leis ambas naturais”. E se Portugal obedecesse, como assegurar “que a gente militar se contentasse com o castigo dos culpados sem exceder, até chegar aos inocentes”? O que levava a “novo perigo”,

aliás “maior que aquele que pela mão das armas se queria atalhar ao Reino”, justamente o de que “o Príncipe, ou seus Ministros pelo menos, quisessem fazer participante da culpa de uma Cidade a toda a nação Portuguesa”, o que significava acabar “com aquela pequena parte de liberdade que lhes haviam concedido ao tempo da primeira opressão”.

INSTRUÇÃO. Consistindo o módulo 063-065 quase inteiramente em cálculos políticos, ao mesmo tempo que se deixa entrever os novos passos da revolta, boa parte da Instrução confunde-se com o próprio Caso. A principal linha de análise dá conta das dificuldades de uma solução da crise pela via repressiva, primeiro ao constatar a debilidade do Terço da Armada Portuguesa, e em seguida ao contemplar os impasses que resultariam tanto com o emprego de forças domésticas como de “um exército estrangeiro”, isto é, castelhano. As anotações relativas aos “inquietos”, entremeadas às considerações políticas dos “Ministros”, vão compondo o relato da expansão do movimento, que mostrava não parar “no cômodo, ou vingança”, “como pareceu ao princípio”, mas, ao contrário, indicava “que seu intento era profundo”. Aprendemos logo adiante (065) que seria insensato esperar “que os lugares do Reino, quase participantes de aquela opinião dos de Alentejo, acudissem com a gente necessária para castigar a própria ação, que uns imitavam & outros desejavam imitar.”

PARECER. Exauridas no módulo anterior as tentativas de solução da revolta pela negociação, com a frustração das missões enviadas a Évora e com a inutilidade das gestões da Junta de Santo Antão, o módulo 063-065 conserva-se ainda no âmbito da administração doméstica da crise, ao tratar da alternativa do “castigo”, embora esta “prática” já se ‘introduza’ também em Madri. Examinados e constatados os seus dilemas, o governo de Margarida, reduzido à impotência, entregará ao governo central, no módulo seguinte (066), “o perigo & o remédio”.

Ao mesmo tempo que a revolta, no segundo plano, se aprofunda e tende a se espalhar para “os lugares do Reino, quase participantes de aquela opinião dos de Alentejo”, os administradores, limitados à ‘prática’, no sentido de ‘discurso’, isto é, à pura análise de cenários, tratam de fatos negativos, que traduzem a impotência do governo vice-reinol: as esperanças de negociação perdidas, a insuficiência do poder em Portugal, a desmobilização do Terço da Armada, e, caso fosse possível a “resolução das armas” e “posto o negócio uma vez nas mãos da violência”, toda uma série de impossibilidades e, sendo possíveis, de resultados desfavoráveis ao governo e ao Reino.

Os dois fatores – fragilidade dos meios disponíveis no Reino para debelar os motins e o agravamento dos mesmos – levam logicamente à alternativa de chamar-se as forças da Monarquia para dentro de Portugal, e ao cenário mais grave, com a exposição dos portugueses

“à fúria & à cobiça de um exército estrangeiro”, e o que seria ainda mais grave: a possibilidade de que “o Príncipe, ou seus Ministros pelo menos”, decidissem suprimir “aquela pequena parte de liberdade, que lhe haviam concedido ao tempo da primeira opressão”, isto é, decidissem anular as prerrogativas asseguradas a Portugal nas capitulações de Tomar, em 1580.

Esta última passagem do módulo, com a cogitação de se empregarem na repressão dos motins alentejanos as forças da Monarquia e a especulação de seus efeitos, importa grandemente à pesquisa da perspectiva ibérica que se inscreve nas “Alterações de Évora”. Pela primeira vez com tamanha clareza, aparecem as linhas de falha no interior da União ibérica, sendo postos em questão os seus fundamentos e, aliás, o seu futuro (especialmente em “Acabando... arrependido”), ao mesmo tempo que se prenuncia o “castigo” que será adiante infligido aos revoltosos, com o ingresso das armas castelhanas no território do Reino. Ainda sobre este último cenário prospectivo (com o chamamento das forças castelhanas): note-se que a contradição entre o governo do Reino e os revoltosos converte-se (no plano dos cálculos políticos) na contradição entre a Monarquia e o Reino.

ESCRITA. Modos de escrita. Escrita sintética. Apertada síntese em todo o módulo, particularmente em 063, ocupado por uma única frase, na qual se comprimem dois acontecimentos antagônicos (como os termos da antinomia governo do Reino *versus* “inquietos”): a introdução da prática do castigo juntamente com a constatação de que não havia poder em Portugal para efetivá-lo, de um lado, e do outro, a modo de conseqüência, o alastramento e radicalização da revolta. **Escrita dialética.** O mesmo padrão dialético – proposição seguida de fato ou conjectura que a nega – se repete a cada passo nos parágrafos seguintes: o mais pronto poder de armas (o Terço da Armada Portuguesa) *versus* a sua desmobilização e ausência de comando; o negócio posto nas mãos da violência *versus* o risco de que fugisse à razão e ao controle; a necessidade de fazer levadas para aumentar a infantaria *versus* a disposição dos lugares do Reino de imitarem os do Alentejo; a convocação de forças reais (castelhanas) para a repressão *versus* o risco de aventurar o Reino à fúria & à cobiça de um exército estrangeiro; a hipótese de Portugal se submeter ao castigo *versus* a de a repressão alcançar também os inocentes; a possibilidade de um “novo perigo” (o de o castigo introduzir-se a todo o Reino) ser ainda maior do que “aquele que pela mão das armas se queria atalhar”; e finalmente a declaração deste novo perigo (a liquidação daquela “pequena parte de liberdade” concedida aos portugueses em 1580, “tempo da primeira opressão”) contraposta à Restauração de 1640 (posta no horizonte), quando os dirigentes da Monarquia arrependem-se “muito mais” de haver concedido a Portugal, em 1580, uma “pequena parte de liberdade”.

Escrita binomial. Ocorrem vários exemplos de termos binomiais, como “informação & certeza”, “cômodo ou vingança”, “guarnição & defesa”, “fúria & cobiça”. **Escrita quantitativa.** As esperanças da conformidade estavam a essa altura “quase perdidas”. O poder em Portugal era “*muito pouco*”. Os inquietos mostravam que seu intento era “*profundo & não parava* no cômodo ou vingança, como pareceu ao princípio”. O Terço da Armada era “o *mais* pronto serviço de armas, que se podia empregar naquele serviço”. “O vigor de nossa gente de guerra se conhecia muito *inferior* ao da inquieta”. Os lugares do Reino eram “quase participantes de aquela opinião dos de Alentejo”. A convocação das forças da Monarquia significaria aventurar “não só a Cidade mas o Reino *todo*”. “Quando Portugal fosse *tão* comedido, que *logo* se submetesse ao juízo (...), como seria certo que a gente militar se contentasse com o castigo dos culpados, sem *exceder*, até chegar aos inocentes”. “Um novo perigo estava certo, *maior* que aquele que (...) se queria atalhar”. O príncipe ou os seus ministros poderiam querer acabar “com aquela *pequena* parte de liberdade, que lhes haviam concedido ao tempo da primeira opressão, de que logo (& *muito mais*, depois) mostraram haver-se arrependido”.

Caracteres. ÁLVARO DE MELLO. Um único indivíduo é mencionado – o mestre de campo do Terço da Armada Portuguesa, d. Álvaro de Mello, “o qual assistia na Corte, mais como morador, que pretendente”, informação que, no contexto, vem agravar a aparência de virtual desmobilização daquela unidade militar. D. Álvaro de Mello voltará a ser referido (129) como um dos acompanhantes do conde de Linhares em sua missão a Évora. INFANTES do Terço da Armada Portuguesa. Achavam-se “desabrigados do respeito de seus oficiais, porque pela licença do Inverno todos andavam ausentes de suas Companhias.”

MINISTROS. São os autores também sem nome e sem face das conjecturas e cálculos políticos, referidos ora como os “mais prudentes”, ora como “os mais zelosos”, e ainda pelo pronome oblíquo “se”, como nas cláusulas “como se poderia esperar”, “se por fugir desta impossibilidade, se pedissem a elRei”, etc. Está implícito que são os ministros “do Reino”, por oposição àqueles associados ao Príncipe, os quais são mencionados, no plano das conjecturas, como os que poderiam querer “fazer participante da culpa de uma Cidade, a toda a nação Portuguesa”, e os que “depois” (isto é, por ocasião da Restauração) vão arrepender-se (“muito mais”) de haver concedido à nação portuguesa uma “pequena parte de liberdade”.

INQUIETOS. Os revoltosos sem nome e sem rosto comparecem como um sujeito coletivo, que se traduz por sinais. Deles “saíam uns ameaços de terrível conseqüência, para a paz desejada; porque (ainda de longe) mostravam que seu intento era profundo, & não parava no cômodo ou vingança, como pareceu ao princípio.” Mais adiante, os Povos dos outros lugares do Reino são referidos como “quase participantes de aquela opinião dos de Alentejo”, cuja

ação “uns imitavam & outros desejavam imitar.” EXÉRCITO ESTRANGEIRO. As forças castelhanas aparecem no plano das hipóteses como os “instrumentos para introduzir o castigo”, capazes de ‘fúria’ e ‘cobiça’ e de ‘exceder’ os limites de sua missão “até chegar aos inocentes”. REINO. Portugal ganha personalidade, seja como sujeito das “nossas guerras” ultramarinas, seja como “uma República confusa & inadvertida”, seja ainda teoricamente submetendo-se “ao juízo que se lhe prevenia” ou, como “a nação Portuguesa”, sendo despojada daquela “pequena parte de liberdade”, etc. **Vozes.** Além das muitas vozes implícitas, como a dos que vão cogitando da “prática do castigo” (entendendo-se prática como discurso), a dos que pediriam “instrumentos para introduzir o castigo”, etc, as únicas vozes atribuídas a sujeitos definidos são as dos (ministros) “mais zelosos”, os quais se expressam “secretamente”.

PRÁTICA. Método. Para dar conta do exaurimento das medidas ao alcance do governo de Margarida, o autor ingressa na análise do último recurso teoricamente disponível para debelar a revolta – a via das armas. O exame dessa opção se faz simultaneamente com a anotação dos sinais de agravamento do levante de Évora e da contaminação de outros lugares do Reino. O mais grave cenário analisado – consistindo em pedir a elRei o ingresso em Portugal de forças castelhanas – traz em si o risco de expor os portugueses à fúria & à cobiça de um exército estrangeiro, sem que se pudesse garantir que os “inocentes” seriam preservados, com o risco adicional ainda mais grave de que todo Portugal pagasse pela culpa de uma cidade (Évora). A cogitação desta última possibilidade, feita “secretamente” pelos “mais zelosos”, resultaria em acabar “com aquela pequena parte de liberdade que lhes haviam concedido ao tempo da primeira opressão”, isto é, acordada nas capitulações de Tomar, e integra a sequência de revelações graduais que vão expondo, ao longo da “Epanáfora Política”, o projeto olivariano de unificação (ou unificação) dos reinos. **Fontes.** O narrador tem acesso à análise feita nos círculos de poder em Madri e Lisboa, e acha-se próximo dos “Ministros mais prudentes”, assim como dos “mais zelosos”, cuja voz secreta ouve e colhe. Detém informações sobre a situação dos efetivos militares disponíveis no Reino e de sua dispersão “pela licença de Inverno”, assim como sobre a ausência do mestre de campo Álvaro de Mello. Acompanha o agravamento da revolta em Évora e a temperatura política de outros “lugares do Reino”. Conhece, como experto em assuntos militares, as forças disponíveis no Reino, os modos de guerrear nas mais remotas províncias, e produz conjeturas sobre o risco que se correria com a introdução, em Portugal, de forças castelhanas. Reporta-se ao início do regime de União ibérica (o “tempo da primeira opressão”) e ao seu encerramento, com a Restauração sendo referida implicitamente na brevíssima cláusula “logo (& muito mais,

despois)” como o tempo do arrependimento (para os dirigentes da Monarquia). **Exemplos.** Os precedentes históricos de 1580 e suas lições estão implícitos no cálculo de risco que se faz, caso “se pedissem a elRei instrumentos para introduzir o castigo”. A experiência pessoal dos ‘excessos’ de uma força de ocupação deve ter reforçado a evocação desse risco. **Cronologia.** Dois tempos correm paralelos, o dos analistas e o dos “inquietos”. Enquanto aqueles se demoram na análise da alternativa militar e de seus dilemas, estes, partilhando da “informação & certeza” de que “o poder em Portugal era muito pouco”, crescem em “número & soberba”. A dinâmica da revolta tem registro adicional na anotação de que os “lugares do Reino, quase participantes daquela opinião dos de Alentejo” ou já os “imitavam” ou “desejavam imitar”. De sua parte, o narrador percorre todo o espectro cronológico da União ibérica na última cláusula do módulo: “Acabando com aquela pequena parte de liberdade, que lhes haviam concedido ao tempo da primeira opressão, de que logo (& muito mais, depois) mostraram haver-se arrependido.” Outras anotações relativas ao tempo e à sua medida são: o gradualismo com que o discurso da repressão militar “se foi introduzindo” como opção dos dirigentes; o aprofundamento da revolta, que “não parava no cômodo, ou vingança, como pareceu ao princípio”; a desmobilização dos infantes do Terço da Armada, “ausentes de suas Companhias” em razão da “licença do Inverno”, ‘ajudada’ por “faltar no Terço seu Mestre de Campo (...)”, o qual achava-se em Madri “mais como morador, que pretendente”. Ao anotar que “não havia por este tempo entre nós alguma cavalaria, & apenas tínhamos notícia de seu uso”, o narrador deixa entrever o tempo em que escreve, cerca de 1649, quando as guerras da Restauração já teriam estabelecido este ramo das armas em Portugal.

LUGAR SOCIAL. Ao papel de ‘observador diligente dos secretos do Estado’ (ver 036), inteiramente informado dos cálculos que se faziam nos bastidores governamentais, tanto em Madri quanto Lisboa, o autor acrescenta a sua faceta de experto em assuntos militares, tanto no plano imediato como no da política estratégica, quando discorre sobre: a situação do “mais pronto poder de armas” disponível; o paradeiro de seu mestre de campo; a ausência de uma cavalaria no Reino, sendo as “nossas guerras (...) em tão remotas Províncias, como o são de Portugal, Asia, África & América” e a conseqüente desnecessidade “de algumas armas próprias, senão aquelas que na guarnição & defesa de sua Armada se ocupavam”. Vai além, expondo os problemas que o levantamento de novas levas representaria, pois teria que ser feito nos lugares do Reino propensos à revolta ou já revoltados, e ainda os riscos que a introdução de um exército estrangeiro acarretaria, com a possibilidade de exceder-se “a gente militar” no castigo dos “culpados”, “até chegar aos inocentes”. Alinha-se ao parecer dos “Ministros mais prudentes” no receio de que, adotada a repressão pelas armas, a situação

fugisse ao controle e à razão, e ainda “aos mais zelosos”, que cogitam da possibilidade de “o Príncipe, ou seus Ministros pelo menos” decidirem-se a acabar com o que ainda havia de liberdade no Reino. Quanto aos revoltosos, toma aqui uma distância explícita, ao anotar que “(ainda de longe) mostravam que seu intento era profundo, & não parava no cômodo, ou vingança, como pareceu ao princípio”. Ao mesmo tempo reconhece que a “opinião dos de Alentejo” alcançava os demais lugares do Reino, dos quais “uns imitavam & outros desejavam imitar” a “própria ação” que os administradores desejavam castigar.

PERSPECTIVA. Reino & Monarquia. A gradual introdução do discurso que propõe a punição da revolta pela via armada, bem como o exame de suas possibilidades e possíveis efeitos, dão ensejo à revelação da fragilidade dos meios com que o Reino contava para se defender (“uma República confusa & inadvertida em os meios de que devia usar para sua conservação”), posição a que se chega depois do parecer inicial de que “não necessitava o Reino de algumas armas próprias, senão aquelas que na guarnição & defesa de sua Armada se ocupavam.” Este parecer é posto em questão quando a alternativa em análise passa a ser a de “que se pedissem a elRei instrumentos para introduzir o castigo”, o que significaria “aventurar não só a Cidade, mas o Reino todo, à fúria & à cobiça de um exército estrangeiro”. Ao cogitar-se desta possibilidade, e em seguida da possibilidade a ela associada de que se estendesse o castigo “a toda a nação portuguesa”, cancelando as prerrogativas (“a pequena parte de liberdade”) asseguradas em Tomar (“tempo da primeira opressão”), a contradição até agora tratada como principal, a do governo do Reino contra os revoltosos de Évora e Alentejo, passa a segundo plano, assumindo o primeiro (plano) a contradição latente entre o Reino, praticamente indefeso, e a Monarquia, que detém o poder militar de fato. Uma nova ocupação militar de Portugal, com a extensão do castigo “a toda a nação Portuguesa”, poderia estar nos planos de Madri, “a fim de que por uma vez [isto é, de uma vez por todas] ficassem dela seguros”. Contempla-se aqui, com olhos portugueses, um cenário já cogitado anos antes pelo Conde Duque, em seu “Gran Memorial” a Felipe IV: a instrumentalização de “algún tumulto popular grande” como pretexto para “asentar y disponer las leyes en la conformidad de Castilla”, “como por nueva conquista” (ver Fernando Bouza, “Nobres e luta política no Portugal de Olivares”, p. 217). O mesmo cenário se desdobra como a liquidação de “aquela pequena parte de liberdade, que lhes haviam concedido ao tempo da primeira opressão, de que logo (& muito mais, depois) mostraram haver-se arrependido”. O registro de tal ‘arrependimento’ já é a anotação de um dos efeitos da Restauração e de suas conseqüências.

Império português. A referência às “remotas Províncias, como o são de Portugal, Ásia, África & América, donde guerreávamos”, serve à afirmação da estatura e da autonomia de

Portugal no conjunto da Monarquia, função também atribuível, em outras passagens da epanáfora, às menções à história e aos reis de Portugal anteriores à União de 1580. **Auto-justificação.** DFM se escuda no papel do analista impassível da situação militar do Reino para, de passagem, defender-se de outra das suspeições que (deduz-se desta e de outras passagens da “Epanáfora Política”) devem ter pairado sobre o seu nome: a de colaboração com as forças castelhanas que reprimiram a revolta portuguesa. Ele toma distância destas mesmas forças ao registrar que “se (...) se pedissem a elRei instrumentos para introduzir o castigo era aventurar não só a Cidade, mas o Reino todo, à fúria & à cobiça de um exército estrangeiro”. Os dualismos e ambivalências presentes na situação de Portugal – “uma República confusa & inadvertida em os meios de que devia usar para sua conservação, obrigada à obediência & à defesa, por leis ambas naturais” – formam o pano de fundo ideal para os exercícios de auto-justificação do autor. A obrigação de obedecer é posta no mesmo plano da de defender-se. Também DFM foi levado ou senão obrigado a obedecer, em outros episódios.

Assim como se distanciou do “exército estrangeiro, o autor guarda distância em relação aos “inquietos”, tratando-os com maior frieza do que por ocasião dos registros iniciais da sublevação (040-048). Anota agora a sua crescente “soberba” e os “ameaços de terrível consequência para a paz desejada” que deles saíam. Insinua-se aqui um horizonte revolucionário (“seu intento era profundo, & não parava no cômodo ou vingança”) e uma nova percepção exterior da revolta (“não parava no cômodo ou vingança, como pareceu a princípio”). **Madri.** O mestre de campo do Terço da Armada Portuguesa, d. Álvaro de Mello, “assistia na Corte, mais como morador, que pretendente”. A anotação interessa ao entendimento dos modos de estar em Madri, por parte do autor.

FIGURAS. Expressões. No esboço da situação do Terço da Armada Portuguesa, inteiramente desmobilizado, anotar as expressões algo irônicas, relativas aos infantess que o compunham, na ocasião, “pela licença do Inverno”, “desabrigados do respeito de seus oficiais”. Talvez se devesse ler “desobrigados”, corrigindo possível erro tipográfico. À desmobilização, “ajudava também faltar (...) seu Mestre de Campo”. DFM pratica na passagem, e de resto por todo o parágrafo 064, uma (digamos) ‘escrita pelo Não’, partícula que se acha três vezes no trecho, juntamente com outras denotações de falta, ausência, limite: o Terço da Armada “não passava de oitocentos infantess”; “todos andavam ausentes de suas Companhias”; “ajudava também faltar no Terço seu Mestre de Campo”; “Não havia por este tempo entre nós cavalaria; & apenas tínhamos notícia de seu uso”; “não necessitava o Reino

de algumas armas próprias, senão aquelas, que na guarnição & defesa de sua Armada se ocupavam”.

HISTORIOGRAFIA. Reflexões meta-historiográficas. Não incidem reflexões sobre a escrita da História. **Modalidade.** Dom Francisco Manuel faz na passagem uma história dos cálculos políticos de bastidor, com sucessivos cenários analíticos a ramificar-se sempre pela negativa, tendo em vista o projeto de repressão pelas armas e o objeto dinâmico e mutável das alterações alentejanas, cuja evolução é acompanhada em meio às conjecturas. Constatada a “impossibilidade” do “castigo” com os recursos disponíveis no Reino, adentra-se o cenário alternativo final em que seriam chamadas, para debelar a revolta, as forças castelhanas. A contradição até agora principal entre o governo reinol e os revoltosos dá lugar (ainda no plano das conjecturas) a nova contradição, entre o Reino e a Monarquia. Ao mesmo tempo que a narrativa se aproxima da transição para o que denominamos a ‘administração central da crise’, dá-se aqui mais um passo no gradual desvendamento (e denúncia) do projeto olivariano de unificação dos Reinos, com a redução de Portugal à condição de mera província e a sua privação “da régia dignidade” (166). **Intervenção pessoal.** A breve digressão sobre a ausência, no Reino, da arma da Cavalaria é feita na primeira pessoa do plural: “Não havia por este tempo entre nós alguma cavalaria, & apenas tínhamos notícia de seu uso, pois como nossas guerras eram em tão remotas Províncias, como (...), donde guerreávamos etc”. **Registro de incerteza ou estado cambiante do objeto.** O “intento” dos inquietos “era profundo, & não parava no cômodo, ou vingança, como pareceu ao princípio.” **Referências históricas.** Tanto a união de 1580 como a secessão de 1640 são referidas obliquamente, a propósito da possibilidade de acabar-se com “aquela pequena parte de liberdade” de que os portugueses ainda gozavam, e do arrependimento crescente que mostrarão os castelhanos, de lh’a haver concedido.

(066-066) A princesa entrega ao rei “o perigo & o remédio”

CASO. O alastramento da revolta à outra margem do Tejo e os sinais de que obedecia a uma coordenação geral sinalizam para o governo do Reino a impossibilidade controlar a situação com os meios disponíveis em Portugal. A princesa Margarida reconhece a própria insuficiência e transfere a Madri a solução da crise.

DISCURSO. Como no módulo anterior, a narrativa dos novos passos da revolta (que se amplia) é contraposta ao registro dos cálculos políticos (que terminam com a princesa finalmente desistindo de administrar “o perigo”). Confundem-se parcialmente, na passagem,

Caso e Discurso. Os discursos e prevenções do governo não conseguem deter a ampliação do movimento popular. Supõe-se haver um trato interno entre os inquietos, de se ajudarem mutuamente e de agirem em conjunto. A revolta é comparada a um grande incêndio e os ministros do Reino àqueles que tentam apagá-lo com os próprios meios, até que “desesperados pedem socorro (...) quando já o fogo é insuperável”. Também ela “desesperada”, e “temerosa de tomar sobre si o peso da revolução de Portugal”, a princesa finalmente desiste de continuar iludindo o governo da Monarquia quanto aos meios de que dispõe, para “castigar ou reter a fúria que levavam os Inquietos (pela primeira vez anotados com maiúscula). A decisão de repassar à Corte “o perigo & o remédio”, vale dizer, a crise e o seu tratamento, é feita mediante consulta e arrazoado. **Intervenção do narrador.** Ocorre uma vez, abertamente: “Este último temor, podemos contar pelo mais útil”.

PARECER. Navegador. No breve parágrafo 066 faz-se a transição entre o terceiro (058-066) e o quarto (067-097) blocos temáticos, servindo ao mesmo tempo de encerramento daquele (‘administração doméstica da crise’) e de abertura deste último (‘administração central da crise’). Nele, com a constatação de terem sido inúteis as prevenções e discursos realizados em âmbito doméstico para conter a revolta, vem registrado o seu alastramento à margem direita do Tejo, comparado a um incêndio que fugiu ao controle. Assinala-se em seguida a desistência, por parte do governo da princesa Margarida, de com meios próprios debelar os motins, e a transferência de sua ‘administração’ ao governo em Madri. Anotar que as informações sobre a ampliação do movimento popular continuam a ser ministradas em contraponto aos cálculos políticos que o têm por objeto. No módulo seguinte, relativo à recepção das notícias da crise de Portugal na Corte madrilenha, abre-se portanto o bloco temático relativo ao que denominamos a “administração central da crise”. Os blocos terceiro (058-066), agora encerrado, e quarto (067-098), a iniciar-se, compõem juntos (058-098) o segundo movimento narrativo, dos três movimentos que formam o corpo da “Epanáfora Política”.

ESCRITA. Modos de escrita. *Escrita binomial.* Vários exemplos nesse curto trecho: “discursos ou prevenções”, “obedecendo ou desobedecendo”, “levavam aquele ânimo & caminhavam ao próprio perigo”, “desesperada a Princesa & temerosa”, “castigar ou reter a fúria”, “o perigo & o remédio”. *Escrita psicológica.* Atos e atitudes são representados como fenômenos psicológicos: “Este último temor”, “levavam aquele ânimo”, “até que desesperados pedem socorro”, “desesperada a Princesa & temerosa de tomar sobre si o peso da revolução de Portugal”, “não quis dissimular (...) o desengano, com que se achava”, “fúria que levavam os Inquietos”, “consultando à Corte sua desconfiança”. *Escrita dialética.* “Mas o

mal não parava (...) & já alguns Povos (...) se iam declarando”, “não quis dissimular (...) de que não era o poder que no Reino tinha, bastante a castigar etc”. *Escrita quantitativa*. “Este último temor, podemos contar pelo mais útil”, “apagar um grande incêndio”, “não quis dissimular por mais tempo”, “não era o poder (...) bastante”.

PRÁTICA. Método. O módulo-parágrafo 066 tem a função de inventariar a situação criada em Portugal com os motins alentejanos. Três movimentos internos se verificam, com o símile de um grande incêndio e das tentativas inúteis de apagá-lo, acompanhadas de um pedido de socorro tardio, operando a transição entre os campos dos revoltosos, que se amplia, e o dos governantes domésticos, que se retrai. **Fontes.** O narrador-observador onisciente conhece os tratos internos dos amotinados (que se coordenam) e os da administração do Reino (que se entrega ao desespero e à paralisia ou desistência). **Exemplo.** A princesa Margarida, talvez informada pela experiência de outros tumultos políticos quando governava Mântua, teme ser responsabilizada pela “revolução de Portugal” e decide comunicar a situação objetiva sem mais dissimular “o desengano, com que se achava”. **Cronologia.** Os tempos da revolta e da tentativa de debelá-la se relacionam como uma função, com este dependendo daquele. O tempo interno da administração, contido no símile do “grande incêndio”, apresenta fases, desde o esforço para ‘apagá-lo’ por conta própria até o ‘desespero’ e o ‘pedido de socorro’, tardio e “fora de tempo”.

LUGAR SOCIAL. Posições do autor. 1. O escritor guarda distância dos revoltosos, agora representados como “o mal” (“Mas o mal não parava à vista dos discursos, ou prevenções”), enquanto assume a posição (que empresta ao leitor) de observador das medidas tendentes a debelar os motins, assinalando os erros de avaliação dos “Ministros do Reino” e da princesa Margarida (que erra também, inicialmente, e agora decide não mais errar, na comunicação da gravidade da revolta). 2. Debelar a revolta passa a ser um problema também do leitor, o que interessa à justificação de DFM (à construção de sua posição, digamos) ao longo da “Epanáfora Política”. 3. Apesar de registrar a revolta como “o mal”, o autor revela alguma simpatia pela ágil articulação do movimento popular, com seu “trato interno de se ajudarem em qualquer transe uns aos outros, obedecendo ou desobedecendo juntamente”. 4. A intervenção direta do autor (“Este último temor, podemos contar pelo mais útil”) vem tingida de ironia, ou de um realismo que vê alguma utilidade no agravamento do “mal”: a ampliação da revolta – este “mal” – serve como “desengano” aos governantes, até então empenhados em apagar o incêndio “por si somente”. 5. Anotar ainda que “ElRey” – num relato escrito por volta de 1649, quando Portugal já contava com soberano próprio – é aqui, sem qualquer ressalva, o rei de Castela. Tratar como ainda vigente em Portugal o poder de

Felipe IV, para além do registro histórico de um tempo, reforça o contexto em que DFM, em última instância, justifica seus papéis na crise. 6. A fragmentação das frases em cláusulas nem sempre dotadas de autonomia lógica, traço encontrável em muitos outros lugares das “Epanáforas”, e sempre supondo-se que DFM terá revisto as provas tipográficas antes de publicar a obra em 1660, pode denotar um sistema de pontuação fônico, e neste caso seria lícito presumir que d. Francisco andasse com a respiração curta; como também pode denotar que o alquebrado prisioneiro de 1649, um homem humilhado pelos poderes tanto da Monarquia quanto do Portugal restaurado, escrevia com uma cautela que se traduz no avanço exageradamente cuidadoso da frase, em contraste com o altivo oficial que escreve a história do levante catalão nos primeiros anos do mesmo decênio.

PERSPECTIVA. 1. Ver Lugar Social: a perspectiva em que o autor situa os seus leitores é a de quem acompanha os esforços para ‘apagar o incêndio’ e monitora os erros dos agentes de governo incumbidos dessa tarefa. 2. A perspectiva ibérica – do governo da Monarquia e do governo que a representa no Reino – é reafirmada na qualificação dos motins como a “revolução de Portugal”, a ser ‘castigada’ ou contida em sua “fúria”; bem como no mecanismo de consultas e demonstrações que acompanham a ‘entrega’ do problema ao governo de Felipe IV.

FIGURAS. Tópica. O perigo & o remédio. Encontrável (o “remédio”) na historiografia do período, como derivação do conceito organicista de Estado. A revolta é uma enfermidade do corpo estatal, a pedir remédio. **Símile.** A comparação dos motins a um grande incêndio, talvez um lugar comum historiográfico, é notável porém na sua dinâmica, que figura uma situação com dois momentos: a tentativa de apagar o incêndio por conta própria e o pedido de socorro que se lhe segue. Quase sempre os símiles resumem-se a uma única imagem, como (033) aquela relativa a Diogo Soares, ao “fundar o edifício de sua valia” em um segundo homem, “como costuma o Piloto na costa braba não fiar de um só cabo a segurança do navio”.

OUTRAS INCIDÊNCIAS. Expressões. 1. ‘Declarar-se pela opinião dos de Alentejo’ é o mesmo que aderir à revolta. Não se explicitam outros atos de revolta além dessa ‘declaração’, por parte dos aderentes ao movimento. 2. A economia política da revolta ganha dimensão contratual com a expressão “trato interno”: “(...) se entendia tinham algum trato interno de se ajudarem em qualquer transe uns aos outros, obedecendo ou desobedecendo juntamente”. 3. A princesa Margarida, já desesperada, teme “tomar sobre si o peso da revolução de Portugal”. Trata-se naturalmente do “peso” da responsabilidade pela “revolução”. A elipse empresta densidade aos motins: a revolução ganha peso e, aliás, peso

pesado. 4. A dissimulação, como recurso da arte de governar, tão freqüente na historiografia de Seiscentos, tem aqui sentido desusado e original de sonegação de informações: “A Princesa (...) não quis dissimular por mais tempo de representar a elRey o desengano em que se achava”. 5. Consultando à Corte sua desconfiança”. Outra elipse, autorizada pela metonímia que substitui o informe apresentado pela princesa, representando-o pela essência dos seus conteúdos: Margarida já não confiava nos meios de que dispunha.

HISTORIOGRAFIA. 1. “Revolução”. O termo, derivado da astronomia, ganha sentido político explícito na historiografia da instável década de 1640, como demonstrou Ilam Rachum, em estudo publicado na revista *History*, vol. 80, 1995, n. 259, pp. 191-206, “Italian Historians and the Emergence of the Term ‘Revolution’, 1644-1659”).

(067-070) Recepção da crise portuguesa em Madri

CASO. (067) A notícia de que a princesa Margarida “punha em mãos delRei o perigo & o remédio”, vale dizer, desistia de debelar a revolta de Évora com os meios insuficientes de que dispunha no Reino, é recebida com “abalo e escândalo” em Madri, onde se achava presente o escritor. Dois cenários se desenham na opinião dos ministros da Corte: um deles, vendo na crise um grande perigo para a estabilidade da Monarquia, favorável à solução violenta, “porque o herpes da sedição não tem outra mezinha que o fogo & o ferro”, e o outro (068), minimizando os “movimentos de Portugal”, favorável a que “o remédio se devia buscar pela indústria, & não pela força”, vale dizer com o emprego de meios conciliatórios. (069) No Conselho de Estado e nas juntas criadas para tratar da revolta, observa o autor que “os votos dos nossos Ministros de Portugal eram sempre os mais rigorosos”, com o que visavam justificar-se “não só a si mesmos, mas a toda a nação, diante dos Castelhanos”. (070) Os fidalgos, nobres e eclesiásticos presentes à Corte influenciavam os ministros no sentido do “maior temor, ou esperança” segundo se consideravam “favorecidos ou satisfeitos” ou “mal ouvidos & despachados”. Apenas aqueles “homens prudentes de inteiro juízo & sã consciência” sentiam que “o Reino inocente não deixaria de perder” em qualquer dos cenários.

INSTRUÇÃO. O autor intervém na ação narrada com seu testemunho – “não poderei dizer (ainda que me achei presente) qual foi o abalo & o escândalo que esta nova causou” –, com símiles (“da maneira que o Médico mais acreditado, se cansa com razão, de que o consultem depois que o mal se senhoreia do enfermo”), com aforismos (“(sendo certo que sempre se possui com temor o que se não possui com justiça”), e ainda com um breve

discurso sobre a prudência, à guisa de glosa aos cenários alternativos da opinião da Corte. As explicações autorais acompanham cada passo da narrativa.

PARECER. Navegador. Trata-se do primeiro módulo (067-070) do bloco relativo à “administração central da crise” (067-097). *Movimento narrativo.* Identificamos três movimentos narrativos. Primeiro (067-068), a recepção da crise portuguesa em Madri produz imediatamente dois cenários ou visões de possível solução, uma pelo tratamento o mais rigoroso, pela via das armas, e outra pelo emprego de meios moderados e conciliatórios. Segundo (069), o autor anota a posição dos ministros portugueses, no Conselho e nas juntas, sempre em favor do tratamento rigoroso, de modo a justificarem-se diante dos castelhanos. Terceiro (070), um âmbito externo ao dos ministros diretamente ocupados com a administração da crise, e influenciando-os segundo suas posições e interesses particulares, é composto por “requerentes que seguiam a Corte”, religiosos, fidalgos e nobres, versados na matéria de estado, cujos pareceres se dividiam entre os que “julgavam qualquer movimento por indesculpável” e os que “exageravam a razão & a potência dos Inquietos”, aparecendo entre eles, como exceções, aqueles “prudentes, de inteiro juízo” que “sentindo com grande extremo o estado das cousas”, consideravam que o Reino, em todo caso, sairia perdendo “quando não a liberdade, a reputação”. **Transição.** O módulo dedicado à recepção da crise portuguesa em Madri funciona como pórtico ou introdução para a intervenção direta do Conde Duque de Olivares, que se desenvolve no módulo seguinte. Examinados os cenários, os votos dos ministros portugueses e a influência dos interesses privados no processo de análise e decisão política, adentra-se o núcleo central, vale dizer, o foco narrativo se deslocará para o operador central do poder na Monarquia. Observar também que o módulo anterior (066-066), ao mesmo tempo que serve de conclusão ao bloco temático relativo à administração doméstica da crise, traz já uma interface para o segundo (o da administração central): é a referência aos ‘bombeiros’ do incêndio, [que] desesperados pedem socorro (...) quando já o fogo é insuperável”. O referido socorro é a matéria do bloco seguinte (071-083), quando veremos Olivares em ação, a dedilhar os cordéis da máquina do império.

ESCRITA. Transição. Dadas as interfaces do módulo anterior (066-066), o ingresso no tema da recepção da crise portuguesa em Madri se faz no correr dos acontecimentos sem qualquer outro preâmbulo, como se *in media res*: “Porém em Madri, donde governavam Ministros de maior experiência etc etc.” **Vozes.** Registram-se as vozes anônimas do “abalo & escândalo” provocado em Madri pelas “segundas informações” (as que dizem com o gesto de Margarida, desistindo de debelar a revolta); as da queixa dos “Ministros grandes, tardiamente informados sobre a gravidade da situação em Portugal; as dos “mais” que “se intermetiam a

prognosticar por estes [sucessos] presentes, outros que perturbassem toda a Monarquia.” O primeiro cenário (que propõe um tratamento rigoroso, a ferro e fogo, da crise), é dado como um ‘aviso’ sem sujeito determinado, entendendo-se porém que os que “Avisavam” eram aqueles “Ministros grandes” ou então “os mais”, ou ainda todos esses. Os que pronunciam o cenário da contemporização são referidos simplesmente como “outros”: “Mas contra a opinião & discurso destes, diziam outros: *Que estando Espanha assi combatida de revoluções externas, não convinha etc etc.*” As vozes dos ministros até aqui ouvidas formam “os pareceres das Juntas interiores & conferências dos Ministros & Políticos Castelhanos.” Também se registram implicitamente as vozes nos debates das juntas criadas “só para este efeito” (o de tratar da crise), entre as quais a dos ministros portugueses “que na Corte assistiam junto a elRey” como conselheiros, cujos votos naquelas juntas especiais “eram sempre os mais rigorosos”, alguns dos quais ‘indignados’ e por isso, aos observadores castelhanos, ‘os mais suspeitosos’. A comunicação se dá, finalmente, entre os eclesiásticos e os seculares, de um lado, e os ministros aos quais influenciavam, induzindo “a maior temor ou esperança”, do outro lado, “acerca das alterações de Alentejo”, divididos aqueles entre os “que se davam por favorecidos, ou satisfeitos” e “os outros que eram mal ouvidos & despachados”. Ao fundo deste vozerio, vão implícitas as vozes “do descontentamento público”. Finalmente, há as dos “homens prudentes, de inteiro juízo & sã consciência” que temiam pela sorte do Reino. *Vozes no interior dos cenários*. No primeiro cenário, menciona-se, quanto aos portugueses, que aos castelhanos “aborreciam por uma herdada contradição”, o “tempo de seu silêncio”. Também a propagação da revolta, representada como “a contágio (sic) de seus movimentos”, a qual “convinha atalhar com grande destreza & brevidade”, implica na comunicação dos “inquietaos”.

Caracteres. Há toda uma galeria de anônimos e de inominados, correspondendo às vozes mencionadas. **Modos de escrita.** *Discursos*. O autor vale-se do recurso à representação de correntes de opinião mediante discursos de sua autoria, no formato de considerandos e cláusulas encadeadas, postas na edição ‘princeps’ em itálicas: “Avisavam: *Que... Que... Que...*”; Diziam outros: *Que... Que... Que...*”

PRÁTICA. Método. O problema de representar em suas vertentes contraditórias a perspectiva da Monarquia é resolvido mediante o recurso aos dois cenários contrapostos, um inclinado ao rigor e o outro à contemporização no tratamento da crise.

Fontes. Exemplos. Cronologia. Ritmos. Diversos ritmos se alternam e sucedem no interior da passagem. O cenário das medidas de rigor vem marcado pelo sentido de urgência: “os Povos” tomavam a ocasião “antes que lha dessem”; “nenhum sisudo esperava a ruína do edificio,

havendo experimentado o tremor”, “já a temperança do Imperio Espanhol não tinha causa a que referisse etc”, “era chegado o tempo em que os Reis se viam obrigados a se fazer senhores do próprio, que era seu” e “convinha com grande destreza & brevidade, atalhar a contágio de seus movimentos, antes que corrompesse toda a República”. O cenário que propõe medidas de contemporização, ao contrário, quer dar tempo ao tempo, e sugere dilatações, como a da execução do tributo: “Que havia muitas razões, para entender, que se por breve espaço quisesse elRey dissimular, com a execução do novo serviço, passado o ardor daquela indignação (...), o próprio Povo etc”. *Projeção e prospecção*. Alguns dos ministros “(pode ser que pressagos dos futuros sucessos) se intermetiam a prognosticar por estes presentes, outros que perturbassem toda a Monarquia.” Também entre “os requerentes que seguiam a Corte”, singularizam-se aqueles “homens prudentes”, os quais “tendo por certo que segundo os meios por que se dispunha [as coisas], o Reino inocente não deixaria de perder, quando não a liberdade, a reputação, com que ficaria de novo ocasionado à injúria, ou ofensa de seus dominadores.”

LUGAR SOCIAL. Testemunha. O autor se apresenta como testemunha do abalo e escândalo experimentado em Madri com a informação de que a princesa Margarida desistia de tratar diretamente da crise de Évora, depondo nas mãos delRei “o perigo & o remédio”. É a sua primeira aparição física – “(ainda que me achei presente)” – no curso da narrativa. **Narrador onisciente.** O narrador mantém-se na posição do ‘diligente observador dos segredos do Estado’, informado do que se passa em todos os círculos, e perfeitamente ciente dos cálculos políticos que se fazem no âmbito da Monarquia em relação ao Portugal filipino. **Justificação pessoal.** Ver em seguida o item ‘Ambivalência estrutural’. A posição de DFM, ao final do módulo, é a do patriota, que se identifica com os varões de sã consciência, preocupados com o perigo a que se expõe a pátria. **Discurso prudencial.** Depois de expor os cenários alternativos que se desenham na Corte madrilenha para a solução da crise portuguesa, demora-se o autor em reflexões encadeadas sobre “a prudência dos homens”, que lembram a abertura do “Discurso do Método” cartesiano, com a diferença de que, se lá todos se julgam possuidores de parcela suficiente de razão, aqui é difícil saber “se falta mais a prudência no mundo, ou quem a deseje.” O breve discurso inserto logo em seguida à exposição do segundo cenário interessa ao estudo das transições e tem talvez a função de amenizar para o leitor português a crueza dos cálculos que se faziam no âmbito da Corte tendo o destino de Portugal e de seu povo como objeto. A digressão que se segue, sobre o voto sempre o mais rigoroso dos ministros portugueses em Madri, segue a mesma lógica exculpatória e em última instância de justificação das posições melianas. **Nobreza e clero,**

“**esta classe de homens**”. Ao representar a esfera periférica de poder formada pelos “requerentes que seguiam a Corte”, DFM assinala que havia entre eles “boa quantidade de Eclesiásticos & maior de Seculares, tanto de Fidalgos como Nobres” e no meio de uma longa frase tem este fragmento importante para o estudo de suas concepções sociais: “(...) & como nesta classe de homens se costumam praticar mais certamente os interesses do estado, eram eles, segundo suas paixões, quem induziam a maior temor ou esperança os Ministros, acerca das alterações de Alentejo (...)”. Se ainda não está aí a idéia de classe social, quase que já está o nome...

PERSPECTIVA. A perspectiva monárquica. Com o ingresso da narrativa no bloco temático dedicado à administração central da crise, declara-se a perspectiva monárquica dos motins alentejanos, perspectiva que, nos dois cenários apresentados, se amplia para abranger o lugar de Portugal no contexto da Monarquia. No primeiro cenário, todo o Portugal deve ser tratado a ferro e fogo; já no segundo a crise, ainda que referida a todo Portugal e aliás a toda Espanha (“assi combatida de revoluções externas”), é minimizada e reduzida a um problema local, relativo às classes baixas de Évora e região, vale dizer, o ‘povo-névoa’, a arraia-miúda, “a gente mais vil”, “a pior gente da República” (040-048). **Ambivalência estrutural.** Os ministros portugueses junto à Corte lançam sempre o voto pelo tratamento ‘o mais rigoroso’, de modo a se justificarem e à nobreza de Portugal junto aos castelhanos. Ao revelar a difícil posição dos portugueses que representavam o país nos conselhos da Monarquia, durante a União ibérica, e ao atribuir uma cor patriótica a este voto (pois visava justificar também o país diante da crise aberta pela revolta, separando as classes dirigentes portuguesas dos “inquietos” e dos “populares”), o autor segue construindo um contexto que, em última instância, o justifica pessoalmente. Noutras palavras, a posição paradoxal dos ministros, que para justificar Portugal se inclinam pelo castigo a uma revolta de portugueses, revela o contexto ambivalente, de dualidade estrutural, em que se movia também DFM durante a crise de Évora e aliás durante o inteiro período da União ibérica. **A posição dos patriotas.** O jogo dos interesses particulares sobrepõe-se ao interesse público da pátria portuguesa, com os que se julgam favorecidos ou desfavorecidos do poder monárquico representando a crise sob ‘cores’ que, em qualquer caso, redundariam em prejuízo de Portugal. Os que receiam que o Reino, em qualquer hipótese, sofra na sua reputação, ensejando novas ocasiões de “injúria ou ofensa de seus dominadores”, formam uma terceira ala, a dos verdadeiros patriotas, os varões de sã consciência. **A Corte por dentro.** O módulo retoma, no conjunto da narrativa, o tratamento próximo e detalhado do contexto em que se formam as decisões, no círculo interno do poder da Monarquia e no âmbito imediatamente mais externo da Corte, com os nobres, fidalgos e

eclesiásticos, justamente aqueles que são versados nas matérias de Estado, atuando como duas facções que, movidas por interesses particulares, fazem da crise pareceres que de qualquer forma viriam – estes pareceres – em detrimento de Portugal: um que prega a intolerância com o movimento rebelde, outro que exagera o poder e a força dos rebelados. Sobre o mesmo contexto madrileno do poder, ver também a descrição do regime do valimento (008-009), o processo de indicação de Margarida (025-030), a instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos (030-035), e a fiscalidade segundo Madri e segundo os Povos (036-039).

Restauração. A Restauração está no horizonte em dois diferentes lugares do texto. Primeiro, no presságio “dos futuros sucessos” que as alterações de Évora e Alentejo suscitavam. Depois, no do pressentimento dos “homens prudentes de inteiro juízo e sã consciência” de que o Reino viria a sofrer em qualquer hipótese ou caso, “segundo os meios se dispunham”.

Oposição Portugal-Castela. O primeiro cenário faz castelhanos, no plano da análise e do cálculo político, se confrontarem ao ódio histórico que os opõe a portugueses, e vice-versa, agora explicitamente, “sobre a razão de dominadores”, como “uma herdada contradição”. Considera-se que o rei castelhano, “na opinião dos Portugueses, mais era hóspede que senhor”. O segundo cenário – com a imagem do povo-névoa, a ser reiterada adiante (“névoas contra o Sol”, 095), na referência às “cavilações” que vêm de baixo para atingir os validos – é o dos que apostam na continuidade e na estabilidade da União ibérica. É o cenário mais conservador, que reconhece, entre outras ‘âncoras’ do “estado das cousas”, a dependência da nobreza portuguesa em relação à Monarquia, e a tendência dos povos à acomodação.

FIGURAS. Símile. 1. Os ministros maiores se irritam com o tardio e a gravidade do problema que lhes traziam, da maneira e do próprio modo que (067) “o Médico mais acreditado se cansa com razão de que o consultem depois que o mal se senhoreia do enfermo, suprime & abate o vigor da natureza.” A imagem compõe outro paralelo, agora externo, com o símile inscrito no módulo-parágrafo anterior (066), do incêndio incontrollável e do tardio pedido de socorro. 2. A revolta é comparada a um abalo sísmico, e a Monarquia a um edifício: “Que nenhum sisudo esperava a ruína do edificio, havendo experimentado o tremor: que já a temperança do Império Espanhol não tinha causa a que se referisse, nem fundamentos em que a clemência se estribasse; visto que a sujeição dos súditos resvalava tão cegamente”. 3. A revolta como enfermidade do corpo da República reaparece como “os herpes da sedição” e, mais adiante, no cenário da moderação, como o ‘achaque de um braço, com cuja dor se podia viver”. 4. Os vínculos entre o soberano e os súditos são representados como “laços da obrigação”, propondo-se que os portugueses sejam ‘atados’ “em outras cadeias mais fortes”. 5. No cenário contemporizador, minimiza-se a força dos revoltosos mediante outro símile:

“Que os movimentos de Portugal, eram em a menor Província do Reino; & desta, só entre a gente mais vil, cujo costume é, como o das ligeiras névoas, que por si somente se desfazem, antes que o vento as espalhe, ou o sol as derreta”. O sol e as névoas voltarão a andar juntos em outro símile, adiante (095), quando são referidas as “cavilações, que como névoas contra o Sol, se levantam continuamente, contra os Validos, do mais ínfimo vapor da Terra”. 6. A repressão às alterações alentejanas é comparada, no cenário contemporizador que se lhe opõe, ao “açoute das armas”, capaz de produzir “o vergão injurioso” e extremar o aborrecimento dos portugueses ao “domínio” castelhano. **Aforismo.** 1. “Sempre se possui com temor o que se não possui com justiça.” O aforismo é empregado em tácita menção às relações entre Castela e Portugal no contexto da União ibérica, a indicar no horizonte a Restauração portuguesa, a propósito de prognósticos sobre futuros sucessos “que perturbassem a Monarquia”. 2. O breve discurso sobre a prudência pode ser decomposto em vários aforismos, sentenças e juízos autônomos entre si: “Se os juízos humanos só se regulassem pelas leis da razão, menor mérito, como menor trabalho, alcançaria a prudência dos homens”; “Ela [a prudência] é tão rara, porque é tão difícil, & se como difícil fora no mundo estimada, eu não duvido que sequer pelo prêmio, quando outro respeito não houvesse, seria solicitada de todos”; “O costume (...) nos obriga a duvidar, se falta mais a prudência no mundo, ou quem a deseje.”

OUTRAS INCIDÊNCIAS. Revolução. O termo de origem astronômica passa a circular na historiografia dos anos 1640 com o significado de convulsão social, como demonstrou Illan Rachum [referência], sendo empregado neste sentido por Dom Francisco Manuel. A expressão “revoluções externas” (068) remete à revolta holandesa e (com sentido menos ‘revolucionário’) às outras frentes européias de conflito em que se empenhava a Monarquia espanhola. **O estado das cousas.** A expressão (“... sentissem com grande extremo o estado das cousas...”, 070) ocorre em vários lugares de Davila, como I, 52 (“quello che nello stato delle cose presenti si dovesse operare”), II, 162 (“tenère in moto lo stato delle cose”), III, 216 (“regolare in loro vantaggio lo stato delle cose”) e também na inversão (“disporre delle cose dello stato”) in III, 206.

HISTORIOGRAFIA. Os dois cenários contemplados em Madri para o tratamento da crise portuguesa projetam visões (e também momentos) diferentes da União ibérica, e podem ser compreendidos no contexto do debate que – segundo Bouza – se trava nos círculos madrilinhos, por ocasião das alterações de Évora, mas remontando aos anos 1620, acerca da verdadeira natureza dessa União. O cenário rigoroso, favorável a impor “respeito à Magestade (...) de seu Príncipe” mediante “cadeias mais fortes”, é consistente com a visão de um

Portugal conquistado pelas armas ao tempo de Felipe II. O cenário contemporizador, em contraste, supõe a relação pactuada nas capitulações de Tomar, e define os portugueses, em relação à “Espanha”, como “seus naturais”, a serem tratados com a consideração devida a súditos, donde a reflexão, atribuída a “outros” ministros, de que “não aconselhava a prudência, que pelo achaque de um braço, com cuja dor se podia viver, se aventurasse à morte o corpo inteiro.” Se a visão implícita no segundo cenário corresponde às fases mais estáveis da União ibérica, aquela que se deduz do primeiro será predominante, a partir do consulado de Olivares (1621-1643), coincidindo com o seu projeto de unificação dos Reinos da Monarquia.

(071-083) O Conde-Duque assume diretamente a gestão da crise

Os parágrafos 071 a 083 compõem um longo módulo, cujo principal “fio narrativo” dá conta do ingresso e das primeiras medidas do Conde Duque de Olivares na gestão da crise a partir de Madri. Convencido de que a revolta alentejana atingia a “Magestade”, determina a prontidão do exército da Cantábria ao mesmo tempo que se lança a manobras dilatórias e diversionistas, seja pela intensificação da correspondência com a Junta de fidalgos reunida na igreja de Santo Antão, em Évora, seja mediante o envio, a Évora, de um emissário, Frei João de Vasconcelos. A missão Vasconcelos estende-se longamente (074 a 083), contendo desenvolvimentos colaterais (como as reações populares e da Junta de Santo Antão às propostas de acordo levadas pelo religioso, bem como extensa carta de Olivares a Frei João de Vasconcelos) e será tratada como submódulo (na prática, como um módulo à parte). O fio narrativo que dá conta da preparação do exército da Cantábria será retomado adiante (099), no início do terceiro grande movimento da “Epanáfora Política” (099-155), quando o Conde Duque contemporiza “com a esperança & receio, até que o exército de Cantábria (...) se avizinhasse às fronteiras do Reino”.

(071-073) A majestade atingida e os movimentos da ira

CASO. (071) Olivares se persuade de que “a constância com que o Povo de Évora persistia em sua opinião”, desprezando “todos os sinais de clemência que lhes havia feito manifestar”, “tocava em ofensa da Magestade”, e passa a avaliar as forças militares disponíveis para o “castigo de aquela República”. (072) Situação do exército da Cantábria, que reúne nas “Províncias de Guepuzcua & Navarra”, em 1637, os soldados remanescentes dos primeiros embates da guerra franco-espanhola (1635), ora sob o comando do oficial

napolitano Francisco Carrafa, duque de Nochera, secundado pelo mestre de campo português Diogo Luis de Oliveira. Esta força, de “pouco poder” e indisciplinada, além de ociosa por ocasião do outono, recebe ordens “para que estivesse junta & marchasse ao segundo aviso”. Olivares decide postergar “para o tempo da execução” (já em 074) a resolução de uma questão sensível (declarada em 073), a de que um estrangeiro (o duque de Nochera) “viesse castigar Espanhóis” e que um português, Oliveira, “fosse ser açoute de sua própria Pátria”. Enquanto “esperava que os Inquietos se desunissem só com o temor do exército que os ameaçava”, o Conde Duque “ia dissimulando com a forma dele”, ao mesmo tempo que mantinha acesa a esperança de uma solução pela conciliação, mediante “o grande conforto de cartas & correios” que “despachava freqüentemente à Junta de Santo Antão”.

INSTRUÇÃO. Ainda que o autor empregue **forte síntese** para descrever a situação do exército de Cantábria, não são muitos os fatos narrados no módulo (o Caso não é tão denso), sendo **extensa a incidência de Instrução**, com o registro da dimensão **psicológica** das medidas de Olivares, tanto nas suas motivações e “afetos” como no plano da interpretação (“o grande conforto de cartas & correios”, a ‘errada prevenção’) que dessas medidas fazem “alguns” (e também os “bem intencionados”) 1. Felipe IV faz a mesma avaliação da crise que Olivares, pois “pelo vidro dos afetos do Valido olhava todas as ações dos Vassalos, & estas se lhe representavam da cor da indignação do Conde Duque”. 2. Aforismo. Olivares ‘entrega-se’ “a todos os movimentos da ira” porque “é comum achaque dos Príncipes sofrerem mal, ou não sofrerem, que se lhes enjeite a mercê, ainda quando desconveniente a quem a recebe; & porque costumam ser mais vezes severos que pródigos, perdoam com menos dificuldade a quem se lhes desvia do castigo, que da magnificência”. 3. O Conde Duque não compreendia que “a constância do Povo de Évora” decorria de que “o fim para que se ela declarou não estava conseguido, antes que o confirmasse o consentimento delRei.” 4. A “diversão contínua” que a Monarquia ‘padezia’ então “de seus inimigos, dava pouco lugar a que se esperasse aquele furioso & pronto progresso que o Conde Duque desejava”. 5. O autor anuncia na primeira pessoa que, “para melhor inteligência deste negócio, farei uma breve relação das armas com que dentro de si se achava aquela Coroa” em 1637. 6. Explicação do termo Cantábria para designar as províncias de “Guepuzcua & Navarra”. 7. “Ainda não havemos visto o fim” da guerra entre os reis Católico e Cristianíssimo, isto, o conflito franco-espanhol que se abriu em 1635 ainda se achava em andamento quando o autor escreve, em 1649. As pazes seria assinadas em 1659 pelo tratado de 8. A despeito de reconhecer a precariedade do exército de Cantábria, o Conde Duque “tinha por certo, que para a debilidade & desordem de aqueles a quem se opunha, outras menores forças podiam ser formidáveis”.

Expressão equivalente será utilizada pelo próprio autor (148), na Segunda Entrevista com o Conde Duque, ao avaliar as forças castelhanas reunidas em Badajoz para reprimir a revolta: “...muito menores forças seriam excessivas”. 9. Enquanto o Conde Duque emprega ao mesmo tempo o medo e a esperança para obter a desunião dos Inquietos, seja pela ameaça das armas, seja pela intensificação da correspondência com a Junta de Santo Antão, suas ações – ou exatamente a ‘dissimulação da forma’ que estava dando ao exército – levam alguns a entender “que nestes dias se descobriram melhores meios à introdução do tratado, que pelos bem intencionados se pretendia.” Esta opinião é ‘muito favorecida’ pelo ‘grande conforto de cartas & correios’ que despachava à Junta de Santo Antão. 10. O ‘despacho frequente’ dessas cartas & correios têm dupla função: a de manter “os senhores de Évora (...) firmes na devação (sic) delRei” e para que “o Povo (...) entendesse que dos partidos começados se não havia levantado a mão, & assi se prevenisse erradamente, antes para resistir à indústria, que à força, com que se pretendia superá-lo.”

PARECER. Navegador. Estamos tratando separadamente os segmentos 071-073 e 074-074-083, que compõem um só módulo, 071-083, relativo ao ingresso pleno do Conde Duque na gestão da crise portuguesa. O módulo anterior (067-070, “Recepção da crise portuguesa em Madri”) inaugurou o bloco temático “Administração central da crise” (067-097). O qual, por sua vez, compõe a segunda das duas partes do segundo movimento, relativo à administração da crise (058-097).

Estabelecido no módulo anterior o contexto político da Corte madrilenha, com suas visões ou cenários alternativos da crise, assume agora o primeiro plano narrativo, por assim dizer de corpo inteiro, com seus cálculos e providências, a figura do Conde Duque, que já se insinuara em módulos anteriores (como na instalação do dispositivo Soares-Vasconcelos, 030-035), exercitando a dissimulação.

PRÁTICA & ESCRITA. Método. O autor se vale do recurso a “fios narrativos” para dar conta de diferentes cenários físicos da ação. Introduzido o Conde Duque em cena e estabelecida a decisão de resolver a crise portuguesa pela força (071), desloca-se o foco da narração para o exército da Cantábria, que recebe de Olivares a ordem para estar de prontidão e marchar “ao segundo aviso” (072). Este “fio narrativo” será retomado mais adiante com a movimentação do exército (099-101) já no início do terceiro e último movimento, na abertura do bloco temático aqui denominado “A espada suspensa”. No presente módulo, o foco se desloca novamente (073) do exército para o eixo Madri-Évora, com a intensificação da correspondência entre Olivares e a Junta de Santo Antão. **Meta-narrativa.** O autor anuncia (071) que fará “breve Relação das armas” disponíveis na Península (“dentro de si”), “para

melhor inteligência deste negócio”. **Fontes.** 1. O narrador onisciente alcança até mesmo os pensamentos do Conde Duque (“Desta terrível paixão estimulado, já revolvía em seu pensamento todas as forças de Espanha etc”). 2. O experto em assuntos da guerra se revela no relatório da situação e na avaliação das forças que ainda se achavam na províncias de Guepúzcuca e Navarra, dada como desproporcional à “debilidade & desordem de aqueles a quem se opunha”. 3. Observadores anônimos comparecem para especular sobre o sentido das medidas de Olivares (“donde alguns entenderam, que nestes dias se descobriram melhores meios à introdução do tratado, que pelos bem intencionados se pretendia”). **Exemplos.** O aforismo “É comum achaque dos Príncipes sofrerem mal (...) que se lhes enjeite a mercê etc” se apresenta com valor de lição da história, talvez extraída da experiência pessoal. **Cronologia.** Diferentes tempos são registrados: 1. O Conde Duque “não tardou em se entregar a todos os movimentos da Ira etc”. 2. “Aquele furioso & pronto progresso que o Conde Duque desejava” era obstado pela “diversão contínua que Castela padecia de seus inimigos”. 3. Referem-se os precedentes e a persistência da guerra franco-espanhola na menção às “reliquias de seus primeiros exércitos, com que se deu princípio à guerra, cujo fim ainda não havemos visto”. 3. Há vários tempos na menção à folha de serviços de Diogo Luis de Oliveira, “Fidalgo Português, assaz conhecido naqueles tempos por seus serviços & postos que ocupou em Flandes, Brazil & Espanha”. 4. Também o tempo climático é referido: “Esta gente então ociosa por razão do tempo (eram já os primeiros de Novembro) etc”. 5. A prontidão das tropas estacionadas na Cantábria tensiona o eixo temporal, enquanto aguardam ordens para marchar “ao segundo aviso”. 6. O Conde Duque distribui suas medidas no eixo do tempo, ao deixar “o cômodo destes pontos para o tempo da execução” enquanto espera que a simples ameaça de empregar o exército disperse os inquietos; e ao intensificar o tráfego de cartas e correios com a Junta dos nobres de Évora. **Caracteres.** *Olivares.* A figura do Conde Duque emerge como personagem dominante: entrega-se “a todos os movimentos da Ira” diante da “constância” do povo de Évora, e passa a cogitar do “castigo de aquela República” pelas armas; em seguida, é o frio operador que providencia a prontidão do exército da Cantábria e que dissimula “com a forma dele”, valendo-se ao mesmo tempo do temor e da esperança como recursos de contenção da revolta. *Carrafa e Oliveira.* Dos dois oficiais citados, o segundo merece menção “por seus serviços & postos que ocupou em Flandes, Brazil & Espanha”. Ambos, por suas nacionalidades, são cogitados desde logo como instrumentos inadequados, o primeiro (napolitano) para “castigar Espanhóis” e o segundo (português) para ser “açoute de sua própria Pátria”. **Modos de escrita.** *Escrita quantitativa.* 1. “Parecia-lhe ao Conde Duque tocava em ofensa da Magestade, a constância com que o Povo

de Évora persistia em sua opinião, sem que soubesse medir, que o fim para que se ela declarou não estava conseguido, antes de que o confirmasse o consentimento delRei”. 2. Sobraram dos “primeiros exércitos, com que se deu princípio à guerra” entre a Monarquia e a França, “algumas relíquias”. Essas “poucas armas” ainda assim eram excessivas para debelar a revolta, e o Conde Duque “tinha por certo, que para a debilidade & desordem de aqueles a quem se opunha, outras menores forças podiam ser formidáveis”. *Escrita binomial*. Vários exemplos. “O Conde Duque (...) não tardou a se entregar a todos os movimentos da Ira contra os Portugueses, logo que reconheceu desprezavam os Inquietos todos os sinais de clemência etc.” *Escrita psicológica*. A dimensão psicológica vem registrada nas emoções fortes (“movimentos da Ira”, “terrível paixão”) que o Conde Duque experimenta diante da revolta alentejana, e também no emprego que faz do temor e da esperança para desunir os inquietos.

LUGAR SOCIAL & PERSPECTIVA. A perspectiva do poder central. Com o ingresso do Conde Duque (071-083) na gestão direta da crise, sem outros intermediários, o narrador se põe (e com ele o leitor) na cadeira do Valido, por assim dizer. Da sua entrega aos “movimentos da Ira contra os Portugueses” e da decisão de castigá-los pelas armas, passa-se para o exame dos meios, com a “breve Relação” dessas armas e em seguida com as medidas dilatórias e diversionistas, tendentes a iludir o Povo para que “assi se prevenisse erradamente, antes para resistir à indústria, que à força, com que se pretendia superá-lo”. **O vidro dos afetos.** “Pelo vidro dos afetos do Valido”, Felipe IV (071) “olhava todas as ações dos Vassalos, & estas se lhe representavam da cor da indignação do Conde Duque”. A frase relativa ao rei é inteiramente posta entre parênteses, como mero incidente narrativo: o rei é apenas uma variável dependente do Conde Duque. **A Espanha é toda a Península.** Que o general duque de Nochera, sendo napolitano, “viesse castigar Espanhóis” seria algo que “fazia-se-lhe ao Conde Duque (& mais ao Conselho de Estado) aspérrimo”. **Protocolos da União ibérica.** Os reparos feitos à nacionalidade dos comandantes do exército da Cantábria (072) interessam ao conhecimento dos protocolos não-escritos da União ibérica. Para Olivares, como já se disse no item anterior, “fazia-se-lhe (.,) aspérrimo, que um estrangeiro viesse castigar Espanhóis”, informação que atenua os traços quase sempre negativos com que DFM retrata o Conde Duque, ainda que temperada pelo reparo de que mais áspero seria “ao Conselho de Estado”. A nota favorável ao Conde Duque desaparece em seguida, quando se menciona o mestre de campo general Diogo Luis, português: “Ainda a todos se lhes fazia mais dificultoso, que um natural fosse ser açoute de sua própria Pátria”. **Justificação.** A última observação interessa igualmente ao esforço ou exercício de justificação de DFM. Quem assim repudia que um português “fosse ser açoute de sua própria Pátria”, jamais

poderia ser desleal a ela. **A condição de todos os fidalgos.** Ao registrar, em pleno Portugal restaurado (pois escreve em 1649) “o grande conforto de cartas & correios, que o Conde Duque despachava frequentemente à Junta de Santo Antão, a fim de que os senhores de Évora estivessem firmes na devação (sic) delRey”, o autor põe mais uma vez em evidência que, ao tempo da União ibérica, a “devoção” era devida por todos os fidalgos – como ele mesmo – ao monarca espanhol.

FIGURAS. Aforismo. (071) “É comum achaque dos Príncipes sofrerem mal, ou não sofrerem, que se lhes enjeite a mercê, ainda quando desconveniente a quem a recebe; & porque costumam ser mais vezes severos, que pródigos, perdoam com menos dificuldade a quem se lhes desvia do castigo, que da magnificência.”

OUTRAS INCIDÊNCIAS. 1. “Depois de rota a guerra; (...) se conservaram de ambas as partes algumas relíquias de seus primeiros exércitos”. A expressão “relíquias”, para designar os remanescentes de uma força militar, está em vários lugares de Davila, e.g III, 272 (“appena aveva potuto salvarsi con pochissime reliquie di cavalli”), 297 (“raccogliere le reliquie dell’esercito”), 298 (“rimesse in ordinanza le reliquie dell’esercito”).

Anexo II

D. Francisco Manuel de Melo: Vida e obra no contexto da Monarquia compósita¹⁹⁶

A leitura do ensaio de Elliott sobre as monarquias compostas da História Moderna, contendo o balanço das lições dessa experiência de diversidade dentro da unidade,¹⁹⁷ e vice-versa, sugere uma série de coordenadas que poderiam servir, no âmbito micro-histórico, para a melhor compreensão da vida e dos escritos de Dom Francisco Manuel de Melo, singular personalidade do auge do barroco na Península Ibérica, clássico das duas principais literaturas ibéricas, e talvez o maior escritor português do século XVII.

Com efeito, as circunstâncias que fazem de Portugal, no contexto da União Ibérica, primeiro, um caso exemplar de união “aeque principaliter”¹⁹⁸, e mais tarde, ao dar por encerrada essa união, em 1640, um dos raríssimos casos de secessão bem sucedida na história das monarquias compostas,¹⁹⁹ refletem-se não apenas em sua obra historiográfica e literária, como também – dramaticamente – no plano biográfico.

Uma vida entre as armas e as letras

¹⁹⁶ Ensaio elaborado em 2008 como trabalho acadêmico para o seminário da Prof. Dra. Maria Fernanda Bicalho, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e publicado, com pequenas modificações, em 2011, no volume “D. Francisco Manuel de Melo – O Mundo é Comédia”, org. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro, entre as contribuições ao Congresso Internacional D. Francisco Manuel de Melo – Mundo é Comédia, realizado em março de 2009 na Universidade Nova de Lisboa. As posições aqui expostas refletem uma visão ainda intermediária das teses defendidas no presente trabalho.

¹⁹⁷ “A Europe of Composite Monarchies”, revista “Past and Present”, número 137, 1992, pp. 48-71. O artigo reproduz palestra de John Huxtable Elliott na conferência organizada pela Royal Historical Society a 21 de setembro de 1991 em torno ao tema “Multiple Kingdoms and Monarchies”. O termo “Composite states”, segundo Elliott, foi empregado pela primeira vez por H.G. Koenigsberger em aula inaugural da cadeira de História no King’s College de Londres em 1975. Outros autores, como Conrad Russell, preferem a expressão “Multiple kingdoms” para referir o mesmo fenômeno.

¹⁹⁸ O conceito de união “aeque principaliter”, encontrável nos escritos do jurista espanhol Juan de Solórzano Pereira, do século XVII, designa um dos dois tipos de aquisição territorial. Na união “acessória”, a incorporação de um reino ou província a outro reino faz-se com a extensão do mesmo regime jurídico a todo o conjunto. Na “aeque principaliter”, os diferentes reinos continuam a ser tratados como unidades distintas, dotadas de ordenamento legal próprio, depois da reunião na entidade maior, a “monarquia composta” ou “estado composto”. Elliott, art. cit., p. 52.

¹⁹⁹ Elliott assinala a raridade da secessão portuguesa. Os dois outros únicos casos de secessão bem sucedida no contexto das monarquias compostas entre 1523 (dissolução da União de Kalmar) e 1707 (estabelecimento da união anglo-escocesa) seriam as Províncias Unidas, mediante guerra quase secular, e a separação da Suécia em relação à Polônia. Art. cit., p. 68.

Como se sabe,²⁰⁰ Melo nasce em Lisboa, em 1608, de mãe castelhana, em família da nobreza, os Melo Manuel, aparentada aos Bragança, sob o regime dos Felipes. Na juventude, faz a carreira das armas e tem sua formação literária consolidada no valimento de Olivares, surpreendendo-o a Restauração em plena campanha da Catalunha, quando atua como mestre-de-campo ao lado do marquês de Los Vélez.

Acaba por aderir ao Portugal restaurado, torna-se em 1644, talvez injustamente, réu em processo de homicídio, permanece preso por cerca de dez anos, cumpre desterro no Brasil entre 1655 e 58, regressa a Portugal, e vem a ser reabilitado.

No consulado de Castelo Melhor é incumbido de altas missões diplomáticas, vindo a falecer em 1666. Uma vida entre as armas e as letras, cujas balizas situam-se inteiramente na fase que Maravall²⁰¹ considera o auge do barroco na Península.

Embora adotasse, desde cedo, o castelhano como idioma de registro literário (já nos sonetos à morte de Inês de Castro, publicados em opúsculo em 1628), sem jamais, a rigor, abandoná-lo, a partir dos anos de encarceramento D. Francisco Manuel (fórmula de auto-designação, sendo Manuel, como vimos, nome de família) passa a escrever em português.

A historiografia espanhola consagra a “Guerra de Cataluña” (1645)²⁰² como um de seus momentos mais altos e, conquanto num segundo plano, sua poesia é posta entre os grandes nomes do Siglo de Oro.²⁰³ O conjunto de textos que deixa em vernáculo assegura-lhe, por outro lado, o lugar de grande clássico também da língua portuguesa.

Cinco monumentos literários avalizam essa posição. Além das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660), escreveu em nossa linguagem os “Apólogos Dialogais” (que saíram póstumos, em 1721), a “Carta de Guia de Casados” (1651), o “Auto do Fidalgo Aprendiz” (1665) e as “Cartas Familiares” (1664), além dos poemas reunidos nas “Segundas Três Musas” (1665), para não citar exercícios especulativos como o “Tratado da Ciência Cabala” (póstumo, 1724), entre outros.

²⁰⁰ Prestage, Edgar. “D. Francisco Manuel de Melo. Esboço Biographico”. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913. A biografia de Prestage, professor de Literatura Portuguesa na Universidade de Manchester, é ainda hoje a principal fonte para o conhecimento da vida de D. Francisco Manuel.

²⁰¹ “Barroco es, pues, para nosotros, un concepto histórico. Comprende, aproximadamente, los tres primeros cuartos del siglo XVII, centrándose con mayor intensidad, con más plena significación, de 1605 a 1650”, in Maravall, José Antonio, *La Cultura del barroco*, Barcelona, Ed. Ariel, 1998 (1ª. ed. 1975).

²⁰² O próprio escritor emprega a abreviatura “Guerra de Catalunha” para referir-se à “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”, publicada pela primeira vez em Lisboa, 1645. A mais recente edição, com introdução e notas, preparada pelo professor e erudito catalão Joan Estruch Tobella, com o título extenso, saiu em Madri, 1996, pela Editorial Castalia.

²⁰³ Ver por exemplo a antologia “Poesia de la edad de Oro”, vol. II, organizada por José Manuel Blecuca. Madrid: Clasicos Castalia, 1984, 2003.

I. Uma formação no quadro da monarquia compósita

Verifica-se, pelas datas que balizam essa trajetória (1608-1666), que boa parte dela (a primeira metade ou quase isso) transcorre no quadro político da Monarquia dos Habsburgo espanhóis.

Ora, vários dos aspectos apontados por Elliott como característicos das elites provinciais no contexto dos estados compostos vão incidir neste primeiro período da vida de Melo.

Embora não se tenha informações tão detalhadas, na melhor biografia de D. Francisco até hoje disponível, a do inglês Prestage, que pudessem iluminar as circunstâncias em que se aproximam e se casam os seus pais – D. Luis de Melo e Dona Maria Mançuellos – o matrimônio de um português com uma espanhola, ambos nobres, bem lembra a prescrição formulada, segundo Elliott, por Campanella, para que se estreitassem as relações entre as nobrezas de Espanha “de modo a trazê-las a uma recíproca familiaridade”: juntamente com a “equitativa distribuição de cargos”, os casamentos no âmbito aristocrático seriam bom remédio para curar a “secura e separação dos corações”, diagnosticada pelo próprio conde-duque de Olivares.²⁰⁴

Outra lacuna da biografia admite a conjectura de que, trazendo no próprio sangue a união de castelhanos e portugueses, e tendo mãe castelhana, fosse o espanhol a sua primeira língua, ou pelo menos que se falassem os dois idiomas dentro de casa. A facilidade e domínio do castelhano que revelaria nos já citados sonetos a Inês de Castro, publicados à altura dos seus vinte anos, reforçam esta conjectura, por mais que fosse o idioma de prestígio também em Portugal.

O prestígio da língua de Cervantes em Portugal remonta, é bom frisar, a um período anterior às capitulações de Tomar e à União Ibérica. Uma boa medida do entusiasmo da corte e dos intelectuais portugueses pela língua e pelas letras de Castela se obtém, negativamente, pelo avesso, com a intransigente reação nacionalista de António Ferreira, que faz praça e fincapé no uso exclusivo do português, em pleno século XVI.²⁰⁵

²⁰⁴ “Theorists like Giovanni Botero, Tommaso Campanella and Baltasar Álamos de Barrientos were much exercised by the problem of how to conserve a composite monarchy, and were well primed with suggestions, like the intermarriage of nobilities and an equitable distribution of offices, which would conduce to ‘fair correspondence and friendship’ between the peoples of Spain, and would allow them to be ‘brought to a familiarity one with another’. This idea of ‘familiarizing’ the peoples of the monarchy with each other, in order to end what he called their ‘dryness and separation of hearts’, was to be taken up by the count-duke of Olivares in his great reform projects of the 1620s, which included closer union through mutual defense. A union of hearts – James I’s ‘union of love’ – was to be the natural consequence of a union of arms.” Elliott, art. cit., 62.

²⁰⁵ Vasquez Cuesta, Pilar. *A Língua e a Cultura Portuguesa no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Europa-América, s.d. Tradução de “La lengua e la cultura portuguesa en el siglo del Quijote. Madrid: Espasa-Calpe, 1986. Ver o

De qualquer forma, essa moda do emprego do espanhol entre as elites lusas apenas tornava mais perfeita e completa outra das condições facilitadoras de uma união mais firme entre as partes componentes da monarquia compósita (ao lado da vizinhança territorial ou “contigüidade”): as semelhanças de “linguagem, costumes e instituições” estipuladas no “Príncipe” de Maquiavel e definidas em uma palavra por Guicciardini: a “conformità”.²⁰⁶

Educado pelos jesuítas do colégio de Santo Antão, em Lisboa, Francisco recebe também a formação adequada ou prescrita aos filhos da nobreza, adestrando-se no uso das armas e nas artes da cortesania, provavelmente no paço vice-real, pois Lisboa (desde a partida de Felipe II em 1583 de volta a Madri) ressentia-se, com a ausência do rei, da perda do status de corte e de capital, “a primeira e mais importante mudança provavelmente experimentada por um reino ou província trazido à união com outro reino mais poderoso”, segundo Elliott.²⁰⁷

É aliás o tempo em que florescem as “cortes na aldeia”, vale dizer, as reuniões de letrados e artistas em torno dos paços provincianos, entre os quais sobressaía o de Vila Viçosa, fenômeno ficcionalizado por Francisco Rodrigues Lobo²⁰⁸ e bem estudado em nossos dias por Eduardo D’Oliveira França.²⁰⁹

A progressão do jovem Melo pelos graus de moço fidalgo e de fidalgo escudeiro, assim reconhecido em documentos produzidos em Madri à ordem de Felipe III, ilustra outros aspectos do tratamento reservado nas monarquias compostas às oligarquias ou nobrezas provinciais, a saber, o respeito aos seus foros, prerrogativas e costumes, e também o recurso à fixação de um elo pessoal com o soberano, às vezes mediante a distribuição de honrarias, de modo a estreitar ou revigorar lealdades.²¹⁰

Fazer ingressar nas dignidades da hierarquia cortesã o menino aristocrata, órfão de pai aos dez anos, denuncia um cuidadoso respeito por aquelas prerrogativas, ajudado talvez pela mobilização dos parentes e relacionados de certa influência no círculo do poder provincial. A

capítulo “O castelhano, língua de moda em Portugal”, pp. 42-62 e, sobre o nacionalismo lingüístico de António Ferreira (1528-159), p. 58.

²⁰⁶ “It was also considered easier to make the new union stick where there were marked similarities in ‘language, customs and institutions’, as Machiavelli observed in the third chapter of ‘The Prince’. Francesco Guicciardini made the same point when he spoke of the ‘conformità’ which made the newly conquered kingdom of Navarre such a fine acquisition for Ferdinand the Catholic.” Elliott, art. cit., 52.

²⁰⁷ “Since royal absenteeism was an inescapable feature of composite monarchies, the first and most important change likely to be experienced by a kingdom or province brought into union with another more powerful than itself was the departure of the court, the loss of capital status for its principal city, and the replacement of the monarch by a governor or viceroy.” Elliott, art. cit., 55.

²⁰⁸ O grande poeta português Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622) deixou, sobre o tema, o diálogo “Corte na aldeia e Noites de inverno” (1619). Lisboa: Sá da Costa, 1945.

²⁰⁹ França, Eduardo D’Oliveira. Portugal na época da Restauração. Coleção Estudos Históricos 28. Direção de Fernando Novais e István Jancsó. São Paulo: Hucitec, 1977.

²¹⁰ “This was something that Charles V sought to achieve when he opened the Burgundian Order of the Golden Fleece to aristocrats from the various kingdoms of his composite monarchy”. Elliott, art. cit., 57.

união “aeque principaliter” celebrada em 1580, afinal, revelava a “disposição de aceitar os arranjos constitucionais e institucionais existentes” e fora “cuidadosamente desenhada para assegurar a sobrevivência da identidade de Portugal, juntamente com a de seu império”.²¹¹

Francisco logo seria acolhido na carreira das armas, depois de ensaiar-se e mostrar coragem numa “companhia de voluntários” recrutados para defender Lisboa do possível assédio de uma armada inglesa que rondava Cádiz (desde 1623 os ingleses estavam de volta à guerra aberta com a Espanha).

A ameaça inglesa às costas de Portugal reflete o principal ônus, para os portugueses, da aderência à monarquia composta: com os novos senhores, adquiriram novos inimigos.

Em 1626, passa a fazer o serviço militar, convertido, desde o fiasco e o desaparecimento de Sebastião em África, no engajamento nas armadas de guarda da costa por cinco anos.

A experiência do naufrágio

Tratava-se de imediato de escoltar as naus da Índia, já extraviadas na Corunha, ao norte. A armada de Manuel de Meneses não consegue cumprir essa missão: uma tempestade arrasta os navios para o naufrágio no litoral francês, dia 14 de janeiro de 1627.

Embarcado na capitânea, que teve os mastros serrados para deixar o navio mais leve, sobrevive ao desastre e recebe a ordem de transportar e acompanhar o sepultamento dos mortos: noventa e seis carretas são empregadas na tarefa.

A experiência – o maior desastre sofrido pelos lusos depois de Alcácer-Quibir – será tema da “Epanáfora Trágica”, a segunda das cinco “Epanáforas de Vária História Portuguesa”,²¹² e traduz outra parte do preço pago pelos portugueses por seus laços com a Monarquia: a mobilização dos meios navais do reino em favor das políticas centrais.

Depois do naufrágio, Melo vai pela primeira vez a Madri, acompanhando o comandante da armada, Manuel de Meneses. Ao longo da década de 20 e início da seguinte, D. Francisco Manuel conheceria em novas viagens e permanências as atrações da corte imperial, mencionadas por Elliott como um dos fatores que, para as nobrezas provinciais, representavam certa compensação pela perda de status de sua cidade principal e, para os

²¹¹ Elliott, art. cit., p. 61.

²¹² D. Francisco Manuel de Melo. *Epanáforas de Vária História Portuguesa. Introdução e apêndice documental* por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. A segunda epanáfora compreende o intervalo entre as pp. 153-272.

governos das monarquias compostas, um meio de estreitar lealdades e vínculos entre os seus súditos periféricos.²¹³

Madri deve ter exercido fascinação sobre o jovem fidalgo-soldado-escritor português, com sua movimentada vida social, seus teatros, passeios, corridas de touros, suntuosas residências, esplêndidas coleções de arte como aquela reunida por Felipe II no Escorial, com quadros de grandes mestres da época, entre os quais deixariam marcas El Greco e Hieronymus Bosch, citados em diferentes passos do “Hospital das Letras”.

Vivia-se na corte imperial o terceiro e derradeiro período do Siglo de Oro, este grande surto de energia criativa nas artes, no teatro e na poesia. A multidão de autores e obras citados e revisados criticamente pelos quatro interlocutores do mesmo “Hospital das Letras” bem demonstra o quanto estava informado o nosso jovem oficial da produção e da tradição recente nas letras castelhanas.²¹⁴

Más notícias em 1636: com pequeno intervalo, morrem em Lisboa a mãe e a irmã, talvez vitimadas, como pensa Teófilo Braga, por pestilências que irrompiam frequentemente nas cidades mais densamente povoadas da Europa desse tempo, dadas as precárias condições de saneamento público e de prevenção das enfermidades contagiosas.

Parece que foi buscar consolo e distração da calamidade pessoal rumando para Madri, o que pode também configurar uma rotina das licenças do serviço militar. Por esse tempo, vem a travar relações com uma das personalidades icônicas da Espanha barroca, o grande poeta, ensaísta, publicicista, doutrinador, panfletário, político, e diplomata Francisco de Quevedo; um “polígrafo”, como aliás viria a classificar-se pela posteridade (talvez em seu detrimento) o próprio Melo. A amizade entre o velho poeta espanhol e o jovem escritor português é mais alegada por este do que confirmada pela documentação daquele. Mas é bem provável que Francisco Manuel não mentisse ao menos uma proximidade, uma digamos relação dialogal entre ambos.

Deve ter sido esta uma fase também de indagação dos rumos que daria a sua carreira literária, ao seu encaminhamento no âmbito das letras. Em 1638, um tratado que resume

²¹³ “It was also something that the Austrian Habsburgs of the seventeenth century would accomplish on a much more lavish and systematic scale through their development of a spectacular court culture”. Elliott, art. cit., p. 57.

²¹⁴ “Hospital das Letras” é o quarto dos “Apólogos Dialogais”. Com dedicatória de 1657, o que supõe tenha sido concluído no desterro de Melo no Brasil ou a meio caminho da volta a Portugal, circulou manuscrito durante décadas até a primeira edição, póstuma, dos “Apólogos”, em 1721. Nele, as personagens de Justo Lísio, Traiano Boccalini, Francisco de Quevedo e o próprio Autor, cumprindo ordens das Cortes do Parnaso, passam em revista os livros de uma biblioteca lisboeta “convertida em hospital”, cujas “enfermidades” examinam e para as quais prescrevem “remédios”. Boa parte da literatura poética, política e historiográfica de maior significação na primeira metade dos Seiscentos passa pelo julgamento sumário, mas irônico e certo, dessa “junta de interlocutores”.

lições da guerra naval – a “*Política militar en avisos de generales*” – vem a lume com a sua assinatura, dedicado a ninguém menos do que o poderoso figurão da Monarquia, o valido de Felipe IV, Dom Gaspar de Guzmán, o conde-duque de Olivares.²¹⁵

A experiência da política e da diplomacia

Antes, porém, no ano de 1637, desempenha papel de certo destaque nos entendimentos que se fazem à distância entre o duque de Bragança e o próprio conde-duque, por ocasião dos motins populares conhecidos como as alterações de Évora, que se espriam por todo o Alentejo e parte ao menos do Algarve.

A revolta de Évora tem sido classificada pela historiografia recente²¹⁶ como um motim fiscal, não o primeiro mas sim o mais grave, por suas proporções e pela obstinação demonstrada pelos revoltosos, dentre os acontecimentos do gênero no contexto da União Ibérica.

Era natural que o conde-duque se perguntasse sobre a posição do duque de Bragança, D. João, senhor de um verdadeiro estado dentro do estado português, com seus vastos domínios e poderes, sua corte particular, seu exército particular.²¹⁷ A residência do duque em Vila Viçosa, nas vizinhanças mesmo de Évora, deveria sugerir, senão uma conexão, ao menos o conhecimento do que se passava.

A mesma conjectura, com os termos trocados, seria válida para o poderoso duque, que decide rapidamente assegurar Olivares da perfeita lealdade da Casa de Bragança a Sua Majestade Católica, em meio aos abalos produzidos pela revolta em andamento.

Residente por esta ocasião na corte madrilenha, e sabedor a essa altura dos meandros da administração e da política da Monarquia, D. Francisco Manuel apresentava-se como o

²¹⁵ D. Francisco Manuel de Melo. *Política militar en avisos de generales*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1943. A primeira edição aparece em Madri em 1638.

²¹⁶ Veja-se por exemplo, de António de Oliveira, o importante “*Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*”. Lisboa: Difel, 1991.

²¹⁷ “Poderosos, impressionantemente poderosos, esses duques de Bragança. A um gesto, armariam 60 mil homens para seu serviço. Quando Portugal rendia à Coroa 1.100.000 cruzados, as rendas da Casa de Bragança eram de 100 a 120 mil cruzados. (...) Anormais os poderes desse duque arredio que dispunha de um terço do reino. Aparentado a casas reais da Europa. Que tinha seus tribunais e juízes, podendo distribuir só na justiça e fazenda 1.300 ofícios, além dos postos militares. Que só podia ser chamado pelo rei para as mais altas posições. O único que tinha em Portugal tratamento de excelência (...). Sem ele não se reuniriam cortes: era condestável. Na corte sentava-se ao lado do rei, em lugar especial. Seu patrimônio: dois ducados, três marquesados, três condados e vários senhorios – uma cidade, trinta vilas, cento e dezoito lugares, quarenta e três comendas, dois mil e quinhentos ofícios e mil e oitocentos benefícios. Semi-rei, este grande duque. Lembrando os duques de Borgonha no século XV. Em torno dele tinha que vicejar uma corte. Seus vassallos chegavam a 80 mil. Seus familiares chegavam a 800.” In Eduardo D’Oliveira França, *Portugal na época da Restauração*, São Paulo: Hucitec, 1997.

nome adequado para conduzir sigilosamente, em nome do duque, essas delicadas tratativas. Suas qualificações pessoais e laços de parentesco reforçavam a escolha.²¹⁸

Na aparente continuidade do espaço político entre Castela e Portugal, D. Francisco move-se com desembaraço. Seu relato da entrevista que manteve com Olivares bem revela o alívio com que foram recebidas pelo conde-duque e pelo próprio monarca as notícias tranqüilizadoras da parte de João de Bragança.²¹⁹

Ao atuar na condição de diplomata, mensageiro e mediador entre dois lados mutuamente suspeitosos, agindo por cima das linhas de fratura no interior da monarquia composta,²²⁰ Melo faz-se neste instante credor por serviços prestados a ambos os lados.

Olivares vale-se em seguida do articulado militar e fidalgo português para nova missão relacionada à revolta de Évora. Deveria acompanhar o conde de Linhares até o próprio foco da revolta e ajudá-lo a promover a pacificação e o desarmamento dos sublevados.

A missão, como outras mais destinadas à mesma finalidade, fracassa, e o governo central decide-se à repressão militar. Todo um corpo de exército castelhano atravessa a fronteira portuguesa, ocupa a região sublevada, e caça, captura e executa alguns dos cabeças da revolta. A paz volta a reinar em Portugal e, no balanço, nos cálculos da Monarquia, se João de Bragança nada fez para evitar ou mesmo para abafar o motim, tampouco fez alguma coisa para instrumentalizá-lo, guardando lealdade ao seu rei, o Habsburgo Felipe IV.

²¹⁸ A indicação de seu nome para levar a Olivares as mensagens de D. João vem assim descrita na “Epanáfora Política” (p. 73), a primeira das já citadas “Epanáforas de Vária História Portuguesa”: “Sucedeu assim: que entre as pessoas que na Casa de Bragança pareceram mais a propósito desta confiança, foi uma Dom Gomes de Mello, que por antigas obrigações e modernas mercês, antes com o amor que com os passos, assistia ao serviço daquele Príncipe, dificultado de grandes impedimentos; pela qual razão, temendo ser elegido nesta jornada, fez ao Duque lembrança de minha suficiência; acrescentando-lhe aquelas circunstâncias que o parentesco e amizade entre nós contraídos lhe faziam que em mim imaginasse bastantes. Ajudou a ocasião, melhor que o juízo, seu discurso; porque nesse tempo eu residia na Corte, pretendendo com melhor fortuna para os negócios alheios que para os meus próprios; e não sem alguma inteligência e graça com grandes Ministros: tudo isso foi causa de que me confiasse o peso de tão grande negociação, que eu aceitei persuadido daquele grande império do rogo, e confiando que os méritos da obediência me dariam forças para levar uma carga tão excessiva a meu talento.”

²¹⁹ “(...) Devo dizer, como testemunha de vista, que na alegria com que foram recebidas do Rey, Valido e Ministros, se mostrava bem qual fosse o cuidado que antes delas pejava seus corações; não sendo poucos os que duvidassem desta demonstração. Sigo o progresso do sucedido com o Conde Duque, por ser ele o primeiro móvel daquela Monarquia; de cujo movimento o recebiam todos os Ministros das esferas inferiores. Leu o Conde sua carta, e falou depois, breve e suavemente, da pessoa do Duque de Bragança, exagerou seu ânimo e a reverência em que tinha seu parentesco; quanto desejava os aumentos de sua grandeza, e como elRey a estimava. Contra os Povos mostrou mais desprezo que sentimento; e como homem que em grande coração alojava a dor e a vingança, usou (falando delas) mais dos efeitos que das palavras”. Epanáfora Política, cit., p. 73.

²²⁰ Melo tinha perfeita noção das linhas de falha no interior da monarquia composta, como nas linhas que se seguem à citação anterior, relativa a sua entrevista com Olivares: “Afirmarei que não perdi observação de seu mais descuidado movimento; porque a mesma desconfiança de minha capacidade me tinha pronto a todos os officios do político, tanto no calar como no dizer, e sempre no ouvir, mas sobretudo no crer; sendo esta a meu juízo a mais importante advertência, de que necessitam todos aqueles que tratam perigosos negócios à conservação de Príncipes ou Nações menos poderosos, que aquelas Nações ou Príncipes com que se tratam.”

Os acontecimentos de 37 serão rememorados por D. Francisco Manuel na sua relação “Das Alterações de Évora”, a primeira das cinco “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, escrita durante os anos de prisão – a dedicatória é assinada da “Torre, 4 de setembro de 1649” – e publicada juntamente com as demais apenas em 1660.

Não somente uma tentativa de fixação das causas da revolta, como também um esforço de compreensão e de explicação da complexa conjuntura em que se dá o levante de Évora, se acham nesta “Epanáfora Política”. Que é também uma proeza historiográfica em razão de seu fugaz objeto, com boa parte da ação se passando nos bastidores; objeto tanto mais fugaz quanto Évora se apresenta como uma revolta afinal sem face, pois os atos revolucionários se traduziam como decisões assinadas por um louco do lugar, um tipo folclórico, o “Manuelinho de Évora”.

Nela, Melo dá minuciosa conta de sua participação nos entendimentos entre Bragança e Olivares, e na missão do conde de Linhares a Évora, numa reivindicação de coerência pessoal em meio às ambigüidades da situação, decorrentes da coexistência de duas ordens políticas articuladas no quadro da União Ibérica.

Sobre os motivos que originaram a revolta, o pretexto imediato para a qual tendo sido a imposição de um tributo extraordinário exigido por Madri e desaprovado até mesmo por um arremedo de cortes reunido com pessoas indicadas pelo governo, num processo que remonta ao decênio dos últimos 1620s, e que traduz a briosa resistência das elites portuguesas à erosão de seus foros tradicionais (fenômeno bem estudado por Schaub), voltamos às considerações de Elliott sobre a impaciência crescente que já se revela neste período da União Ibérica, relativamente aos obstáculos antepostos à integração administrativa dos reinos acrescentados às monarquias compostas no regime “aeque principaliter”.²²¹

Olivares representa bem essa “nova geração de estadistas que sobem ao poder com alto conceito das prerrogativas reais e menor tolerância que os seus antecessores por uma diversidade agora percebida como obstáculo à efetiva governação”.

Já a partir do projeto da “União das Armas”, nos primeiros anos de seu longo valimento (1621-1643), o incansável e voluntarioso conde-duque buscava o caminho e os meios para reformar a Monarquia Ibérica no sentido de mais estreita unidade, vale dizer, da conversão e convergência do sistema de estados compostos, cada qual com suas leis, aduanas,

²²¹ “Yet by the 1620s there are indications among these rulers of growing impatience with the system of union ‘aeque principaliter’, and its corollary of unification by slow, pragmatic methods. A new generation of statesmen had come to power, with high notions of the royal prerogative and with less tolerance than their predecessors for a diversity that was felt to stand in the way of effective government.” Elliott, art. cit. 63.

costumes, em um estado unitário, projeto que se refletia em seu costumeiro refrão: “Muitos reinos, uma só lei”.²²²

Tal agenda, porém, como registra Elliott, fazia mais sentido em Madri do que em Lisboa, assim como fazia mais sentido em Londres do que em Edinburgo, tendo sido afinal uma agenda comum aos governos centrais das várias monarquias compostas nesta fase. O acirramento da competição entre os estados europeus, as novas demandas fiscais resultantes das guerras, num quadro agravado pela depressão econômica, colocavam a concentração de poderes na ordem do dia.

O movimento no sentido de uma estrutura estatal mais unitária, liderado aliás pela França, que aparece como a potência emergente da segunda metade do XVII, inevitavelmente significava a diminuição das prerrogativas tão zelosamente guardadas pelos reinos reunidos “aeque principaliter”.

Nas “Alterações de Évora”, D. Francisco Manuel vai buscar as origens da revolta nas seguidas irritações provocadas pelas iniciativas unificadoras de Olivares na rede de poderes locais – que Schaub,²²³ seguindo nisto Hespanha, denomina o “sistema polissinodal” – e o despertar da consciência nacional portuguesa para o que se passou a enxergar como um processo de perdição da identidade do reino e de revogação de seus foros. O esvaziamento das funções do Conselho de Portugal por uma junta de sub-validos, diretamente ligados ao conde-duque, a dupla Diogo Soares-Miguel de Vasconcelos, apenas agrava o processo. A luta surda em torno do imposto decretado, mas não aprovado em cortes, opera na “relação” meliana como o fio condutor desse despertar. O enfoque adotado por Melo empresta às alterações um significado que transcende o plano meramente fiscal. Em Évora, lê-se nas entrelinhas, começa a nascer a Restauração.

A experiência da guerra naval

Retomemos o fio da carreira de D. Francisco. Virada a página da revolta de Évora, encontramos o escritor embarcado, em 1639, na armada de Antonio de Oquendo, que leva reforços à frente de combates em Flandres. Confrontada pela armada holandesa de van Tromp no Canal da Inglaterra, trava-se à vista do litoral inglês a sangrenta batalha das Dunas, culminando na derrota e destruição do que restava do poderio naval castelhano e também português (pois a armada reunia tripulações, armamentos e navios dos vários reinos da

²²² “For Olivares, always ready with his aphorism ‘many kingdoms but one law’, the institutional and legal diversity of the kingdoms of the monarchy represented an intolerable impediment to his plans to maximize resources and ensure the military co-operation among them that was essential to survival”. Elliott, art. cit., 63.

²²³ Schaub, Jean-Frédéric. *Le Portugal au Temps du Comte-Duc de Olivares, 1621-1640. Le Conflit de Jurisdiction comme Exercice de la Politique*. Madrid: Casa de Velázquez, 2001.

Monarquia). O novo desastre, que sela a sorte da campanha de Flandres, forma a substância de outra “relação”, a “Epanáfora Bélica”.²²⁴

Tem-se no “Conflito do Canal de Inglaterra” (que dá nome a essa relação) mais um traço das monarquias compostas: a mobilização dos recursos militares dos vários reinos componentes em operações unificadas, tendentes à realização de metas do governo central.²²⁵

Assinalar, de passagem, que as três “epanáforas” elaboradas a partir do testemunho pessoal, com base na experiência vivida por Melo, versam sobre acontecimentos negativos para Portugal no quadro da União Ibérica. As três formam por assim dizer um balanço das perdas, o inventário dos prejuízos que a essa altura a inserção de Portugal na Monarquia representava para os seus interesses: 1627 é o naufrágio e perda da armada portuguesa quando cumpria missão pautada pelo governo central, na defesa de interesses castelhanos (a guarda da frota das Índias); 1637 é a reação e a repressão castelhanas a uma revolta portuguesa; 1639 é o derramamento de sangue (também) português num conflito ditado pelos interesses e pela política de Castela, desenhando-se então já o processo de irreversível decadência do Império.

A experiência do comando e da queda

O ano de 1640, que abre um decênio inteiro de revoltas, sublevações e guerras civis por todo o Ocidente europeu (emancipação de Portugal, guerra civil inglesa, revoltas em Nápoles e na Sicília, a Fronda francesa), assiste ao levante da Catalunha, primeiro grande abalo sofrido neste ano pelo estado composto dos Habsburgo espanhóis sob a direção de Olivares.

A partir de 1635, a abertura de hostilidades entre a Espanha e a França – conflito percebido pelos catalães como alheio aos seus interesses e, pior ainda, travado em sua vizinhança imediata – traduz-se para o Principado como uma série de novos pedidos e exigências de Madri, no plano das contribuições fiscais e da cooperação militar. Neste cálculo de agravos entram os custos e desconforto representados pela obrigação de hospedar e alimentar os exércitos em marcha.

As reclamações se acumulam, as tensões aumentam e, no Corpus Christi de junho de 1640, com a tradicional descida dos agricultores da região (os “segadors”) para Barcelona, em busca de emprego nas colheitas, um incidente entre a guarnição espanhola e os recém

²²⁴ “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, cit., pp. 349-478.

²²⁵ Elliott chama a atenção para a possibilidade de concentração dos recursos militares dos vários reinos compreendidos na monarquia composta, mas em relação às revoltas internas. “In so far as the perpetuation of these unions also depended on the deterrent of coercion, the rulers of multiple kingdoms possessed an advantage over those of single kingdoms in the additional resources on which they could draw in emergencies. The forces of one kingdom could be used to put down trouble in another”. Cit., 69.

chegados rapidamente se converte em quebra da ordem, saques, incêndios e tumulto generalizado.²²⁶

O assassinato do vice-rei Coloma, quando ensaiava a fuga, decide Madri a reprimir pelas armas o que já considera uma sedição dos catalães considerados coletivamente. A operação envolve o deslocamento de um exército, que desce pelas margens do Ebro em direção a Tortosa, cidade leal ao rei, e logo para Barcelona e vizinhança, onde se travam escaramuças e batalhas indecisas.

O impasse se instaura, a insurreição se prolonga, os catalães buscam a aliança francesa e, por mais doze anos, a Catalunha mantém-se fora da União Ibérica, até voltar em 1652 à lealdade, “mas com os mesmos direitos constitucionais de antes da revolta”.²²⁷

D. Francisco Manuel participa da campanha da Catalunha durante os meses iniciais da operação, ao final de 1640, como mestre-de-campo e braço direito, do comandante nominal do exército, o jovem marquês de Los Vélez. É o ponto mais alto a que chega, de uma carreira militar construída desde a adolescência.

Ora, nesse ínterim, a Primeiro de Dezembro, eclode em Portugal o golpe-de-estado que dá origem ao processo conhecido como Restauração.

Uma das primeiras providências de Olivares seria mandar deter secretamente o oficial português, que é conduzido a Madri e encarcerado por quatro meses.

Passados os momentos mais agudos da crise, e dissipadas afinal as suspeitas, Melo é trazido à presença do conde-duque, que lhe apresenta escusas, manda produzir nota oficial certificando sua lealdade a Felipe IV, e lhe propõe nova missão em Flandres.

A caminho da longa guerra que dessangrava a Monarquia nos Países Baixos, nosso escritor deserta porém as forças castelhanas, deixa para trás os anos de serviço, e vai ter em Londres com os diplomatas de D. João IV, aderindo abertamente na capital inglesa ao Portugal Restaurado.

Incumbem-no então de conduzir da Holanda para Portugal uma frota com tropas de reforço ao novo regime. Em sua chegada a Lisboa, porém, como refere um prisioneiro do novo regime, frei Antonio Seyner, em manuscrito citado por Prestage, “não foi visto com gosto”.

Estariam ainda na memória de muitos os papéis que assumira quando da revolta de Évora, ora vistos sob uma nova ótica, e é provável também que representasse para o novo

²²⁶ A descida dos “segadores” é uma das mais celebradas passagens da “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”.

²²⁷ “Catalonia, after twelve years of separation, returned to allegiance, but with the same constitutional rights as before its revolt”. Elliott, art. cit., 64.

soberano uma incômoda e indesejável testemunha dos seus veementes protestos de lealdade a Felipe IV, de que fizera Melo o portador em 1637.

Também a participação de D. Agostinho Manuel, e Vasconcelos (com vírgula), um tio-avô e pessoa das relações de D. Francisco, na fracassada conspiração de frações da nobreza e do alto clero, em 1641, deve ter tido algum peso na suspeição com que é recebido em seu regresso à pátria.

II. Ruptura do espaço político e historiografia

A partir desse ponto, poderíamos tomar distância do texto de Elliott sobre as monarquias compostas – uma vez que Portugal se restaura como nação soberana e como cabeça de seu império colonial – e seguir apenas o trajeto de vida de Melo, resumidamente, até sua conclusão, em 1666.

Ocorre que o período vivido sob a União Ibérica (1608-1640), particularmente a fase correspondente aos anos de sua atuação militar e diplomática, projeta-se como uma longa sombra sobre todo o resto de sua vida (1640-1666) e, a ser correta a nossa tese, sobre o corpo inteiro de seus escritos históricos – o que já então interessaria diretamente ao estudo das monarquias compostas (e inversamente, com o estudo destas interessando ao daqueles escritos).

A hipótese de que o conjunto das cinco relações reunidas nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660) supõe uma idéia central, um leitmotiv, vem exposta pela primeira vez no ensaio introdutório de Joel Serrão à edição fac-similar (1977) desse conjunto, promovida pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A partir da leitura e interpretação da expressão “epanáfora”, inencontrável antes dos escritos melianos, e derivada sem dúvida da bem conhecida “anáfora”, figura de retórica que consiste na reiteração dos mesmos termos em vários inícios ou partes de uma sucessão de frases, Serrão propunha que se lessem as “Epanáforas” como reiterações do tema imperial – vale dizer, como cinco momentos balizadores da história do império português.²²⁸

²²⁸ Em sua introdução à edição fac-similar de 1977 das “Epanáforas”, assim expunha Joel Serrão essa tese: “Notemos, antes de mais, que o livro principia com sucessos de 1637 – as alterações de Évora, que a Restauração de 1640 veio a considerar como seu prenúncio – e termina com a história da derrota dos Holandeses, em Pernambuco, em 1654, facto de importância fundamental daquilo a que se poderá chamar o prolongamento dessa mesma Restauração, que, com maior ou menor consciência, intuía a sua própria sobrevivência na redefinição do império luso-brasileiro. Entre esses dois marcos, como que modulações anafóricas de um mesmo tema, situam-se, como é sabido, o “Naufrágio da Armada Portuguesa em França” (1627), o “Descobrimto da Ilha da Madeira” (1420) e o “Conflito do Canal de Inglaterra entre as Armas Espanholas e Olandesas” (1639). O “Naufrágio” reporta-se não só à juventude do autor e à sua iniciação “política” mas também ao “statu quo” da monarquia dual hispânica; o “Descobrimto da Ilha da Madeira”, ao início da colonização ultramarina portuguesa; o “Conflito do Canal de Inglaterra”, à evidência de que começara a

Ora, pensamos que a tese de Joel Serrão, penetrante e lúcida, possa e deva ser expandida para abranger todos os demais itens da historiografia – e além disso da tratadística política – meliana, e propomos um passo a mais nesse desenvolvimento: nossa tese é que os diversos itens do corpo historiográfico deixado por D. Francisco Manuel de Melo são como fragmentos de um só painel histórico, vale dizer, dotados de uma unidade subjacente, e o que é mais: um painel referido e condicionado pelo evento Restauração e pela luta de Portugal para manter-se como nação independente e cabeça de império, seja no contexto da União Ibérica (vale dizer, da monarquia composta), seja como reino restaurado.

O grande painel meliano incluiria, nesta visão unificada, além das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660), para as quais ficam valendo também os argumentos de Serrão, a “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña” (1645), que sinaliza o caminho da autonomia em relação à monarquia dos Áustria espanhóis; o “Teodósio II”, esboço de uma biografia do duque de Bragança D. Teodósio (pai do restaurador), deixada sem conclusão mas que remonta aos primeiros tempos da dinastia de Avis; e o “Tácito Português”, outro esboço interrompido, planejado para ser uma biografia de D. João IV desde a sua condição de chefe da Casa de Bragança, que acaba por relatar os fatos de Portugal até pouco depois da Restauração, interrompendo-se em meio à trama que derruba e leva à execução o ministro Francisco de Lucena.

Pensamos que a Restauração marca fortemente outras regiões dos escritos de D. Francisco Manuel, desde, obviamente, a peça panfletária que escreve e publica em 1645 em defesa do Portugal restaurado, o “Ecco Político”, organizado como réplica, parágrafo por parágrafo, a outro documento espanhol com as razões contrárias; até o “Apólogo Dialogal Terceiro”, da “Visita das Fontes”, delicioso diálogo que se passa entre a visitante Fonte Velha do Rossio e a visitada Fonte Nova do Terreiro do Paço, na presença de uma estátua de Apolo e de um soldado que guarda o lugar, e que representa, afinal, o diálogo entre a ordem antiga e a ordem restaurada, à luz das armas e das letras; passando pelo memorial “Aula Política, Cúria Militar”, relatório acerca das instituições espanholas escrito à guisa de subsídio ao Portugal que reconstruía as suas instituições.

declinar o poderio espanhol”. E prosseguia: “Apreendem-se, assim, três temas: o da Restauração aquém e além-mar; o do domínio marítimo pelas esquadras hispânicas; o dos inícios da colonização portuguesa, o qual, ao fim e ao cabo, geneticamente, se liga ao Brasil e ao que ele significava nos horizontes portugueses de 1660, data da publicação do livro. Três temas que, como se vai tornando inteligível, entre si se ligam, ou entre si são ligados pela convergência, na cultura do autor, da preocupação política e da “técnica” do retórico, habituado a “compor” um livro, embora com materiais mais ou menos dispersos, escritos ao sabor de interesses mais ou menos momentâneos.”

Por outro lado, pensamos que o plano biográfico se projeta igualmente sobre o conjunto da obra, e igualmente referido ao evento Restauração, evento apreendido não apenas como nova fase de Portugal, mas também, e talvez principalmente, como ruptura do espaço político, vale dizer, como interrupção da experiência da União Ibérica.

Apanhado, como numa rede, pelas linhas de falha da monarquia composta, obrigado pelas circunstâncias históricas e pessoais a reconstruir um projeto de vida, a refazer uma posição social, nas condições mais adversas – pois além da suspeição de castelhanismo e deslealdade atiram-lhe em face a desonrosa e maculada condição de mandante de um crime de sangue –, D. Francisco Manuel de Melo, encarcerado por quase uma década, reage por escrito.

Por um lado, a sombria visão crítica que passa a entreter sobre os poderes de seu tempo leva-o a escudar-se na posição de um “moralista”, ou censor de “costumes” para pronunciar em diversos lugares da obra a condenação da ordem vigente, como no discurso de cores revolucionárias de certas passagens do “Escritório Avarento”.

Por outro lado, o tema da auto-explicação, da autojustificação, da reafirmação de sua condição de leal súdito e fiel servidor de sua pátria, percorre tacitamente boa parte do corpus meliano. A própria opção pela língua portuguesa como idioma de registro preferencial, a partir de meados dos anos 1640, integra esse movimento de “restauração pessoal”.

Como tivemos a ocasião de expor em dissertação de mestrado²²⁹, ambos os planos – histórico e biográfico – estão inscritos por assim dizer estruturalmente – ou por homologia estrutural – no corpo de um decisivo texto do conjunto, o “Hospital das Letras”, o quarto dos “Apólogos Dialogais”, momento reflexivo da obra e extensa revisão crítica da literatura poética, política e historiográfica do barroco e da tradição que o precede.

Na estrutura digamos oculta ou submersa deste diálogo, que se revela mediante a leitura de indícios cuidadosamente colocados no texto, traduz Melo, juntamente com a sequência de regimes políticos experimentados pelo Portugal dos Seiscentos, a sua exata posição política e literária, enquanto sustenta a perfeita coerência pessoal em meio a ambigüidades que não são suas, mas as de seu tempo.

²²⁹ “Mapeando o ‘Hospital das Letras’: Um hipertexto do barroco ibérico e seus elos historiográficos”. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, março de 2008. Versão “on-line” na página do PPGH, www.historia.uff.br, “Teses e dissertações”.

Névoas contra o Sol

Justificação & Revolta na Historiografia de D. Francisco Manuel de Melo

BIBLIOGRAFIA

1. Obras históricas de D. Francisco Manuel de Melo
2. Itens de polémica e tratadística
3. Outras obras do corpus meliano
4. Fortuna crítica
5. Historiografia, retórica, teoria literária
6. Clássicos da historiografia do Período Moderno
7. Clássicos da historiografia antiga
8. História da Monarquia e do Império Espanhol
9. História do Império Português, da União Ibérica e da Restauração
10. História do Período Moderno

1. Obras históricas de D. Francisco Manuel de Melo

D. Teodósio II. Segundo o códice 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda. Tradução e prefácio de Augusto Casimiro. Porto: Livraria Civilização Editora, s.d. (1944).

Epanáforas de Vária História Portuguesa. Introdução e Apêndice documental por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. Edição facsimilar da edição princeps de 1660.

Epanáforas de Vária História Portuguesa. 3ª edição revista e anotada por Edgar Prestage. *Scriptores rerum lusitanarum*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

– Alterações de Évora. 1637. Introdução, fixação do texto, apêndice documental e notas por Joel Serrão. Coleção Portugália. Lisboa: Portugália Editora, 1967.

– Descobrimento da Ilha da Madeira. Ano 1420. Epanáfora Amorosa. Obra de divulgação e cultura (literatura e história). Com texto crítico e notas informativas por José Manuel de Castro. A lenda e a história acerca do par amoroso Machim e Ana de Harfet. As viagens de João Gonçalves Zarco por D. Francisco Manuel de Melo baseado na famosa Relação de

Francisco Alcoforado aqui incluída. Lisboa: ed. do autor, distribuidora Livraria Ler, s.d. Nota introdutória datada de 1975.

- Restauração de Pernambuco. Epanáfora Triunfante e outros escritos. Revisão e notas de Sérgio Higino. Capa e ilustrações de Manoel Bandeira. Recife: Secretaria do Interior, 1944.
- Le naufrage des portugais sur les côtes de Saint-Jean-de-Luz & d'Arcachon (1627). Édition établie par Jean-Yves Blot & Patrick Lizé. Relations de Dom Manuel de Meneses & Dom Francisco Manuel de Melo (Epanáfora Trágica) traduites par Georges Voisvert. Et autres documents. Paris: Éditions Chandeigne, 2000.

Guerra de Cataluña. Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña em tiempo de Felipe IV que bajo el nombre de “Clemente Libertino” escribió Don Francisco Manuel de Melo. Nuevamente publicada por la Real Academia Española. Madrid: Liberaía de los Suc. de Hernando, 1912. Com a “Introducción” de Jacinto Octavio Picón, pp. V-LXIII.

História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña. Edición, introducción y notas de Joan Estruch Tobella. Clásicos Castalia. Madrid: Editorial Castalia, 1996.

Historia de los movimientos, y separación de Cataluña; y de la guerra entre la Magestad Católica de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla y de Aragón y la Diputación general de aquel Principado, dedicada, ofrecida y consagrada á la Santidad del Beatísimo Padre Inocêncio Décimo, Pontífice Sumo Máximo Romano. Escrita por Clemente Libertino, em San Vicente, año 1645, por Paulo Craesbeeck, impresor de las Ordenes militares.

Tácito Português. Vida, Mortes, Ditos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal. Prefácio e leitura do manuscrito por Raul Rêgo. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1995.

2. Itens de polêmica e tratadística

Aula política. Curia militar. Epístola declamatória ao Sereníssimo Príncipe Don Theodosio y Política militar. Lisboa: Por Mathias Pereyra da Silva, 1720.

Declaración que por el reyno de Portugal ofrece el doctor Gerónimo de Santa Cruz á todos los reynos y províncias de Europa, contra las columnias publicadas de sus êmulos. Lisboa: Por Antonio Craesbeeck y Mello, 1663.

Demonstración que por el reyno de Portugal agora ofrece el doctor Gerónimo de Santa Cruz á todos los reynos y províncias de Euyropa em prueba de la DECLARACIÓN, por el mismo autor y por el mismo reyno. Lisboa: 1664.

Ecco Político responde en Portugal à la voz de Castilla y satisface á un papel anônimo ofrecido al Rey Don Felipe el Cuarto, etc, publícalo Don Francisco Manuel. Lisboa: Por Paulo Craesbeeck, 1645.

Manifiesto de Portugal. Escrito por D. Francisco Manuel. En Lisboa: Por Pablo Craesbeeck. Año 1647.

Política Militar en Avisos de Generales. Clásicos Emecé. Buenos Aires: Emecé Editores, 1943.

Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística. Comentários: Elias Lipiner. Apresentação: Alberto Dines. Série Diversos. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

Outras obras do corpus meliano

Apologos Dialogaes. Reprodução fiel do texto da edição de 1721. Anotados e precedidos de um esboço bio-bibliográfico do Autor. Por Fernando Nery. Biblioteca de Clássicos Escolhidos. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, A. J. de Castilho – Editor, 1920.

Apólogos Dialogais. Prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares. 2 vols. Vol. I. Relógios Falantes. Visita das Fontes. Vol. II. Escritório Avarento. Hospital das Letras. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1959.

Apólogos Dialogais. Edição de Pedro Serra. 2 vols. Vol. I. Os Relógios Falantes. A Visita das Fontes. Vol. II. O Escritório Avarento. O Hospital das Letras. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Século XVII. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1998 (vol. I) e 1999 (vol. II).

– A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro. Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657). Introdução e comentário. Por Giacinto Manuppella. Acata Universitatis Conimbrigensis. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962.

– Le dialogue “Hospital das Ledtras” de D. Francisco Manuel de Melo. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes. Jean Colomès. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

– Os Relógios Falantes e Escritório Avarento. Apólogos Dialogais Primeiro e Segundo. Edição crítica de Maria Judite Fernandes de Miranda. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1968.

– Relógios Falantes. Prefácio e notas de Rodrigues Lapa. 6ª edição. Textos Literários. Lisboa: Seara Nova, 1974.

As Segundas Três Musas. Ensaio crítico, seleção e notas de Antônio Correia de A. e Oliveira. 2ª edição. Clássicos Portugueses. Trechos escolhidos. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1966.

A Tuba de Calíope: quarta musa das Obras Métricas. Introdução, estabelecimento do texto, notas e glossário de Segismundo Spina. São Paulo: Brasiliense, Edusp, 1988.

Cartas Familiares. Seleção, prefácio e notas pelo Prof. M. Rodrigues Lapa. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1937.

Cartas Familiares. Prefácio e notas de Maria da Conceição Moraes Sarmiento. Biblioteca de Autores Portugueses. Com o patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Radiotelevisão Portuguesa e do Instituto Português do Livro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

Doce sonetos por varias acciones en la muerte de Doña Inés de Castro, mujer del Príncipe Don Pedro de Portugal. Lisboa: Por Matheus Pinheiro, 1628.

O Fidalgo Aprendiz. Edição crítica. Introdução, notas e índice de formas de Evelina Verdelho. A Coruña: Universidade da Coruña, 2007.

4. Fortuna crítica

Amado, Maria Tereza. e João Luís Lisboa. “Teoria da história em F. M. de Melo”. Lisboa: Plátano Editora, 1983.

Amado, Maria Tereza. “A representação do poder em Francisco Manuel de Melo”. Dissertação de mestrado, inédita, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, 2 vols.

Anacleto, Marta T., Sara Augusto, Zulmira Santos, coord. “D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular”. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra, Ediciones Univ. Salamanca, 2010.

Belardinelli, Renata Cusmai. “I ‘Doze Sonetos’ per la morte di Inês de Castro di Don Francisco Manuel de Melo”. Introduzione, lettura critica, commento e glossário. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XVII, PP. 845-935. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Braga, Teófilo. “História da Literatura Portuguesa”. Vol. III. “Os Seiscentistas”. 3ª edição, pp. 88-276. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

Brand, Jaques M., “Mapeando o ‘Hospital das Letras’ (1657): Um hipertexto do barroco ibérico e seus elos historiográficos”, dissertação defendida em 25 de março de 2008. Ver [www.historia.uff.br, “Teses e dissertações”].

Brand, Jaques M., “D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666): Vida e obra no contexto da Monarquia compósita”, in “D. Francisco Manuel de Melo: o Mundo é Comédia”, orgs. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro, págs. 249-268. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

Brandão, Mário. “‘A Visita das Fontes’ de D. Francisco Manuel de Melo”, in “Estudos Vários”, vol. 1, pp. 1-21. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1972.

Carvalho, José Adriano de. “A poesia sacra de D. Francisco Manuel de Melo”. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. VIII, PP. 295-402. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

Castro, C. Nogueira de. “O conceito de História em D. F. M. de Melo”. Tese de licenciamento, Universidade de Coimbra, 1948, inédito.

Colomès, Jean. “La Critique et la Satire de D. Francisco Manuel de Melo”. Thèse pour le doctorat ès lettres. Bordeaux: Biscaye Frères, 1969.

Le Gentil, Georges. “La Littérature Portugaise”, cap. VIII, “Le goût espagnol”, PP. 86-93. Paris: Armand Colin, 1935.

Leal, Maria Luisa. “Le fait et la fiction dans un récit baroque de l’histoire de la découverte de Madère”. In “Dedalus”, Revista Portuguesa de Literatura Comparada, número 2, dezembro de 1992. Órgão da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Lisboa.

Manuppella, Giacinto. “Acerca do cosmopolitismo intelectual de D. Francisco Manuel de Melo”. Separata de “Brasília”, vol. XI. Coimbra: Coimbra editora, 1960.

Manuppella, Giacinto. “Uma sinfonia crítica incompleta: o ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo, in “As Grandes Polêmicas Portuguesas”, PP. 229-277. Lisboa: s.d.

Maffre, Claude. “La Guerra de Cataluña”: Don Francisco Manuel de Melo, écrivain et philosophe de l’Histoire”. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. III, PP. 371-400. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

Nider, Valentina. “Documenti inediti su D. Francisco Manuel de Melo (1648-1653)”. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XXV, pp. 597-635. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Pereira, Paulo Silva. “D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do ‘cortesão prudente e discreto’ na cultura barroca peninsular”. Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literatura Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação científica do Professor Doutor Aníbal Pinto de Castro. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 2007. Inédito.

Pimentel, M. R. e Monteiro M. R., orgs., “D. Francisco Manuel de Melo: o Mundo é Comédia. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

Prestage, Edgar. “Esboço Biographico”. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1914.

Saraiva, A. J. e Óscar Lopes. “História da Literatura Portuguesa”. 13ª edição corrigida e actualizada, pp. 481-502. Porto: Porto Editora, 1985.

Serra, Pedro. “Conversas Civis: Estudos sobre D. Francisco Manuel de Melo”. Salamanca: Luso-Española de Ediciones, 2003.

Vistarini, Antonio Bernat Vistarini. “Francisco Manuel de Melo (1608-1666): Textos y contextos del Barroco peninsular”. Palma: Universitat de les Illes Balears, Servei de Publicacions I Intercanvi Científic, 1992.

Williams, Robert H. “Boccalini in Spain: a Study of his Influence on Prose Fiction of the Seventeenth Century”, pp. 81-82. Menasha, Wisconsin: George Banta, 1946.

5. Historiografia, Retórica, Teoria Literária

Belligni, Eleonora. “Lo scacco della prudenza. Precettistica política ed esperienza storica in Virgilio Malvezzi”. Fondazione Luigi Firpo. Centro di Studi Sul Pensiero Politico. Studi e testi, 10. Firenze: Leo Olschki, 1999.

Bisello, Linda. “Medicina della memoria. Aforistica ed esemplarità nella scrittura barocca”. Firenze: Leo Olschki, 1998.

Bolgar, R. R., edited by. “Classical Influences on European Culture. A.D. 1500-1700. Proceedings of an international conference held at King’s College, Cambridge, April 1974. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2010. First published, 1976.

Breisach, Ernst. “Historiography. Ancient, Medieval & Modern”. Chicago and London: The University of Chicago Press. 1983. Second edition, 1994.

Breisach, Ernst. “On the Future of History: The Postmodernist Challenge and Its Aftermath”. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2003.

Brownley, Martine Watson. “Clarendon and the Rhetoric of Historical Form. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.

Cárcer, Ricardo Garcia, coord. “La construcción de las Historias de España”. Fundación Carolina. Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos. Col. Ambos Mundos. Madrid: Marcial Pons Historia, 2004.

Certeau, Michel de. “L’écriture de l’histoire”. Collection Folio/Histoire. Paris: Gallimard, 1975. Tradução brasileira de Maria de Lourdes Menezes, “A escrita da história”, 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

Checa, Jorge, edición de. “Barroco esencial”. Esenciales Taurus. Madrid: Taurus ediciones, 1992.

Delacroix, C., F. Dosse & P. Garcia. “Les courants historiques en France. XIXe-XXe siècle. Folio histoire. Édition revue et augmentée. Paris: Gallimard, 2007. Primeira edição: Paris: Armand Colin, 1999.

Dorolle, Maurice. “Les problèmes de l’induction”. Préface d’André Lalande. Bibliothèque de Philosophie Contemporaine. Paris: Librairie Félix Alcan, 1926.

Feldherr, Andrew. “The Cambridge Companion to the Roman Historians”. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2009.

Forastieri da Silva, Rogério. “História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia”. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Fueter, Eduard.

Gallagher, Catherine & Stephen Greenblatt. “Practicing New Historicism”. Paperback edition. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001. Primeira edição: 2000.

Ginzburg, Carlo. “Wooden Eyes. Nine Reflections on Distance.” Translated by Martin Ryle and Kate Soper. London: Verso, 2002. First published as “Occhiacci di legno: nove riflessioni sulla distanza”. Milano: Feltrinelli, 1998.

Grant, Michael. "Greek & Roman Historians: Information and Misinformation". First published, 1995. Transferred to digital printing, 2006. Routledge. London and New York, 2006.

Grigera, Luisa López. "La Retórica en la España del Siglo de Oro: Teoría y práctica". Segunda edición. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

Guillén, Claudio. "Literature as System. Essays Towards the Theory of Literary History." Princeton, N. Jersey: Princeton Univ. Press, 1971.

Hartog, François, org. "A História de Homero a Santo Agostinho": prefácios de historiadores e textos sobre história reunidos e comentados por François Hartog. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

Hirst, Derek and Richard Strier, edited by. "Writing and Political Engagement in Seventeenth-Century England". Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2008. First published, 1999.

Howell, Martha & Walter Prevenier. "From Reliable Sources: An Introduction to Historical Methods". Ithaca and London: Cornell University Press, 2001.

Kagan, Richard L.. "Clio & the Crown: The Politics of History in Medieval and Early Modern Spain. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

Kantor, Iris. "Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana, 1724-1759". Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Hucitec, UFBA, 2004.

Kuhn Thomas S. "The Structure of Scientific Revolutions". International Encyclopedia of Unified Science. Second edition, enlarged. Chicago: The University of Chicago Press, 1970. Primeira edição: 1962.

Le Goff, Jacques. "A História Nova". Tradução por Eduardo Brandão de "La Nouvelle Histoire", Paris, Retz CEPL, 1978. Primeira edição, 1990. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Leite, Ligia Chiappini Moraes. “O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão). Série Princípios. Décima edição, 6ª impressão. São Paulo: Ática, 2004.

Malerba, Jurandir, org. “A história escrita: teoria e história da historiografia”. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

Martínez, Beatriz A., “El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de ‘receptio’”. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1991.

Martins, Estevão de Rezende, org. “A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX”. São Paulo: Contexto, 2010.

Mazzarino, Santo. “Il pensiero storico classico”. Volume primo. Roma-Bari: Laterza & Figli, 2000.

Mellor, Ronald, edited by. “The Historians of Ancient Rome: An Anthology of the Major Writings”. Second edition. New York, Abingdon: Routledge, 2004.

Momigliano, Arnaldo. “As raízes clássicas da historiografia moderna”. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano da ed. “The classical foundations of modern historiography”, c. 1990. Bauru, SP: Edusc, 2004.

Monteiro, Rodrigo Bentes, org. “Espelhos deformantes: Fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX)”. São Paulo: Alameda, 2008.

Moraes, José Geraldo Vinci de, e José Marcio Rego. “Conversas com Historiadores Brasileiros”. São Paulo: Editora 34, 2002.

Neveu, Bruno. “Érudition et Religion aux XVIIe e XVIIIe siècles”. Préface de Marc Fumaroli. Paris: Albin Michel, 1994.

Ortega, Miguel Angel Guill. “Carlos Coloma, 1566-1637: Espada y pluma de los tercios”. Ayuntamiento de Elda. San Vicente (Alicante): Editorial Club Universitário, s.d., talvez 2007.

Pires, Francisco Murari. “Modernidades Tucidideanas”. *Ktema es Aei*. Tomo I. No Tempo dos Humanistas. Volume I. (Res)surgimento(s). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

Pomata, Gianna and Nancy G. Siraisi, edited by. “Historia. Empiricism and Erudition in Early Modern Europe. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2005.

Pujol, Xavier Gil. “Tiempo de política: Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna”. *Breviaris 10*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

Rémond, René, org. “Por uma história política”. Tradução Dora Rocha. Primeira edição do original: Paris: Seuil, 1988. Segunda edição: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Rodinis, Giuliana Toso. “G. Gualdo Priorato. Un moralista veneto alla corte di Luigi XIV. Biblioteca dell “Archivum Romanicum”. Vol. 93. Firenze: Leo Olschki, 1968.

Schellhase, Kenneth C. “Tacitus in Renaissance Political Thought”. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1976.

Serrão, Joaquim Veríssimo. “A Historiografia Portuguesa”. Três volumes. Lisboa: Verbo, 1974.

Soll, Jacob. “Publishing *The Prince*: History, Reading & the Birth of Political Criticism”. Primeira edição: 2005. First paperback edition. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

Spina, Segismundo & Morris W. Croll. “Introdução ao Maneirismo e à Prosa Barroca”. Série Princípios. Contém o ensaio “The baroque style in prose”, de M. Croll, trad. Ivan Prado Teixeira. São Paulo: Ática, 1990.

Struever, Nancy S. “The Language of History in the Renaissance: Rhetoric and Historical Consciousness in Florentine Humanism”. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1970.

Syme, Ronald. "Sallust". With a new foreword by Ronald Mellor. First paperback printing. Berkeley: Univ. of California Press, 2002. Primeira edição, 1964.

Teixeira, Felipe Charbel. "Timoneiros: Retórica, Prudência e História em Maquiavel e Guicciardini". Campinas: Editora Unicamp, 2010.

Vainfas, Ronaldo. "Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-história". Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Veyne, Paul Marie. "Como se escreve a História". Tradução de "Comment on écrit l'histoire" (1971) por Alda Baltar e Maria Aux. Kneipp. Segunda edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992.

Wootton, David. "Paolo Sarpi. Between Renaissance and Enlightenment." First published 1983. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2002. First paperback edition.

6. Clássicos da historiografia do Período Moderno

Bentivoglio, Guido. "Relationi del Cardinale Bentivoglio". In Venetia, MDCXXXVI (1636). Apresso Marco Ginammi.

Cabrera de Cordova, Luis. "De Historia, para entenderla y escribirla". Madrid: Luiz Sanchez, 1611.

Coloma, Carlos. "Las Guerras de los Estados-Bajos, desde el año de 1588 hasta el de 1599". Primeira edição, Antuérpia (Ambéres), 1625. Biblioteca (de) Autores Españoles, desde la formación del lenguaje hasta nuestros días. Historiadores de sucesos particulares. Tomo segundo. Madrid: Ediciones Atlas, 1948.

Davila, Enrico Caterino. "Storia delle Guerre Civili di Francia". Raccolta degli Storici più celebri italiani. Vol. 1. Londra: Stamperia di L. Nardini: 1801. Facsímile Elibron Classics, 2006.

Hurtado de Mendoza, Diego. “Guerra de Granada”. Edición, introducción y notas de Bernardo Blanco-González. Madrid: Clásicos Castalia, 1970. Primeira edição: Lisboa, 1627.

Hyde, Edward, Earl of Clarendon. “Characters and Episodes of the Great Rebellion”, Selected from The History and Autobiography of Edward, Earl of Clarendon, and edited with short notes by G.D. Boyle. Oxford: At the Clarendon Press, 1889. Edição facsimilar: Elibron Classics, s. d.

Hyde, Edward, Earl of Clarendon. “The History of the Rebellion”. A New Selection. Oxford World’s Classics. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Mascardi, Agostino. “Dell’Arte Istorica Trattati Cinque”, 1636. Facsímile da edição florentina de 1859 (Firenze, Felice Le Monnier, 1859), Modena, Mucchi Editore, 1994.

Mendoza, Bernardino de. “Comentarios de lo sucedido en las Guerras de los Países-Bajos, desde el año de 1567 hasta el de 1577”. Primeira edição: Madrid: Pedro de Madrigal, 1592. Biblioteca Autores Españoles, desde la formación del lenguaje hasta nuestros días. Historiadores de sucesos particulares. Tomo segundo. Madrid: Ediciones Atlas, 1948.

7. Clássicos da historiografia antiga

Lucian. Vol. VI. Loeb Classical Library. Contém entre outros textos “How to Write History”. With an English translation by K. Kilburn. Primeira edição 1959. Reprinted 1999. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Polybius. “The Histories”. Books 3-4. Loeb Classical Library. Translated by W.R. Paton. Revised by F. W. Walbank and Christian Habicht. First published 1922. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2010.

Sallust. With an English translation by J. C. Rolfe. Loeb Classical Library. Contém “The War with Catiline”, “The War with Jugurtha”, “Orations and Letters from the Histories”. “Pseudo-Sallustian Works”. First published 1921. Reprinted and revised 1931. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005.

Tacitus. “Agrícola”. Translated by M. Hutton. Revised by R. M. Ogilvie. “Germania”. Translated by M. Hutton. Revised by E. H. Warmington. “Dialogus”. Translated by W. Peterson. Revised by M. Winterbottom. Loeb Classical Library. First published 1914. Reprinted 2000. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Tacitus. “The Histories, books IV-V”, with an English translation by Clifford H. Moore. “The Annals, books I-III”, with an English translation by John Jackson. Loeb Classical Library. First published 1931. Reprinted 2005. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Tacitus. “The Annals, books IV-VI, XI-XII”. With an English translation by John Jackson. First published 1937. Reprinted 2006. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Thucydides. “History of the Peloponnesian War”. Books 1-2. Loeb Classical Library. Translated by C.F. Smith. First published 1919. Revised and reprinted 1928. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, s.d.

Velleius Paterculus. “Compendium of Roman History”. Includi: “Rest Gestae Divi Augusti”, de Augusto. With an English translation by Frederick W. Shipley. Loeb Collection. First published 1924. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2002

Xenophon. “Anabasis”. With an English translation by Carleton L. Brownson. Revised by John Dillery. First published 1928. Reprinted 2006. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

8. História da Monarquia e do Império Espanhol

Bouza, Fernando. “Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro”. Ediciones de Historia. Madrid: Marcial Pons, 2001.

Bouza, Fernando. “Felipe II y el *Portugal dos Povos*. Imágenes de esperanza y revuelta.” Cátedra Felipe II. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones y Intercambio Editorial, 2010.

Bouza, Fernando. "Hétérographies. Formes de l'écrit au Siècle d'Or espagnol." Traduit de l'espagnol par Jean-Marie Saint-Lu. *Essais de la Casa de Velázquez*, vol. 1. Madrid: Casa de Velázquez, 2010.

Bouza, Fernando. "Papeles y opinión. Políticas de publicación en el Siglo de Oro". *Monografías 33*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

Crespo, José Martínez. "A guerra na Galicia do Antigo Réxime (SS. XVI-XIX). Textos e contextos. Colección Anais. A Coruña: Editorial Toxosoutos, 2007.

Cueto, David García. "*Seicento* boloñés y Siglo de Oro español: El arte, la época, los protagonistas". Centro de Estudos Europa Hispânica. Colección Confluências. Madrid?: CEEH, 2006.

Elliott, John H. "Imperial Spain, 1469-1716". Primeira edição 1963. New York: Mentor Books, 1966.

Elliott, John H. "The Count-Duke of Olivares: The Statesman in an Age of Decline". New Haven and London: Yale University Press, 1986. Second Printing 1988

Elliott, John H. "Richelieu and Olivares". *Cambridge studies in early modern history*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984. Canto edition, 1991.

Elliott, John H. "Spain and Its World, 1.500-1.700". New Haven and London: Yale University Press, 1989.

Elliott, John H. "The Revolt of the Catalans. A Study in the Decline of Spain. Cambridge, UK: 1963. First paperback edition, 1984.

Maravall, José Antonio. "La cultura del Barroco". Análisis de una estructura histórica. Col. "Letras e Ideas". Barcelona: Editorial Ariel, 1975. Sétima edición, 1998.

Marañón, Gregorio. "El Conde-Duque de Olivares (La Pasión de Mandar)". Madrid: Espasa-Calpe, 1936.

Molinié-Bertrand, Annie. “Vocabulaire Historique de l’Espagne Classique”. Paris: Nathan, 1993.

Parker, Geoffrey. “La revolution militaire. La guerre et l’essor de l’Occident 1500-1800”. Traduit de l’anglais par Jean Joba. Paris: Gallimard, 1983. Tit. original: “The Military Revolution. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800, Cambridge Univ. Press, 1988.

Parker, Geoffrey. “The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659. The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries’ War”. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1972. Second edition, 2004.

Parker, Geoffrey. “The Grand Strategy of Philip II”. New Haven and New York: Yale University Press, 1998. Paperback edition, 2000.

Parker, Geoffrey. “The Dutch Revolt”. Revised edition. London: Penguin Books, 1990. First published Allen Lane, 1977. Revised edition 1985.

Perillier, Bartolomé Bennassar, et al. “Vivir el Siglo de Oro: poder, cultura e historia en la época moderna”: estudios en homenaje al profesor Angel Rodríguez Sánchez. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003.

Reglà, Juan. “Historia de Cataluña”. El Libro de Bolsillo. Madri: Alianza Editorial, 1974.

9. História do Império Português, da União Ibérica e da Restauração

Arredondo, Maria Soledad. “Literatura y propaganda en tiempo de Quevedo: Guerras y plumas contra Francia, Cataluña y Portugal. Biblioteca Áurea Hispânica. Madrid: Universidad de Navarra, Iberoamericana,/Vervuert, 2011.

Bethencourt, Francisco e Diogo Ramada Curto, dir. “A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800”. Do original “Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800”, Cambridge Univ. Press, 2007. Lisboa: Edições 70, 2010.

Cuesta, Pilar Vásquez. “A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes”. Tradução de Mário Matos e Lemos. Título original: *La lengua y la cultura portuguesas en el siglo del Quijote*. Madrid: Espasa-Calpe, 1986. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

Costa, Leonor Freire e Cunha, Mafalda Soares. “D. João IV”. *Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

Curto, Diogo Ramada. “Cultura Imperial e Projetos Coloniais (Séculos XV a XVIII)”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Curto, Diogo Ramada. “O discurso político em Portugal (1600-1650)”. Coleção *Temas de Cultura Portuguesa* n. 12. Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa. Lisboa: Projecto Universidade Aberta, 1988.

Delgado, Iva. “Escritores políticos de Seiscentos”. *Biblioteca Breve*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

França, Eduardo D’Oliveira. “Portugal na Época da Restauração”. *Estudos Históricos* 28. Direção de Fernando Novais e István Jancsó. São Paulo: Hucitec, 1997.

Galindo, Marcos, org.. “Viver e morrer no Brasil Holandês”. Ernst van den Boogaart et al. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.

Hermann, Jacqueline. “No reino do Desejado: A construção do Sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII”. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Hespanha, António Manuel. “As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político – Portugal – séc. XVII”. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

Megiani, Ana Paula Torres. “O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)”. São Paulo: Alameda, 2004.

Mello, Evaldo Cabral de, org. “O Brasil holandês (1630-1654)”. Seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras e Penguin Classics, 2010.

Mello, Evaldo Cabral de. “Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630/1654”. São Paulo: Forense Universitária e Editora da USP, 1975.

Oliveira, António de. “Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)”. *Memória e Sociedade*. Lisboa: Difel, 1990 (com a Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro).

Soria, Félix Sancha. “La Guerra de Restauración Portuguesa en la Sierra de Aroche (1640-1645)”. Helva: Diputación de Huelva/Servicio de Publicaciones, 2008.

Teixeira, António Braz. “O pensamento filosófico-jurídico português”. *Biblioteca Breve*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

Vainfas, Ronaldo. “Antônio Vieira, jesuíta do rei”. *Perfis brasileiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Valladares, Rafael. “Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668”. *Cuadernos de Historia*, 74. Madrid: Arco Libros, 2000.

Xavier, Ângela Barreto e Cardim, Pedro. “D. Afonso VI”. *Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

10. História do Período Moderno

Bély, L., Bérenger, J. e Corvisier, A. “Guerre et Paix dans l’Europe du XVIIe Siècle”, vol. I, 2e. édition, revue et corrigée. *Regards sur l’Histoire*. Paris: Sedes, 1991.

Bély, L., Bercé, Y.-M., Meyer, J. e Quatrefages, R. “Guerre et Paix dans l’Europe du XVIIe Siècle”, vol. II, 2e. édition. *Regards sur l’Histoire*. Paris: Sedes, 1991.

Braddick, Michael. “God’s Fury, England’s Fire: A New History of the English Civil Wars”. London: Allen Lane (Penguin Books), 2008.

Harris, Tim. "Restauration. Charles II and His Kingdoms, 1660-1685". London: Penguin Books, 2006. First published by Allen Lane, 2005.

Hill, Christopher. "The World turned Upside Down. Radical Ideas during the English Revolution". London: Penguin, 1971.

Villari, Rosario. "Elogio della dissimulazione. La lotta politica nel Seicento." *Economica Laterza* 309. Roma-Bari: Editori Laterza, 2003. Edizioni precedenti: Quadrante Laterza 1987.

Villari, Rosario (org.). "L'uomo barocco". Col. "Storia e Società". Roma-Bari: Laterza, 1991. Terza edizione, 2005.

Williams, E. N. "The Penguin Dictionary of English and European History 1485-1789". London: Penguin Books, 1980.

Ilustrações

1. “Guerra de Cataluña” (Historia de los movimientos y separación...) Frontispício da edição princeps, Lisboa, 1645.
2. Cédula real em que DFM é exculpado por Felipe IV, depois de sua prisão na Catalunha, reproduzida pelo Prof. Joan Estruch Tobella em sua edição de 1996 da “Historia de los movimientos...”.
3. Frontispício da edição princeps das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (da edição fac-similar prefaciada pelo Prof. Joel Serrão, em 1977).
4. Frontispício autônomo das “Alterações de Évora”, no interior do conjunto das “Epanáforas” (da edição fac-similar de 1977).
5. Frontispícios autônomos das demais “Epanáforas”, na mesma edição fac-similar da edição princeps).
6. Frontispício manuscrito de “A Visita das Fontes”, no autógrafo descoberto por Giacinto Manuppella e publicado pela Universidade de Coimbra em 1962.
7. Detalhe do frontispício manuscrito autógrafo de “A Visita das Fontes”

Diagrama da estrutura narrativa das “Alterações de Évora”

HISTORIA
DE LOS
MOVIMIENTOS,
Y
SEPARACION
DE CATALUÑA;

y de la Guerra entre

LA MAGESTAD CATOLICA
de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla,
y de Aragon,

Y LA DEPUTACION GENERAL
de aquel Principado.

DEDICADA, OFRECIDA Y CONSAGRADA
a la Santidad del Beato Padre

INOCENCIO DECIMO
PONTIFICE SVMO MAXIMO ROMANO.

Escrita

POR CLEMENTE LIBERTINO.
(D. Francisco Manuel de Meli)

En San Vicente. Año 1645

Por Paulo Craesbeeck Impresor de las
Ordenes Militares.



Portada de la edición *princeps*.

Biblioteca Nacional de Lisboa



1642 640

EL REY.



POR Quanto por parte del Maestro de Campo de Francisco Manuel de Melo, se me ha representado, que estandome situado en el exercito de Catalunya, fue traído de orden mia a esta Corte, sin que cōtra el aya resultado culpa alguna, antes le he mandado hazer diferentes mercedes, y respecto de auerle mandado traer preso en ocasion del leuantamiento del Reino de Portugal, y que personas de dañada intencion podran adelante intentar poner dolo en su reputaciō, me ha suplicado le haga merced de mandar declarar la satisfacion con que estoy de la fidelidad con que siempre ha seruido, y procedido en todo. Y auendome cōsultado sobre ello, he resuelto despachar la presente, en virtud de la qual declaro que el dicho Maestro de Campo don Francisco Manuel de Melo me ha seruido en diferentes partes, y ocasiones con mucha aprobacion y valor, procediendo en quanto de mi seruido se ha ofrecido, con la lealtad, y fidelidad que se deuia esperar de Cauallero de sus obligaciones, sin que en esta, ni otra ocasion aya resultado contra el cosa que no corresponda a su calidad, y buenas partes: y en esta consideracion he mandado hazerle merced, y despachar la presente, porque en todo tiempo cōste de lo referido, y que ninguna persona le pueda poner dolo en su reputacion. Dada en Madrid a ocho de Março de mil y seiscientos y quarenta y vn años. **YO EL REY.** Por mandado del Rey nuestro señor, Don Fernando Ruiz de Contreras.

Cédula del Rey en que declara que D. F. M. de Melo le ha seruido siempre con el valor, lealtad y fidelidad que de él podía y debía esperarse. Madrid, 8 de marzo de 1641.

Biblioteca Nacional, Madrid

EPANAPHORAS
DE VARIA HISTORIA
PORTVGVEZA

A
ELREY NOSSO SENHOR.
D. AFONSO VI.

EM
CINCO RELACOENS
DE SVCESSOS PERTENCENTES A ESTE REYNO.

Que contem negocios publicos,
Politicos, Tragicos, Amorosos, Belicos, Triunfantes.

POR
DOM FRANCISCO MANVEL.

L I S B O A.

Com todas as licenças necessarias.

Na Officina de Henrique Valente de Oliueira
Impreffor delRey Noffo Senhor.

Anno 1660.

Pag. I.

ALTERAÇÕES

DE EVORA.

Anno 1637.

EPANAPHORA POLITICA

PRIMEIRA.

DE

DOM FRANCISCO MANVEL

Escritta a hum Amigo.

ERTAMENTE, bem filosofou aquelle Sábio, que á virtude não poz outro premio, senão feu proprio exercicio; porque ella goza de hũa interior calidade, que fecretamente moue os coraçõens a fua obediencia. Mas eu que vos digo das virtudes? fendouos tão familiares na guerra, & na paz, como Capitão, & como Ministro; emprehendo, ou foportando, que faõ os dous Pòlos, (valor, & prudencia) fobre os quaes fe reuolue a

A Esfe-

NAVFRAGIO 153

DA ARMADA
PORTVGVEZA
 EM FRANC, A.
 Anno 1627.

EPANAPHORA TRAGICA
SEGUNDA.
 DE
 DOM FRANCISCO MANVEL.

Escritta a hum Amigo.



Euem os homens amantes da Razão (Amigo N.) guardar em suas acçoens húa tal ordem, que a propria armonia dellas, mostre serem guiadas pella luz racional: não só escolhendo as obras dignas, mas as competentes.

Toda esta proposição, parece que ignoro, ou quebranto, conuidandouos agora, & de tam longe, a ler

..

CONFLITO 349

DO CANAL
 DE INGLATERRA
 ENTRE AS ARMAS ESPANHOLAS,
 E OLANDEZAS.
 Anno 1639.

EPANAPHORA BELICA.
QUARTA.
 DE
 DOM FRANCISCO MANVEL.

Escritta a hum Amigo.



AVENDO eu communicado com homẽs doutos, o intento que tinha, de escrever algúas Relaçoes historicas, dos successos grandes, de nossa nação Portugueza, & dandolhes parte dos asuntos dellas; quando cheguei a esta, que agora vos

Z 3

offe-

DESCOBRIMENTO 173

DA ILHA
 DA MADEIRA.
 Anno 1420.

EPANAPHORA AMOROSA
TERCEIRA.
 DE
 DOM FRANCISCO MANVEL.

Escritta a hum Amigo.



Migo. Muytos tempos ha, que desejo aliuar o animo, escreuendo algúa obra de mais diuertimento, que as passadas; porque elle oprimido de cuidados grandes, acurva como o hombro, ao peso da desigual carga. Até o proprio Atlante, de cujas forças a fabulosa antiguidade, fiou, o mundo inteiro, se vio necessitado das robustas costas de Hercules, para que sobre ellas descangasse, ou pello contrario

rio

RESTAVRAC,ÃO 479

DE PERNAMBUCO
 Anno 1654.

EPANAPHORA TRIUNFANTE.
QUINTA.
 DE
 DOM FRANCISCO MANVEL.

Escritta a hum Amigo.



M quanto, senhor. N. vos preparaís para mostrardes em Africa, aquelle valor, que em Europa, & America tẽdes mostrado, igual ao que na Azia vos propuzeraõ vossos Antecessores; não esperdiçareis o tempo, que derdes à lição desta minha breue historia; por ser dito dos sábios: *Que as historias do mundo, são huns espelhos clarissimos, donde, vendo nós, retratadas as famosas acçoens, que não vimos, nos acedemos vilmente no amor dellas.* Como succedeo muytas vezes, que os retratos de fermosuras excellentes, captiuraraõ as vontades dos homens.

Entre as modernas acçoens de nossos Lusitanos,

Hh 4

naõ

A
 Vizita das Fontes
 Apologetica
 Dialogal Ferreira.
 que
 Ao Doutor Fructuoso Soares
 de Alentejo
 Escrive
 Dom Stan Manuel.



Fazem a interducao?

A Fonte Velha do Rio
 A Fonte nova do Feneiro do Lago
 A Estatua de Apollo q' esta nella
 A Sentinella que guarda as Fontes

He scena o Feneiro do Lago
 de Lisboa

Q V A R T O!

Anno 1657

A

Excuse
Don Juan Manuel.

Diagrama das «Alterações de Évora»

